

Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e  
conflito: o caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol  
(2005-2009)**

Goiânia  
2011

Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e  
conflito: o caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol  
(2005-2009)**

Claudomilson Fernandes Braga

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
*Stricto Sensu* em Psicologia, Doutorado, da  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC  
Goiás), como requisito para a obtenção do título  
de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Humberto Faria  
Campos

Goiânia  
2011

À minha mãe biológica, de quem me afastei há muitos anos. Gostaria de tê-la visto antes da sua ida pra algum lugar que provavelmente deve ser bom. Certamente ela ficaria feliz por eu ter ido tão longe nesta caminhada.

Também a todos os amigos que compreenderam a minha ausência nos últimos anos e que pacientemente souberam esperar pela minha presença.

## **Agradecimentos**

Ao amigo e psicólogo, Elpídio Brandão, que muitas vezes pacientemente me ouviu e me deu preciosos conselhos.

Aos colegas da Universidade Federal de Goiás e do Centro Universitário de Goiás que, por diversas vezes, me auxiliaram e compreenderam a minha ausência.

À professora Dra. Ana Raquel que iniciou a orientação desta tese e me inspirou nos estudos sobre o preconceito.

Ao Dr. Pedro Humberto Faria Campos que gentilmente assumiu e concluiu a orientação deste trabalho e que muito me ensinou sobre os estudos das representações sociais.

Aos demais membros da banca, professor Dr. Brígido Viseu Camargo (Universidade Federal de Santa Catarina), as professoras Dra. Lenise Borges e Dra. Sônia Margarida (PUC Goiás), que aceitaram compartilhar dessa minha caminhada.

À Alessandra Demito Fleury, colega do curso de doutorado em Psicologia, com quem compartilhei minhas angústias e minhas dúvidas acadêmicas.

À colega de trabalho e do curso de doutorado, Denise Nery, que, com sua praticidade, me ajudou a enxergar as coisas como elas são.

Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Folha de Avaliação**

Autor: Claudomilson Fernandes Braga

Título: Representações sociais, situações potencialmente comunicativas e conflito: o caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (2005-2009).

Banca Examinadora

Avaliação

---

Prof. Dr. Pedro Humberto F Campos  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
(Presidente)

---

Nota/Grau

---

Prof. Dr. Brígido Viseu Camargo  
Universidade Federal de Santa Catarina  
(Membro convidado externo)

---

Nota/Grau

---

Profa. Dra. Ana Raquel R. Torres  
Universidade Federal da Paraíba  
(Membro convidado externo)

---

Nota/Grau

---

Profa. Dra. Lenise Santana Borges  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
(Membro interno)

---

Nota/Grau

---

Profa. Dra. Sônia Margarida G. Sousa  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
(Membro interno)

---

Nota/Grau

## Sumário

Folha de avaliação	v
Sumário	vi
Resumo	viii
Abstract	ix
Lista de figuras	x
Lista de tabelas	xi
Lista de anexos	xii
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O INDÍGENA BRASILEIRO	21
<b>1.1. Assimilação e aculturação</b>	21
<b>1.2. Período republicano: aspectos históricos e legais</b>	29
<b>1.3. Indígenas e a legislação</b>	38
CAPÍTULO II - PRECONCEITO	42
<b>2.1. Compreendendo o fenômeno</b>	42
<b>2.2. Níveis de análise</b>	45
<b>2.3. As novas formas de expressão do preconceito</b>	49
<b>2.4. Preconceito no Brasil</b>	55
CAPÍTULO III – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	60
<b>3.1. O campo representacional: conceitos e implicações teóricas</b>	60
<b>3.2. Representações sociais e atos comunicativos</b>	62
<b>3.3. Representações sociais e mídia</b>	66
<b>3.4. Representações sociais: estrutura e funcionamento</b>	72
3.4.1. Teoria do núcleo central	75
3.4.2. Abordagem das representações sociais como princípios organizadores das tomadas de posição social	79

CAPÍTULO IV – PRIMEIRO ESTUDO	84
<b>4.1. Primeira análise: os 5 ws do <i>corpus</i> textual do jornal Folha de S. Paulo (2005-2009)</b>	84
4.1.2. Amostra e procedimentos	84
4.1.2. Resultados e discussões	86
<b>4.2. Segunda análise: representações sociais e situações potencialmente comunicativas</b>	94
4.2.1. Amostra e procedimentos	96
4.2.2. Resultados e discussões	98
4.2.2.1 Primeiro nível: as classes de palavras: o campo comum das representações sociais	99
4.2.2.2. Segundo nível: as diferenciações e posições grupais em relação à representação social do conflito com base na classificação hierárquica descendente	108
4.2.2.3. Terceiro nível: a ancoragem das diferenças individuais na representação social do conflito	114
CAPÍTULO V – SEGUNDO ESTUDO	121
<b>5.1. Modo comunicativo operante e identidade: o lugar do indígena</b>	121
5.1.1. Amostra, procedimentos e instrumento	122
5.1.2. Resultados e discussões	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	169

## Resumo

Essa tese tem como principal objetivo a identificação e análise das representações sociais dos indígenas na mídia, em especial, a mídia impressa, com base em uma situação de conflito. Com o intuito de corroborar a tese apresentada, a de que os atos comunicativos (considerados como situações potencialmente comunicativas) gerados pela mídia e validados a *priori* como contratos de comunicação impõem uma representação aos indígenas, o que uma diferenciação que se traduz em uma posição favorável do endogrupo (não indígenas) em relação ao exogrupo (indígenas). Dois estudos foram realizados, atendendo a objetivos específicos: a primeira análise do primeiro estudo buscou a identificação dos atores sociais envolvidos no conflito de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, bem como as categorias de análise que dão suporte informacional para a construção das notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo; a segunda análise procurou identificar, analisar e demonstrar, em uma perspectiva metodológica particular, aplicada ao campo dos estudos sobre o preconceito e, especialmente, ao estudo das representações sociais nele envolvidas, os três níveis de análise que operam essa perspectiva. No primeiro nível ocorreu a identificação do campo comum (campo consensual) das representações sociais; no segundo nível, a identificação do posicionamento dos sujeitos (ou grupos) face aos campos comuns, e, no terceiro, a compreensão dos posicionamentos identificados, por meio de sua ancoragem. O segundo estudo visa identificar e analisar como os sujeitos não indígenas veem os indígenas no contexto das relações intergrupais e, particularmente, como essa relação ocorre no contexto do processo de demarcação e desocupação da Raposa Serra do Sol. Constitui também, objetivo deste estudo identificar a centralidade das representações sociais, que, muito provavelmente indicam o núcleo central dessas representações. Os resultados evidenciam que, diferentemente de outros estudos na área, o preconceito contra os indígenas expressa-se de forma institucionalizada, e a invisibilidade e silêncio caracterizam-nos na mídia impressa. Nas relações intergrupais, o indígena é considerado como pertencendo a uma cultura diferente, próximo à natureza, caça, pesca e faz artesanato, indicando que o lugar do indígena é na floresta. Em última instância, os resultados dos estudos empreendidos indicam que ele é considerado, em certa medida, subcidadão, não gente.

**Palavras-chave:** Representações sociais; conflito; comunicação; preconceito.



## Abstract

This thesis has the main objective the identification and analysis of social representations of the indigenous in the media, especially in the print media, based on a conflict situation. In order to corroborate this presented thesis, communicative acts (considered as potentially communicative situations) generated by the media and validated like communication agreements which imposes indigenous representation, differentiation that translates into a favorable position in the internal group non indigenous compared to the exogenous group (indigenous). Two studies were realized attending specific objectives: The first study analysis sought to identify the social actors involved in the conflict by demarcation and evacuation area in Indian Reservation Raposa Serra do Sol as well as categories of analysis that provide informational support for the news construction reported by the newspaper Folha de S. Paulo. The second analysis sought to identify, analyze and demonstrate a particular methodological perspective applied to the field of studies about prejudice and especially the study of social representations involved in it, the three levels of analysis that operate this perspective. At the first level occurred in order to identify common field (consensual field) of the social representations, in the second level, the identification the position of the individuals (or groups) between the common fields, and in the third, the understanding of the positions identified through their anchorage. The second study aims to identify and analyze how the subjects did not see the native indigenous in the context of intergroup relations, and particularly how this relationship occurs in the context of the demarcation process and removal of Raposa Serra do Sol It is also the objective of this study to identify the centrality of social representations, which most likely indicate the core of these representations. The results show that, unlike other studies in the area, the prejudice against Indians is expressed in an institutionalized way, and the invisibility and silence characterizes us in the print media. Intergroup relations, the Indian is considered to belong to a different culture, close to nature, hunting, fishing and makes handicrafts, indicating that this place is in the native forest. Ultimately, the results of studies undertaken indicate that he is considered to some extent, not a citizen or people.

**Key words:** Social representations, conflict, communication, prejudice.

## Lista de Figuras

Figura 1 - Estrutura do <i>corpus</i> de notícias organizado em seis classes ( teste de $\chi^2$ no interior de cada classe ) – (n=266)	99
Figura 2 - Primeiro eixo - estrutura do <i>corpus</i> e a correspondência entre as classes 1, 2 e 5	100
Figura 3 - Segundo eixo - estrutura do <i>corpus</i> e a correspondência entre as classes 3, 4 e 6	104
Figura 4 - Projeção das palavras analisadas sobre a representação social do conflito e suas variáveis suplementares	109
Figura 5 - Projeção das palavras analisadas sobre a representação social do conflito e suas variáveis suplementares – movimentação e mudança do discurso	111
Figura 6 - Meio comunicativo operante	127
Figura 7 - Como tomou conhecimento do evento de demarcação da RIRSS	129
Figura 8 – Frequência de respostas	131
Figura 9 - Diferenças linguísticas como construto da diferença entre iguais	132

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação, sexo e cor ou raça	35
Tabela 2 - Pessoas de dez anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação, sexo e cor ou raça	35
Tabela 3 - Frequência e percentual válido da variável <i>who</i> (quem) do <i>corpus</i>	87
Tabela 4 - Frequência e percentual válido da variável <i>what</i> (o quê) do <i>corpus</i>	89
Tabela 5 – Frequência e percentual válido da variável <i>why</i> (por que) do <i>corpus</i>	90
Tabela 6 – Frequência e percentual válido da variável <i>when</i> (quem)	91
Tabela 7 – Frequência e percentual válido da variável <i>where</i> (onde)	92
Tabela 8 – Características indígenas	135
Tabela 9 – Aplicação do Alfa de <i>Cronbach</i>	136
Tabela 10 - Demarcações de terras indígenas	136
Tabela 11 - Demarcação Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	138
Tabela 12 - Decisões do Superior Tribunal Federal	139

## Lista de Anexos

Anexo 1 – <i>Corpus</i> de notícias Folha de S. Paulo	170
Anexo 2 – Localização do município de Normandia no estado de Roraima	374
Anexo 3 – Instrumento de coleta	375
Anexo 4 - Localização da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	378
Anexo 4 - Localização da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima	379
Anexo 6 - Projeção de palavras a partir da análise textual do Alceste	380
Anexo 7 - Projeção de palavras a partir da análise textual do Alceste	381
Anexo 8 - Projeção de palavras a partir da análise textual do Alceste	382

## Introdução

---

Os estudos sobre o preconceito compreendido como uma clivagem entre as representações do grupo de pertença e as representações de outro grupo, ao longo dos anos, vem sofrendo alterações consideráveis, especificamente a partir da Segunda Guerra Mundial. Sobretudo o conceito de raça, cujas diferenças genóticas foram progressivamente substituídos pelo conceito de grupos étnicos, assente em diferenças culturais e comportamentais, passaram a ser o objeto de análise de diversos pesquisadores. Por recomendação da Unesco (1960/1973), desde então, abandonou-se o termo raça no meio científico e se passou ao uso da designação grupo étnico, por considerá-la não discriminatória, colaborando dessa forma, para essa nova perspectiva. A expressão grupo étnico tem sido utilizada para referir-se aos grupos em situações sociais minoritárias.

As pesquisas das ciências médicas e biológicas, realizadas nas últimas décadas e ligadas à codificação, decodificação e ao sequenciamento do genoma humano, no ano de 2002, corroboraram em diversas oportunidades, a tomada de posição da Unesco, visto que não foi possível identificar em partes, ou no todo, genes que diferenciasses as supostas raças humanas, desacreditando-se por completo a classificação de raças como conceito e reforçando a ideia de minorias étnicas. O fato, segundo Cabecinhas e Amâncio (2004), de a hierarquização racial ter sido banida do discurso público e científico não exclui comportamentos e percepções racistas, de tal forma que, como a hierarquização racial é contra normativa, as pessoas têm tido o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios, deslocando e enfatizando as diferenças culturais.

Apesar de a ideia de classificação humana por raça estar ultrapassada, continua-se a estruturar a percepção dos outros e a operar o discurso de exclusão, ainda mais ou menos camuflada, mas, sobretudo, naturalizada, o que significa dizer que tem sido constituído o discurso da não racialização de grupos humanos na construção de novas representações sociais. Nesse novo cenário, os estudos sobre o preconceito étnico racial têm apresentado resultados que apontam transformações na sua forma de expressão (McConahay & Hough, 1976; Pederson & Walker, 1997; Kinder & Sears, 1981; Gaertner

& Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Pettigrew & Meertens, 1995; Turra & Venturi, 1995; Lima & Vala, 2004), demonstrando que as pessoas cada vez mais se preocupam em não ferir as normas antirracistas, preservando desse modo, sua autoimagem de pessoa igualitária, ao mesmo tempo em que busca utilizar a diferenciação intergrupala como forma de atender à norma.

Os resultados dos estudos sobre o preconceito (Pettigrew & Meertens, 1995; Turra & Venturi, 1995) apontam uma clara interação entre modificações ambientais e alterações comportamentais. Algumas decisões podem ter influenciado preponderantemente essas transformações: Declaração Universal dos Direitos Humanos (DURH), que repreendeu há mais de cinquenta anos, todas as formas de discriminação; a declaração condenatória da Unesco sobre as classificações raciais; e, sobretudo, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU) que reconhece e estabelece aos povos indígenas o direito coletivo à terra e ao uso dos recursos naturais e à autodeterminação política, dentre vários outros direitos.

Esses documentos que proíbem atitudes e condutas preconceituosas e discriminatórias têm contribuído para que as pessoas percebam que a norma do igualitarismo está fortemente presente na sociedade e que comportamentos discriminatórios não mais são tolerados.

Apesar de todos esses mecanismos terem influenciado a percepção das pessoas em relação aos comportamentos e expressões preconceituosas, os estudos até então desenvolvidos demonstram que o racismo tem mudado sua forma de expressão, na maioria das vezes buscando atender à norma do igualitarismo, mas não necessariamente têm promovido a diminuição do racismo. De um modo geral, os estudos indicam uma expressão do preconceito mais sutil e, portanto, menos flagrante (Pettigrew & Meertens, 1995), e até cordial (Turra & Venturi, 1995), como no caso brasileiro, cumprindo a norma de não discriminação, gerando uma atitude do denominado politicamente correto, evitando que as pessoas sejam mal vistas por apresentarem esse comportamento.

Neste sentido, atualmente, a teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (1978) apresenta, conforme Doise (2002), a melhor proposta na área da Psicologia Social para analisar as questões que envolvem fenômenos sociais complexos, como o preconceito, especialmente levando em consideração o aperfeiçoamento teórico e metodológico que a teoria tem possibilitado (Abric, 1998, 2001, 2003a, 2003b, 2005;

Arruda, 2001; Campos, 2003; Doise, 1990, 2002; Jodelet, 1989, 2001; Rouquette, 1996, 1999; Sá, 1996, 1998, Menin 2006, Oliveira, 2007).

A teoria das representações sociais tem por objetivo estudar os processos psicossociológicos existentes e subjacentes ao modo como a Psicanálise foi transformada em conhecimento do senso comum. Ela pode ser compreendida como “sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material (...) que tornam inteligíveis a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (Moscovici, 1978, p. 79).

A ideia de uma “modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com o objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, desenvolvida por Jodelet (2001, p. 36) posiciona as representações sociais como uma forma de conhecimento prático. Spink (1993), nesse sentido, insere-a nas correntes que estudam o conhecimento do senso comum, procurando situar a abordagem da Psicologia Social entre as demais correntes que se debruçam sobre a questão do conhecimento.

Considerada uma *specimen* gerada e englobada por uma formação ideológica, de nível hierárquico superior como forma de pensamento, a teoria das representações sociais forma um contraponto com as demais correntes da Sociologia, Antropologia, Filosofia, História e em especial, da Comunicação Social, apenas para citar algumas, demandando empréstimos de conceitos, ideias e teorias de disciplinas afins, para cooperar e funcionar (Wagner, 1998). Enquanto coopera, utiliza a mesma linguagem para fazer-se compreender, sem que se posicione de forma antagônica a essas correntes.

Assim, as representações sociais modelam o comportamento e justificam sua expressão, situando os sujeitos de forma simbólica nas relações sociais e nas categorias decorrentes das características da sociedade. Portanto, formam condutas e encontram na Comunicação Social ambiente fértil e propício para estabelecer-se. Nesse sistema de categorização e de interpretação (Vala, 2006; Baptista, 1996) e de uma linguagem partilhada, elas encontram condições propícias para processar-se. “As representações sociais são, assim, o suporte básico dos atos comunicativos”, afirma Vala (2006, p. 484).

Desse modo, a sistematização dos sistemas de comunicação que subsidiam as representações sociais (propagação, difusão e propaganda), dá ao conhecimento

aparência e forma e, ao mesmo tempo contribuem para a configuração e formação dos intercâmbios comunicativos, nos quais cada sistema de comunicação é particular aos laços estabelecidos entre emissor e o receptor (Nóbrega, 2003). Essa ligação entre o que emite o locutor e o que o interlocutor valida representa o que Ghiglione (1984) denomina percurso de um ato comunicativo. Assim, entre representações sociais e comunicação existe uma relação direta e recíproca, em que a primeira, uma vez existente, é potencializada pela segunda, por meio dos veículos de mídia.

A respeito dos estudos sobre o preconceito na perspectiva das representações sociais relacionados às minorias sexuais e de gênero, a área da Psicologia Social tem demonstrado certa atividade de pesquisa. Entretanto, no que diz respeito às minorias étnicas, em especial as etnias indígenas, não se dá a mesma atenção, muito menos quando se insere uma perspectiva comunicacional.

Em levantamentos feitos de forma periódica e sistemática no *Scientific Electronic Library On-Line* (SciELO), e no sistema de publicação eletrônica de teses e dissertações do CNPq, no período de março de 2009 a maio de 2011, utilizando-se as palavras-chave preconceito contra indígenas, preconceito contra índios, representações sociais do preconceito contra indígenas, representações sociais, comunicação e indígenas, dentre outras, resultaram nos trabalhos dissertativos não publicados: *Contato, Sentimentos Intergrupais e Dívidas Históricas: O caso dos indígenas em Goiás* (Martignoni, 2008), *Análise psicossocial do preconceito contra povos indígenas de Goiás: contato, sentimentos intergrupais identidade social* (Oliveira, 2009) e *Atribuição de responsabilidade da atual situação do índio e o preconceito contra os povos indígenas brasileiros* (Pimenta, 2009).

Há ainda o trabalho de Bittar, Aguiar e Torres (2008) *A vida na aldeia versus a vida na cidade: o que pensam os indígenas da Casa de Saúde do Índio – Goiânia*, que objetivou investigar as representações sociais dos indígenas em relação à sua comunidade e à comunidade dos não indígenas, publicado pela revista *Estudos* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

O trabalho de Melo (2001), que objetivou identificar as representações sociais do indígena nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio, sugere uma primeira tentativa neste sentido, entretanto, centra sua análise no discurso enfraquecido dos indígenas caracterizado por verbos que não impõem força a este discurso, ou seja, o



indígena não é sujeito de seu discurso e nem tem poder para construir sua própria história. Entretanto, nenhum estudo objetivou investigar as representações sociais do indígena a partir de situações potencialmente comunicativas em um cenário de conflito, o que atribui a esse trabalho um caráter inédito.

Assim, levando em consideração o aspecto do ineditismo, esta tese tem como principal interesse identificar as representações sociais do indígena na mídia. Parte-se do pressuposto que as representações sociais desse grupo étnico, na atualidade, não são simplesmente (re)combinações de conteúdos arcaicos, mais, sobretudo, resultantes de forças dos grupos dominantes, o que confere à comunicação um papel de agente ativo na constituição, preservação, transmissão e transformação desses conteúdos (Jedlowski e Rosito, 2005), que são coletivos e compreendidos como partilhados. Dito de outra forma, a ação comunicacional re(significa) os conteúdos, tornando-os comuns, no sentido usual do termo.

Para responder a esse problema de pesquisa, este trabalho objetivou identificar e analisar os processos discriminatórios que envolvem os indígenas e as representações sociais nele envolvidas com base nos atos comunicativos gerados pelo jornal impresso Folha de S.Paulo, entre os anos de 2005 e 2009. Para o alcance desse objetivo geral, objetivos específicos foram delineados, quais sejam: identificar os principais agentes sociais envolvidos no evento de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (RIRSS); identificar, no *corpus*, as categorias de análise que serviram de base informacional para a construção das notícias veiculadas pelo com base na metodologia dos cinco Ws (*what* (o quê), *where* (onde), *why* (por que), *who* (quem) e *when* (quando)); identificar e analisar, mediante o uso de uma metodologia particular, o preconceito em relação aos indígenas e, em especial, as representações sociais nele envolvidas.

Busca-se ainda identificar e analisar com base no modo comunicacional operante na região do conflito, a identidade que os não indígenas atribuem aos indígenas, tendo como referência investigativa as características de personalidade que os não indígenas atribuem aos indígenas e a centralidade das representações sociais, considerando ainda como os não indígenas percebem os processos de demarcação de reservas indígenas e em especial a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

Para o alcance desses objetivos, dois recortes metodológicos foram adotados: primeiramente cronológico, ou seja, o *corpus* estudado foi delimitado aos anos de 2005 a 2009, com um total de 266 notícias publicadas; e o segundo recorte, decorrente do primeiro, consistiu em definir o objeto de pesquisa: o evento de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima.

Em relação ao problema a ser investigado, a tese que se pretende corroborar é que os atos comunicativos (considerados como situações potencialmente comunicativas) gerados pelo jornal Folha de S. Paulo e validadas *a priori* como contratos de comunicação geram representação, provocando uma diferenciação que se traduz numa posição favorável do endogrupo (não indígenas) em relação ao exogrupo (indígenas).

Os recortes teóricos adotados e os objetivos traçados justificam a opção do estudo em utilizar possibilidades multimodais, propiciando a identificação das atitudes e condutas preconceituosas em relação aos indígenas com base nos discursos comunicativos. Assim, o evento de demarcação da RIRSS entre os anos de 2005 e 2009, caracterizados pelo longo processo jurídico e social que envolveu a desocupação da reserva indígena, colocando de um lado, os indígenas do Conselho Indígena de Roraima (CIR), favoráveis à demarcação das terras de forma contínua, e de outro lado, os rizicultores e os indígenas da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), inicialmente desfavoráveis à demarcação e que posteriormente aceitaram à demarcação em ilhas.

Apesar dos recentes conflitos, as disputas pelas terras no Norte do país e em especial, no estado de Roraima remontam ao período colonial, quando se iniciaram as primeiras resistências indígenas na região de Rio Branco. O levante da Praia Grande, no ano de 1781 revela a primeira experiência de conflito entre indígenas e aldeões pela disputa de terras (Destro, 2006).

O conflito na Raposa Serra do Sol teve início em 1970, quando os trabalhos de identificação da área foram iniciados. Mas somente em 1993 a Fundação Nacional do Índio (Funai), publicou no dia 21 de maio, uma proposta de demarcação. O processo arrastou-se mais alguns anos e, em 1998, cinco anos depois, segundo a Portaria Ministerial 820/98 foi concedido o direito à terra aos indígenas. (Brasil, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, 1998).

No mesmo ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu ao governo de Roraima liminar parcial suspendendo a portaria, que só foi negada quatro anos depois, ou seja, no ano de 2002. Entretanto, o processo de homologação persistiu por mais três anos e, em 2005, o processo de desocupação iniciou-se e continuou por cinco anos, sendo finalmente concluído no ano de 2009, com a operação de desocupação empreendida pela Polícia Federal (*Upakatom*), por ordem judicial.

Para responder às indagações e corroborar a tese apresentada, este trabalho está organizado em seis capítulos. O capítulo 1 inicia a discussão abordando a questão indígena na história do Brasil, apresentando as concepções teóricas acerca do tema e o percurso histórico dos indígenas desde o ano do descobrimento (1500) até os dias atuais, tendo como pano de fundo a arquitetura engendrada, primeiramente pelo colonizador e depois pelos governantes, nos processos de extermínio aos quais os indígenas brasileiros foram sujeitados ao longo de mais de cinco séculos de história.

O segundo capítulo descreve e analisa as investigações sobre os estudos do preconceito, possibilitando discutir, nessa perspectiva, as formas mais recentes de expressão desse fenômeno e, finalmente, como a teoria das representações sociais representa um aporte privilegiado para o estudo de fenômenos complexos como é o preconceito.

O terceiro capítulo aborda a construção teórica de Serge Moscovici (1978) sobre a teoria das representações sociais, descrevendo os principais conceitos e suas decorrências teórico metodológicas. Ainda nesse capítulo são apresentados os avanços e novas possibilidades de estudo das representações sociais, originadas com base na teoria de Moscovici: a teoria do núcleo central desenvolvida por Jean C. Abric, também denominada de teoria estrutural e os estudos desenvolvidos pela Escola de Genebra, por W. Doise. Também apresenta-se nesse capítulo a interrelação entre as representações sociais e a comunicação social e como essas duas áreas do conhecimento interagem, mas, sobretudo, se complementam.

O quarto capítulo, dividido em duas partes, apresenta duas análises documentais. A primeira tem como objetivo identificar as categorias de análise, com base na metodologia dos cinco *ws* – *what, why, where, when e who* (o quê, por que, onde, quando e quem) - que constituem a principal metodologia de construção de notícias, propiciando identificar as mais importantes informações de uma notícia jornalística. Nessa primeira análise

(quarto capítulo), articulam-se as investigações descritas no primeiro objetivo específico, ou seja, a identificação dos principais agentes envolvidos no evento de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e as principais categorias que serviram de base para a construção das notícias, cujos resultados subsidiaram a segunda análise do primeiro estudo.

Na segunda análise do quarto capítulo com base em uma metodologia particular, se objetiva identificar o preconceito e, em especial, as representações sociais nele envolvidas, com base na perspectiva da Escola de Genebra. Os dados foram analisados com o auxílio do programa *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte* - (Reinert, 1998), o que permite uma análise lexicográfica do material textual, oferecendo contextos textuais (UCE) que são caracterizados pelo seu vocabulário.

O quinto capítulo (segundo estudo) aborda e apresenta os resultados da pesquisa de campo, atendendo ao objetivo específico de identificar e analisar o modo comunicacional operante na região do conflito, propiciando identificar a identidade atribuída aos indígenas pelo olhar dos não indígenas, principalmente nas situações de demarcações de terras indígenas. Assim, este trabalho, considerando-se a perspectiva teórica e multimetodológica e os estudos realizados possibilitam algumas considerações que se delineiam no decorrer de cada capítulo para serem retomadas nas considerações finais, na qual se apresentam as discussões das principais conclusões que permitiram perceber como e de que forma a comunicação social regula, ordena e impõe os discursos, gerando, na maioria das vezes, uma representação aos indígenas que se traduz em comportamentos discriminatórios.

## Capítulo I

### O indígena brasileiro

---

#### 1.1 . Assimilação e Aculturação

Dados demográficos obtidos no censo no ano de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerados como dados oficiais pela Fundação Nacional do Índio (Funai), declaram que a população indígena brasileira era de aproximadamente 734 mil índios, distribuídos em 225 sociedades indígenas, o que representa aproximadamente 0,31% da população nacional. As atualizações desses dados pelo censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010) dão conta de um aumento substancial na quantidade de indivíduos que se declararam indígenas ( 0,42% - da população nacional) ou seja, 817 mil pessoas.

Cabe esclarecer que a Funai considera, tanto no censo de 2000 como no de 2010, apenas aqueles indígenas que habitam em aldeias, havendo ainda a estimativa da existência de 100 a 190 mil indígenas vivendo fora das terras indígenas, até mesmo em áreas urbanas. A Funai também informa a existência de 63 referências de índios ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena.

Assim, tudo indica que os índios do Brasil eram, no século XVI, contados por estimativa, segundo Cunha (1986) eram

os do espaço atribuído a Portugal pelo Papa no Tratado de Tordesilhas, ele próprio incerto em seus limites, algo entre a boca do Tocantins, a boca do Parnaíba ao norte até São Vicente ao sul, talvez pouco além se incluirmos a zona contestada dos Carijós, Os índios do rio Amazonas, na época, sobretudo um rio espanhol, não contribuíam propriamente para a formação da imagem dos índios do Brasil. Esta imagem é fundamentalmente, a dos grupos de língua Tupi e, ancilarmente, Guaraní. Como em contraponto, há a figura do Aimoré, Ouetaca, Tapuia (...) (p. 91).

Em outras palavras, apesar do relato descritivo de Cunha (1986), não há um consenso sobre quem realmente e quantos eram os índios do Brasil. Há apenas uma vaga ideia da extensa área de pertença dessas comunidades.

Para Ribeiro (2006), na extensão litorânea, de norte a sul, onde esses povos se alojavam, se desalojavam e se realojavam incessantemente, em um movimento que caracteriza os indígenas como essencialmente nômades, indo da bacia amazônica, como afirma Cunha (1986), até as nascentes dos rios Paraguai, Guaporé e Tapajós.

A inexistência de dados e registros históricos é uma característica dos primeiros anos da colonização do Brasil pela coroa portuguesa. A carta de Pero Vaz de Caminha, denominada Carta de 1500, esteve desaparecida até meados de 1773 nos arquivos portugueses. Segundo Cunha (1986), são os escritos de Caminha (1515), Thevét (1558), Gandavo (1570), Gabriel Soares de Souza (1587) que prevalecem como relato histórico sobre as populações indígenas encontradas em território brasileiro.

Como apenas alguns historiadores escreveram sobre o novo continente descoberto pela armada portuguesa, não há registro desse relato. Para Cunha (1986), a ideia central era que os brasis precisavam de três letras na sua língua, o F, o L e o R – sem fé, sem lei e sem rei – portanto, viviam sem justiça e de forma desordenada. De acordo com dizeres de Cunha (1986) e Monteiro (2001), no primeiro século do período colonial, pouco ou nada se escreveu sobre os indígenas brasileiros, com exceção de algumas cartas jesuíticas descrevendo – a despeito do que se via – um povo livre, sem roupas, sem Deus, sem fronteiras.

Somente a partir do início do século XVII é que o conhecimento do Brasil e da sua gente se tornou efetivamente preciso, apesar de divergente. Suriram duas linhas divisórias básicas: um grupo ligado à colonização, composto basicamente por missionários, administradores e moradores e, outro, não ibérico, ligado ao escambo, para quem os indígenas eram, conforme Cunha (1986), objetos de reflexão, muito mais do que exploração. Os traços que mais serão celebrados nesse contexto, para além da caracterização dos indígenas como pessoas sem lei, sem fé e sem rei, são, sem dúvida, o da suposta ausência de propriedade material e da cobiça, ou seja, a inexistência de herança, de herdeiros e de entesouramento, características próprias dos povos encontrados no outro lado do Atlântico pelos navegadores e exploradores do velho mundo (Cunha, 1986).

O estranhamento dos portugueses quando chegaram ao Brasil foi profundo. Tanto com a nudez dos indígenas, quanto com a estrutura social existente nas tribos. A formação grupal indígena era regida por autarquias (no sentido de autonomia) e estruturada de forma igualitária. Todos possuíam direitos iguais e objetivos comuns, sobretudo no que diz respeito à produção de alimentos e à proteção mútua do grupo (Ribeiro, 2006).

Tanto a coroa espanhola, como a coroa portuguesa tinham com clareza o caráter exploratório dos seus empreendimentos no ultramar, objetivo claramente demonstrado na introdução mercantilista e extrativista nos novos continentes (Ribeiro, 2006; Silva, 2000). Segundo Ribeiro (2006), os europeus já no primeiro momento dominaram, escravizaram e transformaram os indígenas em produto de trabalho conforme os interesses de uma monarquia expansionista oriunda do outro lado do Atlântico.

Também os jesuítas, com o passar dos anos, incorporaram a lógica da exploração da mão de obra indígena. Os jesuítas não praticaram a escravidão propriamente dita, mas tentaram fixar o indígena à terra, em um contraponto às características nômades desses povos. A proposta jesuíta era ela toda construída na perspectiva de aculturação, ou seja, a “fusão de duas ou mais culturas diferentes que, entrando em contato contínuo, originam mudanças nos padrões da cultura de ambos os grupos (...) na troca recíproca entre as duas culturas, um grupo dá mais e recebe menos” (Presotto & Marconi, 2008, p. 45).

Portanto, a integração dos indígenas não passava pela manutenção e preservação do seu patrimônio tribal, pela manutenção dos seus costumes, da sua língua, dos seus hábitos, pela manutenção do seu *ethos*, conforme denominado por Geertz (1985; 2008). Era, sobretudo, regida pela desconstrução deste patrimônio e pela reconstrução de um novo *ethos*, todo ele inspirado na política expansionista do colonizador.

A assimilação cultural e religiosa proposta pelos jesuítas, caracteriza-se pelo processo mediante o qual grupos vivem no mesmo território, apesar de procederem de locais diversos e diferentes, conforme Presotto e Marconi (1985 - 2008), ela só se concretiza quando se alcança aquilo que as autoras denominam “solidariedade cultural” (p. 45), o que não se verificou nas relações entre os indígenas e os colonizadores.

A definição de aculturação apresentada por Presotto e Marconi (1985;2008) não se distancia do conceito clássico de aculturação apresentado em 1935 pelo Conselho de Investigação da Ciência Social, segundo o qual “aculturação compreende aqueles

fenômenos surgidos onde grupos de indivíduos que tem culturas diferentes entram em contato contínuo de primeira mão, com subseqüentes mudanças nos padrões da cultura original de um dos grupos ou de ambos” (Morais, 1989, p. 20). É necessário registrar as críticas feitas a expressão contato de primeira mão, como se os secundários, porém densos, não promovessem aculturação.

Em sua obra, *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, Ribeiro (1996) é quem melhor descreve esse processo. Segundo o autor em nada ele se aproxima do conceito de aculturação e assimilação descrito na historiografia, apesar do discurso e da documentação o descreverem r como sendo esse o empreendimento jesuítico.

Ribeiro (1996) distingue em um primeiro momento duas posições polares da indianidade: aquele que conserva seu *ethos* tribal e a sua autonomia cultural, denominado índio tribal, e aquele que Ribeiro (1996) denomina índio genérico, reduzido a uma indianidade sem definição tribal, portanto, sem língua própria, sem nada do seu patrimônio cultural, mas com forte identificação com os chamados brasileiros. São, portanto, “(...) participantes diferenciados dela, mas como enclaves inassimilados” (Ribeiro, 1996, p. 478), ou ainda como os denominou Najjar (2005) índios genéricos e monolíticos.

A perspectiva de Ribeiro (2006) sugere também que o processo de assimilação, conforme conceituado por Presotto e Marconi (1985 - 2008), não espelha a realidade vivenciada pelos indígenas brasileiros. O autor afirma que “a condição dos não indígenas e a dos indígenas são tão opostas e distintas que não se pode falar de uma assimilação do indígena, mesmo dos mais aculturados” (Ribeiro, 2006, p. 485).

Ribeiro (2006) afirma que, na realidade, prevalece uma acomodação penosa, que concilia certa participação na vida nacional com a perpetuação da identidade étnica, entretanto, discrepante. O resultado dessa engenharia social de acomodação dos indígenas à vida nacional, com base no sistema econômico e da aculturação linguística e, em relação ao seu patrimônio cultural, na realidade tem efeito contrário e devastador. Portanto,

(...) permanecem diferenciados em alguma coisa fundamental que não se pode encontrar em seus traços raciais, em seu sistema social ou em sua cultura, senão em certas lealdades étnicas e no poder isolador do preconceito, racial e social Como lembra Lévi-Strauss,



existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois enquanto umas se contam por milhares, as outras se contam por unidades (Ribeiro, 2006, p. 485).

O formato definido como assimilação ou integração, apesar da argumentação de Ribeiro (2006), apontar um processo de acomodação e tem como premissa básica a ideia de que alguém que possa ser identificado como o outro apresentara invariavelmente um conjunto de preferências culturais e disposições diferentes nas relações intergrupais. Nesse sentido e por apresentar preferências diferenciadas, o indígena brasileiro foi sendo moldado e colocado à margem da sociedade, sendo ignorado em suas principais características – nômade e despido de ambição – e, portanto, ignorado na sua própria história.

Trata-se exatamente daquilo que Ribeiro (2006) classifica como uma situação cristalizada, ou seja, uma relação que, uma vez plasmada, se mantém como requisito da dominação dos grupos étnicos minoritários, tendendo perpetuar-se e se manter como uma barreira intransponível.

A crença e os dogmas cristãos que estabelecem parâmetros religiosos para europeus e indígenas, foram incapazes de aproximar os colonizadores e os colonizados, especialmente na América espanhola. Assim, foi introduzida a ideia de escravidão como pretexto para resolver esse problema (Silva, 2000).

No caso brasileiro, essa possibilidade não ocorreu, tendo em vista que, segundo Silva (2000), o mais expressivo exemplo do embate entre colonos, missionários e indígenas é representado pelo declínio das capitânicas hereditárias (1535-1549), as quais, de norte a sul, em razão de causas comuns, colocaram colonizadores de um lado e, de outro, os indígenas.

Ainda de acordo com Silva (2000), e apesar das orientações legais em contrário, originadas no período sebastianista, colonos continuaram avançando na captura de indígenas, avanço justificado em decorrência da brandura da lei para aproveitar as terras.

Entretanto, um novo pretexto foi elaborado, baseado na lógica do direito à vida e salvação da alma e uma nova exceção foi criada. Segundo Silva (2000), a intenção era boa, porém perigosa, pois dizia que uma vez comprado, preso seria o indígena ameaçado por suspeita de antropofagia ou comércio ilegal. Com todo esse controle legal sobre a ideia de servidão ou não dos indígenas brasileiros, novos engendramentos foram

elaborados com o intuito de ter os indígenas como mão de obra gratuita e em regime de servidão.

Embora os indígenas unidos pela língua e pela cultura representassem uma unidade grupal, com aspectos harmônicos, a ideia de organização política, com um poder central, segundo Cunha (1986), era nula. Na realidade, a vida tribal era dividida em unidades étnicas, com certa autonomia e independência, e, conseqüentemente, com diferenças em suas representações étnicas (Ribeiro, 1996).

O aparato tecnológico europeu também representou outro conjunto de elementos que pretendia seduzir os indígenas. Aspectos relacionados com a caça, a pesca, a habitação e até mesmo armamentos representaram instrumentos de sedução na conquista dos gentios. A agricultura, com a possibilidade da utilização de instrumentos metálicos, representou um lugar privilegiado para uma maior eficácia das atividades produtivas, sendo o machado e a enxada inicialmente os mais importantes.

Todas estas facilidades e benesses, ao que parece, surtiram um efeito devastador nas relações interétnicas. O processo de associação com os colonos parecia uma situação natural, à medida que muitas tribos se uniram com os colonizadores para combaterem outras tribos. Na realidade, todos esses aparatos tecnológicos alteraram de forma definitiva a realidade dos indígenas, colocando-os em uma situação dicotômica e contrária em relação aos colonos e, sobretudo, em relação às outras etnias.

A nova realidade colocou o indígena na posição de ser visto e se ver a si próprio, como afirma Ribeiro (1996), como o outro, percorrendo um caminho, mas definitivamente, mantendo-se e sendo mantido a margem, ele próprio agarrado naquilo que o autor chama lealdade étnica singular. Quando se acomodava era colocado à margem pela sua rusticidade e desajustamento. Se resistisse, era marginalizado porque sua identidade cultural, linguística, seu *ethos*, contradizia uma nova realidade vigente.

Assim, após o primeiro século de colonização, a Coroa Portuguesa deveria escolher entre duas propostas de domínio. A primeira traduzia-se em dominação - exploração dos colonos com o uso da violência; a segunda seguia o caminho da ideologia católica, como forma de socialização proposta pela Igreja, mas que também não se distanciava da primeira, pois previa a perseguição e condenação dos hereges daquele tempo (Ribeiro, 1996).

O resultado dessas duas possibilidades foi, conforme afirmou Ribeiro (1996), o surgimento de uma nova estrutura social entre indígenas e portugueses, resultante do choque cultural, da apropriação violenta do território e escravização barata e renovável: o cunhadismo.

O costume do cunhadismo, "maneira indígena de incorporar estranhos à sua comunidade através do casamento" (Missagia, 1999, p. 247), permitiu a criação desse desenho cultural eminentemente diversificado que ainda se vê no Brasil. Conforme Ribeiro (2006) funcionava de forma mercantilista e representou a principal instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro.

Por meio da *temericó* - moça dada - os portugueses relacionavam-se com os indígenas, considerando-os parentes classificatórios. Como cada europeu podia fazer vários casamentos, o cunhadismo acabou servindo de metodologia de recrutamento de mão de obra para trabalhos pesados, que tanto interessava aos colonizadores (Ribeiro, 2006; Couto, 2000).

O cunhadismo também se sustentou em outros dados históricos. Não há relatos da presença de mulheres nas missões destinadas ao Brasil. O papel da mulher estava claramente definido: casar-se ou se recolher ao claustro de um convento. Segundo Miranda (1999) e Braga (2007), apenas na metade do século XIX é que a coroa portuguesa fez concessões à vinda de mulheres solteiras para a colônia.

Desse modo, o cunhadismo, de acordo Couto (2000), contribuiu com a incorporação de muitos hábitos tupis - alimentação, formas de sociabilidade - provocando assim a aculturação dos colonos. Também colaborou em grande parte, se não na totalidade, para definir o destino do indígena brasileiro, que já vinha sendo ao longo dos anos alvo de guerras e das políticas de assimilação e acomodação dos colonos.

O cunhadismo, portanto, desindianizou as etnias indígenas, transformando-as, pelo processo de miscigenação, em um novo conjunto de indivíduos, desenraizados cultural e linguisticamente, logrados em um espaço ainda não determinado entre a sua origem e um destino absolutamente desconhecido.

Com uma posição antagônica, Freyre (1999) afirma que, no processo de colonização do Brasil, ocorreu o encontro de duas culturas, uma desenvolvida e outra subdesenvolvida, de forma harmoniosa. Para Freyre (1999), os portugueses eram um povo constituído por etnias e culturas diferentes, o que os tornava possuidores de uma

flexibilidade e mobilidade para conviverem com a diversidade cultural, ainda que o outro pertencesse a uma raça inferior.

Segundo Freyre (1999), a colonização portuguesa no Brasil foi inovadora por suas técnicas econômicas e suas políticas sociais. No primeiro momento, os portugueses ativeram-se ao desenvolvimento da riqueza vegetal. Em seguida, passaram a utilizar o conhecimento dos indígenas, até mesmo o das mulheres.

Essa integração bem-sucedida, conforme Freyre (1999), levou à escolha das mulheres indígenas para a constituição de novas famílias, o processo descrito como cunhadismo (Ribeiro, 2006). Essa política de desenvolvimento evitou a segregação e o extermínio do indígena brasileiro, como ocorreu com povos dos demais países sul-americanos.

Pra Freyre (1999), o termo democracia racial designa a ideia de relações sociais no campo da igualdade e direitos para todos. Ribeiro (2006), no entanto, declara que a democracia racial é uma falácia, pois inúmeras etnias indígenas que foram vítimas do extermínio. Freyre (1999), cita como exemplo da prática dessa igualdade a miscigenação, que provocou um crescimento paulatino dos mestiços. Na perspectiva freyriana, o desaparecimento dos indígenas deu-se pela mistura das raças e não por intolerância a uma raça considerada inferior.

O processo de miscigenação deu origem a esse novo e singular povo brasileiro composto por brasilíndios (Ribeiro, 2006), cujo processo cultural colocou o indígena e posteriormente o negro, como submissos, impossibilitados de desfrutar de qualquer direito social, conduzindo-os a apresentarem dificuldades em se identificar e se reconhecer.

Ianni (2001), em seu texto *Tipos e mitos do pensamento brasileiro*, elabora uma série de importantes possibilidades sobre a compreensão do povo brasileiro, cujas interpretações, sempre acompanhadas de inquietações e interrogações, permitem reafirmar a hipótese de que “o Brasil é uma nação em busca de conceito, uma nebulosa movendo-se no curso da história moderna em busca de articulação, direção” ( p. 4).

O autor ainda afirma que

o Brasil é visto e marcado como um país patriarcal que se forma e desenvolve no curso dos séculos de escravismo, com desdobramentos no coronelismo, caciquismo, oligarquia; tudo isso no âmbito de algo denominado luso tropicalismo, sem esquecer a contínua e

reiterada associação, mescla ou confusão entre privado e público, ou será o Brasil este país singularizado por ser uma ‘democracia racial’, a despeito dos séculos de regime de trabalho escravo e da forma pela qual são tratados o índio, o negro, o árabe e outros, deste ‘laboratório racial’ (p. 6, grifo do autor).

Por ocasião da Proclamação da República (1822), o Brasil contava com aproximadamente 14 milhões e 300 mil habitantes, conforme dados do censo de 1890. Segundo o censo foram assim descritos os contingentes populacionais: seis milhões de brancos, dois milhões de negros, cinco milhões e 900 mil pardos e 440 mil indígenas.

## **1.2 . Período republicano: aspectos históricos e legais**

Em *A história dos índios do Brasil*, Cunha (1992) descreve a distorção na relação historiadores e populações indígenas, movidas por dois equívocos: primeiro, consiste no equívoco histórico da supressão da figura do índio da narrativa histórica, privilegiando como epicentro da História do Brasil o expansionismo europeu. O segundo é de ordem política, que reside na adoção de uma atitude paternalista, sobretudo nos anos que antecederam a proclamação da República, quando os indígenas eram vistos com indulgência, cabendo-lhes a condição de vítimas.

Coelho (2005) indica como as transformações ocorridas no último quartel do século XIX, com a emergência da República, desconstruíram a imagem ingênua do índio, mas ainda senhor do seu destino e o colocou como uma figura acéfala, fazendo desaparecer a imagem construída pelo Romantismo na qual Iracema, de José de Alencar, é uma representante privilegiada. A República e as formulações sobre miscigenação e a raça foram, segundo o autor, determinantes nesse sentido.

A República destronou, além do Imperador, o indígena, o qual, segundo Coelho (2005) foi retirado do seu lugar privilegiado, por Tiradentes, cuja imagem branca e de mártir atendia aos interesses da religiosidade popular.

Estudos empreendidos por Lima (1995) sobre as representações do índio no material didático da educação básica no Brasil e posteriormente divulgado por Coelho (2005) apresentam as seguintes conclusões:

Há estruturas cognitivas profundas e longamente inculcadas na maneira de pensar a história brasileira que orientam a percepção e permitem a reprodução de certo universo imaginário em que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis, dotados de essências a-históricas e objeto de preconceito; nunca saem dos primeiros capítulos dos livros didáticos; são vaga e genericamente referidos como um dos componentes do povo e da nacionalidade brasileira (...) dotados de trajeto próprio, participantes de guerras pelo controle de espaços geográficos específicos, inimigos, mas também, muitas vezes aliados (...) (Lima, 1995, p. 48).

Desse modo, o Brasil que se tornou independente a partir de 1822, traçou um novo caminho, que se deu na disputa política dos interesses regionais divergentes. Ficou a cargo dos grupos dirigentes a tarefa de definir os membros da nação, estabelecendo a quem cabiam direitos políticos nesse novo modelo social, excluindo dessa categoria os escravos e os indígenas.

Para Sposito (2006), o autor dessa proposição foi o deputado constituinte Vergueiro – um dos setenta deputados eleitos como membro do Reino Unido a Portugal e Algarves, Representante do Brasil nas Cortes de Lisboa – autor da emenda à epígrafe do capítulo 1 – “Dos membros da sociedade do Brasil” substituindo-a pela forma: Dos cidadãos do Brasil.

O deputado pretendia eliminar a tortuosa característica das diferenciações. Segundo Sposito (2006), a emenda pretendia afirmar que brasileiros eram os cidadãos do Brasil, eliminando dessa categoria os não brasileiros, disto é, os negros, os estrangeiros e os nativos. O constituinte Vergueiro também categorizou os cidadãos como passivos e ativos. Cidadãos passivos eram todos os nacionais que não possuíam renda suficiente para pertencerem a determinados grupos sociais. Os segundos cidadãos de direito – cidadãos ativos – tinham sua situação reconhecida com base no valor das suas posses.

Os escravos também, segundo Sposito (2006), se enquadravam em uma categoria juridicamente prevista na nova ordem: representavam um patrimônio dos nacionais que caberia a Constituição garantir. Havia sido feito um alto investimento nesse tipo de mão de obra que, sem reconhecimento de quaisquer direitos, figuravam como mercadoria. Os indígenas também se enquadravam na categoria de escravos, ainda que sua escravidão fosse restrita as atividades produtivas e não a um mercado de mão de obra, conforme esse

novo ordenamento político. Assim, a imagem cultuada do indígena construída pelo Romantismo passou a significar o atraso da nação: “Ainda éramos uma terra de Botocudos e Aimorés” (Silva, 1995, p. 33).

A política nacional recém-construída, com base na nova realidade, a republicana, alterou de forma substancial o cenário político, mas também o fez nos aspectos econômicos. A monocultura canavieira, em declínio, é sobrepujada pela também monocultura do café. A virada do século XIX caracteriza, em termos econômicos pela expansão das terras cultiváveis e das fazendas coloniais de café.

O início do século XX foi marcado por turbulências políticas e pela economia denominada café com leite, referência de São Paulo (café) e Minas Gerais (leite). Foi em 1910, criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tendo como seu primeiro diretor Cândido Rondon.

Nesse contexto, os ideólogos fundadores da nação brasileira viam-se confrontados com a dificuldade de conciliar os postulados da superioridade racial e intelectual do tipo humano de pele clara identificado com a origem européia com a realidade da população brasileira, caracterizada por ampla variedade de tipos físicos e colorações da pele. Com esse dilema imaginado construiu-se o que se reconhecia, conforme os padrões da época, como as primeiras reflexões científicas sobre o processo de formação nacional. A influência do racismo científico sobre os autores e os discursos fundadores da nação só perderam seu ímpeto nos anos de 1930, com a consolidação da ideologia nacionalista, que recusava as hierarquias racistas e celebrava as virtudes do Brasil.

No plano social, a miscigenação, defendida por Freyre (1999) e severamente criticada por Ribeiro (1996; 2006), teve reflexos no plano político e a ideologia nacionalista da mistura de raças e culturas encontrou sua materialização mais acabada na Campanha de Nacionalização, empreendida por Getúlio Vargas, a partir de 1938.

Os ventos do Estado Novo construíam novas possibilidades, incluindo o aumento do orçamento do SPI que, em 1930, havia sido reduzido à metade. O regime de Vargas, para glamourizar o indígena, encontrou no ardente colaborador – Cândido Rondon, alvo da atenção do Estado Novo a questão indígena e seus problemas, de tal forma que, em 1944, o orçamento do SPI era o segundo mais alto dos 35 anos da sua história.

Portanto, com o Estado Novo (1937-1945) caracterizado pela centralização do poder federal, pela ampla intervenção estatal na economia e na sociedade e por um

programa nacionalista, as populações indígenas, até então vitimadas pelo advento da Proclamação da República, voltaram a ser objeto de interesse na construção do Estado brasileiro. Em agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas esteve na aldeia dos índios Karajás, na ilha do Bananal, no Brasil Central. Foi o primeiro presidente brasileiro a visitar uma área indígena (Garfield, 2000).

Como parte do seu projeto multifacetado de construção de um Brasil novo – mais independente economicamente, mais integrado política e socialmente, Vargas voltou-se para o valor simbólico dos aborígenes. Os indígenas eram defendidos por Vargas por conterem as verdadeiras raízes da brasilidade. Vargas prometera distribuir terras para os indígenas e caboclos configurando uma política clara de fixação do homem a terra. Assim, o Estado extirparia as raízes do nomadismo, convertendo os indígenas e caboclos em cidadãos produtivos. O SPI iria doutrinar os indígenas “fazendo-os compreender a necessidade do trabalho” (Garfield, 2000, p. 29).

Os indígenas, a essa altura da história, foram novamente convocados para o palco da política nacional. A redescoberta do indígena na verdade, faz parte de um projeto do governo Vargas de popularizar e desenvolver o Oeste nacional, já que o desenvolvimento do país quase que exclusivamente se concentrara nas regiões litorâneas.

Assim, para garantir a sobrevivência dos indígenas, conforme determinação da Constituição de 1937, o SPI demarcou as terras indígenas. Rondon, positivista ortodoxo, creditava no progresso inevitável das sociedades como evolução dos chamados estágios de primitivismo ao racionalismo científico. Apropriou-se dessa determinação constitucional e declarou, conforme dizeres de Garfield (2000): “Não queremos que o índio permaneça índio. Nosso trabalho tem por destino sua incorporação à nacionalidade brasileira, tão íntima e completa quanto possível” (p. 30).

Entretanto, a tática não era nova. Ainda no início do século XX, a Semana de Arte Moderna (1922), em São Paulo, também abraçou a cultura indígena com o Manifesto Antropofágico de 1928. Dessa forma, o período do Estado Novo, apesar de proclamar autenticidade própria, na realidade adotou um modelo corporativista de origem européia cujo principal objetivo era ordenar e reordenar a sociedade brasileira, o que, assim como nos países europeus, possibilitou ao governo redefinir os grupos considerados indesejáveis.



O advento da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil entrou formalmente em 1942 serviu para convocar o indígena, mais uma vez, para provar seu caráter nacional contribuindo para os esforços de guerra com a produção agrícola e da borracha. De fato, o abraço simbólico do indígena pelo Estado Novo acabou por sufocá-lo. Esmagados pela retórica do governo, os indígenas tiveram que lutar para expressar seus próprios pontos de vista em relação à sua terra, comunidade, cultura e história. Havia, em relação aos indígenas uma proposta governamental de um projeto assimilatório.

No entanto, ao mesmo tempo que tutelava os indígenas e adotava políticas paternalistas, o sistema permitia o descuido sistemático dos interesses indígenas: políticas foram adotadas pelo Estado sem consultar os grupos indígenas, considerados incompetentes para cuidar de seus próprios assuntos. O SPI assim se pronunciava em 1939: “o índio, dado o seu estado mental, é como uma grande criança que precisa ser educada” segundo Garfield (2000. p. 33).

Em sua obra, *Nossos índios nossos mortos*, Martins (1954) reúne uma série de importantes reportagens, depoimentos e artigos publicados sobre a situação indígena vivida nos anos posteriores à Marcha para o Oeste, quando a atividade agropastoril invadem as regiões Centro-Oeste e Norte do país, com uma política expansionista e de demarcação de grandes áreas devastadas para a criação de gado e o cultivo da terra.

A BR 080 (Xavantina - Cachimo) com cerca de 500 quilômetros de extensão encontra a BR 165, a conhecida Cuiabá Santarém, compreendendo um complexo transamazônico de rodovias. Elas cortam o Parque Xingu, retirando, segundo Martins (1954), a área mais rica e produtiva da reserva, numa extensão de 8.150 km.

Martins (1954) argumenta que, em um país de 8 milhões de Km<sup>2</sup> quadrados com uma população, na época de aproximadamente 100 milhões de habitantes, tendo o Parque Xingu com cerca de 22 mil km<sup>2</sup>, não se justifica a construção de uma rodovia que corta essa área de reserva se comparado ao total da área do país.

Importante estudo realizado por Santos e Coimbra Jr. (2000), *Saúde, minorias e desigualdades: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil*, mostra a realidade vivida pelas etnias indígenas. O estudo indica que, na América Latina e em especial no Brasil, essas minorias vivem aos milhares, se não aos milhões, abaixo da linha da pobreza, em situações de absoluta miséria.

Se nas questões econômicas e níveis de riqueza, a pobreza é uma realidade ainda verificada nas populações negras e indígenas, nas últimas décadas, modificaram-se as previsões em relação às questões demográficas. Nos anos de 1980, já ressoavam vozes com timbres mais otimistas quanto ao futuro demográfico dos povos indígenas.

Segundo Santilli (2000) e Melatti (2007), surge como mais surpreendente e extraordinário nas relações entre os indígenas brasileiros, a possível reversão histórica da demografia indígena. Certamente seria temerário afirmar que os indígenas, afinal, sobreviveram, e que essa é uma realidade concreta e permanente. Porém, há fortes indícios de que as populações indígenas sobreviventes vêm crescendo nas últimas três décadas, surpreendendo as expectativas alarmantes de tempos atrás.

Apesar de o contingente das populações indígenas ocupar o centro das discussões, as bases de dados assumem novas configurações. O centro da questão ainda está, não na densidade demográfica das populações indígenas, mas, sobretudo, nas discussões acaloradas que a densidade demográfica indígena pode causar nas questões fundiárias, e no impacto que esse crescimento populacional pode provocar (Santilli, 2000).

Se o crescimento das populações indígenas já é uma realidade, a carência de dados que o comprovem ainda está longe de assumir caráter definitivo. Houve a inserção do item classificatório cor da pele, específico para identificar povos indígenas no censo de 1991, já que em censos anteriores os indígenas eram contabilizados como pardos ou amarelos (Santilli, 2000). Apesar dessa nova realidade demográfica, há uma compreensão de que esse crescimento da população indígena não produzem melhores condições na qualidade de vida das populações indígenas. Tudo indica que o seu cotidiano não foi alterado, nem melhorias foram apresentadas para permitirem aos povos indígenas alterarem seu atual estado de abandono.

Quando comparados os dados dos indígenas (tabela 1) com os dos não indígenas, nomeadamente os brancos (tabela 2), a discrepância numérica em relação ao percentual de pessoas ocupadas, ou com alguma ocupação na semana de referência se acentua.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação, sexo e cor ou raça.<sup>1</sup>

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Percentual)	
Situação do domicílio - rural	
Sexo = Total (Masculino - Feminino)	
Cor ou raça = Indígena	
Ano = 2008	
Brasil e Região Geográfica	
Brasil	0,07
Norte	0,12

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por situação, e cor ou raça.<sup>2</sup>

Variável = Pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência (Percentual)	
Situação do domicílio - rural	
Sexo = Total (masculino – Feminino)	
Cor ou raça = Branca	
Ano = 2008	
Brasil e Região Geográfica	
Brasil	7,10
Norte	4,32

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2008); Dados reponderados em 2009 (IBGE).

Os dados demonstram que, na região Norte, onde se concentra a maior população indígena do país, há uma diferença entre o percentual atribuído aos povos indígenas e os não indígenas, sobretudo os de cor branca, ou seja, de cada 10 brasileiros não indígenas residentes na região Norte do país, na semana de referência, mais de quatro possuem alguma ocupação, o que significa alguma forma de rendimento. Em relação aos indígenas esses dados não ultrapassam a 0,13%.

Em âmbito nacional, tendo como referência a região Norte, há ainda maior decréscimo, pois a população indígena não ultrapassa 0,7% de pessoas ocupadas. Entretanto, quando comparados com os não indígenas de cor branca, os índices se distanciam substancialmente. De cada 10 não indígena branco, mais de sete possuem alguma ocupação, uma diferença de 6,95%.

A situação demonstrada pela pesquisa Pnad (IBGE, 2008) revela que, apesar do avanço demográfico constatado nas últimas décadas, de fato as melhorias das condições de vida das populações indígenas do Brasil não têm avançado na mesma proporção, refletindo o agravamento da situação de penúria vivenciada por essas populações.

<sup>1</sup> Até 2003, excluindo a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Os dados dessa tabela foram reponderados pelo peso definido pela contagem da população de 2007.

<sup>2</sup> Até 2003, excluindo a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Os dados dessa tabela foram reponderados pelo peso definido pela contagem da população de 2007.

Apesar desse aumento populacional, independentemente desse possível resgate da identidade racial pela população de cores preta, parda ou indígena, a situação de desigualdade que sofrem os grupos historicamente desfavorecidos subsiste. Uma série de indicadores revela essas diferenças, dentre os quais: analfabetismo (analfabetismo funcional), aspectos relacionados aos rendimentos, posição na ocupação, e arranjos familiares com maior risco de vulnerabilidade.

Retomando os dados do IBGE referentes ao censo de 2000/2010, cujas informações indicam um crescimento das populações indígenas de aproximadamente 0,11%, de um lado pode ele ser atribuído ao aumento demográfico e, de outro, pode também ser compreendido pelo prisma da autoclassificação, visto que os atuais censos contemplam a classificação das pessoas em brancas, pretas, pardas, amarelas e indígenas, o que não ocorria em censos anteriores.

Pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e do Desporto, na década de 1990, em livros didáticos do ensino fundamental e apresentada em março de 1994, chama atenção a análise das indicações constantes em 60 livros didáticos de Estudos Sociais, da primeira a quarta séries, para as comemorações cívicas na escola. Ao longo do ano letivo, os avaliadores encontraram 957 citações distribuídas em 39 datas diferentes. O dia do Índio – 19 de abril – foi citado em 51 dos 60 livros analisados, ocupando um lugar de destaque no calendário cívico proposto nesses livros.

Diante destes dados, surge uma indagação sobre a imagem do indígena veiculado nos manuais escolares. Em que momento o indígena aparece na história do Brasil? De que forma são tratados? Estas foram algumas das questões levantadas pelo grupo de trabalho. As respostas a essas e outras questões obtidas pelo grupo de trabalho indicam uma realidade que pouco ou nada foi alterada nos mais de quinhentos anos da história do Brasil e que são, na realidade, os mesmos anos da história escrita do próprio indígena.

As conclusões obtidas pelo grupo de trabalho dão conta de que:

a) apesar da produção e da acumulação de um conhecimento considerável sobre as sociedades indígenas brasileiras, tal conhecimento ainda não logrou ultrapassar os muros da academia e o círculo restrito dos especialistas, nas escolas, a questão das sociedades indígenas, frequentemente é ignorada nos programas curriculares ou tem sido sistematicamente mal trabalhada;

b) em sala de aula, os professores revelam-se mais informados sobre o

assunto, e os livros didáticos, com poucas exceções, são deficientes no tratamento da diversidade étnica e cultural existente no Brasil; “as organizações não governamentais, que têm elaborado campanhas de apoio aos indígenas e produzido material informativo sobre eles, tem atingido uma parcela muito reduzida da sociedade”, assinala Borges (1999, p. 13);

c) apesar da ampliação, nos últimos anos, do número de pessoas que escrevem sobre os indígenas e de algumas tentativas de produção de materiais de divulgação, constata-se que o conhecimento não tem tido o impacto esperado: os indígenas continuam sendo pouco conhecidos e muitos estereótipos sobre eles continuam sendo veiculados;

d) a imagem de um índio genérico, estereotipado, que vive nu na mata, mora em ocas e tabas, cultua Tupã e Jaci e que fala Tupi permanece predominante, tanto na escola como nos *meios de comunicação*;

e) os próprios indígenas têm percebido essa situação e começam a reivindicar uma nova forma de relacionamento com o Estado e com segmentos da sociedade com os quais mantêm contato; Nos encontros de professores indígenas, que acontecem em todo território nacional, além de discutirem a situação de suas escolas, os docentes também se pronunciaram sobre esse tema;

Essa realidade também extrapola outros aspectos da vida social cotidiana. Em *Uma visão indígena da história*, Borges (1999) relata que os educadores guaranis, de forma geral, argumentam que gostariam de ensinar a verdadeira história de sua tribo, a história dos antigos, em contraposição à história narrada e confirmada pelos mais diversos livros didáticos que chegam às suas mãos. Na maioria deles, pouca ou nenhuma referência se faz à temática indígena, e, segundo Borges (1999), quando há alguma referência, não é específica e sequer faz a tão necessária diferenciação entre os povos indígenas do Brasil, com mais de 200 etnias, cada qual com sua tradição e seus costumes. Os autores referem-se a eles apenas como índios.

Assim, esta realidade originada da política nacionalista do período Vargas ainda permeia a visão que os não indígenas têm dos indígenas, à medida que os sentenciam a uma unidade que não favorece nem determina a realidade desses povos. Se o Estado Novo classificou toda e qualquer etnia indígena apenas como índios, na realidade atual

esta nomenclatura não foi alterada. A diferença linguística, da dança, da culinária não é reconhecida.

### **1.3 Indígenas e a Legislação**

O antigo Código Civil brasileiro, de 1916, que vigorou até 2002, referia-se aos indígenas como silvícolas, e, no seu artigo 6º, dispunha sobre a sua incapacidade relativa, igualando-os aos menores de dezesseis anos, loucos de todo gênero, surdos-mudos e ausentes, que não podiam realizar atos da vida civil diretamente, ou seja, sem representação ou autorização de seu representante legal. Definia-se, portanto, o indígena como incapaz. No parágrafo único desse artigo, a tutela dos direitos indígenas era uma função que caberia ao Estado brasileiro, mas que cessaria à medida que eles se adaptassem à civilização do país.

O estatuto do índio – a Lei nº 6.001/73 promulgada em 1973 (Brasil, 1973), também apresentava o indígena na condição de tutelado e a noção de que eles eventualmente seriam assimilados à comunhão nacional, adaptando-se aos costumes da maioria do país. Com o advento da Constituição de 1988, avanços consideráveis para os direitos indígenas foram alcançados. Foi à primeira constituição brasileira a destinar um capítulo específico para a proteção desses direitos: o capítulo VIII do Título VIII (Brasil, 1988).

São reconhecidos aos indígenas muitos direitos permanentes, tais como os de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Direitos originários e imprescindíveis sobre a terra que ocupam são considerados inalienáveis e indisponíveis, com posse permanente sobre suas terras, usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, uso de suas línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem, proteção e valorização das manifestações culturais indígenas, que passam a integrar o patrimônio cultural brasileiro.

Em junho de 2002, o Congresso ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que revoga a tutela indígena e confirma a competência da Justiça Federal para julgar causas que envolvam interesses indígenas, conforme o Instituto Sócioambiental (ISA, 2002). Em 2003, passou a vigorar o Novo Código Civil

Brasileiro, o qual determina que a capacidade dos indígenas seja regulada por legislação especial. Esse novo ordenamento jurídico retirou a designação silvícola, mas nada dispôs sobre a tutela. Trata-se de um contrassenso em relação à ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

É interessante notar na revisão do Direito Civil Brasileiro, os direitos indígenas não foram especificados. O usufruto das riquezas do solo e de tudo nele existente foram mantidos, assegurando ao Estado o direito legal de posse, já que o termo usufruto define o direito de uso, mas não o de propriedade, ou seja, o indígena pode usufruir, mas não dispor das riquezas, pois se mantém na condição de indivíduo tutelado. É também um contrassenso em relação à Convenção 169.

Em 13 de setembro de 2007, um grande avanço foi alcançado em relação os direitos internacionais de todos os povos indígenas. A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, que estava em discussão havia mais de 22 anos na Organização das Nações Unidas (ONU) foi aprovada com o voto de 143 nações, dentre elas, o Brasil. Países como os Estados Unidos da América, Canadá, Nova Zelândia e Austrália foram contrários. A declaração reconhece o direito coletivo à terra, uso dos recursos naturais e a autodeterminação política dos povos indígenas, entre vários outros direitos (ISA, 2002).

No entanto, um novo Estatuto do Índio, provavelmente a legislação especial a que se refere o Novo Código Civil (Brasil, 2002), ainda não foi votado no Congresso Nacional, embora, desde 1991, tramite um projeto de revisão daquela legislação. Portanto, os direitos indígenas, em que pesem os avanços ditados pela Constituição de 1988 e dos organismos internacionais, ainda não são totalmente passíveis de serem aplicados, pois falta uma legislação específica infraconstitucional que esteja em consonância com as novas determinações e conquistas e torne-os direitos indígenas passíveis de serem exercidos.

Apesar dos avanços legais, do crescimento das populações indígenas, das novas possibilidades de demarcações dos denominados territórios indígenas, pesquisa realizada por Santilli (2000) sobre a opinião dos brasileiros sobre os indígenas, demonstra que, permanecem imutáveis algumas perspectivas dessa relação intergrupala – indígenas e não indígenas. A pesquisa aplicada entre os dias 24 e 28 de fevereiro pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), no ano de 2000, entrevistou duas mil pessoas de ambos os sexos em todo o território nacional.

A pesquisa ponderou diferentes dados do perfil da amostra, tais como gênero, idade, renda, grau de instrução, região e tamanho do município de residência, de forma a construir um conjunto que refletisse o espectro da opinião pública. Outro dado importante apresentado sobre a metodologia da pesquisa é que ela não foi feita sob nenhum impacto de acontecimento político ou público que envolvesse a questão indígena. Construída com categorias bons ou violentos, atrasados ou diferentes, explorados ou privilegiados, termos aplicados aos indígenas, a pesquisa buscou respostas sobre a imagem desse contingente populacional, na opinião dos não indígenas.

Quando perguntados se os indígenas conservam a natureza, 88% dos entrevistados responderam positivamente. À questão seguinte que indagava se os indígenas são bons, mas aprendem coisas ruins com os não indígenas, 78% responderam que sim. Comparando ambas as questões, vê-se que, em um primeiro momento a ideia de bom selvagem, conforme denominado por Santilli (2000), aparece com clareza, em contrapartida com a ideia subjacente da tese de baixa autoestima, ela é apenas sugerida no percentual apresentado na segunda questão.

No tocante à questão sobre a violência dos indígenas 59% afirmaram não considerar os indígenas violentos. O autor enseja uma interpretação que parece plausível: os respondentes que disseram não reconhecer e não temer a possível violência indígena o fizeram porque não conhecem os indígenas como não mantêm contato com eles, logo definiram a questão em decorrência do próprio desconhecimento do povo indígena.

Perguntados se a quantidade de terras destinadas às áreas indígenas, ressaltando que a população indígena na época da pesquisa representava algo em torno de 0,31% da população total do Brasil e que as demarcações cerca de 11% do território brasileiro, 22% disseram que se trata de muita terra; 34% afirmaram que é a quantidade certa de terra, empatando com a opção pouca terra que também obteve 34% das respostas. As respostas indicam a exata opinião dos não indígenas sobre questões que envolvem demarcação de terras, discriminando positivamente os direitos territoriais indígenas e desconsiderando uma das suas principais características: serem indivíduos nômades.

Dentre as várias perguntas apresentadas, uma chama a atenção pela precisão e por demonstrar um contrassenso em relação às opiniões coletadas nas questões anteriores. Quando perguntados se os indígenas deveriam ser educados de acordo com a cultura da maioria do país, 52% responderam que sim. Apesar de os respondentes acreditarem que



todos devem ter o direito à educação, observa-se que educar o indígena à maneira dos não indígenas é, na realidade, desejar que todos – incluindo o indígena – apresentem os mesmos valores culturais, linguísticos e religiosos.

As duas últimas questões apresentadas e interpretadas demonstram com exatidão o pouco conhecimento dos não indígenas em relação aos indígenas. Em relação a questão que se refere à demarcação de terras indígenas, os dados indicam que, apesar de serem favoráveis, na verdade desconhecem as características nômades dos indígenas. A segunda questão também apresenta percentual favorável à educação de acordo com a própria cultura da maioria do país, o que na realidade indica a repetição do mesmo comportamento do colonizador, que pretendia cristianizar, catequizar e educar segundo sua própria lógica, desconsiderando a cultura do outro.

Dessa forma, caso ignore a realidade de todos aqueles que pertencem a determinada etnia, desconsiderando o que ela representa em termos históricos para o Brasil, constrói-se uma generalização errônea, cuja generalização com base em preconceito étnico.

A história do indígena brasileiro, nos vários aspectos que a compõem, foi construída a custa de um processo civilizatório baseado na definição do indígena como sendo o outro das relações (exogrupo). Primeiramente, houve a tentativa de assimilar, aculturar o indígena por meio das mais variadas formas. O colonizador o exterminou, inicialmente pela via da violência e depois através do processo do cunhadismo.

Com a alteração do regime monárquico para o republicano, o indígena passou a ser tutelado pelo Estado, em decorrência da ideia de incapacidade para a vida cidadã. O indígena passou a fazer parte da nação e, portanto, deveria ser incorporado à nova realidade expansionista empreendida pelo Estado Novo. A ideia da incapacidade dos povos indígenas em gerir suas próprias vidas, levou o Estado a assumir esse papel, definindo o lugar do indígena na nação brasileira, situação que ainda permanece.

E, por último, no tocante aos aspectos legais, a regulamentação da relação entre povos indígenas e não indígenas apresenta-se tendenciosa, ou seja, o direito à terra indígena é restrito e limitado. O Estado brasileiro é o tutor responsável por determinar e autorizar quem deve usufruir da terra e em que patamar as áreas devem ser demarcadas e homologadas. Ao indígena, cabe o direito de lá permanecer, sem que possa tomar decisões em relação à exploração do subsolo, dos rios e da biodiversidade existente.

## Capítulo II

### Preconceito

---

#### 2.1 Compreendendo o fenômeno

A compreensão do preconceito como um construto científico emergiu apenas ao longo do século XX, relacionado, sobretudo, à questão racial. Até então, e basicamente durante o século XIX, grande parte da comunidade científica norte-americana e européia não se preocupava com a questão, por que se baseava na premissa de que realmente havia diferenças entre as raças, por umas serem inferiores a outras. Naquele momento, falar de preconceito racial não tinha nenhum significado especial (Lima, 2002).

Entretanto, há que se assinalar que, na segunda metade do século XIX, já havia um princípio de sistematização na Europa da ideologia da hierarquização dos homens em razão das pertenças raciais (Machado, 2000).

Autores franceses, como *Arthur de Gobineau*, que, em 1852 publicou o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, ou *Georges Vacher de Lapouge*, que, no final do século escreve, dentre outros títulos, *O ariano e o seu papel social* (1899), são habitualmente dados como os principais sistematizadores deste pensamento, mesmo que ainda embrionário.

Assim, a ideia de preconceito que expressa, sobretudo, um posicionamento negativo em relação a um grupo social, também pressupõe, como o seu nome já indica, um "prejulgamento negativo sobre os membros de uma raça ou religião ou sobre os ocupantes de qualquer outro setor social" (Jones, 1972). Entretanto, foi a obra seminal de Gordon Allport (1954) *The nature of prejudice*, na qual a influência de traços de personalidade, emoções e cognições, foi investigada com maior ênfase, é considerada o surgimento do estudo do preconceito.

Segundo Allport (1954-1977-1979), o preconceito pode ser definido como sendo uma "atitude hostil ou prevenida contra uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a este grupo, supondo-se, portanto, que possui as qualidades atribuídas a este grupo" (p. 22).

Em outros termos, as generalizações, como processo de construção do preconceito podem ser compreendidas como um sentimento de via única (Fernandes, 2008), que parte do grupo majoritário em direção ao grupo minoritário. Elas são capazes de denegrir a imagem social, intelectual e íntima da vítima prejudicando de forma irreparável a identidade social dos grupos discriminados.

Na primeira metade do século XX, os estudos sobre o preconceito e suas formas de expressões foram férteis. Nomeadamente nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, onde foram desenvolvidas diversas teorias na tentativa de explicar os comportamentos de exclusão e de diferenciações interindividuais e intergrupais (Adorno, 1950-1993; Berkowitz, 1962; Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939; Rokeach, 1960).

Entretanto, os estudos sobre o preconceito que segundo Cabecinhas e Amâncio (2004), podem ser compreendidos como uma clivagem entre as representações do grupo de pertença e as representações de outro grupo, ao longo dos anos vem sofrendo alterações consideráveis. A partir da Segunda Guerra Mundial, o conceito de raça, foi progressivamente substituído pelo de grupo étnico, assente em diferenças culturais e comportamentais e não mais em diferenças genotípicas (Cabecinhas, 2004).

A Unesco (1960/1973) recomendou, a partir de então, o abandono da palavra raça no meio científico e a adoção e uso da designação grupo étnico, por considera-la não discriminatória. Desde então, a expressão grupo étnico tem sido utilizada para referir-se aos grupos em situações sociais minoritárias.

O fato, segundo Cabecinhas e Amâncio (2004), da hierarquização racial ter sido banida do discurso público e científico, não exclui comportamentos e percepções racistas, de tal forma que, como a hierarquização racial é contranormativa, as pessoas têm tido o cuidado de velar os seus discursos discriminatórios, deslocando e enfatizando as diferenças culturais.

Apesar de a ideia de classificação humana por raça ser ultrapassada, continua a estruturar a percepção que se tem acerca dos outros e a operar o discurso de exclusão, ainda mais ou menos camuflada, mas, sobretudo, naturalizada, o que significa dizer que o discurso não racializante de grupos humanos constituiu na construção de novas expressões do preconceito.

Nesse novo cenário, as pesquisas sobre o preconceito étnico racial, nos EUA, na Europa e no Brasil, têm apresentado resultados que apontam transformações na sua forma de expressão (McConahay & Hough, 1976; McConahay, 1986; Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Pettigrew & Meertens, 1995; Brown, 1995; Lerner, 1980; Turra & Venturi, 1995; Lima & Vala, 2004), cujos resultados demonstram que as pessoas cada vez mais se preocupam em não ferir as normas antirracistas, preservando, desse modo, sua autoimagem de pessoa igualitária, ao mesmo tempo em que busca utilizar a diferenciação intergrupar como forma de atender à norma.

Os recentes resultados dos estudos sobre o preconceito nos EUA (Pettigrew & Meertens, 1995) e no Brasil (Turra & Venturi, 1995; Pereira, Cícero; Torres & Almeida, 2003; Fleury & Torres, 2006 – 2007 - 2010), apontam uma clara interação entre modificações ambientais e alterações comportamentais. Alguns fatos podem ter influenciado preponderantemente essas transformações: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que condena há mais de cinquenta anos todas as formas de discriminação; a declaração condenatória da Unesco sobre as classificações raciais; e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas, que reconhece e estabelece aos povos indígenas o direito coletivo a terra e ao uso dos recursos naturais e à autodeterminação política.

Apesar de todos estes mecanismos terem influenciado a percepção das pessoas em relação aos comportamentos e expressões preconceituosas, diversos estudos na Europa e nos EUA demonstram que o preconceito tem mudado sua forma de expressão, na maioria das vezes buscando atender à norma do igualitarismo, mas não tem necessariamente diminuído.

De um modo geral, esses estudos indicam uma expressão do preconceito ora mais sutil e, portanto, menos flagrante (Pettigrew & Meertens, 1995), e até cordial (Turra & Venturi, 1995), como no caso brasileiro, cumprindo a norma de não discriminação, gerando uma atitude do politicamente correto.

## 2.2 Níveis de análises

As investigações do fenômeno do preconceito que, ao longo do século XX, foram elaboradas possibilitaram a formulação de teorias que podem ser compreendidas com base em sua cronologia, mas, sobretudo, pelos níveis de análise. Desenvolvidos pela Escola de Genebra, essa perspectiva explica as práticas discriminatórias mediante quatro níveis de análise das teorias psicológicas. O modelo de análise proposto (Doise, 2002) trata as atitudes preconceituosas tendo como referência a compreensão individual, interpessoal, intergrupar e societal.

Em seu artigo - *Da psicologia social à psicologia societal*-, Doise (2002) alerta que não se trata de uma possibilidade classificatória, mas antes de tudo uma possibilidade de análise. O primeiro nível de análise focaliza o estudo dos processos intraindividuais. “Os modelos utilizados tratam da maneira pelas quais os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente”, afirma Doise (2002. p. 2).

O segundo nível descreve os processos interindividuais e situacionais. Os indivíduos são considerados como intercambiáveis e são os seus sistemas de interação que fornecem os princípios explicativos típicos das dinâmicas desse nível.

Um terceiro nível leva em conta as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações sociais, características de uma sociedade, e analisa como suas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis. Segundo Doise (2002), sobretudo, as pesquisas com grupos de *status* diferentes, dominantes e dominados, majoritários e minoritários, situam-se nesse nível de análise.

Um quarto nível remete aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais. Doise (2002) indica que as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais. Portanto, articulam-se de forma privilegiada os estudos sobre o preconceito com a teoria das representações sociais.

Nesse contexto, o modelo da Escola de Bristol (Tajfel, 1981) surgiu com uma perspectiva no quadro das relações que pretende não apenas ultrapassar, mas, sobretudo, extrapolar os estudos das relações de conflito no nível intraindividual e interindividual para o nível das relações intergrupais. O modelo de Bristol ressalta a importância de

compreensão do fenômeno do preconceito como resultante de diferentes posições que os atores sociais ocupam, permeados por um sistema de crenças, representações e normas sociais.

Os resultados preliminares da Escola de Bristol deram conta que uma categorização provocava uma diferenciação que se traduzia em uma avaliação positiva da categoria de pertença em detrimento da outra categoria. Importava saber, nesse sentido se esse processo de categorização também se traduziria em discriminação, isto é, “num comportamento de favoritismo do endogrupo em detrimento do exogrupo” (Tajfel, 1981).

Esse objetivo orientou a construção do paradigma denominado grupo mínimo, que integrava investigações sobre as reais condições de discriminação intergrupo. Os estudos do grupo mínimo consistiam em duas experiências com sujeitos adolescentes – todos do sexo masculino – cuja primeira etapa consistiu em convidar os indivíduos a manifestarem sua preferência estética por um conjunto de quadros que lhes eram apresentados – Klee e Kandinsky. Simultaneamente, um experimentador que supostamente considerava as respostas, na verdade fazia a distribuição aleatória dos dois grupos (Álvaro & Garrido, 2006).

Na segunda etapa, os indivíduos eram convidados a participarem de um processo de tomada de decisão. Todos recebiam um caderno com números que representavam valores em dinheiro, que os sujeitos da pesquisa deveriam repartir entre os membros do próprio grupo e por um membro do outro grupo.

Dentre os resultados obtidos, o mais surpreendente foi o fato de os sujeitos da pesquisa manifestarem clara preferência pelo autofavoritismo relativo, mesmo que isso significasse a perda em valores absolutos. Estes dados confirmam a existência da diferenciação grupal mesmo nas situações em que só existe categorização social sem interação, nem real nem antecipada entre os dois grupos.

Com o intuito de explicar os resultados obtidos, Tajfel (1981) lançou mão do conceito de identidade social, cujos estudos originalmente foram empreendidos por Sherif (1961), na qual a questão da identidade do grupo é colocada em debate. Para Tajfel (1981), a identidade social é “a parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 291).

Quanto maior o sentimento de pertença, maior a tendência a diferenciar-se de maneira favorável ao seu próprio grupo (endogrupo) em detrimento do outro grupo (exogrupo). Assim, a identidade social, esse sentimento de pertença, ocorre segundo Tajfel (1981), com base em três pressupostos:

a) como um *continuum* indo do comportamento interpessoal ao comportamento intergrupar;

b) a identidade social não é um ato, mas, sobretudo um processo social que se operacionaliza no interior do indivíduo, no espaço das relações individuais e no espaço das relações institucionais; É, portanto, um processo intraindividual, interindividual e intergrupar, em um processo dialético pois o sujeito muda o comportamento com base na sua participação no grupo, mas também muda o grupo à medida que se alteram as concepções do indivíduo;

c) esse processo não ocorre no vazio, mas em um certo contexto histórico em que podem ocorrer fusões ou conflitos e, portanto, pressupõe certa organização social, estrutural e de legitimidade e estabilidade.

Os pressupostos apresentados por Tajfel (1981) possibilitam compreender que a identidade social pode ser compreendida como um sentimento de pertença, portanto, de crença na pertença (Del Prette & Del Prette, 2003). Permitem também inferir que a crença social, assim como o sentimento de pertença, se situa em um *continuum*, no qual um extremo se situa a crença na mobilidade social e no outro a crença na mudança social (Tajfel, 1981).

Por mudança social, pode-se entender “um movimento social que representa um esforço de um grande número de pessoas para resolver coletivamente um problema sentido como comum” (Tajfel, 1981. p. 277). Por outro lado a mobilidade social é, segundo Tajfel (1981), “o movimento dos indivíduos, famílias e grupos de uma posição social para outra” (p. 277). Assim, as crenças na mobilidade social, abrindo perspectivas de ascensão social individual, estimulam estratégias individualistas de ação (comportamentos interindividuais), ao passo que as crenças na mudança social favoreceriam estratégias coletivas (comportamentos intergrupais). Dessa forma, em ambos os casos, a relação entre crenças e ação é mediada pelos processos de identidade social e diferenciação grupal.

As críticas à escola de Bristol foram essencialmente dirigidas ao fato de Turner (1975) ter negligenciado procura da distintividade e a substituído pela motivação, pondo em dúvida a generalização, o que segundo Billing (1976) não pode existir sem a estrutura e a ideologia sociais. Para compreender a emergência de uma identidade social positiva é necessário compreender, segundo o autor, a própria emergência das condições sociais.

Apesar dessa perspectiva crítica, os estudos sobre a identidade social e o sentimento de pertença dão conta de explicar como, em situações de conflito, o grupo (ou o sujeito representante deste grupo) tende a posicionar-se de maneira favorável ao seu próprio grupo (endogrupo), em detrimento do outro grupo (exogrupo).

Nesse sentido, os níveis de análises propostos pela Escola de Genebra procuram a integração e a articulação, considerando a categorização proposta por Tajfel (1981) como um processo psicológico de estruturação do meio. Entretanto, também integra a esse processo a análise no quadro situacional ou estrutural das relações intergrupais, ou seja, integrando a estrutura e ideologia sociais (Billing, 1976).

Inspirado nos estudos sobre as relações de conflito, nos quais a sua evolução é acompanhada por uma evolução das imagens que cada grupo desenvolve de si mesmo e do outro grupo, Doise (2002) mostra que as representações desempenham três tipos de funções cognitivas nas interações entre os grupos: seleção, justificação e antecipação. A seleção traduz a centralidade dos conteúdos relevantes para a relação intergrupar. A justificação revela os conteúdos das representações que a imagem do exogrupo veicula, justificando sua posição no contexto da interação. A antecipação orienta a relação entre os grupos, e a relação entre a realidade objetiva dos grupos e a sua representação subjetiva, posiciona a escola de Genebra na perspectiva de análise psicossociológica. Neste trabalho os principais conceitos desenvolvidos por Moscovici (1978) na teoria das representações sociais são articulados com essa perspectiva.



### **2.3 As novas formas de expressão do preconceito**

Se o preconceito como era visto refletiu o contexto histórico e cultural no seu processo de construção e, apesar de alguns autores, na tentativa de distanciar conceitualmente o preconceito do racismo apresentarem uma série de distinções, como a naturalização e a hierarquização (Hirsfield, 1998) dos grupos como as características que mais acentuam essa diferença, importa neste estudo, não delimitar esses campos conceituais, mas na verdade, aproximá-los. Assim, tanto o preconceito quanto o racismo expressam-se em razão de contextos e normas sociais, historicamente aportados, evocando e referenciando um conjunto heterogêneo de fenômenos. A memória do passado cumpre, em última instância, funções sociais específicas, justificadas na assimetria das relações entre os grupos.

A liberação das fronteiras nas economias continentais, o chamado ciberespaço, conforme denominado por Levy (2002), o fluxo migratório entre países do denominado terceiro mundo e os países desenvolvidos, conduzem as nações, por meio dos organismos internacionais, a uma tomada de posição em relação aos processos discriminatórios.

Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) relatam que, em razão do fato de a discriminação contra grupos minoritários ser publicamente condenada pela lei, parece estar ocorrendo uma mudança nas formas de expressão e conteúdo do preconceito. Observa-se atualmente que, o preconceito pode decorrer não tanto pela atribuição de traços negativos, mas pela negação de traços positivos.

De acordo com Vala, Brito e Lopes (1999), pode-se supor que, atualmente, nos países ocidentais, o preconceito não se expressa pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo, mas pela negação de atributos positivos a ele. Pesquisas realizadas após a segunda Grande Guerra, nos Estados Unidos da América, em países da Europa e no Brasil indicam invariavelmente uma mudança nas formas de expressão do preconceito.

No contexto norte-americano, segundo Lima (2002), a teoria denominada de racismo moderno ou simbólico, formulada com base na escala proposta por McConahay e Hough (1976), no qual o “conceito de racismo moderno reflete a percepção de que os negros estão recebendo mais do que merecem e violando valores importantes para os brancos” (Lima, 2002. p. 43), indicando a ambivalência entre sentimentos negativos e a força da crença na igualdade e na liberdade.

Sobre a ambivalência, Katz, Wackenhut e Hass (1988) informam que é uma das características mais acentuada nas relações raciais do branco norte-americano. De um lado, valorizam a democracia e, de outro, valorizam a liberdade pessoal, gerando conflitos de sentimentos.

Em um contexto diferente, Pettigrew e Meertens (1995), também na tentativa de identificar essa nova engenharia nas formas de expressão e conteúdo do preconceito, constataram que o preconceito na Europa se apresenta de duas formas: sutil e flagrante. O preconceito flagrante é constituído de dois fatores: a rejeição de intimidade e a percepção de ameaça econômica (Fleury, 2006, Fleury & Torres, 2010). Já o preconceito sutil apresenta três componentes: “a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo, a percepção de que estes não aderem aos valores do trabalho e do sucesso e a acentuação das diferenças culturais” (Fleury, 2006, p. 82).

Com o intuito de testar esse modelo teórico, Pettigrew e Meertens (1995) pesquisaram em quatro países da Europa - Inglaterra, França, Alemanha Ocidental e Holanda - os diferentes grupos de imigrantes que residiam em cada um desses países. Os autores utilizaram questões relativas à política de imigração, direitos dos imigrantes e tolerância.

Combinando a rejeição à intimidade com a expressão emocional, Pettigrew e Meertens (1995) caracterizam três formas de relações raciais: o preconceito flagrante - alta rejeição à intimidade e negação das emoções positivas; o preconceito sutil - pouca rejeição à intimidade e negação de emoções positivas; e o igualitarismo - baixa rejeição à intimidade e expressão de emoções positivas.

Os autores também verificaram que os preconceituosos flagrantes desejavam restringir os direitos dos imigrantes, os não preconceituosos, desejam alargar os direitos e os preconceituosos sutis assumem uma posição intermediária, queriam manter os direitos como estão. No que se refere à política de imigração, os autores verificaram que os preconceituosos flagrantes aprovavam medidas drásticas do tipo *mandar embora*. Os preconceituosos sutis e flagrantes concordavam com a repatriação, quando havia uma justificação: se o imigrante estivesse ilegal ou tivesse cometido um crime.

Nesse sentido, Pettigrew e Meertens (1995, p. 11) afirmam que “racismo flagrante é a forma tradicional de racismo, podendo ser caracterizado como quente próximo e direto. O racismo sutil é frio, distante e indireto”.

Para testar a hipótese de que a discriminação se expressa atualmente não tanto pela atribuição de traços negativos, mas pela não atribuição de traços positivos ao grupo, Vala, Brito e Lopes (1999) compararam o número de traços positivos e negativos atribuídos ao português e aos imigrantes negros, em 435 sujeitos. Foi apresentada aos sujeitos uma lista com oito traços, quatro positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nesses traços, pediu-se aos participantes que indicassem aqueles que refletiam a sua opinião sobre um português típico e um negro típico.

Os autores observaram que os portugueses escolheram significativamente mais traços positivos para descreverem a si mesmos do que para configurar os imigrantes negros. Acerca dos traços negativos, Vala, Brito e Lopes (1999) não encontraram diferenças significativas. Os resultados mostram que, em relação aos afetos, houve um favoritismo ao próprio grupo.

Os resultados desses estudos também são coerentes com os pressupostos das novas teorias sobre o fenômeno do preconceito, cujo postulado indica que, após a formulação de leis que proíbem as práticas discriminatórias, o preconceito adquiriu formas ainda mais sutis de expressão (Fleury & Torres, 2007). Trata-se do preconceito aversivo.

O preconceito aversivo (Gaertner e Dovidio, 1986) é sugerido como um produto da assimilação tanto de valores igualitários como da vivência de sentimentos e crenças negativos. Esses sentimentos e crenças negativos, por sua vez, são produtos de dois mecanismos:

- a) do contexto racista onde os indivíduos são socializados e;
- b) dos mecanismos da categorização e do viés intergrupais, que contribuem para o preconceito (Tajfel, 1981), em que o termo aversivo usado por Gaertner e Dovidio (1986) refere-se à aversão ao próprio preconceito.

Assim, tanto o preconceito simbólico ou moderno, e, atualmente, o preconceito aversivo situam-se em uma posição ambivalente, pois refletem simultaneamente a crença em uma sociedade igualitária e democrática. Se a ambivalência dos sentimentos, crenças, atitudes é uma característica fundante das sociedades modernas, o racismo ambivalente (Katz, Wackenhut & Hass, 1988), também teorizado no contexto da sociedade norte-americana, resulta da hipótese de que quanto maior a preponderância dos valores do

individualismo, maior a emergência dos sentimentos negativos, portanto, maior a discriminação. Por outro lado, quanto maior a preponderância dos valores igualitários, maior a emergência dos sentimentos positivos e por consequência, menor a discriminação.

Nesse sentido, o preconceito aversivo e o preconceito ambivalente aproximam-se e se assemelham em muitos pressupostos, de tal forma, que em ambos os casos, a noção de conflito e de ambivalência está colocada em um nível intrapsíquico e a resolução desse conflito é, geralmente, resolvida de forma não consciente (Walker, 2001).

As pesquisas sobre o preconceito desenvolvidas nos EUA e na Europa (Bair e Steele, 2010; Smith e Postmes, 2009; Sindi & Reicher, 2009; Popan, Kenworth, Frame, Lions & Snuggs, 2010; Bernstein, Sacco, Brown, Young & Claypool, 2010; Bodenhausen, 2010) tem abordado os mais variados temas. Com as mais variadas abordagens, mas sempre com forte ênfase nos processos de inclusão e exclusão e das diferenças sociais, têm demonstrado, em que pese à norma, uma tendência de alteração substancial de expressão do fenômeno do preconceito.

Correll, Park, Judd, Wittenbrink, Sadler & Keesee (2007), em seu artigo *Across the thin blue line: police officers and racial bias in the decision to shoot*, descrevem, em um dos muitos estudos sobre o preconceito, que aborda a rapidez com um policial decide atirar quando o alvo é uma pessoa de cor branca ou de cor negra, em comparação com membros da comunidade civil, apontam resultados surpreendentes:

a) quando o alvo não tinha uma raça definida, os policiais eram superados pelos membros da comunidade; b) sendo o alvo uma pessoa de cor branca, tanto policiais como comunidade não apresentaram diferenças substanciais; c) sendo o alvo uma pessoa de cor negra, a rapidez dos policiais em atirar, mesmo nas situações controle, foi superior aos membros da comunidade (Correll, et al. 2007, p. 3).

Morais, Camino, Alvaro e Torres (2011) em recente estudo apresentado no *VI PhD meeting in social and organizational Psychology*, na cidade de Lisboa, Portugal, sobre a violência policial contra minorias (marroquinos, equatorianos, dominicanos etc) na Espanha, demonstram, dentre outros resultados que a violência policial é mais tolerada contra grupos minoritários. Machado (2000) em *Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptua* aponta resultados de pesquisas comparativas entre a

Holanda e os EUA, cujos resultados consideram serem válidos para outras sociedades dominadas por brancos. Apesar de a Holanda ser considerada segundo as pesquisas de Pettigrew e Meertens (1995), um dos países com uma norma antirracista flagrante mais forte e mais profundamente estabelecida, o valor da tolerância, tido pela sociedade holandesa como um dos seus traços culturais mais marcantes, é problemático quando aplicado às relações hierárquicas entre grupos.

Em outras palavras, a tolerância, afirma Machado (2000), "pressupõe que um grupo tem o poder de ser tolerante e que os outros terão de esperar para ver se vão ser rejeitados ou tolerados" (p. 6), o que pressupõe uma hierarquização nas relações intergrupais. Por esse prisma, a tolerância pode ser vista como uma expressão de preconceito, sobretudo, sutil e ainda mais, normativo.

Nos estudos de Wieviorka (1993), em que pese a transmutação do preconceito flagrante para formas mais sutis, a mudança qualitativa e operativa do fenômeno passa para o nível político, isto é, quando ele se torna o princípio de ação de uma força política, o fenômeno apresenta formas mais graves: operacionalizam-se de modo institucional.

Nesse estágio, essa força política "capitaliza as opiniões e os preconceitos, mas também os orienta e desenvolve; reclama-se de elementos doutrinários, que deixam de estar marginalizados; dota-se de intelectuais orgânicos; inscreve-se numa tradição ideológica, ou funda-a, ao mesmo tempo em que apela no sentido de medidas concretas de discriminação ou de um projeto de segregação racial" (Machado, 2000. p. 9).

É justamente nesse salto de um plano não político para um plano político, que o preconceito adquire formas institucionalizadas, não se reduzindo apenas a ações de indivíduos, grupos ou instituições isoladas, mas, configurando-se como um fenômeno de proporções mais graves, pela via da intervenção de agentes de institucionalização ativa.

Não seriam as políticas de ações afirmativas a institucionalização do preconceito, à medida que definem e, portanto, segregam grupos denominados minoritários? Wieviorka (1993) argumenta que o mais inquietante nessas situações não é a existência de um preconceito difuso, mas a de atores políticos susceptíveis de fazer o preconceito assumir a linha de frente, tornando-o uma força de mobilização capaz, ele próprio, eventualmente, de chegar até ao poder de Estado.

Essa possibilidade de análise permite compreender, apesar de os estudos de Wieviorka (1993) serem visivelmente marcados pela experiência francesa e,

nomeadamente, pela expressão política do Partido da Frente Nacional – com uma validade mais geral, se não seriam, os indígenas brasileiros, vítimas de um preconceito institucionalizado, do tipo político? Ou ainda, não seria de compreender que a tutela do Estado em relação aos povos indígenas é uma possibilidade institucionalmente preconceituosa de tratar essas minorias étnicas?

Na América Latina, Espinosa, Calderón-Prada, Burgas e Guímac (2007), em seu artigo *Estereotipos, prejuicios y exclusión social en un país multiétnico: el caso peruano* observam que, nesse caso em específico, há fortes indicações de que o preconceito está baseado nas relações de poder. O autoritarismo de direita constituiu ao longo dos anos, um processo coletivo de manifestações e de domínio social, construindo uma conformação social nas relações intergrupais, reduzindo as situações de medo, reforçando as diferenças entre os grupos e consolidando a busca pelo exercício do poder.

Assim, teorias sobre as novas expressões do preconceito apresentadas até então resultam de estudos realizados em sociedades definidas como birraciais, nas quais a definição entre diferenças se faz pela simples percepção de grupos exógenos, como no caso dos países europeus, ou por meio de uma explícita e institucionalmente definida marca interna de diferenciação, com base na ascendência racial, como no caso dos Estados Unidos da América.

No entanto, como se expressa o preconceito em uma sociedade em que o universo de cores da pele catalogado supera uma centena? E onde o contato inter-racial e interétnico, mais do que uma contingência, foi sempre um fenômeno definidor da identidade social da população?

Essas e outras inquietações indicam que a compreensão do fenômeno do preconceito à brasileira provavelmente se diferencia de outras realidades. O preconceito no Brasil é consequência de babel étnica que representa a formação do povo brasileiro, o que provavelmente explica o fato de os nacionais verbalizarem com frequência que não são preconceituosos, ou como afirma Lima (2002), é o preconceito de ter preconceito.

## 2.4 Preconceito no Brasil

Pesquisas realizadas por Beldarrain Durandegui e Souza Filho (2004) com estudantes do ensino médio da rede pública de ensino na cidade do Rio de Janeiro, sobre grupos étnicos autodefinidos, obteve, dentre as várias conclusões, uma que chama a atenção pela relevância da informação: o esvaziamento de uma dimensão intergrupual e uma saliente preponderância de uma atitude mais individual. Em outras palavras, há uma tentativa de compensar a fragilidade dos movimentos sociais existentes na esfera pública que incluem como prioritária a questão racial-étnica.

Turra e Venturi (1995), estudando as relações inter-raciais, analisam um tipo de racismo tipicamente brasileiro: o racismo cordial. O racismo cordial é definido como uma forma de discriminação contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), nele podendo inserirem-se as questões que envolvem os indígenas, que se caracteriza por uma polidez superficial que reveste atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam no plano das relações interpessoais por meio de piadas, ditos populares e brincadeiras de cunho pejorativo.

O pressuposto empírico dessa teoria resulta de um estudo realizado na década de 1990, com o Jornal a Folha de S. Paulo e o Instituto de Pesquisas Datafolha, considerada a maior e mais ampla investigação científico-jornalística sobre preconceito no Brasil. O trabalho impresso com o título de *Racismo cordial, a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*, Turra e Venturi (1995) apresentam importantes dados sobre o preconceito cordial, considerado tipicamente brasileiro.

Realizado com uma amostra representativa da população brasileira se verificou que: a) a maioria (89%) dos brasileiros diz ter preconceito de cor contra negros no Brasil; b) só 10% admitem ter um pouco de preconceito; e c) de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar em ou concordarem com enunciados preconceituosos, ou ao admitirem comportamentos de conteúdo racista em relação aos negros.

Outros resultados obtidos na pesquisa também chamam a atenção. Para 48% dos negros entrevistados, a frase “negro bom é negro de alma branca” está total ou parcialmente correta, o que denota uma situação típica de baixa autoestima. Para 36% dos pardos, há inteira concordância com a frase, índice semelhante aos dos brancos entrevistados (35%).

Porém, a demonstração mais reveladora sobre os pardos é a resposta na qual criticam a própria formação de sua etnia. Para 24% dos pardos, está correta total ou parcialmente a afirmação se “Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem”. Um pardo mulato, moreno, não importa, deve ser, necessariamente, fruto de uma miscigenação entre duas pessoas de etnias diferentes. Ao concordar com a frase racista de que Deus não quer mistura entre pessoas que tenham cores diferentes de pele, os pardos, ainda que de forma impensada, desqualificam a própria existência.

Guimarães (1999), em *Racismo e antirracismo no Brasil* afirma que “trata-se de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com conseqüências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos” (p. 67).

Não obstante a aparente falta de intenção e sutileza de expressão, o racismo à brasileira nada tem de cordial, pois implica um cenário de discriminação e exclusão das pessoas negras (Silva, 2003). Essa discriminação chega a ser mais forte do que a sofrida pelos negros no Reino Unido (Lima & Vala, 2006).

Estes elementos, associados a outras questões históricas e culturais, dentre as quais se destaca o mito da democracia racial, fez surgir no Brasil essa forma específica de expressão do preconceito. Apesar dessa perspectiva ainda estar em construção, muitos estudos já foram desenvolvidos para identificar essa forma particular de expressão do preconceito, típica de um país multirracial e com uma ampla diversidade étnica.

Camino, Silva, Machado e Pereira (2001) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar as novas formas do preconceito racial e os estereótipos acerca dos negros no Brasil. Eles aplicaram 120 questionários em uma universidade na Paraíba. Inicialmente, pediram aos participantes que informassem sua cor e sua raça, encontrando uma maior indefinição nos que se caracterizaram como sendo de cor morena. Sobre a existência do preconceito, 82% dos estudantes admitiram “a existência do preconceito no Brasil, mas não se considera preconceituoso” (p. 24).

Nessa pesquisa, os autores incluíram duas estratégias. A primeira consistia em obter as atividades próprias de cada raça e 69% dos estudantes relacionaram atividades manuais (força, dança e esporte) à raça negra; para 69,5 % as atividades que exigem qualificação profissional são realizadas pela raça branca e 2/3 desses alunos responderam posteriormente que o sucesso nas atividades independe da cor da pele.



Na segunda estratégia, Camino *et al.* (2001) pediram aos universitários que selecionassem uma lista de adjetivos positivos e negativos que se referissem às aptidões ou traços das pessoas. Os resultados mostraram que apenas 12% dos estudantes utilizaram características negativas aos negros e, para os brancos, as características negativas variaram entre 33% e 40%. Quando perguntados sobre como os brasileiros pensam em relação a estes adjetivos, a situação se inverte.

A pesquisa mostra claramente a dicotomização em que o brasileiro vive, confirmando o cuidado que se deve ter em estudar o preconceito racial no Brasil. Lima e Vala (2004) descrevem que a principal característica e mesmo a obsessão das relações racializadas no Brasil, ao longo do tempo, é o *preconceito de ter preconceito* por razões contextuais e históricas, pois trata-se de um país em que historicamente as pessoas não se veem como preconceituosas.

Estudos posteriores realizados por Santos, Gouveia, Navas, Pimente e Gusmão (2006), com o intuito de mensurar as formas de racismo moderno no contexto brasileiro, cuja validade do construto pretendia conhecer a estrutura fatorial e a consistência interna mediante o uso do *Alfa de Cronbach*, contaram com a participação de 269 sujeitos, com idade média de 21 anos ( $dp = 4,76$ ; amplitude de 15 a 38), em sua maioria do sexo feminino (73,6%), solteiros (81,8%) e estudantes universitários (74%). Na análise dos resultados percebeu-se que, embora correlacionadas às pontuações referentes à negação do preconceito e afirmação de diferenças, esta última é a forma predominante de manifestação do preconceito em relação aos negros entre os participantes desse estudo.

A afirmação da diferença soa como um elogio às habilidades dos negros, mas sutilmente assevera que eles são diferentes naquilo que tradicionalmente indica baixo *status* social e econômico. Esta forma de subjugar, discriminar e desvalorizar é benevolente apenas na aparência, portanto, é mais adequado tratá-lo como ambivalente (Katz, Wackenhut & Hass, 1988).

Porém, não se trata de um tipo de resposta discriminatória apenas em relação aos negros; as mulheres também têm sofrido as consequências de um sexismo benevolente, (Formiga, 2006), que aparentemente as beneficia, mas, no fundo, consideram-nas frágeis, incapazes de qualquer decisão.

Pires e Alonso (2008) em seu artigo *El prejuicio racial em Brasil: nuevas medidas y perspectivas*, também buscaram identificar a frequência e a intensidade das

atitudes preconceituosas na população brasileira. Em um estudo com uma amostra de 206 estudantes de colégios do ensino médio, cujo principal objetivo era identificar o nível de preconceito da população brasileira, no primeiro estudo, o principal resultado foi o baixo nível de preconceito declarado por parte dos brasileiros. Em um segundo estudo com populações negras e mestiças, a pesquisa buscava conhecer a percepção de preconceitos pessoais e discriminação percebida por negros / mestiços.

Os resultados da amostra apresentaram níveis médios de percepção geral de preconceito contra o seu grupo e, quantas vezes, pessoalmente, o indivíduo tem sido vítima de discriminação. Em outra abordagem sobre o mesmo tema, ainda com populações negras e mestiças, os resultados apontaram que os componentes dos grupos desfavorecidos rejeitam ou minimizam sinais de discriminação, o que atua como uma estratégia defensiva diante das atitudes discriminatórias.

Em relação às etnias indígenas, apenas os trabalhos dissertativos e não publicados *Contato, sentimentos intergrupais e dívidas históricas: O caso dos indígenas em Goiás* (Martignoni, 2008), *Análise psicossocial do preconceito contra povos indígenas de Goiás: contato, sentimentos intergrupais e identidade Social* (Oliveira, 2009) e *Atribuição de responsabilidade da atual situação do índio e o preconceito contra os povos indígenas brasileiros* (Pimenta, 2009). Todos desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

Também o artigo de Bittar, Aguiar e Torres (2008) *A vida na aldeia versus a vida na cidade: o que pensam os indígenas da Casa de Saúde do Índio – Goiânia*, que objetivou investigar as representações sociais dos indígenas em relação à sua comunidade e à comunidade dos não indígenas. O texto foi publicado na Revista Estudos da PUC Goiás.

Essa ausência de estudos leva a indagar quais são as representações sociais do indígena, não como “meras (re)combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo, mas também como produtos da ciência (...)” (Spink, 1993. p. 6), que circulam livremente pelos veículos de mídia.

Neste sentido, as representações sociais são a forma pelo qual o senso comum expressa seu pensamento (Moscovici, 1978; Pereira & Camino, 2003), acatando a diversidade implícita inerente ao senso comum (Spink, 1993). Elas representam campo

do conhecimento privilegiado para a compreensão das atitudes discriminatórias em relação às minorias, sejam elas raciais ou interétnicas (Sá, 1998), de tal forma que Moscovici - com a teoria das representações sociais - inaugurou na Psicologia Social, um novo modelo conceitual e metodológico, aproximando a teoria do contexto histórico e social.

## Capítulo III

### Representações sociais

---

#### 3.1 O campo representacional: conceitos e implicações teóricas

Após a publicação da teoria das representações sociais (TRS) elaborada por Moscovici (1978), muitos outros autores em todas os âmbitos das Ciências Sociais passaram a utilizar a noção de representações sociais como um objeto dotado de realidade própria. De acordo com a teoria, representações sociais são “sistemas de valores, noções e práticas que proporcionam aos indivíduos os meios para orientar-se no contexto social e material (...) que tornam inteligíveis a realidade física e social, integram-se em um grupo ou em uma relação cotidiana de intercâmbios” (Moscovici, 1978, p. 79).

Alguns aspectos fundamentais diferenciam o conceito de representações sociais das representações coletivas durkheimianas (Durkheim, 1989). Segundo Moscovici (2004; 2003) e Marková (2006), uma primeira diferença essencial diz respeito ao caráter dinâmico das representações sociais que se diferencia do contrário do caráter estático das representações coletivas. Outro aspecto apontado por Moscovici (2004) refere-se ao fato de as representações sociais serem consideradas como uma das principais características das sociedades modernas, caracterizando-se por centros diversos de poder que exigem autoridade e legitimidade, conforme definido por Berger e Luckmann (1995).

Jodelet (2001) conceitua representações sociais como uma “modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, com o objetivo prático que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 36). Neste sentido e partindo da definição de representação social como uma forma de conhecimento prático, Spink (1993) insere as representações sociais no conjunto das disciplinas que se debruçam sobre a construção do conhecimento.

Rouquette (2005) define as representações sociais como uma *espécimen* gerada e englobada por uma formação ideológica de nível hierárquico superior como forma de pensamento. São, portanto, uma “estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente relacionado” (Jovchelocitch, 2000, p. 81).

Em nítido contraste com as correntes que se debruçam sobre os saberes formalizados ou não, Spink (1993) afirma que as representações sociais procuram superar a clivagem entre ciência e senso comum, tratando ambas as manifestações como construções sociais sujeitas a determinações sócio-históricas. É, portanto o que Marková (2006) denomina dialogicidade social, capacidade humana de conceber, criar e comunicar as realidades sociais.

Retomando o conceito de representações sociais descrito por Jodelet (1989; 2001), pode-se dizer que essa forma de pensamento prático é, concomitantemente, um campo socialmente estruturado na interface de contextos sociais de curto e longo alcance históricos (Spink, 1993). Ele pode ser compreendido quando referido às condições de sua produção e aos núcleos estruturantes da realidade social, tendo em vista seu papel na criação desta realidade (Oliveira, 2004).

Jovchelovitch (2002), em sua obra *Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*, tendo como base reflexões sobre o processo de *impeachment* do ex-presidente Collor, conclui que a vida pública, com suas instituições específicas, seus rituais e significados, é o *topos* no qual as representações sociais se desenvolvem e adquirem existência concreta. Quando isso ocorre as representações sociais, “elas mesmas, tornam-se constitutivas da vida pública” (p. 82), ou seja, é aquilo que Jodelet (2001) denomina modalidade de conhecimento, socialmente elaborada, compartilhada e objetivada com o objetivo de construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Outro aspecto importante na compreensão do conceito de representação social é o seu papel na formação de condutas (Gomes, 2006). Dito de outro modo é ela que modela o comportamento e justifica sua expressão (Poeschl, 1995; Amaral, 1997), situando os sujeitos de forma simbólica nas relações sociais e nas categorias decorrentes das características da sociedade.

A teoria das representações sociais não nega (nem a pretende fazer) que os indivíduos utilizam uma lógica para fazer inferências, mas considera que essa lógica é social. Moscovici (2004) argumenta que o funcionamento do pensamento depende de um sistema cognitivo – que executa as operações – e de um metassistema social – que controla e estabelece as regras do processamento das informações. Esses dois sistemas explicam como o conhecimento científico é transformado em saber do senso comum, no

qual, no nível individual, as transformações são executadas pelas regras da inferência, e no nível coletivo, pelas regras da comunicação.

Sendo, portanto, um conhecimento elaborado, compartilhado e objetivado, as representações sociais, demandam empréstimos de conceitos, ideias e teorias de disciplinas afins, para com elas cooperar e funcionar (Wagner, 1998), Enquanto se coopera, utiliza-se da mesma linguagem para se fazer compreender: “As representações sociais são, assim, o suporte básico dos atos comunicativos” (Vala, 2006, p. 484).

### **3.2 Representações sociais e atos comunicativos**

Nos estudos das representações sociais no âmbito da Psicanálise, Moscovici (1978) analisou a relação entre sistemas de comunicação e as representações, o que possibilitou a sistematização de três sistemas de comunicação: a propagação, a difusão e a propaganda. Esses sistemas, conforme Vala e Monteiro (2006), dão ao conhecimento aparência e forma, e ao mesmo tempo contribuem para a configuração e formação dos intercâmbios comunicativos, nos quais cada sistema de comunicação é particular no tocante aos laços estabelecidos entre emissor e o receptor (Nóbrega, 2003). Essa ligação entre o que emite o locutor e o que o interlocutor valida representa aquilo que Ghiglione (1984) denomina de percurso de um ato comunicativo.

Segundo Vala e Monteiro (2006), a propagação tem a finalidade de “integrar uma informação nova no sistema de valores do grupo” (p. 476), exigindo uma organização mais complexa da mensagem. Suas características aproximam-se do conceito de atitude, compreendida como uma organização psíquica que possui uma relação positiva ou negativa com um objeto (Moscovici, 1978; Nóbrega, 2003; Doise, 2001; Camargo *et al*, 2008).

A difusão não se dirige a um público específico, mas a uma pluralidade deles. As mensagens são organizadas de forma indiferenciada ignorando as diferenças sociais. A difusão visa “exatamente o nível da indiferenciação, onde os diversos membros dos diversos grupos sociais se tornam intermutáveis” (Vala e Monteiro, 2006, p. 477). A noção de difusão está associada à acepção da opinião, à medida que o conceito de difusão e de opinião evoca certa descontinuidade, tendo como resultado a instabilidade das

posições assumidas pelos atores sociais (Moscovici, 1978; Nóbrega, 2003; Doise, 2001; Camargo *et al.*, 2008).

Ao contrário da difusão e da propagação, a propaganda oferece uma visão de mundo conflituosa e clivada (Moscovici, 1978; Vala, 2006; Nóbrega, 2003; Doise, 2001; Camargo *et al.*, 2008). Contribui para a identidade de um grupo e, ao mesmo tempo constrói a imagem negativa do outro. Demanda a autoafirmação do grupo, colocando-o numa posição de antagonismo em relação ao outro. Nesse sentido, a propaganda forja um saber estereotipado (Nóbrega, 2003).

A compreensão dessa sistematização possibilita analisar as representações sociais com base na comunicação interpessoal, intragrupal e intergrupala. Nesse sentido, deve-se reconhecer o mérito de Moscovici (1978) ao propor essa sistematização, pois ela possibilita integrar as pesquisas de opinião, atitudes e estereótipos aos atos comunicativos, gerando um trabalho integrado.

É importante salientar que os atos comunicativos são, muitas vezes, atos de debate, de discussão e argumentação no interior dos grupos ou entre os grupos (Vala e Monteiro, 2006). Sendo essencialmente atos comunicativos de partilha de consenso (Jovchelovitch, 2002), são, sobretudo, veículos de formação de consenso a respeito daquilo que se articula na imprensa.

A ideia do consenso com base nos atos comunicativos proposta por Moscovici (1978) encontra em Habermas (1994) um modelo ideal de ação comunicativa, em que as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente. Elas buscam o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna. (Gonçalves, 1999; Iarozinski, 2000).

O posicionamento radical de Habermas (1994) contra aquilo que o autor denomina de universalização (reificação) da ciência e da técnica, em contraposição a uma racionalidade comunicativa, faz surgir, com base nas comunicações que os sujeitos estabelecem entre si, mediados por atos de fala, três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos.

A cada um desses mundos correspondem diferentes pretensões de validade. Ao mundo objetivo, correspondem pretensões de validade referentes à verdade das afirmações feitas pelos participantes no processo comunicativo. Ao mundo social

correspondem pretensões de validade referentes à correção e à adequação das normas, e, ao mundo subjetivo, das vivências e sentimentos, correspondem pretensões de veracidade, o que significa que os participantes do diálogo estejam sendo sinceros na expressão dos seus sentimentos.

No entanto, essas pretensões de validade podem ou não ocorrer. Ghiglione (1984) demonstra, com base na teoria do contrato de comunicação, ao descrever o percurso de um ato comunicativo indo das situações potencialmente comunicativas (SPC) até ao efetivo contrato comunicacional (CC) como essas pretensões podem (ou não) ser validadas. (Izquierdo, 2008). Propondo uma reflexão sobre a noção de contrato de comunicação, Ghiglione (1984) distingue o que ele próprio denomina de situação potencialmente comunicativa e de contrato de comunicação efetivo. Para determinar as condições fundamentais que validam o processo interlocutório como um diálogo regular, o autor aponta os interesses que pré-validam a interação entre o emissor e o receptor, de forma a definir as condições de validação exigidas por um contrato de comunicação para que ele se torne efetivo.

Ao contrário de Charaudeau (2006), para quem a validade ocorre no reconhecimento da situação comunicacional que combina o ato de linguagem ao dizer e ao fazer, ou seja, parceiros do ato de comunicação, sujeito comunicante e sujeito interpretante, Ghiglione (1984) levanta uma questão que parece fundamental para a validade de funcionamento da situação comunicacional. O autor aponta as situações potencialmente comunicativas existentes em situações interlocutivas e monolotivas, questionando o conceito de validação.

Para Ghiglione (1984), uma situação é potencialmente comunicativa (SPC) quando os sujeitos A e B (interlocutores) são ligados por interesses, tal é a condição mínima e suficiente para que haja uma SPC (Ghiglione, 1984). Contudo, para que uma SPC se transforme em contrato de comunicação efetivo, certo número de regras devem ser observadas, e, sobretudo, colocadas em operação (regras conversacionais, leis do discurso, saberes compartilhados etc.).

A fim de que o contrato de comunicação seja validado por meio de um diálogo regular, é preciso que o enunciado de um interlocutor A seja validado pelo interlocutor B. Além disso, na interação produzida, há a necessidade de estabelecer um sistema de validação que atue em diferentes momentos na enunciação, de modo que permita



constatar a constituição efetiva de um contrato. Só assim uma SPC transforma-se em contrato de comunicação efetivo. Ghiglione (1984) tem razão quando afirma que se um interlocutor não valida um momento da interação, corre-se o risco de que se perca o diálogo regular e se instale a ruptura. Os jogos de validação que intervêm em diferentes momentos de uma interação colocam em evidência acordos e negociações sobre a construção do sentido entre os interlocutores.

Uma situação é potencialmente comunicativa quando ela consegue reunir as condições necessárias para ligar os interlocutores por interesses comuns pela interação. A partir de então, cada momento pode evidenciar a seleção de parâmetros contratuais (temas, maneiras de dizer, posicionamentos, saberes e valores compartilhados, respeito a certas regras conversacionais etc.). Uma vez validados, os momentos da interação efetivam o contrato de comunicação. Se não validados, rompem esse processo, exigindo ajustes.

Entretanto, numerosas situações não permitem uma validação efetiva no momento em que ocorrem as enunciações. Em situações de comunicação não interlocutivas, ou seja, situações monolotivas (imprensa escrita, rádio, pronunciamentos na televisão, livros impressos, discursos políticos, peças publicitárias etc.), é mais difícil analisar o processo de validação, já que a instância de produção do discurso e a instância de recepção se encontram separadas no tempo e no espaço. Embora validações possam ser medidas *a posteriori*, elas não são capazes, como no caso das interlocuções, de modificar o curso da produção e evitar, por exemplo, que certos temas sejam introduzidos ou, ainda, que sejam tratados de uma maneira e não de outra.

Nessas situações, a validação efetiva geralmente não se concretiza, ou se dá de forma indireta e diferenciada no tempo e no espaço, como no caso de um discurso político, em que a validação geralmente se dá por meio dos votos obtidos em um momento posterior. Ghiglione (1984) sugere, assim, que as situações não interlocutivas supõem uma validação *a priori*, tratando as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos.

Tartaglia e Greganti (2002), *Orientación política y representación de un suceso em la prensa italiana. El caso Del G-8*, afirmam que Ghiglione (1984), quando fala de contrato de comunicação, autoriza e oferece a possibilidade de interpretar como as diversas representações elaboradas e discutidas por Serge Moscovici são construídas com

base em diferentes contratos estipulados entre a mídia e os seus públicos. Muitas vezes locutores e instituições de comunicação comportam-se na ilusão de que os contratos de comunicação sejam efetivados e, portanto, validados, mas na realidade, na maior parte das vezes, o que ocorre é uma situação potencialmente comunicativa (Cohen, 2007).

Nesse sentido, os atos comunicativos, propagação, propaganda e difusão, identificados por Moscovici (1978), representam uma possibilidade privilegiada de compreender o estudo das representações sociais e identificar quais os sistemas de comunicação atualizam ou favorecem os funcionamentos cognitivos, e os contextos em que ocorrem (Doise, 2002).

A perspectiva de que todo ato comunicativo pretende validar verdades que, de forma direta ou indireta, representam atos de partilha, portanto, veículos de formação do consenso, parece colocar a mídia em uma relação intercambiável de partilha com as representações sociais. Ao mesmo tempo em que constrói uma teoria sobre determinado fenômeno, de uma forma ou de outra, torna este fenômeno de conhecimento público (Rouquette, 1999), indicando uma interdependência e correspondência das representações sociais e a comunicação social.

Torna-se inegável, para os estudos das representações sociais, que a cobertura midiática amplifica o aspecto social do fenômeno, ou ainda, constrói uma opinião pública (Allain e Camargo, 2007) favorável ou não, em relação ao assunto. Tanto a teoria das representações sociais como a Comunicação Social estudam tipos de representações (Marková, 2006).

### **3.3 Representações sociais e mídia**

A comunicação interpessoal foi considerada, por muito tempo, essencial para a construção das representações sociais. Assim, a linguagem, a principal forma de concretização da vida cotidiana, surgiu do pensamento de homens comuns e se tornou, dessa forma, real para eles. Em outras palavras, a própria subjetividade torna-se mais real pela linguagem. “Por meio da linguagem, um mundo inteiro pode ser atualizado a

qualquer momento” (Berger & Luckmann, 1995. p. 60), de modo que, ao mesmo tempo que constitui a realidade da vida cotidiana, também auxilia transcendê-la.

O papel do discurso na mudança social, compreendido como linguagem, e, portanto, na construção da sociedade, é analisado por Fairclough (2001) como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significação” (p. 91), de modo que a linguagem pode ser compreendida como uma forma de prática social.

Fairclough (2001) destaca elementos que podem revelar intenções ideológicas do produtor do discurso, conscientes ou não. Um deles, a nominalização, converte processos em nomes, sem especificar participantes das ações, e ações concretas se tornam assim, abstratas. Outro elemento revelador das intenções ideológicas do discurso é a democratização, que consiste na tentativa de diminuição das assimetrias entre os grupos

Um terceiro elemento é a comodificação, que, segundo Fairclough (2001), mais do que um conceito é descrição de um processo pelo qual as instituições sociais passam a ser definidas e organizadas em termos de produção e consumo de mercadorias, assumindo um caráter universal, ou seja, passam a ser vistos e compreendidos como essenciais.

Um quarto e último elemento apontado pelo autor diz respeito à tecnologização, caracterizada por um planejamento bem elaborado para atingir objetivos predeterminados. É a realidade percebida sob o foco midiático.

Esse aparato da mídia sempre requer, e dele necessita, de um elevado grau de credibilidade social, considerada a dimensão mais importante na aquisição do conhecimento. Como o discurso da mídia é apreendido pelo senso comum como um discurso de autoridade, de quem sabe mais para quem sabe menos, ele conta com um elevado grau de credibilidade.

Segundo Mayo (2004), os conteúdos informativos são os mais intensamente voltados à construção social da realidade. Os meios de comunicação são, ao mesmo tempo, produto e parte integrante do tecido social, e provavelmente essa realidade dialética confere aos veículos de mídia o tão elevado grau de credibilidade, fazendo circular conteúdos simbólicos, mas também “possuindo um poder transformador de reestruturação dos espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentidos” (Spink & Medrado, 2002. p. 58). A circulação de conteúdos

simbólicos garante aos veículos de mídia e a suas veiculações esse tão desejado grau de credibilidade de que a mídia carece para se construir como autoridade na construção de um discurso reconhecidamente válido.

Parece estranho falar em construção da realidade pelos veículos de comunicação quando ainda predomina a ideia de que a mídia simplesmente capta as nuances do real e a reproduz com a maior dose de objetividade possível. Significa dizer que é ingênuo afirmar que a comunicação, com toda a sua complexidade, apenas reproduza um discurso de forma objetiva. Os estudos sobre o papel da comunicação, como agente transformador da realidade indicam essa complexidade, que se reflete na amplitude das abordagens que envolvem os estudos da comunicação.

A primeira grande discussão que envolve as teorias da comunicação no âmbito das Ciências da Comunicação é o seu caráter híbrido, visto que o fenômeno comunicacional se posiciona quase sempre como agente catalizador de diversas áreas do conhecimento, nomeadamente a Sociologia, a Administração, a História, as Artes e a Psicologia, posicionando-se como uma ciência que objetiva, transforma realidade social e com ela colabora e nela interfere.

Nesse sentido, a disciplina pode ser definida como o “estudo sistemático dos processos de interação, através da permuta de mensagens entre os seres humanos, no seio de comunidades de pertença, quer estes processos ocorram diretamente, nas relações face a face, quer indiretamente e através de dispositivos de mediação, tais como a escrita, o telefone, o rádio, a televisão, as redes multimídia” (Rodrigues, 2000. p. 50). Assim, os estudos sobre as teorias da comunicação não dizem respeito a momentos cronologicamente definidos e sucessivos, mas coexistentes simultaneamente, contaminando-se, descobrindo-se reciprocamente, acelerando ou modificando o desenvolvimento do setor (Wolf, 1999).

Os estudos da Escola de Chicago, que se iniciaram em 1915, postulavam a ideia de que a sociedade é resultante da organização dos sujeitos em territórios; que as relações são essencialmente simbólicas e, a comunicação seria, portanto, resultante da diversidade humana. A Escola de Chicago privilegiou a comunicação interpessoal como sendo prioritariamente importante para os estudos sobre a comunicação como área de conhecimento, atribuindo-lhes um sentido biológico. (Matterlart & Matterlart, 1999)

O advento da Primeira Grande Guerra fez surgir nos Estados Unidos da América uma nova abordagem para tentar compreender o resultado da comunicação sobre o comportamento dos sujeitos. A teoria hipodérmica, ou teoria da bala mágica, é mais do que um modelo de comunicação, pode-se falar de uma teoria da ação elaborada pela Psicologia behaviorista. O seu objetivo é o estudo do comportamento humano com os métodos de experimentação e observação das ciências naturais e biológicas. O sistema de ação que distingue o comportamento humano deve ser decomposto, pela ciência psicológica, em unidades compreensíveis, diferenciáveis e observáveis. Na relação complexa que existe entre o organismo e o ambiente, o elemento crucial é representado pelo estímulo, que inclui os objetos e as condições exteriores ao sujeito que produzem uma resposta.

A posição defendida por esse modelo teórico pode ser sintetizado na afirmação segundo a qual cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem, ou seja, a unidade estímulo/resposta exprime, portanto, os elementos de qualquer forma de comportamento.

Entre os anos de 1940 e 1950 os *Mass Communication Research* (Matterlart & Matterlart, 1999) originados com base em estudos desenvolvidos por Lasswell, em 1927, defendem a ideia de que a propaganda é o único meio de conquistar a adesão das massas. Para eles, a audiência é amorfa e se cria o desenho metodológico do que seria a comunicação: quem diz o que, por meio de que canal e com que efeito? Lasswell propõe um processo comunicativo de três funções: vigiar o meio social, estabelecer relações sociais e transmitir a herança social.

Na década seguinte, Lazarsfeld (Martin-Barbero, 2001) iniciou uma série de pesquisas na tentativa de explorar os aspectos de manipulação de conduta das pessoas por meio da propaganda. Concomitantemente aos estudos de Lazarsfeld, Claude Shannon apresentou à sociedade norte-americana, em 1948, a teoria *Matemática da Comunicação*, na qual propunha um sistema geral de comunicação visando explorar os aspectos técnicos da mensagem: codificação, decodificação e recodificação, redundância, ruído e liberdade de escolha. Com essa proposta, Shannon, em 1948, resume a comunicação a um conjunto de instrumentos propondo uma abordagem tecnicista, e a inspiração do autor para elaborar o modelo foi o sistema nervoso humano, originário das Ciências Biológicas. A

abordagem de Shannon percebe a comunicação como um instrumento (Martin-Barbero, 2001; Matterlart & Matterlart, 1999).

Ainda em 1948, Norbert Wiener lançou a tese de que a sociedade do futuro seria a sociedade da informação, criando-se o conceito de cibernética e de inteligência artificial. Segundo o autor, as máquinas teriam a mesma fluidez mecânica que os homens, e, portanto, poderiam pensar como os homens.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial de fato foi fértil. Adorno, Horkheimer e Marcuse (Wolf, 1999) desenvolveram já nos EUA a teoria crítica ou como ficou também conhecida a Escola de Frankfurt. Os teóricos dessa escola inserem a comunicação no universo da exploração capitalista e definem o papel dos *mass media* como sendo: responsáveis por uma escala de valores, cunhagem artificial das diferenças, imposição de valores, hábitos e comportamentos, reducionismo da liberdade de escolha. A indústria cultural, nessa perspectiva, é a responsável pela submissão da humanidade.

Considerado herdeiro da teoria crítica, Habermas (1994) propõe a teoria da ação comunicativa, segundo a qual a comunicação possui três vértices que formam a razão: os aspectos técnicos que definem as diretrizes, os aspectos práticos que resultam da interpretação do mundo e os emancipatórios, que nascem da busca pelo bem-estar.

Roland Barthes, no ano de 1964, em seu estudo intitulado *Elementos da Semiologia*, com inspiração nos estudos de *Saussure*, afirma serem os estudos da comunicação como sendo fundamentalmente os estudos do discurso. O autor destaca os binômios que caracterizam o discurso dos veículos de comunicação: significante significado e denotação conotação. Para ele a ideologia dominante utiliza as palavras cotidianas para expressar-se.

As décadas seguintes foram predominantemente influenciadas pelos estudos da Escola de Birmingham (*cultural studies*), cujo fundamento se origina no conceito de hegemonia, ou seja, a habilidade que a classe dominante tem de impor uma direção intelectual e moral para o resto da sociedade. A construção de um sistema de alianças sociais ocorre, não apenas pelo poder econômico, mas também em razão de aspectos culturais e ideológicos.

Nos anos seguintes as abordagens de inspiração matemática, biológica e política foram abandonadas e a comunicação passou a ser pensada como sendo, antes de tudo, uma atividade formadora do social. Dito de outro modo: os meios de comunicação

determinam a evolução da humanidade e os meios eletrônicos vão tornar a humanidade ágil e flexível. Lopes *et al.* (2004) reafirmam que a comunicação é, antes de tudo, tornar algo comum, é partilhar um novo conhecimento gerado pela troca de informação, é uma relação cognitiva sem negar o papel da tecnologia.

No novo cenário, já midiaticizado, surgiu a *agenda-setting* sobre a audiência. Iniciada na década de 1970, sobretudo nos EUA, defende a hipótese de que, em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descuida, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos (Shaw, 1979)

Segundo a hipótese da *agenda setting*, as pessoas (de uma forma geral) têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas e às pessoas.

A hipótese da *agenda-setting* não postula que os *mass media* pretendem persuadir. Para Shaw (1979), “ os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir” (p. 101). O pressuposto fundamental da *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*.

Nesse aspecto, a Comunicação Social aproxima-se da teoria das representações sociais e subsidia em partes ou no todo o que Rouquette (1996) define como a compreensão dos processos de formação de conduta e a circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas, nas quais o fluxo comunicativo é o resultado global derivado da rede de interações que une as pessoas (Wolf, 1999).

As pesquisas realizadas no Brasil sobre a influência da comunicação na construção das representações sociais indicam um vasto campo de trabalho (Camargo, Goetz, & Bárbara, 2005; Camargo, Goetz, & Justo, 2007; Citeli, 2001; Ferreira & Mamede, 2003; Nascimento & Rodrigues, 2003; Schpun, 2002; Secchi, 2006; Strazzacappa, 2001; Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo, 1999).

De fato, como originalmente explorado por Moscovici (1978) na segunda parte do seu livro *La psychanalyse, son image et son public* e posteriormente sistematizado por

Rouquette (1996), é reservado aos meios de comunicação – *mass media* – um papel de destaque na compreensão dos processos de formação e circulação das Representações Sociais nas sociedades contemporâneas (Sá, 1998).

Retomando a ideia de que os *mass media* descrevem e precisam a realidade exterior, apresentando à audiência uma lista a respeito do que é necessário ter uma opinião (Shaw, 1979), e, que, portanto, prescreve a ação, ecoa como um guia de leitura da realidade conferindo às representações sociais o que Campos (2005) denomina dimensão normativa. Dito de outro modo: as representações sociais definem o que é para um grupo e não para o outro (Campos, 2005), assim como a comunicação.

Nesse sentido, a ideia de que o discurso da mídia é o discurso do senso comum, - elaborado e veiculado como verdade, com base na ideia de autoridade - marca definitivamente a relação entre coisa e signo (objeto e representação), pois ambos (representação e comunicação) são essencialmente enunciados, e muito mais do que representações, definidos cada vez mais pelo contexto comunicacional (Campos, 2005).

Rouquette (1999) discute o papel da comunicação na construção das representações sociais, afirmando que elas são elaboradas e transmitidas pela comunicação. Assim como a comunicação não se restringe apenas à manifestação da linguagem, pois são também formadoras de sentidos, também as representações sociais são indicadoras de um caminho de análise, oferecendo à Comunicação Social um lugar privilegiado na compreensão das representações sociais.

### **3.4 Representações sociais: estrutura e funcionamento**

Em relação ao funcionamento das representações sociais, Moscovici (2004) identifica dois processos que as formam e, portanto, sustentam a sua gênese: a objetivação e a ancoragem. O primeiro, a objetivação é o processo por meio do qual um conceito ou noção abstrata ganha forma e se torna concreta por meio de imagens ou ideias (Vala & Monteiro, 2006; Chamon, 2006), resultando em uma organização estrutural dos conteúdos semelhantes a um mapa conceitual (Doise, Clemence, & Lorenzi-Cioldi, 1992; Baptista, 1996; Chamon, 2006; Wachelke e Camargo, 2007).



A compreensão do processo de objetivação exige que ele seja visto em sua construção seletiva, sua esquematização e sua naturalização. A construção seletiva parte do princípio da seleção e das descontextualizações, em que o todo que é relativamente coerente, apenas parte do objeto é útil (Vala & Monteiro 2006. Jodelet, 2001).

A esquematização compreende a segunda etapa do processo de objetivação e se caracteriza como um processo organizador. Nesta fase, para alguns autores (Moscovici, 1978; 2004; Vala e Monteiro, 2006; Jodelet, 2001), as representações são organizadas de forma a constituir um padrão de relações estruturadas, assumindo uma dimensão icônica. A etapa da esquematização dá origem ao processo seguinte, denominado de naturalização.

Nessa fase, os conceitos retidos (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001) e as respectivas relações constituem-se como categorias e se naturalizam, adquirem materialidade. “Não só o abstrato se torna concreto através da sua expressão em imagens e metáforas, como o que era percepção se torna realidade, tornando equivalente realidade e conceito”, afirmam Vala e Monteiro (2006. p. 467). Cada palavra corresponde a um objeto, e cada imagem tem a sua contrapartida na realidade (Spink, 1993).

A objetivação é a transformação de uma ideia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto (Franco 2004). Cristaliza-se com base em um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse real aquilo que expressam. Constitui, portanto, uma característica de todo o pensamento social (Berger & Luckmann, 1995; Vala e Monteiro, 2006) e não apenas a passagem das teorias científicas para o senso comum.

O segundo processo, a ancoragem, conforme Wachelke e Camargo (2007), classifica informações sobre um objeto social em relação a estruturas de conhecimento anteriormente existentes. Assim as representações sociais dependem de uma memória coletiva (Moscovici, 2004).

A ancoragem transforma o não familiar em familiar, e uma vez constituído torna-se um princípio organizador das relações sociais (Vala & Monteiro, 2006), ou como assinalou Rouquette (2003), reduz o desconhecido ao conhecido. É também, um enraizamento (Jodelet, 2001) no sistema de pensamento, uma atribuição de sentido, uma instrumentalização do saber, ou ainda, (Franco, 2004), um processo de “integração

cognitiva do objeto representado para um sistema de pensamento social preexistente e para as transformações, histórica e culturalmente situadas, de maneira implícitas em tal processo” (p. 7).

A ancoragem das representações sociais refere-se, de acordo com Vala (1997), Vala e Monteiro (2006), às âncoras que apoiam a construção de categorias identitárias, de clivagens e de posições sociais, e, portanto, à assimilação de um objeto novo por objetos já presentes no sistema cognitivo. É fundamental salientar que, segundo a noção do conceito de ancoragem, não há uma Representação Social pura (Wachelke e Camargo, 2007) no sentido de independente das outras. Trata-se, portanto, de uma realidade vivida (Spink, 1993), distanciando-se das situações e dos processos cognitivos intraindividuais.

Muitos avanços foram alcançados por pesquisas destinadas a investigar as maneiras como as representações sociais organizam-se, operam e se modificam de tal forma, que a teoria de Serge Moscovici deu origem a novas possibilidades investigativas.

É importante pontuar que a teoria proveniente da Escola de Aix-en-Provence, ou a perspectiva societal, se complementam (Poeschl, 2003), cada uma focando um dos dois processos identificados por Moscovici (1978).

A perspectiva estrutural prioriza o estudo da objetivação e da organização interna das representações, ao passo que a Escola de Genebra trata primordialmente da ancoragem do conhecimento e das dinâmicas sociais (Molinari & Emiliani, 1996). A princípio poderia se pensar que são teorias incompatíveis, (Wachelke & Camargo, 2007), pois a escola francesa apresenta resultados que sustentam uma visão segundo a qual há elementos compartilhados extensivamente no grupo e que determinam a representação, ao passo que a perspectiva suíça não aborda um compartilhamento propriamente de cognições constituintes de representações, mas de contextos orientadores para a tomada de posição individualizada.

Assim, no contexto dos estudos de Moscovici sobre a teoria das representações sociais, Arruda (2001) argumenta que tanto a teoria do núcleo central desenvolvida por Abric, como a abordagem das representações sociais como princípios organizadores das tomadas de posição individual, encabeçada por Doise, são frutos da teoria de Moscovici. Elas não se apresentam exatamente como antagônicas, e sim, como esforços de aplicações e aprofundamentos, cujas características as tornam mais adequadas ou mais interessantes segundo o objeto e o objetivo que se tenha para pesquisar.

### 3.4.1 Teoria do núcleo central

A Escola de Aix-en-Provence propõe um estudo fundamentado em pesquisas experimentais para conhecer a estrutura das representações sociais (Moliner, 1994), na qual a principal teoria proposta pela Escola Estrutural é a teoria do núcleo central. Segundo a teoria, toda representação organiza-se em torno de um núcleo central (Abric, 2001) que é formado por dois sistemas: o núcleo ou sistema central e o sistema periférico (Sá, 1996; Vala & Monteiro, 2006; Franco, 2004).

O núcleo central da representação compreende os elementos consensuais que definem a representação e organizam os demais elementos. Esses elementos geralmente são mais abstratos e compreendem as cognições que determinam a identidade da representação, ou seja, a existência de sistemas centrais diferentes indica a existência de representações diferentes, ao passo que representações com sistemas centrais idênticos, não importando as demais cognições, podem ser consideradas idênticas (Abric, 1998). O núcleo central tende à estabilidade, e uma mudança nesse sistema implica uma mudança de representação (Sá, 1996; Franco, 2004).

Já o sistema periférico refere-se aos aspectos mais particulares da representação, por meio dos quais atores sociais isolados a adaptam a situações específicas do cotidiano. São elementos que tratam de aspectos mais individualizados, regidos pelos elementos centrais. Além disso, funcionam como esquemas de ação, guiando diretamente práticas sociais (Flament, 1994).

Conforme a perspectiva estrutural, os conceitos, ideias ou noções que compõem as representações sociais organizam-se em uma estrutura de conhecimento (Abric, 1998) que relaciona elementos, de acordo com uma lógica natural, diferentes da lógica formal acadêmica (Rateau, 1995). Essa organização estrutural possui natureza hierárquica, o que implica dizer que os sistemas de cognições interligadas se diferenciam quanto à sua natureza e funções relativas à representação.

Uma representação social estruturada, segundo a Escola de Aix-en-Provence é formada por dois sistemas de cognições: sistema central e sistema periférico (Sá, 1996; Vala & Monteiro, 2006; Franco, 2004), em que o sistema central representa, para Campos (2003), um subconjunto de elementos em torno do qual as representações sociais são organizadas.

Outras funções do sistema central dão estabilidade à representação e organizam seus elementos (Abric, 2003a) de tal forma que o sistema central contém os elementos mais estáveis da representação, o que significa que são resistentes a mudanças (Abric, 2003a).

Se uma mudança no sistema central acarreta uma mudança de representação, significa que o sistema central, em certa medida, representa os elementos não negociáveis (Abric, 2003a), em que as cognições centrais são mais frequentes e aparecem fortemente ligadas às outras cognições (Campos, 2003). Além disso, os componentes desse sistema geralmente são abstratos e tratam de aspectos normativos da representação, ligados a sistemas de valores (Abric, 2003b).

Os elementos não centrais, o chamado sistema periférico, referem-se a *scripts* de práticas concretas, ou como denomina Lima (2002), a normas do igualitarismo. São como esquemas, de natureza mais funcional: que descrevem e determinam ações (Abric, 2003b; Flament, 2001; Campos, 2003). São esses elementos mais concretos, em ligação com os elementos centrais, que garantem que a representação social seja um guia de leitura para a realidade, relacionando-se com eventos do cotidiano dos atores sociais (Campos, 2003).

Tradicionalmente pensava-se que o sistema central possuía apenas uma função geradora, isto é, daria sentido aos demais elementos da representação (Abric, 1998; 2003a). No entanto, há indícios empíricos de que, mesmo que os elementos centrais permaneçam os mesmos, em razão da sua maior estabilidade, seus significados podem ser interpretados de diferentes modos, conforme o contexto de comunicação ou ativação da representação.

Portanto, apesar de o núcleo central possuir elementos sempre em quantidades limitadas, (Abric, 2003a) ele assegura três funções essenciais:

- a) O significado da representação – função geradora;
- b) A organização interna – função organizadora;
- c) A estabilidade – função estabilizadora.

Desse modo, a função do sistema central assemelha-se a uma marcação denotativa, viabilizando a comunicação mais por meio de rótulos para orientar interações com significados fluidos que pela geração de significados em uma determinada direção (Moliner & Martos, 2005).

Já os elementos periféricos são mais concretos e possuem significados menos flexíveis, sendo pertinentes a situações mais particulares, em vez de definir a representação para muitos indivíduos. São elementos mais instáveis, que se modificam com facilidade em decorrência das alterações no contexto dos grupos sociais e sua relação com algum objeto social. Servem como proteção para o sistema central, adaptando-se a alterações contextuais, ao mesmo tempo em que é preservada a integridade do sistema central (Flament, 2001).

A diferença entre elementos centrais e periféricos não é imperiosamente quantitativa, mas, sobretudo, qualitativa. Efetivamente, é o papel diferenciado na representação, por tratar-se de elementos vinculados a sistemas diferentes, que permite distinguir uns dos outros. A necessidade de apoiar-se em alguns elementos, ditos centrais, para definir a representação diferencia-os do sistema periférico (Flament, 1994).

Os elementos representacionais são ativados diferentemente segundo a natureza do objeto social visado, as relações do grupo com o objeto, o contexto de enunciação da representação e a finalidade do objeto na situação (Campos, 2003). Quanto mais ativado é um elemento, mais importante ele é para essa situação específica, e outros elementos podem permanecer adormecidos (Abric, 2003).

Os elementos representacionais podem ser classificados quanto à sua centralidade (central ou periférico) bem como segundo um potencial avaliativo (descritivo ou avaliativo), descrito por Moliner (1995) como uma dimensão avaliativa. Elementos simultaneamente centrais e descritivos constituem definições, ou características, de todos os objetos processados pela representação. Elementos periféricos e descritivos formam um conjunto de descrições, contendo as características mais prováveis e frequentes do objeto social da representação. Elementos centrais e avaliativos fornecem normas, ou seja, critérios, para avaliação do objeto.

Finalmente, os elementos periféricos e avaliativos tratam de expectativas, ou características desejadas referentes ao objeto. Esse modelo que integra centralidade e *continuum* descritivo-avaliativo formam aquilo que Moliner (1995) denomina de modelo bidimensional de representações sociais.

Há também contribuições importantes da abordagem estrutural no que diz respeito às transformações de representações sociais. Mudança em uma representação social é a alteração de seu sistema central, que faz que a representação perca sua identidade

original. Uma contestação de elementos periféricos, em razão das mudanças contextuais ou novas práticas sociais, não ameaça a coerência da representação, por deixar seu núcleo central intocável e, portanto, não implica transformação representacional.

Porém, quando há contestação de elementos do sistema central, pode ocorrer um processo de transformação. Nesses casos, o sistema periférico serve como escudo para os elementos do sistema central, viabilizando mecanismos de defesa da representação (Flament, 2001).

Partindo do pressuposto de que a quase totalidade do estudo das representações sociais se baseiam na verbalização dos sujeitos investigados e na contradição que pode existir entre o núcleo central e o sistema periférico, uma questão de confiabilidade apresenta-se como fundamental: “as pessoas que interrogamos nos dizem mesmo o que pensam?” (Menin, 2006, p. 44).

Assim, segundo Abric (2003a), “para certos objetos, em certos contextos, existe uma zona muda (*zone muette*) da representação social. Esta zona muda é composta de elementos da representação que não são verbalizáveis pelos sujeitos pelos métodos clássicos de coleta de dados” (p. 61). Os estereótipos negativos e os preconceitos incluem-se nessa categoria, ainda mais quando os questionários investigativos abordam essas questões, pois são considerados não adequados em relação às normas sociais. (Jodelet, 1989)

Neste sentido, a Escola de Aix-en-Provence dedica-se ultimamente ao estudo e a pesquisas relacionadas à zona muda, definida como os elementos da representação que são contranormativos, ou seja, crenças ou opiniões que não expressadas pelo sujeito em condições normais, pois podem entrar em conflito com valores morais ou normas das representações sociais (Guimelli & Deschamp, 2000).

Para Abric (2003a; 2005), essa zona pode ser composta por certos elementos do núcleo central de uma representação que estão adormecidos, não porque não estejam ativados, mas por serem não expressáveis. Assim, certos elementos da representação, mesmo aqueles que podem ser centrais, podem ficar escondidos ou mascarados de forma que o que aparece são os elementos periféricos.

Dado que os elementos da zona muda são contranormativos, para revelá-los é necessário reduzir a pressão sobre o sujeito que a representa. Assim, as técnicas sugeridas pela Escola de Aix-en-Provence pretendem reduzir a pressão sobre o sujeito e sobre o

grupo de referência. A primeira técnica, denominada substituição, baseia-se na ideia de que um indivíduo pode exprimir as representações do seu grupo, atribuindo-as a outros, ou seja, falando por outros e não por si mesmos.

A segunda técnica – descontextualização normativa – consiste em manipular o receptor das respostas do sujeito, ou seja, a quem o sujeito responde ao questionário, e que pode ser ou alguém do grupo de referência do próprio sujeito, com seus mesmos valores, ou alguém com outros valores. Postula-se que é mais fácil ao sujeito responder, expressando suas ideias desviantes, contranormativas, a uma pessoa menos próxima e que não partilha do mesmo sistema de referência.

As pesquisas da zona muda das representações sociais (Flament, 1999; Guimelli & Deschamps, 2000) realizadas na França nos últimos dez anos tem demonstrado que em todas essas possibilidades, a presença das normas sociais é atuante.

No Brasil, o desenvolvimento de pesquisas com a zona muda das representações sociais tem sido empreendido por Oliveira (2006; 2007), basicamente vinculados a representações sociais acerca do HIV/AIDS, propiciando o entendimento de uma série de defasagens oriundas de determinados estudos que abordaram objetos sociais mais sensíveis, tais como sexo, sexualidade, drogas, relações de gênero, religião, preconceito, apenas para citar alguns.

### **3.4.2 Abordagem das representações sociais como princípios organizadores das tomadas de posição social**

A Escola de Genebra trata as representações sociais de uma perspectiva não consensual, mas, sobretudo, como princípios geradores de variações entre tomadas de posição de indivíduos. Esses princípios estão ligados a inserções específicas de um conjunto de relações sociais e organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações (Doise, 1985; Doise, Clemence & Lorenzi-Cioldi, 1992).

Assim, o estudo não enfoca propriamente estruturas representacionais objetivadas de um grupo, em vez disso, dá ênfase aos pontos de referências que orientam o debate

social, permitindo o posicionamento de grupos e indivíduos em diversas localidades desse espaço de conhecimento.

Segundo a perspectiva societal, são esses princípios organizadores, esses pontos de referência que esboçam as condições e os termos de discussão e elaboração do pensamento sobre um dado objeto social, que são compartilhados.

Nessa perspectiva, Doise (1990; 2003) define as representações sociais como princípios organizadores dos processos simbólicos que são derivados dos posicionamentos específicos dos indivíduos nas relações sociais. Conforme Doise (1990), os princípios organizadores são análogos aos princípios de dicotomia, adaptação, assimilação e sincronia que intervêm na dinâmica da propaganda, da propagação e da difusão (Moscovici, 1978).

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992) propuseram um quadro teórico metodológico, denominado *modelo da análise quantitativa das representações sociais*, que avalia três aspectos das representações: a organização do campo representacional; os princípios organizadores das diferenças individuais e a ancoragem social dos princípios organizadores.

A organização do campo representacional estuda os elementos compartilhados das teorias de senso comum, pressupondo a existência de uma percepção compartilhada sobre um objeto social que pode ser derivada de uma definição institucionalizada desse objeto (Doise & Herrera, 1994).

Os princípios organizadores baseiam-se na variabilidade das representações e analisam as dimensões subjacentes aos diferentes posicionamentos dos indivíduos na estrutura do campo representacional. Esses princípios organizadores esboçam as condições e os termos de discussão e elaboração do pensamento sobre dado objeto social, compartilhado, permitindo um estudo da ancoragem, por delimitarem as diferenças de pessoas e categorias sociais com características e estatutos distintos no que diz respeito às suas concepções partilhadas sobre objetos sociais (Doise, 2002).

O quadro teórico metodológico proposto pela Escola de Genebra para o estudo quantitativo das representações considera como primeira hipótese a diferença entre os membros de uma população que partilham efetivamente certas crenças comuns referentes a uma dada relação social (Doise, 2002).



A segunda hipótese refere-se à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo das representações sociais, de tal forma que, para Doise (2002), as representações sociais devem explicar como e por que os indivíduos se diferenciam entre si, nas relações que eles mantêm com essas representações. Em outras palavras, nesse nível, as representações sociais não podem se limitar a um conjunto de crenças e opiniões; devem na realidade, identificar como se apresentam os princípios organizadores.

A terceira e última hipótese diz respeito à ancoragem, à tomada de posições em outras realidades simbólicas coletivas, como as percepções, os valores e as experiências, refletindo as diferentes posições sociais (Campos, 2005).

A ancoragem das tomadas de posições (Doise, 2002; Spini & Doise, 1998) destaca ainda três níveis de análise: o psicológico, o sociológico e o psicossociológico. O psicológico refere-se ao posicionamento individual nas atitudes e valores dos indivíduos, remetendo a uma perspectiva de compreensão para os processos intraindividuais básicos.

O nível sociológico estuda a influência da pertença dos indivíduos a grupos sociais, cuja hipótese consiste na afirmativa de que as experiências comuns aos membros de um mesmo grupo, decorrentes de uma mesma inserção, suscitam representações semelhantes (Vala & Monteiro, 2006) remetendo à articulação das relações sociais intergrupais.

O nível psicossociológico analisa como os indivíduos situam-se em relação às relações sociais e às diversas posições e categorias de um dado grupo (ou campo) social (Doise, 2002). Como conceito *carrefour*, equivale dizer que os sujeitos, ou sujeito representante deste grupo, (nível psicológico), se encontram com o social (nível sociológico), estando, portanto, na fronteira entre o indivíduo e a sociedade (Campos, 2005).

Assim, segundo Doise (2002), em uma perspectiva geral como essa, há a necessidade de recorrer a diferentes níveis de análise: o estudo dos processos intraindividuais; a análise que descreve os processos interindividuais e situacionais; o nível que considera e observa as diferentes posições que os atores sociais ocupam no tecido das relações e o que analisa os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais. De acordo com Doise (2002), essa distinção não deve servir apenas a

objetivos classificatórios, mas, sobretudo, para facilitar a realização de articulações de análises, numa perspectiva dialética. Trata-se de

Um dos objetivos dos trabalhos realizados em Genebra sobre influência social, intergrupo e desenvolvimento social da inteligência foi sempre o de articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal; de mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permite funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos (Doise. 2002. p. 28).

Nessa perspectiva, a teoria das representações sociais desenvolvida por Serge Moscovici compreende um campo ilimitado de estudo, cuja dimensão fundamental se situa entre o indivíduo e a sociedade, mediados pelas relações interpessoais, grupais e intergrupais (Campos, 2005). De fato, para Campos (2005), o que marca uma representação social é mais o seu *enunciado* do que propriamente a representação em si, o que remete invariavelmente ao contexto das práticas comunicativas, ou situações potencialmente comunicativas (Ghiglione, 1984), validando a ideia que também as relações entre os grupos (categorias sociais) são marcadas por enunciados comunicacionais, sob a forma de representações sociais.

Retomando a indagação de quais são as representações sociais do indígena na mídia e levando em consideração que as representações sociais desse grupo étnico, na atualidade, não são simplesmente (re)combinações de conteúdos arcaicos. Sobretudo, resultam de forças dos grupos dominantes, o que parece colocar a comunicação como agente na constituição, preservação, transmissão e transformação desses conteúdos (Jedlowski e Rosito, 2005), que é coletivo, compreendido como partilhado por todos e que, pela ação comunicacional, passa a ser comum, no sentido de senso comum.

Dito de outra forma: a mídia e os seus gêneros (televisão, rádio, jornal etc.), produzem materiais mediante os quais o passado é representado. Assim, a comunicação constrói memória. Ao mesmo tempo em que constrói, reconstrói, e, ao (re)construir, define no campo social os temas de lembrança e de esquecimento, o que com o advento da modernidade, tornou-se cada vez mais mediada, transferindo em grande parte para a mídia esse papel.

Portanto, se a mídia, compreendida como processos comunicacionais, define a pauta (*agenda setting*), por consequência também define o que será validado. As situações potencialmente comunicativas são tratadas como contratos de comunicação, o que explica a relevância da memória para definir o passado, os objetivos dos povos e a identidade e também, o interesse de atores políticos em controlar a mídia. Quem controla a mídia (ou o seu conteúdo) tem uma posição privilegiada para assumir o poder.

Partindo do pressuposto de que a mídia, dentre outros aspectos, define a identidade dos grupos, leva à afirmação segundo a qual as situações potencialmente comunicativas geradas pelo jornal Folha de S. Paulo e validadas *a priori* como contratos de comunicação gera uma representação aos indígenas (no caso da RIRSS), provocando uma diferenciação que se traduz em uma avaliação positiva do endogrupo em relação ao exogrupo.

## Capítulo IV

### Primeiro Estudo

---

#### **4.1. Primeira análise: Os 5 ws do *corpus* textual do jornal Folha de S. Paulo (2005-2009)**

Nessa primeira parte desse estudo, busca-se identificar os principais agentes envolvidos no evento de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (RR) e as principais categorias de análise que serviram de base informacional e nortearam a construção das notícias veiculadas pelo jornal impresso Folha de S. Paulo.

O particular interesse que representa essa perspectiva metodológica aplica-se ao campo de estudo das representações sociais e da comunicação, cuja perspectiva se assenta na sistematização dos atos comunicativos proposta por Moscovici (1978) em relação aos atos comunicativos.

Neste sentido as explicações de Rouquette (1996), com base no que Moscovici (1978) explorou na segunda parte do seu livro *La psychanalyse, son image et son public*, indicam a exata ideia de que o discurso da mídia é o do senso comum, o que possibilita o estudo das representações sociais e da comunicação como uma possibilidade e um lugar privilegiado para a compreensão dos fenômenos sociais.

##### **4.1.1. Amostra e procedimento**

Com características de uma pesquisa qualitativa documental, do tipo exploratória, (Flick, 2009; Bauer & Gaskell, 2002; Dancey & Reidy, 2006), a pesquisa teve como principal método a manipulação de dados narrativos (Strauss, 1987) cuja principal consequência é o embasamento teórico na construção ou comprovação de uma teoria.

A codificação teórica (Strauss, 1987; Strauss e Corbin, 1990/1998), como também é conhecida à manipulação de dados narrativos, visa a ancoragem de dados para abastecer e definir os próximos passos da coleta de forma integrada, sugerindo que outros estudos, tendo como referência o mesmo *corpus* textual, possam ser empreendidos.

Composta por três fases, a codificação teórica compreende a codificação aberta, quando o autor apresenta perguntas básicas: o quê? Quem? Como? Quando? Por quê? Por meio do quê? As respostas a essas questões possibilitam ordenar as informações por meio da técnica *flip-flop* e embasar o passo seguinte da codificação.

A segunda fase denominada codificação axial trata do aprimoramento das categorias resultantes da codificação aberta, possibilitando um ajuntamento da grande quantidade de categorias identificadas, propiciando, nessa fase, a redução do conteúdo e a relação entre categorias, diminuindo dessa forma, o volume do *corpus*,

A terceira fase, codificação seletiva, permite um nível elevado de abstração e a possibilidade do agrupamento das categorias em famílias de codificação, ou seja, os conteúdos já podem ser interpretados, dando subsídios à construção de uma nova teoria ou a corroboração de uma teoria em construção.

Sendo considerada uma forma diferente de tratar o *corpus* textual da pesquisa, mas não necessariamente antagônica e divergente (Strauss e Corbin, 1990/1998), a metodologia da codificação teórica possibilita a fragmentação dos textos de forma conseqüente, combinando o tratamento textual com o desenvolvimento de novas teorias ou, ainda mais, que os resultados possam ser objetivamente estudados com o uso de uma nova metodologia.

Dessa maneira, a codificação teórica apresenta um processo de identificação com a metodologia dos cinco ws (pirâmide invertida), e as indagações que norteiam a metodologia (codificação teórica) adotada no tratamento qualitativo do *corpus* textual são as mesmas variáveis utilizadas na construção de notícias jornalísticas. Em outras palavras, para construir uma notícia deve-se observar com rigor as informações resultantes da metodologia dos cinco ws – *what* (o quê), *why* (por que), *where* (onde), *who* (quem) e *when* (quando), (Canavilhas, 2008).

O *corpus* desse estudo foi composto por 266 ( $n=266$ ) notícias publicadas (anexo 1) no jornal diário impresso Folha de S. Paulo entre os anos de 2005 e 2009. A escolha desse período foi intencionalmente determinada, pois compreende o que engloba o processo de demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol pelo governo federal, e todas as consequências deste processo, que se arrastou por mais de cinco anos, até a retirada em definitivo dos não indígenas da área da reserva, após uma batalha judicial que culminou com o parecer do Tribunal Superior Federal e a operação *Upatakon* (nossa

terra, na língua macuxi) da Polícia Federal para garantir a retirada em definitivo dos não indígenas, nomeadamente, os rizicultores.

Essa escolha teve dois objetivos. O primeiro, para identificar os principais atores sociais envolvidos no processo de demarcação e posterior desocupação da reserva Indígena Raposa Serra do Sol e, com base nessa identificação, e, ainda, investigar as demais questões envolvidas à luz da pirâmide invertida (Canavilhas, 2008), observando-se não apenas os critérios metodológicos, mas, sobretudo, aquilo que compreende a perspectiva da pirâmide invertida, que são as respostas às seguintes questões: o quê? Onde? Quem? Quando? Por quê?

O segundo objetivo é o de determinar as variáveis que deverão subsidiar a segunda análise desse estudo: a identificação dos discursos existentes no conflito e, em especial, o estudo das representações sociais nele envolvidos a partir das situações comunicativas existentes.

Com uma média de 53,6 notícias publicadas por ano, o *corpus* foi composto por 50 do ano de 2005; quatro de 2006; 13 de 2007; 172 de 2008 e 27 de 2009.

As análises foram realizadas pelo *software* Atlas ti (Muhr, 1994) que permite a codificação do *corpus* e o mapeamento das categorias que constituem as principais abordagens de uma notícia jornalística. Seu desenvolvimento foi inspirado na metodologia de manipulação de dados narrativos (Strauss, 1987), permitindo ainda a interface com outros aplicativos, tais como o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) em que os dados textuais codificados podem ser tratados de forma estatística, nomeadamente o tratamento estatístico descritivo.

É importante ressaltar que essa análise não busca identificar quais as representações sociais dos indígenas, mas, apenas a identificação dos atores envolvidos e as principais características que deram subsídio à construção da notícia.

#### **4.1.2. Resultados e discussões**

A análise preliminar dos dados buscou não só identificar os principais atores sociais envolvidos e a frequência média da participação desses atores como protagonistas das notícias, mas a sua relação direta com as demais questões existentes na pirâmide

invertida (Canavilhas, 2008), com base na metodologia da codificação teórica (Strauss, 1987). Posteriormente, foi possível avaliar, de forma estatística a medida de tendência central, fornecendo um escore típico dessa amostra (Dancey e Reidy, 2006; Malhotra, 2006).

Com um intervalo de confiança de 95%, que possibilita visualizar quanto os valores médios variam entre o máximo e o mínimo, em torno da média (Dancey e Reidy, 2006; Malhotra, 2006), os dados demonstraram, no seu conjunto, uma diversidade de informações e de atores sociais. Suas características indicam que há um ambiente comunicacional característico para a construção de representações.

Tabela 3 – Frequência e percentual válido da variável *who* (quem) do *corpus* textual

	Frequencia	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Indígena	36	13,4	13,4	13,4
Arrozeiros	37	13,8	13,8	27,2
Políticos	57	21,3	21,3	48,5
STF (Superior Tribunal Federal)	136	50,7	50,7	99,3
Pesquisadores	2	0,7	0,7	0,7
Total	266	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 3 identifica os principais atores envolvidos e demonstra a frequência e o seu percentual de representatividade no conjunto da amostra.

O Superior Tribunal Federal (STF) possui a maior representatividade no *corpus* textual com um percentual válido de 50,7%, explicado pelo fato de o processo, em dada altura, ter sido todo ele gestado por este órgão.

Como a desocupação da Reserva Raposa Serra do Sol tornou-se ao longo dos anos, essencialmente uma decisão política, explica-se a segunda maior participação, a dos políticos no conjunto das notícias. Com um percentual válido de participação de 21,3% o item concentrou 57 notícias do total de 266 analisadas. Entretanto, há que se observar que foram diversas intervenções de diversos políticos e diversos partidos, não sendo expressiva a participação de um político e de um partido em especial.

Ainda no grupo denominado políticos, são representativos os poderes executivo e legislativo do estado de Roraima e de alguns escalões do poder central em Brasília, como o do Ministério da Justiça, representantes das forças armadas e da própria presidência da República.

O tópico indígena obteve uma frequência média de 36 notícias, representando um percentual válido de participação de 13,4% no conjunto, ficando muito próximo ao item arroteiro com uma participação de 37 referências do conjunto com um percentual válido de 13,8%. Esta proximidade numérica é aparente, já que tanto entre políticos quanto no próprio STF havia vertentes favoráveis à demarcação em ilhas, o que permite inferir que os arroteiros, de longe, representam o terceiro maior grupo de atores sociais envolvidos no processo de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

Sobre os indígenas, pode-se destacar os pertencentes ao Conselho Indígena de Roraima (CIR), favoráveis à demarcação da Raposa Serra do Sol em terras contínuas, que abrigam aproximadamente 16 mil indígenas pertencentes às etnias *macuxi*, *wapichana*, *ingarikó*, *patamona* e *taurepang*.

O grupo denominado arroteiro compreende os rizicultores, os trabalhadores não indígenas, e os indígenas da Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), estes últimos representados por cerca de 5.230 indígenas contrários à demarcação da Reserva em terras contínuas.

Outro dado importante verificado foi a pouca expressividade das notícias relacionadas aos antropólogos, apesar de eles terem participado ativa e diretamente nos pareceres técnicos utilizados pelo Supremo Tribunal Federal nas audiências de exposição de motivos das partes.

O jornal Folha de S. Paulo esteve envolvido a partir do momento em que veiculou informações sobre o evento, com uma baixa participação no conjunto do corpus analisado. Não foi identificado nenhum editorial do jornal. As notícias originadas com base na editoria do veículo podem ser caracterizadas como cronologias e informações de caráter geral sobre o conflito, não existindo nenhuma tomada de posição em relação ao evento noticiado; portanto, o veículo não foi identificado como um dos atores sociais.

Um dado chama a atenção: a pouca ou quase completa inexistência de pesquisadores como interlocutores. Apesar de os antropólogos terem sido ouvidos, não há uma representatividade de pesquisadores da academia no conjunto das notícias



publicadas pela Folha de S. Paulo. Apenas 0,7% das notícias (2), foram geradas com base em opiniões e informações de pesquisadores.

Os dados descritos na tabela 3 indicam uma multiplicidade de atores sociais envolvidos no conflito, com posições antagônicas, refletindo aquilo que Vala (2006) denomina ponto de vista exclusivo sobre um mesmo objeto, que caracteriza as representações sociais polêmicas (Moscovici, 1978), normalmente geradas no seio do discurso dos conflitos sociais.

A tabela 4 apresenta os cinco principais temas (*what*) abordados pelas notícias publicadas no jornal Folha de S. Paulo. Com um volume de 145 notícias, o item soberania nacional, que compreende as entrevistas e as opiniões sobre segurança e soberania nacionais, obteve a maioria do percentual válido (54,9%), indicando que a grande discussão sobre a demarcação e desocupação da RIRSS (anexo 4 e 5) em terras contínuas ou em ilhas esteve toda ela baseada na perspectiva da segurança nacional e, portanto, da soberania.

Dito de outro modo: a demarcação levou em consideração basicamente o fato da sua localização (tríplice fronteira) ser estratégica para o país, em que pesem às questões produtivas e econômicas.

Tabela 4 – Frequência e percentual válido da variável *what* (o que) do *corpus* textual

	Frequencia	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Preconceito	17	6,3	6,3	6,3
Violência e atitudes violentas	73	27,2	27,2	33,6
Ocupação das Terras	11	4,1	4,1	37,7
Soberania Nacional (entrevistas)	145	54,9	54,9	92,5
Cronologia do Conflito	20	7,5	7,5	100
Total	268	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os tópicos preconceito, violência e atitudes violentas e ocupação de terras, compreendidos na perspectiva de protestos dos atores sociais envolvidos, quando somados, somam 101 (37,6%) das notícias publicadas. As cronologias do conflito somaram 20 notícias com uma representatividade de 7,5% do conjunto da amostra.

Os dados demonstram que apesar da maioria das notícias falarem de temas paralelos, tais como decisões judiciais, prazos, validade das decisões jurídicas, implicações políticas, economia, dentre outros, há um percentual representativo de notícias que abordam diretamente questões que envolvem a relação entre indígenas e não indígenas e uma parte – em que pese o seu pouco expressivo percentual – da cronologia do conflito.

A diversidade de temas sobre o mesmo objeto reflete o caráter polêmico das representações e indicam também que os atos comunicativos são do tipo propaganda, pois oferecem uma visão de mundo conflituosa e clivada (Moscovici, 1978; Vala & Monteiro, 2006; Nóbrega, 2003; Doise, 2001), contribuindo para a identidade dos grupos, construindo a imagem (negativa ou não) de um grupo em detrimento do outro. Este entendimento é reforçado quando se analisa o tópico soberania da variável *why* (por que), conforme tabela 5.

Tabela 5 – Frequência e percentual válido da variável *why* (por que) do *corpus* textual

	Frequencia	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Demarcação em ilhas	5	1,9	1,9	1,9
Demarcação continua	66	24,6	24,6	26,5
Questão de ordem jurídica	62	23,1	23,1	49,6
Soberania	133	50,4	50,4	100
Total	268	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse item, com um percentual de frequência válido igual a 50,4% e um total de 133 notícias, fala de segurança nacional, tríplice fronteira e, indiretamente, da retirada (ou não) dos não indígenas, cuja definição passa necessariamente pela demarcação em terras contínuas ou em ilhas.

Na tabela 5 verifica-se ainda que os assuntos demarcação em ilhas, demarcação contínua e questões de ordem jurídica representam 49,6% das notícias, se igualando tecnicamente com o tópico soberania. Entretanto, caso se observe o conjunto dos temas que geraram notícias, todos têm relação direta com as questões envolventes, ou seja, fala de demarcação em ilhas e de tríplice fronteira, o que significa abordar pontos do mesmo

assunto: segurança nacional. Demarcação em terras contínuas e retirada dos não indígenas basicamente referem-se ao mesmo assunto, já que seria improvável a permanência dos não indígenas em uma reserva demarcada de forma contínua.

Assim, parece que os temas que nortearam o *corpus* possuem relação direta entre si e tratam do mesmo assunto: que a demarcação e a desocupação da RIRSS posiciona o país (pelo menos no discurso) em uma situação de fragilidade fronteiriça.

A tabela 6 indica a frequência de notícias veiculadas com base no recorte cronológico do objeto.

Tabela 6 - Frequência e percentual válido da variável *when* (quando)

Ano	Frequencia	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
2005	50	18,7	18,7	18,7
2006	4	1,5	1,5	20,1
2007	13	4,9	4,9	25
2008	174	64,9	64,9	89,9
2009	27	10,1	10,1	100
Total	268	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria das notícias foram produzidas e veiculadas no ano de 2008, quando se iniciam a batalha judicial pela retirada dos rizicultores e não indígenas da área da reserva. Nos três primeiros anos do processo de demarcação e desocupação, ocorreu uma baixa cobertura jornalística, explicada pela demora dos processos (pareceres e liminares) que nortearam esse período, e, também, explicado pela falta de interesse dos veículos de comunicação pelo tema.

Assim, com base na hipótese da *agenda-setting*, o processo de demarcação e desocupação da Raposa Serra do Sol, entre os anos de 2005 e 2007, não fez parte da lista que o jornal julgava necessário ter uma opinião e discutir. Apenas quando o conflito assumiu proporções nacionais é que o veículo definiu incluir na pauta da cobertura jornalística o processo de demarcação e desocupação da Reserva Raposa Serra do Sol.

A tabela 7, que descreve a variável *where* (onde), indica a concentração da maioria das fontes das notícias. O estado de Roraima, por ser o centro do conflito e

representar os maiores interesses econômicos e sociais, concentrou a maioria das notícias com um percentual válido superior a 60% (163 notícias).

Tabela 7 - Frequência e percentual válido da variável *where* (onde)

	Frequencia	Percentagem	Percentagem válida	Percentual acumulada
Roraima	163	60,8	60,8	60,8
Brasília	69	25,7	25,7	86,6
São Paulo	25	9,3	9,3	95,9
Outras (Goiás, Mato Grosso).	11	4,1	4,1	100
Total	268	100	100	

Fonte: Dados da pesquisa.

A segunda maior frequência no Distrito Federal, mais precisamente em Brasília, com 69 notícias, o que representou 25,7% de validade, visto que o processo decisório esteve todo ele concentrado no STF. Estados como São Paulo, Goiás e Mato Grosso foram parcialmente envolvidos à medida que uma ou outra autoridade concedeu entrevista quando estava nessas regiões.

Apenas o estado de Goiás teve uma participação um pouco mais relevante, visto que o processo de desocupação se iniciou sendo presidido por um promotor de justiça do Ministério Público Federal em Goiás, e posteriormente foi transferido para o STF.

Retomam-se os objetivos específicos dessa análise, identificar os principais atores sociais envolvidos no processo de demarcação e posterior desocupação da RIRSS; identificar às questões envolventes a luz da pirâmide invertida (Canavilhas, 2008), ou seja, as respostas às questões: o quê? Onde? Quem? Quando? Por quê? Com essa identificação, busca-se determinar as variáveis para a realização de uma segunda análise, identificando assim, os principais pontos em relação às categorias de análise, segundo a metodologia dos 5 ws, os principais resultados são:

a) *What* (o quê) – temas que nortearam a elaboração das notícias (preconceito, violência e atitudes violentas, ocupação, soberania nacional (comentários e entrevistas) e cronologia do conflito);

b) *when* (quando) – indicam os anos que se concentrou a quase Totalidade das notícias: 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009;

c) *why* (por que) – demarcação em ilhas, demarcação contínua,

questões de ordem jurídica e tríplice fronteira foram as principais indagações que levaram a elaboração das notícias;

d) *where* (onde) – Roraima, Brasília, São Paulo, Goiás e Mato Grosso indicam as principais localidades onde o fato ocorrido gerou notícia.

e) *who* (quem) – os indígenas, sobretudo do CIR, os rizicultores e indígenas da Sodiur, políticos, o STF e pesquisadores foram os principais atores sociais envolvidos no processo;

Pode-se verificar, nesse contexto que os atores sociais identificados (ou pelo menos a maioria deles), parecem abordar o mesmo tema, ou seja, a demarcação em ilhas. Com a possibilidade da desocupação, esse discurso foi baseado naquilo que parece representar um perigo à soberania nacional. Há uma reprodução de um discurso hegemônico, afirmação corroborada pelos dados (tabela 5) pois os itens soberania e questões de ordem jurídica representam a maioria das notícias veiculadas: 195 notícias, 53,5% do *corpus*.

Desse modo, a primeira parte do primeiro estudo não apenas identificou os atores sociais envolvidos, como delineou uma tendência dos discursos, na maioria contrários, originalmente à demarcação e, posteriormente contrários à demarcação em terras contínuas. Além dessas considerações preliminares, essa análise também possibilitou o mapeamento e a identificação das categorias de análise a serem utilizadas na segunda análise desse mesmo estudo, quais sejam:

- a) tema da notícia – *what*;
- b) indivíduo (ou grupo) protagonista da notícia – *who*;
- c) local das notícias – *where*;
- d) motivo da notícia – *why*;
- e) ano de publicação da notícia – *when*.

Esse delineamento possibilita (na segunda análise) demonstrar o que representa uma perspectiva metodológica particular, aplicada ao campo das investigações sobre o preconceito e, em especial, ao estudo das representações sociais nele envolvidas.

## 4.2. Segunda análise: representações sociais e situações potencialmente comunicativas

Retomando-se a abordagem teórica proposta por W. Doise, segundo o qual a perspectiva da *Escola de Genebra*, no estudo das representações sociais é conhecida por expressões variadas: abordagem quantitativa das representações sociais, abordagem das tomadas de posição ou dos princípios organizadores das tomadas de posição, abordagem multivariada das diferenças individuais, ou ainda, de um modo mais genérico, como psicologia societal (Doise, 2002).

Um primeiro aspecto a ser destacado é a noção de consenso. A ideia de saber partilhado, e, sobretudo, da parte consensual, comum a todos ou quase todos, desse mesmo saber, pode ser qualificada, pelo menos de duas maneiras: primeiro, o consenso como um acordo entre os indivíduos manifestado pela similitude (proximidade ou não) das respostas, usualmente estudado pela abordagem empreendida pela *teoria do núcleo central*; em segundo lugar, como partilha de pontos de referência, tomadas de posição que exprimem, tanto estatística quanto conceitualmente, a *diferença*. Assim, pode-se pensar que o metassistema social (constituído pelos grandes sistemas do pensamento social, os grandes sistemas de crenças ou sistemas ideológicos, *de la pensée sociale*, bem como o sistema institucional) podem constituir-se em *pontos de referência comum*, portanto, organizadores de um consenso que permite diferentes posicionamentos.

Deve-se salientar que, ao reintroduzir a diferença como foco de análise e compreensão dos fenômenos representacionais coletivos, não se está tratando de variações individuais no sentido exato do termo. Não se trata em absoluto de diferenças do tipo traços de personalidade, mas antes, de *posições individuais* ordenadas (regidas) pelas *appartenances* (pertencas) sociais, pelo contexto social, por regularidades de ordem social.

Dessa forma, o estudo das representações sociais, nessa perspectiva, constitui-se da análise das regulações efetuadas pelo metassistema social sobre o sistema cognitivo, assim como a análise explícita das vinculações entre essas mesmas representações sociais e posições específicas (dos grupos ou sujeitos) em um conjunto de relações sociais, no qual as grandes representações, ou as famílias de representações sociais, conforme

denominado por Moscovici (2003), constituem uma parte do chamado *metassistema social*.

A rigor, as representações sociais de ordem mais ampla (ou societal) constituem a principal fronteira entre o metassistema social e os sistemas cognitivos dos indivíduos; ao passo que as representações de menor amplitude podem ser tratadas como um sistema cognitivo de um grupo, acerca de um objeto social. O estudo das grandes representações, na abordagem das tomadas de posição deve então seguir pelo menos dois princípios:

- a) os estudos das representações sociais devem levar em conta as diferenças interindividuais;
- b) a organização do campo de uma representação não se reduz a um trabalho de categorização dos elementos, mas se funda também sobre o posicionamento dos sujeitos em face de uma ou mais dimensões sociais.

Justamente, do ponto de vista empírico e da perspectiva daqueles que desejam e/ou devem intervir sobre a realidade social, quando se estuda um grupo social concreto e específico (seja com objetivos analíticos ou de ação) deve-se interessar pela parte consensual da representação, visto que define a identidade do grupo. Nesse sentido, o *software Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte (Alceste)* funciona como um auxiliar informatizado que faz aglutinar frases (trechos do discurso), aparentemente diferentes em seu enunciado, mas próximas em uma relação de significado.

O Alceste coloca em evidência aglomerados (mundos lexicais) de palavras (palavras-pletas) que têm por referência um mesmo núcleo de sentido. Portanto,

uma afirmação é considerada uma expressão de um ponto de vista, isto é, um quadro de referência, dita por um narrador. Este referencial traz ordem e coerência às coisas sobre as quais se está falando. Quando se estuda um texto produzido por diferentes indivíduos, o objetivo é compreender os pontos de vista que são coletivamente partilhados por um grupo social em um determinado tempo (...). O pressuposto do Alceste é que pontos diferentes de referência produzem diferentes maneiras de falar, isto é, o uso de um vocabulário específico é visto como uma fonte para detectar maneiras de pensar sobre um objeto (Kronberger & Wagner, 2002, p.427).

Assim, a associação de palavras dotadas de sentido e que aparecem com frequência, constituem os chamados mundos lexicais. Palavras-plenas e mundos lexicais constituem, para um dado grupo social, uma espécie de *estrutura do texto*, que, por sua vez, reflete a estrutura da representação social do objeto social enfocado (ou no texto ou em um conjunto de entrevistas).

Dito de outro modo, a estrutura de um texto, produzido por um grupo de indivíduos acerca de um objeto social, reflete certa semântica grupal acerca desse mesmo objeto. Com uma semântica de *referência* para os vários relatos e sentidos atribuídos pelos indivíduos ao objeto em face de uma mesma referência semiológica (uma mesma representação do objeto), os sujeitos podem tomar posições variadas.

Desse modo, propõe-se, segundo modelo proposto por Ângela de Oliveira Almeida (Ribeiro, 2000) e desenvolvido também em colaboração com pesquisadores do Núcleo de estudos psicossociológicos (NEP)<sup>3</sup> (Costa & Campos, 2003; Oliveira & Campos, 2003, Borges & Campos, 2003), uma análise que opera em três níveis, todos amparados pelos tratamentos estatísticos do Alceste sobre o *corpus* textual obtido.

No primeiro nível opera-se a identificação do campo comum (campo consensual); no segundo nível, identifica-se o posicionamento dos sujeitos ou grupos face aos campos comuns; e, finalmente, no terceiro nível, busca-se compreender os posicionamentos identificados, por meio de sua ancoragem em *metassistemas* institucionais ou ideológicos, cuja fase se ampara em elementos não textuais.

#### **4.2.1. Amostra e procedimento**

Com uma amostra de 266 notícias ( $n=266$ ) publicadas pelo jornal impresso Folha de S. Paulo, a pesquisa realizada neste estudo caracteriza-se como qualitativa documental, de caráter descritivo em que foram consideradas todas as matérias sobre o evento de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol publicadas durante o período de janeiro de 2005 a dezembro 2009.

As matérias foram obtidas no banco de dados da Folha de S. Paulo. Foi montado um *corpus*, no qual cada matéria considerada como uma unidade de contexto inicial

---

<sup>3</sup> Grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).



(UCI) foi antecedida por uma linha de comando que continha cinco categorias: ano (ano 1 = 2005; ano 2 = 2006; ano 3 = 2007; ano 4 = 2008 e ano 5 = 2009); grupos (grupo 1 = indígenas; grupo 2 = arroteiros; grupo 3 = políticos e grupo 4 = STF); local (local 1 = Roraima; local 2 = Brasília; local 3 = São Paulo e local 4 = outros); motivos (motivo 1 = demarcação contínua; motivo 2 = demarcação em ilhas; motivo 3 = questões jurídicas e motivo 4 = tríplice fronteira) e categoria tema (tema 1 = preconceito; tema 2 = violência e atitudes violentas; tema 3 = ocupação; tema 4 = soberania e tema 5 = cronologia).

A análise geral foi realizada nas seguintes etapas:

- a) leitura do texto;
- b) divisão das matrizes e classificação das UCI;
- c) descrição da classificação efetuada; e
- d) justificativa da classificação.

O *corpus* coletado foi dividido em classes de palavras que podem estar indicando representações sociais ou ao menos campos de imagens sobre um dado objeto (Nascimento-Schulze & Camargo, 2000; Camargo, 2005a).

A análise estatística permitiu separar as unidades de contexto elementar em várias classes do vocabulário que as compõe, de tal forma que seja obtido o maior valor possível numa prova de  $\chi^2$ . Apresentam também as oposições entre as classes na forma de uma árvore (dendograma).

Em um segundo momento, foi realizada a *análise fatorial de correspondência* (AFC), cujo cruzamento entre vocabulário (considerando a frequência de incidência de palavras) e classes gera uma representação gráfica em plano cartesiano, na qual são vistas as oposições entre classes ou formas (Nascimento & Menandro, 2006), na forma de um plano fatorial. Mediante essa análise torna-se, possível uma projeção das palavras analisadas que considera também as variáveis suplementares (anexos 6, 7 e 8).

#### 4.2.2. Resultados e discussões

Os resultados obtidos através do *software* Alceste possibilitaram a compreensão dos conteúdos e da organização das representações sociais em relação aos atores sociais e em especial, às etnias indígenas no caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

O fundamento teórico utilizado baseia-se na perspectiva de Doise, Clemence e Cioldi (1992) de que diferentes membros de uma população partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social, visto que as representações sociais se constroem em relações de comunicação, com linguagem e referências comuns àqueles implicados nessas trocas simbólicas.

Dessa maneira, a análise do campo comum das representações elaboradas pelo discurso jornalístico da Folha de S. Paulo apresenta o conteúdo comum das representações sociais que circulam no meio social e são compartilhadas pelos participantes dos grupos envolvidos.

De fato, o estudo dos fenômenos sociais requer uma compreensão mais ampla e complexa. Assim, estudar apenas as estruturas representacionais objetivadas de um grupo é simplificar essa compreensão. Neste sentido, o quadro teórico metodológico proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992), denominado de modelo da análise quantitativa das representações sociais, que avalia a *organização do campo representacional*, os *princípios organizadores das diferenças individuais* e a *ancoragem social dos princípios organizadores* esboça as condições e os termos de discussão e elaboração do pensamento sobre um dado objeto social, que são compartilhados e desse modo, pode ser considerado uma proposta privilegiada.

Assim, a discussão empreendida com base nos resultados do Aleste, deve observar três níveis de análise: o campo comum das representações sociais, as diferenciações e posições grupais em relação à representação social a partir da Classificação Hierárquica Descendente e a ancoragem das diferenças individuais.

#### 4.2.2.1. Primeiro nível: as classes de palavras: o campo comum das representações sociais

A análise do *corpus* total, obtida por meio das notícias, tendo como motivação temática o processo de demarcação e desocupação da reserva Indígena Raposa Serra do Sol demonstrando a ocorrência de seis classes.

O figura 1 apresenta essas classes e a relação entre elas ( $R$ ). As classes são compostas pela seleção de palavras, baseando-se na frequência e o percentual de participação de cada palavra em cada classe, considerando-se os  $\chi^2$  encontrados.

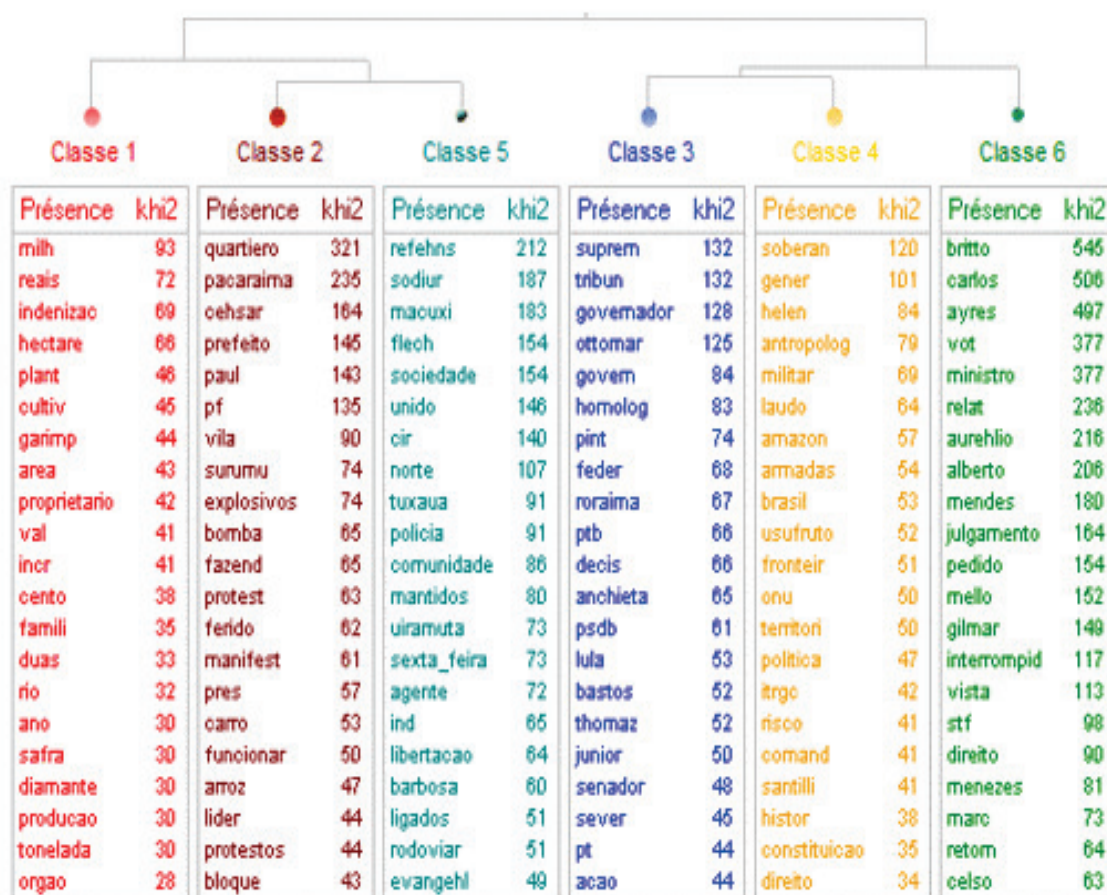


Figura 1 - Estrutura do *corpus* de notícias organizado em seis classes ( teste de  $\chi^2$  no interior de cada classe ) – ( $n=266$ )

Fonte: Dados da pesquisa – interpretação.

A análise do discurso apresenta dois eixos de organização das representações sociais. O primeiro enfatiza a principal questão envolvente no processo, isto é, a ocupação produtiva e as implicações decorrentes (figura 2).



Figura 2 – Primeiro eixo - estrutura do *corpus* e a correspondência entre as classes 1, 2 e 5

Fonte: Dados da pesquisa – interpretação.

O primeiro eixo organiza-se em torno do tema - ocupação produtiva - indicando as principais variáveis típicas: ocupação das terras indígenas pelos rizicultores (classe 1); manifestações e protestos dos atores sociais (classe 2); e conflito armado (classe 5). Os principais temas do primeiro eixo de análise estão agrupados em três classes (1, 2 e 5) que concentram 54,18 % do discurso dos sujeitos. A classe 1 refere-se à ocupação das terras indígenas pelos rizicultores; na classe 2, às manifestações/protestos dos atores e a classe 3, ao conflito armado.

Na classe 1, prevalecem os discursos da ocupação (justificado) e uma tomada de posição contrária à demarcação em terras contínuas. Os atores recorrem a relatos de investimentos milionários na área para justificar a permanência das áreas produtivas da reserva. O palco destes discursos concentra-se no estado de Roraima e são os políticos e os indígenas da Sodiur favoráveis à demarcação em ilhas e, portanto, contrários ao processo de desocupação da reserva, que mais aparecem como interlocutores dessa fala:

O governo de Roraima argumenta que, se os arroteiros deixarem a Raposa, comprometeriam o desenvolvimento econômico do Estado. A produção da cultura responde por 6% da economia de Roraima e as propriedades de dentro da reserva, de 1,7

milhões de hectares, são responsáveis por dois terços de tudo o que é produzido no Estado, algumas fazendas também produzem soja e criam gado (Folha de S. Paulo, 2007).

A demarcação e homologação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol (RR) não impediu o crescimento da área destinada à produção de arroz (...) (Folha de S. Paulo, 2007).

Nelson Itikawa, proprietário da fazenda Vizeu, que fica dentro da área, e presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, diz que a tendência de qualquer empreendimento é crescer. Segundo ele, a região da Raposa/Serra do Sol tem potencial de expandir mais 100 mil hectares. "Nosso objetivo é aumentar [a produção de arroz] até chegar no limite" (Folha de S. Paulo, 2007).

Na classe 2, manifestação/protestos dos atores, aparece como variável típica o ator social STF, e o principal discurso se relaciona à questão da soberania nacional. A mudança do discurso transfere o palco da discussão para Brasília. O ano de 2008 aparece como momento decisivo na definição do processo – demarcam em ilhas ou de forma contínua - e, a desocupação ou não da área da reserva:

Centro do conflito entre índios e fazendeiros, Vila Surumu está dividida em duas trincheiras à espera da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a demarcação da terra. Do lado esquerdo de quem chega à vila, estão os índios favoráveis à demarcação, que acampam em frente à fazenda de Quartiero. À direita, os simpatizantes de Quartiero, que também é prefeito pelo DEM de Pacaraima (RR) (Folha de S. Paulo, 2008).

O STF deve decidir até o fim do mês se os arrozeiros vão ficar ou sair da área de 1,7 milhões de hectares, homologada como terra indígena contínua pelo presidente Lula em 2005 (Folha de S. Paulo, 2008).

Roraima pediu e, em caráter liminar, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a ação. O Supremo julgará o mérito da ação neste semestre (Folha de S. Paulo, 2008).

Ainda, nessa classe, aparecem os discursos relativos à questão da soberania nacional:

Há uma maioria de ministros, segundo apurou a Folha, que defende modificações na reserva indígena, mas ainda sem consenso de como isso seria feito. Para alguns, as dimensões da demarcação deveriam ser mantidas, mas com flexibilização para atender às demandas do governo do Estado e dos arroteiros, como a criação de ilhas, e das Forças Armadas, que idealizam faixas na zona de fronteira de modo a proteger a soberania nacional. (Folha de S. Paulo, 2008).

Um dos argumentos centrais dos opositores à demarcação em área contínua é a ameaça à soberania nacional. Faz diferença se a terra é indígena ou não (Folha de S. Paulo, 2008).

Na classe 5, as variáveis típicas dizem respeito aos discursos que remetem as situações de conflito armado. Nesta classe, rizeiros e políticos discursam sobre a resistência que ocorreu, caso a demarcação em terras contínuas seja aprovada pelo STF, ocasionando a retirada dos não indígenas da área da reserva:

O decreto de homologação foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia quinze, depois de mais de vinte anos de impasse jurídico. Desde então, Roraima é palco de sucessivos protestos de produtores de arroz e de índios contrários à decisão (Folha de S. Paulo, 2005).

Os arroteiros e parte dos índios do Estado são contra o decreto do governo federal da homologação contínua da terra indígena e a retirada da população não índia da área de um milhão e setecentos mil hectares. Em abril, índios contrários à homologação mantiveram quatro policiais federais reféns na comunidade do Flechal, em Uiramutã, trezentos e trinta e quatro quilômetro de Boa Vista, após o governo ter anunciado o decreto (Folha de S. Paulo, 2005).

O clima de violência no interior da Raposa Serra do Sol recrudescer após a chegada de reforço de agentes ao Estado, na semana passada, para dar início aos trabalhos de retirada de não índios da terra (Folha de S. Paulo, 2009).

O que está em jogo: Indígenas e produtores rurais disputam espaço dentro da reserva. Julgamento que deve confirmar a demarcação contínua de terra e a saída dos arroteiros do local (Folha de S. Paulo, 2009).

Deste modo, as classes de palavras identificadas nos eixos 1, 2 e 5 inserem-se naquilo que Tajfel (1981) denomina de crença social que subsidia a identidade do grupo, permitindo a mudança social. Em outros termos, esse movimento social representa um esforço de um grande número de pessoas para resolverem coletivamente um problema considerado comum.

Em um primeiro momento a ideia de ocupação produtiva é clara e prevalece, de modo que a demarcação em ilhas permite o processo de ocupação. No decorrer do conflito, essa lógica é mantida com mudança do discurso. Passa-se para uma tentativa de defender a ocupação com um discurso ameaçador e até com situações reais de conflito, ainda para garantir o processo de ocupação.

À medida que os argumentos jurídicos aparecem, o discurso muda, mas não muda o seu objetivo, de manter a ocupação, cujo argumento é a questão da soberania nacional. Dito de outro modo: a possibilidade da demarcação em ilhas garante, de um lado, a permanência dos rizicultores e, portanto, as áreas de plantio de arroz e pecuária; de outro lado, deixa a tríplice fronteira livre para as ações militares do Exército, direcionando uma área para os indígenas, com uma demarcação em ilhas.

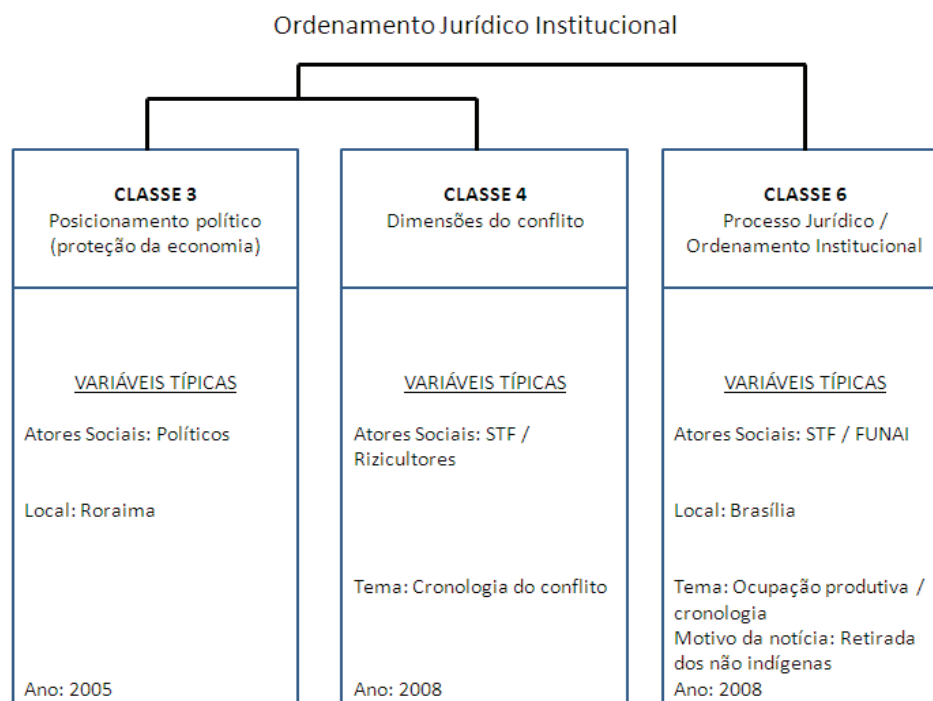


Figura 3 – Segundo eixo - Estrutura do *corpus* e a correspondência entre as classes 3, 4 e 6

Fonte: Dados da pesquisa - interpretados

O segundo eixo (figura 3), destaca o ordenamento jurídico institucional do processo de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Ele se organiza em torno do tema – ordenamento jurídico institucional – indicando as principais variáveis típicas: posicionamento político, a proteção da economia (classe 3), dimensões do conflito (classe 4), processo jurídico/ordenamento institucional (classe 6). Os principais temas do segundo eixo de análise estão agrupados nas três classes (3, 4 e 6) e concentram 45,82% do discurso dos sujeitos, assim denominados: classe 3 – posicionamento político, classe 4 – dimensões do conflito e classe 6 – processo jurídico.

A classe 3 tem como principais atores sociais os políticos, nomeadamente do estado de Roraima e da bancada do estado no Congresso Nacional. O discurso político norteia-se essencialmente pela proteção da economia do Estado:

O governador de Roraima, Ottomar Pinto - PTB, disse que recebeu o apoio do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti do PP de PE, para articular a votação de projeto para sustar a homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, no norte do Estado (Folha de S. Paulo, 2005).



A bancada de Roraima, com oito deputados, apresentou projeto na Casa para tentar reverter à homologação da terra (Folha de S. Paulo, 2005).

O Governador de Roraima Ottomar Pinto, irritado com a resistência da União em oferecer contrapartida à homologação da reserva Raposa Serra do Sol, ameaça deixar o PTB. Em Brasília desde anteontem, reclamou ter ficado isolado em meio à polêmica sobre o decreto e cobrou apoio ostensivo de lideranças do partido. O presidente do PTB, Roberto Jefferson, do Rio de Janeiro, confirmou a ameaça. Segundo deputados, em almoço com Ottomar Pinto, Severino Cavalcanti disse ser contra a demarcação contínua (Folha de S. Paulo, 2005).

Em 19 de abril, Ottomar Pinto do PTB, governador de Roraima, protocolou ação na Justiça Federal contra a demarcação. O governo é contrário à retirada de fazendeiros e outros não índios da reserva (Folha de S. Paulo, 2005).

Pressionado por produtores rurais e lideranças políticas de Roraima, o governador Ottomar Pinto do PTB, setenta e três anos, exigirá do INCRA o repasse de quatro milhões dos cerca de sete milhões de hectares de terras da União ao Estado como contrapartida à homologação da reserva Raposa Serra do Sol. Para forçar uma reação à medida, Ottomar Pinto vai a Brasília na próxima terça-feira buscar apoio da direção do seu partido e de outras siglas no Congresso Nacional (Folha de S. Paulo, 2005).

A classe 4 representa a dimensão do conflito e as variáveis típicas são: os atores sociais, STF e rizicultores, com uma concentração das notícias no ano de 2008 e tem nas cronologias do conflito o principal discurso. O jornal Folha de S. Paulo reiteradamente publicou cronologias para manter os leitores informados do andamento do conflito (acontecimentos ocorridos e futuros).

Cronologia dos confrontos em Roraima: A reserva indígena Raposa Serra do Sol foi identificada como área indígena pela Funai em noventa e três, no governo Itamar, com extensão de cerca de um milhão e setecentos mil hectares. À época, já havia cidades no local (Folha de S. Paulo, 2008).

Cronologia: Homologação - Dois mil e cinco. Lula assina homologação contínua da terra indígena; documento diz que não índios devem ser retirados em um ano. Reações [grifo nosso]: Arrozeiros resistem a deixar o local e são apoiados pelo governo do Estado. Julgamento [grifo nosso]: Julgamento no STF é interrompido, após o ministro Ayres Britto votar pela retirada dos não índios. O ministro Menezes Direito pede vista e adia o julgamento. Ação volta ao plenário, mas o ministro Marco Aurélio Mello pede vista. Sessão é suspensa com oito votos favoráveis à demarcação (Folha de S. Paulo, 2008).

Cronologia: 2005: Lula assina homologação contínua da terra indígena; o documento diz que não índios devem ser retirados em um ano; Março / 2008: Arrozeiros resistem a deixar a região e são apoiados pelo governo do Estado. Polícia Federal (PF) organiza a retirada dos não índios; Abril: Operação da PF é suspensa por determinação do STF; Maio: Nove índios ficam feridos após confronto com funcionários de arrozeiro; Agosto: Julgamento no STF sobre terra indígena é interrompido; Dezembro: O STF retoma o julgamento, mas o ministro Marco Aurélio Mello pede vista. Ainda assim, oito ministros votam favoráveis à demarcação contínua da terra (Folha de S. Paulo, 2008).

Na classe 6, as variáveis típicas indicam que o principal ator social envolvido é o STF, tendo a Funai um papel coadjuvante. A ocupação produtiva volta a ser tema de discussão, o que significa uma relação direta com a retirada dos não indígenas da área da reserva. O ápice do conflito permanece no ano de 2008, explicado em virtude da decisão judicial do STF.

Há, nessa classe um novo cenário discursivo: o conflito deixa a região do estado de Roraima e é transferido para Brasília. Os discursos, em que pese a ideia da ocupação produtiva, são de ordenamento jurídico e, portanto, institucional.

Na opinião da maioria dos ministros do STF, há argumento jurídico para manter na reserva populações não indígenas que vivem na área, algumas desde 1880 e outras que foram estimuladas pela ditadura militar (1964) a aderirem à colonização de Roraima (Folha de S. Paulo, 2008).

A demarcação da reserva Raposa Serra do Sol foi feita em noventa e oito, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologada já na gestão Lula, em dois mil e cinco. O Planalto começou a recuar na defesa da demarcação contínua devido à tensão gerada pelo

processo de retirada dos não indígenas da área. Produtores de arroz, por exemplo, ameaçaram entrar em conflito contra índios e a Polícia Federal para ficar na reserva, e o STF suspendeu as ações de retirada dos não índios para estudar a questão (Folha de S. Paulo, 2008).

A maioria dos ministros do STF votou ontem pela manutenção da demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e pela retirada dos produtores de arroz que ocupam a área. Mas em sete dos oito votos que seguiram essa linha foram incluídas dezoito condições sobre as quais a própria Funai, Fundação Nacional do Índio afirmou ainda não teria ideia do impacto que isso pode representar nas áreas indígenas do país. O órgão disse que buscará um entendimento jurídico, pois as regras que foram sugeridas ontem deverão servir como parâmetro para as demarcações em curso no país. A desocupação da reserva somente deverá ser oficializada no início de dois mil e nove, por conta de um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. Ele disse estar preocupado com a informação que leu em reportagem da Folha de ontem de que o resultado do julgamento poderia ameaçar duzentas e vinte e sete áreas indígenas que ainda estão sob análise (Folha de S. Paulo, 2008).

As dezoito condições apresentadas por Carlos Alberto Direito foram seguidas por sete dos oito ministros que já adiantaram seus votos. Para validar juridicamente os pontos apresentados, Direito votou pela parcial procedência da ação, que pedia a invalidação da demarcação da reserva, localizada entre a fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana, com cerca de um milhão e setecentos mil hectares. Se tivesse votado por sua improcedência, qualquer ressalva só poderia ser tomada como recomendação (...). A questão divide a União, índios e Organizações não governamentais (ONGs), de um lado, e arroteiros, congressistas e o governo de Roraima, de outro. Ministros relataram à Folha que as condições foram construídas a partir de uma análise prática dos problemas ocorridos nas últimas décadas envolvendo terras indígenas, protagonizados por índios ou não. Sua ideia, portanto, seria reafirmar proibições já existentes para reservas indígenas, mas que são corriqueiramente descumpridas. Dentre elas, a garimpagem, a cobrança de taxas para a entrada e utilização das reservas ou a negociação e vendas de terras. Direito também tratou do desmatamento em áreas indígenas ao falar sobre a prevalência dos direitos ambientais, não dos índios (Folha de S. Paulo, 2008).

As classes de palavras identificadas nos eixos 3, 4 e 6 demonstram um deslocamento do centro do conflito e uma presença definitiva do órgão regulador máximo do poder judiciário – STF. Os discursos presentes nas classes desses eixos indicam que a questão da demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol (RR) torna-se institucional. A ideia de tutela indígena é reforçada. Em que pese à importância dos aspectos econômicos defendido pelos políticos (classe 3), o que prevalece é um ordenamento jurídico institucionalizado do conflito (classe 6).

Há uma mudança qualitativa e operativa do discurso, passando do plano político e econômico para o institucional (Wieviorka, 1993). Dito de outra forma: os elementos do conflito passam a ser doutrinários, dotados de medidas institucionais e abrangentes, capazes de determinar as regras de outros conflitos; criam-se regras por intermédio dos agentes de institucionalização ativa.

#### **4.2.2.2. Segundo nível: as diferenciações e posições grupais em relação à representação social do conflito a partir da classificação hierárquica descendente**

Nesse nível, verifica-se no plano fatorial elaborado pelo instrumento utilizado na pesquisa, Alceste, a existência ou não de diferenças grupais da representação social. A análise fatorial de correspondência permite a visualização das oposições resultantes da classificação hierárquica descendente.

A figura 4 apresenta a projeção das palavras analisadas com associação das variáveis suplementares distribuídas nos diferentes campos, bem como as seis classes examinadas anteriormente. Verifica-se que o discurso dos sujeitos se distribui nas diversas zonas, de modo não aleatório e corresponde as formas específicas das classes. Dessa feita, extraiu-se uma dimensão acerca da representação social do conflito com base em seis categorias de análise e suas variáveis identificadas na primeira parte desse estudo: o que, quando, onde, como, por que e o ano da publicação da notícia.

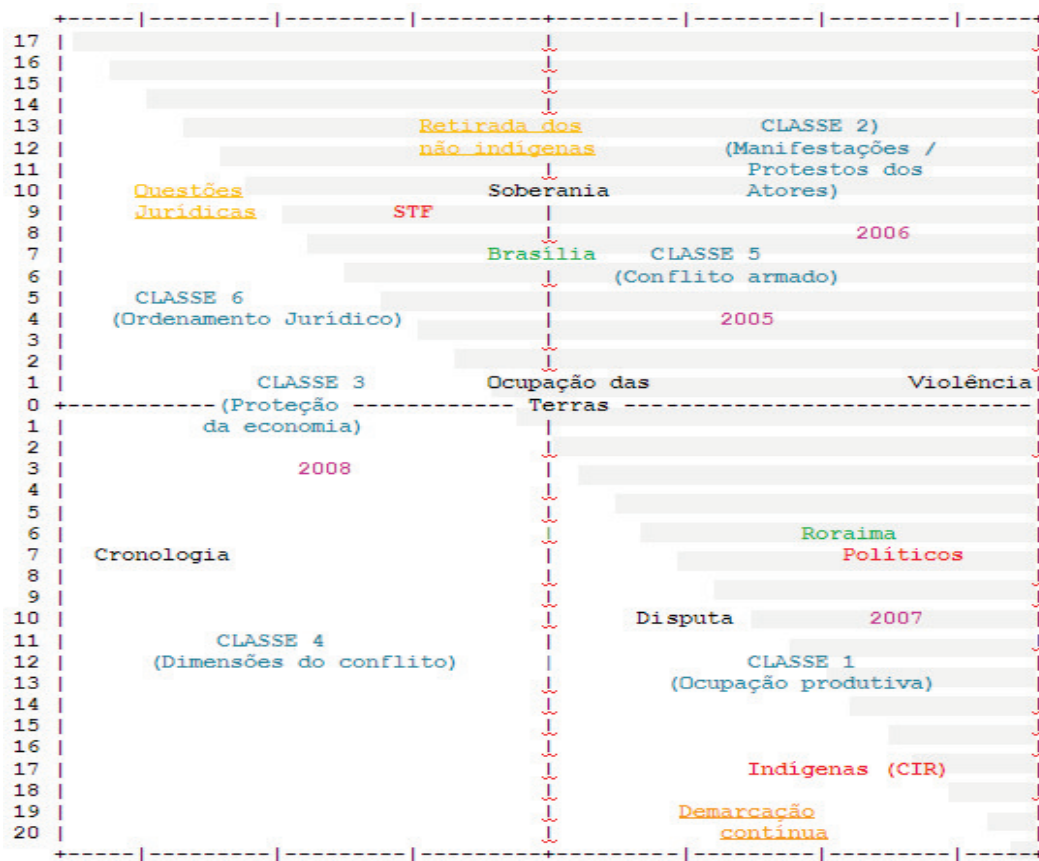


Figura 4 - Projeção das palavras analisadas sobre a representação social do conflito e suas variáveis suplementares

Fonte: Dados da pesquisa - interpretação Alceste

Na figura 4 divide-se horizontalmente o plano, de forma que, na parte superior esquerda, encontram-se a classe 6 (ordenamento jurídico) e as variáveis suplementares (questões jurídicas, retirada dos não indígenas) e o ator social mais representativo é o STF; na parte superior direita, a classe 2 (manifestações / protestos dos atores) e a classe 5 (conflito armado), cujas variáveis suplementares são os anos de 2005 e 2006. Na interseção entre os dois planos superiores destacam-se as variáveis soberania e Brasília, indicando que ambas as variáveis têm importância para todas as classes localizadas na parte superior do plano.

A variável violência, que pertence exclusivamente ao campo superior direito, localiza-se próxima do campo inferior direito, o que significa dizer que os discursos de violência se aproximam da classe 1 (ocupação produtiva).

Na linha divisória entre a parte superior e inferior esquerda encontra-se a classe 3 (proteção da economia), cuja localização explica os discursos de ordenamento jurídico do

conflito. A ordenação do conflito em uma perspectiva jurídica considera, em grande parte, os aspectos econômicos provocados pela decisão judicial, explicando dessa forma o pertencimento da classe 3, tanto ao quadrante superior esquerdo como ao quadrante inferior esquerda.

Na parte inferior do mesmo plano, encontram-se a classe 4 (dimensões do conflito) e a classe 1 (ocupação produtiva), do lado esquerdo e direito, respectivamente, assim como as variáveis suplementares dessas duas classes.

As cronologias do conflito, como também o ano de 2008, compreendem as principais variáveis da classe 4. A ocupação produtiva tem como principais variáveis o Estado de Roraima como principal palco do conflito para essa classe, um discurso de disputa pela posse da terra e ainda os políticos como os principais interlocutores deste discurso.

A variável demarcação contínua, cujo discurso é preponderante entre os indígenas vinculados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) aparece no lado inferior direito do plano, tendo pouco destaque em relação às demais variáveis do plano fatorial de correspondência.

O plano fatorial demonstra o movimento discursivo, tanto na parte inferior como superior, dando à exata ideia de como essa mudança ocorreu ao longo dos anos, em razão dos acontecimentos do conflito.

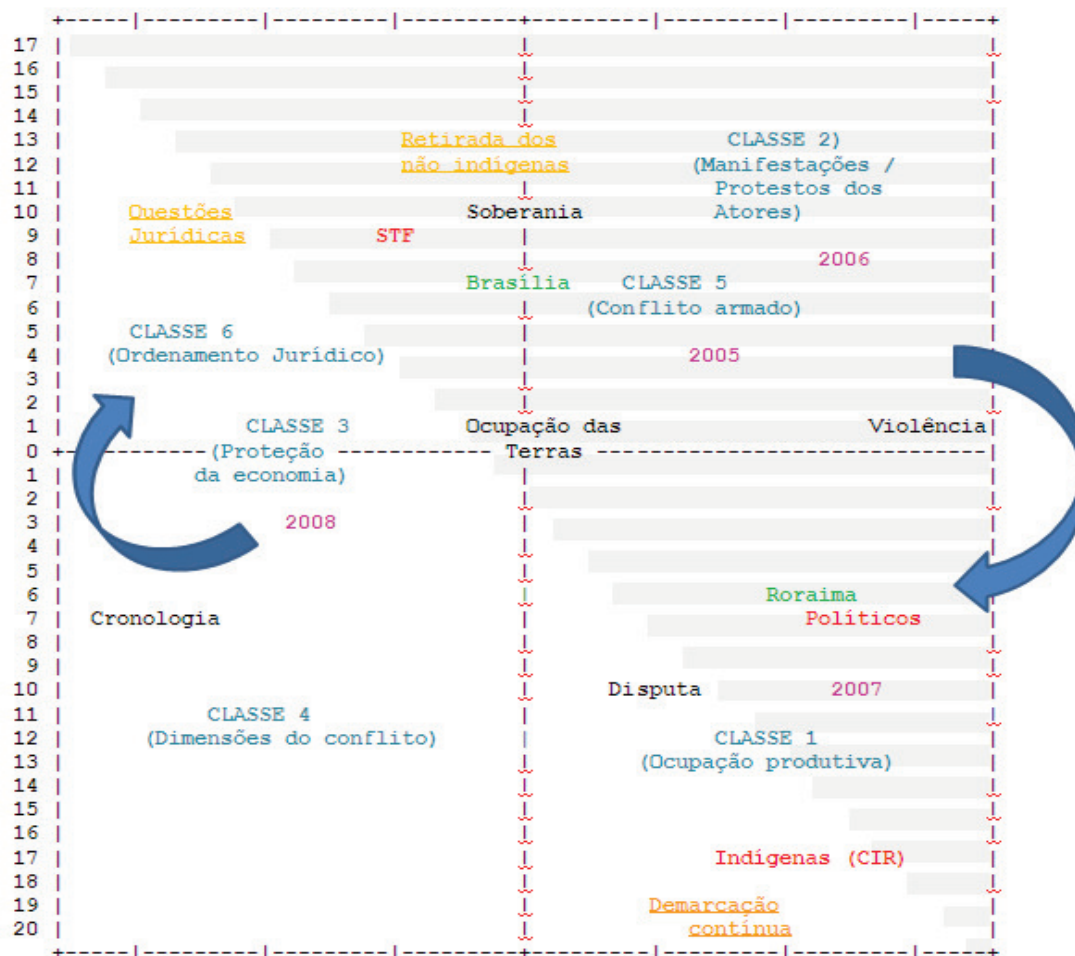


Figura 5 - Projeção das palavras analisadas sobre a representação social do conflito e suas variáveis suplementares – movimentação e mudança do discurso  
 Fonte: Dados da pesquisa – interpretação Alceste.

O discurso de uma ocupação produtiva (classe 1) apresenta vocábulos típicos:

[Milhões de reais (39)] A associação afirma não ter se intimidado com a demarcação da Raposa Serra do Sol e que reverterá o quadro no STF, Supremo Tribunal Federal. Enquanto isso investe na região. Nós estamos aumentando em vinte por cento a produção de arroz, investindo mais de seis milhões de reais. A Raposa Serra do Sol representa sessenta por cento da produção de arroz, diz Quartiero (Folha de S. Paulo, 2007).

[Cultivo (15)] Nelson Itikawa, vice-presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, aponta o território indígena como a principal fronteira agrícola do Estado. Fora da reserva, não há áreas adequadas ao cultivo do arroz irrigado, e a nossa meta é aumentar a área plantada ali em vinte por cento ao ano. E a gente tem conseguido mais ou menos isso nos últimos anos (Folha de S. Paulo, 2008).

[Produção (20)] Já o líder do governo no Senado, Romero Jucá, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de Roraima, e o ministro da Agricultura, o peemedebista Reinhold Stephanes, fizeram pressões nos bastidores em prol dos produtores de arroz e de comunidades não indígenas que gravitam economicamente em torno dessa produção agrícola na área. Ambos alegaram que parte dos índios é favorável à presença dos arroteiros na região (Folha de S. Paulo, 2007).

[Plantio (24)] O gaúcho Paulo César Quartiero, que está em Roraima há trinta e dois anos, disse que está terminando o plantio na próxima semana. Estamos plantando e vamos colher. Até maio, temos quinhentos mil sacos para retirar (Folha de S. Paulo, 2007-2008).

[Benfeitorias (7)] Encerrada essa questão no Supremo, começará a batalha pelas indenizações\_ para os rizicultores, a ocupação da área foi legal e as benfeitorias nas fazendas foram muitas. Algumas das propriedades têm até hangar para abastecer monomotores (Folha de S. Paulo, 2008).

A mudança do discurso foi alterada em virtude da proximidade da decisão (STF) sobre a demarcação em terras contínuas. A mudança fica clara quando as principais palavras específicas da classe 2 e 5 são identificadas na análise, de acordo com o Alceste.

[Bomba (14)] Segundo policiais, as cento e quarenta e nove bombas encontradas na Fazenda Depósito, propriedade de Quartiero, foram produzidas com o auxílio de militares. Há a suspeita de que Gélío Fregapani preste serviço técnico à Associação dos Rizicultores de Roraima. O coronel é ex-funcionário concursado da ABIN, Agência Brasileira de Inteligência (Folha de S. Paulo, 2008).

[Explosivos (16)] Enquanto a Polícia Federal se prepara para iniciar a Operação Upatakon Três, para retirar a população não índia da Raposa Serra do Sol, grupos contrários à retirada, fazendeiros e parte dos índios exibem os artefatos explosivos com os quais prometem resistir à ação (Folha de S. Paulo, 2008).



[Ferido (19)] Na semana passada, rizicultores atacaram indígenas, o que resultou em nove feridos (Folha de S. Paulo, 2008).

[Reféns (28)] Com manifestações contrárias à retirada de não índios, que tiveram início no domingo passado, uma série de protestos tomou conta da terra indígena e pelo menos duas pessoas foram presas. Com a destruição de duas pontes, a vila do Surumu e o município de Normandia ficaram isolados. Duas pessoas foram feitas reféns e artefatos explosivos foram deflagrados (Folha de S. Paulo, 2008).

Todos os discursos situam-se na parte superior esquerda do plano (figura 5). De fato, a predominância do discurso recai no ordenamento jurídico do conflito e na decisão de retirar (ou não) os não indígenas da área. Esta decisão passa pela tomada de posição sobre o tipo de demarcação (contínua ou em ilhas) da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Os vocábulos típicos desse discurso são:

[Julgamento (44)] Fim do julgamento - Resultado da Corte decide pela demarcação contínua da terra indígena e retirada de não índios do local (Folha de S. Paulo, 2008).

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, fez ontem, na retomada do julgamento da Raposa Serra do Sol, Roraima, um ataque ao trabalho da Fundação Nacional do Índio ao dizer que o processo de demarcação é muito sério para ser tratado pela Funai (Folha de S. Paulo, 2008).

Para o procurador-geral, o Supremo não respeitou a separação entre os Poderes e tratou o direito dos índios de forma amesquinhada. Suas observações acabaram sendo ignoradas no julgamento (Folha de S. Paulo, 2008).

[STF ( 49)] Anteontem, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que as ressalvas deverão servir como estatuto da demarcação de terras indígenas. Entre elas está, por exemplo, a limitação da entrada de índios na terra indígena, que deverão seguir regras estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (Folha de S. Paulo, 2008).

Ao retomar o debate, em dezembro, Direito acompanhou Britto, mas apresentou dezoito condicionantes que deverão ser observadas em Roraima e demais reservas indígenas.

Ontem, o ministro propôs outra condição, acatada pelos colegas que Estados e municípios envolvidos sejam ouvidos durante o processo de demarcação. Até então, segundo o ministro Gilmar Mendes, eles eram ouvidos só uma vez. O TRF da primeira região terá de averiguar o cumprimento das condições. Esses pontos devem ser observados pelo governo para demais processos de demarcação há outras vinte e duas ações sobre o tema que tramitam no STF (Folha de S. Paulo, 2008).

[Britto (63)] Enquanto os índios comemoraram com uma oração o primeiro voto favorável à manutenção da demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, agricultores e representantes do governo de Roraima reclamaram do tom ideológico do relator do caso, o ministro Carlos Ayres Britto. Pelo menos ele não mandou me prender, disse o rizicultor e prefeito de Pacaraima, Roraima, Paulo César Quartieiro, um dos maiores fazendeiros da reserva (...) (Folha de S. Paulo, 2008).

De fato, os discursos foram sendo gradativamente alterados. Determinados grupos que originalmente se posicionaram em relação à disputa (rizicultores) alteraram o seu discurso, originalmente de uma ocupação produtiva, para uma posição mais agressiva (manifestações, protestos). Ao mesmo tempo que o grupo de arroteiros posicionava como interlocutores do discurso, foram paulatinamente substituídos por outro grupo (políticos).

Há um deslocamento do grupo de pertença, apesar da manutenção do discurso na fase inicial do conflito. No ano de 2008, o discurso muda, fala-se de soberania e segurança nacionais. O centro do conflito também é alterado: migra de Roraima para Brasília; o principal grupo interlocutor deixa de ser os políticos e passa a ser o STF, que adota um discurso de ordenação e de institucionalização, todo ele baseado na doutrina e na norma.

#### **4.2.2.3. Terceiro nível: a ancoragem das diferenças individuais na representação social do conflito**

As representações sociais não expressam uma forma única de pensar, pois, no seu interior, cabem modulações individuais geradas nas diversas inserções das pessoas, nas suas relações com a sociedade, e, nas suas experiências particulares de vida.

A ancoragem das representações sociais insere-se nas variáveis psicossociológicas que incluem os aspectos de natureza sociais, cognitivas, culturais e econômicas, dentre outros, que estão presentes no cotidiano. Para Doise *et al.* (1992), a ancoragem refere-se à análise do que ocorre quando os atores sociais, coletivamente, tomam um posicionamento no panorama social, posição definida em comparação com o posicionamento de outros grupos.

Nesse nível de análise, as representações sociais ancoram-se nas hierarquias de valores, nas crenças, nas concepções que os sujeitos constroem, na sua relação entre grupos, e nas suas experiências sociais partilhadas com outros indivíduos, em razão de sua pertença e posição, que influenciam os demais grupos na criação de uma representação social.

No primeiro eixo, composto pelas classes 1, 2 e 5, os atores sociais falam sobretudo da ocupação produtiva, na tentativa de convencer os grupos envolvidos de que não se trata de um cenário de disputa. O discurso parece não convencer, e os mesmos atores o alteram, e passando a defender a ocupação com base em ações mais concretas (manifestações e protestos), e com um discurso mais contundente e ameaçador: fala-se de bombas, reféns, violência, disputa.

No segundo eixo, composto pelas classes 3, 4 e 6, os atores sociais em certa medida, mantêm um discurso de ocupação produtiva, mas com uma lógica mais ampla: a sobrevivência da economia do estado de Roraima está em questão. Entretanto, há um deslocamento do centro do conflito e, por consequência, um deslocamento dos discursos e, também, dos atores sociais. Brasília passa a ser o centro das disputas, e, políticos e arroteiros são substituídos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal.

A ocupação produtiva e a sobrevivência da economia do estado de Roraima são substituídas pelas questões de segurança e soberania nacionais. O discurso não trata mais de produção, empregos, investimento. Fala-se da trílice fronteira, da retirada dos não indígenas da reserva, e da decisão judicial a ser tomada pelo STF. De uma situação discursiva toda ela construída conforme a economia, passa-se para um discurso de ordenamento jurídico institucionalizado.

Os resultados desse estudo revelam em um primeiro momento, um discurso de ocupação produtiva (classes 1, 2 e 5), que, quando noticiados, justificam e contextualizam a ação. Há um extrapolamento dos espaços e dos sentidos (Spink, 2006),

à medida que as ações de protestos e manifestações se articulam com a produção, justificando e naturalizando o discurso, as atitudes e a ação, atribuindo-lhes um sentido de permissão.

Assim, a notícia que torna algo socialmente construído como natural/real, circulando sentidos, que se contrapõem aos sentidos resistentes (ocupar, mesmo que produtivamente) dá a exata noção da ideia de conflito. Os atores e os seus discursos são construídos em ma tentativa de convencimento, cujas ações são, então, justificadas pela naturalização do fato.

Em um segundo momento, surge uma dimensão jurídica que regula o conflito, envolvendo as etnias indígenas e os não indígenas, revelando a ideia de uma tutela que parece permanecer inalterada em relação aos primeiros.

Os indígenas, que historicamente não tiveram vez, também não têm voz. A tomada de posição da mídia, no caso, a Folha de S. Paulo, de incluir ou excluir este ou aquele discurso, buscando consolidar determinados conteúdos, resultantes dos produtos sociais, passa pela lógica da *agenda setting*, transformando esses discursos em autônomos (Spink, 2006), como se desvinculados de uma situação real, gerando consequências inevitáveis.

Nesse sentido, os meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornais), prestam serviço para a construção da memória (Jodlowski, 2005), e em especial da memória, brasileira, já que parece improvável lembrar daquilo que os outros esqueceram. São eles (*mass media*) que expandem as possibilidades humanas de imprimir, preservar e transmitir sentidos objetivados, tais como o faz a Folha de S. Paulo.

[Cronologia dos confrontos em Roraima] A reserva indígena Raposa Serra do Sol foi identificada como área indígena pela FUNAI em noventa e três, no governo Itamar, com extensão de cerca de um milhão e setecentos mil hectares. À época, já havia cidades no local. Em 1998, no governo FHC, a área foi demarcada pelo governo federal como única e contínua, ou seja, incluindo dentro dela as estradas, plantações e o município de Uiramutã, situado dentro da reserva. 17 mil quilômetros quadrados é o tamanho da reserva. 104 mil quilômetros quadrados é o total de área indígena no Estado, representando 46% do estado. 224 mil quilômetros quadrados é a área do Estado de

Roraima em comparação a Portugal que tem uma área de noventa e dois mil quilômetros quadrados.

[Protestos] em 2004, ocorrem protestos após o anúncio do governo de que a terra indígena seria homologada de forma contínua. Rodovias são interditadas e prédios públicos são invadidos.

[Homologação] em abril de 2005, o presidente Lula assina decreto que homologa a reserva e determina a retirada da população não-índia do território indígena no prazo de um ano.

[Suspensão] dDiante dos conflitos no Estado em março e abril deste ano, o governo de Roraima pediu ao STF a suspensão da retirada dos não-índios até que a demarcação fosse julgada. O STF atendeu ao pedido.

[Julgamento] apesar disso, os conflitos no Estado prosseguem. Hoje o STF inicia o julgamento da ação que questiona a demarcação e a homologação da terra indígena de forma contínua (Folha de S. Paulo, 2008).

Dessa forma, o caso da Raposa Serra do Sol se insere naquilo que Thompson (1998) denominou quase-interação mediada, ou seja, relações mediadas por veículos de mídia de massa (rádio, televisão, jornal), em que a reciprocidade é mínima e a ação do autor é monológica. Dito de outro modo: são comunicações monolocutivas (Ghiglione, 1984), e o veículo de massa estabelece os níveis das relações entre os sujeitos, supondo uma validação *a priori*, tratando as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação.

Um terceiro aspecto, revelado pelos resultados, diz respeito à atribuição de um sentido de invisibilidade do indígena. As notícias, sucessivamente veiculadas, circundam atores e acontecimentos em um emaranhado de informações que parecem, ao mesmo tempo, omitir e definir, intencionalmente, quem são os protagonistas e os coadjuvantes do relato. Se forem congeladas, deixam de ser notícias (Spink, 2006), por isso, precisam ser reinventadas, como num processo de atualização. Não faz parte da pauta jornalística notícias sobre alguém ou sobre determinado grupo, considerado inexpressivo,

representado (tutelado), ou invisível. Também nesse caso a ideia da *agenda setting* prevalece.

Retomando a ideia da invisibilidade, outra dimensão revelada pelo estudo, refere-se à invisibilidade ser compreendida pelo silêncio discursivo a que determinados grupos são submetidos. A hipótese interpretativa, nesse sentido, é a da *espiral do silêncio*. A ideia central desta hipótese situa-se na possibilidade de que os agentes sociais podem ser isolados, caso expressem publicamente, opiniões diferentes daquelas que o grupo majoritário expressa, e as considera opiniões dominantes. Existe uma tendência de acompanhar a opinião da maioria, talvez por medo do fator isolamento, e pelo fato de, em geral, a sociedade exigir certa conformidade com o tema em discussão (Neumann, 1995).

A possibilidade de um grupo isolado, que discorda de uma opinião expressada nos meios de comunicação de massa, manifestar sua visão de um fato é absolutamente reduzida (Tuzzo, 2005). Portanto, há uma tendência de o grupo minoritário silenciar-se.

Se a *agenda setting* define a pauta e os critérios de relevância e plausibilidade, do que deve ser ou não notícia, também a espiral do silêncio explica, por uma omissão deliberada ou interpretação específica de determinado evento, o silêncio de determinados sujeitos (ou grupos), em relação a determinado evento. Em outras palavras, a ideia de invisibilidade pode ser atribuída a uma condição mediática imposta pelos *mass media*.

Os aspectos apontados indicam duas novas questões de interesse: uma que se refere ao fato de determinados grupos sociais silenciarem-se, o que significa dizer que, existem discursos não revelados e, portanto, não notícias no caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Trata-se de notícias que a Folha de S. Paulo não publicou, ou discursos de determinados atores (ou grupos), que não foram apresentados, por não serem considerados notícias.

Uma segunda questão refere à invisibilidade. Duschatzky e Skliar (2001), ao problematizarem a relação identidade e diferença, apontam três versões discursivas sobre o outro diferente. O outro todo mal, cuja identidade é centrada, fixa, homogênea e estável. O outro como alguém a tolerar, cuja visibilidade não desperta desprezo ou interesse (Guareschi, 2006), cuja marca identitária é neutra. E por último, o outro como marca cultural, cujas diferenças identitárias são únicas (gênero, etnia, dentre outros); o outro cultural é definido na sua totalidade, ou suposta totalidade, cuja radicalização leva ao exagero de uma identidade, encerrando-a na diferença (Guareschi, 2006). “Deste

modo permaneceriam invisíveis nas relações de poder e conflito [...]”, afirmam Duschatzky e Skliar (2001, p. 128).

A possibilidade interpretativa da invisibilidade e do silêncio indígena sugere outros olhares sobre a questão. Seriam essa invisibilidade e este silêncio consequências do fato de os grupos indígenas serem tutelados, portanto, legalmente incapazes? Ou seria aquilo que Spivak (1994) denomina subalternidade, essa autorrepresentação não escolhida pelos sujeitos (ou grupos), mas, imposta a um conjunto de indivíduos de forma arbitrária, em que os processos políticos, associados às formas de linguagem e de construção identitária, colocam os grupos minoritários em situações de opressão, impossibilitando suas reivindicações nos espaços abertos pela democracia? Sujeitos subalternos, para Spivak (1994) são todos aqueles cujas vozes não transitam entre o locutor e o interlocutor, não se estabelecendo uma relação dialógica.

Van Dijk (2004) em sua obra *Dominación étnica y racismo discursivo em España y América Latina*, argumenta que a imprensa brasileira, que também sistematicamente ignora os negros no Brasil, (exceto no carnaval), também reduz as populações indígenas a uma situação de inexistência, cuja representação nos meios de comunicação e em especial nos jornais, segue marginal e estereotipada, ou seja, trata-se de uma simplificação (errônea), que geralmente se atribui a determinado grupo por meio de um processo de categorização (Dechamps & Moliner, 2009). Atrasados, primitivos, são alguns (quando aparecem) dos adjetivos atribuídos aos indígenas, ressaltando simplesmente seus costumes e sua cultura (vestimentas, danças) em uma perspectiva reducionista.

Essas evidências indicam um discurso de exclusão. Fala-se (quando se fala) de grupos populacionais que somente se constituem nos discursos hegemônicos como o outro, cuja diferença, apesar de muitas vezes ser explicada como cultural, na verdade, representam efeitos de uma segregação. A ideia do Outro permite uma comparação com o Nós. Essa ideia, segundo Van Dijk (2008), geralmente é comparada a de desvio. Construir o Outro como outro, significa classificá-lo como desviante, e a diferença é o desvio. Sem muito esforço, pode-se argumentar que essa perspectiva é política e socialmente excludente. Excludente, quando objetivada, na prática é, sobretudo, uma exclusão de enunciação. Quase se pode afirmar que essa exclusão ocorre mesmo em um lugar subalterno.

Costa (2004) em *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*, descrevendo a sua vivência diária com garis da cidade universitária da Universidade de São Paulo, aponta que, assim como os indígenas, também os garis são sujeitos invisíveis. Apesar das diferentes realidades entre garis e indígenas, em ambos os grupos os sujeitos são apagados, “mantidos à sombra” (Costa, 2004. p. 64). Para o autor essa condição danifica o caráter humano do trabalho, mas, sobretudo, danifica o trabalhador. Parecem menos humanos.



## Capítulo V

### Segundo Estudo

---

#### **5.1. Modo comunicativo operante e identidade: o lugar do indígena**

Os caminhos a serem objetivados por esse estudo, parte da ideia de que as relações de conflito intergrupais (Tajfel, 1981), são imagens resultantes daquilo que cada grupo desenvolve a respeito de si mesmo e do outro e cujo processo de interação entre os grupos indicam representações com funções cognitivas (seleção, justificação e antecipação) (Doise, 2002). Nesse sentido, a centralidade (força) dos conteúdos relevantes traduz-se em termos e imagens que orientam a relação entre os grupos, com base em uma realidade objetiva e a sua representação subjetiva. Assim, os elementos representacionais, uma vez ativados de formas diferentes, geram relações do grupo com o objeto, em um contexto de enunciação (Campos, 2003), de tal modo que, quanto mais ativado é um elemento, mais importante ele é para essa situação específica. Neste trabalho e, em especial nesse objeto de estudo, a mídia parece ser o elemento que ativa e mantém essas representações.

Desse modo, Moliner (1995) denomina de modelo bidimensional de representações sociais os elementos representacionais que indicam centralidade, e, em certa medida, muito provavelmente, essa centralidade compõe o núcleo central da representação dos indígenas.

Este estudo, portanto, objetiva identificar e analisar como os sujeitos não indígenas veem os indígenas no contexto das relações intergrupais e, particularmente, no contexto do processo de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Também é objetivo deste estudo, extrapolar essa perspectiva e verificar como esse contexto relacional pode ser observado em uma perspectiva mais ampla. Dito de outro modo: como os não indígenas veem os indígenas em geral e como os primeiros percebem os processos de demarcação de reservas indígenas que ocorrem em todo o país. Os resultados, em última instância, apontam a identificação de quais são as representações sociais do indígena e, especialmente, quais são as representações dos indígenas construídas com base nos veículos de mídia.

Com essas investigações, resgata-se a ideia do indígena invisível, silenciado e subalterno, de modo a permitir não apenas um aprofundamento, mas, sobretudo, uma articulação teórica com o intuito de perceber se as representações dos indígenas que circulam (ou não), nos veículos de mídia, transcendem o espaço midiático fazendo eco no espaço social, ou, em um sentido contrário, se são as vozes dos atores sociais não indígenas que ecoam nos espaços mediatizados, que, quando amplificados e legitimados pelos veículos de mídias, parecem tornar-se naturalizadas, e, mesmo em se tratando de situações potencialmente comunicativas, validadas como contratos de comunicação.

### **5.1.1. Amostra, procedimento e instrumento.**

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa do tipo descritiva e foi realizada na cidade de Normandia, estado de Roraima (anexo 2), entre os dias 21 e 25 de abril de 2011. Localizada na denominada Microrregião Nordeste do Estado de Roraima, a 185 km da capital, Boa Vista, Normandia possui uma densidade populacional que não ultrapassa 0.97 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo dados do censo 2010 (IBGE).

Considerada a menor cidade do estado, ocupando a 15<sup>a</sup> posição, Normandia, tem atualmente uma população de 8.926 habitantes (IBGE, 2010), dos quais aproximadamente 92% eram indígenas ou descendentes diretos no máximo de segunda geração. Do total de habitantes, 4.670 eram do sexo masculino e 4.256 do sexo feminino, e apenas 2311 residiam na área urbana do município. Os demais 6.616 viviam na zona rural que possui 7.008 km<sup>2</sup> de área.

Classificada como probabilística aleatória por conveniência, a amostra foi composta por 50 sujeitos não indígenas residentes na área urbana do município de Normandia (RR), sendo 22% do sexo masculino, 78% feminino. A faixa etária média dos entrevistados era de 28 anos.

O instrumento (anexo 3) elaborado com perguntas fechadas de múltipla escolha, do tipo *Likert*, possibilitou aos entrevistados indicarem seu grau de concordância ou discordância, as declarações relativas à atitude investigada, uma vez que a escala de *Likert* atribui valores numéricos e/ou sinais as respostas que refletem a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. A escala de *Likert* permite que, declarações de

concordância recebam valores positivos ou altos, ao passo que as declarações das quais discordam recebam valores negativos ou baixos (Baker, 2005).

Giglio (1996) comenta que pesquisas posteriores à elaboração da escala de *Likert* verificaram que há correlação entre julgamento e atitude. As principais vantagens da escala *Likert* em relação às demais, segundo Mattar (2001), são a simplicidade de construção; o uso de afirmações que não estão explicitamente ligadas à atitude estudada permitindo a inclusão de qualquer item que se verifique empiricamente; ser coerente com o resultado final; e, ainda, a amplitude de respostas possíveis que apresentam informações mais precisas sobre a opinião do respondente em relação a cada afirmação.

As respostas situam-se nos seguintes extremos: 1 = discordo totalmente e 7 = concordo totalmente, cujos valores intermediários foram assim descritos: 2 = discordo parcialmente; 3 = discordo; 4 = nem concordo nem concordo; 5 = concordo parcialmente e 6 = concordo. O instrumento de coleta foi composto de seis blocos de questões assim delineados:

a) Primeiro bloco- identificação do modo comunicativo operante na região do conflito e qual o veículo de mídia que mais proporcionou informações sobre o processo de demarcação e desocupação da RIRSS;

b) Segundo bloco - com base na expressão indutora “em relação aos indígenas, você os considera?”, foi apresentado aos sujeitos da pesquisa possibilidades de respostas segundo as expressões: uma pessoa que vive na natureza; uma pessoa que vive em aldeia; uma pessoa que não trabalha; uma pessoa que tem muita habilidade para o artesanato; uma pessoa que tem uma cultura diferente; uma pessoa que vive na floresta; uma pessoa que vive como um selvagem; uma pessoa que sofre preconceito; uma pessoa que é um guerreiro, o objetivo consistiu em verificar a centralidade das respostas, cujo grau de concordância ou discordância com as expressões, possibilitasse identificar a estrutura que, muito provavelmente, compõe o núcleo central das representações sociais do indígena;

c) terceiro bloco - foi solicitado aos sujeitos (não indígenas) da pesquisa, a atribuição de um grau de concordância às expressões atribuídas aos indígenas: intuitivos, vingativos, criativos, livres, impulsivos, leais, perversos, manipuladores, solidários, inteligentes, agressivos, fisicamente hábeis, instintivos, extrovertidos e preguiçosos, com os resultados buscava-se demonstra a opinião (atitude), em relação a

esse grupo étnico, possibilitando dessa forma, identificar os traços de personalidade que os não indígenas atribuem aos indígenas, que, em última instância, indicam os traços identitários atribuído ao indígenas;

d) Quarto bloco - buscou identificar a opinião dos não indígenas em relação aos processos de demarcação de terras indígenas de uma forma geral, ou seja, como os sujeitos da pesquisa veem os processos dessa natureza, tanto no estado de Roraima como no restante do país; para tanto, foram apresentadas expressões, todas afirmativas - a demarcação de reservas indígenas é justa; os jornais e a televisão falam a verdade sobre os fatos que ocorrem; os indígenas são ouvidos nos processos de demarcação; a maioria dos políticos apoia os indígenas, e, após a demarcação o governo federal dá autonomia para os indígenas. Solicita-se aos pesquisados a atribuição de um valor sobre cada item.

e) Quinto bloco - tendo como referencial a demarcação e a desocupação da RIRSS, nesse bloco de questões foi solicitado aos sujeitos que expressassem suas opiniões sobre a atuação dos indígenas, atribuindo um valor para cada expressão apresentada - os indígenas conseguiram mais do que mereciam; receberam muito respeito e consideração; foram muito exigentes em relação aos seus direitos; a discriminação foi não um problema para eles; eles tiveram influência política no processo; eles não precisaram de ajuda; eles foram prejudicados após a demarcação; as autoridades não os ouviram; ficaram calados esperando o governo tomar as decisões; e, eles não falaram muito sobre o assunto, as respostas obtidas indicam como os não indígenas veem o comportamento do indígena durante o processo;

f) A última parte do instrumento, as expressões apresentadas busca identificar o grau de concordância e discordância acerca das determinações legais relatadas pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de identificar as questões relativas à autonomia indígena. As determinações do STF foram as seguintes:

- a) os indígenas da reserva não podem vender ou alugar, ou ainda transferir suas terras para outras pessoas;
- b) não será cobrado nenhum tipo de imposto aos indígenas que moram na reserva;
- c) os indígenas não podem alugar parte das terras da reserva;
- d) os indígenas não podem cobrar tarifas de visitantes (turistas) na reserva;
- e) alguns não indígenas podem permanecer em parte da reserva desde que a Funai

autorize;

- f) tudo que os indígenas desejarem fazer na reserva deve ser sempre autorizado;
- g) governo federal pode instalar prédios públicos, construir estradas sem autorização dos indígenas;
- h) a Polícia Federal pode atuar na reserva sem autorização dos indígenas;
- i) O Governo Federal pode instalar bases militares na reserva sem consulta as comunidades indígenas da região;
- j) o garimpo na reserva deve sempre autorizado pelo Congresso Nacional;
- k) o uso dos rios para gerar energia deve ser sempre autorizado pelos deputados;
- l) os rios e as riquezas do solo são controlados pelo governo federal;

Também fez parte do instrumento de coleta dados de identificação demográfica (gênero e faixa etária) dos sujeitos da amostra. Os elementos que constituíram o segundo bloco de questões do instrumento de coleta foram utilizados e validados em estudos realizados pelo Núcleo de Pesquisa Psicossociológicas (NEP) e convalidados em estudos anteriores por Costa e Campos (2003), Borges e Campos (2003) e Oliveira e Campos (2008). Os elementos usados no terceiro bloco foram desenvolvidos por Moscovici. Com base em uma escala de infra-humanização em estudos realizados pelo autor sobre as representações sociais do preconceito em relação aos indígenas, no Brasil, ainda não publicados. Os elementos do quarto e quinto blocos foram originados de um *corpus* de notícias sobre demarcação de terras indígenas, e, em especial, a da Raposa Serra do Sol. Os elementos do sexto bloco são as determinações do STF após o parecer final sobre o processo de demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol.

As análises dos dados foram feitas com o auxílio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), que propicia análises estatísticas descritivas e inferenciais. Com duas entradas de dados (*Data View*), o aplicativo permitiu desenvolver análises que demonstraram, com o uso da escala *Likert*, quais as principais tendências de respostas dos sujeitos pesquisados, indicando a sua opinião sobre o tema perguntado, que representam as atitudes dos sujeitos.

As análises foram executadas em separado, observando-se o objetivo de cada bloco de questões, de tal forma que, para o primeiro bloco, foi processada uma análise gráfica simples com a geração de um histograma de barras, cujos valores são resultantes

da indagação acerca do meio comunicativo que mais opera na região (Normandia) e, também, como os sujeitos da pesquisa tomaram conhecimento do evento de demarcação e desocupação da RIRSS. Os resultados foram gerados observando-se um intervalo de confiança (IC) igual a 95%, com um desvio padrão igual a 2,0 (dp=2,0%).

Para o segundo bloco, foi aplicada uma análise estatística descritiva (frequência) com a obtenção da medida de tendência central (média e mediana) e percentuais válidos e acumulados para cada variável do construto, possibilitando, desse modo, identificar a tendência das respostas. Levando-se em consideração a escala de *Likert* utilizada (sete pontos), os resultados foram analisados com base no valor intermediário 4, considerado, nesta análise, ponto de corte. Com os resultados da frequência de cada variável foi possível estruturar a representação gráfica dos resultados, indicando a curva de tendência, o que, muito provavelmente indica a centralidade das respostas.

Partindo da noção de variáveis latentes, do terceiro ao sexto bloco de questões, foram aplicadas análises fatoriais (AF), cujo construto objetiva entender áreas de interesse e seus significados (classe social, opinião pública ou personalidade), e os efeitos que só aparecem nas chamadas variáveis manifestas, isto é, aquelas que podem ser verificadas e que medem diretamente o conceito, como, por exemplo, o preconceito,

A análise fatorial, nesse sentido, investiga e verifica a dependência de um conjunto de variáveis manifestas em relação a um número menor de variáveis latentes, possibilitando dessa forma, identificar a variância explicada das respostas dos sujeitos da pesquisa. Também conhecida como análise multivariada, a AF é útil para identificar regularidades no comportamento de duas ou mais variáveis, e para testar modelos alternativos de associação entre tais variáveis, incluindo a determinação de quando e como dois ou mais grupos diferem em seu perfil multivariado.

Em realidade, a análise fatorial não se refere a uma única técnica estatística, mas a uma variedade de técnicas relacionadas que tornam os dados observados mais facilmente (e diretamente) interpretados. Dessa forma, analisam-se os inter-relacionamentos entre as variáveis de tal modo que elas possam ser descritas convenientemente por um grupo de categorias básicas, em número menor que as variáveis originais, denominadas fatores.

Assim, o objetivo da análise fatorial é a parcimônia, procurando definir o relacionamento entre as variáveis de modo simples e usando um número de fatores menor que o número original de variáveis. As cargas fatoriais obtidas são, com efeito, reduções

de dados muito mais complexos a tamanho manuseável, para que o pesquisador possa interpretar melhor os resultados (Kerlinger, 1980).

### 5.1.2. Resultados e discussões

Os resultados do primeiro bloco indicam uma realidade típica das cidades do interior do país. O meio comunicativo preponderante na região do conflito é o radiofônico.

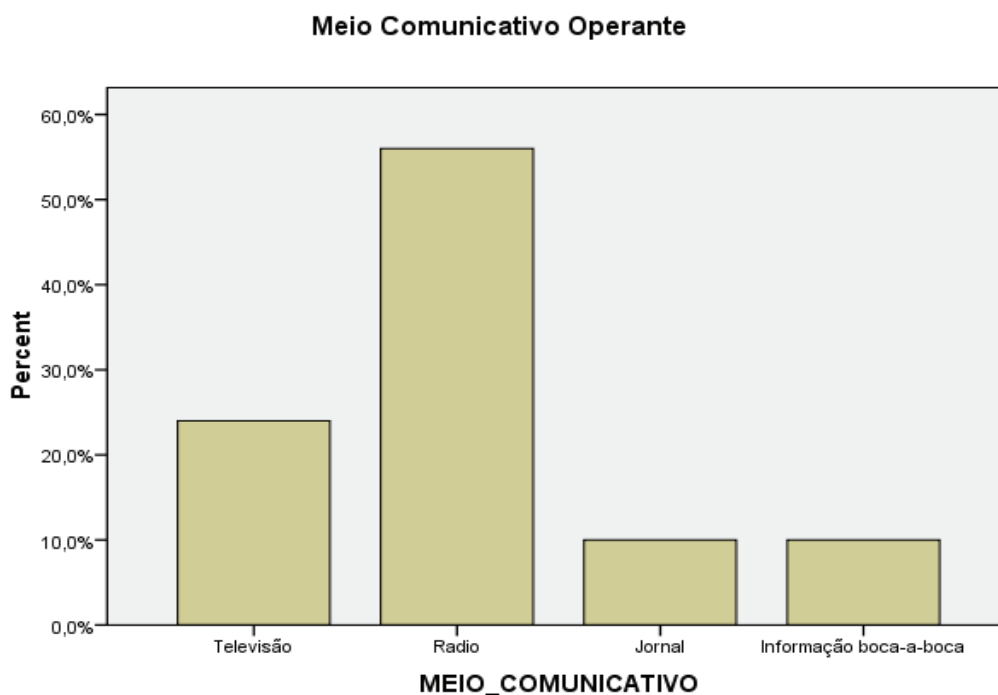


Figura 6: Meio comunicativo operante

Fonte: Dados da pesquisa.

Com um percentual superior à metade das respostas, o rádio representa o veículo de mídia mais atuante na cidade e na região. Significa, portanto, que a Folha de S. Paulo, como outro jornal diário, não teve penetração (direta) de audiência na região.

Apesar da existência de jornais impressos no estado de Roraima, parece ocorrer como primeira perspectiva de análise, uma situação de *copy desk*, ou seja, os veículos de

mídia das cidades do interior e do estado de Roraima, como também das demais cidades do interior do país, reproduzem em larga escala as notícias originadas nos veículos do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Duas noções podem ser apontadas: a capacidade de cobertura e abrangência dessas organizações e o caráter legitimador desses veículos. Entretanto, essa análise não é completamente satisfatória e não dá conta de explicar por que o rádio é o meio comunicacional mais efetivo na região do conflito.

O fato do evento de demarcação e desocupação da RIRSS ter sido em grande parte, controlado pelo STF, emergem a figura da voz do Brasil. Criada em 1935, pelo presidente Getúlio Vargas para levar informação do poder executivo à população, a voz do Brasil à época, era o principal meio de comunicação de massa. Esse programa radiofônico, por decisão legal, conforme Lei nº 4.717/62 (Brasil, 1962) deve ser reproduzido de forma obrigatória por todas as rádios existentes no Brasil entre as 19 h e 20 h. Apesar de algumas rádios, nomeadamente em São Paulo, reproduzirem o programa em horários alternativos, trata-se da forma mais usual de massificação das mensagens do poder executivo, visto que outros veículos não possuem a mesma cobertura.

Pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de emissoras de rádio e televisão (Abert) indica a estrutura de mídia existente no país, no ano de 2008: 3.600 emissoras de rádio, 5 redes de televisão de cobertura nacional (não incluída as afiliadas), 523 jornais diários e 1.200 títulos de revista e mais de uma centena de rádios comunitárias não oficiais. A mesma pesquisa revela que a audiência radiofônica entre os horários das 19h e 20h, atinge o percentual de 11% da população nacional. Conforme dados atualizados do censo 2010 (IBGE, 2010), 20,9 milhões de pessoas ouvem rádio nesse horário.

A pesquisa da Abert (2008) também indicou que a audiência da voz do Brasil, no horário da sua retransmissão (19 h às 20 h) é de 5% da população (9,5 milhões). A essa informação acrescenta-se que até o ano de 2010, cidades como São Paulo e municípios vizinhos não eram obrigados a retransmitir a programação no horário estipulado em razão de limitar que foi suspensa pelo STF no ano de 2010, como resultado do mandado impetrado pela Advocacia Geral da União (Abert, 2011). A audiência pode ser maior do que a pesquisa indicou, explicando, portanto, a preponderância do rádio como meio comunicativo operante na região do conflito.



Veículos como a televisão também tiveram (com menor percentual) uma participação na propagação das notícias. Ao contrário da cobertura jornalística dos grandes centros, o jornal não ultrapassou 10% das respostas dadas pelos sujeitos.

Em relação à forma como as pessoas tomaram conhecimento sobre o processo de demarcação e desocupação da RIRSS, os resultados indicam que, apesar de o rádio ser o veículo midiático com maior penetração, foi mediante a informação boca a boca que o evento (ou pelo menos suas informações) se alastrou.

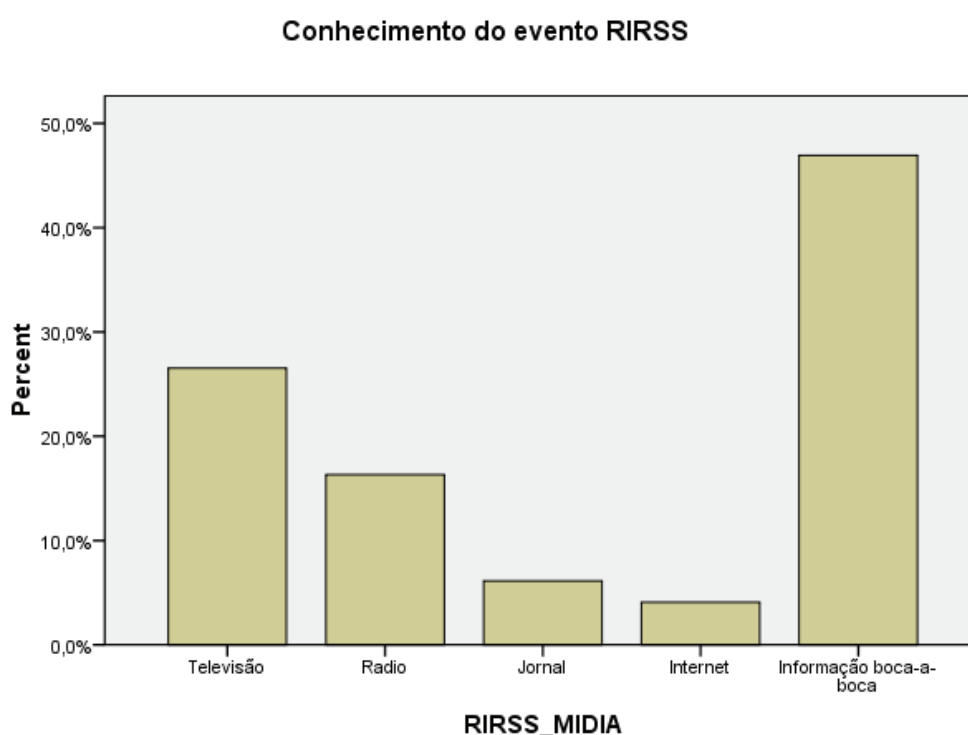


Figura 7: Como tomou conhecimento do evento de demarcação da RIRSS

Fonte: Dados da pesquisa.

Tomando-se de empréstimo o entendimento de que comunicação boca a boca, caracteriza-se como uma comunicação interpessoal, em que sujeitos usuários e não usuários de um produto ou serviço compartilham experiências e opiniões a respeito dele (Nickels & Wood, 1999; 2004), revelando ser confiável e não tendenciosa, e que provêm de fontes não ligadas as empresas, tais como amigos, familiares e líderes de opinião, são, normalmente, julgadas e consideradas válidas.

A comunicação boca a boca é tida como de grande relevância para modelar atitudes e comportamentos (Brow & Reinger, 1987), em especial para a difusão de

produtos, serviços ou ideias. Murray (1991) acrescenta que a comunicação boca a boca tem maior credibilidade e é mais confiável do que outros tipos, por ser acessível pelas relações sociais. Ainda, segundo a autora, essas relações tornam a comunicação boca a boca contagiosa e persistente, além de reduzir o nível de risco percebido e a incerteza, bem como apresenta relevância, pois as pessoas confiam mais nas informações pessoais do que nas não pessoais.

Diferentemente das informações midiáticas que se caracterizam como situações potencialmente comunicativas, e que, apesar de validadas *a priori*, são essencialmente monolocutivas (Ghiglione, 1984), a comunicação boca a boca pode ser considerada uma situação de contrato de comunicação, pois os interlocutores convergem para o mesmo sentido, e a informação tende a ser validada de imediato pela concordância (ou não). Dito de outro modo: a preponderância da comunicação boca a boca como o principal meio comunicacional e forma de conhecimento sobre o evento da RIRSS (48%), em associação com o meio midiático preponderante (rádio), indicam que aquilo que circulou nos discursos entre e intragrupos foi, (ou pelo menos parece ter sido) a versão oficial, entendida como governamental, do processo. Trata-se do mesmo discurso reproduzido pela Folha de S. Paulo, e que tornou o indígena invisível e, portanto, silenciado.

Assim, o discurso reproduzido pela comunicação boca a boca, que em última instância representa a reprodução do discurso da mídia local (voz do Brasil), converge e representa uma reprodução do discurso também nacional (Folha de S. Paulo), já que a prática do *copy desk* é uma realidade no meio midiático. Em outras palavras, mesmo que a Folha de S. Paulo não tenha chegado aos leitores da região do conflito na sua forma física (impressa), atingiu-os por meio dos discursos veiculados. Portanto, a ideia de uma situação potencialmente comunicativa, geralmente tratada como contrato de comunicação pelos veículos de massa concretiza-se, não apenas pelo sentido da legitimação, mas, sobretudo, com base na ideia de subalternidade (Spivak, 1994), ou seja, a voz que transita entre o locutor e o interlocutor não pertence às minorias.

Assim, os discursos identificados no *corpus* da Folha de S. Paulo, no qual a invisibilidade indígena prepondera, parecem ter chegado à região do conflito mais legitimados, haja vista que a figura de um porta-voz oficialmente aceito - o poder executivo.

O segundo bloco de questões, com base na expressão indutora - em relação aos indígenas, você os considera? - indicou os elementos que provavelmente compõem o núcleo central das representações do indígena.

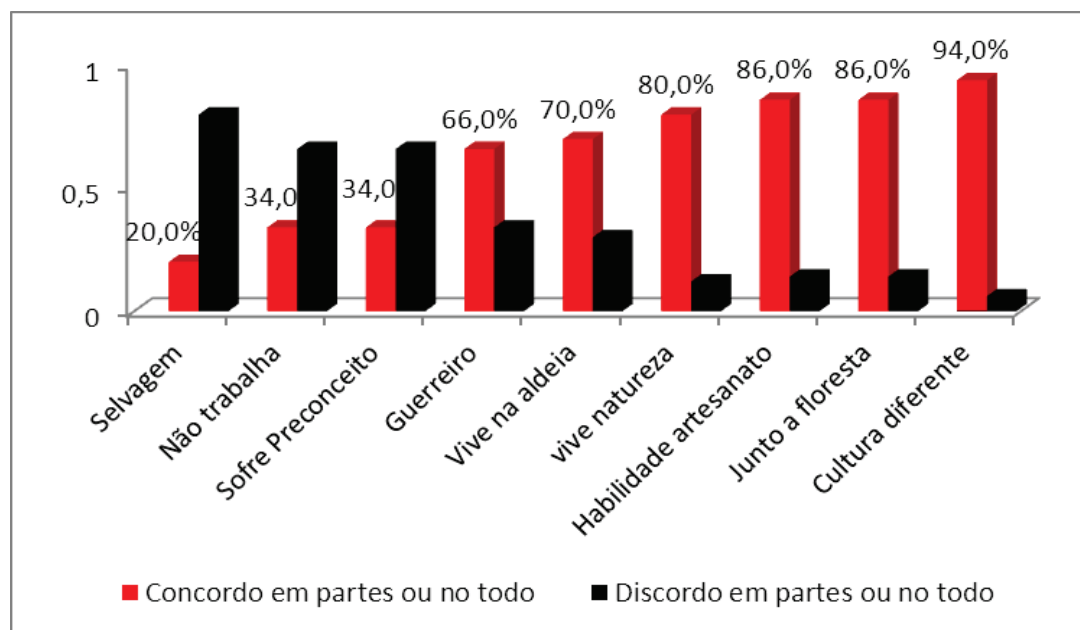


Figura 8: Frequência de respostas

Fonte: Dados da pesquisa

Tendo o número 4 como ponto médio de corte, em uma escala de sete pontos, os percentuais apresentados resultam da somatória dos valores válidos para cada fator investigado. Todas as respostas foram somadas em termos percentuais (válidos) com base no agrupamento em duas categorias: concordo em partes ou no todo (valores 5, 6 e 7) e discordo em partes ou no todo (valores 1, 2 e 3), sendo o valor 4 considerado nulo. Essa possibilidade interpretativa permite identificar as principais respostas e o seu nível de consensualidade, o que indica provavelmente o núcleo central da representação.

Elementos mais abstratos compreendem as cognições que determinam à identidade da representação. Segundo a figura 7 parece existirem sistemas centrais diferentes, indicando representações diferentes (Abric, 1998). A figura também indica os elementos mais estáveis (ou mais presentes) dessa representação: vive na aldeia; vive junto na natureza; habilidade para o artesanato; vive na floresta e possuem uma cultura diferente, todos com índices de respostas acima de 70%. Essas indicações, segundo os dados, também demonstram certa estabilidade, em razão do percentual de validade

(muito próximo) identificado. A variável guerreiro, com 66% das respostas, apesar do percentual inferior poderia indicar certa instabilidade na representação, porém, não parece ser o caso. Os resultados não mostram que há contestação dos elementos do sistema central em razão dos percentuais das respostas.

A ideia de cultura diferente parece representar o núcleo mais central das representações sociais dos indígenas. Dentre os aspectos possíveis dessa diferença cultural, a língua representa um dos mais importantes pontos (se não o mais) dessa diferenciação. Rogers e Steinfatt (1999), ao falar em diferenças interculturais com base em diferença linguística, propõem um *continuum* de algumas possíveis combinações da comunicação humana, cujos polos vão desde uma diferença cultural mínima, quando se compartilha a mesma língua, por exemplo, até a possibilidade de não haver comunicação, caso as diferenças culturais não sejam explicitadas/negociadas/traduzidas.

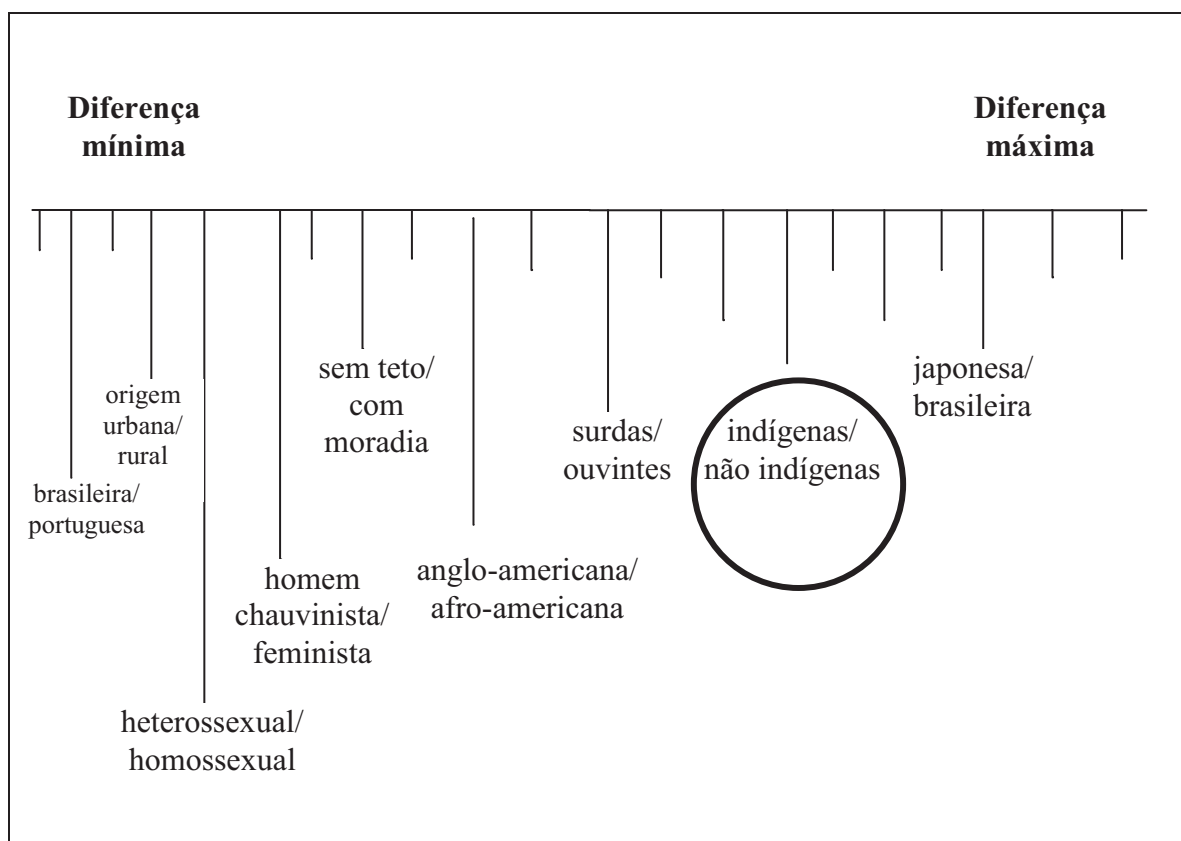


Figura 9 – Diferenças linguísticas como construto da diferença entre iguais.  
 Fonte: Adaptado de Rogers e Steinfatt (1999, p. 106).

Adaptada do original *Intercultural Communication* (1999), a figura 8 indica o quanto a diferença linguística, pode ser representativa na acentuação da diferença intergrupo, ocasionando posições antagônicas entre esses grupos. Em outros termos, quando a diferença não é respeitada/observada, e a comunicação ocorre de forma unilateral como se fosse (sempre) válida, definem-se no social o lugar e a fala dos sujeitos?

Apesar da possibilidade de diferentes modos de interpretação em razão do contexto comunicativo ou do modo de ativação, os indicadores - guerreiro, aldeia, natureza, artesanato e floresta - reforçam a ideia de uma cultura não apenas diferente, mas, sobretudo distante, oposta. Ao reafirmar que as representações sociais têm uma estrutura particular, composta de crenças-nucleares que geram e gerenciam outras em uma sequência, Moscovici (2003), afirma, e de certo modo explica, como os sujeitos podem armazenar e partilhar crenças básicas (estruturantes), e, ao mesmo tempo, integrar experiências individuais (Campos, 2003). Dito de outro modo: os resultados indicam um conjunto de crenças-nucleares que permeiam o imaginário social e se reproduzem (com certas modificações), mas, essencialmente, mantem-se de forma estruturante.

A ideia original do indígena que vive na selva, na floresta, que é um guerreiro e que faz artesanato (colares e cocares), permanece. Quando apenas 34% concordam com a afirmação de que os indígenas sofrem preconceito, aparecem subjacentes às respostas à força da norma antirracista, cujos discursos tendem a aderir ao politicamente correto. Pelos discursos identificados, parece haver preconceito se diz tê-lo e não quando se atribuem determinadas características (sobretudo negativas) a determinado grupo. Quando 34% também concordam com a afirmação de que o indígena não trabalha, e 20% os consideram selvagens (aspectos considerados como pertencentes ao sistema periférico dessa representação), parece criar-se uma barreira protetora às representações do núcleo central, dando a ideia de que não existem imagens e conceitos preconceituosos em relação aos indígenas.

De fato, os resultados da centralidade das respostas indicam uma representação do indígena que o coloca em uma posição oposta aos indivíduos não indígenas e o caracteriza como um ser natural (no sentido de pertencente natureza), muito próximo ou mesmo inserido (completamente) na floresta. A ideia subjacente de que o lugar do indígena é na mata se mantém, sugerindo e até confirmando que a identidade indígena se

aproxima em forma e conteúdo aos animais, como se fossem menos humano. Pode-se observar, com base nos resultados que há uma indicação de infra-humanização do indígena.

Assim, o sentido de infra-humanização que ocorre em relação aos indígenas brasileiros pode ser compreendido como o que Souza (2003) denominou de subcidadania. O autor aponta que, no Brasil, ocorreu um processo de naturalização da desigualdade: “naturalização que não chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque são construídas segundo as formas impessoais e peculiarmente opacas e intransparentes devido à ação, (...) que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular” (p. 179), formando cidadãos de segunda e terceira classes.

Redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos constituem um fenômeno de massa, construído também pelos veículos massivos, que constroem cenários cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade. Nessa perspectiva, a categoria brasileiro (Souza, 2003) é (re)construída, sendo possível afirmar que o processo de desigualdade no Brasil é naturalizado, mas, sobretudo, sedimentado. Desse modo, os indígenas brasileiros que são vítimas de um preconceito cordial, e muitas vezes considerados menos humanos, são na verdade resultantes de uma sociedade que, historicamente construiu contradições e revelou um processo naturalizado de gente, subgente e não gente.

No terceiro bloco a variância explicada com base na atribuição de um grau de concordância às expressões atribuídas aos indígenas possibilitou identificar as características de personalidade atribuídas a essa etnia.

Com a análise fatorial, foi possível gerar dois componentes, denominados de traços positivos e traços negativos (tabela 8). Os componentes negativos (manipuladores, vingativos, agressivos, perversos, preguiçosos e instintivos), quando ordenados de modo crescente, indicam, sobretudo, características de personalidade existentes nas relações intergrupais. Os componentes positivos (extrovertidos, intuitivos, criativos, solidários, inteligentes, impulsivos e hábeis fisicamente) parecem indicar características presentes apenas nas relações interindividuais e também intraindividuais.

Tabela 8: Características indígenas

<b>Características</b>	<b>Componentes</b>	
	<b>(1) Negativos</b>	<b>(2) Positivos</b>
MANIPULADORES	0,866	
VINGATIVOS	0,855	
AGRESSIVOS	0,831	
PERVESOS	0,750	
LIVRES	0,646	
PREGUIÇOSOS	0,634	
INSTINTIVOS	0,589	
LEAIS A SUA IDENTIDADE		
EXTROVERTIDOS		0,729
INTUITIVOS		0,694
CRIATIVOS		0,664
SOLIDÁRIOS		0,615
INTELIGENTES		0,602
IMPULSIVOS		0,540
HABILIDADES_FÍSICAS		0,389

Fonte: Dados da pesquisa

A variável leais a sua identidade não aparece com variância explicada, o que significa que, entre os sujeitos entrevistados, não há uma concordância em relação a esse item. Explica-se em grande medida a ausência de uniformidade de respostas o fato de os sujeitos do exogrupo não terem clareza da identidade indígena, o que, de certo modo, explica também que os sujeitos pesquisados não (re)conhecem a identidade indígena.

Retomando a ideia de que o preconceito expressa especialmente um posicionamento negativo em relação a um grupo social, e que a influência de traços de personalidade, emoções e cognições são consideradas no surgimento de fenômenos dessa natureza (Allport, 1979), explica, em grande parte a atribuição hostil de traços de personalidade nas relações intergrupais, alegando que os sujeitos (indígenas) pertencem a outro grupo (exogrupo). Os traços positivos existem apenas quando se trata, sobretudo, das relações intragrupo; em se tratando das relações intergrupais, prevalece a ideia de um indígena carregado de características de personalidade, pode-se dizer, nada nobres.

Os coeficientes obtidos, tanto nos componentes negativos quanto nos positivos, indicam uma carga fatorial elevada, demonstrando que esses componentes (1 e 2) estão carregados, ou seja, possuem uma carga fatorial que reflete no conjunto aquilo que os sujeitos da pesquisa pensam em relação aos indígenas. Na tentativa de comprovar como o construto possui uma validade, e, portanto, reflete de certo modo uma tendência de

respostas de todos os sujeitos, aplicou-se uma medida de validade – *Alfa de Cronbach*, nas variáveis do segundo e terceiro blocos de questões, objetivando demonstrar essa validade externa (tabela 9). Com um coeficiente de validade superior a 70%, as respostas dadas refletem a opinião e o sentimento (atitudes e crenças) dos sujeitos da pesquisa em relação aos indígenas.

Tabela 9: Aplicação do Alfa de Cronbach

<b>Alfa de Cronbach</b>		
Alfa de Cronbach	Alpha de Cronbach baseado na estandarização dos itens	Nro. De Itens
0,780	0,773	24

Fonte: Dados da pesquisa

A variância explicada (tabela 10) do quarto bloco de questões, resultante da análise fatorial, identifica como as demarcações de terras indígenas são percebidas pelos não indígenas..

Tabela 10: Demarcações de Terras Indígenas

<b>DEMARCAÇÕES DE TERRAS INDÍGENAS</b>	<b>Componentes</b>	
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>
	<b>Situações Potencialmente Comunicativas</b>	
MÍDIA FALA VERDADE	0,822	
OUVIDOS NA DEMARCAÇÃO	0,763	0,512
DEMARCAÇÕES SÃO JUSTAS	0,642	
POLÍTICOS APOIAM INDÍGENAS	0,559	
AUTONOMIA INDÍGENA		0,958

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando que o objetivo era identificar essa percepção, deve-se em conta a proximidade de uma situação semelhante e que podem influenciar as possíveis respostas.



Entretanto, os resultados parecem não influenciados por uma situação de contato. Prevaleceu resultados decorrentes de situações potencialmente comunicativas, e as respostas dadas indicam o conteúdo que circulou na mídia

Permanece uma ambivalência explícita das respostas (componentes 1 e 2). O fato de atribuir aos veículos de mídia uma clara legitimação (0,822), de certo modo explica os demais itens pesquisados, ou seja, as respostas dos sujeitos pesquisados indicam repetições dos conteúdos midiáticos. Essa ambivalência explicita-se no item ouvidos na demarcação (0,763–0,512). Assim, a variância (elevada) da variável autonomia é na verdade decorrente de um conjunto de percepções resultantes de uma situação comunicativa tratada e validada como contrato de comunicação.

A ambivalência das respostas representa, em última análise, uma ambivalência de sentimentos, crenças, atitude, típicos das sociedades modernas (Katz, Wackenhut & Hass, 1988). Nesse sentido, o preconceito ambivalente situa a noção de conflito em um nível intrapsíquico, indicando a ambivalência entre sentimentos negativos e a força da crença na igualdade e na liberdade, apoiados por um discurso não preconceituoso.

A demarcação e desocupação da RIRSS, objeto das questões apresentadas no quinto bloco, indicam uma situação de privação relativa (do endogrupo em relação ao exogrupo) em ambos os componentes. Tomando-se de empréstimo o conceito clássico de privação relativa, desenvolvido originalmente por Merton (1957), cujo conceito, segundo o autor, o sentimento de injustiça, associado à percepção da ausência de recursos, comparando a posse desse recurso por um grupo de referência, parece existir nos não indígenas, quando afirmam que os indígenas conseguiram muito mais do que mereciam.

O sentimento de privação relativa parece se confirmar em razão da categoria de análise - conseguiram muito - apresentar o maior coeficiente de correlação. Em outras palavras, em um cenário de conflito, assumir que o exogrupo perdeu ou deixou de ganhar indica aquilo que estrutura a privação relativa: eles ganharam mais do que mereciam (tabela 11).

Tabela 11: Demarcação Reserva Indígena Raposa Serra do Sol

DEMARCAÇÃO RIRSS	Componentes	
	(1) Ganhos do exogrupo	(2) Perdas do exogrupo
CONSEGUIRAM MUITO	0,880	
POSSUEM INFLUÊNCIA POLÍTICA	0,714	
FORAM RESPEITADOS	0,669	
NÃO FALARAM DO ASSUNTO	0,597	
FORAM EXIGENTES	0,593	
DISCRIMINAÇÃO NÃO É PROBLEMA	0,527	0,417
FICARAM CALADOS ESPERANDO GOVERNO		0,740
AUTORIDADES NÃO OUVIRAM OS INDÍGENAS		0,681
FORAM PREJUDICADOS NA DEMARCAÇÃO		0,679
FORAM RESPEITADOS	0,407	0,675
NÃO PRECISARAM DE AJUDA		0,497

Fonte: Dados da pesquisa.

As pesquisas posteriores sobre privação relativa empreendidas por Runciman (1966) dão conta da existência de dois tipos de privação: fraterna, quando o grupo de referência normativo é exterior ao próprio grupo; egoísta, quando o grupo de referência normativa é o próprio grupo de pertença. Segundo o autor, essa distinção é importante para atribuir relevância social à primeira. A privação relativa do tipo fraterna explica a dinâmica dos conflitos entre grupos em busca de um cenário de justiça social.

Nesse sentido, a hipótese da privação relativa consegue explicar por que os não indígenas, em um primeiro momento questionam as vantagens e conquistas dos indígenas no processo de demarcação e desocupação da RIRSS e em um segundo momento, quase que de modo dicotômico, tentam desestabilizar o exogrupo, cujo discurso é resultante de um sentimento de perda. Brown (1988) reconhece a importância dessa perspectiva e afirma que a hipótese explica o fato – insólito – de grupos dominantes exprimirem descontentamento social na tentativa de reforçar ou recuperar sua estrutura/posição de dominância.

Na última parte do instrumento, com base na homologação da reserva pelo STF, as expressões apresentadas identificaram a dicotomia existente entre a autonomia indígena e a prevaência da tutela.

Tabela 12: Decisões Superior Tribunal Federal

DECISÕES SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (STF)	Componentes	
	(1) Autonomia	(2) Tutela
	0,857	
RIOS E SOLO CONTROLADOS PELO GOVERNO FEDERAL		
RIOS (ENERGIA) AUTORIZAÇÃO GOVERNO FEDERAL	0,845	
GOVERNO (FEDERAL) PODE INSTALAR BASES MILITARES	0,828	
POLICIA FEDERAL PODE ATUAR	0,811	
GOVERNO (FEDERAL) PODE CONSTRUIR NA RIRSS	0,811	
GARIMPO SÓ COM AUTORIZAÇÃO DO CONGRESSO		
NÃO PODEM COBRAR TARIFAS		0,858
NÃO PODEM ALUGAR		0,838
NÃO PODEM VENDER TERRAS		0,829
PRECISAM SEMPRE DE AUTORIZAÇÃO		0,682
NÃO PAGAM IMPOSTOS		0,656

Fonte: Dados da pesquisa.

Os itens do primeiro componente (autonomia), com uma variância explicada elevada, em termos percentuais, indicam que inexistente a ideia de autonomia, mesmo em terras indígenas demarcadas. A prévia autorização do governo federal a todas as possibilidades de usos e frutos do solo, dos rios e das riquezas traduz que as etnias indígenas e, em especial as etnias da RIRSS, não possuem autonomia. Um contra senso em relação à Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece e estabelece aos povos indígenas o direito coletivo a terra e ao uso dos recursos naturais e à autodeterminação política. Deve-se lembrar que a declaração foi aprovada com o voto de 143 nações, entre elas, o Brasil.

O segundo componente (tutela), cuja variância explicada dos itens também apresenta valores elevados, só reforça a ideia uma tutela extinta apenas no papel, apesar de o Congresso Nacional ter ratificado a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que revoga a tutela indígena. O item garimpo só com autorização do Congresso não apresentou uma variância expressiva, claramente explicável: garimpagem

não é atividade indígena, como ficou demonstrado no teste de centralidade (figura 7). As representações do indígena estão associadas à selva, à floresta, ao artesanato, à caça, à pesca e à luta (guerra).

De fato, identificam-se nos estudos capítulos de uma mesma história que se mantém (quase) inalterada. Fora da aldeia (na mídia), o indígena não se reconhece, mas, sobretudo, não é reconhecido: é invisível. Na aldeia, mantém a identidade original: caça, pesca e disputa por territórios. Também não é mais tutelado (pelo menos juridicamente), entretanto, ainda é um sujeito heterônimo.

Comentando o trabalho dissertativo (não publicado) de Carmo (1991), *Entre a cruz e espada: o índio no discurso do livro didático de história*, Van Dijk (2004), argumenta que, de fato, as representações do indígena no Brasil (e, por extensão, na América Latina), estão todas elas vinculadas à origem dos descobrimentos, ou seja, permanecem as mesmas representações existentes por ocasião da chegada dos europeus ao continente, há mais de 500 anos. “Muitas de suas características não são descritas, são na verdade comparações explícitas e implícitas com os europeus”, afirma Van Dijk (2004, p. 171). Os resultados do estudo empírico corroboram aquilo que esse autor chama de associações de características do passado, e, com algumas exceções, com o presente.

## Considerações Finais

---

Com base na ideia de que os *mass media*, com o seu corpo de agentes (especialistas) e com um elevado grau de informação sobre o objeto da representação constroem diferentes formas de intercâmbio, e que cada ato comunicativo estabelece formas particulares de interação e de construção de diferentes sentidos, foi possível compreender, em um sentido mais amplo, que a comunicação de fato é o suporte básico das representações sociais. Nesse sentido, a sistematização elaborada por Serge Moscovici (1978), sobre a tipologia dos atos comunicativos e sua relação com as representações sociais apresenta-se como capaz de explicar, mesmo em situações pontuais, como no caso Reserva Raposa Serra do Sol, a função geradora e reguladora da comunicação.

Partiu-se do pressuposto de que representação e comunicação são essencialmente enunciados (Campos, 2005), são atos comunicativos que, ao tentarem restabelecer a identidade de um grupo, (re)constroem a identidade do outro. O discurso da mídia é o do senso comum, marca definitivamente a relação entre coisa e signo, cujo contexto comunicacional é cada vez mais definidor das representações.

Nesse cenário de conflito interétnico construiu-se um *corpus* de notícias sobre o processo de demarcação e desocupação da Raposa Serra do Sol. De um lado, rizicultores e indígenas da Sodiur, favoráveis à demarcação da reserva em ilhas e de outro, indígenas do CIR favoráveis à demarcação em terras contínuas. O *corpus* veiculado pela Folha de S. Paulo, assim como os conteúdos apresentados, tratam as situações potencialmente comunicativas como contratos de comunicação.

A noção de situações potencialmente comunicativas apresentada neste trabalho, refere-se em que sujeitos A e B (interlocutores) são ligados por interesses. Essa condição, conforme Ghiglione (1984), é considerada mínima e suficiente para que haja uma situação potencialmente comunicativa (SPC). Afim de que o contrato de comunicação (CC) seja validado por meio de um diálogo regular, é preciso que o enunciado de um interlocutor A seja validado pelo interlocutor B. Entretanto, mesmo em se tratando de uma SPC, prevalece o conceito original de que os veículos de mídia, em grande medida, gozam de uma legitimação baseada na ideia de quem sabe mais, em

relação a quem sabe menos. Portanto, eles transmitem informações como se fossem contratos de comunicação, que parecem prevalecer no tocante ao evento de demarcação e desocupação da RIRSS. Dito de outro modo: as notícias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo também foram validadas *a priori*, e, portanto, situações potenciais foram transformadas em contratos.

Retomando-se a questão de pesquisa que norteou este trabalho: quais são as representações sociais do indígena e, em especial, quais representações dos indígenas são construídas com base nos veículos de mídia, em um ambiente de conflito? Partiu-se do pressuposto de que essas representações são decorrentes de situações potencialmente comunicativas (SPC) que foram e são validadas *a priori* como contratos de comunicação (CC). Uma vez validadas geraram-se representações acerca dos indígenas e, em especial, aos indígenas da Reserva Raposa Serra do Sol, provocando uma diferenciação traduzida em uma avaliação positiva do endogrupo em relação ao exogrupo.

Para responder à questão de pesquisa e corroborar a afirmação apresentada retomam-se os resultados dos estudos, cujas conclusões prévias possibilitam desenvolver e apresentar as conclusões finais desta tese. Em relação à primeira análise do primeiro estudo, a metodologia dos 5 ws possibilitou identificar as principais categorias de análise que ofereceram subsídio para a segunda análise, ainda no primeiro estudo, mas, sobretudo, possibilitaram identificar variáveis que demonstram o lugar do indígena na mídia.

Os temas (*what*) das notícias, de certo modo, traduzem como as questões interétnicas são percebidas pelos veículos. Preconceito, violência e atitudes violentas, ocupação, soberania nacional, de fato não são assuntos corriqueiros, pelo contrário, são pautas muito específicas e traduzem o caráter conflituoso da abordagem, sugerindo que as relações entre indígenas e não indígenas são permeadas pelo conflito. O item *why* (*por que*), demarcação em ilhas, demarcação contínua, questões de ordem jurídica e tríplice fronteira indicam as principais indagações que levaram à elaboração do *corpus*, mas, também, em certa medida, apresentam os principais aspectos relacionados com à autonomia indígena, ou seja, ao objetivar esses aspectos, a mídia agendou aquilo que parecia ser o discurso hegemônico. Nesse cenário, o indígena não opinava e a sua condição tutelada permanecia.

Portanto, apesar de a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), definir ser da competência da justiça federal o julgamento de causas que envolvam interesses indígenas, discutiu-se muito mais os interesses dos não indígenas e do resto do país do que os interesses das etnias.

Verifica-se nesse contexto, que os atores e temas sociais identificados (ou, pelo menos a maioria deles), usavam o mesmo discurso, a demarcação em ilhas. Alegava-se que a ideia de desocupação representava um perigo para a soberania nacional. Esse discurso, reproduzido pela Folha de S. Paulo, indica uma tendência de apoiar, à medida que divulgava um discurso hegemônico, o que Van Dijk (2004) chama de elites, referindo-se à classe política e aos meios de comunicação de massa. Os dados da pesquisa corroboram essa perspectiva: 195 notícias, representando 53,5% do *corpus* priorizam a reprodução de notícias sobre soberania nacional e aspectos jurídicos do evento de demarcação e desocupação da Raposa Serra do Sol.

Os resultados da segunda análise do primeiro estudo, tiveram como referência teórica a perspectiva da Escola de Genebra. Segundo essa escola, as representações sociais constituem-se da análise das regulações efetuadas pelo metassistema social sobre o sistema cognitivo. As vinculações entre as mesmas representações sociais e posições específicas (dos grupos ou sujeitos) em um conjunto de relações sociais são uma parte do chamado *metassistema social*. Portanto, as classes de palavras do campo comum das representações dos indígenas foram essencialmente traduzidas pela noção de uma ocupação produtiva, quando se referiam ao fato dos não indígenas residirem e explorarem a área da Raposa Serra do Sol. A partir do momento em que houve uma intervenção judicial no processo, o metassistema social migrou e passou a ser institucionalizado com uma lógica de ordenação.

Assim, o campo comum das representações sociais do indígena em relação aos processos de demarcação e em especial, a demarcação da RIRSS, foi todo ele construído com base em uma lógica discursiva justificadora, ou seja, a ilegalidade da ocupação foi (re)significada e objetivada como legal, permitida, produtiva. Quando esse ordenamento foi questionado, ele institucionalizou-se. Dito de outro modo: a ilegalidade foi destituída e o processo passou a ser representativo e representado. O governo federal, na figura do STF, assumiu o processo e fez valer a ideia de tutela no momento em que passou a representar os indígenas.

Ainda tendo como referência as posições específicas dos grupos (ou sujeitos), a segunda análise (primeiro estudo) demonstra, com base na classificação hierárquica descendente, as posições grupais em relação às representações sociais do conflito, o que significa, em certa medida, as representações sociais dos indígenas. Nessa perspectiva, os discursos foram sendo gradativamente alterados. A posição de determinados grupos (rizicultores), em relação à disputa sofreu mudanças - o que antes era apelativo no tocante aos aspectos econômicos (ocupação produtiva) - passou a ser agressivo (manifestações, protestos). Não só os discursos foram alterados, como também a ordem de pertença desses grupos e, os políticos tornaram-se os porta-vozes.

O deslocamento de um grupo para outro explica-se pela ideia de crença social, ou seja, quando um determinado número de pessoas se movimenta para resolver determinado problema sentido como comum. O deslocamento, movimento, definido por Tajfel (1981) como mudança social, permite compreender o sentimento de pertença, mas, sobretudo, a identidade social do grupo. Ao mesmo tempo em que reforça essa identidade, o endogrupo tende a diferenciar-se do outro grupo (exogrupo), surgindo diferenças de tomada de posição.

As representações sociais não expressam uma forma única de pensar, pois, no seu interior, cabem modulações individuais geradas nas diversas inserções das pessoas, nas suas relações com a sociedade, e, nas suas experiências particulares de vida. Desse modo, esta análise possibilitou também identificar o que Doise *et al.* (1992) descrevem sobre o processo de ancoragem, ou seja, a análise do que ocorre quando atores sociais, coletivamente, tomam um posicionamento no panorama social, posição definida em comparação à de outros grupos, inserindo os processos de ancoragem das representações sociais nas variáveis psicossociológicas. Elas incluem aspectos de natureza sociais, cognitivas, culturais e econômicas, dentre outros, e que estão presentes no cotidiano.

Nesse nível de análise, as representações sociais ancoram-se em hierarquias de valores, crenças, concepções que os sujeitos constroem na sua relação entre grupos e nas suas experiências sociais partilhadas com outros indivíduos, em razão de sua pertença e posição, e que influenciam os demais grupos na criação de uma representação social.

No primeiro eixo, resultante da classificação hierárquica descendente, composto pelas classes 1, 2 e 5, os atores sociais falavam da ocupação produtiva, na tentativa de convencer os grupos envolvidos de que não se trata de um cenário de disputa. O discurso



parecia não convencer, e os mesmos atores alteraram-no e passaram a defender a ocupação, com ações mais concretas (manifestações e protestos), e com um discurso mais contundente e ameaçador: bombas, reféns, violência, disputa.

No segundo eixo, composto pelas classes 3, 4 e 6, os atores sociais, em certa medida, mantiveram um discurso de ocupação produtiva, mas com uma lógica mais ampla: colocou em questão a sobrevivência da economia do estado de Roraima. Entretanto, houve um deslocamento do centro do conflito e, por consequência, um deslocamento dos discursos e dos atores sociais. Brasília passou a ser o centro das disputas e, políticos e arroteiros, foram substituídos por ministros do Supremo Tribunal Federal.

A ocupação produtiva e a sobrevivência da economia do estado de Roraima deram lugar a questões de segurança e soberania nacionais. O discurso não se centrava em produção, empregos, investimento. Falava-se da tríplice fronteira; da retirada dos não indígenas da reserva e da decisão judicial a ser tomada pelo STF, de uma situação discursiva toda ela construída conforme a lógica econômica, passou-se para um discurso de ordenamento jurídico institucionalizado.

Os resultados deste estudo revelam que os fatos quando noticiados, justificavam e contextualizavam a ação. Houve um extrapolamento dos espaços e dos sentidos (Spink, 2006), e à medida que as ações de protestos e manifestações se articulavam com a produção, o discurso era naturalizado. Não só o discurso, mas as atitudes e a ação assumiram um sentido de permissão. A notícia torna algo socialmente construído como natural /real, faz circular significados, que se contrapõem aos sentidos resistentes. Os atores e os seus discursos foram então construídos na tentativa de convencimento, e suas ações, justificadas pela naturalização do fato. O surgimento de uma segunda dimensão de análise, a jurídica, envolveu não indígenas e indígenas. A ideia de tutela prevaleceu. O governo assumiu o processo, destituindo os atores e assumindo a pauta.

Os indígenas, que historicamente não tiveram vez, passaram também não terem voz. A tomada de posição da mídia (a Folha de S. Paulo), de incluir ou excluir esse ou aquele discurso, buscando consolidar determinados conteúdos, resultantes dos produtos sociais, transformou esses discursos em autônomos (Spink, 2006), como se fossem desvinculados de uma situação real. Assim, os meios de comunicação de massa (televisão, rádio e jornais) prestam serviço na construção da memória (Jodlowski, 2005),

e em especial da memória coletiva, já que parece improvável alguém lembrar daquilo que os outros não lembram. São os *mass media*, que expandem as possibilidades humanas de imprimir, preservar e transmitir sentidos objetivados.

A mudança dos atores e da geografia do conflito apenas alterou o lugar e os interlocutores. Para os veículos de comunicação, a forma e o conteúdo permaneceram. O caso da Raposa Serra do Sol continuou sendo tratado como interações quase mediadas (Thompson, 1998), ou seja, relações mediadas por veículos de mídia de massa (rádio, televisão, jornal), em que a reciprocidade é mínima, e a ação do autor é monológica. Dito de outro modo: tra-se de comunicações monolíticas (Ghiglione, 1984), em que o veículo de massa estabelece os níveis das relações entre os sujeitos, pressupondo uma validação *a priori*, tratando potencialmente as situações consideradas comunicativas como contratos de comunicação.

Todos esses aspectos revelados no primeiro estudo indicam uma invisibilidade do indígena. As notícias veiculadas circundavam atores e acontecimentos em um emaranhado de informações que parecia omitir e definir, intencionalmente, quem eram o protagonista e os coadjuvantes do relato. Spink (2006) alega que se forem congeladas, as notícias, deixam de existir, por isso, precisam ser reinventadas, como em um processo de atualização. Não faz parte da pauta jornalística veicular notícias sobre alguém ou sobre determinado grupo considerado inexpressivo, representado (tutelado), ou invisível.

A ideia de invisibilidade remete a outra categoria de análise: o silêncio. Van Dijk (2008) apresenta uma síntese dos resultados de pesquisas realizadas no Brasil na década de 2003, referentes a discursos midiáticos sobre minorias, cujas particularidades possuem aderência com os resultados deste estudo:

- a) existe uma sub-representação das minorias na mídia;
- b) o silenciamento sobre as desigualdades exerce duplo papel - nega os processos discriminatórios, ao mesmo tempo que oculta os processos racializantes, tentando uma homogeneidade cultural a brasileira;
- c) o branco, ao contrário do negro, do mestiço e do indígena, no discurso da mídia representa a espécie natural, e seus atributos são considerados universais e;
- d) prevalece a estereotipia, cuja associação na mídia coloca as minorias sempre em contato e como responsáveis por aspectos menos valorizados da vida social.

A questão da invisibilidade problematizada por Duschatzky e Skliar (2001) apontam versões discursivas sobre o outro diferente. O outro pode ser todo mal, cuja identidade é centrada, fixa, homogênea e estável. O outro pode ser alguém a tolerar, cuja visibilidade “não desperta desprezo ou interesse” (Guareschi, 2006) e cuja marca identitária é neutra. E por último, o outro pode ser uma marca cultural, cujas diferenças identitárias são únicas (gênero, etnia, dentre outros), o outro cultural é definido na sua totalidade, ou suposta totalidade, cuja radicalização leva ao exagero de uma identidade, encerrando-a na diferença. (Guareschi, 2006). O outro culturalmente invisível também permanece invisível nas relações de poder e conflito.

A possibilidade interpretativa da invisibilidade e do silêncio indígena coloca o indígena em uma posição subalterna. É possível até afirmar que essa invisibilidade e esse silêncio são consequências dos grupos indígenas serem tratados como tutelados, apesar da noção de tutela ter sido extinta, pelo menos no aspecto legal. No entanto, também são invisíveis como resultantes de uma representação não escolhida, mas imposta, de forma arbitrária. Os processos políticos, associados às formas de linguagem e de construção identitária, colocam esses grupos em situações de opressão, impossibilitando a reivindicação nos espaços abertos pela democracia.

Assim, o caso da Raposa Serra do Sol, quando e como noticiado pelo jornal Folha de S. Paulo, parece estabelecer os níveis das relações entre os sujeitos e os grupos, evidenciando a dimensão do conflito, validando *a priori* uma *verdade* e assumindo o papel do autor-enunciado-contexto. Ainda como explicita Campos (2005), são enunciados, cujos contextos comunicativos ou não, marcam a relação entre coisa e signo (objeto e representação) e prescrevem condutas e atividades, e dessa forma, validam categorias sociais de um grupo em relação a outro. A posição invisível e também silenciada do indígena aponta uma situação típica de desfavorecimento, que Spivak (1994) chama de subalternidade, em que a voz não é expressada, e, portanto, não ouvida.

No segundo estudo, com base em uma articulação possível com os dados obtidos no estudo anterior (primeira e segunda análises), há uma série de variâncias explicadas em cada bloco de questões (do terceiro ao sexto) e a centralidade das respostas obtidas no segundo bloco, capítulos de uma mesma história que se mantêm (quase) inalterada. Fora da aldeia (na mídia), o indígena não se reconhece, mas, sobretudo, não é reconhecido: é invisível. Na aldeia, mantém a identidade original: caça, pesca e disputa por territórios.

Não é mais tutelado (pelo menos juridicamente), entretanto, ainda é um sujeito heterônomo.

Aliás, a questão da autonomia indígena identificada na pesquisa, paradoxalmente, desrespeita a definição da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, que reconhece e estabelece para esses povos o direito coletivo à terra e ao uso dos recursos naturais, assim como à autodeterminação política. O aspecto da tutela também é desconsiderado, pois a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (AMP, 2002) regovou a tutela indígena.

Toma-se de empréstimo o resultado das pesquisas empreendidas por Van Dijk (2008), em relação aos negros no Brasil. O duplo papel exercido pelo silenciamento (negação da desigualdade e homogeneização da cultura) parece fazer eco com os resultados dos estudos empreendidos pelo autor, pois assim como outras minorias, também os indígenas não aparecem nos conteúdos midiáticos. Essas constatações de fato condicionam a relação entre comunicação e representações sociais. Não se podem comunicar sem partilhar determinadas representações.

O conceito de propaganda elaborado por Moscovici (1978) e utilizado neste trabalho pois foi capaz de explicar, mesmo em situações pontuais, a função geradora e reguladora da comunicação. Na verdade a comunicação não apenas regula e gera como intenciona manter a estrutura institucional, as representações e a estrutura social. Segundo Moscovici (1978), a propaganda é uma instituição que pode ou não ocorrer nos veículos de mídia pretendendo alterar ou não a mente dos sujeitos, de modo que a comunicação, como um sistema e um processo sociais, tem a propaganda o que Moscovici (1978) denomina de gênero comunicacional.

Desse modo, parece pertinente afirmar que fenômenos complexos como o preconceito são na verdade estruturas institucionais que, na propaganda, sobretudo nos veículos de mídia, aparecem como situações potencialmente comunicativas, validadas como contratos de comunicação, com o objetivo de manter os discursos das elites dominantes. Assim, os resultados indicam que as representações sociais dos indígenas veiculadas pela mídia são, na verdade, parte de um processo de manutenção do *statu quo* de determinados atores sociais. Essa construção, que também é social, intenciona manter um discurso hegemônico de uma democracia racial à brasileira, toda ela construída às custas da marginalização de grupos (negros, indígenas etc.) minoritários em favor dos

grupos majoritários. De fato, aquilo que se veicula na mídia indica apenas o lugar específico do grupo hegemônico: a fala, a língua, as vestes, a alimentação, a dança, dentre outros aspectos.

Mais de uma década após a pesquisa realizada por Santilli (2000) sobre a opinião dos não indígenas em relação aos indígenas, comparando-a com os resultados obtidos nesta pesquisa, percebe-se que praticamente nada foi alterado em relação ao tocante a essa percepção. A ideia de que os indígenas têm de uma cultura diferente e, portanto, devem ser educados de acordo com a cultura do branco (52% na pesquisa original), confirma a noção de cultura diferente identificada neste estudo. De fato, o indígena ainda é visto como o outro diferente.

A novidade nesse cenário, é que os resultados deste estudo, diferentemente das pesquisas empreendidas por Santilli (2000), foram identificados em um ambiente de contato. O quadro teórico desenvolvido por Allport (1954) a respeito do contato, pressupõe que o conflito tende a diminuir, e por consequência, a discriminação. O autor aponta os fatores decisivos para a redução da tensão: paridade de estatuto dos grupos, comunalidade de objetivos a atingir e apoio sócioinstitucional. O conflito não diminuiu no caso da Raposa Serra do Sol. O ambiente de hostilidade permanece, e em certa medida, se acentua, pois as diferenças intergrupais parecem ser mais percebidas, e portanto, potencializadas.

Estudos realizados por Dayrell e Campos (2007) sobre a representação social de indígenas em brasileiros não indígenas e a existência de uma zona muda em habitantes não indígenas das cidades de Canarana-MT, Goiânia-GO e Porto Seguro-BA, indicam que a visão negativa que se tem do indígena não se refere ao fato de o índio ser representado como pertencendo a uma natureza diferente, mas à sua inadequação (não submissão) às regras do modo de vida não índio. Também neste estudo a noção do outro diferente aparece como central na representação social do indígena. A ideia de que o indígena não se submete ao modo de vida ocidental e eurocêntrico o coloca em uma posição oposta, quase divergente, cuja insubmissão, isto é, resistência, parece ser compreendida como rebeldia.

Percebe-se, com base nos resultados dos estudos, que o indígena brasileiro fora da reserva e em especial, na mídia é invisível, destituído da fala (silenciado), subalterno. Na

reserva, ele é visto como diferente, estereotipado, aquele que caça, pesca, cuja atribuição identitária aproxima-o da noção de não gente.

Os estudos científicos dos processos comunicacionais inseridos no âmbito das representações sociais das minorias (apesar de ainda marginais) possibilitam a compreensão desses processos discriminatórios e as representações sociais nele inseridas, gerando um processo mais amplo de discussão e que certamente merecem ser empreendidos. O caso da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol noticiado pela Folha de S. Paulo representa apenas um aspecto particular de uma história mais complexa que envolve estudos sobre minorias (origem, cor, étnia, religião, gênero etc.) e os processos de discriminação por elas sofridos e que, certamente, merecem pesquisas mais aprofundadas.

## Referências

---

- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. (P.H. F. Campos, Trad.) In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (eds.) *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp.27-38). Goiânia: AB.
- Abric, J. C. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In: Jodelet, Denise. (Org.). *As representações sociais*. (L.Ulup, Trad.) Rio de Janeiro: Eduerj.
- Abric, J. C. (2003a). *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Ramonville Saint-Agne: Érès.
- Abric, J. C. (2003b). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. Campos, P. H. F. Loureiro, M. C. da S. (org.). *Representações Sociais e práticas educativas*. Goiânia: Ed. UCG.
- Abric, J. C. (2005). A zona muda das representações sociais. P. 23-34. Oliveira, D. C.; Campos, P. H. F. *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, (Coleção Memória Social).
- A demarcação da reserva Raposa Serra do Sol foi feita em noventa e oito. (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Adorno. T. W. (1950-1993). *The authoritarian personality*. New York: WWNorton.
- Allport, G. W. (1954 - 1979). *The nature of prejudice*. New York, USA: Addison-Wesley Publishing Company.
- Allport, G. W. (1977). *La naturaleza del prejuicio*. 5ª. ed. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires.
- Allain, Juliana Mezzomo. Camargo, B. Vizeu. (2007). O papel da mídia brasileira na construção das representações sociais de segurança alimentar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9(2):92-108
- Alencar, K. (2008). Planalto espera hoje saída intermediária no Supremo. In *Folha de S. Paulo*. Brasília: DF.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. (M. C. Fernandes, Trad.): A. R. R. Torres (ver. técnica) São Paulo: McGraw Hill.
- Amaral, Virgílio (1997). *Níveis de análise da ancoragem das representações sociais da inteligência e do seu desenvolvimento: Das posições sociais objectivas às identidades sociais*. *Análise Psicológica*, 2 (XV): 305-317.

A maioria dos ministros do STF votou ontem pela manutenção da demarcação contínua (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.

Associação Americana de Psicologia (2006). *Manual de estilos da Apa: regras básicas*. (M. F. Lopes, trad.), Porto Alegre: Artmed.

As dezoito condições apresentadas por Carlos Alberto Direito foram seguidas por sete dos oito ministros que já adiantaram seus votos. (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.

Arruda, A. (2001). O estudo experimental das representações sociais. In Jodelet, Denise. (Org.). *As representações sociais*. (L. Ulup, trad. ), Rio de Janeiro: Eduerj.

Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. (2008;2011). *Flexibilização do programa A voz do Brasil*. Disponível em <http://www.abert.org.br>, Acesso em 02. Maio. 2011.

Bair, A. N. Steele, J. R. (2010). Examining the consequences of exposure to racism for the executive functioning of Black students. *Journal of Experimental Social Psychology*. 46, 127-132.

Baker, P. (2005). *Gestão ambiental: a administração verde*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Baptista, M. M. (1996). *Estereótipos de adultos moçambicanos Face à Aprendizagem*. Dissertação de Mestrado, não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra: Coimbra.

Bauer, M. W. & Gaskell, G, (2002). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad.), Petrópolis, RJ: Vozes.

Beldarrain Durandegui, Angel; Souza Filho, Edson A. de (2004), Representações de grupos nacionais entre jovens segundo o grupo étnico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 20 (3). Disponível em <http://www.scielo.br>, Acesso em 15 Fev. 2010.

Berger, P. & Luckmann, T (1995). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.

Berkowitz, L. (1962). *Agression: a social psychological analysis*. Nova Iorque: McGraw Hill.

Bernstein, M. J. S. Sacco, D. F. Brown, C. M. Young, S. G. Claypool, H.M. (2010). A preference for genuine smiles following social exclusion. *Journal of Experimental Social Psychology*. 46, 196–199.

Billing, M. (1976). *Social psychology and intergroup Relations*. Londres: Academic Press.



Bittar, M. M. Aguiar, J. G. Torres. A. R. R. (2008, nov/dez). A vida na aldeia versus a vida na cidade: o que pensam os indígenas da Casa de Saúde do Índio – Goiânia. *Estudos, Goiânia*, 35 (11/12), 1195-1210.

Braga, C. F. (2007). *Celibato e gênero: uma releitura crítica*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Brasil, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília.

Brasil, (2002). *Novo Código Civil Brasileiro*, Brasília.

Brasil, K. & Trajano, A. (2008). Grupo contrário à ação da Polícia Federal em Roraima produz bombas. In *Folha de S. Paulo*. Boa Vista: Roraima.

Bodenhausen, G.V. (2010). Diversity in the person, diversity in the group: Challenges of identity complexity for social perception and social interaction. *European Journal of Social Psychology*. Eur. J. Soc. Psychol. 40, 1–16

Borges, P. H. P. (1999). Uma visão indígena da história. *Cadernos Cedes*. São Paulo, 19 (49). Dez.

Brown, Rupert. (1995). *Prejudice: its social Psychology*. Massachusetts: Blackwell Publishers.

Cabecinhas, R. (2004). *Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social*. Departamento de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. Braga: Portugal.

Cabecinhas, R. Amâncio, L. (2004). *Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas*. Actas do V Congresso Português de Sociologia: *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Universidade do Minho, Braga: Portugal.

Camargo, B. V. (2005a). Alceste: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. Moreira *et al.* (org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB.

Camargo, B. V. Goetz, E. R., & Barbará, A. S. (2005). Representação social da beleza de estudantes de Moda. In *Anais da IV Jornada Internacional e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais* (pp. 3353-3362), João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

Camargo, B. V. (2007). Elementos da representação social de estudantes de Moda e Educação Física sobre o corpo [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia, *Resumos de comunicações científicas, XXXVII Reunião Anual de Psicologia*. Florianópolis: SBP.

Camargo, B. V., Goetz, E. R., & Justo, A. M. (2007). Representações sociais e atitudes de estudantes de Moda e Educação Física sobre cirurgia plástica [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia, *Resumos de comunicações científicas, XXXVII Reunião Anual de Psicologia*. Florianópolis: SBP.

- Camargo, B. V. Goetz, E. R. Bertoldo, R. B. Justo, A. M. (2008). Representação social do corpo na mídia impressa. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 226-236.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Canavilhas, João. (2008). Cinco ws e um h para o jornalismo na web. *Prisma. Com*, 7. 1 (20).
- Campos, P. H. F. (2003). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In P. H. F. Campos & M. C. da S. Loureiro, *Representações sociais e práticas educativas* (pp. 22-36). Goiânia: UCG.
- Campos, P. H. F. Rouquette, M. L. (2003). Abordagem Estrutural e Componente Afetivo das Representações Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(3), 435-445.
- Campos, P. H. F. (2005). As representações sociais como forma de resistência ao conhecimento científico. In: P. H. F. Campos & D. C. Oliveira, (org.). *Representações Sociais: uma teoria sem fronteira*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- Carmo, S. I. S. do (1991). *Entre a cruz e a espada: o índio no discurso do livro didático de História*. Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Educação/FE da Universidade de São Paulo. São Paulo: São Paulo.
- Chamon, E. M. Q. de O. (2006). Representação social da pesquisa pelos doutorandos em Ciências Exatas. *Estudos e Psicologia e pesquisa em Psicologia*. 6 (2), UERJ, RJ.
- Charaudeau, P. (2006). El contrato de comunicación em uma perspectiva lingüística: normas psicosociales y normas discursivas. *Opción*. Abril, 22 (49), 33-54, Universidad Del Zulia. Maracaibo: Venezuela.
- Citeli, M. T. (2001). Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista de Estudos Feministas*, 9(1), 131-145.
- Coelho, M. C. (2005). *Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios. (1751-1758)* Tese de Doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Cohen, S. A. de M. (2007). *O discurso publicitário virtual x impresso: enunciação e contrato – uma análise comparativa*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Corrêa, H. (2008). Índios pró-arrozeiros querem bloquear acesso a alimentos. In *Folha de S. Paulo*. São Paulo: São Paulo.

- Correll, J. *et al.* (2007). Across the thin blue line: police officers and racial bias in the decision to shoot. *Journal of Personality and Social Psychology*, 92 (6), 1006-1023
- Costa, B. (2008). Amazônia é vulnerável com ou sem índio, diz professora. In *Folha de S. Paulo*. São Paulo: São Paulo.
- Costa, F. B. da (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
- Couto, J. (2000). A gênese do Brasil. In C. G. Mota (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)* (pp. 45-70). São Paulo: Senac.
- Cronologia (2005). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Cronologia dos confrontos em Roraima (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Cronologia: Homologação (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Cronologia dos confrontos em Roraima. (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Cunha, M. C. (1986). Imagens do índio do Brasil: o século XVI. In M. C. Cunha, *Antropologia do Brasil: misto, história e etnicidade*. São Paulo: Edusp.
- Cunha, M. C. (1992). *Historia dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dancey, C. P. & Reidy, John. (2006). *Estatística sem matemática para Psicologia*. 3ª ed. (L. Viali, Trad.), Porto Alegre: Artmed.
- Dayrell, L. Campos, P. H. F. (2007). A RS sobre índio, preconceito e zona muda. Apresentação de Trabalho/Congresso. *V Jornada Internacional e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. Brasília. Disponível em: <http://www.vjirs.com.br/vjirs/anais-online-resumos.asp>. Acesso em: 6. Jul. 2011. As: 11:48:17hs.
- Dechamps, J. C. Moliner, P. (2009). *A identidade em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais*. (Lúcia M. Endich Orth. Trad.), Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z.A. (2003). Assertividade, sistema de crença e identidade social. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, 9 (13), 125-136.
- Desto, M. A. (2006). *Soberania no Rio Branco e a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol*. Dissertação de mestrado não publicada, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília: DF.

- Doise, W. (1985). Les représentations sociales: définition d'un concept. *Connexions*, 45, 243-253.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione; C. Bonnet & J. F. Richard. *Traité de psychologie cognitive*, 3, 111-173, Paris: Dunod.
- Doise, W. (2001). Atitudes e representações sociais. In Denise Jodelet (org.). *As representações sociais*. (L. Ulup Trad.), Rio de Janeiro: Eduerj.
- Doise, W. (2002). From social psychology to societal psychology. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 18 (1). Disponível em <http://www.scielo.br>, Acesso em 24 Jan. 2010.
- Doise, W. (2003). Human rights: common meaning and differences in positioning. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 19 (3), Disponível em <http://www.scielo.br>, Acesso em 16. fev. 2010.
- Doise, W. Clemence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses de données*. Grenoble: Puf.
- Doise, W. & Herrera, M. (1994). Déclaration universielle et représentations sociales des droits de l'homme: une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 7, 87-107.
- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O. & Sears, R. (1939) – *Frustration and Aggression*. New Haven: CT, Yale University Press.
- Dos protestos ao julgamento. (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.
- Durkheim, E. (1989). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. (Joaquim Pereira Neto. Trad.), São Paulo: Paulinas.
- Duschatzky, S. & Skliar, C. (2001). O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In Larossa, J. & Skliar, C. (org.). *Habitantes de dabel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Espinosa, A. Calderón-Prada, A. Burgas, G. & Guímac, J. (2007). Estereotipos, prejuicios y exclusión social en un país multiétnico: el caso peruano. *Revista de Psicología* Vol. XXV (2).
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ferraz, L. (2008). Área de cultivo de arroz dentro de terra indígena aumentará na próxima safra. In *Folha de S. Paulo*. Boa Vista: Roraima.

- Ferraz, L. (2008). Área de arroz em Roraima cresce 3 campos de futebol por dia. In *Folha de S. Paulo*. São Paulo: São Paulo.
- Ferraz, L. & Seligman, Felipe (2009). Após decisão do STF, Raposa terá batalha por indenização. In *Folha de S. Paulo*. Brasília: DF.
- Ferreira, M. L. S. M., & Mamede, M. V. (2003). Representação do corpo na relação consigo mesma após mastectomia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 11(3), 299-304.
- Fernandes, S. C. S. (2008). Breves reflexões sobre o preconceito. *Psicologia em foco*, 1 (1), jul./dez. Aracaju, Faculdade Pio Décimo.
- Flament, C. (1994). Consensus, salience and necessity in social representations – technical note. *Papers on Social Representations*, 3, 97-106.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In Denise Jodelet (org.). *As representações sociais*. (L. Ulup. Trad.), Rio de Janeiro: Eduerj.
- Fleury, A. R. D. (2006). *Homossexualidade e Preconceito: o que pensam os profissionais de recursos humanos*. Dissertação de Mestrado publicada. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia.
- Fleury, A. R. D. & Torres, A. R. R. (2010). *Homossexualidade e preconceito: o que pensam os futuros gestores de pessoas*. Curitiba: Juruá.
- Fleury, A. R. D. Torres, A. R. R. (2007). Análise psicossocial do preconceito contra homossexuais. *Estudos de Psicologia*. Campinas. 24(4), 475-486 .
- Flick, Uwe. (2009). *Introdução a Pesquisa Qualitativa*. 3ª ed. (Joice E. Costa. Trad.), Porto Alegre: Artmed.
- Formiga, N. S. (2006). A orientação valorativa na manutenção do preconceito feminino: consistência correlacional entre os valores humanos e sexismo ambivalente. *Psicologia Argum*, Curitiba, 24 (47), 49-59.
- Franco, M. L. P. B. (2004). Representações Sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. *Cadernos de Pesquisa*, 34 (121), 169-186.
- Freyre, Gilberto. (1999). *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- Freire, S. & Magalhães, J. C. (2008). Arrozeiros vão manter plantações em reserva. In *Folha de S. Paulo*. Normandia: Roraima.
- Fundação Nacional do Índio (2009). *O indígena brasileiro*. Disponível em [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br), Acesso em 28. jul. 2009.
- Fundação Nacional do Índio. (2011). *O indígena brasileiro*. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 19. jul. 2011.

Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racismo. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (eds.), *Prejudice, Discrimination, and Racism*, Nova Iorque, Academic Press, pp. 61-89.

Garfield, S. (2000). As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Vargas. *Ver. Brasileira de História*. [online]. 2000. 20 (39), 13-36. Disponível em ,<http://www.scielo>.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. 13<sup>a</sup>. reimp. Rio de Janeiro: LTC.

Ghiglione, R. (1984). Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effectifs. In *Verbum*. Tome VII. Nancy.

Giglio, E. (1996). *O comportamento do consumidor e a gerência de marketing*. São Paulo: Pioneira.

Gomes, M. R. (2006) *As representações sociais entre estudos culturais e psicologia social*. Universidade de São Paulo ECA/USP.

Gonçalves, M. A. S. (1999). Teoria da ação comunicativa de Habermas: possibilidades de uma ação educativa de cunho interdisciplinar na escola. *Educação & Sociedade*. 20 (66), Abril.

Guareschi, N. M. de F. (2006). Desnaturalizando identidades e diferenças da adolescência. In Mary Jane Spink, & Peter, Spink, (org.) *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez.

Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Guimelli, C., Deschamps, J. C. (2000). Effet des contextes sur la production d'associations verbales. Le cas des représentations sociales des Gitanes. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 47, 44-54.

Habermas, J. (1994). *Teoria de la acción comunicativa: Complementos y estudios previos*. Madri: Cátedra.

Hirsfield, L. A. (1998). Natural assumptions: race, essence, and taxonomies of human kinds. *Social Research*, 65. 331-349.

Ianni, O. (2001). Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Revista de Sociologia*. Porto Alegre, 4 (7), 176-187.

Iarozinski, M. H. (2000). *Contribuições da teoria da ação comunicativa de Jünger Habermas para a educação tecnológica*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba.

Instituto AMP Pesquisas Normativas do Trabalho (2002). Convenção 160 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Disponível em <http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm>. Acesso em 13. Ago. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2009). *Estatística do censo 2010*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 12. jan. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). *Pesquisa Nacional por Domicílio*. Disponível em [www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pnad/). Acesso em 12. jan. 2010.

Instituto socioambiental (2009). O indígena brasileiro. Disponível em <http://socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3024>: Acesso em 26. jul. 2009.

Izquierdo, S. P. (2008). *Las condiciones de interacción comunicativa en las técnicas lingüísticas de obtención de información y sus efectos en la elaboración discursiva sobre el cuerpo y la educación*. Universitat de Girona.

Jedlowski, P. (2005). Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In C. P. de Sá, *Memória, imaginário e Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República.

Jodelet, Denise. (1989). Representações Sociais: um domínio em expansão. In Denise Jodellet, (org.). *As representações Sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj.

Jodelet, Denise. (2001). *As Representações Sociais*. Tradução: Lílian Ulup. Rio de Janeiro: Eduerj.

Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.

Jovchelovitch, S. (2000). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In *Textos em representações sociais*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Jovchelovitch, S. (2002). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.

Kerlinger, F.(1980). *Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um Tratamento Conceptual*, São Paulo: E. P. V.

Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981), Symbolic racism vs. threats to the good life. In *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, pp. 414-431.

Kronberger, N. & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Pedrinho A. Guareschi. Trad.), Petrópolis: Vozes.

- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Levi-Strauss, C. (1980). *Raça e história*. 2ª. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- Levy, Pierre. (2002), *Cibercultura*. São Paulo: Vozes.
- Lima, A. C.de S. (1995). *Um olhar sobre a presença das populações nativas na integração do Brasil*. São Paulo: Summus.
- Lima, M. E. O. (2002). *Normas sociais e racismo: efeitos do igualitarismo e do individualismo meritocrático na infra-humanização dos Negros*. Tese de Doutorado não publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa.
- Lima, M. E. O. & Vala, J. (2004). A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. [Psicoogial. Universidade de São Paulo](#); 16(3),143-165.
- Lima, M. E. O. *et al* . (2006). Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros. *Psicologia. Reflexão e Crítica.*, Porto Alegre, 19 (2). Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 16. Fev. 2010.
- Lopes, M. I. V. Duarte, E. Ianni, O. (2004). Epistemologia da comunicação. *Comunicação contemporânea*. São Paulo: Loyola.
- Machado, F. L. (2000). *Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?*. *Sociologia*. [online]. Disponível em <http://www.scielo.br>., Acesso em 15. Abr. 2011.
- Malhotra, N. K. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Trad: Laura Bocco. 4ª. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- Martignoni, T. V. L. (2008). *Contato, Sentimentos Intergrupais e Dívidas Históricas: O Caso dos Indígenas em Goiás*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia. Universidade Católica de Goiás.
- McConahay, J. B., & Hough Junior, J. C. (1976). Symbolic racism. *Journal of Social Issues*, 32, 23-45.
- Martins, E. (1954). *Nossos índios, nossos mortos*. São Paulo: Codecri.
- Mayo, E. C. (2004). *La producción mediática de la realidad*. Madri (Espanha): Laberinto Comunicación.



- Mattar, F.N. (2001). *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas.
- Matterlart, M. & Mattelart, A. (1999). *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo: Loyola.
- Martin-Barbero, J. (2001). *Dos Meios As Mediações: Comunicação Cultura E Hegemonia*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ Editora.
- Melatti, J. C. (2007). *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Menin, M. S. S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 22 (1),043-052.
- Merton, R. K. (1957). *Social theory and social structure*. Glencoe: Free Press.
- Ministro defende produção de arroz em reserva. (2008). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. Brasília: DF.
- Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, (1998). *Portaria Ministerial 820/98*. Disponível em <http://jus.uol.com.br/revista/o-caso-raposa-serra-do-sol>. Acesso em 26. Fev. 2009.
- Ministério da Educação e do Desporto (1994). *Pesquisa em livros didáticos de ensino fundamental*. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em 19. Nov. 2010.
- Miranda, B. (1999). *História da mulher religiosa no Brasil*. In *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento da América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG.
- Missagia, I. M. (1999). *Uma outra mulher na História*. Imagens sobre as índias no Brasil. In *Mulher - Cinco séculos de desenvolvimento da América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, IA/MG.
- Molinari, L., & Emiliani, F. (1996). More on the structure of social representations: central core and social dynamics. *Papers on Social Representations*, 5, 41-49.
- Moliner, P. (1994). L'étude expérimentale des processus représentationnels. Commentaire de l'article de R. Michit. *Papers on Social Representations*, 3, 118-122.
- Moliner, P. (1995). A two-dimensional model of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 25(1),27-40.
- Moliner, P., & Martos, A. (2005). La fonction generatrice de sens du noyau des représentations sociales: une remise en cause? *Papers on Social Representations*, 14, 3.1-3.12.

- Monteiro, J. M. (2001). *Tupis, Tapuias e Historiadores*. Tese Livre Docente não publicada, Universidade de Campinas. Unicamp. Campinas: São Paulo.
- Morais, R. de (1940-1989). *Cultura brasileira e educação*. Campinas, SP: Papyrus.
- Morais, T. Camino, L. Álvaro, J. L. Garrido, A. & Torres, A. R. R. (2011). Tolerance of police violence against social minorities. *VI PhD Meeting in Social and Organizational Psychology*. Lisboa. Disponível em <http://phdmeeting.dpso.iscte.pt>. Acesso em 07. jul. 2011.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. (A. Cabral. Trad.), Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (2003). Por que estudar Representações Sociais em Psicologia. *Estudos, vida e saúde*. 30 (1), 11-30.
- Moscovici, S. (2004). *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. 2ª. ed. (P. A. Guareschi. Trad.), Petrópolis: Vozes.
- Muhr, T. (1994). *Atlas ti*. Disponível em: <http://www.scolari.co.uk/>. Acesso em 17. jan. 2010.
- Murray, K. B. (1991). A test of services marketing theory: Consumer information acquisition activities. *Journal of Marketing*, 55(1), 10–25.
- Najjar, J. (2005). O indígena e a construção da idéia de Brasil: reflexões sobre patrimônio, identidade e cidadania. *Habitus*. 3 (2), 347-360.
- Nascimento, A. R. A. do. & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6 (2), Rio de Janeiro: Uerj.
- Nascimento, A. R. A., & Rodrigues, M. M. P. (2003). A representação do feminino em manuais do programa de agentes comunitários de saúde. In Z. A. Trindade & A. N. Andrade (eds.), *Psicologia e saúde: Um campo em construção* (pp. 155-166). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Nascimento-Schulze, C.; Camargo, B. V. (2000). Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da sociedade brasileira de Psicologia*, 8 (3).
- Navarro, S. (2005). Governador de Roraima quer compensação do Inbra. In *Folha de S. Paulo*. São Paulo: São Paulo.
- Nickels, W. G.; Wood, M. B. (1999-2004). *Marketing: relacionamentos, qualidade, valor*. Rio de Janeiro: LTC.

Nóbrega, S. M. (2003). Sobre a teoria das representações sociais. In A. S. P. Moreira & J. C. Jesuino. *Representações Sociais: teoria e prática*. 2. ed. rev. ampl.. João Pessoa: Universitária.

Noelle-Neuman, E. (1995). *La Espiral do Silencio: opinião pública*. Barcelona: Paidós.

Oliveira, D. C. *et al.* (2006). Análise da produção de conhecimento sobre o HIV/AIDS em resumos de artigos em periódicos brasileiros de enfermagem, no período de 1980 a 2005. *Revista Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 15 (4), 654-62.

Oliveira, D. C. (2007). A zona muda das representações sociais sobre o portador de HIV/AIDS: elementos normativos e contranormativos do pensamento social. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9(2):73-91.

Oliveira, E. B.de (2004). *As Representações sociais do ruído pelos trabalhadores de enfermagem de um Centro de Terapia Intensiva: a organização do Trabalho*. Tese de Doutorado não publicada. Rio de Janeiro: UFRJ / EEAN.

Oliveira, T. M. (2009). *Análise Psicossocial do Preconceito contra Povos Indígenas de Goiás: Contato, Sentimentos Intergrupais e Identidade Social*. Dissertação de Mestrado. não publicada. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Pederson, A. & Walker, I. (1997). Prejudice against Australian Aborigens: old-fashioned and modern forms. In *European Journal of Social Psychology*, 27, pp. 561-587.

Pereira, C. Torres, A. R. R. & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia, Reflexão e crítica*, Porto Alegre, 16 (1), Disponível em <http://www.scielo.br>.. Acesso em 16. fev. 2010.

Pereira, C. Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia. Reflexão e Crítica*., Porto Alegre, 16 (3), Disponível em <http://www.scielo.br>.. Acesso em 15 Fev. 2010.

Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.

Pimenta, R. P. B. (2009). *Atribuição de Responsabilidade da Atual Situação do Índio e o Preconceito Contra os Povos Indígenas Brasileiros*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Pires, A. M. L. T. Alonso, F. M. ( 2008). El prejuicio racial em Brasil: nuevas medidas y perspectivas. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 267-276.

Poeschl, G. (1995). *Processus d'ancrage et représentations sociales de l'intelligence*. Porto: Universidade do Porto.

Popan, J. R. Kenworthy, J. B. Frame, M. C. Lyons, P. A. & Snuggs, S. J. (2010). Political groups in contact: The role of attributions for outgroup attitudes in reducing antipathy. *European Journal of Social Psychology*. Eur. J. Soc. Psychol. 40, 86–104.

Presotto, Z. M. M. N. & Marconi, M. A. de (1985–2008). *Antropologia: uma introdução*. 7ª. ed. São Paulo: Atlas.

Raposa Serra do Sol (2010). Disponível em: [geografianovest.blogspot.com/2009/10/os-dois](http://geografianovest.blogspot.com/2009/10/os-dois). Acesso em 12. Jul. 2010.

Rateau, P. (1995). Princípios organizadores e núcleo central das representações sociais. Hipóteses empíricas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 56(1-2), 93-104.

Reinert, M. (1998). *Alceste: Analyse de données textuelles*. Manuel d'utilisateur. Toulouse: Image.

Ribeiro, A.S.M. (2000). *Macho, adulto, branco, sempre no comando?* Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de Brasília. UnB. Brasília.

Ribeiro, D. (1996). *Os índios e a civilização: a intergração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, D.. (2006). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, A. D. (2000). *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, Lisboa: Presença.

Rogers, E. M. & Steinfatt, T. M. (1999). *Intercultural Communication*. Prospect Heights, IL: Waveland Press.

Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. Nova York: Basic Books.

Rondon, J. E. & Trajano, A. (2008). Roraima vira palco de guerra até entre grupos de índios. In *Folha de S. Paulo*. Boa Vista: Roraima.

Rouquette. M. L. (1996). Social representation and mass communication research. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 26 (2): 221-231.

Rouquette. M. L. (1999) *El flujo y el fino (comentários sobre el artículo de Serge Moscovici)*. (Juan Soto Ramirez Trad.), Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa.

Rouquette. M. L. (2005). As representações sociais no quadro geral do pensamento social. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno & S. M. Nóbrega (eds.),

*Perspectivas teórico metodológicas em representações sociais* (pp. 189-199). João Pessoa: UFPB.

Runciman, W. G. (1966). *Relative deprivation and social justice*. London: Routledge and Kegan Paul.

Sá, C. P. de (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Santilli, M. (2000). *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Senac.

Santos, R. V. & Coimbra Jr., C. E. A. (2000). *Saúde e desigualdade*. Algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência e Saúde coletiva* [online]. 5 (1), Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 15. mar. 2010.

Santos, W. S. dos. Gouveia, V. V. Navas, M. S. Pimente, C. E. Gusmão & E. E. da S. (2006). Escala de racismo moderno: adaptação ao contexto brasileiro. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 11 (3), 637-645.

Schpun, M. R. (2002). Em jogo... Os jogos da beleza. *Revista de Estudos Feministas*, 10(1), 254-256.

Secchi, K. (2006). *Representação social e imagem do corpo feminino*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: SC.

Seligman, F. & Ferraz, L. (2009). Demarcação é muito séria para a Funai, diz Mendes. In *Folha de S. Paulo*. Brasília: DF.

Shaw, E. (1979). Agenda-Setting and Mass Communication Theory, *Gazette International Journal for Mass Communication Studies*, 25 (2), 96-105.

Sherif, M., Harvey, D. J., White, B. J., Hood, W. R. & Sherif, C. W. (1961). *Intergroup cooperation and competition: the robbers cave experiment*. Norman: University Book Exchange.

Silva, E. H. (1995). *O lugar do índio: conflitos, esbulhos de terra e resistencia indígena no século XIX: o caso de Escade – Pernambuco (1860-1880)*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

Silva, F. R. (2000). A questão indígena: a legislação seiscentista portuguesa e os índios do Brail. In M. B. N. da Silva. (org.). *Brasil, colonização e escravidão*. (pp. 15-27). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Silva, S. G. da (2003). Preconceito no Brasil contemporâneo e as pequenas diferenças na construção da subjetividade. *Psicologia Ciência e profissão*. 23 (2), 2-5.

- Sindi, D. & Reicher, S. (2009). Our way of life is worth defending: Testing a model of attitudes towards superordinate group membership through a study of Scots' attitudes towards Britain. *European Journal of Social Psychology*. Eur. J. Soc. Psychol. 39, 114–129.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in value priorities. *European Journal of Social Psychology*. Eur. J. Soc. Psychol. 28, 603-622.
- Spink, M. J. (1993). O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 9 (3), Disponível em <http://www.scielo.br>., Acesso em 24. Jul. 2009.
- Spink, M. J. (2006). O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In Spink, Mary Jane & Spink, Peter. (org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. & Medrado, B. (2002). Produção de sentidos no cotidiano: abordagem teórico-metodológicas para análise das práticas discursivas In Mary Jane Spink, (orgs). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Spink, Peter. (2006). A desigualdade cotidiana – a naturalização das materialidades territoriais. In Mary Jane Spink & Peter Spink. (org.). *Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade: uma semana de notícias nos jornais*. São Paulo: Cortez.
- Sposito, F. (2006). *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do estado nacional brasileiro na província de São Paulo (1822-1845)*. Dissertação de Mestrado não publicada. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Smith, L.G. E. & Postmes, T. (2009). Intra-group interaction and the development of norms which promote inter-group hostility. *European Journal of Social Psychology*. Eur. J. Soc. Psychol. 39, 130–144.
- Souza, J. (2003). *A construção social da subcidadania : para uma Sociologia Política da modernidade periférica*. Belo Horizonte : UFMG.
- Spivak, G. C. (1994). Can the subaltern speak? In *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader*. New York: Columbia University Press.
- Strauss, A. L. (1987). *Qualitative analysis for social scientists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Strauss, A. L. & Corbin, J. (1990/1998). *Basic qualitative Research*. London: Sage.

Strazzacappa, M. (2001). A educação e a fábrica de corpos: A dança na escola. *Cadernos Cedes*, 21(53), 69-83.

Tajfel, H. (1981). *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. (Lígia Amâncio, Trad.), Lisboa: Livros Horizonte.

Tartaglia, S. & Greganti, K. (2009). Orientación política y representación de um suceso em la prensa italiana. El caso Del G-8. Universidad de los Estudios de Turín. *Psicología Política*, 25, 49-68.

Terra indígena é entrave para o Exército (2007). *Folha de S. Paulo*. Editoria Brasil. São Paulo: São Paulo.

Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes.

Trajano, A. & Rondon, J. E. (2008). Nove índios são feridos em conflito em reserva de Roraima. In *Folha de S. Paulo*. Pacaraima: Roraima.

Tonkin, E., McDonald, M., e Chapman, M. (1989). *History and Ethnicity*. Londres: Routledge. Unesco (1960/1973). *Le racisme devant la science*. Paris: Gallimard.

Turner, J. C. (1975). Social comparison and social identity: some prospects for intergroup behaviour. *European Journal of Social Psychology*, 5, 5-34.

Turra, C. & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática.

Tuzzo, S. A. (2005). *Deslumbramento coletivo*. Opinião pública, mídia e Universidade. São Paulo: Annablume.

Vala, J. (1997). *Representações Sociais e percepções intergrupais*. *Análise Social*, 32 (140), (1º), 7-29.

Vala, J. Brito R. & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vala, J. Monteiro, M. B. (2006). *Psicologia Social*. 7ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Van Dijk, T. A. (2004). *Dominación étnica y racismo discursivo em España y América Latina*. Traducción. Montse Basté. Barcelona: Gedisa.

Van Dijk, T. A. (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.

Veloz, M. C. T., Nascimento-Schulze, C. M., & Camargo, B. V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 12(2), 470-501.

Wachelke, J. F. R. & Camargo, B. V. (2007). Representações Sociais, representações individuais e Comportamento. *Revista Interamericana de Psicologia / Interamerican Journal of Psychology* – 41 (3), 379-390.

Wagner, W. (1998). *Sócio-gênese e características das representações sociais*. In A. S. P. Moreira, & D. C. de Oliveira. (eds.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia. UCG.

Walker, I. (2001). The changing nature of racism: from old to new? In M. Augoustinos & K. J. Reynolds. (eds.). *Understanding prejudice, racism and social conflict*. pp. 24-42. Londres: SAGE.

Wieviorka, M. (1993). *Racisme et Modernité*, Paris: Éditions La Découverte.

Wolf, M. (1999). *Teoria da Comunicação: mass media, contextos e paradigmas*. 5ª. ed. Lisboa: Artes Gráficas.



## Anexos

---

**Justiça de Goiás terá de julgar ação de 38 anos em 60 dias**

**Domingo, 04/12/2005**

**Conselho Nacional de Justiça definiu prazo após pedido de advogado**

**SILVANA DE FREITAS**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o órgão de controle externo do Judiciário, deu 60 dias de prazo para a Justiça de Goiás decidir uma ação de demarcação de terra que tramita há 38 anos na primeira instância.

O advogado de Goiás Wilson Sabino entrou com representação no CNJ por excesso de prazo e pediu providências para apressar a sentença. O TJ (Tribunal de Justiça) de Goiás justificou que a cidade de Iaciara, onde tramita a ação, está sem juiz.

O conselho determinou ao tribunal de Goiás que designe imediatamente um juiz para atuar naquela cidade, examinar esse processo e decidir a causa no prazo máximo de 60 dias.

Depois dessa sentença, poderá haver recursos a outras três instâncias, o próprio TJ de Goiás, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

O conselho acompanhará o cumprimento da decisão. O TJ terá de informar posteriormente as providências que tomou para a designação de um juiz e comunicar a publicação da sentença.

O advogado Wilson Sabino, que atua há 18 anos nessa ação, disse que a última audiência ocorreu em março de 2004. Ele criticou tanto o fato de não haver hoje juiz em Iaciara como a circunstância de os magistrados que atuaram antes naquela cidade não terem dado a sentença.

O relator da representação e corregedor do conselho, ministro Pádua Ribeiro, classificou como "uma aberração" a demora no julgamento desse processo. O conselheiro Marcus Faver, que é desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi parcialmente contrário.

O conselheiro Paulo Schmidt solicitou, ainda, uma investigação detalhada no TJ de Goiás para verificar as circunstâncias que provocaram a demora na sentença, mas essa sugestão não foi apreciada, por enquanto.

A lentidão dos processos é vista como o maior problema da Justiça. Ela é atribuída principalmente ao complexo sistema de recursos existente. A sua redução dependeria da aprovação de projetos de lei, mas muitas medidas desse tipo tem a oposição da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

Uma pesquisa respondida por juízes e divulgada pela AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) mostrou que eles próprios reconhecem essa falha. Quase metade 48,9% classificou como "ruim" ou "muito ruim" o desempenho do Judiciário no item "agilidade". Para 38,7%, foi regular. Outros 9,9% o consideraram "bom" ou "muito bom".

## **Governo acusa índios de invadir parque**

**Domingo, 23/10/2005**

**Editoria: COTIDIANO      Página: C10**

**Segundo secretaria, há problemas na demarcação do território onde está o pico do Jaraguá; cacique nega acusação**

**AFRA BALAZINA**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente acusa índios da aldeia indígena guarani Tekoa Pyau de invadir área do Parque Estadual do Jaraguá, localizado na zona norte de São Paulo.

Segundo a secretaria, há uma confusão na demarcação do território desde o ano passado e, na semana passada, os índios entraram em terreno do parque para plantar palmeiras (de onde extrairão palmito). Os índios, entretanto, negam a invasão.

"Nossa atitude tem sido de não confrontar, mas de dialogar. Desde segunda-feira [passada] tentamos contato com a administração regional da Funai em Bauru, mas só ontem conseguimos", diz a geógrafa do Instituto Florestal Kátia Mazzei, coordenadora dos parques estaduais da região metropolitana de São Paulo.

De acordo com ela, já ocorreu um início de desmatamento na área invadida para o posterior plantio de palmeira. "Por enquanto, há um dano pequeno para ser recuperado. Mas não temos como saber ainda até onde isso vai chegar. Há uma área equivalente a de um campo de futebol que pode ser ocupada", diz.

O parque abriga o pico do Jaraguá, ponto mais alto da cidade de São Paulo, que fica a 1.135 metros acima do nível do mar e de onde se tem uma vista privilegiada da capital do Estado.

Na opinião de Mazzei, a invasão da área é prejudicial a todo os paulistanos. "O parque recebe 10 mil pessoas aos finais de semana. E os visitantes correm o risco de perder esse cenário", afirma.

O momento mais tenso da semana, segundo a geógrafa, aconteceu na quarta-feira. "Ameaçaram invadir uma casa que fica dentro do parque, onde mora uma mulher com três filhos", diz.

A aldeia Tekoa Pyau (que significa aldeia nova em tupi-guarani) tem 210 moradores \_97 deles são crianças. O local lembra uma favela, e os índios moram em barracos de madeira.

Segundo o cacique José Fernandes, a área usada é dos índios, que têm feito a limpeza do terreno para plantar árvores diversas. O cacique disse que, apesar da acusação de invasão feita pela secretaria, não houve nenhum tipo de violência contra a população indígena que vive no local.

De acordo com o índio Alísio Gabriel Tupã Mirim, nenhuma vegetação do parque foi cortada. "Os índios apenas carpiram a área para poder começar a plantar as árvores nativas que recebemos", afirma Tupã Mirim.

**Delimitações**

A Funai (Fundação Nacional do Índio) diz que na próxima quinta-feira dois funcionários da fundação irão ao Jaraguá verificar os limites da área e recolocar as marcações para delimitar corretamente o terreno.

Em visita realizada no dia 16 de setembro, quando já havia uma tensão em razão dos limites do território, funcionários se certificaram de que os índios estavam dentro da área delimitada.

Segundo a Funai, somente após a avaliação da próxima semana é que poderá ser investigado se houve ou não desmatamento na área do parque.

### **PF prende dois líderes indígenas por incêndio em reserva em Roraima**

**Quinta-feira, 29/09/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Centro social foi destruído pelo fogo**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A Polícia Federal prendeu dois tuxauas (líderes indígenas) em Roraima acusados de participação em um incêndio criminoso que destruiu um centro social dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, no nordeste do Estado.

Os tuxauas Genival Costa da Silva \_vereador do PFL na cidade de Pacaraima\_ e Fernando da Silva Salomão foram indiciados por formação de quadrilha, porte ilegal de arma de fogo, ameaça e dano qualificado, segundo a PF.

Segundo o superintendente da PF de Roraima, José Francisco Mallmann, um dos índios da comunidade tentou agredir um agente no momento da prisão \_na região de Pacaraima (219 km de Boa Vista)\_ e levou um tiro de borracha na perna.

O advogado que representa os dois presos disse que seus clientes "não tiveram nenhuma participação no caso". Segundo ele, que no fim da tarde de ontem aguardava o término do depoimento de Genival em Boa Vista, as prisões decretadas pela Justiça foram injustas.

(JOSÉ EDUARDO RONDON)

### **Duas pontes são incendiadas em RR**

**Sexta-feira, 23/09/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A14**

**Ação criminosa danificou acesso à reserva Raposa/Serra do Sol**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Duas pontes na terra indígena Raposa/Serra do Sol (área de 1,7 milhão de hectares no noroeste de Roraima) foram incendiadas em estradas que dão acesso à aldeia da Maturuca, na região de Uiramutã (334 km de Boa Vista), na madrugada de ontem.

A ação resultou na destruição parcial das pontes, sendo uma delas o principal acesso à reserva.

Na reserva, ocorrem desde quarta-feira festividades em comemoração à sua homologação, com a presença de representantes da comunidade, de ONGs, da Funai (Fundação Nacional do Índio), do Inra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do governo federal.

Com o incêndio, parte das cerca de 3.000 pessoas que participam da comemoração ficou isolada. Os ônibus nas quais elas foram transportadas não conseguiam transitar pelas pontes.

A assessoria da Funai disse que, na tarde de ontem, uma equipe do 6º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército preparava a colocação de uma ponte móvel para a

retirada de ônibus e caminhões do local. A passagem de carros e pedestres estava liberada.

A assessoria da Polícia Federal de Roraima afirmou que 65 agentes estão na região.

O administrador-executivo da Funai de Roraima, Gonçalo Teixeira da Costa, disse que "os atos criminosos foram causados por índios contrários à homologação da terra indígena e que são ligados a arroteiros que têm fazendas dentro da reserva".

A homologação, realizada no dia 15 de abril, é motivo de conflito no Estado. Arroteiros que deverão ser realocados e índios favoráveis à presença dos produtores são os dois grupos que se posicionam contra o decreto.

O vice-presidente da Funai, Roberto Lustosa, disse que índios da aldeia relataram ao órgão que um caminhão carregado com galões de combustível foi visto na região.

Na madrugada de sábado, um grupo com cerca de cem homens encapuzados invadiu o Centro de Formação Cultural Raposa Serra do Sol, em Pacaraima, e ateou fogo no local. Uma igreja, um posto de saúde, parte de um alojamento e refeitório foram destruídos pelo fogo. Um professor que dá aulas a crianças foi espancado pelo grupo, segundo o CIR (Conselho Indígena de Roraima).

#### **PF enviará cem agentes para reserva indígena**

**Terça-feira, 20/09/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Festa ocorrerá nesta semana**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A Polícia Federal de Roraima vai enviar cem agentes à terra indígena Raposa/Serra do Sol para garantir que os festejos pela homologação da reserva, que acontecerão nesta semana com a possível presença dos ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Marina Silva (Meio Ambiente), sejam realizados de forma pacífica. A homologação saiu em abril.

No último final de semana, um centro indígena foi incendiado e destruído por homens encapuzados. Um professor foi espancado na ação. Na madrugada de sábado, um grupo com cerca de cem homens encapuzados invadiu o Centro de Formação Cultural Raposa Serra do Sol, em Pacaraima (RR), e ateou fogo no local.

Foram destruídos uma igreja, um posto de saúde, parte de um alojamento e refeitório. Um professor que dá aulas a crianças índias foi espancado pelo grupo, de acordo com o Conselho Indígena de Roraima \_que acusa indígenas cooptados por arroteiros da região como autores da ação. A PF instaurou inquérito para apurar o caso.

(JOSÉ EDUARDO RONDON)

#### **Arroteiros e índios bloqueiam estrada em RR**

**Sexta-feira, 03/06/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Arrozeiros e índios contrários à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol bloquearam por cerca de 12 horas um trecho da BR-174, na região de Boa Vista (RR). Foram usados caminhões, tratores e carros na interrupção do trânsito de veículos na estrada.

No início da noite, os manifestantes deram início a uma carreata até o centro da capital do Estado, onde, segundo o presidente da Associação dos Arrozeiros do Estado, Luiz Afonso Faccio, o protesto continuaria.

Durante o bloqueio da rodovia, o congestionamento formado foi de cerca de quatro quilômetros, segundo a Polícia Rodoviária Federal, que estimou o número de manifestantes em 500. Já Faccio disse que cerca de 10 mil participaram do bloqueio da estrada.

"Quando os manifestantes interromperam o tráfego de veículos na rodovia, apenas ambulâncias foram autorizadas a transpor o bloqueio", disse o inspetor da PRF, Peter Albino.

Questionado se o bloqueio da rodovia e a carreata indicariam o início de uma nova onda de protestos contra a homologação da reserva, o líder dos arrozeiros disse que "é só um aviso" e que "as manifestações contra a 'intervenção branca' no Estado não se encerrarão sem uma resposta do governo federal às reivindicações".

Os arrozeiros e parte dos índios do Estado são contra o decreto do governo federal da homologação contínua da terra indígena e a retirada da população não-índia da área de 1,7 milhão de hectares. Em abril, índios contrários à homologação mantiveram quatro policiais federais reféns na comunidade do Flechal, em Uiramutã (334 km de Boa Vista), após o governo ter anunciado o decreto.

## **Governo federal anuncia medidas para assegurar homologação em RR**

**Sexta-feira, 06/05/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Ação da PF termina hoje no Estado**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governo federal anunciou ontem em Roraima medidas para concretizar a homologação contínua da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol e para tentar diminuir a resistência à ela.

Houve protestos no Estado após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar o decreto homologatório da área (1,7 milhão de hectares) no dia 15 de abril.

O anúncio das medidas ocorreu em Boa Vista, em cerimônia de instalação de um comitê gestor de coordenação das ações do governo federal em Roraima.

Entre as medidas anunciadas está a implantação de uma linha de crédito com juros de 4% ao ano para financiamento de projetos direcionados aos índios. Os recursos virão do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A Funai avaliará os projetos das comunidades indígenas e os encaminhará ao Basa (Banco da Amazônia).

Por intermédio da Funai (Fundação Nacional do Índio), 28 famílias não índias que vivem dentro da terra indígena receberão R\$ 1 milhão de indenização para serem realocadas.

O delegado da Polícia Federal Osmar Tavares de Melo, coordenador da operação Upatakon ("nossa terra", na língua macuxi), disse que se encerra oficialmente hoje a

permanência de agentes federais na área da terra indígena. "Os últimos 20 homens retornam de Pacaraima amanhã [hoje]."

No dia 17 de abril, cerca de cem homens, entre policiais federais e policiais rodoviários federais, desembarcaram em Boa Vista para garantir que o processo homologatório fosse efetivado.

### **PF apura responsabilidade de índios em seqüestro**

**Segunda-feira, 02/05/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Seção: PANORÂMICA**

A Polícia Federal vai investigar a responsabilidade de índios e não-índios no seqüestro de quatro policiais federais. Libertados anteontem, eles foram reféns de índios contrários à homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Uma das condições impostas para liberar os reféns era de que índios não seriam presos. Tutelados pela Funai (Fundação Nacional do Índio), eles são incapazes de responder a processos criminais, mas serão investigados mesmo assim. A preocupação da Polícia Federal é saber em quais condições os policiais foram presos.

### **Após 9 dias, índios libertam agentes da PF em Roraima**

**Domingo, 01/05/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A20**

**Helicópteros do Exército transportaram reféns a Boa Vista**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Os índios da comunidade Flechal, no município de Uiramutã (RR), libertaram ontem os quatro policiais federais que eram mantidos reféns desde o dia 22. O seqüestro do agentes federais era um protesto dos índios que são contra a homologação, pelo governo federal, da reserva indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua no Estado.

Depois de manter o delegado federal Alex Sandro Biegas e três agentes presos por nove dias, os índios os libertaram sem que nenhuma de suas exigências tivessem sido atendidas.

Eles querem que a demarcação da reserva seja em ilhas, preservando povoações de não-índios, áreas urbanas, fazendas de não-índios e o chamado polígono do arroz, uma área entre os municípios de Normandia, Uiramutã e Pacaraima, dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, que é o maior pólo produtor de arroz do Estado.

O tuxaua Lauro Barbosa, liderança contra a homologação da reserva em área contínua, acompanhou os reféns até o aeroporto de Boa Vista. Os agentes foram trazidos, com tuxauas de várias comunidades, em dois helicópteros do Exército.

Barbosa disse que o fato de libertar os policiais federais não significa que os índios "perderam". "A gente vai continuar lutando pela nossa integração com os brancos e estamos apenas começando a negociar", disse.

Segundo Barbosa, os reféns foram entregues ao governador "porque o governador é que toma conta de Roraima, não o governo federal". O governador Ottomar Pinto (PTB), que

estava em Manaus até sexta-feira, conseguiu carona em avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para chegar a Boa Vista a tempo de recepcionar os índios e os reféns libertados.

"É claro que o presidente Lula não pode anular a homologação. Seria uma desmoralização, mas estamos negociando para que aconteça uma flexibilização nos termos da portaria, possibilitando um acordo entre todos os envolvidos", afirmou Ottomar Pinto.

Vitória

O governador disse que os índios contra a demarcação saíram vitoriosos, apesar de não terem suas reivindicações atendidas. "Eles (índios) conseguiram chamar a atenção do país para seus problemas, e isso é uma vitória."

Com a libertação dos reféns -que saíram do helicóptero direto para a Superintendência da Polícia Federal sem dar entrevistas-, a comitiva do governo federal que está em Boa Vista iria iniciar negociações com os índios. A condição da comitiva -com representantes dos gabinetes de Segurança Institucional, representantes da Casa Civil e do Ministério da Justiça- era apenas receber a pauta de reivindicações elaborada pelos índios.

### **União promete ceder terras ao Estado**

**Domingo, 01/05/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A20**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governo federal prometeu ao governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), regulamentar uma lei que permitirá a transferência de terras da União para o Estado. A medida servirá como uma contrapartida à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol.

A negociação foi feita na reunião entre o governador, a direção do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e os ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Aldo Rebelo (Coordenação Política), em Brasília, na última terça-feira.

Segundo Ottomar, no encontro, "o governo federal admitiu ser importante a necessidade de entregar terras para o Estado".

"Houve interesse dos ministros em que a questão das terras fosse resolvida para diminuir o desconforto da sociedade com relação àquela perda enorme da reserva Raposa/Serra do Sol", afirmou o governador petebista.

"Lei Marluce"

O mecanismo proposto para a compensar o Estado será destravar a lei número 10.304, de novembro de 2001, conhecida como "Lei Marluce", sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas que até hoje não entrou em vigor.

O ministro Aldo Rebelo confirmou, por meio de sua assessoria, que o governo trabalhará para acelerar a regulamentação da lei como forma de compensar a homologação da terra indígena.

A lei, de autoria da ex-senadora pelo PMDB Marluce Pinto, mulher de Ottomar, autoriza a transferência de terras da União para o Estado de Roraima.

À época, a lei foi aprovada no Congresso, publicada no "Diário Oficial", mas teve um artigo vetado -aquele que permitia sua aplicação na data da publicação.



"O que se colocou [na reunião com ministros e Inbra] foi uma forma jurídica para que fosse cumprida a lei da senadora Marluce Pinto", disse o governador.

De acordo com Ottomar, caso o governo federal regulamente a lei, o Estado conseguiria a posse de uma área -na parte sul de Roraima- equivalente à da reserva Raposa/Serra do Sol (1,747 milhão de hectares).

A Superintendência do Inbra em Roraima informou que os terrenos dos quais o governador se refere correspondem a cinco glebas (Campina, Equador, Mucucuaú, Cachimbo e Santa Maria do Boi Açú), que somam 1,730 milhão de hectares. O órgão não soube informar se as terras estão ocupadas por posseiros.

Estudo

Ainda de acordo com o Inbra de Roraima, caso ocorra a cessão dos terrenos, será assinado um termo de transferência com força de escritura pública.

Para que a lei seja regulamentada, foi exigido do Inbra um estudo detalhado da situação fundiária e produtiva das terras. "Uma penada de Luiz Inácio Lula da Silva dirime definitivamente essa questão", afirmou o governador.

Segundo ele, o Inbra também se comprometeu a enviar técnicos para Roraima, que formarão uma comissão com representantes do Estado, para vistoriar as glebas "que não estão ocupadas e são importantes para a expansão das lavouras de soja e algodão".

## **União endurece e tensão cresce em reserva em RR**

**Sábado, 30/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Reféns são mantidos**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O endurecimento, pelo governo, nas negociações de ontem em Boa Vista (RR) com a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima) pode levar a um desfecho imprevisível a tentativa de libertação dos quatro policiais federais mantidos reféns há oito dias na comunidade do Flechal, próximo a Uiramutã.

As lideranças da Sodiur, que protestam contra a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua, esperavam que os representantes do governo federal concordassem em analisar sua lista de reivindicações. Depois disso, seriam iniciadas as negociações para a libertação dos reféns.

A posição da comitiva que representa o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva - assessores da Casa Civil, do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Justiça - foi clara e inegociável: só aceitariam discutir reivindicações após a libertação do delegado federal Alexander Biegas e dos três agentes federais.

A reunião foi tensa. Ao final dela, ficou decidido que os índios iriam até a comunidade do Flechal, no município de Uiramutã (324 km ao norte de Boa Vista) explicar a situação aos tuxauas (líderes) e guerreiros que mantêm os policiais federais retidos.

O presidente da Sodiur, José Novais Pereira da Silva, 43, disse que iria pedir uma decisão dos índios reunidos no Flechal. "Só eles podem decidir. Vamos ver o que será resolvido", disse. Mas a posição dos tuxauas presentes à reunião já mostrava uma divisão. Enquanto os dirigentes da Sodiur buscavam, claramente, uma "saída honrosa" para a libertação dos reféns, os tuxauas - que possuem guerreiros na área - se mostravam inflexíveis.

É o caso do tuxaua Danilo Roberto Afonso, 54, líder da maloca Monte Muriá 2°. Ele deslocou 38 guerreiros de sua comunidade, de 208 pessoas, e disse que havia determinado a eles que "o momento é para a briga". "Vamos guerrear se não respeitarem nossa casa."

"O governo não vai tolerar [ilegalidade]. Está tendo disposição de negociar porque envolve índios. Mas, se fossem só cidadãos, o governo já teria agido. Como envolve índios, [o assunto] precisa ser tratado com mais cuidado", disse o ministro José Dirceu (Casa Civil) ontem em Montevideú.

Colaborou SILVANA ARANTES, enviada especial a Montevideú

### **Lula deve homologar 46 terras até 2006**

**Sexta-feira, 29/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**RUBENS VALENTE**

**ANA FLOR**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O governo federal pretende homologar 46 terras indígenas até o fim do ano que vem, disse ontem o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Mércio Pereira Gomes, após audiência realizada em Brasília entre 30 lideranças indígenas e o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça).

"Já foram homologadas 54 terras nos dois anos e quatro meses do governo Lula, nós achamos que vamos homologar cerca de cem", disse Gomes.

Os índios entregaram a Bastos um pedido de "declaração imediata como de posse indígena" para 14 terras em diferentes Estados. No documento, os índios dizem que o governo está descumprindo prazos previstos no decreto 1.775/96, que regula os processos de demarcação. Segundo os líderes, o Ministério da Justiça, ao receber os processos, tem um mês para decidir se declara a posse, arquivava ou determina diligência.

"Todas as 14 terras acima citadas foram enviadas ao Ministério da Justiça. Sete foram devolvidas para a Funai sem que nenhuma das opções acima fossem adotadas. (...) Todas, sem exceção, são objeto de interesses políticos e econômicos", diz a carta.

"É preocupante a instituição de idas e vindas dos processos entre a Funai e o Ministério da Justiça. Tal prática tem resultado, em alguns casos, em demoras de até dois anos, extrapolando em muito os prazos previstos no decreto", afirma o documento.

Os líderes também pediram que o governo trabalhe no Congresso para rejeitar matérias que "visem obstruir ou impedir o reconhecimento dos territórios indígenas".

Citaram uma proposta de emenda constitucional do senador Mozarildo Cavalcante (PTB-RR) e um projeto de lei de Delcídio Amaral (PT-MS), líder do PT no Senado. Durante a audiência, os índios estenderam uma faixa e divulgaram uma carta de apoio à decisão do governo de homologar a reserva Raposa/Serra do Sol. O presidente da Funai disse que está enviando a Roraima mais funcionários. Também reafirmou que o ministro Thomaz Bastos não pretende recuar na decisão.

Disse ainda que está se valendo de líderes de outras etnias, como os ianomâmis, "para ajudar no diálogo" com a parte dos índios da reserva (cerca de 2.000, de total de 16 mil)

que se diz contrária à homologação, e tentar libertar quatro agentes da PF mantidos reféns desde a última sexta-feira.

Enquanto esperavam o encontro com Bastos, índios ocuparam o gramado em frente ao Congresso e fecharam o acesso de carros ao subsolo do prédio estendendo faixas e ocupando a avenida.

### **PF prepara resgate dos 4 reféns de índios**

**Sexta-feira, 29/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**Ministro da Justiça diz que homologação da Raposa/Serra do Sol é irreversível, mas que a polícia é paciente**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A Polícia Federal está pronta para resgatar os quatro policiais que foram seqüestrados por índios macuxis, na última sexta, e desde então são mantidos em cárcere privado na comunidade Flechal, localizada na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

Em termos técnicos, há condições para deflagrar o resgate a qualquer momento. A PF, no entanto, tem buscado esgotar o diálogo, o que tem fracassado.

O seqüestro foi um protesto de macuxis da comunidade contra a decisão do governo de homologar a terra indígena Raposa/Serra do Sol de forma contínua, no último dia 16. Os rebelados querem excluir plantações de arroz da área.

"[A demarcação] é irreversível", disse ontem o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na solenidade de inauguração da nova delegacia da PF em Foz do Iguaçu (PR). Segundo Bastos, a demarcação contínua é um fato a se comemorar, após quase 30 anos de negociação. "Não será dado nenhum passo atrás. Há uma diferença muito grande entre discurso e negociações. Acredito que vamos resolver isso numa boa."

Conforme Bastos, há uma "paciência infinita" do governo e da PF para negociar a libertação dos reféns. Mas "é preciso fazer valer o Estado, a ordem" de "um Estado democrático de Direito". A PF suspeita que os índios defendem interesses de arroteiros.

Na segunda, foi instaurado inquérito para apurar o suposto envolvimento do prefeito de Pacaraima, Paulo Cesar Quartiero (PDT), no bloqueio da BR-174, ato também contra a demarcação.

Conhecido plantador de arroz de Roraima, ele é investigado em quatro outros inquéritos federais.

Levantamento da PF revelou que, entre os cerca de 800 índios rebelados, 300 são guerreiros, têm armas e munição em quantidade ignorada e usam flechas com pontas envenenadas.

Para garantir o controle da situação, em caso de um conflito, o Exército mantém mil homens de prontidão.

A pedido do Ministério da Justiça, os militares podem ser escalados para ações de logística e apoio à segurança dos policiais que atuam na região -cerca de 250 homens.

A repórter Andréa Michael viajou a Foz do Iguaçu a convite e em transporte aéreo fornecido pela Polícia Federal

## **Índios fecham campo de pouso contra ação da PF**

**Sexta-feira, 29/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página A11**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Os índios contrários à homologação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, se dividiram sobre a decisão que devem tomar em relação à libertação dos quatro policiais federais mantidos como reféns desde a última sexta-feira.

Na comunidade do Flechal, em Uiramutã, onde estão os reféns, os índios radicalizaram e fecharam o campo de pouso para aviões, para dificultar uma eventual ação de resgate da Polícia.

O acesso por terra à comunidade já estava bloqueado. Enquanto isso, lideranças da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur) aceitaram ontem iniciar uma negociação com a Polícia Federal.

O presidente da Sodiur, José Novais Pereira da Silva, aceitou convocar uma reunião entre as lideranças indígenas, o superintendente da PF no Estado, José Francisco Mallmann, e o coordenador da Operação Upatakon ("nossa terra", em macuxi), delegado Osmar Tavares de Melo.

Melo coordena os mais de 250 homens da Polícia Federal deslocados para a Raposa/Serra do Sol depois da homologação da reserva feita pelo governo federal. Foi a presença deles que provocou a revolta dos índios e o seqüestro do delegado Alexander Biegas e três policiais federais.

(JOSÉ MASCHIO)

## **Severino apóia ação antidecreto, diz governador**

**Sexta-feira, 29/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), disse que recebeu o apoio do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), para articular a votação de projeto para sustar a homologação da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol, no norte do Estado.

"Ele [Severino] se solidarizou com a bancada [de Roraima] e manifestou interesse em submeter à votação, em regime de urgência, projeto que visa a sobrestar os efeitos do decreto do presidente", disse Ottomar à Folha.

Segundo ele, a promessa de "dar um apoio mais firme" foi feita por Severino num almoço reservado, anteontem, na casa do presidente da Câmara. Ottomar disse que Severino também prometeu fazer discurso contra a homologação "para dizer ao presidente Lula que, se não atendesse às reivindicações mínimas, a bancada não irá mais votar com o governo".

A bancada de Roraima, com oito deputados, apresentou projeto na Casa para tentar reverter a homologação da terra. Ontem, as lideranças na Câmara tentavam votar duas das oito medidas provisórias que trancavam a pauta até o fechamento desta edição.

Ottomar chegou a ameaçar deixar o PTB se não recebesse apoio para pressionar o Planalto.

Em viagem para Ipatinga (MG), Severino não foi localizado pela Folha ontem à noite, mas sua assessoria disse que ele "já questionou os critérios da demarcação da área" e que está "muito sensibilizado" com a situação do Estado.

### **Roraima não consegue soltar reféns**

**Quinta-feira, 28/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Índios não fazem acordo com Estado e exigem presença da União**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Fracassou a tentativa do governo de Roraima de intermediar a libertação dos quatro policiais federais mantidos reféns por índios contrários à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol.

No fim da manhã de ontem, uma comitiva do governo havia se deslocado até a comunidade do Flechal, próxima à Uiramutã, para tentar negociar a libertação do delegado federal Alexander Biegas e de três agentes federais.

Segundo o secretário estadual de Comunicação, Rui Figueiredo, a comitiva, com três secretários estaduais, encontrou uma situação "tensa" na comunidade.

Pela manhã, os índios haviam tomado as armas dos policiais e os transferiram para local ignorado dentro da comunidade. Desde sexta-feira, quando foram capturados, os policiais mantinham acordo que lhes permitia que mantivessem as armas, desde que não andassem armados na aldeia. Ontem, o acordo foi revogado.

Segundo Figueiredo, os índios não aceitam a intermediação do governo estadual e exigem "um interlocutor do governo federal com poder de decisão".

Segundo ele, os índios disseram à comitiva que sabem que a PF tentará resgatar os policiais e que irão guerrear contra a tentativa. Ontem, o governo de Roraima recusou pedido da PF de cessão de cem PMs para auxiliar em resgate. A Folha apurou, no entanto, que a PF considerava a intermediação do governo como última tentativa para solução pacífica. A PF já teria estratégia para invasão da comunidade e resgate.

Governador de Roraima

Irritado com a resistência da União em oferecer contrapartida à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, o governador de Roraima, Ottomar Pinto, ameaça deixar o PTB. Em Brasília desde anteontem, reclamou ter ficado isolado em meio à polêmica sobre o decreto e cobrou "apoio ostensivo" de lideranças do partido.

O presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), confirmou a ameaça. Segundo deputados, em almoço com Ottomar Pinto, Severino Cavalcanti disse ser contra à homologação contínua.

### **Índio diz que só solta refém se reserva cair**

**Quarta-feira, 27/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Antes, líderes condicionavam libertação de policiais a ida de ministro à reserva Raposa/Serra do Sol**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM UIRAMUTÃ**

Os índios ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) que mantêm quatro policiais federais reféns na comunidade Flechal, desde a última sexta-feira, decidiram radicalizar. Eles condicionam a libertação dos policiais à revogação, pelo governo federal, da portaria que homologou a reserva Raposa/Serra do Sol em área contínua.

Os índios querem a homologação em ilhas, deixando de fora da reserva áreas urbanas e propriedades rurais e comunidades de não-índios, especialmente de produtores de arroz. Antes, eles condicionavam a libertação dos reféns à visita do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na área. Ontem, os tuxauas (líderes) que receberam a reportagem da Folha mudaram o discurso.

"A liberação vai acontecer só com a revogação da portaria. Não aceitamos ser isolados. O índio quer se desenvolver, melhorar de vida, e o governo quer a gente isolado. Isso não vamos aceitar", disse o tuxaua Jonas Marcolino, líder da maloca Contão. Estudante de direito, Marcolino disse que os índios querem as escolas nas comunidades \_mantidas hoje pelo governo estadual\_ e não "voltar à idade da pedra lascada".

O líder da maloca Nova Vida, tuxaua Amazonas, quer mais. Além de exigir a revogação da portaria, ele defende "um movimento nacional para o impeachment de Lula, que não defende os interesses nacionais, mas governa sob pressão internacional".

O líder da comunidade Flechal, tuxaua Altevir de Souza, candidato derrotado a vereador pelo PT nas últimas eleições em Uiramutã, não permitiu que a Folha entrevistasse os policiais federais mantidos reféns. Segundo ele, os policiais estavam bem e "fora da comunidade, se refrescando".

Os quatro reféns, no entanto, foram mantidos em uma casa, próximo à uma cozinha comunitária, durante praticamente todo o tempo em que a reportagem da Folha esteve no local.

Os índios fizeram um acordo com o delegado Alexander Biegas e os três agentes para que eles mantivessem suas armas. Eles, porém, não podem caminhar armados pela aldeia. O avião que levou a imprensa até a comunidade Flechal foi recepcionado por um grupo de cerca de 60 guerreiros, armados de flechas e pintados, comandados pelo tuxaua Abel Barbosa. Na comunidade vivem 750 macuxis.

Depois das entrevistas, os jornalistas foram levados à cozinha comunitária e convidados "a merendar" por Altevir de Souza. O tuxaua fez questão que se experimentasse o pajuaru \_uma bebida fermentada à base de mandioca, de sabor agridoce. É costume macuxi beber o pajuaru antes e depois das refeições.

Somente depois que os convidados e as lideranças almoçaram, um macuxi anunciou, gritando na sua língua materna, o horário do almoço. Em menos de cinco minutos uma multidão de crianças, mulheres e homens formaram fila em torno da cozinha comunitária.

**Descontentes são minoria, afirma Funai**

**Quarta-feira, 27/04/2005**  
**Editoria: BRASIL Página: A6**  
**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente da Funai, Mércio Pereira, disse que os índios da reserva Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, que são contrários à demarcação da área representam "uma minoria barulhenta" e conclamou os outros índios a convencê-los de que a medida não os prejudicará.

Pereira estava no encontro de autoridades do governo federal com cerca de 500 representantes de povos indígenas. Segundo ele, essa minoria equivale a 20% dos 15 mil índios da região.

Rolf Hackbart, presidente do Incra, disse que a União negocia com o Estado de Roraima disponibilizar 150 mil hectares de terras que ficam fora da reserva para compensar supostos prejuízos econômicos com a demarcação. Hoje os índios pretendem se reunir com os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Severino Cavalcanti (PL-PE).

#### **Professores na reserva denunciam ameaças**

**Quarta-feira, 27/04/2005**  
**Editoria: BRASIL Página: A6**  
**SILVIO NAVARRO**  
**DA AGÊNCIA FOLHA**

Dois professores que trabalham em escolas localizadas dentro da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, denunciaram ontem ao Ministério Público Federal que vêm sofrendo sucessivas ameaças de morte desde a homologação da área.

A demarcação da terra indígena abrange uma área de cerca de 1,7 milhão de hectares e abriga 15 mil índios de cinco etnias.

Conforme depoimento do coordenador do Centro de Formação Macuxi, Telmo Ribeiro Paulino, 32, dado ontem à Procuradoria da República em Roraima, as ameaças foram feitas de um telefone público, "por uma voz masculina". Ele disse desconhecer o autor.

Num dos telefonemas, segundo o professor, uma pessoa disse que "sabia" que ele estava na cidade e que, "com sua amiga", seriam "pegos a qualquer momento". Disse ainda que, se não conseguissem, pegariam suas famílias.

A amiga citada no depoimento é a coordenadora da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, Pierlângela Nascimento da Cunha, 29, que também levou o caso ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal.

Os dois professores prestaram novo depoimento na tarde de ontem à PF, que apura o caso. Por recomendação do Ministério Público e da polícia, não voltarão às escolas durante as investigações.

Como algumas das chamadas foram feitas para seu telefone celular, Paulino conseguiu rastrear o telefone público na reserva.

Paulino e Pierlângela da Cunha atuam como uma espécie de supervisores das 60 escolas existentes nos limites da Raposa/Serra do Sol. A professora também leciona para crianças indígenas. Ambos são referências na região sobre direito indígena e eram defensores da homologação da reserva contínua no Estado.

"Batalhamos muito pela questão da Raposa. Isso dá uma certa visibilidade", disse ela. "É só eu chegar em casa que o telefone começa a tocar. Tive até de mudar de rotina", completou.

De acordo com Paulino, a "ameaça mais pesada" foi feita no dia 21 de abril, citando seus familiares. À Procuradoria, ele disse temer pela vida de sua filha de 11 anos. O medo é compartilhado pela professora, que tem um filho da mesma idade.

Na semana passada, outro professor, Fabio Almeida de Carvalho, que coordenava o Núcleo Insiquiran de Formação Superior Indígena \_um tipo de faculdade\_, já havia denunciado que vinha sofrendo ameaças similares.

Em seguida, ele foi atacado com uma bomba caseira, atirada contra o seu carro de madrugada. Desde então, deixou o Estado.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) divulgou nota na qual afirma "condenar veementemente essas agressões covardes contra a integridade física e psicológica que afeta famílias inteiras".

"Ressaltamos que estas ameaças não intimidam a quem tem convicção que atua na defesa legítima e legal de seus direitos ancestrais", diz o texto da entidade.

## **PROTESTOS CONTRA A HOMOLOGAÇÃO**

**Quarta-feira, 27/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

### **. BLOQUEIO**

Desde domingo, continua bloqueada por índios e não-índios a BR-174, que liga Pacaraima a

Santa Elena de Uairén (Venezuela). Também está bloqueada, na altura da comunidade de Contão, a rodovia estadual RR-202, que dá acesso às cidades de Uiramutã e Normandia

### **. CHÁVEZ**

O prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (PDT), recorreu ao prefeito de Santa Elena para pedir que o presidente Hugo Chávez intervenha na decisão de Lula

### **. PFs REFENS**

Ainda são mantidos reféns 4 policiais federais, desde sexta-feira, por índios da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima). A Sodiur, que é contra a homologação decretada por Lula em 15 de abril e diverge do CIR (Conselho Indígena de Roraima), é formada por macuxis e uapixanas. Para libertar os reféns, exigem a presença do ministro da Justiça ou do presidente da Funai. Na segunda-feira, a PF enviou 73 homens para reforçar a operação de 140 policiais na reserva. Até o fim desta semana, mais 47 homens irão à região

### **. PRODUTORES**

Protesto em Boa Vista, no último dia 20, reuniu, segundo a PM, mais de 15 mil pessoas. A queixa contra a decisão da União é feita por arrozeiros, que devem deixar a terra em até um ano, após indenização

### **. GOVERNADOR**

No dia 19, o governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), protocolou ação na Justiça Federal contra a homologação. O governador, assim como o prefeito de Pacaraima e a prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), é contrário à homologação



## **Exército prepara mil homens para RR**

**Quarta-feira, 27/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A pedido do Ministério da Justiça, o Exército colocou mil homens de prontidão para uma eventual ação de emergência em Roraima. O Estado é palco de tensões entre índios, arroteiros e políticos em decorrência da homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em 15 de abril.

Atualmente, os militares instalados na região atuam para facilitar a logística e fornecer alimentação aos policiais em missão no local. Se o novo contingente do Exército for acionado, é possível que os soldados também participem de ações de segurança.

Até o final da semana, a Polícia Federal irá deslocar mais 47 homens para Roraima, que se juntarão aos 230 policiais federais e rodoviários enviados recentemente.

O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB) \_que é contra a homologação\_, reuniu-se em Brasília com os ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Aldo Rebelo (Coordenação Política), mas não houve acordo. "Se aceitar isso, estou sepultado politicamente", disse o governador sobre a proposta de ceder ao Estado 150 mil hectares para assentar famílias que terão de deixar a reserva.

Na segunda, a PF instaurou inquérito para apurar o suposto envolvimento do prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (PDT), no fechamento da BR-174, que liga o Brasil à Venezuela, e no seqüestro de quatro policiais federais, na última sexta.

Ambas as ações seriam represálias à decisão do governo de homologar a terra indígena Raposa Serra do Sol como um território contínuo, em detrimento de interesses principalmente de arroteiros que atuam no Estado.

Produtor agrícola, Quartiero é investigado em quatro outros inquéritos policiais por suspeita de envolvimento em seqüestros de agentes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), da Funai (Fundação Nacional do Índio) e de missionários que atuavam em escola situada na terra indígena. Também é investigada a suposta participação de Quartiero na destruição de quatro malocas (habitação que abriga várias famílias de índios). Sobre os restos das casas foram pintadas suásticas nazistas.

O prefeito não respondeu ao recado deixado pela Folha em seu telefone celular no final da tarde de ontem. Procurado pela Folha, o Centro de Comunicação do Exército não respondeu ao e-mail no qual a reportagem buscou detalhar como seria uma eventual atuação dos militares na região da reserva Raposa/Serra do Sol.

## **Prefeito põe cidade de reserva em emergência**

**Terça-feira, 26/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Executivo de Pacaraima, que organizou bloqueio em BR, critica 'forças de ocupação' em Raposa/Serra do Sol**

**JOSÉ MASCHIO**

## **EDUARDO KNAPP ENVIADOS ESPECIAIS A PACARAIMA**

No segundo dia de bloqueio da rodovia BR-174, que liga o Brasil à Venezuela pelo Estado de Roraima, o prefeito de Pacaraima, Paulo César Justo Quartiero (PDT), 52, decretou "estado de emergência" no município. Ele justificou a medida em razão "da ingerência das forças federais de ocupação" nas comunidades rurais.

O bloqueio na BR-174 é um protesto organizado por moradores índios e não-índios de Pacaraima contra a homologação, pelo governo federal, da reserva Raposa/ Serra do Sol em área contínua.

Quartiero, que esteve à frente da organização do bloqueio, acusa "as tropas federais de ocupação" de impedir o trânsito de ônibus escolares na área rural e nas comunidades indígenas e de dificultar o trabalho das equipes de assistência à saúde dos índios.

Com a decretação do estado de emergência, o município pode requisitar propriedades de particulares e fazer contratos sem necessidade de licitações. O superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Francisco Mallmann, criticou a atitude do prefeito.

"Ele quer criar um fato político. A Operação Upatakön ("nossa terra", em macuxi) é justamente para garantir a ordem. É mentira que ela esteja atrapalhando o trânsito de ônibus escolares ou do pessoal da saúde", disse.

No início da tarde de ontem houve um momento de tensão no bloqueio. Tuxauas (líderes) pintados e ostentando cocares exigiram que a Polícia Federal desmontasse uma tenda do Exército, instalada a menos de cinquenta metros do local do bloqueio.

Em discurso em macuxi \_traduzido pelo vice-prefeito Anísio Pedrosa Lima (PSDC), também tuxaua macuxi\_, o tuxaua Patrício Padilha disse aos policiais federais que eles não eram "queridos no local e que deveriam se retirar". Depois de certa hesitação, os policiais federais e soldados do Exército desmontaram a tenda. Os policiais se deslocaram para o posto da PF na fronteira com a Venezuela, distante 500 metros do bloqueio.

### **Reféns**

Permanecia inalterada, até o fim da noite de ontem, a situação dos quatro policiais federais mantidos reféns desde a última sexta-feira por cerca de 1.300 índios na comunidade Flechal, no município de Uiramutã.

O superintendente da PF em Roraima, José Francisco Mallmann, disse ontem que a tática da PF para libertar os reféns será "o diálogo até a exaustão". Ele afirmou ter a expectativa de que os policiais sejam libertados no máximo até amanhã.

"Eles [os índios] já conseguiram o que queriam, que era dar publicidade ao seu descontentamento. Agora, quanto mais deixarem os policiais presos, menos apoio da sociedade irão ter", afirmou. Mallmann descartou o uso de força para resgatar os policiais.

A disposição é diferente com relação ao bloqueio da BR-174. "O bloqueio está impedindo o legítimo direito de ir e vir e causa transtornos em uma área de fronteira. Vamos desobstruir a rodovia e medidas para isso já estão sendo tomadas", afirmou.

Ontem desembarcaram na capital roraimense 73 agentes da PF, mas eles só serão incorporados à operação hoje.

## **Executivo de Pacaraima recebe cônsul da Venezuela e pede para ver Chávez**

**Terça-feira, 26/04/2005**

**Autor: JOSÉ MASCHIO**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA**

O prefeito de Pacaraima, Paulo César Justo Quartiero (PDT), 52, recebeu na manhã de ontem o cônsul da Venezuela em Boa Vista, Rafael Medina, na sede da prefeitura da capital de Roraima. Foi mais uma tentativa para "internacionalizar" o debate sobre a homologação da Raposa/Serra do Sol. Quartiero disse que a conversa com o cônsul "foi proveitosa, já que existe preocupação das autoridades da Venezuela em razão do despovoamento da região".

Na reunião, Quartiero solicitou audiência com o presidente Hugo Chávez. Ele já havia pedido, na semana passada, ajuda ao alcaide (equivalente a prefeito) de Santa Elena do Uairén, Manuel de Jesus Vallez, para o mesmo fim. No próximo dia 30, está programada a presença de Chávez em Santa Elena, para inaugurar as ampliações do aeroporto internacional.

"Tenho a promessa de que terei um tempo para falar com Chávez. Vou mostrar a ele o perigo que é o despovoamento do lado brasileiro e também o aumento da vulnerabilidade da Venezuela." Pacaraima já teve toda a área urbana homologada para a reserva São Marcos, em 1991. A homologação da Raposa/Serra do Sol absorveu o restante da área rural.

As duas fazendas que Quartiero possui, com 9.200 hectares no total, estão dentro da reserva, em Normandia e Pacaraima.

(JM)

**Incrá prepara plano de abrigo para 'expulsos'**

**Terça-feira, 26/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Roraima, João Batista Ferreira dos Santos, disse ontem que o órgão prepara um plano emergencial para acelerar o assentamento das famílias que terão de deixar a área indígena Raposa/Serra do Sol.

De acordo com a página do Incra na internet, o superintendente afirmou que técnicos do órgão criarão três pólos, de 50 mil hectares cada um (cada hectare equivale a dez mil metros quadrados), para assentar as famílias que hoje estão em áreas indígenas.

Ainda segundo o Incra, cerca de 600 famílias terão de ser deslocadas, já que vivem nas áreas Raposa/Serra do Sol e São Marcos (homologada em 1993).

O órgão diz em sua página na internet que conta neste ano com R\$ 42 milhões para assentar 2.800 famílias no estado.

**Só 8 fazendeiros controlam reserva, diz Incra**

**Terça-feira, 26/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

## **Relatório diz que as maiores produtoras de arroz pertencem ao prefeito de Pacaraima; fazendas não estão regularizadas**

**SILVIO NAVARRO  
DA AGÊNCIA FOLHA**

Um relatório elaborado por técnicos do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aponta que a produção de arroz na região da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, se concentra nas mãos de apenas oito fazendeiros.

O laudo foi feito em 2004, durante as discussões sobre a homologação da área, e serviu para referendar a decisão do governo federal. A reserva tem cerca de 1,7 milhão de hectares e abriga 15 mil índios de cinco etnias.

Segundo o Incra, o governador Ottomar Pinto (PTB) só recebeu uma cópia do relatório em abril deste ano, pouco antes de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar o decreto de homologação da área, no dia 15 deste mês.

No texto, os técnicos do órgão afirmam que foram identificadas e vistoriadas 18 propriedades, das quais 14 possuíam lavouras de arroz. Dessas 14, diz o documento, apenas duas realizam duas safras anuais, que beneficiam oito grandes produtores do Estado.

"O arrendamento de terras para o cultivo de arroz é uma prática comum nos imóveis contidos nas áreas de várzeas, permitindo uma ampliação da área cultivada por empresários mais capitalizados", diz o relatório.

O Incra aponta que as propriedades avançam num espaço de 58.241 hectares nos limites da reserva. A maior parte dos terrenos, entretanto, não é usada para o cultivo de arroz (14.981 ha), mas serve para pecuária (43.981 ha).

Além disso, conforme o Incra, as fazendas têm problemas fundiários: das 18, apenas cinco são tituladas pelo órgão. As demais são de "livre ocupação".

Por exemplo: as duas principais produtoras de arroz, conforme o relatório, são as fazendas Depósito e Providência, cujo proprietário é o prefeito de Pacaraima, Paulo César Justo Quartiero (PDT).

Juntas, contabilizam 9.200 hectares, com a maior parte do terreno (cerca de 70%) destinada à rizicultura. Ambas não possuem regularização fundiária.

O objetivo do documento, conforme aparece na última página, "é derrubar mitos e afirmações que se cultuaram durante todo o processo de discussão e condução da questão relativa à reserva".

"Conclui-se que é perfeitamente viável a transferência das lavouras desenvolvidas na área para outras várzeas localizadas na mesma região, sem que isso caracterize prejuízo ou mesmo perda da produtividade por parte dos envolvidos", diz o texto.

Um dos argumentos do governo estadual e dos arroseiros para protestar contra a retirada das famílias da área é que comprometeria pequenos agricultores.

Para tratar da produtividade, o documento do Incra mistura dados de um estudo da Embrapa de Roraima, de 2003, com o trabalho de campo dos técnicos.

Apesar de não ser um expoente na produção nacional, Roraima é referência em produtividade (toneladas colhidas por hectare plantado), com média de 5,3 ton/ha na safra 2004/05, segundo dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

É o quarto melhor índice do país, com desempenho próximo ao do Rio Grande do Sul (5,6 ton/ha). Santa Catarina possui o melhor índice, com 7 ton/ha.

Segundo o Incra, a estimativa de produtividade para 2004 era de 6,5 ton/ha, uma média anual de 92 mil toneladas. Pelo cálculos do órgão, tomando o preço da tonelada de arroz em casca de R\$ 600, o valor bruto da produção atingiria cerca de R\$ 55,6 milhões.

### **Aldeia onde estão 4 reféns reúne mais de 1.300 índios**

**Segunda-feira, 25/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Manifestantes bloqueiam estrada que liga Pacaraima a Venezuela**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Aumentou a tensão na área indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, com índios contrários à homologação contínua da reserva se concentrando em torno da maloca Flechal (a cerca de 26 km do município de Uiramutã). Desde sexta-feira, quatro policiais federais são mantidos reféns no local. Na tarde de ontem, já eram mais de 1.300 índios reunidos.

Os índios, que também mantêm bloqueada a principal estrada de acesso a Uiramutã, na comunidade do Cantão, não cumpriram a promessa feita ao administrador regional da Funai em Roraima, Gonçalo Teixeira dos Santos, 40, de que iriam liberar os policiais federais na manhã de ontem.

Segundo Santos, os índios haviam prometido a ele e ao delegado da PF, Osmar Tavares, comandante da operação Upatakon, que os policiais seriam liberados. "Amanhã [hoje] pela manhã vamos nos reunir com os líderes indígenas e a PF para encontrar uma solução", disse Santos.

Moradores e índios de Pacaraima (219 km de Boa Vista) fecharam no início da noite de ontem a BR-174, rodovia federal e única via de acesso à Venezuela, em protesto contra a homologação.

Os manifestantes se aglomeraram a um quilômetro do posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado para fechar a BR. Foram utilizados caminhões, carros e pedras para fazer o bloqueio.

No local também funcionam postos da PF e da Polícia Rodoviária Federal. Participam também do protesto cerca de 200 índios pintados como se estivessem se preparando para uma guerra.

Com a homologação contínua da reserva, arroteiros e não-índios terão um ano para deixar a área de 1,75 milhão de hectares, conforme decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O advogado da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, Luiz Valdemar Albrecht, disse que os índios devem manter os reféns "até que o ministro da Justiça vá à reserva". Eles exigem também o fim da operação, que tem 140 policiais. Segundo a PF, deve chegar hoje a Boa Vista um reforço de 73 homens.

### **ENTENDA A POLÊMICA DA RESERVA**

**Segunda-feira, 25/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

## **A área indígena Raposa/Serra do Sol é a segunda maior do país**

### **DEMARCAÇÃO**

Em 15 de abril, o governo federal homologou de forma contínua a reserva Raposa/Serra do Sol, área identificada como indígena pela Funai em 1993. Com a homologação, ficam proibidos o trânsito e a permanência de pessoas não índias dentro do perímetro da reserva, ressalvadas a presença de autoridades federais. Em 18 de abril, a PF iniciou ação para assegurar a efetivação da homologação, com patrulhamento efetivo de 60 homens da PF e 40 da Polícia Rodoviária Federal

### **JUSTIÇA**

Em 19 de abril, Ottomar Pinto (PTB), governador de Roraima, protocolou ação na Justiça Federal contra a demarcação. O governo é contrário à retirada de fazendeiros e outros não-índios da reserva. A prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), deve entrar até o fim de abril com ação no Supremo Tribunal Federal para contestar a portaria que definiu os limites da terra indígena. De acordo com ela, a portaria teria ferido o princípio federativo ao excluir apenas a sede de Uiramutã da homologação contínua

### **PROTESTOS**

Desde a demarcação, houve três protestos em Boa Vista. Um deles, em 20 de abril, reuniu, segundo a PM, entre 15 mil e 20 mil pessoas. A principal queixa é feita por arrozeiros, que devem perder plantações, mas serão indenizados, segundo estabeleceu a portaria

### **AJUDA DE FORA**

Entre os arrozeiros está o também prefeito de Pacaraima (parte do município fica dentro da reserva), Paulo César Justo Quartiero (PDT), que recorreu à vizinha Venezuela: quer uma audiência com o presidente Hugo Chávez para que ele intervenha na decisão brasileira

### **PRESSÃO**

Na última sexta-feira, quatro agentes da Polícia Rodoviária Federal foram feitos reféns por um grupo de índios macuxi de Uiramutã pertencentes a Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima. Na manhã do sábado, integrantes da Funai, da PF e do Exército embarcaram para o local para negociar a libertação dos reféns. Ontem, o tuxaua macuxi Lauro Barbosa afirmou, porém, que só negocia com o presidente da República, com o ministro da Justiça ou com o presidente da Funai. Barbosa diz que eles são contrários à homologação de Raposa/Serra do Sol porque ela isolaria os indígenas

## **Juiz diz temer guerra entre indígenas**

**Segunda-feira, 25/04/2005**

**Autor: JOSÉ MASCHIO**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O juiz estadual Alcir Gursen de Miranda, especialista em direito indígena, disse temer que a divisão entre os índios sobre a homologação da reserva possa deflagrar uma guerra "sem precedentes entre as próprias nações indígenas".

Miranda, que coordenou um grupo de especialistas na publicação do livro "Área Indígena Raposa/Serra do Sol - uma Visão Regional", disse que o conflito entre a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e o CIR (Conselho

Indígena de Roraima) vai "para um processo de ruptura e confronto armado iminente". Ele afirmou que estará amanhã em Brasília em reunião entre o governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), e os ministros Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e José Dirceu (Casa Civil). "Vou alertar os ministros sobre esse perigo iminente", disse.

O pesquisador lembrou também que, ao homologarem a reserva, o governo federal e a Funai não respeitaram fatores étnicos. Segundo ele, a nação ingaricó não aceita se relacionar com as outras e exige uma área de 90 mil hectares na reserva Monte Roraima.

O administrador da Funai em Roraima, Gonçalo Teixeira dos Santos, disse que serão os índios quem irão definir seus espaços. O coordenador do CIR, o macuxi Marinaldo Justino Trajano, disse que o juiz Miranda "é um histórico defensor da reserva em ilhas" e que exagera sobre o perigo de um confronto. "Não será por incitação de brancos que iremos brigar com nossos parentes."

(JM)

### **Governador de RR quer compensação do Incra**

**Domingo, 24/04/2005**

**Editorial: BRASIL Página: A12**

**'Não estamos num regime stalinista', diz Ottomar Pinto, que vê ação 'para evitar integração da Amazônia'**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Pressionado por produtores rurais e lideranças políticas de Roraima, o governador Ottomar Pinto (PTB), 73, exigirá do Incra o repasse de 4 milhões dos cerca de 7 milhões de hectares de terras da União ao Estado como contrapartida à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, cuja extensão soma 1,7 milhão de hectare.

Para forçar uma reação à medida, Ottomar Pinto vai a Brasília na próxima terça-feira buscar apoio da direção do seu partido e de outras siglas no Congresso Nacional.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista, concedida por telefone à Folha.

\*

Folha - Para o sr., qual seria a solução prática para apaziguar a situação no Estado?

Ottomar - Nossas pretensões são mínimas. Queremos que as comunidades de Socó, Mutum, Água Fria e Surumu sejam preservadas. O ministro Aldo Rebelo [Coordenação Política] falou que num Estado de Direito ele não vê como a União vai tirar as comunidades de lá. Isso não é stalinismo. Não estamos vivendo num regime stalinista, é um regime democrático. Não pode tirar a população assim. Segundo: queremos que 4 milhões dos 6 milhões, quase 7 milhões de hectares, sejam para a reforma do patrimônio do Estado, porque, antes de o Incra existir, já eram nossos.

Folha - O sr. espera por um recuo do governo federal?

Ottomar - Isso não é recuo. As terras do Incra passariam para nós, as quatro comunidades seriam preservadas e o local onde se pretende construir uma usina hidrelétrica seria mantido como da União. A área dos arrozais, não dos arroseiros, não tem suporte antropológico. Só pode ser pirraça da Funai querer estender essa área. É um movimento orquestrado para evitar a integração da Amazônia.

Folha - O sr. move uma ação contra a homologação da reserva e na terça-feira vai a Brasília. A intenção é fazer uma pressão política no Congresso para reverter a medida?

Ottomar - Reverter, não. O governo brasileiro tem de sair prestigiado, mas readequar, compatibilizar diante da ortodoxia da Funai e do Ministério da Justiça. O deputado Roberto Jefferson [presidente do PTB] é um homem conciliador e vai conosco buscar uma solução com o ministro [José] Dirceu [Casa Civil]. Espero pela intervenção do PTB nacional, do PL e do PP do Severino [Cavalcanti, presidente da Câmara], que está nessa. E o PFL. Entendo que essa força política fará com que o presidente passe a olhar com mais interesse as demandas do Estado, que são mínimas. Aquela gente vai ser banida do solo que seus ancestrais defenderam.

Folha - O sr. defende que a União repasse parte das terras ao Estado em meio ao conflito sobre a homologação da reserva?

Ottomar Pinto - Vivemos dependentes da União. E o pior é que as decisões do governo federal são decisões que se chocam com as nossas necessidades. O Incra tinha 7 milhões de hectares [de terras em RR], descontados os 800 mil hectares que serão intitulados a particulares, sobriariam 6 milhões para o Incra. Queremos que pelo menos devolvam ao Estado esses hectares. Essas terras não são do Incra, porque antes de o Incra existir já existia o povo de Roraima, que é o verdadeiro dono dessas terras. Em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Paraná o Incra tem terras? Não tem. A Constituição diz que as terras da União são aquelas necessárias às construções de instalações militares, rodovias e ferrovias. O resto é do Estado e dos municípios.

## **ENTENDA A POLÊMICA DA RESERVA**

**Segunda-feira, 25/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

A área indígena Raposa/Serra do Sol é a segunda maior do país

. 1,75 mi de hectares é a área da reserva Raposa/Serra do Sol, o equivalente a 11 vezes a cidade de São Paulo

. 15 mil índios das etnias macuxi, uapixana, taurepangue, patamona e ingaricó vivem na área divididos em 512 aldeias

### **DEMARCAÇÃO**

Em 15 de abril, o governo federal homologou de forma contínua a reserva Raposa/Serra do Sol, área identificada como indígena pela Funai em 1993. Com a homologação, ficam proibidos o trânsito e a permanência de pessoas não índias dentro do perímetro da reserva, ressalvadas a presença de autoridades federais. Em 18 de abril, a PF iniciou ação para assegurar a efetivação da homologação, com patrulhamento efetivo de 60 homens da PF e 40 da Polícia Rodoviária Federal

### **JUSTIÇA**

Em 19 de abril, Ottomar Pinto (PTB), governador de Roraima, protocolou ação na Justiça Federal contra a demarcação. O governo é contrário à retirada de fazendeiros e outros não-índios da reserva A prefeita de Uiramutã, Florany Mota (PT), deve entrar até o fim de abril com ação no Supremo Tribunal Federal para contestar a portaria que definiu os limites da terra indígena. De acordo com ela, a portaria teria ferido o princípio federativo ao excluir apenas a sede de Uiramutã da homologação contínua

### **PROTESTOS**

Desde a demarcação, houve três protestos em Boa Vista. Um deles, em 20 de abril, reuniu, segundo a PM, entre 15 mil e 20 mil pessoas. A principal queixa é feita por



arrozeiros, que devem perder plantações, mas serão indenizados, segundo estabeleceu a portaria

#### AJUDA DE FORA

Entre os arrozeiros está o também prefeito de Pacaraima (parte do município fica dentro da reserva), Paulo César Justo Quartiero (PDT), que recorreu à vizinha Venezuela: quer uma audiência com o presidente Hugo Chávez para que ele intervenha na decisão brasileira

#### PRESSÃO

Na última sexta-feira, quatro agentes da Polícia Rodoviária Federal foram feitos reféns por um grupo de índios macuxi de Uiramutã pertencentes a Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima. Na manhã do sábado, integrantes da Funai, da PF e do Exército embarcaram para o local para negociar a libertação dos reféns. Ontem, o tuxaua macuxi Lauro Barbosa afirmou, porém, que só negocia com o presidente da República, com o ministro da Justiça ou com o presidente da Funai. Barbosa diz que eles são contrários à homologação de Raposa/Serra do Sol porque ela isolaria os indígenas

### **Lula afirmou que pressão estrangeira influenciou na demarcação, diz Ottomar Domingo, 24/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

### **Lula afirmou que pressão estrangeira influenciou na demarcação, diz Ottomar DA AGÊNCIA FOLHA**

Folha - O PT vai iniciar um trabalho para difundir a idéia de uma contrapartida do governo federal à homologação da reserva em Roraima. O que o sr. acha disso?

Ottomar - Gastamos com educação R\$ 300 milhões por ano. Dessa quantia, R\$ 80 milhões são em comunidades indígenas, mais que o governo federal quer "botar" aqui. Temos só na Raposa mais de 61 escolas e motores de energia que iluminam as comunidades indígenas e fazem com que vejam televisão. Esses motores são nossos. Quero ver como a Funai vai mandar combustível para esses lugares. É muito fácil dizer, mas fazer é impraticável.

Folha - Seu argumento, então, é que o tamanho da reserva não condiz com o da população indígena?

Ottomar - São 17 mil km<sup>2</sup> para 15 mil índios. Nós vivemos em 20 mil km<sup>2</sup> para 420 mil brasileiros. Queria que fosse dado aos brasileiros de Roraima o mesmo tratamento que a Funai dá aos índios.

Folha - O sr. teme um impacto negativo da demarcação da reserva na economia do Estado?

Ottomar - Claro. Quem que vai querer investir se não há espaço?

Folha - Há rádios de Roraima pregando que a medida atende a interesses dos EUA. Como o sr. vê isso?

Ottomar - O presidente Lula disse na minha frente e da bancada [de RR] que toda vez que ia ao exterior recebia pressões e reclamações favoráveis à homologação da reserva. Disse que ele tinha pressa em atender a essas demandas.

Folha - O sr. vê risco de conflito entre índios de diferentes etnias?

Ottomar - Sim. O prefeito de Normandia [Orlando Justino, do PSB] teme que o isolamento dos índios suscite conflitos. É um prefeito índio. Os índios na região são

prefeitos, advogados e professores. São equiparados pela portaria do presidente a antropófagos [quem come carne humana].

### **Cidade recorre a Chávez contra demarcação**

**Domingo, 24/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Prefeito de Pacaraima pede audiência com o presidente venezuelano contra homologação de reserva indígena**

**JOSÉ MASCHIO**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

A população de Pacaraima (219 km de Boa Vista, Roraima), na fronteira com a Venezuela, está revoltada com a ameaça de extinção de seu município com a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Essa revolta gerou um sentimento anti-Lula e anti-PT no município e a busca de socorro ao presidente do país vizinho, Hugo Chávez.

Na cidade, que possui 7.300 habitantes, somadas as zonas urbana e rural, são comuns pichações em muros, nas quais o presidente Lula é tratado como "traidor" e "covarde".

Os carros chegam a trafegar pelas ruas do município com mensagens escritas na lataria como "Roraima também é Brasil", "Lula covarde" e "Lula traidor".

Também é quase consensual entre os moradores que foram ouvidos pela Folha que o presidente Chávez teria posição diferente a respeito da homologação.

O presidente da Associação Comercial de Pacaraima, o mineiro Severo Bacetti, 42, afirma que as "mesmas pressões internacionais para despovoar a região existem no lado venezuelano, mas o presidente Chávez considera Santa Elena de Uiarén [cidade venezuelana vizinha de Pacaraima] área de segurança nacional".

**Ajuda internacional**

A homologação da reserva, que seria um problema nacional, ganhou contorno internacional depois que o prefeito Paulo César Justo Quartiero (PDT), 52, pediu ajuda na última semana ao alcalde (equivalente a prefeito) de Santa Elena de Uiarén, o chavista Manuel de Jesus Vallez, para marcar uma audiência com o presidente venezuelano.

O prefeito justifica a "internacionalização" do problema: segundo Quartiero, Pacaraima é a mais densa povoação do Brasil no extremo norte brasileiro.

"É mais que estratégico, não só em termos de geopolítica brasileira mas também latino-americana, uma vez que é o nosso ponto mais próximo da nação hegemônica [os EUA]", diz.

O prefeito lembra que os Estados Unidos possuem conselheiros militares nas vizinhas Colômbia e Guiana e que "o despovoamento dessa região no Brasil vai provocar um isolamento ainda maior da Venezuela".

A portaria do presidente Lula de 13 de abril último, que homologou a reserva, avançou sobre o que restava de áreas do município de Pacaraima. Em 1991, com a criação da reserva São Marcos, a parte urbana da cidade já havia sido anexada à reserva.

Desde essa época, a disputa dos moradores é na Justiça.

Existem 497 ações judiciais da União contra proprietários de casas e de lojas comerciais de Pacaraima. Em cem dessas ações, os proprietários já foram intimados a sair de suas propriedades.

O presidente da associação comercial é um desses intimados. Os terrenos onde estão sua papelaria e três outras lojas são reivindicados pela União. Ele chegou à cidade em 1990 e afirma que, apesar da homologação da reserva São Marcos, em 1991, o município continuou crescendo, "graças a uma relação comercial vantajosa para o Brasil com a Venezuela".

O comércio de Pacaraima abastece a vizinha Santa Elena de Uiarén com confecções, aves, carne bovina, frios e madeira.

Da Venezuela, chegam gasolina \_contrabandeada\_, cerveja e leite em pó.

Em Santa Elena de Uiarén, são comuns filas de picapes brasileiras buscando gasolina venezuelana a R\$ 0,30 o litro, que é vendida a R\$ 2,00 em Boa Vista.

Nos postos da capital de Roraima, a gasolina brasileira custa R\$ 2,55 o litro. Essa facilidade seduziu índios da reserva São Marcos, em Sorocaima \_vilarejo taurepangue\_, que vendem o litro da gasolina venezuelana a R\$ 1,40.

A revolta dos moradores de Pacaraima atinge também os índios que apóiam a reserva de forma contínua. A campanha dos moradores é para que a reserva fosse homologada em ilhas \_que fossem respeitadas as propriedades de fazendeiros e as áreas urbanas.

Os índios da reserva São Marcos (onde vivem índios macuxis, taurepangues, ingaricós e uapixanas), que defendem a homologação contínua, dizem que estão sofrendo discriminação da população não indígena de Pacaraima.

"Não vou falar nada, porque está difícil agüentar a perseguição em Pacaraima contra a gente. [Os moradores] já ameaçaram nosso povo", disse um índio macuxi, que estava no centro Macunaíma e pediu para não ser identificado.

O centro é onde está localizada a administração da reserva São Marcos, com um posto da Funai (Fundação Nacional do Índio) e ONGs (organizações não-governamentais) que apóiam a reserva contínua. O centro, distante menos de 30 km de Pacaraima, necessita da cidade para seu abastecimento e demandas de saúde.

Pressão

Na sexta-feira, quatro agentes da Polícia Rodoviária Federal foram feitos reféns por um grupo de índios macuxi, numa região conhecida como maloca do Flechal, em Uiramutã.

Na manhã de ontem, integrantes da Funai, da PF e do Exército embarcaram para o local para negociar a libertação dos reféns. A informação foi dada à Rádio Nacional pelo administrador regional da Funai, Gonçalo Teixeira.

## **Por TV e escola, índios apóiam arroteiros de RR**

**Domingo, 24/04/2005**

**Autor: JOSÉ MASCHIO**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA**

Os produtores de arroz na área da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, conseguiram apoio de parte da comunidade indígena com programa de assistência social, que supre a ausência do Estado. Energia elétrica gratuita aos índios, auxílio à preparação de terra para a lavoura e a instalação de escolas perto das malocas fazem parte desse jogo de sedução.

A comunidade macuxi da maloca São Jorge, perto do distrito de Surumu (município de Pacaraima) e da fazenda Depósito, de 5.000 hectares, tem 108 habitantes. É liderada por

João de Souza, 57, ex-tuxaua (líder indígena) e pai do atual tuxaua, Istepson Barbosa de Souza. Graças ao proprietário da fazenda, o prefeito Paulo César Justo Quartiero (PDT), a comunidade tem energia elétrica.

"Há oito anos, o dono da fazenda pediu para passar a linha de energia pela maloca. Eu era o tuxaua e aceitei. Ele deixou pontos de luz e hoje a gente pode ter geladeira, televisão e viver melhor", disse João de Souza.

Na maloca São Jorge, os índios são contra a homologação contínua. "A gente precisa do civilizado. Meu avô já vivia com seus limites e com os limites dos fazendeiros. Não sei por que querem isolar a gente novamente", disse.

Os índios da maloca vivem da caça e da exploração de rebanho bovino de 153 cabeças. "Se acabar o distrito, vai acabar a escola para nossos filhos", disse.

(JM)

### **Uma questão de justiça**

**Domingo, 24/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**MARINALDO JUSTINO TRAJANO**

**ESPECIAL PARA A FOLHA**

Os povos indígenas da Raposa/ Serra do Sol respiram aliviados após três décadas de luta, união e resistência para garantir o direito constitucional básico à terra onde vivem há tempos ancestrais. O Estado brasileiro fez justiça ao reconhecer legalmente a área de 1,74 milhão de ha a uma população de 16.484 habitantes de 164 aldeias.

A reconquista da Raposa/Serra do Sol custou o sangue de 21 indígenas, mortos em confronto com fazendeiros. Foram mais de cem casas destruídas, dezenas de ameaças de morte e agressões físicas. Infelizmente, os agressores jamais foram punidos.

A luta pacífica dos povos indígenas de Roraima por justiça, construída nas aldeias com a valorização da nossa cultura, da nossa língua e da nossa dignidade ficará para a história como um marco de resistência e paciência dos povos macuxi, uapixana, ingaricó, taurepangue e patamona. Em nossa luta, nunca a vida dos nossos opositores foi ceifada ou ameaçada.

Como era esperado, a homologação gerou insatisfação das velhas e novas oligarquias regionais, principalmente latifundiários com interesse em permanecer em terras da União para desenvolver a monocultura de arroz irrigado, mesmo que isso tenha um elevado custo social e ambiental.

Como a mentira sempre foi a arma dos poderosos, as forças conservadoras do Estado alimentam o sentimento de que o mapa de Roraima ficou menor, não haverá mais empregos, o progresso está comprometido e que os países do G7 vão instalar bases militares na região.

Desencadeando o anti-indigenismo institucionalizado, o governador Ottomar Pinto (PTB) decretou luto oficial de sete dias, como se a homologação e os direitos indígenas fossem um defunto que precisa ser velado. Em todos os rincões de Roraima é cultivado o sentimento de pesar e repulsa contra os índios e o seus aliados históricos, como a Igreja Católica e a Funai.

Porém, após os escândalos de corrupção no Estado de Roraima, a população parece estar mais atenta aos discursos desse tipo. O argumento, que imputa a responsabilidade pela falta de desenvolvimento econômico e pela situação de desemprego e precariedade em

que se encontra a população no Estado ao respeito dos direitos indígenas, não vende mais como no passado recente. Portanto a adesão cega a esses discursos passa hoje pelo crivo dos escândalos de corrupção, como o "esquema dos gafanhotos", que indignaram a população.

Os governantes deveriam enxergar um futuro promissor pós-homologação. Bastaria apenas reconhecer os indígenas como cidadãos brasileiros com nossos direitos amparados pela lei maior deste país. Enquanto isso não for reconhecido, Roraima estará na contramão da história.

Sem sombra de dúvida, a homologação em si não resolverá todos os problemas dos índios da Raposa/Serra do Sol, mas abrirá o caminho imprescindível para que nossa cultura, costumes e organização social sejam preservados. Para os povos indígenas, o desenvolvimento da região e de todo o Estado de Roraima estará garantido desde que tais projetos não se revertam em agressões irreparáveis ao ambiente, à terra sagrada que é nossa mãe.

O reconhecimento oficial da Raposa/Serra do Sol demonstra que o governo federal sinaliza para uma política afirmativa dos direitos indígenas. Esperamos que a assinatura do decreto presidencial seja um marco definidor das próximas ações governamentais em favor dos primeiros habitantes desta imensa nação. A garantia dos direitos dos povos indígenas é um ganho para a democracia e para o Brasil todo. Ela sinaliza a sociedade que queremos construir, com respeito às nossas diferenças e à riqueza da diversidade cultural do nosso país.

Marinaldo Justino Trajano, 39, é índio macuxi e coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima)

### **Demarcação preocupa população fronteiriça**

**Domingo, 24/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Essa medida [...] torna vulneráveis não só as nossas fronteiras como também o território latino-americano**

**PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO**

**ESPECIAL PARA A FOLHA**

As populações que moram na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana estão preocupadas com a integridade do território latino-americano após as recentes demarcações de terras indígenas na região determinadas pelo governo federal. A preocupação é resultado especialmente do fato de que as demarcações de terras, em miríficas extensões, atendem a pressões externas exercidas pelas ONGs estrangeiras que atuam na região e que financiam os movimentos indígenas que cobram essas demarcações.

Os indígenas que hoje são manipulados não têm consciência de que no futuro serão os maiores prejudicados. O caso mais grave ocorrido recentemente foi a homologação pelo presidente Lula da terra indígena Raposa/Serra do Sol, com uma superfície de 1.743.089 hectares. A medida vai extinguir vilas centenárias, resultando na imediata retirada de milhares de pessoas de suas casas e na destruição de áreas urbanas e terras agrícolas cultivadas. Com isso, vai eliminar completamente de uma região de fronteira a presença

brasileira, pois o decreto presidencial proíbe o ingresso de não-índios dentro do perímetro da reserva.

Essa medida compromete o processo de integração latino-americana, sonho acalentado por Simon Bolívar, e torna vulneráveis não só as nossas fronteiras como também o território latino-americano, pois com tal enclave o território passa a ser permeável a investidas estrangeiras \_hoje, através das ONGs que ali atuam livremente, para depois ser penetrado por organizações belicosas.

O Brasil está sendo vítima das mesmas estratégias usadas no passado contra o México, quando lhe foi retirado grande parte do seu território.

O que mais assusta os residentes da região é que a motivação usada para a demarcação das terras indígenas da Raposa/Serra do Sol é um laudo antropológico falsificado \_como foi atestado por prova pericial feita a pedido da Justiça Federal\_ e que, mesmo assim, o presidente da República se valeu desse laudo para determinar a homologação das terras, numa verdadeira demonstração de comprometimento externo.

A demarcação, além das conseqüências que representa em relação à segurança nacional, reduz a menos de 10% as terras disponíveis à produção primária no Estado de Roraima.

Se persistir esse tratamento que recebem do governo central, municípios como Pacaraima, Uiramutã e Normandia dificilmente sobreviverão, como também não sobreviverá o Estado de Roraima.

A preocupação também toma conta das cidades vizinhas do Brasil, especialmente no interior da Venezuela. Os venezuelanos temem que, em razão das relações estremecidas entre seu país e os Estados Unidos, possa haver a instalação de bases norte-americanas na Amazônia, exatamente no interior das terras que foram demarcadas \_uma vez que a área de sua superfície supera a extensão de vários países.

Os empresários da região estão convictos de que as providências do governo central, de esterilizar terras na região Norte, impedirá que o Brasil cumpra a sua vocação de se constituir líder mundial em produção de grãos.

Paulo César Justo Quartiero, 52, do PDT, é prefeito de Pacaraima

### **Índios fazem 4 policiais reféns em Roraima**

**Sábado, 23/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Macuxis protestam contra demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol; PF não confirmou ação dos indígenas**

### **Índios fazem 4 policiais reféns em Roraima**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Um grupo de índios da etnia macuxi fez ontem quatro agentes da Polícia Rodoviária Federal reféns numa região conhecida como Maloca do Flechal, em Roraima, na fronteira com a Guiana.

Segundo o governador Ottomar Pinto (PTB), a prisão dos quatro policiais foi uma retaliação dos índios contrários à homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no norte do Estado.

O decreto de homologação foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 15, depois de mais de 20 anos de impasse jurídico. Desde então, Roraima é palco de sucessivos protestos de produtores de arroz e de índios contrários à decisão.

A área demarcada terá cerca de 1,75 milhão de hectares \_equivalente a 11 vezes o tamanho da cidade de São Paulo\_, a segunda maior reserva do país.

Deverá abrigar aproximadamente 15 mil índios dos povos ingaricó, macuxi, taurepangue, patamona e uapixana.

A prisão dos policiais também foi confirmada pelo deputado federal Rodolfo Pereira (PDT-RR), que está em Boa Vista para mediar os conflitos. Ele não soube informar, no entanto, quantos índios formavam o grupo que prendeu os policiais.

"Fonia"

A única forma de contato com a área de Maloca do Flechal, onde vivem os macuxis, é por meio de rádio amador com um posto da Funai (Fundação Nacional do Índio), processo conhecido como "fonia". O sistema, entretanto, só funciona até as 17h de Boa Vista (18h de Brasília).

A Superintendência da Polícia Federal não confirmava a informação até o fechamento desta edição, argumentando não ter conseguido contato com o posto. Afirmava apenas não existir postos de fiscalização da PF naquela região e que os agentes, se confirmada a prisão, fariam parte do efetivo deslocado de outros Estados para patrulhar a área.

De acordo com o deputado Rodolfo Pereira, que afirmou ter feito contato por "fonia" com o tuxaua (líder indígena) Lauro Barbosa, os índios se revoltaram quando os policiais montaram uma barreira de fiscalização na entrada da aldeia.

Os policiais, ainda segundo o deputado federal, teriam impedido a passagem de carros com excesso de passageiros, temendo a organização de manifestação no município de Uiramutã (334 km de Boa Vista), vizinho à Maloca do Flechal.

O deputado federal disse ainda que, para libertar os agentes, os macuxis exigiram a presença da imprensa nacional para que pudessem se manifestar contra a homologação da reserva.

Os macuxis formam a maior etnia do Estado, com cerca de 16,5 mil índios. Na região do Flechal, são produtores de feijão.

"Upatakon"

Os agentes reféns seriam integrantes da força-tarefa formada por 40 homens da Polícia Rodoviária Federal e 60 da Polícia Federal, procedentes de outros Estados, deslocados para Roraima no último domingo para assegurar o cumprimento da demarcação da terra indígena.

A operação foi batizada de "Upatakon", que significa "nossa terra" no dialeto dos macuxis. O deslocamento dos policiais para a região da Raposa/Serra do Sol também é feito por meio de helicópteros do Exército.

O efetivo é formado por homens enviados de cinco Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia.

**PT planeja reagir contra campanha**

**Sábado, 23/04/2005**

**Autor: SILVIO NAVARRO**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

## DA AGÊNCIA FOLHA

A pedido da direção nacional do partido, o PT de Roraima vai iniciar uma campanha no Estado para tentar amenizar o impacto negativo da homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol na imagem do governo Lula.

A demarcação da reserva tem sido duramente combatida e vinculada à imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em campanhas nas rádios do Estado e em sucessivas manifestações de produtores de arroz, em Boa Vista.

A preocupação do PT é que os ataques ao presidente se alastrem por outros Estados da Amazônia.

A orientação é que as lideranças regionais trabalhem para massificar o anúncio de que o governo investirá R\$ 42 milhões para acelerar programas de reforma agrária como forma de compensar a demarcação da terra indígena.

A estratégia foi elaborada em reunião dos diretórios regionais na noite de anteontem e será debatida neste fim de semana no Fórum PT Amazonas, com lideranças da sigla, no Tocantins.

"Isso é uma decisão de governo, o presidente Lula tem todo o interesse e exigiu que as contrapartidas tenham de começar de imediato", disse o presidente estadual do PT, deputado estadual Antonio Francisco Marques.

O secretário de Comunicação do PT em Roraima, Pablo Sérgio, disse que o trabalho de base visa a "levar o pacote das realizações do governo federal no Estado" e que "há campanha descarada para difamar o presidente Lula".

Ontem, o Incra anunciou que "a estimativa preliminar" é assentar 600 famílias não indígenas que vivem na região da reserva. A meta para o fim do ano são 2.800 famílias. O órgão diz que, no total, regulamentará 10 mil propriedades com até cem hectares, numa área de 1 milhão de ha. O Orçamento para o Estado é de R\$ 42 milhões.

Segundo o superintendente do Incra em Roraima, João Batista Ferreira, a ordem é para o órgão agilizar a regularização dos processos fundiários pendentes no Estado num prazo de oito meses e rever a situação dos terrenos maiores sem titulação.

Ferreira disse ainda que a equipe de técnicos que atua na região da Raposa/Serra do Sol será dobrada. Para isso, solicitou R\$ 1,6 milhão para custear as despesas.

Além da questão agrária, a Funasa também anunciou a liberação de verbas para Roraima: repasse de R\$ 4,1 milhões para saneamento nos municípios com menos de 30 mil habitantes. Também prometeu a ampliação do quadro de servidores.

O governador Ottomar Pinto (PTB), que move ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a medida, informou que deverá se reunir na terça-feira com o ministro José Dirceu (Casa Civil) em Brasília.

(SN)

### **Rádio faz campanha contra demarcação**

**Sexta-feira, 22/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Emissora incita população a reagir contra homologação de terras; índios vêm motivação eleitoral dos donos**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**



Uma das principais rádios de Roraima, a Equatorial FM, iniciou uma campanha para incitar a população do Estado a reagir contra a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, na fronteira com a Venezuela e a Guiana.

A Equatorial FM chegou a transmitir ao vivo os discursos feitos nos trios elétricos por lideranças de produtores de arroz e por políticos contrários à demarcação da reserva indígena.

Desde o último dia 15, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação, houve três protestos na praça central de Boa Vista.

"Somos totalmente contra. O presidente e o [ministro] Márcio Thomaz Bastos estão entregando o país e a imprensa nacional não consegue 'alcançar' isso. O Brasil está assistindo ao governo do PT entregar o nosso país", afirmou o diretor e comentarista da rádio, Márcio Junqueira.

Junqueira administra a Sociedade Rádio Equatorial Ltda. ao lado do empresário José Renato Haddad. Ambos já concorreram à Câmara Municipal de Boa Vista.

Lideranças indígenas favoráveis à demarcação da reserva afirmam que o intuito do radialista, ligado ao PDT, é usar a situação como palanque visando a uma cadeira de deputado estadual nas eleições do próximo ano.

Nos programas da Equatorial, os locutores adotam o discurso de que a medida não atenderá aos interesses dos índios, mas dos Estados Unidos. Reclamam da vulnerabilidade dos índios para conter uma invasão de norte-americanos nas florestas brasileiras e do desemprego de agricultores, segundo eles, decorrente da extinção das plantações de arroz.

Para o Conselho Indígena de Roraima, que apóia a homologação, a rádio mobiliza a população devido a sua abrangência.

"A população acaba acreditando que será instalada uma base americana, que um pedaço do Brasil foi retirado do mapa", disse André Vasconcelos, da coordenação da entidade.

O radialista rebate afirmando que "o CIR é manipulado pela Igreja Católica e por interesses estrangeiros". Junqueira diz que o próximo passo será protestar nas estradas. "Vamos para a estrada em protesto contra o estado de sítio", disse, em referência à operação da Polícia Federal.

No domingo, desembarcaram 60 agentes da PF e 40 da Polícia Rodoviária Federal para patrulhar a região que será demarcada.

### **Mais de 15 mil protestam contra reserva**

**Quinta-feira, 21/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A17**

**Homologação de reserva indígena pelo governo federal é vista como 'aniquilamento' para município**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Entre 15 mil e 20 mil pessoas, segundo estimativa da Polícia Militar, participaram ontem de um protesto na praça do Centro Cívico, em Boa Vista (RR), contra a homologação de forma contínua da reserva Raposa/Serra do Sol. A manifestação durou cerca de sete horas (das 11h às 18h) e contou com a presença de políticos da região, segundo a polícia.

Os manifestantes carregavam bandeiras do Brasil e usavam fitas pretas amarradas ao pulso e à cabeça em sinal de luto contra a demarcação de terras, que acarretará a saída de fazendeiros, arroteiros e outros integrantes da população não-índia da área de 1,7 milhão de hectares estipulada para a reserva. A PM deslocou 80 homens, mas, segundo o subtenente Raimundo da Silva, não houve nenhuma ocorrência grave.

O prefeito de Pacaraima (214 km de Boa Vista), Paulo César Quartieiro (PDT), anunciou ontem que encabeçará um movimento para "desobedecer" a demarcação da reserva indígena.

"Para nós, restam duas opções: reagir ou aceitar o aniquilamento. Isso não quer dizer que vamos pegar um fuzil, mas vamos reagir por meio da desobediência civil, lutar pela sobrevivência do nosso município", disse Quartieiro.

Ele disse que a situação no município é tensa desde sábado, um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar o decreto de homologação da terra. A cidade tem cerca de 7.000 habitantes. A medida beneficia 15 mil índios.

O secretário de Comunicação de Roraima, Rui Figueiredo, disse que pode haver resistência quando a Polícia Federal iniciar a retirada dos agricultores. O juiz da 1ª Vara Federal de Roraima, Helder Barreto, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal a ação de autoria do governador Ottomar Pinto (PTB) contra a demarcação da reserva.

(SILVIO NAVARRO)

### **Dívida com índio não será paga agora, diz Lula**

**Quarta-feira, 20/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Há uma semana, durante viagem ao Senegal, presidente havia pedido perdão a africanos por escravidão**

**JULIA DUAILIBI**

**EDUARDO SCOLESE**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Uma semana após ter pedido perdão aos africanos pela escravidão no Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o Estado "está longe" de conseguir pagar a "dívida" social com os índios brasileiros.

"Queria apenas dizer aos nossos irmãos representantes, aqui, do povo indígena brasileiro, que vai levar muitos anos ainda para que a gente consiga devolver aquilo que um dia foi tirado de vocês. [...] Sei que nós ainda estamos longe de cumprir aquilo que temos que cumprir", disse Lula, durante cerimônia de comemoração do Dia do Índio, no Palácio do Planalto.

Minutos antes, o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) havia pedido "perdão" às nações indígenas, "vítimas do esmagamento, da violência e da força bruta". Na platéia, havia mais de 30 representantes de etnias indígenas.

Lula mencionou rapidamente a morte por desnutrição de crianças indígenas em Mato Grosso do Sul: "[Temos de] cuidar das crianças para que não morram como morrem habitualmente no Brasil, ora por desnutrição, ora por outras doenças, e é preciso que a gente atente para isso".

O responsável pela assistência médica dos índios é um órgão do governo federal, a Funasa, que é ligada ao Ministério da Saúde.

Segundo números da Funasa, em 2005, morreram 16 crianças indígenas menores de cinco anos em Dourados (MS) \_11 mortes estão associadas à desnutrição.

De acordo com Lula, a "dívida" do Estado com o povo brasileiro não será resgatada em "dois ou três anos". "Hoje eu disse que nós temos uma dívida com os índios brasileiros que possivelmente vai demorar para ser paga. [Assim] como tive a coragem de pedir perdão lá no Senegal, na Ilha de Gorée, pelos 300 anos de escravidão que os africanos foram submetidos e do qual o Brasil participou diretamente comprando escravos", disse Lula, mais tarde, em cerimônia com militares.

Ao lado do presidente estava o cacique Raoni, que ficou conhecido internacionalmente por fazer a defesa dos povos indígenas, acompanhado por personalidades como o cantor Sting. O cacique falou para Lula e para o ministro da Justiça que "muitos brancos estão matando índios".

A homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), na semana passada, foi destacada por Lula como esforço para pagar a "dívida" com os índios. Na cerimônia de ontem, foram homologadas cinco terras indígenas nas regiões Centro-Oeste e Norte.

"Todas as questões que se referem à homologação de Raposa/Serra do Sol têm de ser decididas pelo Supremo Tribunal Federal. Esperamos superar as questões judiciais e chegar a um campo de trabalho cooperativo na área administrativa", disse o ministro sobre questionamentos do governo do Estado de Roraima.

Assim como mencionou as mortes das crianças indígenas, Lula disse ser necessário "cuidado" para que os índios não sejam "afrontados" depois de terem suas terras demarcadas.

"Afrontados, às vezes, por fazendeiros que poluem os rios, por fazendeiros que derrubam parte da mata", disse Lula, para quem os índios têm de ter acesso a luz elétrica, escola e saúde.

"Durante anos, na escola brasileira, se falou que o índio era preguiçoso, por isso que o Brasil tinha de trazer escravos da África. Na verdade, o que vocês querem é o que quer qualquer cidadão digno do mundo: a oportunidade de provar que somos capazes de viver por nossa própria conta."

### **Governador recorre de homologação em RR**

**Terça-feira, 19/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), protocolou ação na Justiça Federal contra a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, anunciada na sexta-feira pelo governo federal. O governador ainda decretou luto oficial de sete dias no Estado.

A ação, com pedido de liminar, pede que sejam suspensos os efeitos do decreto presidencial que homologou a área (1,7 milhão de hectares no nordeste do Estado).

Ottomar deu entrada na ação, na 1ª Vara da Justiça Federal de Boa Vista, em seu próprio nome, e não como chefe do Executivo do Estado. "Como cidadão que vive em Roraima, sinto-me no direito de recorrer à Justiça em meu nome e em nome daqueles que dependem de mim e que estão tendo seus interesses contrariados."

Ontem foi publicado o decreto 6.289, no qual o governador determina luto de sete dias no Estado. O governo de Roraima é contrário à retirada de fazendeiros, arroteiros e outros integrantes da população não-índia de dentro da reserva, determinada pela União.

No dia em que Lula homologou a área, Ottomar disse que não seria "complacente com a intervenção branca em Roraima".

### **PF vai defender homologação de terra**

**Segunda-feira, 18/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**SILVIO NAVARRO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A Polícia Federal iniciou ontem uma operação para assegurar a efetivação da homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Guiana e a Venezuela.

A homologação da área, com cerca de 1,7 milhão de hectares, foi assinada na última sexta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de mais de 20 anos de impasse jurídico. A medida beneficiará cerca de 15 mil índios dos povos ingaricó, macuxi, taurepangue e uapixana.

Ontem, desembarcaram em Roraima 60 homens da Polícia Federal e outros 40 da Polícia Rodoviária Federal que atuarão nos municípios de Pacaraima, Bonfim e na comunidade das Placas, que fica dentro da reserva. O Exército oferecerá helicópteros.

A operação foi batizada de "Upatakon", que significa "nossa terra" no dialeto dos macuxi. A intenção do governo federal é remover da região os produtores de arroz, que se opõem à medida desde 1998. Segundo o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), eles deverão ser acomodados em uma nova área, cujas condições do solo para cultivo de arroz são similares àquelas em que plantavam.

Os produtores de arroz realizaram uma manifestação na tarde de anteontem, em frente à sede do governo estadual. O protesto reuniu cerca de 2.000 pessoas. Líderes dos agricultores discursaram durante cerca de duas horas sobre um trio elétrico.

**Ação na Justiça**

O secretário de Comunicação do governo de Roraima, Rui Figueiredo, informou que o governador Ottomar Pinto (PTB) embarca hoje para Brasília para tentar articular contra a homologação da área.

Ele deverá se reunir com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, amanhã. A intenção também é buscar o apoio da bancada do Estado na Câmara.

Ottomar Pinto informou, por meio de sua assessoria, que entrará hoje com um pedido na Justiça Federal para tentar retardar o registro da reserva antes do julgamento da ação apresentada no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão do governo.

A Secretaria de Comunicação disse ainda que o governador acertou a contratação do ex-ministro da Justiça Francisco Rezek para forçar a revisão do caso.

A equipe da PF chegou a Roraima por volta das 6h. O efetivo é formado por homens do Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia.

Apesar das ameaças de resistência de comunidades de Pacaraima, nenhum incidente havia sido registrado até o fechamento desta edição, segundo a polícia.

## **Lula homologa reserva Raposa/Serra do Sol**

**Sábado, 16/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**2ª maior reserva do país, área em Roraima é homologada de forma contínua, como queriam os índios**

**IURI DANTAS**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Após mais de 20 anos de imbrólios jurídicos, assassinatos e disputas políticas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, beneficiando cerca de 15 mil índios dos povos ingaricó, macuxi, taurepangue e uapixana. Considerada a segunda maior reserva do país, com cerca de 1,7 milhão de hectares, a área faz fronteira com a Guiana e a Venezuela.

Apesar de atender aos pedidos de índios e da Igreja Católica e homologar de forma contínua a reserva, o governo recuou em alguns detalhes cedendo a sede da cidade de Uiramutã \_de 1.700 hectares\_, que está fora da área.

As rodovias, estaduais e federais, escolas e postos de saúde, unidades militares e linhas de transmissão de energia ficam preservados, mas dentro da reserva e, portanto, sob regime dos índios.

Os produtores de arroz \_que desde 1998, quando a área foi demarcada pela primeira vez, são os antagonistas em conflitos com índios e ambientalistas\_ serão retirados em prazo de até um ano. Há previsão de removê-los para outras regiões de Roraima cujo solo tem qualidade semelhante à da reserva, segundo o Incra.

Em 1998, o então ministro da Justiça, e hoje presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), publicou portaria demarcando de forma contínua a reserva, incluindo Uiramutã. Ontem, o ministro Márcio Thomaz Bastos publicou portaria revogando a anterior, que era questionada na Justiça.

Os produtores não vão receber indenização pela plantação, apenas por benfeitorias construídas nas 16 fazendas que ocupam 14 mil hectares da reserva. O governo avalia que não haverá problema, porque há tempo suficiente para a colheita da safra 2004/2005. Segundo a Funai, há cerca de 50 ocupantes da área que não receberam indenização. Todos os demais, que chegaram após 1998, serão apenas retirados da área.

**Parque nacional**

Além da reserva, foi criado o Parque Nacional Monte Roraima, na fronteira com a Guiana. A administração será feita pelos ingaricós, pela Funai e pelo Ibama.

Promessa de campanha de Lula, o decreto foi apresentado por Márcio Thomaz Bastos como "vitória do governo". Segundo ele, o decreto vai possibilitar o desenvolvimento do agronegócio.

Em entrevista concedida no Planalto, Bastos disse que o governo criou um pacote para Roraima, com quatro medidas: 1) 150 mil hectares de terra federal serão repassados ao Estado para a criação de pólos agropecuários; 2) o governo fará a regularização fundiária de 10 mil propriedades familiares; 3) os pequenos agricultores da reserva serão incluídos em projetos de assentamento do Incra no Estado; 4) as benfeitorias de boa-fé (que não foram construídas como meio de aumentar a indenização) serão catalogadas e seus donos, indenizados.

## **Roraima irá ao Supremo contra a homologação**

**Sábado, 16/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), disse que irá recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão do governo federal de homologar a terra indígena Raposa/Serra do Sol como área contínua.

A declaração foi feita após o anúncio da homologação da reserva, que ocupa uma área de 1,7 milhão de hectares. Ottomar disse que irá a Brasília "para defender o Estado" na questão. A coordenadoria de comunicação de Roraima disse que "o Estado não vai promover a desobediência civil, mas não será complacente com a intervenção federal branca em Roraima, que inviabilizará a atividade produtiva do Estado".

Pela decisão do governo federal, os arroteiros e fazendeiros que tenham propriedades dentro da terra indígena terão de ser realocados e serão indenizados. O governo de Roraima é favorável à permanência deles na área.

O Conselho Indígena de Roraima comemorou a decisão do governo federal. Em 2004, após o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) ter dito que a homologação contínua seria realizada, houve uma onda de protestos. Prédios públicos foram invadidos, rodovias foram bloqueadas e três religiosos foram mantidos reféns.

## **Governo cede e muda demarcação de reserva em RR**

**Sexta-feira, 15/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O governo federal desistiu de brigar na Justiça e aceitou retirar da área da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR), na fronteira com a Venezuela e a Guiana, a cidade de Uiramutã, estradas, áreas militares, escolas e linhas de transmissão de energia. Promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a homologação contínua da reserva sofria contestações no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em vez de recorrer da recente decisão da ministra Ellen Gracie Northfleet, que havia derrubado em janeiro portaria ministerial de 1998, o governo decidiu revogar a medida anterior, publicando hoje um novo texto do Ministério da Justiça com as alterações.

Ontem, Márcio Thomaz Bastos (Justiça) informou ao STF que iria publicar a nova portaria na edição de hoje do "Diário Oficial" da União. Com base nisso, o Supremo extinguiu todos os processos.

A pedido do Ministério Público Federal, o ministro Carlos Ayres Britto tinha autorizado o envio dos processos ao STF, onde seriam julgados. Ontem, o plenário disse que eles deveriam ser arquivados, por perda de objeto, a partir da nova decisão do governo.

O principal questionamento contra a demarcação era feito pelos produtores de arroz, que perderiam plantações com a homologação contínua. Segundo a nova portaria, rizicultores devem ser retirados da área em até um ano e terão indenização do governo.

A portaria é a penúltima etapa antes da homologação, que só pode ser feita via decreto presidencial. Não há data para a assinatura do decreto, mas a Folha apurou que Lula tem a intenção de fazê-lo no dia 19 de abril, Dia do Índio.

Não estava descartada na noite de ontem a possibilidade de publicar o decreto de homologação ainda hoje.

Antes de divulgar o conteúdo da portaria, Thomaz Bastos se encontrou com Lula na Base Aérea de Brasília, onde o presidente desembarcava da viagem à África.

Numa área equivalente a 12 vezes o território da cidade de São Paulo \_de 1,3 milhão de hectares\_, a reserva abriga 148 aldeias, com cerca de 15 mil índios dos povos macuxi, uapichana, taurepangue e ingaricó.

### **Índios anunciam mês de protestos contra governo**

**Sexta-feira, 01/04/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Brasília será alvo**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Lideranças indígenas anunciaram ontem uma série de manifestações para este mês contra a política do governo federal para os índios do país. Denominado "Abril Indígena", o movimento foi lançado em Brasília com a entrega do "Manifesto de Abril".

O documento, entregue à imprensa na sala da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, ataca o governo, classificando-o como um governo antiindígena.

"O ritmo histórico de reconhecimento dos territórios indígenas, conquistado pelo movimento indígena, foi quebrado pelo atual governo e condicionado a um projeto neoliberal/desenvolvimentista, etnocêntrico e genocida, cuja governabilidade está sendo negociada junto a setores da oligarquia rural brasileira", declara o manifesto, assinado por entidades do FDDI (Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas).

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Mércio Pereira Gomes, diz que algumas organizações indígenas se portam como se estivessem vivendo no período da ditadura. "Como alguém pode dizer que o Estado brasileiro é antiindígena quando está demarcando 12% do território nacional em prol dos índios?"

Entre as reivindicações de entidades, como o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e CIR (Conselho Indígena de Roraima), estão a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), reformulações na política de saúde indígena do governo federal e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Para o vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, o "Abril Indígena" tem por fim articular as entidades para ações nos Estados que culminem em uma mobilização, prevista para acontecer entre 24 de abril e 3 de maio, em Brasília.

Júlio José de Souza, coordenador jurídico do CIR, disse que no Estado a entidade participará com reuniões na capital, Boa Vista, e em comunidades da Raposa/Serra do Sol para mostrar, diz ele, "incompetência" do governo para cuidar da causa indígena.

**Severino discorda de Lula na demarcação de terras**

**Terça-feira, 01/03/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

## **DA AGÊNCIA FOLHA**

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), defendeu ontem em Roraima que a terra indígena Raposa/Serra do Sol seja homologada de forma descontínua. A proposta é contrária à posição do governo, que deseja que a homologação seja de forma contínua. O impasse sobre a questão aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal.

Para Severino, a proposta de homologação descontínua é "a defesa da dignidade da população de Roraima, já que o governo federal, até o momento, vem se mostrando insensível a essa causa".

O presidente do Conselho Indígena de Roraima, Marinaldo Trajano, índio macuxi, disse que as declarações de Severino mostram desconhecimento do parlamentar: "A nossa luta já tem mais de 30 anos. Não são 30 dias. [As declarações] mostram seu total desconhecimento sobre o assunto."

### **Maioria quer demarcação, diz Funai**

**Domingo, 09/01/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Reserva em Roraima espera por homologação há 20 anos**

**IURI DANTAS**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes, rebateu a liminar do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Na decisão, a ministra Ellen Gracie suspendeu o processo até que o pleno do tribunal analise a questão, levando em conta resistências locais contra a homologação contínua.

"A única coisa que a Funai faz na vida é ouvir índios. Sabemos que uma pequena porcentagem não quer a homologação contínua. A maioria quer", afirmou Gomes.

Segundo o presidente da Funai, os fazendeiros, em sua maior parte produtores de arroz, também foram ouvidos pelo Ministério da Agricultura e estão sendo realocados em outras regiões de várzea do Estado pelo Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária).

"Os fazendeiros também não querem a homologação. Mesmo assim, muitos já estão deixando a terra: das 207 fazendas que tínhamos, agora há apenas 40", afirmou Gomes.

A suspensão do processo de homologação é apenas mais um capítulo na extensa polêmica que envolve a área há mais de 20 anos. Na segunda-feira, a ministra Ellen Gracie atendeu o pedido do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e cancelou a portaria de demarcação da reserva editada em 1998 pelo Ministério da Justiça. A demarcação é o penúltimo passo antes da entrega definitiva da região aos índios.

A reserva ocupa uma área equivalente a 12 vezes o tamanho da cidade de São Paulo, cerca de 1,7 milhão de hectares, onde existem 148 aldeias com 15 mil índios dos povos macuxi, uapichana, taurepang, patamona e ingaricó.

Por se localizar em uma área de fronteira com a Guiana e a Venezuela, a homologação contínua da reserva encontra resistência do Ministério Público e das Forças Armadas, que não poderão entrar na área após a homologação sem autorização.



Por outro lado, a OEA (Organização dos Estados Americanos) pressiona publicamente o Brasil no exterior pela homologação contínua, devido aos conflitos intermitentes entre índios e fazendeiros na região. Liminares judiciais impediram o governo de homologar por quase dois anos, até que, em dezembro, o ministro Carlos Ayres Britto suspendeu as restrições e deu chance para a edição do decreto.

Na segunda-feira, o governo foi surpreendido pela decisão de Ellen Gracie, que responde pelo período de plantão do STF durante o recesso forense. Em julho, a ministra já havia negado a suspensão das liminares que impediam a homologação contínua.

A tendência do governo é recorrer da decisão, mas até a conclusão desta edição, era dado como certo na AGU (Advocacia Geral da União) que o recurso só será feito em fevereiro. Nos bastidores, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro, também vinham negociando com as Forças Armadas um meio-termo para a área de fronteira. A palavra final caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### **Governo deve recorrer de liminar do Supremo**

**Quarta-feira, 05/01/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Seção: PANORÂMICA**

O governo deve recorrer da liminar concedida pelo STF que suspendeu a homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR). O formato do recurso deverá ser apresentado até o final da semana.

### **Supremo suspende demarcação em RR**

**Terça-feira, 04/01/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Com base na portaria que foi suspensa, governo poderia homologar Raposa/Serra do Sol como área contínua**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A ministra Ellen Gracie, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu ontem em liminar o processo de demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol. A decisão provisória é mais uma etapa do imbróglio judicial que se criou em torno da homologação da terra indígena, que possui o tamanho equivalente a 12 vezes o território da cidade de São Paulo. Em dezembro, o ministro Carlos Ayres Britto tinha liberado todos os entraves que impediam o reconhecimento oficial da área.

A decisão foi tomada no início da noite de ontem. Segundo a assessoria de imprensa do STF, a ministra entendeu que o governo federal poderia homologar a reserva sem "observar as contestações movidas por ações populares contra a demarcação contígua da reserva". O Palácio do Planalto se preparava para assinar o decreto no final deste mês.

Uma portaria do Ministério da Justiça foi publicada em 1998, estabelecendo a demarcação contínua de uma área de 1,7 milhão de hectares, em Roraima. O ato do ministério é a base para que o presidente da República possa assinar decreto de

homologação, ou seja, reconhecer oficialmente a área indígena. A portaria, porém, foi suspensa ontem pela ministra.

No atual estágio, o governo federal vinha realizando os ajustes do texto final do decreto. A reserva cobrirá também uma área de fronteira, o que exige entendimento entre Exército e Ministério das Relações Exteriores.

A Justiça informou que não havia sido notificada da decisão do STF até a conclusão desta edição e, portanto, informou que não comentaria o caso. A Folha também procurou Mércio Pereira Gomes, presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), mas não obteve resposta.

**Disputas**

A demora pela homologação da reserva vem provocando disputas entre índios (que pedem reintegração de posse) e fazendeiros (que defendem a exclusão de cidades e plantações do terreno indígena). Na área demarcada há 148 aldeias com 15 mil habitantes dos povos macuxi, uapichana, taurepang, patamona e ingaricó.

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologar a área como contínua, serão extintas plantações, estradas e municípios como Uiramutã (334 km de Boa Vista). No total, o município tem 5.802 habitantes, entre eles 1.505 não-índios, segundo o IBGE.

A maior resistência é de produtores rurais, que têm como atividades principais o cultivo de arroz e a pecuária.

(LUIS RENATO STRAUSS e IURI DANTAS)

## **RORAIMA: DELIMITAÇÃO DE RESERVA CAUSOU DERROTA DE LULA**

**Terça-feira, 31/10/2006**

**Editoria: BRASIL Página: A16**

A homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (1,7 milhão de hectares) foi apontada pelo PT do Estado e pelo governo do PSDB como o principal fator da maior derrota de Lula em termos proporcionais num Estado: ele teve 38,5% dos votos válidos, contra 61,4% de Geraldo Alckmin (PSDB).

## **Índios fecham rodovia federal em Roraima**

**Quinta-feira, 20/04/2006**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Índigenas, agricultores e arroteiros contrários à homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, mantinham interditada até o fechamento desta edição parte de rodovia federal no Estado, segundo informações do CIR (Conselho Indígena de Roraima). O bloqueio ocorre na BR-174, na região de Pacaraima (219 km de Boa Vista). Segundo o CIR, cerca de 200 pessoas interditaram o trecho em protesto pela retirada de ocupantes não-índios da terra indígena.

No sábado, venceu o prazo do governo federal para a retirada da população não-indígena do local, concedido por portaria do Ministério da Justiça. O advogado da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios do Norte de Roraima), Luiz Valdemar Albrecht, disse que os manifestantes têm intenção de permanecer no local. "Eles estão pintados para a

guerra, e a intenção é manter o protesto contra a homologação do governo federal e a retirada dessas pessoas de dentro da reserva."

Os manifestantes interromperam o trânsito nos dois sentidos da pista com tratores e caminhões, segundo nota do CIR. O conselho informou ainda a Polícia Rodoviária Federal tentava colocar fim à manifestação na rodovia que liga Roraima à Venezuela.

## **União não retira ocupantes de terra indígena**

**Sábado, 15/04/2006**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Funai admite que prazo de um ano para expulsão de não-índios da reserva Raposa/Serra do Sol não será cumprido**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governo federal não vai conseguir cumprir o prazo para a retirada total da população não-índia que vive na terra indígena Raposa/Serra do Sol, área de 1,7 milhão de hectares em Roraima.

A portaria assinada em 13 de abril de 2005 pelo ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) havia determinado que "a expulsão [expulsão] dos ocupantes não-índios será realizada em prazo razoável, não superior a um ano, a partir da data da homologação administrativa por decreto presidencial".

No dia 15 de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto homologatório da área. A Funai (Fundação Nacional do Índio) já reconheceu que não conseguirá tirar toda a população não-índia até hoje.

**Indenizações**

Até a semana passada, segundo a Funai, das cerca de 300 famílias de não-índios que vivem na terra indígena, só 52 haviam sido retiradas. As indenizações pagas somaram R\$ 2.387.649,18. O órgão disponibilizou R\$ 754.498,90 para outras 25 famílias, que ainda não haviam retirado o pagamento.

Segundo a Funai e o Incra, há duas razões para o atraso: 1) a resistência dos arroteiros e de famílias não-índias em receber as equipes do governo federal envolvidas no trabalho de remoção e 2) a tramitação de ações na Justiça contestando o decreto federal.

Pela portaria do Ministério da Justiça, os moradores da terra indígena que construíram benfeitorias de boa-fé (sem conhecimento de que a área é terra indígena) serão indenizados pelo governo. A Funai diz que, até hoje, só conseguirá finalizar o cadastramento de todas as pessoas que serão realocadas e o levantamento do valor das benfeitorias.

A Funai declarou que publicará um edital revelando o local e a data em que a população removida receberá informações sobre o pagamento das indenizações e o assentamento em outras áreas do Estado. Caso os moradores se recusem a receber os benefícios, a Funai afirmou que fará os depósitos em juízo.

**Resistência**

O órgão não estipulou uma data para o término dos trabalhos de realocação dos moradores. "A partir da publicação do edital, nossas equipes vão ingressar [na terra] e, se houver resistência, o que eu espero que não aconteça, vamos ter o respaldo da Polícia Federal", disse o presidente interino da Funai, Roberto Lustosa.

Os rizicultores dizem que vão resistir: "Nós iremos reagir da maneira que nos for possível. Não aceitaremos pacificamente", disse o prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (PDT), que preside a Associação dos Arrozeiros de Roraima. A cidade tem parte dos limites dentro da terra indígena. O governo de Roraima entrou com ações no STF (Supremo Tribunal Federal) contestando a medida do governo.

### **Decreto de 2005 determina saída de não-índios**

**Sábado, 15/04/2006**

**Editoria: BRASIL Página: A8  
DA AGÊNCIA FOLHA**

O presidente Lula assinou, em 15 de abril de 2005, o decreto que homologou como terra indígena a reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Na área, de 1,7 milhão de hectares, vivem 15 mil índios das etnias macuxi, taurepangue, ingaricó, uapixana e patamona.

Com a decisão, a população não-índia precisa ser realocada. A Funai estima que, antes do decreto, havia cerca de 300 famílias não-índias no local. A homologação de forma contínua (sem enclaves não-índios) era defendida por parte dos indígenas que vivem na área, ONGs ligadas à igreja e a Funai. Entre os opositores estão os arrozeiros, o governo estadual e índios que acreditam que, com a homologação, serão condenados ao isolamento social.

### **Terra indígena é entrave para o Exército**

**Sábado, 29/12/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Demarcação da Raposa Serra do Sol (RR) contribui para despovoamento, deixando região vulnerável a invasões, dizem oficiais**

**Com homologação de forma contínua, arrozeiros devem sair da reserva; segundo um oficial, há expectativa de revisão da demarcação**

**DO ENVIADO A PACARAIMA (RR)**

Para o Exército brasileiro, a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, atingindo de forma contínua 1,74 milhão de hectares nas fronteiras com a Venezuela e Guiana, contribuiu para o despovoamento da região do lado brasileiro.

Segundo oficiais ouvidos pela Folha, o crescimento demográfico na fronteira garantiria mais segurança contra eventuais incursões estrangeiras. Roraima é o Estado brasileiro com menor população: 395.725 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"O Exército nunca foi favorável à luta dos povos indígenas. Nunca. Todo o tempo, ele foi contra", diz o tuxaua (líder indígena macuxi) Walter de Oliveira, 39.

"O que existe aqui é um interesse nacional do povo brasileiro [contra] um interesse estrangeiro representado por ONGs [organizações não-governamentais], Igreja Católica e setores do governo brasileiro. Eles instrumentalizam meia dúzia de índios que passaram a ser ventríloquos das idéias desse povo", afirma Paulo César Justo Quartiero, 55, presidente da Associação dos Produtores de Arroz de Roraima.

Quartiero (DEM), ex-prefeito de Pacaraima (RR), e o macuxi Oliveira são adversários no conflito da demarcação da Raposa Serra do Sol. A área foi homologada em abril de 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para abrigar, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), 14 mil macuxis, wapixanas, ingarikós, taurepangs e patamonas.

A homologação implica a retirada dos produtores de arroz da região. Quartiero tem duas fazendas, que somam 9.200 hectares, dentro da área demarcada como terra indígena.

A Folha apurou que os militares são contra a demarcação de terra de forma contínua, o que levará à retirada de plantadores de arroz, fazendeiros e moradores não-índios da área. A última lista da Funai traz a relação de 40 propriedades que devem ser desocupadas.

Desde novembro, a Polícia Federal prepara uma operação para desocupar a terra, o que envolveria 400 policiais.

Segundo um oficial ouvido pela Folha, há a expectativa de alguma revisão na decisão da demarcação. Para ele, os dados usados para a tomada de decisão são irrealistas. Oficialmente o Exército não fala sobre o tema.

"Em 1992, quando se falava do reconhecimento da terra indígena, o Exército anunciou em uma nota que na área de fronteira não existia índio. [Dizia que] existiam só pessoas estrangeiras que eram da Guiana e da Venezuela. Por isso, o Exército sempre foi contra, e vai continuar", afirma o índio macuxi Oliveira.

Também dirigente do CIR (Conselho Indígena de Roraima), ele afirma que em setembro recebeu da Presidência da República a promessa de que a área seria desocupada em novembro, o que não ocorreu. Os indígenas dão um ultimato ao governo: até março.

"Vamos reunir 13 mil índios. Se eles morrerem, vão morrer aqui dentro da terra deles. E a responsabilidade vai ser do governo federal de não tomar as providências cabíveis", diz.

Ele faz uma ressalva: "Nós, povos indígenas, nunca vamos contra o Exército. Entendemos que é direito proteger a fronteira, cuidar dos brasileiros sem deixar invadir. Se precisar de nosso apoio, estamos aqui para ajudar e não para atrapalhar".

Contra a demarcação

Quartiero afirma que também pode reunir índios, mas contra a demarcação. "Se tiver que reunir 5.000, eu reúno. Dando comida, carne e refrigerante", afirmou ele.

A crítica principal do presidente da Associação dos Produtores de Arroz de Roraima é a da intervenção de ONGs estrangeiras na demarcação de terras indígenas na Amazônia.

"Hoje nós não estamos mais no estágio de internacionalização. Hoje nós teríamos que nacionalizar a Amazônia."

A associação afirma não ter se intimidado com a demarcação da Raposa Serra do Sol e que reverterá o quadro no STF (Supremo Tribunal Federal).

Enquanto isso, investe na região. "Nós estamos aumentando em 20% a produção de arroz, investindo R\$ 6,5 milhões. A Raposa Serra do Sol representa 60% da produção de arroz", diz Quartiero.

Segundo ele, os produtores rurais chegaram à região há 31 anos e "não havia indígenas na área". Quartiero diz que a associação reivindica apenas 4% da terra indígena. "É uma migalha, mas eles querem impedir que alguém produza na Amazônia."

(HUDSON CORRÊA)

## **A TERRA INDÍGENA**

**Domingo, 16/12/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A24**

Demarcada em 2005, reserva sofre com invasão de arroteiros

A DISPUTA

1. Segundo portaria do governo Lula, os rizicultores, que protestam porque devem perder plantações, deveriam ser retirados em um ano, até 2006
2. Desde julho deste ano, Lula cobra o cumprimento do decreto. Segundo a PF, a desocupação da área vai durar ao menos 130 dias e ocupar cerca de 400 homens

**Governador não crê em saída pacífica de reserva indígena**

**Domingo, 16/12/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A24**

**Anchieta Júnior assumiu governo de Roraima na sexta, depois da morte de Ottomar Novo governador do Estado diz esperar que o governo federal ceda terras do Incra para realocação de pessoas retiradas de área de índios**

**PABLO SOLANO**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O novo governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB) \_que assumiu o Estado sexta, após a morte do governador Ottomar Pinto\_, disse que não tem esperança de uma retirada pacífica da população não-índia da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, que se recusa a sair da área.

A área foi homologada em 2005 pelo então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Conforme portaria, a saída dos não-índios deveria acontecer até abril de 2006 e foi marcada posteriormente para setembro deste ano, mas ainda não foi realizada.

Anchieta, que ocupava o cargo de vice-governador, assumiu o Estado após a morte de Ottomar Pinto, 76, por uma parada cardiorrespiratória, na terça. Reeleito em 2006 para governar Roraima, Ottomar reivindicou ao governo federal a reversão da homologação da reserva.

Anchieta, assim como Ottomar Pinto, considera que a decisão contrariava os interesses do Estado.

"Nós lamentamos muito se o governo federal levar a frente [a desocupação] e perdermos vidas de índios, não-índios e policiais", afirma o governador.

Anchieta afirma que não terá o que fazer para conter qualquer situação de violência caso o governo realize a desocupação com a participação das Forças Armadas e da Polícia Federal, mas se coloca a disposição para negociar outra alternativa.

Para ele, o governo federal deve ceder áreas do Incra para o Estado instalar os produtores que devem deixar a reserva.

"Eu acho que tem que se ter bom senso para se respeitar as famílias. Eu não quero imaginar a possibilidade de se resolver isso de forma traumática", afirma o novo governador de Roraima.

**O MAPA DA MINERAÇÃO**

**Sábado, 24/11/2007**

**Editoria: BRASIL Página: Especial A-6**

As terras indígenas e as jazidas de minérios

1 - Riquezas

Roraima é o Estado onde há mais jazidas de minérios dentro de terras indígenas, como na reserva Raposa/Serra do Sol

2 - Massacre

Em Rondônia, 29 garimpeiros de diamantes foram mortos por índios cintas-largas na reserva Roosevelt, em 2004

Fonte: Serviço Geológico do Brasil, vinculado ao Ministério de Minas e Energia

**Mineradoras têm interesse na Amazônia**

**Sábado, 24/11/2007**

**Editoria: BRASIL Página: Especial A-6**

**DA REDAÇÃO**

É na região amazônica onde o interesse minerário é maior e onde estão as etnias mais preservadas, como os yanomami. Principalmente no Amazonas e em Roraima, onde 32 terras indígenas ocupam 46,4% do território do Estado, segundo o antropólogo Carlos Alberto Cirino, professor da Universidade Federal de Roraima.

Só na reserva Raposa/ Serra do Sol (RR), estão cerca de 17 mil índios, diz Dionito José de Souza, índio macuxi e coordenador do Conselho Indígena de Roraima. "Com a exploração, a terra já ficaria para a empresa, porque tem minério em toda parte. E os índios iriam para onde?"

No país, são 488 terras delimitadas, que somam mais de 105 milhões de hectares, segundo a Funai. Isso significa 12,41% do território do país e equivalem à área de São Paulo, Minas e Paraná juntos.

Há hoje no Brasil cerca de 460 mil índios distribuídos em 225 povos. Além desses, a Funai estima que deve haver entre 100 mil e 190 mil indígenas fora das terras, como em áreas urbanas.

**PF prepara ação em área indígena de RR**

**Domingo, 04/11/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A15**

**Planejamento é que retirada da população não indígena do local dure pelo menos 130 dias e envolva cerca de 400 homens**

**Cerca de 15 mil índios vivem na região Raposa/Serra do Sol; desde julho, Lula cobra o cumprimento de decreto assinado em abril de 2005**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A ação de desocupação da área indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, vai durar pelo menos 130 dias e ocupar cerca de 400 homens, segundo planejamento estratégico elaborado pela Polícia Federal, por ordem da Presidência.

Desde julho o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobra o cumprimento efetivo do decreto, assinado por ele em abril de 2005, que determina a demarcação da área em terras que somam 1,7 milhão de hectares e a retirada de toda a população não indígena. Na região, vivem cerca de 15 mil índios das etnias Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Patamona.

A demora tem razões políticas e burocráticas. No primeiro caso, o Exército não quer fornecer apoio logístico. Segundo a Folha apurou, a Força entende que esvaziar totalmente a área e entregá-la de uma vez aos povos indígenas é deixá-la vulnerável e propícia a eventual disposição do presidente venezuelano Hugo Chávez de ocupá-la.

A resistência foi aparentemente contida na última semana, quando Lula se reuniu com os ministros Nelson Jobim (Defesa) e Tarso Genro (Justiça). Ficou acertado que o Ministério da Justiça fará a lista de itens de apoio que necessita para que a PF faça seu trabalho \_helicópteros, barracas, alimento e pessoal para manutenção de acampamentos.

O impasse burocrático surgiu da discussão sobre a necessidade ou não de ter um mandado judicial para a PF retirar os não indígenas. Em parecer, a Advocacia Geral da União afirmou que o decreto dispensa qualquer outra exigência.

A PF orçou em R\$ 12 milhões a ação para retirar da área toda a população que vive em torno da produção mantida por sete empresários arrozeiros, que resistem a deixar a região e têm apoio de parte dos indígenas.

A decisão do presidente Lula, segundo a Folha apurou, será cumprida mesmo sem o apoio do Exército. A PF pretende usar um edifício público na capital do Estado, Boa Vista, para montar uma base operacional, por meio da qual será possível treinar e manter policiais e fazer rodízio daqueles destacados para as ações no campo.

Paralelamente, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) negocia o deslocamento de famílias e áreas alternativas para o plantio de arroz.

Desde o início do ano, 131 famílias que moravam na região foram incluídas no programa federal de reforma agrária. Restam, ainda, 164 famílias.

Para os rizicultores, o Incra disponibilizou 24 mil hectares em Caracará, uma área que, informa a assessoria de imprensa do órgão, seria "propícia ao cultivo de arroz" e, "às margens da BR 174 principal rodovia do Estado \_a poucos quilômetros do porto fluvial da cidade", facilitaria escoamento.

### **General crítica a retirada de agricultores de área indígena**

**Terça-feira, 20/11/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

O general José Benedito de Barros Moreira, secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais, afirmou ontem que as Forças Armadas vão ajudar na retirada de não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, mas disse que a remoção dos chamados arrozeiros é um retrocesso para a integração regional.

"Se a Segurança Nacional tem por objetivo o desenvolvimento do país, nós entendemos que essa presença dos arrozeiros na região, que já é bastante longa, venha a contribuir para a integração. Não é o caso, basicamente, de retornar ao estado tribal da chegada dos



portugueses aqui. Então, uma das linhas que se pode perceber é que talvez a retirada dos arroteiros venha retroceder nessa integração regional", disse.

A desocupação da área, ainda sem data marcada, deve durar cerca de 130 dias e ocupar cerca de 400 homens, segundo planejamento do Ministério da Justiça e da PF. Em 2005, foi assinado decreto pelo qual a Raposa/ Serra do Sol terá área de 1,7 milhão de hectares exclusivamente para indígenas.

### **Área indígena salva pássaro amazônico de sumir do mapa**

**Sábado, 27/10/2007**

**Editoria: CIÊNCIA Página: A31**

**Abandonado pela ciência, o joão-de-barba-grisalha perdeu quase todo o habitat para plantações de arroz em Roraima**

**Bióloga carioca trabalhando nos EUA avaliou população do animal e diz que terra de índios ameaçada por arrozal é o reduto final da espécie**

**RAFAEL GARCIA**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

Uma das espécies de passarinho amazônicas sob maior risco de extinção só está viva ainda porque a maior parte de sua população está dentro de reservas indígenas em Roraima. O status de ameaça do joão-de-barba-grisalha (*Synallaxis kollari*), ave quase "abandonada" pela ciência, só foi avaliado agora por ter sido objeto de estudo da bióloga carioca Mariana Vale, da Universidade Duke, de Durham (Estados Unidos).

A pesquisadora de 32 anos \_que acompanhada apenas de um barqueiro fez diversas expedições à região, onde ocorrem conflitos violentos entre índios e agricultores\_ defendeu há duas semanas sua tese de doutorado. No trabalho, ela recomenda a elevação do pássaro da categoria de "vulnerável" para "ameaçada" na lista vermelha de espécies da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza).

Em estudo recém publicado na revista "Bird Conservation International", Vale mostra que o joão-de-barba grisalha perdeu a maior parte do seu habitat extremamente restrito \_as matas de galeria em rios do norte de Roraima\_ para plantações de arroz, a maior parte delas irregulares.

Como a região não possui unidades de conservação, o único refúgio que a espécie encontrou foram as terras dos índios, que travam uma verdadeira guerra para expulsar os arroteiros invasores (leia texto abaixo).

Além do joão-de-barba-grisalha, Vale estudou o xororó-do-rio-branco. "Escolhi essas espécies a partir do meu mestrado na Universidade Columbia, quando eu estava procurando espécies endêmicas da Amazônia brasileira que têm grande risco de se extinguir no futuro", disse.

"A primeira coisa que me chamou atenção foi que, quando comecei a estudar essas espécies [antes da expedições], não existia referência em literatura dizendo que elas ocorriam em área indígena, Deus sabe por quê", contou a bióloga à Folha. "Acho que as pessoas entravam em terra indígena sem saber, ou não queriam dizer que entraram porque não tinham autorização da Funai."

Em 2002, após alguma burocracia para obter a licença da Funai \_e um bom trabalho para ganhar a confiança dos índios\_ Vale iniciou suas expedições. Em três viagens entre 2003

e 2005, percorreu 500 km de rios em um barco com capacidade para apenas duas pessoas, somando quase 200 dias de viagem.

"A gente foi subindo rios, parando a cada três quilômetros, e usávamos um "playback" com o canto do passarinho macho para atrair a espécie", conta. "Como essa é uma espécie territorial, se você toca o canto do macho e tiver outro macho na área ele responde e fica muito injuriado: é supostamente um outro macho que está tentando entrar no território dele."

Ao final da pesquisa, a bióloga concluiu que o xororó-do-rio-branco está em uma situação relativamente confortável, e seu status de perigo pode ser baixado de "ameaçado" para "quase-ameaçado". "O xororó também vive na parte sul de Roraima, que é menos detonada e tem unidades de conservação", explica Vale.

O João-de-barba-grisalha, porém, que habita apenas uma pequena área no norte, está mesmo em situação bem mais delicada, mas ainda encontra refúgio nas terras indígenas.

Juntando migalhas

Apesar de a expedição de Vale não requerer uma infra-estrutura cara, deu trabalho juntar o dinheiro necessário ("Pedi bolsa para tudo quanto é lugar."), mas com verbas de pesquisa dos EUA conseguiu fechar as contas. "Fui juntando migalhas mesmo: US\$ 500 aqui, US\$ 1.000 ali..."

Na hora de passar a sacola, ajudou o fato de Vale ser aluna de Stuart Pimm, um dos ecólogos mais respeitados dos EUA, que a orientou desde 2000.

"Na época ele era professor na Universidade Columbia [em Nova York], e eu pedi que ele fosse meu orientador de mestrado", conta. "Eu fui na cara dura mesmo, não tinha nenhum contato nem nada. Ele disse que fazia dez anos que não orientava estudantes de mestrado \_ só doutorado\_, mas no final eu o convenci e ele acabou topando."

Nascida na Argélia de pai paraense e mãe francesa, Vale, que diz gostar de "escalada" e "samba", deve voltar em breve ao Rio. "Em janeiro eu estou indo para o Laboratório de Ecologia de Aves da Uerj por dois anos, para fazer um estudo sobre a redistribuição das aves endêmicas da mata atlântica com o aquecimento global."

## **Reserva ainda é palco de conflitos**

**Sábado, 27/10/2007**

**Editoria: CIÊNCIA Página: A31**

**DA REDAÇÃO**

Com uma área de 1,7 milhão de hectares, boa parte deles em área de campos naturais \_propícios para agricultura e pecuária\_, a Terra Indígena/Raposa Serra do Sol ainda é palco de conflitos, dois anos após ter sido homologada pelo governo.

Na reserva, identificada em 1993 como área indígena, vivem 15 mil índios das etnias macuxi, taurepangue, ingaricó, uapixana e patamona. No entanto, agricultores não-índios se instalaram na região nos anos 1990 e criaram cidades na vizinhança ou dentro da reserva. A sede do município de Uiramutã, por exemplo, está totalmente dentro da área indígena.

Conflitos entre índios e arroteiros (que contam com apoio de políticos de Roraima) arrastaram o processo de homologação, que só foi finalizado em abril de 2005.

Os arroteiros continuam se recusando a sair da área.

## **"A gente está de saco cheio de biólogo aqui"**

**Sábado, 27/10/2007**

**Autor: RAFAEL GARCIA**

**Editoria: CIÊNCIA Página: A31**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

Ao longo dos três anos em que viajou pelo norte de Roraima pesquisando aves, a bióloga Mariana Vale precisou aprender a conviver com o conflito entre índios e arroteiros na reserva Raposa/Serra do Sol. A disputa, que dura até hoje, estava no auge, e a bióloga topou com uma barreira logo de cara.

"Assim que eu cheguei, eu tinha de entrar em reserva indígena para fazer meu trabalho e estava tentando desesperadamente uma entrevista com as lideranças indígenas da região para conseguir essa autorização", conta. "Mas, enquanto isso, havia indígenas sendo mortos, sendo presos, gente tocando fogo em aldeias. Obviamente a última prioridade deles era falar com uma bióloga do Rio."

Por intermédio do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), ela conseguiu se reunir com representantes do CIR (Conselho Indígena de Roraima), que não a receberam de maneira muito acolhedora.

"Foi assim, hostil. Foi barra pesada", afirma. "O que ele disseram foi: "A gente está de saco cheio de biólogo vindo aqui, pedindo autorização para entrar para fazer trabalho, porque eles vêm, fazem o trabalho, a gente não sabe nem qual foi a pergunta do trabalho, nem qual foi o resultado. Aí eles vão embora, e nunca mais se ouve falar deles."

A cientista ficou constrangida. "Acabei me questionando, porque eu estava querendo mais ou menos a mesma coisa, e eu realmente não tinha muito o que oferecer em troca."

O tom da conversa só mudou quando Vale mencionou que a principal ameaça ao João-da-barba-grisalha eram os arroteiros ilegais. "A gente descobriu que existe mais ou menos um inimigo em comum", disse.

Ao fim do encontro, a bióloga acabou convidada a dar aulas sobre biodiversidade em uma escola que o CIR mantém junto ao rio Surumu para formar lideranças indígenas na região.

A escola foi destruída posteriormente em um incêndio criminoso, mas foi reconstruída. Um guia de identificação de aves que Vale produziu para as aulas no CIR hoje está sendo usado tanto em escolas indígenas quanto pela Secretaria do Meio Ambiente de Roraima.

Quanto à retirada dos arroteiros da terra indígena, onde se concentra a maior parte da população da ave, a questão não avançou muito. O prazo para a desocupação terminou em abril. O governo prometeu que em setembro a Polícia Federal retiraria os agricultores da área. "Aguardamos que o governo federal cumpra com a promessa", disse à Folha Joenia Wapichana, coordenadora jurídica do CIR. "Até agora os arroteiros continuam plantando numa boa, como se nada tivesse acontecido."

(RG)

**PF vai expulsar em setembro agricultores de reserva de RR**

**Terça-feira, 28/08/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A Polícia Federal vai retirar em setembro a população não-índia que vive na terra Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Terminou em abril de 2006 o prazo para a saída dessas pessoas na portaria que demarcou a reserva.

Os remanescentes são arroteiros, apenas cinco grandes produtores, segundo a PF, e indígenas ligados à Sociedade dos Índios Unidos do Norte de Roraima.

A missão policial, batizada de Operação Upatakon 3 (termo que significa nossa terra), segue determinação do presidente Lula, que há dois meses cobrou uma solução definitiva para a região. Em 2005 o presidente assinou decreto pelo qual Raposa/Serra do Sol terá uma área contínua de 1,7 milhão de hectares em Roraima exclusivamente para povos indígenas. Na região, vivem 15 mil índios das etnias macuxi, taurepangue, ingaricó, uapixana e patamona.

Índios ligados à Sociedade estão em permanente conflito com os 2,5 mil integrantes do Conselho Indigenista de Roraima, que têm sinalizado disposição de partir para o confronto com os inimigos caso os não-índios permaneçam em Raposa/Serra do Sol.

"Vencemos todos os prazos, sempre com disposição para negociar. Mas hoje, pelas informações que temos, o grupo que lá permanece não pretende negociar, mas promover o conflito, ficar na região, o que não será possível", afirma o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto.

Segundo Barreto, a resistência a sair da terra indígena tem entre 40 e 50 líderes, que conseguem reunir até 400 pessoas em manifestações contra a demarcação. A ação da PF será em conjunto com Funai e Ibama.

### **STF decide contra produtores em Roraima**

**Terça-feira, 05/06/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O STF (Supremo Tribunal Federal) negou ontem mandado de segurança movido por produtores de arroz e pecuaristas que ocupam a reserva indígena Raposa do Sol, em Roraima, e derrubou a liminar que garantia a permanência deles na área.

O julgamento permite que a Funai os remova do local se eles não obtiverem outras liminares judiciais.

Relator da ação, o ministro Carlos Ayres Britto disse que essa foi uma importante vitória das comunidades indígenas que vivem na reserva, mas afirmou que a batalha não está encerrada, porque há outras ações judiciais.

A decisão do plenário do STF foi unânime.

## **População não-índia ignora ultimato e fica em reserva**

**Terça-feira, 01/05/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Produtores de arroz e parte da população não-índia que vivem no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol (área de 1,7 milhão de hectares em Roraima) não deixaram o local ontem, quando se encerrou o prazo dado pela Funai para que saíssem da área.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) notificou em março os arroteiros e não-índios para que deixassem o local até 30 de abril e recebessem as indenizações a que têm direito e que já foram ajuizadas. Conforme dados da Funai, até março existiam cerca de 60 ocupantes não-índios dentro da terra indígena. O número de arroteiros, estimado pelo órgão, gira em torno de cinco, que detêm oito fazendas na área.

Segundo uma das lideranças dos arroteiros, Paulo César Quartiero, eles não estão preocupados em ser retirados da terra indígena, e sim em fazer a colheita do arroz plantado. A Funai, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que, com o descumprimento do prazo, "irá adotar as medidas necessárias" para completar a retirada.

## **Nova reserva 'fecha' fronteira do Brasil na região amazônica**

**Sábado, 27/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Funai conclui relatório de terra indígena no limite com Colômbia e Venezuela**

**Militares temem criação de reserva no norte do país, mas Funai nega riscos; STF deve assegurar acesso das Forças Armadas à área**

**CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

Paralelamente ao debate sobre Raposa/Serra do Sol, a Funai (Fundação Nacional do Índio) acaba de concluir relatório circunstanciado de demarcação de uma nova área com alto potencial de conflito: a terra indígena Cué-Cué/Marabitanas, localizada na tríplice fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela.

Com a demarcação da reserva, os limites nacionais da região Norte estarão praticamente encerrados em terras indígenas, restando apenas o trecho entre as reservas Alto Rio Negro e Evaré I, no Amazonas, e a área entre as reservas Yanomami e Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Mapa da Diretoria de Assuntos Funcionários da Funai, obtido pela Folha, mostra que a nova reserva ocupará uma área de 808.597 hectares, cerca de 8.085,97 km<sup>2</sup> \_superior à da região metropolitana de São Paulo (a Grande SP).

A Cué-Cué, reivindicada há oito anos por organizações indigenistas, se estende por uma faixa de 522 km ao longo da margem esquerda do rio Negro (AM), entre as cidades de Cucuí e São Gabriel da Cachoeira. Une assim as terras indígenas Alto Rio Negro (oeste), Yanomami (leste) e Balaio (sudeste), além de outras três no Amazonas. Segundo projeções de analistas, são cerca de 23 milhões de hectares numa faixa contínua superior a 2.500 km.

Ex-presidente da Funai, o antropólogo Mércio Gomes é contra a fusão das terras: "Vai ficar uma área contínua muito grande, que barra toda fronteira e abre uma celeuma muito difícil. É uma temeridade". Mércio explica que, quando dirigiu o órgão (2003-2007), sugeriu que a área se restringisse ao perímetro da margem esquerda do Rio Negro. Ele critica que o grupo de delimitação tenha sido integrado por organizações indigenistas. Setores militares mais radicais vêm uma ameaça à soberania nacional. "Acho suspeito esse fechamento da fronteira. Temos que tomar cuidado com a balcanização da Amazônia e a presença de ONGs interessadas em explorar as riquezas da terra", afirma o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Barbosa de Figueiredo. O militar defende a integração do índio à sociedade e critica a Funai de ser "pouco transparente". Na última sessão de julgamento no STF sobre a demarcação contínua de Raposa/Serra do Sol, o ministro Carlos Alberto Menezes Direito deu garantias de acesso das Forças Armadas às reservas. Seu voto foi acolhido por outros seis ministros.

#### População

Segundo o relatório da Funai, na área de Cue-Cué/Marabitanas vivem 1.702 índios, a maioria das etnias baré e baniwa. Também há em menor proporção membros das etnias tucano e piratapuia, além de um subgrupo baré-uerequena. As famílias vivem basicamente do extrativismo, embora o subsolo da região seja rico em minerais estratégicos. A Folha apurou que haveria também pouco mais de 1.000 não-índios, moradores e comerciantes, que deverão ser retirados após a homologação da reserva.

O próximo passo será a aprovação do relatório, com o que se abrirá um período de 90 dias para contestações. Coordenador-geral de Identificação e Demarcação, Paulo Santilli admite que "pode haver algum questionamento e reações localizadas", e que o traçado da reserva em questão não é definitivo. Santilli espera um "debate qualificado" e rejeita alegações de risco à soberania.

"Os últimos casos, inclusive Raposa, reafirmam a legitimidade da presença do Exército e de outras forças. Não há qualquer restrição à presença militar e as próprias guarnições são compostas por índios, que auxiliam na garantia da presença e da mobilidade dos militares na área", diz o antropólogo.

Para Santilli, as relações entre militares e indígenas no Amazonas são diferentes das de Roraima, onde o debate é permeado pela "elite política interessada na exploração econômica das reservas". Para a demarcação, foi feito estudo antropológico, identificação da ocupação tradicional e levantamento fundiário. Após aprovação, o relatório será submetido à homologação presidencial.

## **NOVA TERRA INDÍGENA**

**Sábado, 27/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

Reserva ainda não homologada fecha mais a fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela

### **ARA VIRAR TERRA INDÍGENA**

#### **1. Identificação**

Primeiro, a Funai elabora um levantamento antropológico de identificação da terra indígena, com estudos de natureza sociológica, jurídica, cartográfica, fundiária e ambiental

#### **2. Delimitação**

Após aprovar o relatório, a Funai dá 90 dias para contestações. Se houver questionamento, o órgão envia pareceres ao Ministério da Justiça, que decide sobre a área Demarcação

3. O Ministério da Justiça então baixa portaria declarando os limites da área, e a Funai promove a demarcação física, com a ajuda do Incra, que reassentará os eventuais não-índios

4. Homologação

Depois a demarcação é submetida ao presidente da República para a homologação da terra indígena, última fase do processo

1.702 índios é o número dos que serão beneficiados com a terra Cué-Cué/Marabitanas

### **Empresa ameaça deixar Funai sem carro na Raposa**

**Quarta-feira, 17/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Locadora afirma que dívida é de R\$ 700 mil; órgão diz que valor é menor e será pago**

**Os veículos \_dez picapes, duas vans, dois microônibus, um caminhão-baú e um caminhão-tanque\_ são usados para fiscalizar a área**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Em meio à indefinição sobre o futuro da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), a Funai corre o risco de perder os veículos de que dispõe para fiscalizar a região da reserva. A empresa Asatur Transporte, que aluga veículos para a Funai em Boa Vista, ameaça pegar de volta dez picapes, duas vans, dois microônibus, um caminhão-baú e um caminhão-tanque.

A empresa cobra da Funai o referente a três meses de serviços prestados, no valor de R\$ 700 mil, segundo o dono da empresa, Renildo Correia da Silva. A Asatur mantém contratos com a Funai de Boa Vista desde abril, exclusivamente para reforçar as ações na Raposa.

"Prometeram pagar em dezembro. Se não pagarem, a gente retira tudo", disse Renildo, que afirma ter "despesas enormes" com os veículos, que andam em "estradas péssimas".

O chefe da Funai em Boa Vista, Gonçalo Teixeira dos Santos, confirmou que existe a dívida, mas disse que ela é menor e será toda quitada. "Há uma dívida, bem menor que os R\$ 700 mil, mas que não tenho aqui de cabeça. A gente estava aguardando um recurso complementar, que já foi descentralizado para a Funai", disse.

A quantidade de veículos usados pela Funai \_que tem seis veículos próprios, de acordo com Gonçalo\_ é menor que a licitada. O órgão deveria utilizar, segundo contratos, também outras dez picapes, três caminhões-baú, dois caminhões com carroceria de madeira, um caminhão-tanque e um caminhão-pipa. Gonçalo disse que eles não estão sendo usados porque não há necessidade.

Dois dos sete contratos assinados com a Asatur desde abril foram feitos sem licitação. Foram assinados em abril e junho, no valor total de R\$ 975 mil.

O dono da Asatur disse que os contratos foram feitos provisoriamente, por 30 dias, antes do pregão, que, "graças a Deus", foi vencido pela empresa dele. Segundo Gonçalo, os

contratos foram feitos em caráter emergencial para reforçar ações na Raposa, e a vitória da Asatur em pregões foi "coincidência".

### **Lula critica adiamento de decisão sobre Raposa**

**Terça-feira, 16/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma crítica indireta ontem ao ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello por ele ter pedido vista no processo que julga a manutenção da demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR).

Segundo Lula, não havia motivo para suspender novamente o julgamento já que 8 dos 11 ministros votaram a favor. O presidente demonstrou ainda ser favorável à posição dos índios que moram na região.

"Nós estávamos com 8 a 0 para demarcar a área de forma contínua. De repente, um ministro pede vista e nós temos de aguardar apenas o resultado final, apesar de 8 a 0 definir a maioria absoluta na Suprema Corte em favor daquilo que estava no projeto original", disse.

Lula usou o caso da reserva como um exemplo de que nem sempre as decisões dependem apenas de vontade política.

"Eu passei 30 da minha vida achando que tudo dependia de vontade política, mas vamos pegar o caso da Raposa/Serra do Sol, que é o caso mais recente, mais emblemático", disse, ao lembrar que há quatro anos foi tentado um acordo, mas não houve entendimento. As declarações foram feitas na abertura da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

O secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, também citou a reserva indígena em seu discurso. "Tivesse a elite política daquela época o cuidado de não jogar uma pedra sobre o tema, com o genocídio indígena que matou 5 milhões de índios, não haveria tamanha polêmica e a homologação da terra indígena, assinada por meio de decreto do presidente Lula, em 2005, não sofreria tantas contestações."

(LUCAS FERRAZ E SIMONE IGLESIAS)

### **Antropólogo vê Raposa como marco político**

**Segunda-feira, 15/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O antropólogo Paulo Santilli, 50, afirma que o entendimento do STF sobre a Raposa/Serra do Sol consagra a política indigenista desenvolvida pela Funai há décadas. Coordenador de Identificação e Delimitação do órgão, ele diz que essa linha do Supremo "vira" uma página no processo de reconhecimento dos "direitos territoriais indígenas".

(LUCAS FERRAZ)

FOLHA - Mesmo com as 18 ressalvas feitas, o indicativo do STF é uma vitória para a política indigenista da Funai?



PAULO SANTILLI - Consolida um longo processo de regularização fundiária que vem sendo desenvolvida há décadas.

FOLHA - O entendimento vira uma página da história da política indigenista?

SANTILLI - Vira a página do processo de reconhecimento oficial dos direitos territoriais indígenas, dos povos que vivem nessa área.

FOLHA - O caso da Raposa parece ter se tornado um dos mais emblemáticos da Funai.

SANTILLI - Se tornou emblemático, passou a simbolizar toda a política indigenista, condensou as várias ações em âmbito administrativo, judicial, político, na mídia.

FOLHA - E deixa alguma lição?

SANTILLI - Da persistência dos índios em busca do reconhecimento. Eles se esmeraram na interlocução com o Estado e se fizeram compreendidos.

### **Para ruralista, reserva deixa fronteira frágil**

**Segunda-feira, 15/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Para o presidente da SRB (Sociedade Rural Brasileira), Cesário Ramalho, o indicativo do STF de manter a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol e retirar os arroteiros da área é um exemplo de como, ao longo da história, "produtor rural vem sendo traído" por causa da política indigenista.

FOLHA - O que o sr. achou do indicativo do STF?

CESÁRIO RAMALHO - O caso era estratégico, muito além da agropecuária. Traz vulnerabilidade às fronteiras.

FOLHA - Roraima tem a reserva dos Ianomâmi, na fronteira com a Venezuela, que nunca foi apontada como uma ameaça à soberania nacional.

CESÁRIO - Esta já está estabelecida. O que está em debate é a Raposa/ Serra do Sol. Não é adequado estabelecer uma reserva em região de fronteira. Deveria ser intermediária.

FOLHA - A demarcação contínua recebeu oito votos favoráveis, mas a decisão final ficará para 2009. Ainda é possível mudar?

CESÁRIO - Dificilmente. O Carlos Alberto Direito preservou o país.

FOLHA - Como?

CESÁRIO - Os índios cobravam pedágio, dificultando ou impedindo a entrada da PF e do Exército. Agora, os produtores devem ser indenizados. O produtor rural vem sendo traído, ao longo da história, por causa dessa questão de terras indígenas.

### **Índios buscam restos em lixão de Boa Vista**

**Segunda-feira, 15/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Saídos de reservas do Estado, como a Raposa, indígenas e garimpeiros vasculham aterro sanitário na periferia da capital**

**Para agente da Funai, quando os índios saem de suas comunidades, ficam com vergonha de voltar e têm de sobreviver na cidade**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA  
MARLENE BERGAMO  
ENVIADA ESPECIAL A BOA VISTA**

O aterro sanitário de Boa Vista (RR), que recebe mais de 600 toneladas de lixo produzidas diariamente por seus 250 mil moradores, é o destino de índios e garimpeiros que deixaram as reservas indígenas de Roraima, como a Raposa/Serra do Sol, e hoje precisam do detrito para sobreviver na cidade.

A Folha esteve no descampado de mais de 500 metros de extensão, na periferia da capital. Viu ao menos 30 pessoas com feições indígenas trabalhando em meio ao chorume (resíduo formado a partir da decomposição de matéria orgânica) e aos urubus.

Eles não quiseram falar. "O pessoal tem medo que seja a polícia, que aparece para tirar a gente daqui", afirma Magson Pinto Azevedo, 28, um dos não-índios da área que perambula pelo aterro há seis anos, buscando alumínio, cobre ou algo para comer.

Segundo outros catadores, ex-moradores das reservas aparecem periodicamente. Usam o que pegam no aterro para vender e comprar roupas. Também trocam farinha com outros freqüentadores do aterro pela gordura das carnes apodrecidas. "Eles vendem o sebo para as fábricas de sabão."

Sentada sobre uma lata, uma mulher abaixa a cabeça quando percebe a chegada da reportagem. Ao seu lado, outra, mais velha, esconde o rosto com uma das mãos.

Com alguma insistência, a primeira diz que elas são da etnia macuxi. Está grávida de cinco meses. "Venho só de sábado aqui", diz, perto do trator que esmaga a carga deixada por outro caminhão. Mas se cala quando perguntada sobre sua terra de origem.

Apesar de não ser indígena, Luís Almir Ferreira, 52, conhece bem a Raposa/Serra do Sol. Durante dez anos, morou nela, onde buscava, ilegalmente, ouro e diamante.

Foi expulso depois da homologação da reserva, em 2005. Agora vasculha o lixo, com a ajuda de uma espécie de espeto de ferro, ferramenta de quase todos no aterro. "Lá era muito melhor, bonito. Demora para se acostumar com o cheiro."

Como boa parte dos catadores, ele trabalha cinco dias por semana, das 9h às 17h. Consegue R\$ 400 por mês, o que "dá só para o gênero [comida]".

"Tem muito garimpeiro aqui. Eles saíram [das reservas], foram botados para fora. Quando chegam à cidade, não têm o que fazer", diz José Procópio de Souza, 65, que há 20 sobrevive dos detritos de Boa Vista.

Um agente da Funai (Fundação Nacional do Índio) na região disse que, quando os índios saem de suas comunidades, ficam com vergonha de voltar e têm de sobreviver na cidade. Alguns, afirmou, acabam cometendo suicídio.

Para Erotéia Mota, macuxi e candidata derrotada a vice-prefeita do arroteiro Paulo César Quartiero, o número de egressos da Raposa no aterro deve aumentar se o Supremo Tribunal Federal confirmar a demarcação contínua da reserva.

**'Amazônia é vulnerável com ou sem índio', diz professora**

**Segunda-feira, 15/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Análise é da pesquisadora Marcelle Silva, que estuda questões de segurança nas fronteiras**

**Especialista critica política da Funai de tutela de índios e diz que órgão e a PF não têm condições de monitorar quem entra e sai de reservas**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Não importa se a terra é ocupada por índios ou por fazendeiros: toda a faixa de fronteira da Amazônia brasileira é vulnerável. A análise é da coordenadora do curso de relações internacionais da Universidade Federal de Roraima, Marcelle Ivie da Costa Silva, 28, que pesquisa as questões de segurança nas fronteiras brasileiras e está concluindo doutorado em ciência política pela Unicamp com a tese "Raposa/Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e interesses internacionais na Amazônia brasileira".

Ela diz que há "maniqueísmo" nas análises sobre a disputa na Raposa e que a Polícia Federal e a Funai não têm condições de saber se não-índios entram em áreas indígenas.

FOLHA - Como vigiar uma área de 1,7 milhão de hectares, em região de fronteira?

MARCELLE IVIE DA COSTA SILVA - Não é possível vigiar a Amazônia. É um problema geral, não uma questão dessa reserva. O fato de ser faixa de fronteira não vejo como sendo uma ameaça especial. É uma ameaça presente em outras faixas de fronteira, sendo área indígena ou não. Existe legislação específica que prevê a entrada das Forças Armadas em caso de ameaça.

A gente não pode esquecer que a terra indígena Ianomâmi [na fronteira com a Venezuela] é mais extensa que a Raposa. As políticas públicas são feitas para a Amazônia, mas há várias amazônias. Dependendo do local, há particularidades que não são levadas em conta. Falta sentar com essas comunidades, ouvir o que precisam. Não basta demarcar e não dar condição para as populações se estabelecerem com qualidade de vida.

FOLHA - A Funai cumpre seu papel?

MARCELLE - O problema da Funai não é só a política indigenista, a qual tenho críticas, mas também as condições que o Estado dá ao órgão. Você vai lá, demarca. É um processo lento. Na Raposa, culminou no que a gente está vendo: demarca e depois deixa as populações com pouca salvaguarda. Tem muita área demarcada onde as pessoas estão morrendo de fome.

A Funai falha aí. Não por falta de vontade, mas por falta de recurso. Acho a política da Funai, de tutela do indígena, totalmente inadequada. Tem que capacitar populações para que se auto-sustentem.

FOLHA - Qual o controle do acesso de não-índios a terras indígenas?

MARCELLE - Qualquer pessoa que vá a uma terra indígena precisa de autorização da Funai. Mas aí esbarra na burocracia. Às vezes, tem que esperar seis meses para uma autorização. O que as pessoas fazem? Vão sem, porque a burocracia é enorme. No mês passado, dois americanos foram pegos dentro da Raposa. Um era internacionalista e outro trabalhava para uma empresa de prospecção de petróleo. Mas é muito raro a Polícia Federal pegar alguém na Raposa sem autorização. Não tenho como provar, mas a gente sabe que há entrada de estrangeiros até porque a fronteira é vulnerável.

A melhor maneira de fazer o controle é treinar a comunidade para fazê-lo.

FOLHA - Um dos argumentos centrais dos opositores à demarcação em área contínua é a ameaça à soberania nacional. Faz diferença se a terra é indígena ou não?

MARCELLE - Não basta garantir uma soberania no âmbito do território. Não adianta ter uma presença enorme das Forças Armadas, seja ela terra privada ou da União, se você não tem forma de garantir que o conhecimento ou a ciência que pode ser gerada nessa área tão rica seja administrada pela comunidade científica do Brasil. A facilidade de

transporte de informações hoje é incrível. Não precisa levar plantas, você faz pesquisa e leva informações em microchip. A riqueza não é necessariamente diamante ou ouro. Você pode ter uma mina de diamante que não vale nada perante a possibilidade de desenvolvimento da indústria farmacêutica, por exemplo.

FOLHA - O que o prolongamento do impasse na Raposa/Serra do Sol pode acarretar à região?

MARCELLE - Há muito maniqueísmo. Por causa dessa polarização, um novo adiamento do julgamento traz mais ansiedade. Isso é um problema que vem há 30 anos. A Raposa virou um símbolo, mas temos outras questões indígenas para resolver. O caminho que se tomar tende a ficar como marco para futuras decisões. Um confronto direto pode acontecer? Pode. Mas não gostaria de colocar isso em tom alarmista porque as partes sabem que partir para a violência é muito prejudicial.

### **Índios isolados apóiam saída de arroteiros**

**Domingo, 14/12/2008**

**Grupos que passaram a viver no interior da Raposa/Serra do Sol, longe de fazendeiros, se dizem felizes com isolamento étnico**

**Segundo comunidades, a vida 'melhorou quase 100%' após início da debandada de produtores no início de 98, com demarcação da reserva**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA,**

**NA RAPOSA/SERRA DO SOL**

**MARLENE BERGAMO**

**ENVIADA ESPECIAL**

**À RAPOSA/SERRA DO SOL**

No interior dos 1,7 milhão de hectares da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), onde o STF (Supremo Tribunal Federal) pode decidir no ano que vem pela retirada da população não-índia, índios macuxis que já passaram a viver em isolamento aprovam a experiência.

A polêmica sobre a retirada dos não-índios se concentra na Vila de Surumu, onde estão as propriedades de rizicultores como Paulo César Quartiero. Mas em quase todo o resto da Raposa/Serra do Sol o "homem branco" já foi embora \_debandada que começou com a demarcação da terra, em 1998 .

E, nas comunidades por onde a Folha passou, algumas a cerca de 200 km de estradas de terras de Pacaraima (RR), aqueles que os índios chamam de "invasores" não deixaram boas lembranças.

Mesmo morando nos casebres que sobraram dos antigos fazendeiros, com suas vias de acesso em péssimo estado e apenas com o atendimento mais básico de saúde, todos os índios entrevistados (sem a mediação de líderes envolvidos na disputa) se disseram felizes com o isolamento étnico.

Eles vivem da mandioca e do milho que plantam, do gado que criam \_já são cerca de 40 mil cabeças, segundo a Funai\_ e do diamante e do ouro que conseguem garimpar ilegalmente (leia texto nesta página).

Segundo disseram, só vendem o boi para fora quando precisam pagar dívidas.

"Ah, melhorou quase 100%", disse Danilo de Souza, 38, morador da Vila Socó, na região próxima à fronteira com a Guiana. "Antes, eles [os não-índios] não deixavam a gente ter nossa roça, batiam na gente. Foram passando cercas, tirando a gente da nossa terra."

Marcado a ferro

Outras pessoas também relataram agressões na época da presença de não-índios. De acordo com um agente da Funai na região, há até um homem ainda vivo que, antes da demarcação, foi marcado a ferro por um proprietário rural.

Segundo Souza, os índios eram empregados pelos fazendeiros. Mas recebiam muito pouco ou eram pagos com cachaça, popularizada pelas dezenas de garimpeiros que atuavam ali na década de 1980. "Trabalhei dois anos para eles e ganhei só um bezerrinho."

O processo de saída do "homem branco", afirmou Souza, só foi possível quando os índios da vila criaram um grupo apelidado de "Vai ou Racha", com apoio de missionários católicos que atuam na reserva.

Eles impediram os índios de beber e forçaram os fazendeiros a aceitar suas criações e lavouras. Até hoje o álcool está banido da comunidade.

Arco e flecha

Em direção ao norte, encontra-se índios com pouco contato com outras culturas, que falam suas línguas originais e ainda caçam e pescam com arco e flecha, algo impensável quando se vê os moradores da Surumu, onde muitos usam celular, tocadores de MP3 e roupas de marca \_falsificadas.

"Comecei a aprender a atirar flecha há 11 anos", afirmou Maique José, 28, da comunidade Caxirimã, enquanto manejava seu arco. Quando adolescente, ele chegou a trabalhar em fazenda, só para aprender a criar gado sozinho.

Mas a retomada das tradições produtivas indígenas, que incluem o trabalho e o consumo coletivo, ainda sofre alguma resistência dentro das comunidades. "Tem pessoa que fica com frescura, não quer participar", disse Nunes da Silva, 24, também morador da Vila Socó.

## **RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Domingo, 14/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

O caso da reserva indígena em Roraima

1,7 milhão de hectares é o tamanho da reserva

CRONOLOGIA

1998

> O governo federal demarca a reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR) de forma contínua na fronteira com a Venezuela e

Guiana

2005

>> A demarcação contínua é homologada pelo presidente Lula

mar.08

>> Grupo de arroteiros se nega a sair da região, entre eles Paulo César Quartiero, prefeito de Pacaraima

>> PF organiza uma operação para a retirada dos não-índios. Arroteiros têm o apoio do governo do Estado

>> Mais de 30 ações tramitam no Supremo contra a demarcação contínua da reserva  
9.abr.08  
>> Os ministros do STF suspendem a operação da PF para a retirada dos não-índios até que o mérito da questão seja julgado  
6.mai.08  
>> Quartiero e funcionários são presos após ataques em fazenda que deixam nove índios feridos. Eles são soltos oito dias depois  
22.mai.08  
>> Gilmar Mendes, Ayres Britto e Carmen Lúcia visitam a reserva  
27.ago.08  
>> O julgamento no STF sobre o destino da terra indígena é interrompido, após Ayres Britto votar pela total retirada dos nãoíndios. Menezes Direito pede vista e adia o julgamento  
10.dez.08  
>> O STF retoma o julgamento, mas Marco Aurélio pede vista. Mesmo assim, decide-se que os outros ministros podem ler o voto.  
Há hoje 8 votos favoráveis à demarcação contínua da terra. O julgamento será

### **Vila dentro de reserva está 'uma tristeza só' com saída de fazendeiros, diz índia**

**Domingo, 14/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA**

**RAPOSA/ SERRA DO SOL**

**DA ENVIADA À RAPOSA/ SERRA DO SOL**

Para a índia macuxi Erotéia Mota (DEM), 35, secretária de Administração e Planejamento de Pacaraima (RR), cidade que tem como prefeito o arroteiro Paulo César Quartiero (DEM), a Vila Socó, visitada na sexta-feira pela reportagem da Folha, virou "uma tristeza só" com a saída dos fazendeiros.

Ligada à Sodiurr (Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), ela ficou conhecida em maio quando ameaçou se explodir \_com um colete que supostamente tinha bombas\_ em protesto contra a operação da Polícia Federal para retirar os não-índios.

"[Quando] tiraram os fazendeiros dali [Vila Socó], acabou tudo, as casas, as estradas." Ela, que nasceu na vila, saiu de lá ainda criança e é mal vista pelos índios que ainda moram no local, pois, para eles, traiu suas origens.

Erotéia disse que o mesmo vai ocorrer com a Vila Surumu se os ministros do STF não mudarem seus votos e os fazendeiros forem obrigados a sair. "Ninguém vai querer morar num lugar onde não tem nada." Ela afirmou que o governo não vai ser capaz de dotar a área com infra-estrutura necessária para manter a população no local.

Além disso, disse, movimentos como o CIR (Conselho Indígena de Roraima), que ajudam a organizar a reserva, vão perder poder e se esvaziar com o possível fim da disputa no ano que vem.

## **Garimpo é antigo dentro de terra, dizem indígenas**

**Domingo, 14/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA**

**RAPOSA/ SERRA DO SOL**

**DA ENVIADA À RAPOSA/ SERRA DO SOL**

Se para a Polícia Federal e para a Funai os garimpos ilegais na Raposa/ Serra do Sol são ações isoladas, para índios ouvidos pela reportagem são um meio antigo de sobrevivência, apesar de não tornarem nenhum indígena rico.

"Eles [garimpos] estão todos na beira do rio, [fazemos] com peneira mesmo. Mas é só para comprar uma roupa, uma rede para nós", disse Audésio Lima Pereira, 21, que até dois anos atrás também tentava, manualmente, achar pepitas de ouro ou pequenas pedras de diamante. Desistiu porque, afirmou, não dava muito dinheiro.

Segundo o IBGE, apenas de ouro há 26 locais de exploração, que, diz a Constituição, só pode ser feita em terras indígenas com autorização do Congresso.

Lima e outros dois índios garimpeiros disseram que a prática, segundo seus familiares mais velhos, remonta ao começo do século 20, quando os não-índios começaram a chegar em maior número à região. "Tinha tanto ouro que o pessoal usava para fazer bala para espingarda", afirmou Edilson da Silva, 42, lembrando que seus antepassados não tinham noção do valor.

Hoje, quando um índio consegue achar algum mineral de valor em um dos rios da reserva, tentam revender em cidades próximas, como Uiramutã, Pacaraima ou Boa Vista.

"Se for ouro, vende em qualquer lugar. Se for diamante, precisa conhecer alguém", disse Silva, que não soube dizer quanto se ganha em média por mês com a exploração.

Segundo a Funai, os próprios índios avisam a fundação quando vêem alguém garimpendo, já que boa parte das comunidades tem estação de rádio.

Isso, dizem os índios, não impede que "homem branco" entre na reserva para a atividade. "Mas antes da homologação era pior, porque não deixavam a gente nem chegar perto [do garimpo]", disse Lima.

## **Controle das fazendas de arroz já divide índios em RR**

**Domingo, 14/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Passada a fase mais importante do julgamento da Raposa/Serra do Sol, com a sinalização do Supremo Tribunal Federal de manter a demarcação contínua e a saída dos arroteiros da área, uma nova polêmica na terra indígena, inevitável pela tensão provocada pela disputa, coloca em lados opostos os próprios índios: o que fazer com os 25 mil hectares das fazendas de arroz e quem vão controlá-las.

A disputa envolve, de um lado, uma pequena minoria de índios, da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), que trabalha ou tem ligações diretas

com os arroteiros, e, de outro, a ampla parcela que responde ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), favorável à demarcação contínua.

A área das fazendas em disputa, correspondente a 1,5% dos 1,7 milhão de hectares da Raposa/Serra do Sol, ou 14 arquipélagos de Fernando de Noronha (PE), é avaliada pelos produtores em quase R\$ 100 milhões.

Líderes da Sodiur disseram à Folha que vão controlar as fazendas. Além da proximidade com os produtores, já que muitos trabalham ou têm parentes nas áreas, eles se julgam mais preparados para tocar os empreendimentos.

"Assim que eles [rizicultores] forem indenizados, vamos cair dentro [das fazendas]. Caso contrário, vai haver conflito. Tenho certeza disso", diz o tuxaua Adeildo Barbosa, um dos líderes da entidade. Ele conta que a Sodiur tem mais de dez máquinas agrícolas disponíveis para a produção.

O macuxi Jacir José de Souza diz que os índios do CIR, têm, sim, condições de continuar a produção. "Eles [índios da Sodiur] contam com instrumentos do governo do Estado".

Jacir afirma que conversou com líderes da entidade rival para tentar um entendimento, dividindo as fazendas de modo que todos sejam contemplados. Mas ainda não há consenso entre todos eles.

Os rizicultores afirmam que os índios não têm condições de tocar a produção como ela é atualmente. A Funai afirmou que não há um entendimento sobre o assunto.

### **Índios apóiam presença do Exército em área, diz Jobim**

**Sábado, 13/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**DA FOLHA ONLINE, NO RIO**

**DA SUCURSAL DO RIO**

O ministro Nelson Jobim (Defesa) disse ontem que as comunidades indígenas da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, apóiam a presença do Exército na região. Jobim acusou ONGs (Organizações Não-Governamentais) de espalharem o discurso de que a presença militar na localidade inflamaria os índios, elevando o clima de tensão na reserva.

"Esse discurso de que a presença das Forças Armadas dentro da circulação das reservas indígenas é prejudicial é um discurso de ONGs. Isso não é um discurso de índio. Índio não pensa assim", afirmou Jobim, após seminário sobre a concessão de aeroportos, no Rio.

Jobim ressaltou que conhece a fundo as reservas indígenas do país, devido ao seu trabalho à frente do Ministério da Justiça, em 1995. Por isso, garantiu que os índios têm absoluta tranquilidade em relação à presença de militares na região. "Há um motivo muito simples: 80% do efetivo do Exército amazônico é de indígenas".

Também no Rio, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, disse que o órgão "considerou que, sempre que houver necessidade, as Forças Armadas podem entrar [na reserva], assim como também a Polícia Federal, nas matérias de sua competência".



## **Arrozeiros vão manter plantações em reserva**

**Sexta-feira, 12/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Produtores de RR afirmam ter esperança de que os oito ministros do STF que já votaram pela saída deles da área mudem voto**

**Rizicultores, que só devem deixar terra após decisão final do Supremo, querem indenização de R\$ 90 mi, mas Funai pagou R\$ 2,2 mi**

**SÍLVIA FREIRE**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Um dia após ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) terem votado a favor da retirada dos produtores de arroz da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, os fazendeiros afirmaram que vão continuar plantando.

A Folha falou ontem com quatro dos sete rizicultores que deverão deixar a terra indígena se a votação for mantida. Todos disseram que continuarão a produzir enquanto puderem. O arroz plantado agora poderá ser colhido a partir de abril.

"Eu vou plantar. Tenho funcionário que trabalha comigo há dez anos. Vou fazer o quê? Mandar todos embora? E a família desse povo faz o quê?", disse o gaúcho Ivo Barili, que está em Roraima há 28 anos. Ele disse empregar atualmente cerca de 40 pessoas.

Anteontem, 8 dos 11 ministros votaram pela manutenção da demarcação contínua da terra indígena com ressalvas. O julgamento foi suspenso com o pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello e deve ser concluído no início de 2009.

A reação dos produtores à votação no STF é de revolta e de indignação. Alguns têm esperança de que os ministros mudem seus votos quando o julgamento for retomado.

"Vamos pensar no que fazer, mas, a princípio, não vamos sair. Só aqui em Roraima que não se tem direito à propriedade, pois foi o Incra que vendeu esta área. Você viu alguém mencionar isso ontem [anteontem, no julgamento]?", questionou Ivalcir Centenaro, que está em Roraima há 28 anos. "Pagamos impostos todos os anos e agora somos chamados de invasores."

O paranaense Nelson Itikawa, que preside a associação dos arrozeiros e também está há mais de 28 anos no Estado, disse esperar mudança nos votos. "O ministro Marco Aurélio vai aprofundar [o estudo do caso] e deve expor a realidade do Estado. Os ministros que já votaram podem modificar seus votos. Nada é impossível."

O gaúcho Paulo César Quartiero, que está em Roraima há 32 anos, disse que está terminando o plantio na próxima semana. "Estamos plantando e vamos colher. Até maio, temos 500 mil sacos para retirar."

A reportagem percorreu ontem a lavoura de arroz da fazenda Depósito, uma das duas propriedades de Quartiero dentro da terra indígena. Na área \_a mesma onde dez indígenas foram feridos em maio deste ano após invadi-la\_ a plantação se estende por centenas de metros, como um grande tapete verde. Parte deve começar a ser colhida em cerca 20 dias. Outras áreas foram semeadas recentemente.

Os funcionários da fazenda estão proibidos de dar declarações pelo rizicultor. Um deles afirmou, no entanto, que, depois da votação de anteontem, já espera ser demitido. "Nem sei o que vou fazer", disse.

Os produtores esperam também o julgamento de uma ação sobre o valor pago pelo governo como indenização. Eles querem acima de R\$ 90 milhões, segundo avaliações de peritos contratados por eles. A Funai (Fundação Nacional do Índio) pagou R\$ 2,2 milhões, já depositados na Justiça, pelas benfeitorias instaladas na área.

Colaborou MARLENE BERGAMO, enviada especial à reserva Raposa/Serra do Sol

## **NO SUPREMO**

**Sexta-feira, 12/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

As principais ressalvas feitas à Raposa/Serra do Sol

1. Os índios podem perder o direito de uso das riquezas das terras sempre que houver o interesse público da União, regularizado por lei
2. Só podem explorar recursos hídricos e energéticos se o Congresso autorizar
3. Os índios não podem fazer garimpagem
4. A União pode, sem consulta, instalar postos militares e criar infra-estrutura para garantir a segurança
5. As Forças Armadas e a PF podem entrar na área sem autorização dos índios
6. Cabe ao Instituto Chico Mendes definir as regras de entrada de visitantes não-índios na área de conservação ambiental
7. Cabe à Funai estabelecer as regras de entrada e permanência de não-índios no restante da terra indígena
8. Os índios não podem cobrar pela entrada de não-índios nem pela utilização de estradas e equipamentos públicos no interior da reserva
9. As terras indígenas não podem ser arrendadas ou negociadas
10. Não podem ser cobrados tributos pelo uso das terras e pelas riquezas naturais que há na reserva
11. A Funai não pode ampliar a terra indígena já demarcada

## **Detalhamento das condições para terra indígena será foco de julgamento no STF**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**FELIPE SELIGMAN**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Após indicar anteontem que a terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) deve ter sua demarcação mantida de forma contínua e que os arroteiros deverão sair da região, o foco do STF (Supremo Tribunal Federal) a partir de agora estará voltado às "condições" que serão fixadas no final do julgamento.

Tais ressalvas, propostas por Carlos Alberto Menezes Direito, ainda serão discutidas pelos ministros quando o debate for retomado, provavelmente no primeiro semestre de

2009. Não para qualquer alteração, mas para "especificar" o que ele quis dizer em seu voto. Serão elas, segundo o presidente do STF, Gilmar Mendes, as diretrizes a serem seguidas nas demarcações de terras indígenas.

Para a Funai (Fundação Nacional do Índio), contudo, os 18 pontos apresentados por Direito não são inéditos nem vão representar mudanças, já que eles estão previstos em portarias e decretos do Ministério da Justiça e também nos artigos 231 e 232 da Constituição.

A exceção é a condição apresentada por ele de que fica vedada a ampliação de terras já demarcadas. Algumas áreas homologadas na primeira metade do século passado, por exemplo, estão em processo de análise para eventuais alterações.

Em algumas áreas, diz Paulo Santilli, coordenador-geral de Identificação e Delimitação da Funai, as demarcações foram erradas ou malfeitas. "Mas essas condicionantes têm um grau de generalidade que impossibilita avaliação, a formulação é vaga. Temos que aguardar definição", afirma.

As autoridades pró e contra a demarcação contínua devem voltar a rondar o tribunal, apresentando idéias e preocupações a respeito das limitações que poderão ser impostas.

As 18 condições apresentadas por Carlos Alberto Direito foram seguidas por 7 dos 8 ministros que já adiantaram seus votos. Para validar juridicamente os pontos apresentados, Direito votou pela "parcial procedência" da ação, que pedia a invalidação da demarcação da reserva, localizada entre a fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana, com cerca de 1,7 milhão de hectares.

Se tivesse votado por sua "improcedência", qualquer ressalva só poderia ser tomada como recomendação.

Ainda existe a possibilidade de criação de novas condições ou de mudança de algumas já propostas, a depender do voto dos ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes, quando o colega Marco Aurélio Mello \_autor do segundo pedido de vista, que adiou pela segunda vez o julgamento\_ apresentar seu voto. A questão divide a União, índios e ONGs, de um lado, e arroteiros, congressistas e o governo de Roraima, de outro.

Ministros relataram à Folha que as condições foram construídas a partir de uma análise prática dos problemas ocorridos nas últimas décadas envolvendo terras indígenas, protagonizados por índios ou não.

Sua idéia, portanto, seria reafirmar proibições já existentes para reservas indígenas, mas que são corriqueiramente descumpridas. Dentre elas, a garimpagem, a cobrança de taxas para a entrada e utilização das reservas ou a negociação e vendas de terras.

Direito também tratou do desmatamento em áreas indígenas ao falar sobre a prevalência dos direitos ambientais, não dos índios. Dentro da Raposa há o Parque Nacional Monte Roraima, que ainda não saiu do papel \_o parque não tem ao menos um funcionário.

As ressalvas foram interpretadas como um "recado": a falta de políticas sociais e o risco para a soberania nacional não tem a ver com a presença dos índios, mas com a falta de ação do Estado.

## **NO PLANALTO: GOVERNADOR DIZ QUE DECISÃO FOI EQUIVOCADA**

**Sexta-feira, 12/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

Após reunião ontem com o presidente Lula, em Brasília, o governador de Roraima, José Anchieta Júnior (PSDB), disse que não se sente derrotado pela orientação do STF. Mas

afirmou não concordar com a decisão. "A decisão foi equivocada. Não mudo meu pensamento." Em janeiro, Lula vai transferir seis milhões de hectares de terras federais para o governo de Roraima.

#### **PF suspeita de mineração ilegal na área**

**Sexta-feira, 12/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL**

A Polícia Federal em Roraima investiga denúncias de que índios e não-índios estejam explorando ilegalmente os recursos minerais da terra indígena Raposa/ Serra do Sol.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) confirmou que, apesar de isoladas e de terem diminuído desde 2005, quando houve a homologação da reserva, as tentativas para retirar minerais continuam.

Três ações da PF nos últimos 30 dias aumentaram as suspeitas sobre a atividade mineradora ilegal. Há cerca de 20 dias, dois cidadãos norte-americanos foram detidos portando equipamentos para pesquisa mineral. Eles alegaram ser missionários religiosos e foram liberados.

As outras duas ações apuravam denúncias contra indígenas. Em uma delas, a PF deteve um homem carregando combustível que seria usado por balsas de garimpos, o que não se confirmou. Em outra, a polícia foi até um local suspeito de ter máquinas para garimpar, mas não encontrou nada.

Pela Constituição, esse tipo de exploração só pode ser autorizado pelo Congresso.

(JOÃO CARLOS MAGALHÃES e MARLENE BERGAMO)

#### **REPERCUSSÃO: PARA TARSO E MENDES, NÃO HAVERÁ CONFLITO**

**Sexta-feira, 12/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

Para o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, e o ministro Tarso Genro (Justiça), a segunda interrupção do julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol não vai acirrar o clima em Roraima. "O tribunal tem grande credibilidade e tudo será bem encaminhado", disse Mendes. Tarso elogiou a votação do STF. "Foi uma boa decisão."

#### **Maioria do STF vota para tirar arroteiros de reserva**

**Quinta-feira, 11/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Mas pedido de vista adia decisão do julgamento, que só deve ser sair em 2009**

**Ministros indicam condições aos índios, que poderiam fazer uso da terra, mas sem poder de vetar a instalação de bases militares na área**

**FELIPE SELIGMAN**

**HUDSON CORRÊA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A maioria dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) votou ontem pela manutenção da demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, e pela retirada dos produtores de arroz que ocupam a área.

Mas em 7 dos 8 votos que seguiram essa linha foram incluídas 18 condições sobre as quais a própria Funai (Fundação Nacional do Índio) afirmou ainda não ter idéia do impacto que isso pode representar nas áreas indígenas do país. O órgão disse que buscará um entendimento jurídico, pois as regras que foram sugeridas ontem deverão servir como parâmetro para as demarcações em curso no país.

A desocupação da reserva somente deverá ser oficializada no início de 2009, por conta de um pedido de vista do ministro Marco Aurélio Mello. Ele disse estar preocupado com a informação que leu em reportagem da Folha de ontem de que o resultado do julgamento poderia ameaçar 227 áreas indígenas que ainda estão sob análise.

Oito dos 11 ministros votaram ontem, sendo que 6 deles o fizeram mesmo após o pedido de vista de Marco Aurélio. Todos os que votaram decidiram seguir o relator, ministro Carlos Ayres Britto, mas indicaram algumas "condições", sugeridas por Carlos Alberto Direito. Ele foi o primeiro a pedir vista, em agosto deste ano.

Entre as ressalvas está a limitação da entrada de índios em reserva ambiental no interior da terra indígena, que deverá se adequar a regras estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Os ministros também afirmaram que o usufruto da terra pelos índios não abrange os seguintes pontos: a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos \_"que dependerá sempre da autorização do Congresso"\_ e a garimpagem.

Adversário da demarcação contínua, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse que as condições propostas pelos ministros são um avanço, pois abrem a possibilidade de o Estado investir em projetos na área com autorização do Congresso.

O uso da terra pelos índios também fica condicionado ao "interesse da Política de Defesa Nacional". "A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa, Conselho de Defesa Nacional) serão implementados independentemente de consulta a comunidades indígenas envolvidas e à Funai", afirmou Direito.

Ele também deixou claro que a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área fica garantida independentemente de consulta aos índios.

O voto de Direito foi acompanhado por Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Cezar Peluso e Ellen Gracie. O próprio Ayres Britto mudou o seu voto e acompanhou as ressalvas explicitadas por Direito. O ministro Joaquim Barbosa, por sua vez, seguiu o voto inicial do relator.

Durante o julgamento, quando grande parte dos ministros já havia se manifestado a favor da manutenção da área contínua, Ayres Britto propôs cassar uma liminar concedida em abril pelo próprio STF, que suspendeu a operação da Polícia Federal de retirada dos arrozeiros da reserva indígena.

Seis ministros acataram a idéia do relator, mas Marco Aurélio novamente pediu vista e acabou se desentendendo com Britto. O relator afirmou que já havia maioria para cassar a decisão e que o pedido de vista do colega não teria efeito.

Marco Aurélio rebateu: "Eu pergunto se o plenário ainda é um colegiado? Seria o caso de cassar o pedido de vista? Vossa excelência chega a esse ponto, a essa teratologia [estudo de monstruosidades]?"

Britto respondeu que não seria certo pedir vista em questão liminar, ao afirmar que a antecipação já era "irreversível". Ele recebeu o apoio do ministro Lewandowski. O presidente Gilmar Mendes, porém, aceitou o pedido de vista de Marco Aurélio Mello e afirmou que a liminar só será derrubada com o pronunciamento final do Supremo. Se a liminar fosse cassada ontem, os arroteiros deveriam sair agora da região.

Os ministros também afirmaram que a expulsão de não-índios só vale para aqueles que de alguma forma exploram a região ou mantêm conflitos com a população indígena. Ou seja, somente os arroteiros serão retirados da reserva.

Em tese, os ministros poderão voltar atrás, a depender dos argumentos do voto-vista de Marco Aurélio, que abertamente se opõe à forma contínua de demarcação e faz críticas ao "aculturamento" dos indígenas lá presentes.

Tal hipótese, no entanto, tem pouca probabilidade de se concretizar, já que a maioria dos ministros decidiu não esperar pelo voto do colega e adiantou sua posição. Os únicos que não votaram, além de Marco Aurélio, foram Celso de Mello e Gilmar Mendes, os dois que votariam depois do colega.

Apesar de criar ressalvas, os ministros afirmaram que não existiram vícios legais no processo demarcatório da reserva e defenderam o "usufruto exclusivo" das terras pelos índios. Também rejeitaram os argumentos de que sua localização \_fronteira do Brasil com Venezuela e Guiana\_ colocaria em risco a soberania nacional.

## **O QUE DIZEM OS MINISTROS**

**Quinta-feira, 11/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

Na sessão do STF sobre a Raposa/Serra do Sol

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO

"Nenhum direito de cunho privado poderá prevalecer sobre os direitos dos índios"

CÁRMEN LÚCIA

"Haverá de se abrir espaço para os índios e não obrigá-los a seguir nossos exemplos"

RICARDO LEWANDOWSKI

"[Dizer que a área ameaça a soberania nacional] é ofensivo às forças de segurança do país"

EROS GRAU

"Transformar as áreas em ilhas é uma velha idéia conservadora"

JOAQUIM BARBOSA

"A grande extensão do território permite que a produção de arroz continue em outras regiões que não sejam de reserva"

CEZAR PELUSO

"Não adiantará nada [o julgamento], se o Estado brasileiro continuar a se omitir no apoio às populações indígenas"

ELLEN GRACIE

"É preciso que o Estado se mobilize para o resgate da dívida com as populações indígenas"

**Durante sessão, índios tocam Zé Ramalho e jogam futebol**

**Quinta-feira, 11/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Sem televisão, índios recebem de jornalistas informações sobre o julgamento no STF  
Valter de Oliveira, do CIR, afirma que índios já estão cansados; líder indígena diz  
que derrota de rizicultor minou a sua força política**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL**

**MARLENE BERGAMO**

**ENVIADA ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL**

Diferentemente do que líderes indígenas e rizicultores prometeram durante a semana, a espera ontem pela decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) na Vila de Surumu, epicentro da disputa pela terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), não teve tensão, invasão de fazenda ou provocações.

No dia em que oito ministros do STF votaram pela demarcação contínua da reserva, o que se viu na comunidade \_dividida entre os que queriam a demarcação contínua e os que a queriam em "ilhas" \_ foi tranquilidade e pouco interesse pelo que acontecia em Brasília.

Portando celulares, tocadores de MP3 e vestindo camisetas de times de futebol estrangeiros, os índios dormiam em redes, faziam churrascos, arranhavam um cover de Zé Ramalho no violão e jogavam uma pelada em uma quadra coberta.

Mesmo com os oito votos favoráveis à continuidade da atual demarcação, como defendem os índios do CIR (Conselho Indígena de Roraima), ninguém comemorava. Em nenhum lugar da vila o julgamento era televisionado. As notícias chegavam para a maioria dos índios por meio dos jornalistas \_um cenário bem diferente da primeira votação, em agosto, quando houve até uma transmissão pública dos votos.

Fora da Vila de Surumu, o desinteresse era ainda maior. Na comunidade do Contão e na de Placas, a cerca de 30 km da vila, alguns nem sabiam que o destino de seu território estava sendo decidido. "A gente não tá ligando para esse negócio de julgamento. Estamos por fora", disse Evaldo Dutra, 25, que ia para Boa Vista num microônibus para comprar roupas.

A tensão anunciada pelo rizicultor Paulo César Quartiero, pelo governador José de Anchieta Júnior (PSDB-RR) e pelo líder do CIR, Dionito de Souza, foi esvaziada pela ausência de integrantes da Sodiur (Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), que, mesmo composta por índios, defende que os produtores rurais continuem na área.

"Depois do que aconteceu [em maio, quando nove indígenas se feriram em um conflito com funcionários de Quartiero], a gente fez um trabalho de conscientização muito forte do nosso pessoal, mostrando que não adianta a violência", disse José Brazão, uma das únicas pessoas ligadas à Sodiur que estava ontem na vila.

Mas ele afirmou que a pouca mobilização contrária à demarcação contínua está também relacionada à derrota de Quartiero em sua tentativa de se reeleger prefeito de Pacaraima (RR) neste ano, pelo DEM: "Ele perdeu um pouco de força política, não podemos negar".

Mesmo a presença de 300 índios numa área próxima a uma das fazendas do rizicultor, anunciada por ele em Brasília no início da semana, foi negada pela Polícia Federal, Funai e pela Força Nacional de Segurança \_que, juntos, tinham mais de cem agentes na região.

Da parte do CIR, só um terço das 1.500 pessoas que Souza prometeu chegou até a vila.

Para Valter de Oliveira, coordenador regional do conselho, havia uma "certa descrença" em relação ao término do julgamento ontem. Outros alegaram à reportagem que já estavam "cansados" da disputa.

No início da tarde, cerca de 150 índios juntaram-se na quadra para uma "reza" e uma espécie de dança tradicional, que, segundo afirmaram, duraria até os ministros do Supremo Tribunal Federal chegarem a uma resolução. Eles usavam roupas tradicionais e cocares \_que podiam ser comprados na vila por R\$ 5 cada um. Para os que dançavam, o "caxiri" (aguardente feita com mandioca) era distribuído de graça.

### **Índios de terno e gravata assistem ao julgamento ao lado de índios sem camisa Quinta-feira, 11/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

#### **Índios com e sem terno rezam durante sessão no STF DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

De terno e gravata, um grupo de oito índios da Raposa/Serra do Sol, contrário à demarcação contínua, assistiu ao julgamento no plenário do STF, sob a ameaça de despejo no hotel onde estão hospedados desde sábado, em Brasília. "A dívida com hospedagem já chega a R\$ 5.000 e falaram que, se não pagarmos, não vamos entrar mais no hotel", disse o líder macuxi Sílvio da Silva.

O grupo contrastava com outros 20 índios que assistiram ao julgamento de cocar, pintados e sem camisa.

Os índios de terno são membros da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima), entidade liderada por Silva, contrária à demarcação contínua da reserva e ligada à igreja evangélica.

Já os índios sem camisa integram o CIR (Conselho Indígena de Roraima), que é vinculado à Igreja Católica e que defende a expulsão de fazendeiros da reserva.

Silva pediu ajuda ao senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) e disse que a Funai não apoiou o grupo em Brasília. A Funai afirmou que pagou as diárias aos índios do CIR, mas que não foi procurada pelo grupo Sodiur.

### **Funai se diz preocupada com ressalvas de ministro**

**Quinta-feira, 11/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Para Menezes Direito, áreas demarcadas não podem aumentar; líder de arroteiros diz que o 'governo já vendeu a Amazônia'**

**Márcio Meira, da Funai, considerou os votos uma vitória dos índios; senador reclama que Roraima ficará só com 10% de seu território**

#### **DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Meira, afirmou que as condições impostas pelo ministro Carlos Alberto Menezes Direito, no voto, dão razão às preocupações dos povos indígenas.

"Acho que os povos indígenas estão preocupados com razão porque são votos que têm explicações jurídicas muito complexas. A gente tem dificuldade, eu que não sou da área de direito, de entender claramente essas condicionantes que estão colocadas." A área jurídica da Funai vai analisar o caso.



A Folha apurou que, entre as ressalvas, preocupa a que diz: "É vedada a ampliação da terra indígena já demarcada".

A Funai estuda identificar novas áreas em Mato Grosso do Sul, o que é entendido por ruralistas como ampliação da reserva de 3.000 hectares, em Dourados, onde vivem 11 mil índios. A Raposa/ Serra do Sol tem 1,7 milhão de hectares.

Meira considerou os votos uma vitória, pois indicou que a terra será contínua e não fere a soberania nacional. Mas, conforme a Folha apurou, a Funai teme que haja demora no voto de Marco Aurélio Mello.

O ministro Tarso Genro (Justiça), a quem a Funai está subordinada, disse ontem que o Supremo agiu com "ponderação e responsabilidade".

O líder dos arroteiros, Paulo César Quartiero, que tem duas fazendas na reserva, assistiu ao julgamento. No intervalo, andando de um lado a outro do plenário, afirmou que "os brasiguaios [brasileiros com terra no Paraguai] são mais bem tratados que os produtores brasileiros". Na saída, disse: "A minha conclusão é que o governo brasileiro já vendeu a Amazônia e agora está lutando para entregar aos novos proprietários". "E está usando a desculpa da questão indígena para esticar a política entreguista desse governo", completou ele.

Para o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), um dos autores da ação contra a demarcação contínua, haverá impacto econômico sobre Roraima, pois o Estado ficaria com menos de 10% de terra. "Os demais estão na mão do Incra e dos índios."

(HC E FS)

### **Decisão do STF pode ameaçar 227 áreas**

**Quarta-feira, 10/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Documento da Funai revela que essas terras indígenas ainda passam por análise e poderão ser afetadas pelo resultado de hoje**

**Resultado do julgamento que continua hoje no STF deve definir os parâmetros a serem seguidos na definição de novas áreas do país**

**LUCAS FERRAZ**

**FELIPE SELIGMAN**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A tendência de o Supremo Tribunal Federal decidir por uma proposta intermediária no julgamento de hoje sobre a Raposa/Serra do Sol (RR) colocará em risco pelo menos outras 227 terras indígenas que ainda se encontram em análise administrativa, revela documento oficial obtido pela Folha.

Nesses pouco mais de 9 milhões de hectares, o equivalente a Santa Catarina inteira, vivem cerca de 35 mil índios.

O documento da Diretoria de Assuntos Fundiários da Funai (Fundação Nacional do Índio) revela a situação das terras indígenas no país, a maioria localizada na Amazônia Legal: 138 estão em estudo; 25, delimitadas; 45, declaradas; 19, homologadas; e 426, já regularizadas, como a Raposa/Serra do Sol.

A Funai, contudo, não descarta que o julgamento do STF coloque em risco até mesmo as áreas já regularizadas. O exemplo mais forte é a própria Raposa, região judicializada pelo

Supremo desde abril, quando a Polícia Federal realizava a retirada do local dos não-índios.

Homologada em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Raposa/Serra do Sol, encravada no extremo norte de Roraima, é habitada por cerca de 18 mil índios de cinco diferentes etnias. Com 1,7 milhão de hectares, a reserva tem superfície suficiente para agrupar 11 cidades de São Paulo.

O resultado do julgamento que será retomado hoje, segundo declarações de ministros da Corte, definirá os parâmetros a serem seguidos na demarcação de novas áreas indígenas.

Há hoje no país 653 terras indígenas espalhadas em pouco mais de 107 milhões de hectares (12,6% de todo o território nacional). Em extensão, 98% dessas reservas estão na Amazônia, onde fica 60% da população indígena, estimada em 450 mil índios distribuídos em mais de 208 grupos étnicos \_a Funai projeta que 250 mil índios estejam em áreas urbanas.

"A possível modificação da demarcação contínua poderia abrir brecha para que outras terras indígenas sejam questionadas judicialmente", disse Márcio Meira, presidente da Funai, que visitou ontem gabinetes de ministros do STF.

Ele estava acompanhado da senadora Marina Silva (PT-AC) e de Elésio Macuxi, prefeito eleito de Uiramutã (RR).

Como Meira, movimentos sociais, parlamentares e integrantes das Forças Armadas intensificaram, nas últimas semanas, as visitas ao Supremo.

Há uma maioria de ministros, segundo apurou a Folha, que defende modificações na reserva indígena, mas ainda sem consenso de como isso seria feito. Para alguns, as dimensões da demarcação deveriam ser mantidas, mas com flexibilização para atender às demandas do governo do Estado e dos arroteiros, como a criação de "ilhas", e das Forças Armadas, que idealizam "faixas" na zona de fronteira de modo a proteger a soberania nacional.

Outros, porém, podem sugerir não modificar a Raposa, mas definir regras para futuras demarcações. A única certeza ontem era a de que a solução final será construída no decorrer do julgamento.

Sobre o risco à soberania nacional, a Funai diz que o argumento é falso. Paulo Santilli, coordenador-geral de Identificação e Delimitação da Funai, cita que há em faixas de fronteiras outras terras indígenas, como a reserva dos Ianomâmi (Roraima-Venezuela), que nunca representaram ameaça.

## **Índios favoráveis à demarcação contínua prometem "sangue"**

**Quarta-feira, 10/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O CIR (Conselho Indígena de Roraima), entidade que reúne os índios favoráveis à demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em oposição aos arroteiros, endureceu o discurso ontem. O presidente da entidade, Dionito de Souza, disse que os

indígenas ligados ao conselho não cumprirão nenhuma decisão que determine a criação de "ilhas" na Raposa, como querem os arroteiros.

"Nunca mais vamos aceitar isso", afirmou. "Nós não temos nenhuma terra para onde ir." Destoando do clima de tranquilidade que a reportagem encontrou ontem na sede do CIR, em Boa Vista, Souza foi taxativo sobre um possível revés no julgamento de hoje, no STF (Supremo Tribunal Federal): "Daí vai ter sangue e o mundo não vai gostar de ver todos esses índios morrendo".

Para ele, a culpa de um possível confronto será "do STF, do homem branco, dos agricultores, mas não dos índios".

Na segunda, o tom era mais pragmático. Dionito afirmara que o CIR estava "aguardando a Justiça funcionar" e que, se fosse para usar a força, "já teríamos feito isso há 10 mil anos".

Já Adeildo Barbosa, da Sodiurr (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima), entidade rival do CIR e favorável à permanência dos não-índios na reserva, adotou um discurso ambíguo. Disse que cumprirá a decisão, mas que haverá conflito de qualquer maneira: "Mesmo com a decisão, pode ser que depois a gente continue brigando, se o CIR não deixar a gente trabalhar na nossa terra".

Ontem, mais de 500 indígenas favoráveis à demarcação contínua de Raposa/Serra do Sol se juntaram aos cerca de 300 que já estavam concentrados na região da Vila Surumu, localizada dentro da reserva e foco da mobilização entre índios contra e a favor da demarcação contínua. Outros 200 índios devem chegar hoje de outras reservas, disse o coordenador regional do CIR, o índio macuxi Walter de Oliveira. Eles irão acompanhar o julgamento do STF pela TV ou por rádio.

A rua principal de Surumu virou símbolo da divisão entre índios pró e contra a demarcação contínua. De um lado da rua ficam concentrados os grupos favoráveis à confirmação da demarcação contínua. Do outro ficam os que desejam a criação de "ilhas" que preservem a atividade dos arroteiros.

"O pessoal está acampado nas casas de parentes, na quadra de esportes e na beira do rio Surumu. O clima é de tranquilidade. Não tem indígena acampado próximo à fazenda do Quartiero. Isso é conversa dele", disse Oliveira. A afirmação é em referência às acusações do arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), líder do movimento contra a demarcação contínua, que disse anteontem que receberia "à bala" índios que tentassem invadir uma de suas fazendas, próxima ao local onde os índios estão concentrados.

O superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Maria Fonseca, disse que as informações do setor de inteligência indicam que não haverá conflito e que, na região, há apenas "um clima de expectativa". Ele afirmou que a denúncia de Quartiero foi verificada, mas nada que indicasse uma eventual invasão foi constatado.

Segundo Fonseca, o número de policiais na região continua "o mínimo necessário", mas, a partir de hoje, ele reforçará a segurança nos pontos com nível mais elevado de tensão. Em toda a reserva estão mobilizados entre 150 e 180 policiais, entre agentes da PF e da FNS.

**Exército só vai observar áreas, afirma coronel**

**Quarta-feira, 10/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

## **DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

Crítico da demarcação contínua da terra indígena Raposa/ Serra do Sol (RR), o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, afirmou ontem que as tropas de Roraima vão apenas observar, durante o julgamento de hoje no STF (Supremo Tribunal Federal), a mobilização de índios na área de Surumu e em outros pontos da região.

"Vamos continuar observando, por enquanto. Está tudo calminho", afirmou o general.

Em maio, Heleno protagonizou uma das maiores polêmicas sobre a terra indígena, ao classificar a demarcação contínua da reserva como ameaça à soberania nacional.

Caso o STF decida pela demarcação contínua, o Exército pode ser chamado para evitar conflitos. "A decisão está com o STF, decisão que é para ser cumprida (...) Temos uma brigada [1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista] na área e estamos aguardando o que vai acontecer."

(KÁTIA BRASIL)

### **Área de arroz em RR cresce 3 campos de futebol por dia**

**Quarta-feira, 10/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Rizicultores ignoram homologação de reserva e continuam a expandir produção**

**Área cultivada passou de 2.111 para 17 mil hectares de 1992 a 2008; produtores vêm potencial para crescer ainda mais 100 mil hectares**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A demarcação e homologação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol (RR) não impediu o crescimento da área destinada à produção de arroz, a principal causa do imbróglgio que será retomado no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Desde 2005, quando o presidente Lula assinou decreto que homologou a reserva, a área produtiva de arroz cresceu por dia uma média de três campos de futebol de dimensões oficiais. Por ano, a extensão de arroz dentro reserva, atividade considerada ilegal pelo governo, expande 750 hectares \_ou cinco parques do Ibirapuera.

A Folha levantou os dados com base em pesquisa do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), que acompanhou a evolução da área plantada de arroz, com imagens de satélites, entre 1992 e 2005, com a projeção da safra 2008/ 2009 feita pela Associação dos Arrozeiros de Roraima.

Os dados, além de contradizer os rizicultores, que afirmam ocupar a região com a monocultura desde pelo menos os anos de 1970, mostram como eles aumentaram significativamente a produção mesmo com a homologação da área pelo governo, medida que, se cumprida, deveria levar a interrupção da atividade dentro da terra indígena.

Em 1992, segundo o estudo "A invasão das monoculturas -O Desafio da Demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol", o arroz ocupava 2.111 hectares da reserva, que tem área total de 1,7 milhão de hectares. Seis anos depois, quando o governo FHC (1995-2002) demarcou a área, a superfície cultivada já era três vezes maior: 7.585 hectares.

Em 2005, último ano analisado pelo INPA, a rizicultura já respondia por 14.444 hectares. Para a safra 2008/2009, os cinco produtores da região têm disponíveis para cultivar arroz uma área de 17 mil hectares, embora a associação dos arrozeiros diga que a área de

cultivo seja um pouco menor. As seis fazendas, juntas, ocupam quase 25 mil hectares, 1,5% da área total da Raposa/Serra do Sol.

Para Vincenzo Lauriola, sócio-economista ecológico e responsável pela pesquisa do INPA, "não há dúvida de que houve má-fé" por parte dos arroteiros. "Esses empresários se instalaram ali com o objetivo deliberado de que a demarcação não saísse. E isso foi apoiado pelo governo do Estado. Eles não foram para lá inocentemente", afirma ele.

Nelson Itikawa, proprietário da fazenda Vizeu, que fica dentro da área, e presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, diz que a tendência de qualquer empreendimento é crescer. Segundo ele, a região da Raposa/Serra do Sol tem potencial de expandir mais 100 mil hectares. "Nosso objetivo é aumentar [a produção de arroz] até chegar no limite."

## **O JULGAMENTO SOBRE A RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Quarta-feira, 10/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

Supremo volta a discutir o caso da reserva hoje, às 9h

Identificação

A reserva indígena Raposa/Serra do Sol foi identificada como área indígena pela Funai em 1993, no governo Itamar, com extensão de cerca de 1,7 milhão de hectares. À época, já havia cidades no local

17 mil km<sup>2</sup> é o tamanho da reserva

104 mil km<sup>2</sup> é o total de área indígena no Estado (46%)

224 mil km<sup>2</sup> é a área do Estado de Roraima

em comparação Portugal tem uma área de 92 mil km<sup>2</sup>

COMO SERÁ A SESSÃO DE HOJE

. O relator Carlos Ayres Britto faz um breve resumo sobre o seu voto, a favor da demarcação contínua

. O ministro Carlos Alberto Direito apresenta seu voto-vista

. Os demais ministros votam, na seguinte ordem: Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Eros Grau, Joaquim Barbosa, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Gilmar Mendes

. O julgamento poderá ser interrompido no início da noite e retomado amanhã

O QUE ESTÁ EM JOGO

. Em 1998, FHC demarca a área de forma contínua

. Em 2005, ela é homologada pelo presidente Lula

. Todos os não-índios devem sair da reserva

. STF suspende em abril operação da PF para retirar não-índios até que o mérito da questão seja julgado

. Em agosto, o julgamento tem início no Supremo

COMO FOI O PRIMEIRO DIA, EM 27.AGO.08

. Ministro Carlos Ayres Britto leu o relatório da ação, protocolada pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

. Após a leitura, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, apresentou o seu parecer, favorável à demarcação contínua

. O advogado-geral da União, José Antonio Dias Tóffoli, apresentou os argumentos do governo a favor da manutenção da reserva contínua

- . Advogados inscritos como representantes das partes interessadas apresentaram seus argumentos
  - . O relator Ayres Britto apresentou o voto, que levou três horas para ser lido. Manifestou-se a favor da área contínua
  - . Ministro Carlos Alberto Direito pediu vista
- NA TV
- . TV Justiça (SKY, canal 117, e DirecTV, canal 209; para saber como sintonizar o canal em outras operadoras, acesse [www.tvjustica.jus.br/sintonizar.php](http://www.tvjustica.jus.br/sintonizar.php))

### **Tensão na Raposa aumenta à espera da decisão do STF**

**Terça-feira, 09/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Para governador de Roraima, haverá conflito seja qual for resultado de julgamento  
Líder arroteiro ameaça atirar contra índios em caso de invasão; para Funai, decisão  
sobre Raposa/Serra do Sol vai afetar outras reservas**

**LUCAS FERRAZ**

**HUDSON CORRÊA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Contrários à demarcação contínua da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o governador do Estado, José de Anchieta Júnior (PSDB), e o líder arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), afirmaram ontem que haverá conflito na reserva, seja qual for a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O governador disse, em Brasília, que está de prontidão para mobilizar médicos, ambulâncias e helicóptero, após o julgamento amanhã. Quartiero, que também viajou ontem para Brasília, afirmou ter orientado funcionários a atirar em índios, se houver invasão de fazendas.

"A realidade do Estado hoje é um clima tenso. Acredito que, seja qual for o resultado [no STF], deve ter conflito. O nível de acirramento está muito grande", disse Anchieta Júnior, que prevê conflito entre os próprios índios, porque muitos deles seriam contra a demarcação contínua. Ele distribuiu um DVD à imprensa com depoimentos de pessoas contrárias à demarcação da maneira proposta pelo governo federal.

Três índios falam na gravação, incluindo o macuxí Sílvio da Silva, que em maio chegou a mobilizar um grupo de indígenas contra outros índios favoráveis à demarcação contínua. Silva é presidente da Sodiurr (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), grupo que representa esses índios. Apesar de manter, oficialmente, o discurso da não violência, ele não descarta confrontos. "Se eles [o CIR] mexerem com a gente, vamos armar um campo de briga e marcar um encontro", disse. O CIR (Conselho Indigenista de Roraima) reúne índios a favor da reserva em área contínua.

Quartiero, proprietário das fazendas Depósito e Providência, dentro da terra indígena, conta ter orientado seus funcionários sobre o que fazer em uma eventual invasão dos índios em suas propriedades.

"Se entrarem, serão recebidos à bala ou qualquer outra coisa que tiver. Vamos reagir e proteger o nosso patrimônio."

No sábado, ele foi à PF denunciar ameaças de invasão, por parte de um grupo de 300 índios, contra uma de suas propriedades, "independentemente do resultado do julgamento".

O CIR disse que, de fato, mantém cerca de 300 índios próximo à fazenda, mas negou que haja um plano para invadir a fazenda. Afirmou que os índios estão lá para acompanhar o julgamento e "fazer uma manifestação na Vila Surumu".

Polêmica

A demarcação da reserva é um dos temas mais polêmicos a ser analisado na história do STF. A área, homologada pelo presidente Lula em 2005, corresponde a 11 cidades de São Paulo e está encravada no extremo norte de Roraima. Para o governador, a terra indígena na fronteira com Venezuela e Guiana ameaça a soberania nacional. Ele defende o convívio entre índios e fazendeiros.

Na região vivem mais de 18 mil índios de cinco etnias, segundo a Funai (Fundação Nacional do Índio), com predominância dos macuxi. O imbróglio sobre a demarcação, se em ilhas (com a possibilidade de brancos viverem no local) ou contínua (somente com os indígenas), se arrasta há dez anos.

A Funai vê com preocupação a tendência, conforme reportagem da Folha de ontem, de o STF buscar um meio termo na decisão: flexibilizaria a demarcação contínua atendendo à demanda do Estado e dos arroteiros, que permaneceriam na região. "Qualquer mudança [na demarcação] fere o preceito constitucional. Se houver brecha, cria-se um precedente muito perigoso que poderá ameaçar outras terras indígenas já homologadas", diz presidente do órgão, Márcio Meira.

Apesar da tensão, há apenas 180 policiais no local.

## **Definição vai nortear outros casos, diz Mendes**

**Terça-feira, 09/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**FELIPE SELIGMAN**

**ENVIADO ESPECIAL A MONTES CLAROS (MG) E A TERESINA (PI)**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, disse ontem em Teresina (PI) que a decisão sobre o destino da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, será cumprida "sem resistência". "Não haverá resistência. Podemos ter aqui ou acolá críticas à decisão, mas certamente ela será cumprida", afirmou.

Pela manhã, desta vez em Montes Claros (MG), Mendes afirmou que o julgamento de amanhã não deverá ficar restrito ao caso específico, mas definirá o futuro da política demarcatória brasileira.

"É a primeira vez que o Supremo se debruça, pós-Constituição de 1988, com profundidade, sobre o tema", disse. "É natural que tenha uma discussão além do caso concreto."

A tendência do julgamento, conforme a Folha apurou, é uma saída intermediária, com uma relativa manutenção da área homologada em 2005 \_ com cerca de 1,7 milhão de hectares \_ mas que contemple reivindicações do governo de Roraima, que diz ter perdido

terras estaduais para a União e depender economicamente da produção de arroz existente dentro da reserva.

Questionado sobre o tema, o ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou que o governo está preparado para "fazer cumprir a lei e as decisões dos tribunais", numa referência a eventuais conseqüências do julgamento.

O repórter FELIPE SELIGMAN viajou a Montes Claros e a Teresina em aeronave da FAB, a convite da presidência do STF

## **RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Terça-feira, 09/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

O caso da reserva indígena em Roraima

1,7 milhão de hectares é o tamanho da reserva

### **ANTECEDENTES**

1998

. O governo federal demarca a reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR) de forma contínua na fronteira com a Venezuela e Guiana

2005

. A demarcação é homologada

mar.08

. Grupo de arroteiros se nega a sair da região, entre eles Paulo César Quartiero, prefeito de Pacaraima

. PF organiza operação para a retirada dos não-índios. Arroteiros têm apoio do governo do Estado

. Mais de 30 ações tramitam no STF contra a demarcação da reserva

### **OS EMBATES JURÍDICOS**

09.abr.08

. Os ministros do STF suspendem operação da PF para a retirada dos não-índios até que o mérito da questão seja julgado

06.mai.08

. Quartiero e funcionários são presos após ataques que deixam nove índios feridos. Eles são soltos oito dias depois

22.mai.08

. Os ministros do STF Gilmar Mendes, Carlos Ayres Britto e Carmen Lúcia visitam a reserva

27.ago.08

. O julgamento do STF sobre o destino da Raposa/Serra do Sol é interrompido, após Ayres Britto votar pela total retirada de não-índios da região. Carlos Alberto Direito pediu vista e adiou o julgamento

10.dez.08

. Julgamento deve ser retomado pelo STF

## **STF buscará meio termo em decisão sobre reserva**

**Segunda-feira, 08/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Supremo deve manter Raposa/Serra do Sol e atender reivindicações de RR**



## **Julgamento no STF, que será retomado esta semana, servirá como parâmetro para outras demarcações de reservas indígenas no país**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O STF (Supremo Tribunal Federal) retoma na próxima quarta-feira o polêmico julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. O resultado definirá os parâmetros a serem seguidos pelas autoridades brasileiras ao demarcar novas terras indígenas no país.

Ministros disseram à Folha que, ao final, deverá prevalecer uma proposta intermediária, com uma relativa manutenção da área homologada em 2005 \_ com cerca de 1,7 milhão de hectares\_, mas que contemple reivindicações do governo de Roraima, que diz ter perdido terras estaduais para a União e afirma depender economicamente da produção de arroz existente dentro da reserva.

Até o momento, apenas o ministro Carlos Ayres Britto, relator da ação proposta pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), proferiu seu voto, no qual defendeu a total retirada de não-índios da região e a manutenção da demarcação como foi feita. O julgamento foi interrompido em agosto por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito.

Segundo a Folha apurou, pelo menos três ministros estariam dispostos a seguir o voto de Britto. Os demais devem apresentar propostas divergentes, mas que sugerem algumas mudanças na região.

De acordo com o ministro Marco Aurélio Mello, a tendência do tribunal é consagrar o chamado "voto-médio", considerando os pontos comuns da vertente majoritária.

"Esse é o julgamento mais importante dos últimos tempos. Vamos responder se é permitido isolar certas áreas do território brasileiro de outras", afirmou o ministro.

A polêmica na Raposa do Sol divide União, índios e ONGs, de um lado, e arroteiros e o governo do Estado, de outro. Os primeiros querem a manutenção da reserva contínua (sem qualquer tipo de interrupção), enquanto os demais pedem a total revogação do decreto de criação da área, ou sua revisão, para uma demarcação em ilhas.

**Defesa dos índios**

No julgamento em agosto, o ministro Britto demorou mais de três horas para ler seu voto e apresentou uma contundente defesa aos direitos indígenas. Disse, por exemplo, que diferentemente dos não-índios, a personalidade do povo indígena se caracteriza pela idéia "do não enriquecimento pessoal à custa do empobrecimento alheio (inestimável componente ético de que a vida social brasileira tanto carece)".

Na retomada do julgamento, o ministro Direito deverá apresentar voto divergente, rebatendo os argumentos de Britto.

Entre os pontos a serem abordados estão a localização da Raposa/Serra do Sol, na fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana; a presença de índios "aculturados" que já estariam acostumados ao convívio com não-índios; e a produção de arroz, que representa, segundo o governo de Roraima, cerca de 6% do PIB do Estado.

Sobre a questão da soberania nacional, os ministros devem citar documento da Organização das Nações Unidas sobre os direitos dos índios para contestar a forma de demarcação. Eles poderão argumentar que os índios, em reserva contínua, ganham poderes com respaldo internacional que permitiriam a criação de uma nação autônoma dentro do Brasil.

## **Nova reserva deixa clima tenso em Alagoas**

**Segunda-feira, 01/12/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**A área, na cidade de Palmeira dos Índios, abriga posseiros que prometem "ir até o fim" para mudar a demarcação oficial**

**Autoridades temem que disputa provoque conflitos similares ao caso Raposa/ Serra do Sol; índios dizem que estão sendo ameaçados**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Relatório aprovado pela Funai (Fundação Nacional do Índio) pode ter criado uma "nova Raposa/ Serra do Sol" no agreste de Alagoas, na terceira maior cidade do Estado, ao menos no que se refere ao nível de tensão.

O documento, de 17 de outubro, define os limites da terra indígena xucuru-cariri, em Palmeira dos Índios (139 km de Maceió). Na área aprovada, de 7.073 hectares (44 parques Ibirapuera ou 15% do município), existem 463 propriedades, com uma população não indígena estimada pelo relatório em 2.315 pessoas. Os índios são 1.337, segundo o documento.

O número de propriedades é sete vezes maior que as identificadas pela Polícia Federal em 2007 para a operação de retirada de posseiros da Raposa/ Serra do Sol, em Roraima \_ cuja área é 240 vezes maior.

Dentro da área delimitada em Palmeira dos Índios, possuem terras o prefeito eleito da cidade, vereadores e pelo menos um deputado estadual, além de um conselheiro do Tribunal de Contas de Alagoas.

Diferentemente da Raposa, onde só o prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero, tem 9.000 hectares de terra, 80% das propriedades na área definida em Alagoas têm menos de dez hectares.

A lei garante indenização ou reassentamento aos posseiros. Enquanto isso, de um lado os índios dizem que não têm o que negociar com os proprietários. De outro, proprietários dizem que vão até o fim para reverter os limites definidos pela Funai.

O primeiro passo, que está sendo articulado entre prefeitura, grandes proprietários (são nove com mais de cem hectares) e pequenos posseiros, com apoio da Defensoria Pública do Estado, é apresentar uma contestação formal ao relatório até 20 de janeiro.

A defensoria diz que, caso não consiga reverter a delimitação administrativamente, irá "judicializar o conflito".

Uma equipe de pesquisadores já foi chamada para contrapor pontos históricos do relatório produzido pela antropóloga Siglia Zambrotti Dória.

Após o prazo de contestação, o laudo será analisado pelo Ministério da Justiça. Se aprovado, segue para a homologação do presidente da República.

Para os xucuru-cariri, a área identificada é considerada pequena. Mas eles receberam da Funai, em abril deste ano, a garantia de que ela será maior futuramente. A reivindicação é de 13.020 hectares.

Os índios dizem que seus líderes estão sendo "escondidos", por razões de segurança. "A gente sabe que, se um líder aparecer, em seguida ele morre", afirma a índia Wenproãn Xucuru-Kariri, 40.

Ela relata que índios são questionados por proprietários sobre quem é o líder, e que até uma lista já foi feita com os nomes dos índios mais conhecidos na região.

O prefeito Albérico Cordeiro (PTB) confirma as ameaças, que diz serem recíprocas. Questionado se teme a ocorrência de conflitos na região, afirma: "Estou temeroso, não vou dizer que não estou".

### **Disputa pela região iniciou no século 19**

**Segunda-feira, 01/12/2008**

**Autor: BRENO COSTA**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A disputa pelos 635 km<sup>2</sup> de Palmeira dos Índios, em Alagoas, começa em 1822, ano da independência do Brasil. Segundo o relatório da antropóloga Siglia Zambrotti Dória, aprovado pela Funai, em 10 de dezembro daquele ano foi concluída a demarcação de uma área de 12.320 hectares, sobreposta a duas sesmarias.

Imediatamente, os herdeiros dessas sesmarias (lotes de terra abandonados cedidos para cultivo na época do Império) entraram com um processo contra a demarcação, que veio a ser confirmada 39 anos depois, em 1861.

No entanto, a chegada de não-índios à região e o êxodo de indígenas provocado pela seca, relata a antropóloga, fizeram com que, em 1872, o presidente da província de Alagoas extinguisse todos os aldeamentos indígenas. Mesmo assim, os índios permaneceram na região.

Em 1952, o hoje extinto Serviço de Proteção aos Índios comprou para os xucuru-cariri uma propriedade particular onde foi instalada a primeira aldeia moderna na cidade.

Só em 1988 a Funai iniciou o processo de demarcação. Desde então, quatro relatórios de identificação e delimitação foram produzidos, mas nenhum foi aprovado pela Funai, por discordâncias sobre limites territoriais. Esse é o primeiro que recebe a chancela da Funai.

(BC)

### **STF retoma caso da reserva de RR neste ano, diz Mendes**

**Segunda-feira, 13/10/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Julgamento foi interrompido no final de agosto**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, afirmou ontem que a Corte vai dar continuidade ao julgamento sobre a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, ainda neste ano.

"Certamente vamos retomar o julgamento. Está previsto para final de novembro, início de dezembro", disse Mendes, em Brasília, no lançamento de projetos para beneficiar crianças e adolescentes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), do qual também é presidente.

O julgamento sobre o destino da reserva foi interrompido no fim do mês de agosto, após o relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto, votar pela total retirada de não-índios da região e pela manutenção da demarcação de forma contínua \_sem qualquer interrupção

na área delimitada. Por conta do pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito, o julgamento foi adiado na época.

A demarcação opõe de um lado a União, índios e ONGs, que querem a manutenção do decreto que definiu a reserva numa área contínua de 1,7 milhão de hectares; de outro, arroteiros que plantam na reserva.

Mendes também disse ontem que o STF começará a julgar neste ano os casos relacionados à Operação Furacão, deflagrada pela Polícia Federal em abril de 2007. A operação investigou um esquema de venda de sentenças a empresários de bingos e banqueiros do jogo do bicho. (LARISSA GUIMARÃES)

### **Prefeito evita falar de conflito em área indígena**

**Domingo, 05/10/2008**

**Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-14**

**Observações: ELEIÇÕES 2008**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio (PSB), que liderou as pesquisas durante toda a campanha, evita comentar o impasse em torno da terra indígena Raposa/Serra do Sol, questão de maior repercussão do Estado.

Seu principal rival na disputa, o deputado federal Luciano Castro (PR), se diz contrário à forma como a área foi homologada pelo presidente Lula: contínua e destinada exclusivamente aos indígenas.

José Luis Oca (PSOL) defende a homologação contínua. Diz que a terra é de uso exclusivo dos índios, como determinou decreto presidencial, até hoje não cumprido em sua totalidade. O caso aguarda decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

(JOSÉ EDUARDO RONDON)

### **STF julga hoje pedido de retirada de fazendeiros de reserva na Bahia**

**Quarta-feira, 24/09/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Decisão pode 'iluminar' julgamento da Raposa/Serra do Sol, afirma Mendes**

**FELIPE SELIGMAN**

**MARIA CLARA CABRAL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O Supremo Tribunal Federal julga hoje uma ação da Funai que pede a retirada de fazendeiros da terra indígena Caramuru-Paraguaçu, no sul da Bahia, onde vivem cerca de 4.000 índios. Apesar de considerado menos complexo que o caso Raposa/Serra do Sol (RR), o julgamento será uma prévia do debate que tende a definir o padrão a ser adotado pelo governo ao demarcar terras indígenas.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, disse ontem que o caso de hoje deverá "iluminar" os demais debates sobre demarcações, como o da Raposa/Serra do Sol, interrompido no mês passado por um pedido de vista de Carlos Alberto Direito, e que deve voltar à pauta até o final do ano. "É um caso com peculiaridades, mas, obviamente, dependendo do tipo de manifestação, pode iluminar o julgamento próximo", diz Mendes.

O caso está no STF desde 1983 e pede nulidade dos títulos de cerca de 30 fazendeiros e agricultores que vivem numa área de 54 mil hectares, que abrange Camacan, Pau-Brasil e Taju do Colômbia. A Funai diz que os cerca de 4.000 índios pataxós da região têm direito a usufruto exclusivo da terra.

O problema é que a demarcação começou a ser feita em 1926, mas nunca chegou a ser concretizada pela União, que, para a Constituição, é a verdadeira dona das terras indígenas. Os ministros deverão citar o fato de que os fazendeiros já estavam no local em 1988, ano da edição da Constituição.

Fazendeiros e empresas agropecuárias da região alegam que a maioria dos índios não vive mais na área e que seriam eles \_agricultores\_ "os legítimos senhores dessas terras".

A Procuradoria Geral da República enviou ao STF parecer em 2001, opinando pela retirada dos não-índios da região.

A Folha apurou que poderá haver um pedido de vista, novamente pelo ministro Carlos Alberto Direito, caso o relator da ação, ministro Eros Grau, trate em seu voto de questões consideradas "teóricas", que envolvam a discussão sobre a Raposa. Se Grau ficar preso à discussão específica da Bahia, a expectativa é que o julgamento possa ser encerrado ainda hoje.

### **Raposa/Serra do Sol e os limites das terras indígenas**

**Terça-feira, 16/09/2008**

**Editoria: FOVEST Página: Especial-6**

**ROBERTO CANDELORI**

**ESPECIAL PARA A FOLHA**

Reconhecida como área indígena em 1993, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a reserva Raposa/Serra do Sol tem 1,7 milhão de hectares. Sua demarcação foi homologada em 2005 pelo presidente Lula.

Localizada no norte de Roraima, na fronteira com a Venezuela e a Guiana, a reserva abriga cerca de 20 mil índios de cinco etnias \_a maioria macuxis. Lula determinou a retirada dos ocupantes não-índios da reserva.

Desde o início do processo demarcatório, nos anos 70, ocorreram protestos de não-índios que utilizavam a região para o cultivo de arroz. Como houve resistência desses agricultores para obedecer à ordem de desocupação, foi necessária a intervenção da Polícia Federal.

Alguns fazendeiros e também índios que apóiam a permanência dos arroteiros no território resistiram à decisão de Brasília e, com o apoio do governo de Roraima, solicitaram junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) a suspensão da operação. O STF decidiu suspender a retirada até que seja julgado o mérito da ação que contesta a legalidade da reserva.

Arroteiros alinhados ao governo de Roraima argumentam que a economia do Estado sofrerá grande prejuízo, visto que a reserva ocupará cerca de 7% de Roraima, aumentando para mais de 40% as terras indígenas no Estado. Defendem a criação de "ilhas" que excluam as propriedades e as áreas de fronteira. Alegam ainda que a demarcação representaria um risco à soberania nacional. Como a ocupação indígena não ocorre de modo uniforme, esses vazios demográficos tornariam nossas fronteiras vulneráveis.

Aqueles que defendem a demarcação contínua recorrem à Constituição de 1988, que assegura aos índios "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Afirmam que a divisão do território colocaria em risco a sobrevivência cultural dos povos indígenas.

Sob os holofotes da imprensa mundial e de uma população estimada em 480 mil índios, teve início no fim de agosto a audiência no STF. O relator, Carlos Ayres Britto, votou na defesa da causa indígena, destacando que "só a demarcação contínua atende ao que determina a Constituição". Mas o julgamento foi suspenso \_um ministro pediu vistas do processo. Até o momento, o placar aponta um a zero para os macuxis.

ROBERTO CANDELORI é professor do colégio Móbile

### **Grito dos Excluídos defende Raposa e ataca 'fichas-sujas'**

**Segunda-feira, 08/09/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O apoio à demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foi uma das manifestações ontem do 14º Grito dos Excluídos, que ocorreu no Santuário Nacional, em Aparecida (SP). "Houve um grito pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas de terem seus territórios", disse Ari Alberti, coordenador nacional do Grito dos Excluídos.

Segundo a organização, 25 Estados e o Distrito Federal tiveram manifestações.

As eleições municipais também foram abordadas. Segundo Alberti, foram distribuídos 3.000 formulários para recolher assinaturas e protocolar projeto de lei de iniciativa popular que barra os candidatos "fichas sujas". Em Aparecida, 150 mil romeiros participaram das manifestações, segundo a assessoria da basílica. Em São Paulo, cerca de 10 mil pessoas participaram de caminhada entre a catedral da Sé e o monumento do Ipiranga.

### **Arroz não resistiria a terra contínua, dizem índios pró-brancos**

**Domingo, 31/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A20**

**Segundo defensores da demarcação em ilhas da Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, adversários "pregam retrocesso"**

**Índigena que é contrário às fazendas dentro da reserva afirma que "os melhores lagos para pesca estão hoje nas áreas dos arrozeiros"**

**LUCAS FERRAZ**

**ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

O modelo de desenvolvimento econômico da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) é o principal entrave entre índios favoráveis e contrários à demarcação contínua da região. É o que afirmam os lados envolvidos na questão, que tem como pano de fundo a presença de arrozeiros na reserva.

Para os defensores da demarcação em ilhas -nas quais os rizicultores poderiam continuar produzindo-, a atividade econômica seria fundamental para o desenvolvimento da área. Já

os indígenas que lutam pela demarcação contínua afirmam que a terra é sagrada e de direito das cinco etnias que vivem no extremo norte de Roraima.

Os índios, que se dividem entre o CIR (Conselho Indígena de Roraima) e a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), têm quase os mesmos costumes e pertencem predominantemente à etnia macuxi, maioria na Raposa/Serra do Sol.

O CIR acusa a Sodiur de defender os interesses dos arroteiros. A maioria dos índios ligados à organização trabalha -ou tem algum parente- nas fazendas de arroz ou em algum cargo ou secretaria da Prefeitura de Pacaraima, administrada pelo líder dos rizicultores, Paulo César Quartiero.

A Sodiur afirma que, caso os rizicultores sejam expulsos, os índios do CIR, "que prega o retrocesso", não terão "capacidade" para gerir as fazendas. Se isso ocorrer, diz José Brazão de Braga, responsável pela Sodiur na Vila Surumu (porta de entrada da reserva), sua organização deveria ter o direito de ocupar as seis propriedades.

O argumento do outro lado é o mesmo: falta capacidade administrativa aos índios da Sodiur. Segundo o índio macuxi Ricardo Mota, 36, os índios ligados ao CIR querem a demarcação contínua para terem liberdade. "Os melhores lagos para pesca estão hoje nas áreas dos arroteiros", diz. Antropólogos simpáticos à Funai (Fundação Nacional do Índio), que defende demarcação contínua, dizem que índios ocupam a área ao menos desde o século 18.

## **Reservas de RS, SC e PA também são objeto de disputa no Supremo**

**Sábado, 30/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Estados do Sul são alvos de ações da Funai, e Pará questiona decreto sobre demarcação; além da Raposa, Roraima contesta homologação da terra São Marcos**

**FELIPE BÄCHTOLD**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Não é só o governo de Roraima, onde fica a terra indígena Raposa/Serra do Sol, que polemiza com o governo federal por causa da demarcação de terras indígenas. Outros três Estados têm disputas com a União no Supremo Tribunal Federal.

Rio Grande do Sul e Santa Catarina são alvos de ações da Funai (Fundação Nacional do Índio) no Supremo, enquanto o Pará questionou um decreto disciplinando demarcações.

Segundo levantamento do STF, tramitam atualmente ao menos 114 ações sobre terras indígenas no tribunal. A Funai reclama de uma "judicialização" dos procedimentos de reconhecimento de terras.

A ação mais recente no STF sobre o tema envolve Santa Catarina. A União e a Funai ajuizaram ação no STF para garantir a demarcação da terra Ibirama Lá-Klanô, na região de Vitor Meireles (264 km de Florianópolis). A área, onde vivem 1.300 índios, tem o tamanho de 88 parques Ibirapuera.

Cerca de 300 proprietários de terra foram à Justiça Federal na tentativa de revogar determinação do Ministério da Justiça de fazer a demarcação. O governo do Estado aderiu à ação como parte, junto aos autores do questionamento. O caso acabou indo ao STF em abril.

O governo catarinense diz que a União quer ampliar a área indígena sobre terrenos que são de agricultores desde o século 19. Também contesta duas ampliações e duas demarcações de terras no oeste do Estado, onde um fazendeiro foi morto em confronto com caingangues há quatro anos.

No Rio Grande do Sul, a Funai contesta atuação do governo estadual numa área conhecida como Toldo Indígena Ventarra, em Erebangó (376 km de Porto Alegre), onde vivem índios caingangues. A fundação diz que o Estado, nos anos 60, deu posse a agricultores na área indígena. Ao STF o órgão pede revogação dos títulos.

O procurador-geral-adjunto do Rio Grande do Sul, José Kliemann, confirma a concessão. "Na época, a ação foi legítima, não havia certeza quanto à titularidade da terra. As pessoas que lá estão não receberam de má-fé ou invadiram."

O governo do Pará contestou por 14 anos decreto presidencial que regulou procedimentos de demarcação de áreas indígenas. O Estado pediu a impugnação de homologações que se basearam na lei. Segundo a Procuradoria Geral do Estado, a governadora Ana Júlia Carepa (PT), ao assumir, desistiu da ação e pediu arquivamento, que ainda não ocorreu.

Roraima, além da Raposa/ Serra do Sol, também contesta homologação da terra indígena São Marcos, vizinha da Raposa.

O coordenador-geral de identificação e demarcação de terras indígenas da Funai, Paulo Santilli, diz que as disputas judiciais desvirtuam o processo de demarcação. "Há espaço para contestações já no âmbito administrativo. No início do processo, são considerados todos os interesses afetados."

## **Índios querem transformar reserva de RR em pólo turístico; Funai diz que é irregular**

**Sábado, 30/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**LUCAS FERRAZ**

**ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) querem transformar a reserva em pólo turístico. Assim que o Supremo Tribunal Federal definir a demarcação da terra indígena, será feito um trabalho de ecoturismo desenvolvido por eles próprios, sob a coordenação do CIR (Conselho Indígena de Roraima), que quer a saída dos arroteiros e não-índios da terra.

A idéia é aproveitar a fama para o desenvolvimento do turismo na área, de 1,7 milhão de hectares e repleta de rios, cachoeiras, montanhas e trilhas. O centro das atividades ficaria na Vila Surumu, porta de entrada da reserva, localizada a 226 km da capital Boa Vista, onde há aeroporto internacional.

Apesar do interesse dos índios, a Funai (Fundação Nacional do Índio) considera irregular atividades turísticas em terras indígenas. Há um estudo interno no órgão sobre a regularização do turismo nessas terras, ainda sem conclusão \_assim como um projeto de lei que tramita na Câmara propondo regulamentar a atividade.

Quando é detectado turismo em reservas, a Funai diz que faz um trabalho de conscientização com a comunidade.



À Folha os índios favoráveis à demarcação contínua da Raposa disseram que há um trabalho de mapeamento sendo organizado para identificar possíveis áreas aptas ao desenvolvimento do ecoturismo.

"As atividades não poderão ser desenvolvidas nas áreas que usamos para sobreviver", contou o macuxi Cristovão Galvão, 41. Segundo Galvão, eles querem organizar tudo de modo que toda a comunidade indígena seja beneficiada.

O CIR afirma que o plano de desenvolver atividades na terra indígena já foi aventado pelo governo do Estado e pela Prefeitura de Pacaraima (RR), porém nunca levado adiante.

"Não dá para pensar nisso agora. Temos que esperar passar tudo isso", diz Galvão, referindo-se à suspensão do julgamento pelo STF sobre a demarcação da área motivada pelo pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito.

Hoje, índios da Raposa ganham gorjetas de turistas que vão ao monte Roraima. Segundo o CIR, eles guiam os viajantes ou ajudam com as malas.

### **Antropólogo vê direito dos índios em xeque no STF**

**Sábado, 30/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

O antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira, ex-presidente da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), disse que uma decisão do Supremo Tribunal Federal que reverta a demarcação contínua da reserva Raposa/ Serra do Sol (RR) deverá ser interpretada pela comunidade indígena como uma demonstração de que o direito deles vale menos do que o dos demais brasileiros.

"No contexto atual, não teria como [a reversão da demarcação pelo STF] deixar de passar a idéia de que os direitos deles [índios] valem menos do que os dos outros", afirmou.

"É muito difícil dissociar a decisão do processo recente [de disputa entre índios e arroteiros], que está marcado por atos de desrespeito sistemático a decisões do Estado brasileiro por parte daqueles que são críticos à reserva", disse Oliveira, doutor pela Universidade Harvard.

Sobre o argumento de que a demarcação pode colocar em risco a soberania do país, disse que a terra estará mais protegida nas mãos dos índios "do que se estivesse na mão de particulares". Para ele, a permanência das populações não-índias em "ilhas" dentro da reserva resultará em prejuízo aos índios.

Afirma que os índios teriam dificuldade para caçar e pescar, por exemplo, já que o deslocamento deles dentro da área da reserva ficaria limitado. Além disso, o contato com outras populações pode representar risco para a manutenção da cultura das populações indígenas.

(FÁBIO AMATO)

### **Reserva abriga 26 áreas de garimpo ilegal de diamante**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Falta de regulamentação de artigo da Constituição impede exploração em terra indígena**

## **Projeto de lei em fase final de tramitação prevê repasse de ao menos 4% da receita de atividades de mineração a comunidades indígenas**

**BRENO COSTA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Área marcada pelo embate entre produtores de arroz e índios, a terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) esconde outras riquezas, que atualmente não podem ser exploradas devido a um impedimento legal \_que pode ser extinto em breve, com o apoio do governo. Segundo mapas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) produzidos em 2005, existem, dentro dos limites da terra, 26 áreas ativas de garimpo de diamante. Todas essas áreas são ilegais \_a exploração mineral em terras indígenas não é permitida, por falta de regulamentação do artigo 231 da Constituição, que condiciona a pesquisa mineral em áreas indígenas à autorização do Congresso Nacional.

A Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais do IBGE disse que os dados foram repassados pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e que não foram mais atualizados.

Sem citar números, o chefe do DNPM em Roraima, Eugênio Tavares, disse à Folha que sabe da existência de garimpos, em atividade no local ainda hoje, conduzidos por índios. Tavares afirmou que não pode precisar nem a quantidade de garimpos e envolvidos nem a localização exata das áreas.

Segundo ele, a extração ilegal de que tem conhecimento fica na região do rio Maú, fronteira com a Guiana, na área da Raposa. Tavares afirmou que a Superintendência da Polícia Federal em Boa Vista sobrevoou a região no primeiro semestre deste ano e constatou a presença de índios num garimpo.

As atividades de fiscalização na região viraram "brincadeira de gato e rato", segundo o chefe do DNPM no Estado. Tavares diz que, quando as autoridades se aproximam da região, os índios cruzam a fronteira.

"Quando se sentem prejudicados, os índios ficam pressionando a Funai. Agora, como são eles, não falam nada."

A Funai confirmou, por meio de nota, a existência de garimpos na região, mas não deixou claro se os responsáveis pela extração são índios ou brancos.

O potencial minerário da região \_que envolve, além de diamantes, reservas não quantificadas de ouro e outros minérios\_ está prestes a se abrir para a exploração de empresas, através de licitações. Projeto de lei substitutivo ao apresentado em 1996 pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), atual líder do governo no Senado, está em fase final de tramitação.

Em julho, o projeto, que prevê repasse de ao menos 4% da receita proveniente de atividades de mineração a comunidades indígenas, recebeu parecer favorável do deputado Eduardo Valverde (PT-RO), relator de comissão especial criada em 2005 para tratar do tema.

Como a posição da comissão especial tem caráter conclusivo, o relator diz que pretende encaminhar o projeto de volta ao Senado ainda neste ano.

A intenção dele é aguardar o desfecho do julgamento sobre a terra no Supremo Tribunal Federal, interrompido anteontem após pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito.

O projeto substitutivo foi apresentado pelo governo.

Tavares diz haver cerca de 800 processos de requisição de autorização de pesquisa de minérios em terrenos da região parados, no aguardo de uma eventual mudança na lei.

### **Reserva não é fiscalizada pela Polícia Federal**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4  
DA AGÊNCIA FOLHA**

Coordenado pela Polícia Federal, o grupo operacional de combate à exploração mineral em terras indígenas jamais fez uma fiscalização na área de Raposa/Serra do Sol.

O grupo foi criado por decreto presidencial em setembro de 2004, cinco meses após o massacre de 29 garimpeiros por índios cinto-larga na reserva Roosevelt (RO).

Segundo o delegado da PF Mauro Sposito, coordenador do grupo, este só age se recebe denúncias de garimpo em terras indígenas por meio de órgãos como a Funai e o Departamento Nacional de Produção Mineral. Ele questionou os dados do IBGE, que indicavam a existência de ao menos 26 garimpos de diamante na reserva em 2005. Ele cita uma fiscalização de sobrevôo da qual participou em 2004, na qual nenhum garimpo foi achado.

A Funai disse que desde 2007 "vem realizando ações em conjunto com a Polícia Federal para coibir as ações de garimpeiros na terra indígena", mas que "necessita de reforço em sua estrutura para torná-las mais efetivas".

A Funai informa que a Coordenação de Proteção às Terras Indígenas "passou a registrar denúncias de atuação de garimpeiros" a partir de 1999 na reserva, mas "nenhum dos registros especifica a extração de diamantes".

### **Tarso diz para arroteiros não apelarem**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou ontem esperar que o voto proferido pelo ministro Carlos Ayres Britto sobre o destino da reserva Raposa/Serra do Sol seja confirmado pelo colegiado do STF (Supremo Tribunal Federal). Um dia depois do início do julgamento pelo tribunal, Tarso fez um alerta aos arroteiros, para que não apelem para a violência.

"O Estado de Direito está chegando lá", afirmou. "Não adianta arroteiro apelar para a violência e para a brutalidade."

As declarações ocorreram antes de evento com o presidente Lula no Planalto. Numa delas, ao ser questionado sobre ameaças por parte de índios, Tarso interrompeu: "Ameaças eu tenho visto por parte dos arroteiros".

O presidente do STF, Gilmar Mendes, disse que "quase saudou" o pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito que adiou a discussão.

### **Ministro deve citar ONU contra demarcação**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Carlos Alberto Direito, do STF, contesta declaração sobre direitos dos índios, que teria artigos 'incompatíveis' com a Constituição**

**Direito pode dizer que, em reserva contínua, índios têm respaldo para criar nação autônoma; Itamaraty diz que é só 'carta de intenções'**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Alberto Direito deverá citar documento da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre direitos dos índios para contestar, em seu voto, a forma de demarcação contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, defendida pelo relator do tema, ministro Carlos Ayres Britto.

A Declaração das Nações Unidas Sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em setembro de 2007, tem o Brasil como um dos 143 signatários. Apesar de não ter força de lei, o documento possui termos e artigos que, segundo ministros da corte, seriam "incompatíveis" com a Constituição brasileira.

Direito poderá argumentar que os índios, em reserva contínua, ganham poderes com respaldo internacional que permitiria, inclusive, a criação de nação autônoma dentro do Brasil e que poderia sujeitar o país, em caso de atuação militar no interior da região, por exemplo, a ser acusado de cometer "infrações penais" por descumprir documento das Nações Unidas.

Exatamente por isso, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia decidiram não o assinar.

No final do julgamento de anteontem, Direito falou com dois ministros. Eles se mostraram "preocupados" sobre os efeitos da declaração da ONU à questão indígena brasileira.

Ayres Britto também criticou em seu voto a declaração, mas não apontou os riscos que poderão ser apresentados por Direito e outros ministros ouvidos pela Folha.

O texto da declaração tem questões que seriam inadequadas ao texto constitucional brasileiro. A primeira é denominar índios como "povos indígenas", enquanto a Constituição afirmaria que só existe o "povo brasileiro". Em segundo, o uso da expressão "livre determinação", cuja tradução é contestada pelos ministros. O texto em inglês usa "self-determination", que deveria ser traduzida como "autodeterminação".

Também seria inconstitucional o fato de a ONU garantir a "povos indígenas" o direito de posse de suas "terras ou territórios". O Brasil só concede direito ao "usufruto exclusivo".

Para o Itamaraty, a declaração é uma "carta de intenções". E que o texto tem ressalvas no final, como não poder ser contrário à "integridade territorial de Estados soberanos".

**Demarcação é mais que disputa, diz governador**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**DOS ENVIADOS À RAPOSA/SERRA DO SOL**

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), afirmou à Folha que o imbróglio em que se transformou a demarcação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol não é apenas uma disputa entre índios e arroteiros.

"Os arroteiros são apenas uma das partes no processo. A questão é muito mais complexa", disse. "Grande parte dos indígenas discorda [da demarcação contínua]", acrescentou o governador.

Embora a decisão sobre a situação na reserva tenha sido adiada, índios favoráveis à demarcação contínua comemoraram o voto do ministro Ayres Britto dançando forró até as 3h da manhã na Vila Surumu.

Os arroteiros também comemoraram o pedido de vista, no entanto, ontem houve apenas reclamações do relatório de Ayres Britto.

O Exército faz hoje troca de comando na 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista (RR). Sai o general Eliéser Girão Monteiro Filho, que é contrário à retirada de não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol, e entra o general Carlos Alberto Neiva Barcellos, que tem posição neutra sobre o assunto, segundo militares.

### **Cada índio dispõe de quase meio Ibirapuera**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL   Página: A6  
DA REDAÇÃO**

A reserva Raposa/ Serra do Sol abriga 19 mil índios em 17 mil km<sup>2</sup> (área pouco superior a 11 cidades de São Paulo). Isso representa 0,9 km<sup>2</sup> para cada índio \_é como se cada índio ocupasse quase meio parque Ibirapuera (1,6 km<sup>2</sup>).

Essa densidade populacional (1,1 hab./km<sup>2</sup>) parece muito baixa, mas é superior à da área rural de Roraima (0,4 hab./ km<sup>2</sup>). A densidade, porém, não é um critério válido para avaliar a reserva, já que esses índios não são sedentários, mas migram em razão de fatores econômicos e culturais. Tentativas de demarcar reservas em ilhas paralisaram tal circulação, colocando os povos em risco.

A professora Sylvania Caiuby Novaes, chefe do Departamento de Antropologia da USP, argumenta ainda que "os índios já estavam lá antes da criação do Estado de Roraima: seu direito à terra é originário". E afirma que "os índios tampouco impedem a defesa das fronteiras, que estarão mais garantidas por territórios indígenas, dos quais a União tem a posse, do que por arroteiros privados".

### **Área de cultivo de arroz dentro de terra indígena aumentará na próxima safra**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL   Página: A6  
LUCAS FERRAZ**

**ENVIADO ESPECIAL A BOA VISTA (RR)**

Os cinco arroteiros com propriedades dentro da reserva Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, esperam lucrar R\$ 157,5 milhões com a safra de verão, que compreende os meses de setembro a maio de 2009.

A safra, que começa nos próximos dias, é a mais próspera do ano, segundo previsão da Associação dos Arroteiros de Roraima. O objetivo é plantar arroz em cerca de 24 mil hectares (1,4% da terra indígena), o que resultaria em 152,4 mil toneladas. Na safra que acaba de terminar, o arroz foi cultivado em 14 mil hectares.

Os cinco produtores são donos de seis fazendas que resistiram às indenizações: Depósito e Providência (ambas de Paulo César Quartiero), Tatu (de Ivo Barilli), Praia Grande (de Ivalcir Centenaro), Canadá (de Genor Faccio) e Vizeu (de Nelson Itikawa). Todos os produtores praticamente chegaram na década de 1970, vindos do Sul incentivados a ocupar a região Norte do país pelo governo militar. Hoje protagonizam uma das maiores e mais polêmicas disputas jurídicas.

O governo de Roraima argumenta que, se os arroteiros deixarem a Raposa, comprometeriam o desenvolvimento econômico do Estado. A produção da cultura responde por 6% da economia de Roraima e as propriedades de dentro da reserva, de 1,7 milhão de hectares, são responsáveis por dois terços de tudo o que é produzido no Estado \_ algumas fazendas também produzem soja e criam gado.

Segundo o Ibama, os rizicultores são os maiores responsáveis pelos problemas ambientais encontrados na Raposa/ Serra do Sol. Técnicos do instituto que fizeram vistorias detectaram irregularidades na região como a destruição de áreas de preservação permanente e uso irregular das águas.

### **Decreto de Lula contraria tratado da ONU sobre direitos dos índios**

**Sexta-feira, 29/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Norma presidencial trata da criação de postos militares em áreas de fronteira**

**FERNANDA ODILLA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em julho, decreto que determina a instalação de postos do Exército em todas as terras indígenas localizadas em faixa de fronteira contraria a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas da ONU.

A declaração recomenda a desmilitarização de terras indígenas. Foi aprovada na Assembléia Geral da ONU em setembro de 2007, com voto favorável do Brasil. O documento diz que "não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que essas atividades sejam justificadas por um interesse público pertinente ou livremente decididas com os povos indígenas interessados, ou por estes solicitadas".

Apesar da orientação da ONU, o Comando do Exército elabora projeto de instalação de novos postos do Exército em áreas indígenas, que deve ser apresentada com o Plano Estratégico de Defesa, que será divulgado em 7 de setembro.

O decreto presidencial assinado em julho desobriga a necessidade de submeter ao Conselho de Defesa Nacional pedidos de criação de novas unidades militares em reservas.

Hoje, pelo menos 15 unidades do Exército estão em reservas regularizadas no Brasil, sendo duas delas na Raposa/ Serra do Sol (RR). Todas em áreas na fronteira, segundo levantamento da Funai (Fundação Nacional do Índio).

O Exército afirma que, além de ter relação harmoniosa com comunidades indígenas, "é impositivo à Força Terrestre a necessária liberdade de ação em qualquer parte do território".

A ONU informou que a declaração não tem valor de lei.

## **Relator quer arroteiros fora de reserva indígena em RR**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Julgamento é paralisado após voto pela manutenção da demarcação contínua**

**Ministros ouvidos pela Folha afirmam que voto de Ayres Britto 'levantou muita poeira'; ainda não há data para retomar votação**

**FELIPE SELIGMAN**

**FERNANDA ODILLA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o destino da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foi interrompido ontem, após o relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto, votar pela total retirada de não-índios da região e manutenção da demarcação de forma contínua \_sem qualquer interrupção na área delimitada.

O autor do pedido de vista que adiou o julgamento foi o ministro Carlos Alberto Direito. Não existe prazo para que Direito apresente seu voto ao plenário, mas terá que respeitar pedido do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, para que aconteça ainda neste semestre. Devido ao clima de tensão na região, fala-se na retomada do julgamento em meados de outubro.

A demarcação da Raposa/ Serra do Sol é um dos julgamentos mais complexos da história do Supremo.

De um lado estão o governo federal, índios e ONGs que querem a manutenção do decreto de Lula, de 2005, que definiu a reserva numa área contínua de cerca de 1,7 milhão de hectares em Roraima. Arroteiros que produzem em municípios no interior da reserva, além de políticos do Estado, querem a revogação do decreto ou sua redefinição. Dizem que as terras indígenas ocupam quase 50% de Roraima e que a soberania do Estado estaria em risco.

Ayres Britto demorou mais de três horas para ler o voto de 108 páginas. O ministro se pautou pela defesa aos direitos indígenas, chegando a afirmar que os índios não podem pagar o preço de uma possível omissão do Estado na segurança.

Disse que, diferentemente dos não-índios, a personalidade do povo indígena se caracteriza pela idéia "do não-enriquecimento pessoal à custa do empobrecimento alheio (inestimável componente ético de que a vida social brasileira tanto carece) e de uma postura como que religiosa de respeito, agradecimento e louvor ao meio ambiente".

Em seu voto, Ayres Britto também estabeleceu algumas premissas consideradas importantes, como afirmar que o marco temporal para se considerar a presença de índios e não-índios não deve ser 1988, quando foi promulgada a Constituição, mas anterior, baseado em legislações anteriores que já tratavam de direitos indígenas.

Sobre o argumento do "aculturamento" dos índios, Ayres Britto afirmou que o fato não é negativo e exige dos não-índios a "humildade para reconhecer que esse convívio é uma verdadeira estrada de mão dupla".

Afirmou que tal convívio possibilita o surgimento da "santa rebeldia cívica de um Tiradentes quanto o mais refinado engenho tecnológico de um Santos Dumont, em par com a mais desconcertante ousadia estética de um Tom Jobim, um Garrincha, um Manoel de Barros, um Oscar Niemeyer, uma Daiane dos Santos".

Enquanto proferia seu voto, índios e agricultores acompanhavam atentos, de dentro do plenário do Supremo. Após o pedido de vista, um dos índios presentes revelou que, durante a sessão foi feita uma reza para "evocar macunaíma".

Dias antes do início do julgamento, ministros já afirmavam nos bastidores que um pedido de vista seria "inevitável", caso Ayres Britto apresentasse um voto considerado "radical". A tendência prevista por boa parte dos ministros era adotar uma postura intermediária, mantendo a reserva praticamente intacta, mas isolando algumas partes consideradas importantes para a economia local.

Ainda faltam dez votos. Ministros disseram reservadamente à Folha, porém, que o voto de Ayres Britto "levantou muita poeira" e que o pedido de vista é "muito importante".

### **Dia do Índio no Supremo**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**MARCELO LEITE**

**COLUNISTA DA FOLHA**

ONTEM FOI Dia do Índio no Supremo Tribunal Federal (STF). Nada impede que mais à frente o julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (TIRSS) acabe num Dia do Arrozeiro, mas tal desfecho parece agora menos provável.

O voto do relator Carlos Ayres Britto veio com ímpeto demolidor. Britto não se limitou a declarar a improcedência da ação popular. Tratorou, um por um, os débeis argumentos alinhavados na ação movida no interesse de meia dúzia de fazendeiros de arroz.

Para o relator, não faz sentido falar em subtração de áreas a uma unidade da Federação, pois os índios já estavam lá antes da criação do Estado de Roraima. Seu direito à terra é originário, reza a Constituição. Os rizicultores só multiplicaram plantações depois de 1992, mas o processo de demarcação começou em 1977. Os índios foram enxotados e escorraçados, no que descreveu como "espremedura topográfica".

Terras indígenas não são territórios, deixa claro a Constituição. Ela é que garante seu usufruto pelos índios brasileiros, que não precisam de uma Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Demarcação e homologação são meros atos declaratórios, reconhecimento de um direito preexistente.

O laudo antropológico que atesta a ocupação contínua e pacífica pelas cinco etnias não merece ser qualificado como fraude ou generalidade. Toda a metodologia prescrita na legislação foi seguida. O contraditório e o direito de defesa foram amplamente exercidos. Índios não atrapalham o desenvolvimento. Não impedem a defesa de fronteiras \_ao contrário. E por aí foi...

O ponto alto do relatório, porém, foi o reiterado elogio à generosidade da Constituição de 1988 com os índios. Britto afirmou que ela se encontra na vanguarda mundial por "não antagonizar colonização e indigenato" e pautar-se por um espírito fraternal e solidário, contra o "ignominioso preconceito" antiindígena.

Encarando de frente aqueles que vêem nos índios um sinônimo de atraso, disse que a Constituição nos redime perante nós mesmos de uma insensatez histórica, só comparável à escravidão. Disse mais: que nos índios está o primeiro elo da identidade nacional. E que o "doravante" de Roraima não apaga o seu "desde sempre".



Era tudo que os "civilizados com aspas" não queriam ouvir. Carlos Alberto Menezes Direito pediu vistas. O Dia do Arrozeiro fica adiado, e pode talvez nunca chegar.

## **Laudo e autonomia de RR dominam debate**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Defensores do fim de demarcação contínua dizem que reservas transformam Estado em território da União, que contesta**

**Procurador-geral defende documento feito pela Funai para embasar homologação e diz que laudo tem respaldo em documentos históricos**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Enquanto os defensores do fim da demarcação contínua argumentaram ontem, no plenário do STF, que as reservas indígenas estão acabando com a autonomia de Roraima, governo federal e Ministério Público afirmaram que, ainda assim, o Estado ainda é maior do que outros, como Sergipe e Pernambuco, por exemplo.

Os dois lados opostos -formado por arrozeiros, políticos locais e governo estadual, de um lado, e por índios, governo federal e MP, do outro- também divergiram sobre a elaboração do laudo que possibilitou a demarcação da área. O documento que baseou a homologação começou a ser elaborado em 1992, com a participação de antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores.

Para o ex-ministro do STF e advogado de Roraima, Francisco Rezek, tal laudo foi elaborado "nos corredores do Executivo". "Relatórios foram assinados por técnicos que nem lá estiveram. O laudo foi elaborado por meio do recorta e cola dentro de gabinetes de Brasília", completou Antônio Guimarães, um dos advogados que defenderam a revisão do decreto do presidente Lula, de 2005.

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, cujo parecer foi pela manutenção da demarcação atual, refutou a tese: "O laudo da Funai encontra respaldo em todos os documentos históricos".

O advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, por sua vez, disse que Lula só homologou definitivamente a terra quase dois anos e meio depois de assumir a Presidência.

Rezek alegou que "Roraima é um Estado virtual. O governo federal vem tratando Roraima como se fosse seu quintal. Apenas 10% do território é jurisdição do Estado".

Toffoli rebateu que a média per capita de investimento do governo federal em Roraima é quase três vezes maior que a brasileira, citando o portal da Transparência. "Que sejam 10% de território sob a responsabilidade do Estado e 90% com a União. Isso é maior que um Estado como Sergipe, que é um Estado centenário", disse.

A sessão também foi marcada pela emotividade da primeira advogada índia da história a fazer uma defesa oral no STF. Joênia Batista Carvalho Wapichana surpreendeu ao começar sua fala em dialeto indígena. "A terra indígena Raposa/Serra do Sol representa a voz dos povos indígenas, que querem ver realmente aplicado o que já foi garantido há 20 anos", afirmou.

"O que nós cometemos para sermos julgados hoje? De pedaço em pedaço estão tirando nossas terras. E amanhã, como ficará isso?", questionou a índia.

(FERNANDA ODILLA E FELIPE SELIGMAN)

### **BASE ALIADA: JUCÁ DEFENDE REDUÇÃO DA RESERVA EM 4%**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), diz ter sido "voto vencido" no governo Lula na homologação da reserva Raposa/Serra do Sol. Ele defende a exclusão de 4% da área da reserva, alegando que nelas não há índios: "O vale do arroz é uma várzea inundada. Não conheço na história de Roraima índio vivendo em palafita. A Vila do Surumu tem mais de 100 anos. O lago Caracaranã é um hotel de luxo, e a cachoeira do Tamanduá é o único lugar para uma hidrelétrica", diz Jucá.

### **Supremo cerca prédio e reforça a segurança**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA]**

Mesmo com a segurança reforçada, índios e agricultores quebraram o protocolo do STF e assistiram ao julgamento sem terno e gravata. Alertados sobre a exigência de roupa social, índios levaram calça e camisa e se vestiram na porta do tribunal.

Apenas o cacique Leonildo da Cruz Tupaiú, 29, fez questão de entrar no plenário trajando chinelo e bermuda. A pintura no corpo, segundo ele, era típica para batalhas e o dente de jacaré pendurado no pescoço era uma prova de que seu povo é guerreiro.

"Esse é o nosso paletó. Precisam nos respeitar do jeito que somos", disse, reclamando do número de policiais.

A segurança dentro e fora do STF foi reforçada. Para afastar manifestantes, o prédio foi cercado com grades. Mas o número de manifestantes foi menor que o esperado, diz a Polícia Militar, que mobilizou 80 homens.

Cerca de 50 pessoas, entre índios e integrantes de movimentos sociais, fizeram protesto antes do julgamento.

A Polícia Federal também ajudou a manter a ordem no plenário. Seis agentes observavam índios e agricultores em lados opostos no plenário. O STF confirma que acionou a PF e aumentou o número de vigias, a pedido da Secretaria de Segurança, mas não revelou números.

### **Agricultores reclamam do tom 'ideológico' do voto do relator**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**FERNANDA ODILLA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Enquanto os índios comemoraram com uma oração o primeiro voto favorável à manutenção da demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, agricultores e

representantes do governo de Roraima reclamaram do "tom ideológico" do relator do caso, o ministro Carlos Ayres Britto.

"Pelo menos ele não mandou me prender", disse o rizicultor e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartieiro, um dos maiores fazendeiros da reserva e que chegou a ser detido no mês de maio por tentativa de homicídio e posse ilegal de arma na reserva indígena.

Logo depois da suspensão do julgamento no STF, Quartieiro reclamou das dificuldades que o Brasil impõe para os produtores rurais.

"Eu pago imposto para sustentar um monte de gente", lamentou. Mas, ao ler seu parecer, Ayres Britto disse que os rizicultores de Roraima estão isentos de ICMS até 2018. "O ministro foi muito rígido nas conotações. Mas o julgamento apenas começou", completou o governador de Roraima, José Anchieta Jr. (PSDB).

A defesa dos arroseiros da região já se prepara para dissecar o voto do ministro Ayres Britto e preparar memoriais na tentativa de convencer os outros integrantes da corte que a demarcação não pode ser contínua. "O pedido de vista é bom porque nos dá um tempo e mostra que o voto do relator não convenceu a todos", avaliou o advogado Luiz Albrecht.

O advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, contudo, acredita que o voto de Ayres Britto é "um voto difícil de se discordar".

O presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Meira, classificou de "histórico" o relatório do ministro Ayres Britto.

"Ficamos muito emocionados com o voto dele, que norteará daqui para a frente o tratamento das terras indígenas", disse Meira ao final da sessão de ontem. Embora a Constituição tenha fixado prazo até 1993 para a demarcação das terras indígenas, mais de 100 processos não foram concluídos.

Segundo o presidente da Funai, os índios da reserva Raposa/Serra do Sol vão aguardar o final do julgamento do STF com "paciência democrática". Meira disse contar com a ajuda da Polícia Federal para manter a tranquilidade no local.

Também emocionada, a primeira advogada índia do país, Joênia Batista Carvalho Wapichana, fez questão de ligar para representantes das tribos em Roraima e contar que "estamos ganhando agora".

Colaborou MARTA SALOMON, da Sucursal de Brasília

### **Advogados protagonizam debate no STF**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Representantes de autores da ação dizem que demarcação tem falhas grosseiras e que governo trata Roraima como território**

**Procurador-geral refuta tese de que o laudo foi baseado em documentos falsos e diz que relatório tem 'respaldo em documentos históricos'**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Os advogados que representaram no STF (Supremo Tribunal Federal) as partes interessadas na discussão sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol protagonizaram um intenso debate na manhã de ontem, marcado pela emotividade da primeira advogada índia da história a fazer uma sustentação oral na mais alta Corte do país.

Com o rosto pintado, Joênia Batista Carvalho Wapichana surpreendeu a todos, ao começar sua fala em dialeto indígena: "O que nós cometemos para sermos julgados hoje? De pedaço em pedaço estão tirando nossas terras. E amanhã, como ficará isso?"

Os principais argumentos dos defensores dos arroteiros e do Estado de Roraima também foram contestados pelo advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, e pelo procurador-geral da União, Antonio Fernando de Souza.

Já o ex-ministro do STF e advogado de Roraima, Francisco Rezek, alegou que o Estado continua sendo tratado como território. "Roraima é um Estado virtual. O governo federal vem tratando Roraima como se fosse seu quintal. Apenas 10% do território é jurisdição do Estado." Rezek citou ainda o fato de a demarcação ter sido feita "nos corredores do Executivo", por meio de portaria do Ministério da Justiça.

Os advogados dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR), autores da ação, disseram que a reserva foi demarcada com falhas grosseiras. "Relatórios foram assinados por técnicos que nem lá estiveram", disse Antônio Guimarães. Segundo os advogados, foi feito um "recorte e cola dentro de gabinetes em Brasília".

Para desconstruir os argumentos dos advogados, Toffoli abriu sua fala dizendo que a média per capita de investimento do governo federal em Roraima é quase três vezes maior que a do Brasil, citando o portal da Transparência.

E respondeu ao ex-ministro Rezek: "Que sejam 10% de território sob a responsabilidade do Estado e 90% com a União. Isso é maior que um Estado como Sergipe, que é um Estado centenário", alegou Toffoli.

O procurador-geral da República refutou a tese de que o laudo foi baseado em documentos falsos. "O laudo da Funai encontra respaldo em todos os documentos históricos. Não é um elemento de ficção criado em gabinete."

Antonio Fernando lembrou ainda que os não-índios da área já receberam indenização. "Os que remanescem o fazem de má-fé e são responsáveis por graves danos ambientais." (FERNANDA ODILLA E FELIPE SELIGMAN)

## **Índios pró-brancos festejam pedido de vista**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Na reserva, onde clima era de provocação, policiais e soldados impedem choque entre contrários e favoráveis à presença dos arroteiros**

**Favoráveis à demarcação contínua reconhecem voto do relator no Supremo, mas ficam apreensivos com fato de a votação ter sido adiada**

**LUCAS FERRAZ**

**ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

O pedido de vista do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Alberto Menezes Direito levou índios favoráveis à demarcação em ilhas e trabalhadores ligados aos rizicultores a comemorar, com estouro de fogos e gritos de "viva o Brasil", deixando ainda mais tensa a situação na reserva Raposa/ Serra do Sol (RR).

Índios que lutam pela saída dos arroteiros, apesar de reconhecerem que o voto do relator Carlos Ayres Britto foi favorável a eles, mostraram apreensão com o fato de o STF não ter decidido ontem a questão.

Com gritos e música alta, o pequeno grupo de indígenas ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), que quer a presença dos brancos na região, correu com a bandeira do Brasil até a ponte sobre o rio Surumu, na entrada da reserva. Policiais federais e soldados da Força Nacional de Segurança que monitoravam o local se posicionaram entre os grupos, para evitar confronto, já que era explícito o clima de provocação.

"Temos que ficar com a cabeça em pé, pois o voto [do relator] foi pela demarcação contínua", disse o macuxi Alesson Sousa, 25, ligado ao CIR (Conselho Indígena de Roraima). "Agora, não podemos é entrar no clima de provocação e partir para a violência", afirmou.

"Por causa da provocação deles, pode acontecer alguma briga. Aí a coisa foge do nosso controle", argumentava o também macuxi Valter Oliveira, um dos coordenadores regionais do CIR, com um policial federal que pedia calma ao grupo.

A índia Erotéia Mota, contrária a saída dos arroteiros da terra, já vestiu um cinturão de bombas para brigar contra a demarcação contínua. Candidata a vice-prefeito de Paulo César Quartiero (DEM), que tenta a reeleição neste ano em Pacaraima, ela explicou o motivo da festa. "O ministro [Ayres Britto] colocou a questão da Raposa em seu relatório de forma mentirosa e falsa, por isso o pedido de vistas. O [ministro] Menezes não ficou confiante. Ganhamos tempo para continuar a luta pela permanência dos não-índios", disse.

Os índios contrários à demarcação contínua assistiram ao julgamento do STF em um telão, armado em frente à subprefeitura do município na Vila Surumu. O equipamento foi montado por Edir Ribeiro, empresário da cidade que, segundo disse, esperava também fazer propaganda para vender algumas antenas parabólicas.

Os índios ligados ao CIR, sem TV a cabo, recebiam notícias da sessão por telefone ou rádio, ou às vezes espiando o telão que estava montado logo em frente à quadra esportiva onde, durante todo o dia, eles realizaram atividades culturais com dança e música.

## **Índios católicos e evangélicos divergem em RR**

**Quinta-feira, 28/08/2008**

**Autor: LUCAS FERRAZ**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DO ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

A divisão na Raposa/ Serra do Sol não se dá apenas entre defensores do posicionamento de índios e de fazendeiros em relação à demarcação, mas também entre católicos e evangélicos.

Os católicos são representados pelo CIR (Conselho Indígena de Roraima). Em recente viagem à Europa, índios da organização foram recebidos pelo papa Bento 16, que declarou apoio à causa em Roraima.

Já os evangélicos, ligados ao Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e aos rizicultores, defendem a presença dos não-índios no local em prol do desenvolvimento econômico da região.

"A Igreja Católica incentivam os índios a roubar", dispara o pastor Cícero, chefe da Assembléia de Deus. Há quatro anos na reserva Raposa/ Serra do Sol, o pastor afirma que a cultura dos povos indígenas não os levam a Deus. "Pelo contrário, eles se afastam com bruxaria e feitiçaria", disse ele.

Do lado dos índios que lutam pela demarcação contínua, o catolicismo é bom porque "respeita a tradição e a cultura indígenas", como diz o macuxi Cristovão Galvão, 41, cacique da Comunidade do Barro e um dos catequistas da região.

(LF)

### **Supremo tenta evitar decisão radical sobre reserva indígena**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**'Às vezes a decisão contraria as duas partes', afirma Ayres Brito, relator do caso**

**A questão envolve debates fundamentais para firmar o entendimento do STF sobre o processo de demarcação de terras indígenas no país**

**FELIPE SELIGMAN**

**FERNANDA ODILLA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O STF (Supremo Tribunal Federal) começa a julgar hoje uma ação que contesta o processo demarcatório da reserva indígena Raposa/Serra do Sol em Roraima. A tendência da corte é modificar a demarcação contínua, excluindo algumas áreas do território estabelecido pelo decreto do presidente Lula, em abril de 2005.

A decisão dos ministros, segundo a Folha apurou, não será "radical" para nenhuma das partes: o Supremo não deverá manter a área de forma contínua como está hoje, mas também não deverá cancelar o decreto em sua totalidade ou isolar os índios em "ilhas", forma debatida até pelos ministros quando julgavam o pedido de Roraima para interromper a retirada dos não-índios pela Polícia Federal, em abril.

A questão, considerada por muitos ministros a "mais complexa" desde a edição da Constituição, envolverá debates fundamentais para firmar o entendimento do STF sobre como deve ser o processo de demarcação de terras indígenas.

No caso da Raposa, de um lado estão governo federal, índios e ONGs que querem manter o decreto de Lula que definiu a reserva em área contínua de cerca de 1,7 milhão de hectares. Alegam que a Constituição garante o uso "exclusivo" das terras tradicionalmente ocupadas por índios. O governo está disposto a manter intacta a demarcação, embora alguns setores temam o estabelecimento de uma jurisprudência que prejudique o agronegócio.

"A discussão do STF incide sobre discussão que já estava estabilizada e que foi prejudicada por pessoas que ocupam terras públicas", disse o ministro Tarso Genro (Justiça).

Do outro lado estão arrozeiros que produzem em cidades do interior da reserva, congressistas do Estado e o governo estadual. Afirmam que terras indígenas ocupam quase 50% da área de Roraima e que a soberania do Estado estaria em risco. E dizem que a produção dos arrozeiros representa 6% do PIB estadual. "Do jeito que está, o Estado

não cresce, não há segurança para investir em Roraima", disse Regis Jereissati, procurador do Estado. Preparado para participar da sustentação oral, o advogado dos arroteiros, Luiz Albrecht, disse que vai relatar a história da ocupação do Estado, questionar como o laudo antropológico foi feito e mostrar que, por trás de índios, estrangeiros ameaçam a soberania.

O STF não havia definido até a conclusão desta edição o tempo máximo e se todas as partes teriam direito a apresentar hoje argumentações orais à corte.

Há a possibilidade de pedido de vista, que dependerá da proposta do relator, ministro Carlos Ayres Britto, para a solução do problema. Questionado no início da semana sobre a possibilidade de desagradar índios ou arroteiros, ele disse que "às vezes a decisão contraria as duas partes". No caso concreto, uma possível decisão intermediária beneficiaria na prática os arroteiros. Os índios, apesar de perder o direito "exclusivo de usufruto", teriam quase a totalidade de suas terras mantida.

Outro ponto que deve ser discutido é o fato de que, inicialmente, Raposa e Serra do Sol eram separadas. Os ministros precisarão debater se há a comprovação de continuidade e relação entre os índios que vivem em cada uma das regiões.

E definir também um parâmetro temporal para analisar a presença de índios e não-índios. A Folha apurou que alguns ministros irão propor que seja 1988, ano em que a Constituição foi promulgada. Se for assim, seria constatada a presença de índios e arroteiros, que estão lá desde os anos 70.

## **PRÓS E CONTRAS**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

### **SOBERANIA NACIONAL**

. **CONTRÁRIOS** - A demarcação contínua na fronteira é motivo de preocupação para militares porque ameaçaria a soberania nacional. Eles temem um enclave de áreas de Roraima com os vizinhos Guiana e Venezuela

. **FAVORÁVEIS** - O governo federal argumenta que a demarcação contínua não impede a ação das Forças Armadas nas reservas, em especial na segurança das fronteiras, já que a terra é da União e não dos índios

### **PRODUÇÃO DE ARROZ**

. **CONTRÁRIOS** - Roraima afirma que a área demarcada incorporou setores produtivos que representariam ao menos 6% do PIB do Estado. O governo diz que arroteiros ocupam só 1% da reserva

. **FAVORÁVEIS** - Segundo a AGU, a saída dos arroteiros não prejudicaria a economia local, pois os índios passariam a produzir na região. O índio Dionito de Souza afirma que os índios têm 35 mil cabeças de gado

### **DEMARCAÇÃO EM ILHAS**

. **CONTRÁRIOS** - Arroteiros defendem que a demarcação seja feita em forma de ilhas dentro da reserva, preservando, assim, as plantações e construções já existentes

. **FAVORÁVEIS** - A demarcação em ilhas colocaria em xeque a preservação da cultura, pois a exclusão de partes da aldeia comprometeria a organização social da etnia

### **ESTUDOS PARA A DEMARCAÇÃO**

. CONTRÁRIOS - Contrários argumentam que os laudos atropológicos não teriam sido feitos da maneira correta e as audiências públicas não teriam ouvido todas as partes interessadas

. FAVORÁVEIS - A União diz que realizou todos os procedimentos jurídicos necessários e que, à época, em 1992, ainda não estavam na terra os arroteiros que hoje disputam parte da reserva com índios

### **Área indígena equivale hoje a duas Franças**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

#### **DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Com a reserva Raposa/ Serra do Sol, em disputa no Supremo Tribunal Federal, os índios detêm atualmente 13% do território nacional. São cerca de 1,1 milhão de quilômetros quadrados \_o dobro da área da França.

O processo de demarcação das terras indígenas, iniciado com a Constituição de 1988, foi completado em 386 das 626 áreas identificadas como tradicionalmente ocupadas por índios, aos quais caberia o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos. Entre as áreas já homologadas e registradas \_62% do total\_ estão os 1,7 milhão de hectares da Raposa/Serra do Sol.

Restam em processo de demarcação outras 240 áreas já identificadas. "São áreas com grande concentração de índios, mas pouco significativas em termos de extensão", disse Paulo Santili, coordenador de Identificação e Delimitação da Funai (Fundação Nacional do Índio). "Restam [para demarcar] as mais difíceis e onerosas em termos financeiros e políticos", disse.

### **A RESERVA RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

#### **Cronologia dos confrontos em Roraima**

##### **Identificação**

A reserva indígena Raposa/ Serra do Sol foi identificada como área indígena pela Funai em 1993, no governo Itamar, com extensão de cerca de 1,7 milhão de hectares. À época, já havia cidades no local

##### **Demarcação**

Em 1998, no governo FHC, a área foi demarcada pelo governo federal como única e contínua, ou seja, incluindo dentro dela as estradas, plantações e o município de Uiramutã, situado dentro da reserva

. 17 mil km<sup>2</sup> - é o tamanho da reserva

. 104 mil km<sup>2</sup> - é o total de área indígena no Estado (46%)

. 224 mil km<sup>2</sup> - é a área do Estado de Roraima

. em comparação Portugal tem uma área de 92 mil km<sup>2</sup>

#### **DOS PROTESTOS AO JULGAMENTO**

1. Protestos - Em 2004, ocorrem protestos após o anúncio do governo de que a terra indígena seria homologada de forma contínua. Rodovias são interditadas e prédios públicos são invadidos



2. Homologação - Em abril de 2005, o presidente Lula assina decreto que homologa a reserva e determina a retirada da da população não-índia do território indígena no prazo de um ano
3. Suspensão - Diante dos conflitos no Estado em março e abril deste ano, o governo de Roraima pediu ao STF a suspensão da retirada dos não-índios até que a demarcação fosse julgada. O STF atendeu o pedido
4. Julgamento - Apesar disso, os conflitos no Estado prosseguem. Hoje o STF inicia o julgamento da ação que questiona a demarcação e a homologação da terra indígena de forma contínua

### **Toffoli diz que ameaça à soberania é falsa questão**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Índios na fronteira são proteção, diz advogado-geral  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli fará a defesa oral do governo no julgamento do STF, hoje, que decidirá sobre a constitucionalidade da demarcação contínua da terra Raposa/Serra do Sol.

À Folha Toffoli afirmou que os índios, por questões culturais, precisam do 1,7 milhão de hectares da reserva para sobreviver. Diz ser uma "falsa discussão" afirmar que os índios na fronteira representam ameaça à soberania nacional.

(LUCAS FERRAZ E SÉRGIO LIMA)

FOLHA - Por que defender a demarcação contínua da reserva?

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI - O laudo antropológico que fundamentou a delimitação demonstra como os índios vivem. Eles têm características nômades.

São questões antropológicas. Eles entendem que ali é o centro e a origem do mundo. Por outro lado, experiências de demarcação descontínua, como em Mato Grosso do Sul, de índios caiovás, mostram alto índice de suicídio e alcoolismo.

FOLHA - O relatório antropológico é um dos pontos contestados.

TOFFOLI - O laudo é assinado por antropólogos e reflete a verdade. Márcio Thomaz Bastos [ex-ministro da Justiça] visitou o local, o presidente da Funai esteve na região, tanto o anterior como o atual, e eles são antropólogos. Têm convencimento de que a área deve ser demarcada de maneira contínua. Há quem não participou [do laudo] e também defende.

FOLHA - O tribunal pode pedir outro estudo antropológico?

TOFFOLI - A ação questiona o laudo, fundado numa cautelar de produção de provas, que teve procedimento em vara judicial de Roraima. Isso está sub judice. O STF pode acatar isso.

FOLHA - Qual a estratégia do governo se a demarcação contínua for considerada inconstitucional?

TOFFOLI - Decisão do Supremo se cumpre. Estamos otimistas que a decisão será pela manutenção do decreto presidencial.

FOLHA - A revisão da demarcação pode abrir precedentes para outras terras serem questionadas?

TOFFOLI - Demarcações ocorridas e sobre as quais já passaram o prazo prescricional estão seguras. Há pacificação nessas áreas. A Raposa é das últimas grandes reservas que terminou de ser homologada. É importante deixar claro que não são terras dos índios, mas da União.

FOLHA - Militares temem que a presença só de índios seja perigosa, com risco para a soberania nacional.

TOFFOLI - É uma falsa discussão. Não há como fazer autonomia de terra indígena. Isso sim seria inconstitucional. Dizer que a homologação leva à autonomia é falso problema. Índios na fronteira são garantias de proteção, ninguém melhor do que eles para estar nas selvas.

FOLHA - A demarcação contínua não reserva um espaço para os índios viverem separados?

TOFFOLI - O termo reserva não existe mais porque é carregado de preconceito. É terra indígena. Assim como é carregado de preconceito dizer que o índio está integrado e não tem direito a conviver com a comunidade.

### **Coronel vê risco de surgir 'nação étnica' na fronteira**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Para Fregapani, homologação criaria um 'Curdistão'  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Gélio Fregapani, 72, diz conhecer como poucos o Estado de Roraima, onde pisou pela primeira vez no início dos anos 1960. Coronel reformado do Exército, foi um dos fundadores do Cigs (Centro de Instrução de Guerra na Selva), trabalhou por dez anos na Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Diz que o Exército é "fervorosamente contra" a demarcação contínua da reserva.

Apontado pela PF como um dos responsáveis por municiar os arroteiros que atacaram índios, disse que, se isso tivesse ocorrido, a PF não estaria mais na região. "Esse pessoal não pode competir comigo."

(LF E SL)

FOLHA - Por que a Raposa/ Serra do Sol deve ser demarcada em ilhas?

GÉLIO FREGAPANI - A demarcação contínua de uma grande área indígena, com diferentes etnias e culturas, provoca a criação de algo parecido com o Curdistão, uma nova nação étnica separada dos países. Se for em ilhas, não tem problema nenhum.

FOLHA - Há pressão internacional para formar uma nova nação?

FREGAPANI - Sim. Essa história de índios nômades é falácia. Claro que existe possibilidade de migrações, mas os índios não são nômades. Não é necessária uma área do tamanho de Portugal para isso tudo. Na fronteira é o perigo.

FOLHA - O sr. defende que os índios não levem em conta sua cultura e se considerem apenas brasileiros?

FREGAPANI - Sim. Se nós [fizemos isso], damos [permissão] à criação de nações dentro do Brasil, estamos contribuindo para desagregar o país. Os EUA desejam isso, a Inglaterra, a Alemanha. Porque querem aquelas jazidas que têm lá e querem lidar com um

governo mais dócil, não com o governo brasileiro. Se o Brasil ganhar a Raposa, haverá condições de contestarmos outras [terras].

FOLHA - O governo diz que pode entrar a qualquer tempo nas terras.

FREGAPANI - O governo está dividido. Há uma parcela de traidores no governo. Além do mais, o Exército é fervorosamente contra essa reserva, a ponto de poder haver motins se a demarcação for contínua.

FOLHA - Quem são os traidores?

FREGAPANI - Não vou citar. Há um esforço para dividir o Brasil. Chega um momento em que nem o Exército consegue entrar. Nenhuma fronteira é sagrada. Só ficam razoavelmente definidas quando habitadas. Fala-se da floresta, mas é para desviar o assunto. Querem é a serra que separa o Brasil da Venezuela e das Guianas, por causa do potencial mineral.

FOLHA - Os índios não têm direito?

FREGAPANI - Eles têm toda a terra de que precisam. Aquilo é grande. É terra demais e os índios não estão ligados a isso. Isso é coisa de estrangeiro.

FOLHA - A PF o acusa de ajudar os arrozeiros com táticas de guerrilha.

FREGAPANI - Se tivesse ensinado táticas de guerrilha não tinha um policial federal lá. E quem afirmou isso estaria morto. Esse pessoal não pode competir comigo. Agora, quando a região se declarar independente, aí sim vou fazer guerrilhas.

## **COMO SERÁ O JULGAMENTO**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

Julgamento deve demorar dois dias

. Relator - Às 9h, o ministro Carlos Ayres Britto começa a ler o relatório da ação dos senadores de RR

. Procurador-geral - O procurador-geral Antonio Fernando de Souza dará parecer a favor da demarcação contínua

. Advogado-geral - O advogado-geral da União, José Antonio Dias Tóffoli, expõe os argumentos da União

. Advogados das partes - Os advogados das duas partes (favoráveis e contrários à demarcação) expõem suas teses

. Relator - O relator, Carlos Ayres Britto, apresenta seu voto sobre a ação que contesta a demarcação

. Demais ministros - Os outros 10 ministros expõem seus votos. O presidente, Gilmar Mendes, anuncia o resultado

## **O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO SOBRE OS ÍNDIOS**

. Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens

Parágrafo 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural (...)

Parágrafo 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos

## **Índios a favor de reserva ameaçam fazer invasões**

**Quarta-feira, 27/08/2008 (RR)**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**À espera de julgamento de homologação de reserva, indígenas preparam festividades**

**O CIR (Conselho Indígena de Roraima) diz que repassou determinação aos índios de manter a paz, seja qual for a decisão do Supremo hoje**

**LUCAS FERRAZ**

**ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Indígenas favoráveis à demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol preparam uma série de festividades e alguns já falam que, seja qual for o resultado do julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), vão invadir as fazendas dos arroteiros dentro da reserva.

"Vai morrer índio ou vai morrer branco, mas vamos lutar por nossa terra", afirmou o macuxi Pedro Brasil, 28, que ajudava ontem na organização dos festejos na Vila Surumu (226 km de Boa Vista), porta de entrada da Raposa/Serra do Sol. O CIR (Conselho Indígena de Roraima), contudo, afirma que a determinação repassada aos índios é de manter a paz.

A declaração de Pedro Brasil, porém, ecoa com a preocupação do governo de como a decisão do STF será recebida pelos indígenas, que esperam há ao menos dez anos uma definição sobre a área.

Na Vila Surumu são várias faixas espalhadas sobre a demarcação, algumas clamando pelo direito dos povos indígenas àquelas terras, outras com dizeres como "pátria ou morte, venceremos!", esta pregada na frente da subprefeitura da vila, administrada pela Prefeitura de Pacaraima, sob o comando de Paulo César Quartiero (DEM), o líder dos rizicultores.

Quartiero viajou a Brasília para acompanhar o julgamento \_assim como o governador de Roraima, José Anchieta Júnior (PSDB). "A decisão será um divisor de águas para o Estado", disse Anchieta. "Não sou contra os índios, mas sim a favor do desenvolvimento econômico do Estado." A produção de arroz responde por 6% da economia roraimense.

Apesar das tensões, a véspera do início do julgamento transcorreu sem incidentes. A Vila Surumu amanheceu com o som de música sertaneja, que tocou durante horas. Crianças nadavam no rio Surumu, e o descanso da tarde em redes, após almoço servido em fila e distribuído após a entrega de fichinhas, só foi interrompido pelos sobrevôos de helicópteros da Polícia Federal e do Exército, que monitoram a área.

Na Vila Surumu, considerada um barril de pólvora pela presença de índios (pró e contra demarcação contínua) e arroteiros, há homens da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança. Outros agentes, prontos para atuar a qualquer momento, estão de plantão em Boa Vista e Pacaraima.

Há um temor porque o local também foi o escolhido para manifestação hoje de índios que apóiam os arroteiros.

"Mas vamos esperar o resultado pacificamente", adiantou o tuxaua (espécie de cacique) José Brazão de Braga, do Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), organização ligada aos evangélicos e aos seis rizicultores que ainda estão na

área, que tem quase 1,7 milhão de hectares \_espaço em que caberia 12 cidades de São Paulo.

"Vamos dar uma aula para o Supremo, como sempre fazemos aos brancos", disse o índio macuxi Martinho, este do CIR e próximo dos católicos. Ele também organiza as festividades dos índios. "Mas o STF é a nossa última esperança", admitiu.

A festa terá cantos e danças tradicionais dos índios macuxi, etnia predominante na Raposa, que engloba também outras quatro etnias, além de rezas (católicas), passeata e muita comida \_só para esta semana 15 bois foram abatidos, além de muita batata e mandioca.

Um grupo de 25 índios da reserva foi de avião a Brasília para acompanhar o julgamento. Ontem, os indígenas protestaram na Praça dos Três Poderes. Júlio Macuxi, um dos líderes dos índios, espera para hoje a presença de mais 150 indígenas de outros Estados e representantes de sindicatos que apóiam a demarcação contínua.

Colaborou FERNANDA ODILLA, da Sucursal de Brasília

### **Planalto espera hoje saída intermediária no Supremo**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Jobim diz a Lula que tendência na corte é modificar demarcação contínua em Roraima**

**Eventuais reclamações, se alteração no modelo atual acontecer, irão recair mais sobre o STF do que sobre o Executivo, avalia o Planalto**

**KENNEDY ALENCAR**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi avisado pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, de que a tendência do STF (Supremo Tribunal Federal) é modificar o modelo de demarcação contínua proposto pelo governo para a reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

Ex-presidente do Supremo, Jobim mantém laços com ministros da corte. A decisão do STF, que deverá ficar num meio-termo entre o desejo dos índios e dos produtores de arroz, é conveniente politicamente ao Planalto.

Jobim alertou Lula a respeito da tendência do STF de reconhecer "ilhas não indígenas", como diz reservadamente um dos ministros do tribunal, na reserva. O presidente, então, recuou e deixou todo o eventual ônus político da decisão nas mãos do STF.

As esperadas manifestações de descontentamento das partes em litígio na reserva recairão mais sobre o Supremo do que sobre o Executivo na hipótese de alteração do modelo de demarcação contínua.

A tendência do Supremo espelha contradições do próprio governo. O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o antecessor dele, Márcio Thomaz Bastos, trabalharam pela demarcação contínua. Eles temem que o STF dê respaldo jurídico para ruralistas de outras áreas indígenas reverem demarcações.

Já o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o ministro da Agricultura, o peemedebista Reinhold Stephanes, fizeram pressões nos bastidores em prol dos produtores de arroz e de comunidades não indígenas que gravitam economicamente em

torno dessa produção agrícola na área. Ambos alegaram que parte dos índios é favorável à presença dos arroteiros na região.  
Lula já fez um discurso em favor dos interesses indígenas.

### **Procurador-geral quer manutenção de área contínua**

**Quarta-feira, 27/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM**

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, fez ontem uma defesa enfática da manutenção da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol como área contínua e disse que isso seria um "marco" do cumprimento da Constituição Federal.

A partir de hoje, o STF (Supremo Tribunal Federal) começa a decidir se a área continuará sendo toda reservada aos índios ou se produtores rurais poderão permanecer no local. A Procuradoria da República defenderá a manutenção da área contínua.

A descontinuidade é defendida tanto pelo governo de Roraima quanto pelos parlamentares do Estado.

Para Antonio Fernando, a discussão não deve levar em conta pressões políticas. "Há interesses políticos dos chamados arroteiros, que ocupam a área. [Mas] é bom que se diga e que a população saiba: [eles] passaram a ocupar a área após a homologação. Foi uma ocupação de má-fé."

Ele também rebateu os argumentos para a mudança do desenho da reserva. "Roraima tem uma área de 22 milhões de hectares. O remanescente, excluídas as áreas indígenas e aquelas unidades de conservação, permanece uma área superior ao Estado de Pernambuco, com uma população de aproximadamente 300 mil pessoas", disse. "Só por aí se vê que não é por falta de terra que esse Estado não pode progredir."

Sobre a questão territorial, o procurador-geral disse que a presença dos índios "reforça a defesa dos nossos limites".

(JOÃO CARLOS MAGALHÃES)

### **Decisão do STF deve servir de parâmetro para demarcações**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Senadores pedem revisão da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol**

**Relator Ayres Britto diz que "às vezes a decisão contraria as duas partes"; tramitam hoje no STF ao menos 114 ações sobre terras indígenas**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**DO ENVIADO A BOA VISTA (RR)**

O Supremo Tribunal Federal julga amanhã, pela primeira vez desde a promulgação da Constituição de 1988, o mérito de uma ação que contesta a demarcação de terras indígenas. Segundo três ministros, a decisão servirá de "parâmetro" para as demais demarcações brasileiras que hoje dependem de decisão do próprio tribunal.

O caso da vez, a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, é uma ação protocolada pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Eles pedem a revisão da demarcação, alegando que a área demarcada transformou parte do Estado em território da União e incorporou municípios e setores produtivos que representariam ao menos 6% do PIB de Roraima. Esperam que áreas produtivas, estradas, linhas de energia, escolas e pequenas vilas sejam excluídas da reserva.

A causa divide índios e ONGs, de um lado, e arroteiros e o governo do Estado, de outro. Os primeiros querem a manutenção da reserva contínua, enquanto os demais pedem a revogação do decreto de criação da área ou sua revisão, definindo uma demarcação em ilhas.

Questionado sobre a possibilidade de desagradar índios ou arroteiros, a depender da decisão, o ministro Carlos Ayres Britto, relator do tema, afirmou ontem que "às vezes a decisão contraria as duas partes".

Índios favoráveis à demarcação começaram a se mobilizar ontem com o apoio de integrantes de movimentos sociais em uma espécie de vigília, que deve durar toda a semana em Boa Vista, Brasília e na Vila Surumu, dentro da reserva. "Todo mundo está querendo participar", disse o índio macuxi Dejacir da Silva, do CIR, que vai acompanhar o julgamento em Brasília. Ele diz que não haverá índio armado na Raposa: "Pedimos a todos calma e muita paz".

Os arroteiros e índios contrários também estarão reunidos na região de Surumu, onde estão a maioria das plantações de arroz. Eles afirmaram que a ordem é manter a paz. Apesar disso, o governo aumentou o efetivo de policiais federais e da Força Nacional de Segurança na região, temendo confrontos.

Serão ao todo quase 300 homens, incluindo PF e FNS (Força Nacional de Segurança). O Exército, apesar de informalmente contrário à demarcação contínua, também está preparado para atuar. A Folha apurou que as Forças Armadas só serão mobilizadas se houver uma ordem do presidente. Fontes do Alto Comando do Exército diz que participar agora seria criar atrito desnecessário com a PF.

Há outras 32 ações que contestam a demarcação. Levantamento do STF mostra que tramitam hoje na corte ao menos 114 ações sobre terras indígenas. Em todas, porém, o resultado do julgamento que começa amanhã poderá ser decisivo. "Sem dúvida alguma, se o Supremo fixar que a demarcação deve ser setorizada em ilhas, evidentemente isso se estenderá por todo o território", disse o ministro Marco Aurélio Mello. Na mesma linha foram o presidente do STF, Gilmar Mendes, e o relator: "Independentemente do resultado, esse julgamento vai balizar critérios para a demarcação em terras de fronteiras, a participação dos Estados nesse processo", disse Mendes.

(FELIPE SELIGMAN, FERNANDA ODILLA, LUCAS FERRAZ)

### **Índios dizem que pistoleiros rondam aldeia**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

Índios macuxis relataram ontem que supostos pistoleiros rondam com motos a aldeia do Barro, que fica na Vila Surumu, principal foco de tensão entre indígenas e fazendeiros na terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Os homens, alguns com capacete, foram vistos no fim de semana. Na região, a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança mantêm uma base. O CIR (Conselho Indígena de Roraima) principal organização que defende a demarcação contínua da área, disse que comunicará o caso à Funai (Fundação Nacional do Índio).

Reportagem da Folha de sábado informou que o serviço de inteligência do governo federal detectou a chegada de jagunços vindos de Boa Vista e de outros Estados do Norte. Ontem, o professor da etnia macuxi Walter de Oliveira, 40, relatou que os supostos pistoleiros estão saindo das fazendas e entram na Vila Surumu (226 km de Boa Vista) para visitar os não-índios que estão na área, driblando a polícia. Disse que os homens ficam a maior parte do tempo num bar. Quando anoitece, começam a rondar a aldeia do Barro, onde se concentra os índios defensores da demarcação contínua.

No domingo, os macuxis dizem ter visto quatro pistoleiros. Dois usavam capacetes. Um foi reconhecido como sendo um integrante do grupo que atirou contra indígenas, em maio, em confronto na fazenda do arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM). Na ocasião, ele disse que seus funcionários só reagiram a agressões dos índios. Segundo o delegado da PF Ivan Herrero Fernandes, não há comprovação da existência de pessoas armadas ou pistoleiros na área.

## **CRONOLOGIA**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

### **ANTES DA HOMOLOGAÇÃO**

Em 2004, ocorrem protestos após o anúncio do governo federal de que a terra seria homologada de forma contínua. Rodovias são interditadas e prédios públicos são invadidos

### **A HOMOLOGAÇÃO**

Em abril de 2005, Lula assina o decreto que homologa a reserva e determina que sua posse seja destinada aos índios. É também definida a retirada em um ano da população não-índia do local \_os arroteiros

### **A SUSPENSÃO**

Diante dos conflitos entre março e abril deste ano, o governo de Roraima pede a suspensão da operação da PF para a retirada dos não-índios. O STF suspende a ação

### **CONFRONTO**

Em maio, 9 índios ficam feridos em invasão à fazenda de Paulo César Quartiero, líder dos arroteiros. Preso, Quartiero é solto uma semana depois

### **O JULGAMENTO**

Amanhã o STF irá julgar ação que questiona a demarcação e a homologação da área de forma contínua

**Relator da ONU diz que governo adota uma atitude paternalista**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**



Relator especial da ONU (Organização das Nações Unidas) para os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, o índio apache James Anaya reclamou da atitude paternalista do governo brasileiro e das ONGs. Segundo ele, o Brasil trata os índios como se eles não pudessem zelar por seus próprios interesses.

Anaya também lamentou a falta de diálogo do governo com os indígenas, citando as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que não levam em consideração os interesses das comunidades: "Escutei a queixa de que programas como o PAC, de desenvolvimento industrial, provocam um tipo de desenvolvimento que não leva em conta as particularidades dos povos indígenas, sobretudo nas demarcações das terras e, em muitos casos, estão em tensão com interesses de povos indígenas".

O relator evitou opinar sobre o julgamento do STF sobre Raposa/Serra do Sol: "Pode ser que surpreendam a todos e achem uma solução que não tire tudo de um lado e beneficie o outro". Anaya não crê em conflitos depois do julgamento.

Ontem ele recebeu duas denúncias de violência contra índios: no domingo, um grupo de madeireiros atacou terras dos Guajajara Tentehara, no Maranhão; no sábado, Mozeni Sá, líder dos Truká, foi morto em Pernambuco.

(FERNANDA ODILLA)

## **RAPOSA: DECISÃO CONTRA DEMARCAÇÃO PODE LEVAR A 'INSTABILIDADE', DIZ TARSO**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

O ministro da Justiça ressaltou que acredita que o STF manterá a atual configuração da reserva. "Acho que, se a decisão não for mantida, vamos ter uma onda de revisões que vai apontar para situações complexas", disse. "Abre precedente que pode levar a instabilidade para decisões já tomadas em [outras] demarcações". Ao ser indagado se havia procurado ministros do STF por medo de derrota, ele negou.

## **Políticos de Roraima são contra área indígena**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**FELIPE BÄCHTOLD**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Às vésperas do julgamento no Supremo Tribunal Federal que pode rever os limites da terra indígena Raposa/Serra do Sol, deputados federais, estaduais e senadores de Roraima são unânimes em se declarar contrários à forma como a área foi homologada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o grupo de políticos, que inclui até líderes da base governista no Congresso e um senador petista, os arroteiros devem permanecer na terra indígena, contrariando o que determinara o governo federal.

Considerada a principal conquista dos povos indígenas no governo Lula, a homologação em forma contínua, assinada pelo presidente em abril de 2005, determinou a retirada dos não-índios da área \_que tem 1,7 milhão de hectares e na qual vivem 18 mil índios.

A Assembléia Legislativa do Estado já foi palco de protestos contra a homologação da terra indígena e homenageou críticos da política indigenista do país. Deputados chamam a Funai (Fundação Nacional do Índio) de "engodo", a demarcação de "fraude" e argumentam que a saída dos arroteiros prejudicará a economia de Roraima.

A posição contrária de deputados e senadores é a mesma do governador José de Anchieta Junior (PSDB), que recorreu ao STF contra a homologação em área contínua. Uma das lideranças do movimento é outro político do Estado \_o arroteiro Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima, cidade que tem parte de seu território dentro da terra indígena. A maioria deles quer que as áreas onde estão propriedades rurais sejam excluídas da reserva.

Para o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a homologação necessita de ajustes. Ele quer a exclusão de quatro áreas da reserva.

O senador Augusto Botelho (PT) tem posição mais extrema. Autor da ação que será julgada nesta semana pelo STF, ele reclama de uma atuação indevida do governo federal em Roraima. "É ruim a União chegar ao Estado, pegar um pedaço da área e definir: essa área aqui vai ser reserva indígena. As decisões deveriam passar por Assembléia, Senado e Câmara."

Na Assembléia, 23 dos 24 deputados declararam à Folha que são contra à demarcação de forma contínua. Flamarion Portela (PTC) não quis se manifestar sobre o assunto.

No Congresso, os três senadores e sete deputados ouvidos disseram ser contrários ao decreto que homologou a área \_Angela Portela (PT), mulher de Flamarion, não foi encontrada para comentar o caso.

O prazo para a retirada dos não-índios seria de um ano a contar da data da assinatura do decreto por Lula, em abril de 2005. Até hoje o governo federal não completou o processo.

## **Políticos falam por arroteiros, afirma Funai**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Os políticos de Roraima fazem críticas à demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol com "falta de argumentos", afirma a Funai (Fundação Nacional do Índio).

O coordenador-geral de identificação e demarcação de terras indígenas da fundação, Paulo Santilli, diz que a unanimidade formada na política de Roraima contra a reserva indígena em área contínua tem relação com o "universo eleitoral" dos deputados e senadores. Santilli participou dos estudos que resultaram na homologação da Raposa/Serra do Sol.

"Eles estão representando aqueles que instalaram ou têm a pretensão de instalar posses nessas áreas", afirma.

Para Santilli, os arroteiros chegaram à região após a demarcação da terra. O coordenador diz que o processo de demarcação foi amplamente discutido, sem que houvesse grandes contestações dos donos de terra. O procedimento foi feito ao longo de diferentes governos e está previsto na Constituição, diz.

O integrante da Funai afirma que os políticos que chamam a demarcação de "fraude" não questionam dados técnicos do processo de homologação e tentam "desqualificar" quem produziu os estudos. As "instâncias autorizadas" a comentar o caso, como universidades, se manifestaram a favor da homologação em área contínua, argumenta Santilli.

Coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), o índio macuxi Dionito de Souza classifica a oposição à homologação contínua como "resultado de uma política antiindígena".

"Isso é uma discriminação contra os povos. Eles falam que não são contra a demarcação, mas sim contra a forma como ela foi demarcada. Eles querem a dominação [dos povos], querem matar mesmo nosso povo."

(FB E JER)

### **Relator da ONU diz que governo adota uma atitude paternalista**

**Terça-feira, 26/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Relator especial da ONU (Organização das Nações Unidas) para os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas, o índio apache James Anaya reclamou da atitude paternalista do governo brasileiro e das organizações não-governamentais. Segundo ele, o Brasil trata os índios como se eles não pudessem zelar por seus interesses. Apesar de classificar esse tratamento paternalista como histórico, Anaya lamentou a falta de diálogo do governo com os indígenas. Citou como exemplo as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que, segundo ele, não reconhecem nem levam em consideração os interesses das comunidades indígenas. A comitiva da ONU se surpreendeu também com o pequeno grau de urbanização das aldeias: "Escutei a queixa de que programas como o PAC, de desenvolvimento industrial, provocam um tipo de desenvolvimento que não leva em conta as particularidades dos povos indígenas, sobretudo nas demarcações das terras e, em muitos casos, estão em tensão com interesses de povos indígenas", disse Anaya.

Após passar 12 dias no Brasil e visitar áreas de conflito como Raposa/Serra do Sol (RR), Anaya aposta numa maior autonomia das comunidades, mesmo sabendo que muitas delas hoje não têm capacidade de gerenciar programas ou administrar recursos. "É uma meta", disse.

O relator da ONU evitou opinar sobre a demarcação da área indígena em Roraima. Ontem, ele disse acreditar numa solução intermediária por parte do Supremo Tribunal Federal. "Pode ser que surpreendam a todos e achem uma solução que não tire tudo de um lado e beneficie o outro". Anaya não crê em conflito entre fazendeiros e índios depois do julgamento.

Ontem, ele recebeu duas novas denúncias de violência contra índios no Brasil, apresentadas pelo Conselho Indigenista Missionário. No último domingo, um grupo de

madeireiros armados atacou terras do povo Guajajara Tentehara, no Maranhão. No sábado, Mozeni Sá, líder dos Truká, foi morto em Pernambuco. (FERNANDA ODILLA)

### **Não-índios divergem sobre saída de reserva**

**Segunda-feira, 25/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Parte de agricultores já se diz disposta a deixar terra indígena se STF decidir pela homologação contínua**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

Dentro da Raposa/Serra do Sol (nordeste de RR), a Folha encontrou opiniões divergentes entre os habitantes não-índios sobre sua permanência ou retirada da terra indígena.

No dia 27, o STF (Supremo Tribunal Federal) vai decidir se mantém a homologação da Raposa/Serra do Sol de forma contínua, o que resultaria na retirada de quem não é índio, ou em "ilhas" nas quais os não-índios \_cinco rizicultores, seus empregados e pequenos agricultores\_ poderiam residir.

Na Vila Surumu, centro da disputa entre índios e fazendeiros, parte dos pequenos agricultores acha que o melhor é aceitar a indenização e deixar a área. Outros dizem que não abandonam a terra indígena "nem mortos". Quando a reserva foi homologada, em 2005, 284 famílias de não-índios viviam na área. O governo federal já indenizou 205 famílias, gastando cerca de R\$ 11,9 milhões. Mais 53 aguardam indenização. Outros 26 se recusam a receber o dinheiro \_nesse grupo estão os rizicultores.

Na Vila Surumu (226 km ao norte de Boa Vista), cujo acesso é por uma vicinal (estrada de terra) da BR-174, que liga o Brasil a Venezuela, vivem menos de dez famílias de não-índios. Antônia Rodrigues dos Santos, 55, cearense, não aceita dinheiro para sair da terra. Ela disse que vive na terra indígena há 38 anos. Casada com o vaqueiro Manoel Ferreira dos Santos, 54, só conseguiu um naco de terra há cerca de seis anos, quando se mudou para a Vila Surumu. Antes, ela e o marido viviam nas fazendas de gado como empregados.

Em sua pequena propriedade, Antônia tira o sustento da criação de galinhas, porcos e cabras. Desconfiada ao falar do assunto, ela não diz como adquiriu o imóvel. "Nós temos que lutar até o fim. O direito deles [índios] é o nosso também. Não aceito dinheiro", diz.

A índia macuxi Ilda Maria Albuquerque, 67, teme ser obrigada a deixar a área por ser casada com o vaqueiro José Costa Albuquerque, 78. Segundo a Funai, casais mistos podem permanecer na Raposa.

Mas os casais não parecem ter essa informação. Ilda prefere receber a indenização e deixar a área de conflito. "Queremos R\$ 30 mil, mas a Funai ofereceu R\$ 25 mil."

### **Líderes contra demarcação vão disputar eleição**

**Segunda-feira, 25/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

Os principais líderes do movimento contra a operação da Polícia Federal para retirar não-índios da Raposa/Serra do Sol, em abril, estão hoje engajados em campanhas políticas.

O prefeito Paulo César Quartiero concorre à reeleição em Pacaraima, cidade que tem parte de seu território dentro da terra indígena. Como vice em sua chapa está a índia macuxi Erotéia Mota, que ficou conhecida nacionalmente ao participar de protesto com um cinturão de explosivos amarrado ao corpo. Ambos são do DEM.

Eles foram presos durante os protestos sob suspeita de comandar incêndios de pontes, bloqueios de estradas e destruição de patrimônio público. Dizem que participaram do protesto, mas que não cometeram crime.

"Me chamam de Bin Laden, e ela, a Téia, nossa vice, é a mulher-bomba", brinca Quartiero ao falar da chapa política. Ele é proprietário de uma usina e de duas fazendas dentro da terra indígena.

A reportagem não localizou Erotéia para comentar a campanha. "Não somos nenhuma Brastemp, mas o povo sabe que não vamos vendê-los", diz Quartiero. (KB)

### **Prevedo conflito, governo reforça a segurança em RR**

**Sábado, 23/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Segundo serviço de inteligência, proximidade de julgamento de demarcação de reserva pelo STF deve acirrar conflito na região**

**Arrozeiros são acusados de preparar ataque contra índios; eles negam; governo reforça efetivo de policiais e já tem 300 homens na área**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A proximidade do julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) da demarcação da Raposa/Serra do Sol, previsto para a próxima quarta, levou o governo a reforçar o efetivo policial na região já prevendo o acirramento de ânimos entre índios e não-índios.

Mesmo que o Supremo adie o julgamento, caso ocorra um pedido de vista, órgãos como o Ministério da Justiça, por exemplo, trabalham com a hipótese de confronto.

Segundo informações do serviço de inteligência, teriam chegado na região nos últimos dias jagunços vindos de Boa Vista e de outros Estados do Norte. Eles estariam circulando pela área da terra indígena em cerca de cem motocicletas.

A pasta do ministro Tarso Genro (Justiça) trabalha com a informação de que eles estariam monitorando os índios favoráveis à demarcação contínua, como deseja o governo, e estudando possíveis alvos de ataque. O objetivo, segundo a Folha apurou, seria o de também proteger as fazendas produtoras de arroz cravadas dentro da área indígena contra qualquer ameaça de invasão por parte dos índios.

O governo montou uma sala de situação, que se reuniu anteontem, para acompanhar a situação na área. Ela é formada por membros dos ministérios da Justiça, Defesa, Casa Civil, GSI (Gabinete de Segurança Institucional), além da Funai (Fundação Nacional do Índio), Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e Polícia Federal.

Membros do governo ficaram preocupados com a situação exposta. Pessoas ligadas aos arrozeiros estariam até espalhando bombas caseiras em pontos da reserva já pensando em tática de resistência.

Os arrozeiros negam. Segundo Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima e líder dos rizicultores, não haverá resistência ou ataque por parte dos produtores.

Segundo acusam a PF e o governo, o responsável por municiar os arroteiros é o coronel reformado do Exército Gélío Fregapani, que atuou por mais de dez anos na Abin, foi secretário de segurança pública no Estado, além de um dos fundadores do Cigs (Centro de Instrução de Guerra na Selva).

Em maio, quando houve conflito na região com ataques aos índios, a um posto da PF e até a destruição de pontes, Fregapani foi apontado pela PF como o estrategista da ação.

Ele nega. "Se eu tivesse ensinado táticas de guerrilha, não tinha um policial federal lá. E quem afirmou isso com certeza estaria morto. Sou um dos fundadores do Cigs, esse pessoal não pode competir comigo."

Policiais da Força Nacional de Segurança e da PF estão na região desde abril, quando foi deflagrada a Operação Upatakon 3, para retirar da reserva os não-índios. Com o reforço recebido nos últimos dias, há hoje um efetivo de 300 homens na região, mas o governo poderá mobilizar mais policiais, além de um helicóptero de apoio.

## **ÁREA INDÍGENA: RELATOR DA ONU DIZ QUE SERÁ IMPARCIAL**

**Sábado, 23/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

O relatório sobre a questão da terra Raposa/Serra do Sol, em Roraima, será apresentado por James Anaya na próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Ele diz que será imparcial, apesar de não ter ouvido o grupo contrário à retirada dos arroteiros da área. "Tenho mostrado disposição de reunir-me com os interessados, mas os outros não me procuraram."

## **Relator da ONU só ouve grupo que pede reserva contínua em Roraima**

**Quinta-feira, 21/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Índio norte-americano James Anaya é recebido com festa por índios brasileiros**

**KÁTIA BRASIL**

**AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

O relator especial da ONU para os direitos dos povos indígenas, o índio apache James Anaya, visitou ontem o epicentro do conflito entre índios e fazendeiros na terra Raposa/Serra do Sol (RR) e disse que só vai ouvir um dos lados na disputa devido a "limitações de tempo".

O americano esteve ontem na Vila Surumu (RR), dentro da terra indígena, onde foi recebido com almoço e dança por lideranças do CIR (Conselho Indígena de Roraima) e de outras entidades favoráveis a que sejam retirados da região os fazendeiros e demais não-índios.

Calcula-se que existam cerca de 18 mil índios na Raposa/Serra do Sol. Parte deles defende a permanência dos fazendeiros e deseja que a área seja homologada com "ilhas" onde os não-índios poderiam plantar. Essa parte dos índios reclama que não vai ser ouvida por Anaya.

"Eu gostaria de visitar a todos que estão interessados em promover a situação dos direitos humanos, mas há problemas de limitações de tempo", afirmou ele, que vai apresentar relatório sobre o assunto na próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O STF (Supremo Tribunal Federal) julga, no próximo dia 27, o mérito da homologação da terra indígena de 1,7 milhão de hectares em forma contínua.

Na recepção, Anaya foi recebido por 700 índios. Jovens pintados com urucum e jenipapo dançaram músicas tradicionais. "Para mim, é uma grande honra estar aqui com vocês e estou muito emocionado com a recepção", disse Anaya. A conversa entre ele e as lideranças indígenas foi reservada. À Folha, o relator disse que não opinaria sobre o julgamento.

Para Dirlene Santana, assessora da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima, Anaya "discrimina" os índios contrários à reserva contínua: "Ele não se disponibilizou em querer nos ouvir".

Colaborou JOSÉ EDUARDO RONDON, da Agência Folha

### **Índia quer fazer no STF defesa oral de área**

**Quinta-feira, 21/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Primeira índia a se formar em direito no país, a wapichana Joênia Batista de Carvalho protocolou pedido para ser a primeira advogada índia a defender oralmente uma causa no Supremo Tribunal Federal, no julgamento da demarcação da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, marcado para o dia 27.

Caso as comunidades indígenas liberem a participação no processo, Joênia pretende caracterizar como "racistas" as contestações ao modelo contínuo da demarcação da reserva, adotado por decreto presidencial. "Não há como entenderem que a terra indígena em área de fronteira representa uma ameaça à segurança nacional, a não ser por um discurso racista. É como se os arroteiros fossem mais brasileiros do que nós", afirma.

(MARTA SALOMON)

### **Relator da ONU chega ao país e irá à área de conflito em RR**

**Sexta-feira, 15/08/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O relator especial da ONU para os direitos humanos dos povos indígenas, James Anaya, iniciou ontem visita oficial ao Brasil, onde pretende conhecer a situação dos índios, em especial os da reserva Raposa/Serra do Sol (RR).

Anaya se reuniu com o ministro Tarso Genro (Justiça) e com o presidente da Funai, Márcio Meira, que lhe explicaram sobre a questão em Roraima e as causas da judicialização da demarcação \_se será contínua, como quer o governo, ou em ilhas. A previsão é a de que o Supremo Tribunal Federal julgue o caso no dia 27.

Segundo participantes da reunião, o relator da ONU se mostrou preocupado com que sua visita pareça intromissão estrangeira em uma questão nacional. Ele, contudo, tratou do caso com o pressuposto de que há um conflito na Raposa/Serra do Sol entre índios e não-índios \_principalmente arrozeiros.

Hoje, em Brasília, ele participa de reunião da CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista). Logo depois, inicia viagem pelo país, passando por Roraima, Mato Grosso, Pará e Amazonas.

### **Índios dizem que papa apóia demarcação**

**Quinta-feira, 03/07/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Em audiência, Bento 16 afirma que fará 'tudo o que for possível' para ajudar no impasse em Roraima**

**DA REDAÇÃO**

O papa Bento 16 disse ontem a dois líderes indígenas de Roraima que apóia a luta deles e que "faria tudo o que fosse possível" para ajudar a resolver o impasse na demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol.

O relato foi feito por Jacir José de Souza, da etnia macuxi, e por Pierlangela Nascimento da Cunha, da etnia uapixan, que entregaram, durante audiência no Vaticano, uma carta ao papa na qual fazem um apelo pela intervenção no conflito. O Vaticano não comentou o encontro.

Com a ajuda de entidades internacionais, Souza e Cunha estão viajando pela Europa para buscar apoio à causa dos índios, que aguardam decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a constitucionalidade da demarcação da reserva. Hoje, serão recebidos pela Comissão de Relações Exteriores do Parlamento português.

Em encontros com autoridades, eles têm relatado confrontos recentes com produtores de arroz, como o que resultou em dez índios feridos em maio.

Homologada em 2005, a demarcação contínua da reserva foi contestada pelo governo de Roraima em abril último, quando a Polícia Federal iniciou ação para retirar não-índios da área. O STF deve decidir sobre o impasse neste semestre.

Com agências internacionais

### **Lula cobra da Justiça decisão sobre reserva**

**Sexta-feira, 20/06/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Em reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista, o presidente Lula cobrou ontem decisão rápida da Justiça sobre a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol (RR), sob pena de acontecer "qualquer ato de violência mais sério". Lula reclamou do quão complicadas são algumas decisões. O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que o julgamento deve acontecer até o início de agosto.



## **RORAIMA: DECISÃO SOBRE RESERVA PODE SAIR EM AGOSTO, DIZ PRESIDENTE DO STF**

**Sábado, 31/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, disse ontem que a decisão sobre as 33 ações contrárias à demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol (RR) pode ficar para agosto: "Se não julgarmos em junho, vamos fazê-lo em agosto. Não sei se conseguiremos julgar isso neste semestre porque temos uma série de documentos que o relator, ministro Carlos Ayres Britto, recebeu de ambas as partes".

## **Governo acoberta interesses internacionais, diz tucano**

**Sexta-feira, 30/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**'Demarcação contínua atrapalha soberania', declara governador de Roraima**

**'O terrorismo é feito por seu terrorista-mor, que se chama Tarso Genro; esse é terrorista', afirma no Rio líder arroteiro de Roraima**

**DA SUCURSAL DO RIO**

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse ontem, em palestra no Clube da Aeronáutica, que o governo brasileiro acoberta interesses internacionais no caso da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

Conferencista de seminário intitulado "Amazônia e a Realidade Brasileira", Anchieta Júnior afirmou que a demarcação contínua de terras indígenas em Roraima, defendida pelo governo, interessa às grandes potências, que agiriam na Amazônia por meio de ONGs.

"Al Gore [ex-vice-presidente dos EUA] discute a soberania e a propriedade da Amazônia. Ele disse que a Amazônia não pertence aos brasileiros, pertence ao mundo. François Mitterrand [ex-presidente da França] pensava da mesma forma. John Major [ex-primeiro-ministro britânico], no Reino Unido, também. São representantes das grandes potências mundiais que têm pensamentos desse tipo com relação à nossa Amazônia. O índio não atrapalha a soberania. O que atrapalha é a demarcação em área contínua deixando só eles. Tem que somar a presença do índio e do não-índio", disse.

Anchieta Júnior afirmou ainda que a "política indigenista do governo é caótica, incoerente e irresponsável".

"A política equivocada de demarcação de áreas indígenas, esvaziando as fronteiras, é perigosa para a soberania nacional. O índio não precisa de mais área. Precisa de dignidade, cidadania e apoio. A política distorcida do governo federal, de dar terra aos índios e não dar condições de vida a eles, não se justifica", disse o governador.

Para ele, a decisão de destinar aos indígenas terras contínuas poderá resultar em mortes.

"Estou tentando evitar uma tragédia no nosso Estado. O que as ONGs queriam era o cadáver de um indígena, para dizer que o brasileiro não cuida de seus índios."

Presente ao evento, o prefeito de Paracaima (município em Roraima) e líder arroteiro, Paulo César Quartiero (DEM), disse que o governo faz terrorismo de Estado na região e chamou o ministro da Justiça, Tarso Genro, de terrorista.

"O terrorismo é feito por seu terrorista-mor, que se chama Tarso Genro. Esse é terrorista. Nós simplesmente estávamos pedindo a judicialização da questão. Nós somos escravos da lei", afirmou ele, para quem "o ministro mandou um exército [de policiais federais] que se porta em Roraima como nós fôssemos Iraque e eles fossem marines, oprimindo nossa população".  
(SERGIO TORRES)

## **RAPOSA/SERRA DO SOL: PRESIDENTE DO STF APONTA AUSÊNCIA DO ESTADO NA ÁREA**

**Terça-feira, 27/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

O ministro Gilmar Mendes disse ontem, em Cuiabá, que a ausência do Estado foi um ponto que chamou sua atenção na visita que fez, na semana passada, à região da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A demarcação contínua da área é alvo de questionamento no tribunal. "Senti a ausência do poder público na região, o que talvez seja responsável pelos conflitos", disse o presidente do Supremo.

## **Embargo à terra de líder arroteiro não sai do papel**

**Terça-feira, 27/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**HUDSON CORRÊA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Anunciado há mais de duas semanas pela direção do Ibama, o embargo à fazenda de Paulo Cesar Quartiero na terra indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, não saiu do papel.

"Até agora não [embargaram]. A situação está normal lá. Até procurei o processo aqui no Ibama de Boa Vista. Não encontrei. Está lá por Brasília", disse Quartiero.

O Ibama informou, na semana passada, que devido à "tensão" na Raposa/Serra do Sol, a operação de apreensão de equipamentos da fazenda de Quartiero havia sido adiada. Procurado ontem para falar sobre a data da operação, o órgão não respondeu.

A fazenda consta na lista de áreas embargadas dentro do plano de combate ao desmatamento na Amazônia. O Ibama mantém um sistema de consulta pela internet que lista as propriedades que sofreram embargos.

"As áreas são embargadas em operações que o Ibama executa no âmbito do Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia", diz o órgão.

Com o embargo, as propriedades não podem ser exploradas até a recuperação de áreas degradadas. O sistema de consulta é mantido para que comerciantes e indústrias evitem comprar produtos agropecuários e florestais das fazendas embargadas. As penalidades são multa e restrição de crédito.

No último dia 9, Quartiero foi multado em R\$ 30,6 milhões e a área produtora de arroz foi embargada. Ele foi notificado da decisão dentro da cela da Polícia Federal em Brasília \_ estava preso sob acusação de mandar atirar em índios que, no dia 5 de maio, ocuparam sua propriedade na Raposa/Serra do Sol.

Até ontem, segundo funcionários da fazenda e o próprio Quartiero, o trabalho na fazenda continuava normalmente. Na terra, está sendo cultivada uma área de 210 hectares destinada à produção de semente para a próxima safra de arroz.

### **Conflitos por posse de terra atingem 10 reservas indígenas**

**Domingo, 25/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Mesmo terras homologadas pelo governo são alvo de atividades irregulares de agronegócio, extração ilegal de madeira e garimpos**

**Coordenador da Funai diz que, quando as autoridades efetivam a retirada dos invasores, índios recebem as áreas já muito 'degradadas'**

**FELIPE BÄCHTOLD**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**FERNANDO BARROS DE MELLO**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

Conflitos envolvendo povos indígenas não são especificidade da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, ou dos índios caiapós do Pará, que na semana passada agrediram o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende. Ele sofreu um corte profundo no braço direito.

Atividades irregulares de agronegócio, extração ilegal de madeira, garimpos, grilagem e cooptação de índios por fazendeiros são alguns dos problemas em pelo menos dez reservas (veja quadro ao lado).

Os conflitos ocorrem em terras já homologadas pelo governo federal e que constam nos registros da Funai (Fundação Nacional do Índio) como regularizadas. A regularização é a última etapa legal do processo envolvendo uma área indígena. Esse é o caso de Raposa/Serra do Sol. Mas a Folha localizou denúncias em outras reservas na mesma situação legal.

Na terra Maraiwatsede, em Mato Grosso, índios xavantes enfrentam grilagem feita por fazendeiros, segundo o Ministério Público Federal. A Procuradoria diz que criminosos, ligados a políticos e produtores rurais, fraudam documentos que dão posse a terrenos da área, já homologada.

A presença de produtores do agronegócio em terra indígena também é o problema para cerca de 3.500 índios do Parque do Araguaia, na ilha do Bananal, no Tocantins. A exemplo do que ocorre na Raposa/Serra do Sol, os produtores rurais vivem no local desde antes da homologação, feita em 1998.

A extração ilegal de madeira atinge a terra indígena Apyterewa, no Pará. Segundo relatos de índios da etnia paracanã ao Ministério Público Federal, há ameaças de invasores.

Paulo Santilli, coordenador de identificação de terras indígenas da Funai, diz que, quando as autoridades efetivam a retirada de invasores, os índios recebem terras já "degradadas" após anos de exploração. "Há um grande passivo ambiental."

Ele declara que os recursos do órgão acabam direcionados para indenizações, enfraquecendo outros setores.

Na terra Ianomâmi, que ocupa no Amazonas e em Roraima área equivalente à do Estado de Santa Catarina, líderes indígenas dizem que há cerca de 800 garimpeiros invasores no local. Na terra vivem 16 mil índios.

"A gente pede para a Funai tomar providência, mas eles não têm coragem. Sempre fala que não tem recurso para pagar avião", diz o líder Davi Ianomâmi. Na área do Ajarani, na fronteira leste de Roraima, antropólogos apontam a presença irregular de fazendeiros.

**Diamante**

Na reserva Roosevelt (RO), cintas-largas enfrentam o garimpo ilegal e o tráfico de diamantes. Em 2005, 23 índios foram indiciados pela morte de 29 garimpeiros na reserva. Os conflitos ocorrem independentemente da situação legal da região. De mais de 107 milhões de hectares destinados a terras indígenas, mais de 97 milhões (90,6%) já foram homologadas. Nem todas, entretanto, foram regularizadas.

Segundo a Funai, de 615 terras indígenas, 401 estão homologadas e regularizadas.

Na sexta, missionários do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) relataram que dois índios guajajaras, da reserva Araribóia, foram baleados. A reserva fica próxima aos municípios de Arame e Grajaú, no Maranhão. Situação parecida ocorre na reserva da etnia truká, localizada em Cabrobó (PE). Os índios estão na região conhecida como polígono da maconha.

## **OS PROBLEMAS NAS TERRAS INDÍGENAS**

**Domingo, 25/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

Reservas têm denúncias de grilagem, desmatamento e agronegócio irregular

1.

Terra - Raposa/ Serra do Sol

Local - Nordeste de Roraima

Tamanho - 1,7 milhão de hectares

Etnias - Macuxi, uapixana, ingaricó, taurepangue e patamonas

Problemas - Decisão do STF suspendeu operação de retirada dos não-índios

2.

Terra - Apyterewa

Local - Altamira e São Félix do Xingu (PA)

Tamanho - 773 mil hectares

Etnias - Paracaná

Problemas - Índios lutam por retirada de invasores, entre fazendeiros e madeireiros

3.

Terra - Maraiwatsede

Local - São Félix do Araguaia (MT)

Tamanho - 165 mil hectares

Etnias - Xavante

Problemas - Grilagem da terra indígena e invasão de fazendeiros

4.

Terra - Parque do Araguaia

Local - Ilha do Bananal (TO)

Tamanho - 1,3 milhão de hectares

Etnias - Carajá, javaé e ianomâmi  
Problemas - Criadores de gado permanecem no local desde antes da homologação  
5.

Terra - Ianomâmi  
Local - Norte de Amazonas e Roraima  
Tamanho - 9,7 milhões de hectares  
Etnias - Ianomâmi  
Problemas - Invasão de garimpeiros e presença de fazendeiros  
6.

Terra - Roosevelt  
Local - Espigão D'Oeste (RO)  
Tamanho - 230,8 mil hectares  
Etnias - Cinta larga  
Problemas - Garimpo ilegal e tráfico de diamantes

7.  
Terra - Alto Rio Guamá  
Local - Garrafão do Norte, Paragominas, Santa Luzia do Pará  
Tamanho - 280 mil hectares  
Etnias - Tembé, timbira, urubu kaapor  
Problemas - Extração ilegal de madeira e presença de posseiros

8.  
Terra - Caiapó  
Local - Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix do Xingu (PA)  
Tamanho - 3,2 milhões de hectares  
Etnias - Caiapó  
Problemas - Garimpo de ouro e ação extrativista madeireira

9.  
Terra - Truká  
Local - Cabrobó (PE)  
Tamanho - 1,6 mil hectares  
Etnias - Truká  
Problemas - Fica próxima ao chamado polígono da maconha. Conflitos com agricultores  
10.

Terra - Araribóia  
Local - Amarante do Maranhão, Arame e Grajaú (MA)  
Tamanho - 413 mil hectares  
Etnias - Guajajaras  
Problemas - Madeiras e tráfico de drogas  
Fontes: Ministério Público Federal, Funai, Cimi e líderes indígenas

### **Diversidade complica a relação, dizem estudiosos**

**Domingo, 25/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**'São em torno de 180 línguas indígenas e 200 povos', afirma Sydney Possuelo**

**Nesse universo, há índios muito integrados, como os da Raposa/Serra do Sol, e povos que vivem isolados em regiões de fronteira**  
**DA REPORTAGEM LOCAL**

Os conflitos indígenas espalhados pelo país têm motivos diversos e provocam reações diferentes em cada etnia, afirmam especialistas entrevistados pela Folha.

Para o sertanista Sydney Possuelo, 68, ex-presidente da Funai, os conflitos são parte da história brasileira. "Não há uma única cultura, os índios. Hoje são em torno de 180 línguas indígenas, aproximadamente 200 povos", diz.

Segundo ele, nesse universo, há povos com um nível de convivência e integração alto, como os da Raposa/Serra do Sol. Lá, diz Possuelo, cerca de 100 índios cursam nível superior e os makuxis são donos de quase 35 mil cabeças de gados. "Mas dentro desse mesmo universo há povos que estão em algumas áreas de fronteira como Acre e Mato Grosso e vivem isolados."

O antropólogo Rogério Duarte do Pateo, do ISA (Instituto Socioambiental) concorda. "Os contextos são muito diversos. Há uma tendência de homogeneizar os conflitos entre índios e não-índios, mas não só a diversidade indígena é grande como as formas de invasões e relações também."

Pateo exemplifica, comparando o caso da Raposa/Serra do Sol, em Roraima, com o ataque ao engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende com um facão, no Pará.

"A diversidade cultural acaba refletida no estilo de relação entre os índios e setores da sociedade nacional. Os caiapós têm estilo mais aguerrido. No caso da Raposa, a história é mais longa, mas os índios sempre tentaram jogar mais na legalidade, apesar de momentos de maior tensão", afirma Pateo.

Segundo o antropólogo, a ocupação de áreas distantes do Brasil ocorreu de forma caótica. "Com a situação de caos instalada, no momento em que o Estado chega, você já tem uma situação que ficou quase à beira do próprio Estado", afirma.

Segundo Marcos Wesley de Oliveira, presidente da ONG Comissão Pró-Yanomami, o maior problema dessa etnia é a riqueza mineral em suas terras. "Na década de 80, mais de 40 mil garimpeiros estiveram na região e foi o primeiro caso julgado de genocídio no Brasil. É um lugar muito cobiçado."

Para Humberto Resende Capucci, membro do Cimi do Maranhão, o principal problema é a impunidade. "O poder público precisa punir para todos os lados", diz.

Possuelo afirma que o Brasil precisa reconhecer a história indígena. "Quando a coroa portuguesa queria consolidar Roraima como território, ela reconheceu os índios como súditos. Mas mais tarde esses mesmos índios simplesmente não tiveram reconhecimento."

**Funai nega que seja negligente em fiscalização**

**Domingo, 25/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A Funai tem dificuldades para fiscalizar terras indígenas devido às grandes extensões das áreas, mas é negligente, segundo seu presidente, Márcio Meira.

À Folha Meira também falou que as ações na Justiça acabam atrapalhando parte das operações da fundação, mas diz que isso "faz parte do Estado democrático". "Muitas vezes [a protelação na Justiça] pode acentuar situações de conflito", diz.

No dia 9 de abril, o Supremo Tribunal Federal, acatando pedido do governo de Roraima, suspendeu com uma liminar uma operação da Polícia Federal para retirada de arroteiros da terra indígena Raposa/Serra do Sol, já homologada.

Outro problema enfrentado pela Funai, segundo o presidente da fundação, é a reincidência dos invasores de terras indígenas, como madeireiros e garimpeiros, que acabam voltando para as áreas após ações de retirada.

O acesso às terras, que somam 12,5% do território nacional, também é citado pelo presidente como um entrave. "Temos um território muito grande. As áreas indígenas são distantes geograficamente. Temos que fazer planejamentos para as operações", afirma.

(FB e JER)

### **A fulguração da barbárie**

**Domingo, 25/05/2008**

**Editoria: MAIS!      Página: 9**

**Seção: + CIÊNCIA**

**História da terra indígena Raposa/Serra do Sol é metáfora da ocupação portuguesa na região desde seu início**

**NÁDIA FARAGE**

**PAULO SANTILLI**

**ESPECIAL PARA A FOLHA**

A história, disse o filósofo Walter Benjamin em sua sexta tese, é o relampejar de uma reminiscência em um momento de perigo. Estruturalista avant la lettre, a obra enfatiza a analogia possível sob a aparente aleatoriedade do presente. Seguindo a lição de Benjamin, é o que o estudioso familiarizado com a historiografia de Roraima pode enunciar quanto ao atual conflito na terra indígena Raposa/ Serra do Sol: sua trágica analogia. Vamos a ela.

A ocupação portuguesa do vale do rio Branco, nos anos 70 do século 18, teve caráter marcadamente político-estratégico, por sua posição limítrofe às possessões espanholas e holandesas na Guiana. Sabe-se que, à exceção da fronteira com a Guiana Francesa (estabelecida pelo Tratado de Utrecht em 1713) os limites da Amazônia portuguesa permaneceram, por longo tempo, intencionalmente indefinidos, pois Portugal não possuía título para reclamá-los. Sob o princípio da posse de fato, que presidia o Tratado de Madrid, de 1750 - primeira tentativa, desde Tordesilhas, de delimitação das fronteiras coloniais luso-espanholas - ao ministério pombalino, se impôs povoar "todas as terras possíveis", contando com a população indígena como base de uma sociedade colonial. Neste quadro, foi construído no rio Branco o forte São Joaquim, e formaram-se aldeamentos indígenas seculares, sob a jurisdição daquela guarnição militar.

Em 1790, porém, após duas grandes revoltas da população, os aldeamentos no rio Branco foram desmantelados. Da experiência colonial, restariam no rio Branco três fazendas régias para criação de gado - uma imensa extensão de terras que chega ao Império como propriedade do Estado.

Fazendas nacionais

No quadro da disputa de fronteiras com a Guiana Inglesa \_pendência que, em 1842, neutraliza o interflúvio Surumu-Tacutu-Cotingo e vem a ser diplomaticamente arbitrada apenas em 1904\_, o Estado brasileiro veio a se interessar em descrever os limites das fazendas régias, ou, como foram conhecidas posteriormente, as fazendas nacionais do rio Branco. Em que pesem suas variações, em função de tomarem ou não em conta o território neutralizado, as diferentes descrições feitas no período projetam, sob propriedade do Estado, a extensão de terras do médio rio Branco até os limites com Venezuela e aqueles, indefinidos, com a Guiana Inglesa.

Em 1912, o Ministério da Fazenda legou as fazendas nacionais no rio Branco ao Ministério da Agricultura; em 1915, as fazendas nacionais já estavam sob a administração do Serviço de Proteção aos Índios. O esbulho das terras das fazendas nacionais \_que eram também, lembremos, terras indígenas\_ iniciou-se, no entanto, com a colonização civil, que, paulatinamente, se instalou nos campos de Roraima a partir dos anos 70 do século 19. Tal esbulho foi favorecido pelo controverso artigo 64 da Constituição de 1891, que delegava jurisdição sobre as terras devolutas aos governos estaduais, mais sensíveis a pressões locais.

#### Território neutro

Com efeito, nas três primeiras décadas da República, o governo do estado do Amazonas veio a expedir, sistematicamente, títulos de registro de terras, que incidiam sobre as fazendas nacionais no Branco. O Serviço de Proteção aos Índios a todos contraditou, sustentando os limites das três fazendas nacionais como patrimônio da União. Seus protestos, registrados no Diário Oficial e em relatórios administrativos, não surtiram efeito.

O exame das requisições de registro de terras no rio Branco entre 1893 e 1900, disponíveis no arquivo do Instituto de Terras da Amazônia, indica que a quase totalidade das posses existentes no vale do rio Branco incidia sobre a área dos rios Uraricoera, Amajari e margem direita do rio Branco. No mesmo período, apenas nove posses foram registradas no rio Tacutu e dez na margem esquerda do rio Branco. Relativamente intocados, portanto, encontravam-se a fazenda São Marcos, sede do Serviço de Proteção aos Índios, e o território neutro. A neutralização deste, ao que tudo indica, terá adiado a ocupação fundiária e, nesse sentido, temporariamente protegido o território indígena do esbulho por particulares.

Esse território , muito mais tarde, veio a ser reconhecido como a terra indígena Raposa/Serra do Sol. As requisições de registro de terras deixam entrever, ainda, os expedientes usados na espoliação de terras indígenas. Número significativo de requisições contem documentos de compra espúria de terras de índios, assinados "a rogo", ou, apenas informavam que as terras requeridas continham "barracas" de "índios agregados" (o que valia dizer, por vezes, aldeias inteiras).

#### Pão, pano e pau

À diferença de outras regiões no país, onde a pecuária impôs a expulsão e extermínio da população indígena, a ocupação de terras no vale do rio Branco se fez acompanhar da arregimentação da população indígena, espoliada também em sua identidade étnica, para as camadas mais baixas da sociedade regional que nascia, profundamente marcada pela discriminação e pela violência interétnicas. Uma única exceção vem confirmar a regra: em 1894, um chefe Jaricuna requisita registro das terras de sua aldeia \_como se posseiro fosse\_, que lhe é negado, "em vista de ser ele lavrador e em pequena escala não tendo direito a requerer campos para criação em vista de não possuir gados".



Terra e gado, índices de riqueza, não caberiam a trabalhadores; a estes, segundo o adágio recolhido pelo viajante Henri Coudreau à boca dos fazendeiros, bastavam "pão, panno e páo". Ontem, como hoje, a fulguração da barbárie?

NÁDIA FARAGE, professora da Unicamp, é autora de "As Muralhas dos Sertões" (1991, Paz e Terra/ANPOCS)

PAULO SANTILLI, professor da Unesp, é autor de "Permongon Patá" (2001, Edunesp) e outros artigos sobre história e etnografia de Roraima. Antropólogos, já publicaram diversos outros artigos sobre história e etnografia de Roraima

**Presidente do Supremo diz que julgamento deve ser em junho**  
**Sábado, 24/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**ANDRÉA MICHAEL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Gilmar Mendes, disse ontem em entrevista coletiva em Brasília que o julgamento das ações que contestam a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) deve acontecer no final de junho ou, no máximo, início de agosto.

Na última quinta-feira, o ministro sobrevoou a região, cuja forma de demarcação, no modelo contínuo e sacramentada por decreto presidencial, foi questionada diante do Supremo Tribunal Federal, principalmente por fazendeiros que produzem arroz na região. Mendes fez a viagem até Roraima acompanhado dos ministros Carlos Ayres Britto, relator do caso no STF, e Cármen Lúcia Borges. Os três sobrevoaram, num avião da Força Aérea Brasileira, as cidades de Surumu, Pacaraima e a já quase deserta Água Fria. Desceram em Serra do Sol, a 400 quilômetros de Boa Vista, local em que mantiveram contato com índios da etnia Ingaricó.

Mendes disse que ainda não tem opinião formada sobre o caso. E, mesmo que tivesse, não poderia antecipar o seu voto. Afirmou, no entanto, que o STF terá a oportunidade de julgar um caso "de escola". E explicou:

"Estou convencido de que o tribunal tem em mãos um caso peculiar. Pela primeira vez vai se pronunciar, sob a Constituição Federal de 1988, acerca da soberania indígena, da presença ou não de militares [nessas áreas, que são de fronteira com a Venezuela e a Guiana] e sobre o dever/poder do Estado nessa situação", disse.

**Preocupação**

A interlocutores, segundo a Folha apurou, o presidente do Supremo disse estar preocupado com a atuação de ONGs na região, que, por vias transversas, acabam cumprindo o papel de Estado até mesmo nas áreas de saúde e educação.

No mínimo, entende Mendes, conforme revelou em conversas reservadas, o julgamento vai levar à revisão das formas de demarcação das terras indígenas, no sentido de submetê-las a um debate mais amplo do que manter, como acontece hoje, a decisão somente de acordo com os critérios estabelecidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio).

## **Ministros do STF visitam terra indígena em Roraima**

**Sexta-feira, 23/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Gilmar Mendes, Ayres Britto e Cármen Lúcia conversaram com índios ingaricós  
Supremo prepara-se para julgar os processos que contestam a homologação da  
reserva Raposa/Serra do Sol de forma contínua**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Três ministros do Supremo Tribunal Federal, incluindo o presidente do tribunal, Gilmar Mendes, sobrevoaram ontem, por cerca de duas horas, a terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima.

Depois, os ministros aterrissaram na comunidade Serra do Sol, na tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela, onde conversaram por cerca de 30 minutos com índios ingaricós.

De acordo com o comandante da Base Aérea de Boa Vista, coronel-aviador Edinei de Souza Nunes, os ministros Gilmar Mendes, Carlos Ayres Britto\_ relator dos processos que contestam a homologação da reserva de forma contínua\_ e Cármen Lúcia Antunes Rocha chegaram a Boa Vista a bordo de um Legacy da FAB.

Da capital de Roraima, foram para a reserva a bordo de um Caravan C-98. Na comitiva, estavam o chefe do Centro de Comunicação Social da FAB, brigadeiro-do-ar Antônio Carlos Bermudes, e o coronel José Hugo Volkmer.

Por volta das 9h30, voaram em direção à terra indígena. Sobrevoaram a Vila Surumu \_local dos conflitos registrados em março na disputa pela terra entre índios e não-índios\_, as regiões de plantio de arroz, o município de Pacaraima, as comunidades Socó e Água Fria e a terra indígena São Marcos.

A viagem durou cerca de duas horas. Ainda houve tempo para uma parada na comunidade da Serra do Sol, a 400 km de Boa Vista, na tríplice fronteira entre Brasil, Guiana e Venezuela. A região é habitada por aproximadamente 1.180 índios ingaricós, que vivem em oito aldeias e defendem a homologação da área de forma contínua.

Os ministros foram recebidos pelo líder indígena Gelson Ingaricó. Segundo o coronel-aviador Edinei Nunes, eles conversaram sobre saúde e educação, mas não falaram sobre posse da terra indígena. Depois, retornaram a Brasília. Está prevista para hoje uma entrevista do presidente do STF, Gilmar Mendes, sobre a visita.

**Pelotão**

O presidente do Conselho do Povo Ingaricó, Dílson Ingaricó, que estava em Boa Vista, disse que a comitiva conversou com Gelson Ingaricó, mas que em nenhum momento os índios sabiam que os demais integrantes do grupo eram ministros do STF: "Os índios me disseram que havia outras pessoas na aeronave, mas elas não se apresentaram como ministros".

Sobre a possibilidade de implantação de um pelotão do Exército na fronteira, o líder ingaricó disse ser contrário: "O povo ingaricó já faz sua própria vigilância nas fronteiras, não precisa de pelotão do Exército". Segundo o líder ingaricó, já existe uma parceria entre índios e Forças Armadas: "Aceitamos a presença dos militares em nossa região de forma periódica, não permanente".

## **PF dobrará contingente dentro da reserva Raposa/Serra do Sol**

**Sexta-feira, 23/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A Polícia Federal vai aumentar nos próximos dias em 100% o contingente que ocupa a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A corporação prevê o acirramento do confronto entre índios e arroteiros com a iminência de julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) do mérito das ações sobre a demarcação da reserva, homologada pelo governo federal em 2005. O Supremo deve julgar o caso em meados de junho, prevê o relator da matéria, ministro Carlos Ayres Britto.

Atualmente, há no local 350 policiais (200 da PF e 150 da Força Nacional de Segurança), que monitoram principalmente os arredores da Fazenda Depósito, que foi palco de ataque de funcionários do produtor e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), a índios. O confronto ocorreu no início do mês, e nove indígenas ficaram feridos. Quartiero, o filho dele e seis funcionários ficaram oito dias presos por conta da ação, classificada pelo ministro Tarso Genro (Justiça) como "terrorismo".

O aumento do contingente na área para 700 policiais é consequência de dois cenários vislumbrados pela PF:

1) Se o STF derrubar a demarcação contínua das terras, a revolta será por parte dos índios. O argumento de algumas lideranças indígenas, já explicitado em conversas reservadas, é o de que recorrer à violência talvez possa ajudá-los;

2) Caso o Supremo confirme a demarcação contínua, a resistência partirá principalmente de Quartiero, avaliam policiais, já que o prefeito de Pacaraima explora o fato politicamente e tem o apoio (inconsciente ou não) de parte da população local. Há ainda o peso do aspecto econômico \_ele produz, em fazendas dentro da reserva, arroz (principalmente) e soja.

"Vamos nos preparar para enfrentar qualquer um dos lados do conflito", disse Fernando Segóvia, coordenador-geral de defesa institucional da PF e responsável pela Operação Upatakon 3, iniciada em março para retirar não-índios da Raposa/Serra do Sol.

Todo o trabalho na região está balizado em um relatório da PF, feito há mais de um ano. "O confronto, inclusive, já era esperado", reconheceu ele.

Há na reserva, de 1,7 milhão de hectares, seis fazendas de cinco proprietários (Quartiero é dono de duas), além de 53 pequenas propriedades agrícolas, diz o relatório. O total de não-índios chega a 200.

Na próxima terça, quando Segóvia voltar à área, ele levará um helicóptero Bell 412, com capacidade para transportar 15 pessoas, que ficará à disposição dos policiais. "Será importante para o deslocamento rápido, em alguma emergência", afirmou. O helicóptero estava em manutenção, em Brasília.

A PF não tem prazo para deixar a reserva. O tempo mínimo estimado é de seis meses, caso o STF confirme a demarcação contínua. Senão, o prazo deve se estender por um ano.

## **Coronel do Exército ajudou arroteiros, diz PF**

**Quinta-feira, 22/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Militar e dois pistoleiros teriam participado de ataque a índios em Roraima; líder dos produtores nega**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Para a Polícia Federal há indícios de que um coronel da reserva do Exército ajudou arroteiros liderados pelo produtor e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM) a atacarem indígenas favoráveis à retirada de não-índios da reserva Raposa/Serra do Sol (RR). A PF também identificou dois pistoleiros do Pará que participaram diretamente da ação, ocorrida no último dia 5, que feriu nove índios.

A polícia suspeita que o coronel da reserva Gélvio Augusto Fregapani e que outros dois militares (que não foram identificados) atuaram na logística de resistência dos arroteiros, evidenciada pela tática de guerrilha usada no episódio.

Segundo policiais, as 149 bombas encontradas na Fazenda Depósito, propriedade de Quartiero, foram produzidas com o auxílio de militares.

Há a suspeita de que Gélvio Fregapani preste serviço "técnico" à Associação dos Rizicultores de Roraima. O coronel é ex-funcionário concursado da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Em 2005, ele produziu para a Abin relatório em que ataca a demarcação contínua. "É evidente o interesse estrangeiro na demarcação contínua", escreveu Fregapani.

"Temos indícios [da participação dos militares], estamos atrás de provas que confirmem a ajuda deles na guerrilha de Quartiero", disse à Folha o delegado Fernando Segóvia, responsável pela Operação Upatakon 3, iniciada em março para retirar não-índios da reserva.

O STF suspendeu a operação e deve julgar o mérito das ações até meados de junho.

O relatório assinado por Fregapani, conta Segóvia, reforça a suspeita de sua ligação com arroteiros. Já os pistoleiros contratados por Quartiero tiveram participação direta no ataque, diz a PF. Eles estão foragidos. A PF mantém sigilo sobre nomes e local onde atuavam.

Quartiero nega que os arroteiros da reserva receberam ajuda de militares e a contratação de pistoleiros do Pará. "Isso é folclore, é ilação." Porém, se disse amigo de Fregapani.

A reportagem ligou para celular e casa de Fregapani, em Brasília, mas não conseguiu localizá-lo. Procurada, a Abin não quis se manifestar. À Folha o Exército disse não haver "envolvimento de militares".

**Exército faz operação de três dias em Roraima**

**Terça-feira, 20/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A13**

**Errata: Erramos: 22/05/2008**

**BRASIL (20.MAI, PÁG. A13)**

**O texto "Exército faz operação de três dias em Roraima" se referiu incorretamente à Guiana como Guiana Inglesa.**

**Ação ocorre em Pacaraima, próximo a reserva indígena**

## **HUDSON CORRÊA**

### **ENVIADO ESPECIAL A PACARAIMA (RR)**

O Exército montou uma barreira na entrada de Pacaraima (RR), fronteira com a Venezuela. Cerca de 400 militares participam no município da operação Guardiã da Fronteira. A cidade está na região de conflito entre índios da reserva Raposa/Serra do Sol e arroteiros.

Segundo o Exército, a operação, que ocorre também em Bonfim, na fronteira com a Guiana Inglesa, nada tem a ver com o conflito que há quase dois meses mobiliza Força Nacional de Segurança e PF.

Na ação, que deve durar três dias, o Exército vai parar os veículos que passarem no posto de fiscalização da Secretaria da Fazenda, onde está a barreira, na entrada de Pacaraima. Os militares estão atrás de contrabando e tráfico de drogas.

Na fronteira com a Venezuela ocorre principalmente contrabando de combustível. A gasolina é vendida a R\$ 1,10 no posto da fronteira. Em Pacaraima, os pampeiros (que estocam gasolina no carro Pampa) comercializam o litro a R\$ 1,50 e fornecem combustível de forma clandestina em Boa Vista.

A Folha apurou que, devido ao conflito de índios e arroteiros, a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista, chegou a discutir a suspensão da operação, mas a ação, que ocorre todos os anos, foi mantida. A Guardiã da Fronteira estava prevista para ocorrer há duas semanas, mas foi adiada por problemas com equipamentos.

Se não fosse por isso, teria coincidido com o dia do confronto entre índios e seguranças da fazenda de Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima e líder dos produtores de arroz. O conflito ocorreu na Vila Surumu, a 60 km da barreira do Exército.

Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, considera ir à reserva por achar que a visita pode facilitar o entendimento da crise. Para ele, há "elementos contraditórios" sobre quem está com a razão.

### **Estrada da Raposa/Serra do Sol evidencia marcas do conflito de índios e arroteiros**

**Segunda-feira, 19/05/2008**

**Autor: HUDSON CORRÊA; SÉRGIO LIMA**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

#### **DOS ENVIADOS À RAPOSA/ SERRA DO SOL (RR)**

A estrada da reserva Raposa Serra/Sol é cheia de pedras que ficam cada vez maiores quando se avança. O vale do arroz, local de conflito entre fazendeiros e índios, tem a terra mais fértil.

Na reserva, os índios se dividem em 194 comunidades espalhadas em 1,7 milhão de hectares. São 18 mil índios que vivem da pecuária, diz o CIR (Conselho Indígena de Roraima), que luta pela demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol e, conseqüentemente, pela expulsão dos arroteiros.

O vale do arroz começa a se mostrar em Vila Surumu, centro do conflito e onde está a fazenda Depósito, de 4.000 hectares, de Paulo César Quartiero, líder dos arroteiros. Lá é a porta de entrada da reserva. Para Quartiero, Surumu é distrito da cidade de Pacaraima, da qual ele é prefeito pelo DEM.

Para chegar à Raposa/Serra do Sol, deixa-se a rodovia federal BR-174 em um ponto a 180 km de Boa Vista. São 26 km de estrada de chão até a vila que, segundo a prefeitura,

tem 900 habitantes. No caminho há uma ponte destruída no confronto iniciado em março entre arrozeiros e índios.

Na vila, há um acampamento do CIR para vigília na fazenda de Quartiero. A 20 km dali, outra vila. A Folha foi informada pela Prefeitura de Pacaraima que lá existem 600 eleitores.

Mais à frente, nova ponte destruída. A estrada chamada Transarrozeira, que dá acesso a outras fazendas de produtores de arroz, fica a 40 km dali. Por lá, Quartiero tem uma segunda propriedade chamada Providência (5.000 hectares).

À frente, os índios montaram um "posto de fiscalização" para impedir que equipamentos cheguem de Boa Vista às fazendas. Seguindo a viagem, a paisagem volta a ficar árida sem o verde das fazendas.

(HC E SL)

### **Procuradoria apura confronto entre índios e Exército em Roraima**

**Segunda-feira, 19/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Índigenas relatam que soldados entraram 'com armas apontadas' em reserva; oficiais afirmam que tropa foi recebida por 'índios empunhando arcos e flechas'**

**HUDSON CORRÊA**

**SÉRGIO LIMA**

**ENVIADOS ESPECIAIS A BOA VISTA (RR)**

O Ministério Público Federal apura confrontos de índios da reserva Raposa/Serra do Sol (RR), ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), com o Exército. Na investigação em curso, aberta em 2002 pela Procuradoria, além de relatos de confrontos, consta uma comunicação de crime ambiental, de janeiro deste ano, contra o Exército feita pelo Ibama.

O Exército construiu, em 2001, sem licença ambiental, segundo o Ibama, o quartel do 6º Pelotão Especial de Fronteira na cidade de Uiramutã (RR), vizinha à Raposa/Serra do Sol.

É com militares desse quartel que ocorreram confrontos, alvos de apuração da Procuradoria. O CIR acusou o Exército em 2005 de causar dano ambiental. O Exército afirma que apenas não aceitou pagar pela licença ambiental, como quer o Ibama, porque é órgão público.

A Folha apurou que o Exército em Roraima avalia que o CIR é uma ONG cuja atuação deixa mais vulnerável a soberania nacional na área indígena.

"Somos uma organização indígena. Eu considero ONGs as que são dos brancos", afirma o coordenador do CIR, o macuxi Dionito José de Souza, 40.

A investigação da Procuradoria começou com uma carta de líderes indígenas enviada pelo CIR. Relata que em 20 de março de 2002, oito soldados do pelotão de Uiramutã "começaram a filmar e a fotografar a maloca". O líder indígena Valdir Clementino não permitiu a filmagem. "Ali era posto de fiscalização indígena, que tem o objetivo de controlar a entrada de pessoas não-índias", diz a carta. Segundo o relato, no mesmo dia, um helicóptero trouxe 40 soldados que deixaram "crianças horrorizadas".

Ainda segundo a carta, "havia (...) soldados com suas armas apontadas para os índios e os índios com suas flechas armadas e apontadas para os soldados". Não houve conflito, mas os oficiais fizeram as filmagens, disseram os índios.

A Funai foi à aldeia e escreveu que os indígenas "não são contra o Exército, mas sim ao local onde está localizado o quartel. São contra as atitudes do Exército, com relação à entrada na área sem avisá-los".

Em sua resposta ao Ministério Público, o Exército diz que uma patrulha atualizava mapas da região filmando e fotografando. "A patrulha foi impedida de transitar na área da maloca."

Então, segundo o Exército, foi enviado um helicóptero com nova patrulha "recebida de forma hostil, com indígenas empunhando arcos e flechas".

De acordo com o Exército, a tropa manteve as armas, durante toda a ação, "com canos voltados para o chão". Também informou que não houve pânico entre índios e crianças.

Por fim, o Exército cita que um decreto de 2002 dá liberdade de trânsito ao Exército em terras indígenas. Mas, em janeiro de 2003, o CIR comunicou ao Ministério Público Federal que índios barraram de novo uma equipe de soldados.

### **Alencar é contra demarcação contínua em RR**

**Sábado, 17/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE**

O vice-presidente José Alencar, na condição de presidente interino, disse na noite de ontem, em Belo Horizonte, que é contra a homologação contínua da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

"Os índios chegaram antes e tudo mais, mas, na minha opinião, elas [as terras] não devem ser contínuas, de tal forma que não matasse a produção que lá se realiza", afirmou Alencar.

Mas Alencar não criticou o governo federal pela homologação. Questionado se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha errado, ele disse: "Não acho que o presidente errou. O presidente é o presidente".

"Eu sempre respeitei as posições do presidente, mas a minha opinião é essa. Eu não vou deixar de dar a minha opinião."

O STF (Supremo Tribunal Federal) já recebeu várias ações contestando a demarcação contínua da reserva e vai decidir sobre o caso, ainda sem data marcada. Há uma semana, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, afirmou que essa decisão é "prioridade".

Muitos dos que contestam a demarcação contínua defendem que sejam estabelecidas "ilhas" para os índios dentro da área em disputa.

(PAULO PEIXOTO)

### **ÍNDIO: RESERVA SERÁ MAIOR LEGADO DE LULA, DIZ THOMAZ BASTOS**

**Sábado, 17/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

O ex-ministro da Justiça classificou a homologação da Raposa/Serra do Sol (RR) como a "obra mais importante" do governo Lula e criticou os arroteiros e setores das Forças Armadas que se opõem à criação da terra indígena em área contínua.

## **Carreata marca chegada a Boa Vista de líder dos arroteiros**

**Sábado, 17/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**HUDSON CORRÊA**

**ENVIADO ESPECIAL A BOA VISTA (RR)**

O líder dos produtores de arroz da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, Paulo Cesar Quartiero, mobilizou ontem uma carreata, com fila de ao menos um quilômetro de carros, motos, tratores e caminhões, pelas ruas de Boa Vista (RR).

Quartiero foi preso no dia 6 e levado às celas da PF em Brasília sob acusação de mandar atirar em índios que ocuparam sua fazenda situada na terra indígena. Solto na quarta, chegou ontem a Boa Vista. No aeroporto, foi recebido por um grupo de 200 pessoas, entre funcionários de fazendas, produtores de arroz, amigos e religiosos.

Coube à pequena índia macuxi Elaine Pereira Carneiro, 5, que, segundo a mãe, Isabela Pereira, 22, mora na reserva, enfrentar o tumulto de pessoas que queriam abraçar Quartiero. A menina foi para o colo do produtor e, assustada, chorou. Ela é neta do líder macuxi Avelino Pereira, que defende que arroteiros fiquem na reserva.

Integrante da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima), Pereira disse que 15 índios foram receber Quartiero.

A carreata durou cerca de duas horas. Quartiero seguiu na carroceria de uma caminhonete, bandeira do Brasil em mãos, ao lado do deputado Márcio Junqueira (DEM-RR). Atrás, um caminhão de som tocava o hino nacional. A carreata terminou com discurso diante da Assembléia. "Pintam que sou inimigo dos índios. Mas há líderes [indígenas] que trabalham junto com a gente", disse.

Ligada aos evangélicos, a Sodiur se opõe ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), mais próximo da Igreja Católica, que defende a saída dos arroteiros. Os índios feridos na fazenda de Quartiero são ligados ao CIR.

## **Líder arroteiro acusa governo e ministro de fazerem 'terrorismo'**

**Sexta-feira, 16/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Paulo César Quartiero (DEM) diz que Tarso Genro foi o responsável por conflito em Roraima; ele afirma também que o índio, 'como ser humano, não quer evoluir'**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Personagem principal da polêmica envolvendo a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o líder arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), 55, acusou o governo federal e o ministro Tarso Genro (Justiça) de fazerem terrorismo na terra indígena.

Segundo ele, o confronto entre índios e funcionários de sua fazenda, na semana passada, foi "orquestrado". O Ministério da Justiça não quis se manifestar sobre as declarações.

Ontem, um dia depois de ser solto pela Justiça, Quartiero visitou deputados no Congresso.

\*

FOLHA - O sr. disse que o confronto na reserva se agravaria se a política do governo fosse mantida. Isso acontecerá mesmo se o STF confirmar a demarcação contínua?



PAULO CÉSAR QUARTIERO - Com certeza, a questão é emblemática. Só 7% de Roraima pode ser utilizada por qualquer atividade econômica. É condenar a população ao aniquilamento.

FOLHA - E a convivência com os índios?

QUARTIERO - Nós defendemos os índios! Quem condena é essa política. Há áreas demarcadas há 20, 30 anos, nenhuma produtiva. Alguns índios sobrevivem com cesta básica. Por que temos que condená-los a viver como antigamente?

FOLHA - E a tradição dos índios?

QUARTIERO - Se você disser que a tradição indígena é viver fodido, então concordo. Se você me disser que o índio, como ser humano, não quer evoluir, então concordo. Está faltando oportunidade. Meu vice-prefeito é índio, há índios advogados.

FOLHA - O vice-prefeito é contrário aos arroteiros.

QUARTIERO - Ele se vendeu. Era do nosso grupo. Mudou de lado.

FOLHA - Por quê?

QUARTIERO - Ofereceram mais. Infelizmente índios são como políticos, procuram o interesse próprio. Vai lá perguntar se eles querem viver carregando coisas nas costas. Não querem! Querem celular, futuro para os filhos, dentista. Se você quer o contrário, vamos trancá-los em um zoológico e condená-los a viver como na idade da pedra.

FOLHA - E o ataque dos funcionários de sua fazenda aos índios?

QUARTIERO - Foi orquestrado. Aqueles índios foram levados pela Funai, em veículos da missão católica, que tem interesse em retirar os evangélicos da região. Tudo com o apoio da PF. Eles sabiam que se entrassem haveria confronto. Esses feridos foram a pior coisa para nós. Eles buscam um mártir, como Dorothy Stang e Chico Mendes. Empurraram os índios como bucha de canhão para que se transformem em mártires.

FOLHA - O sr. deu ordem para atirar caso alguém entrasse na fazenda?

QUARTIERO - Ninguém tem ordem para isso. Não queremos ferir os índios, que são vítimas. Os verdadeiros culpados estão em gabinetes. O ministro da Justiça esteve lá no dia seguinte. Por que não foi antes, para tentar evitar o conflito? Ele é o responsável. O ministro vê a fogueira e joga gasolina!

FOLHA - Tarso Genro disse que o ataque de arroteiros aos índios foi um "ato terrorista".

QUARTIERO - Terrorismo, só que de Estado. Ele mandou 500 policiais federais e da Força Nacional para tirar as pessoas na ponta do fuzil. Quem está fazendo terrorismo é o governo, através do ministro da Justiça.

FOLHA - O que o sr. achou da saída de Marina Silva?

QUARTIERO - Ela criou um retrocesso. Já vai tarde.

### **General Heleno não é voz isolada, afirma almirante**

**Sexta-feira, 16/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O chefe do Estado Maior de Defesa, almirante-de-esquadra Marcos Martins Torres, afirmou que o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, não é o único nas Forças Armadas em suas críticas à demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol (RR).

Indagado especificamente se Heleno era uma "voz isolada", Torres respondeu "não", enfaticamente, mas evitou fazer comentários sobre as observações do general \_ele causou polêmica ao classificar a demarcação contínua da reserva como ameaça à soberania nacional.

Após anos de impasse, a demarcação foi decidida pelo governo Lula após laudos técnicos da Funai demonstrarem a necessidade do terreno para a sobrevivência da etnia macuxi. A reserva possui área de cerca de 1,68 milhão de hectares e faz fronteira com a Guiana, o que incomoda os militares.

Além disso, a savana da região é propícia à plantação de cereais, o que levou arroteiros a se instalarem na área.

O Supremo Tribunal Federal já recebeu ao menos 33 ações que contestam a demarcação contínua da terra, mas não decidiu sobre o caso.

A proximidade da fronteira gera apreensão entre militares, que temem um enclave entre os países, sem soberania efetiva do Brasil. Segundo a Constituição, as terras indígenas são da União, com usufruto dos índios.

Ontem, o chefe do Estado Maior de Defesa indicou que a questão da soberania não causa preocupação. "Acho que todo mundo ali é brasileiro", disse, em entrevista ao lado do comandante do Comando Sul dos EUA, James Stavridis. Mas o brasileiro não quis se estender às críticas e disse que não era hora de comentar sobre a demarcação porque o caso está sob análise do Judiciário.

Ele concedeu entrevista após o encerramento da 4ª Conferência de Defesa do Cone Sul. Questionado sobre a repercussão das críticas do general Heleno, tergiversou. "Não sei, não sei. Ele colocou, eu não estava lá na palestra, soube no dia seguinte."

(IURI DANTAS)

### **Justiça liberta líder arroteiro de Roraima**

**Quinta-feira, 15/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Acusados de formação de quadrilha, filho de prefeito e seis de seus funcionários se beneficiam de decisão**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**HUDSON CORRÊA**

**ENVIADO ESPECIAL A PACARAIMA (RR)**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, decidiu por unanimidade pela liberdade de Paulo Cesar Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima (RR) e líder arroteiro, o filho dele e seis de seus funcionários, presos no dia 6 acusados de formação de quadrilha e posse de artefatos explosivos.

Quartiero é apontado como o responsável por organizar o ataque semana passada de arroteiros a indígenas defensores da retirada de agricultores da reserva Raposa/Serra do Sol, homologada pelo governo federal em 2005. Na ação, nove índios ficaram feridos.

A relatora do caso, desembargadora Assuste Magalhães, disse que não há "risco à ordem pública" com a liberdade de Quartiero, pois todas as armas já foram recolhidas em sua prisão. O voto dela foi seguido pelos demais desembargadores. Ela afirmou ainda que a liberdade deles não significa "risco de obstrução da instrução criminal ou do

entendimento da lei penal". Por conseqüência, também foi negado o pedido feito pelo Ministério Público Federal de converter em preventiva a prisão em flagrante.

Em parecer apresentado na segunda-feira, Juliano Villa-Verde, procurador regional da República, argumentou que a liberdade do prefeito era um risco à "ordem pública".

Na Fazenda Depósito, dentro da reserva indígena homologada pelo governo e de propriedade de Quartiero, a Polícia Federal encontrou 149 tubos contendo substâncias explosivas, entre outros equipamentos que podem ser usados como armas.

Pacaraima

Por um dia Pacaraima foi comandada por um índio macuxi da reserva. Anísio Pedrosa Lima, 47, vice-prefeito, afirmou que sofreu discriminação de funcionários da prefeitura por ser índio, apesar de afirmar que defende a permanência de arroseiros na reserva.

Anteontem à noite, em meio a um embate com funcionários, Lima (PP) assumiu a prefeitura porque o prefeito estava preso. Quando a soltura do prefeito chegou à cidade, os moradores começaram a soltar fogos.

Funcionários da prefeitura deram à Folha uma carta escrita, segundo eles, por nove de seus colegas, fiéis a Quartiero. Nela, falam em pedir "asilo político à Venezuela". Pacaraima fica na fronteira.

### **Índio joga água em deputado em audiência**

**Quinta-feira, 15/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Terminou em gritos, empurrões e troca de insultos uma audiência pública realizada ontem na Câmara para debater a situação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em litígio por causa da homologação feita pelo governo, questionada pelo Estado de Roraima. A ação ainda será julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

O ex-militar e deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), com o dedo em riste, atacou o ministro Tarso Genro (Justiça), chamando-o de "mentiroso e terrorista". Minutos antes, Tarso havia classificado os atos de arroseiros na reserva como "terroristas". Na semana passada, rizicultores atacaram indígenas, o que resultou em nove feridos.

Segundo Bolsonaro, o ministro "sabe bem o que é terrorismo, pois ele teve de fugir durante a ditadura militar para o Uruguai". "Boa coisa ele não deve ter feito."

"Ele achou que ainda estava na ditadura militar", respondeu o ministro.

Após a fala de Bolsonaro, o índio Jecinaldo Sateré Maué, da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que acompanhava a sessão, jogou água no deputado \_que não se molhou. "Joguei água porque não tinha uma flecha."

### **Índios barram caminhões com cargas para arroseiros**

**Terça-feira, 13/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**"Posto de fiscalização" substitui bloqueio suspenso anteontem após acordo com a PF**

**Objetivo do grupo favorável à demarcação contínua da reserva em RR é impedir que cheguem alimentos, adubos, e ferramentas nas fazendas**

**HUDSON CORRÊA**

## **ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL**

Índios que lutam pela demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol (RR) montaram "um posto de fiscalização" na estrada conhecida como Transarrozeira para barrar caminhões e carretas que estejam levando carga para fazendas dos produtores de arroz.

As propriedades estão situadas dentro da área indígena. O "posto de fiscalização" foi montado em substituição a um bloqueio na estrada. Anteontem a Polícia Federal negociou a suspensão do bloqueio montado no último dia 5, mas os índios mudaram de tática.

O índio macuxi Nileno Galé, 54, um dos líderes do movimento, disse que a partir das 17h o tráfego na estrada é fechado até as 6h do dia seguinte.

Durante o dia, quando o tráfego está livre, os índios fiscalizam os caminhões e carretas para impedir que cheguem alimentos, adubos, ferramentas e materiais de construção nas fazendas dos arrozeiros. Instalado pela comunidade indígena Jauari, "o posto de fiscalização" tem cerca de 80 índios.

Ontem à tarde a Folha presenciou a ação deles. Foram montados quatro quebra-molas em terra batida. De uma margem a outra da estrada, em dois pontos, os índios estenderam arame farpado. Um grupo se concentra na estrada, quando avista os veículos.

Ontem uma carreta que levava 16 manilhas, além de cinco sacos de cimento, foi barrada. O caminhoneiro, que se identificou apenas como Pedro, afirmou que levava a carga para uma estrada em obras na região. "Nem sei quem é o dono da carga", disse.

É a segunda vez que os índios barram a carreta de Pedro. "A PF havia informado que eles liberaram a estrada. Só quero ganhar meu frete. Já perdi uns R\$ 700", afirmou à Folha.

A carreta sem carga que vinha logo atrás passou, mas o motorista, acompanhado de um operador de máquinas agrícolas, foi repreendido. Os índios querem que passem apenas carretas vazias, e só com um motorista, para, nesses veículos, os produtores "tirarem suas coisas da fazenda".

Um dos alvos do "posto de fiscalização" é a fazenda Providência, de Paulo César Quartiero, que, além de arroz, tem 1.300 hectares de soja.

Líder dos produtores, Quartiero foi preso no último dia 6 suspeito de mandar atirar em índios que lutam pela demarcação da Raposa/Serra do Sol na Vila Surumu. O "posto de fiscalização" está a 90 km de Surumu, centro do conflito.

Próximos à vila, os índios aumentaram ontem ainda mais o acampamento montado na semana passada em frente a outra propriedade de Quartiero, a fazenda Depósito. Ao menos 150 indígenas já estão alojados em barracos de lona. Eles abriram espaço para um campo de futebol e uma quadra de vôlei.

Tanto o acampamento como o posto fazem parte da mobilização dos índios em defesa da demarcação contínua da reserva, o que levaria à retirada dos produtores de arroz da área.

Um grupo de índios contrários à demarcação de forma contínua, que chegou anteontem à Vila Surumu, não promoveu manifestações. Mas eles querem bloquear o acampamento dos índios.

**Definição sobre reserva atrasará, afirma ministro**

**Terça-feira, 13/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Carlos Ayres Britto, relator do caso Raposa/Serra do Sol (RR), afirmou que ficou "inviável" julgar o mérito sobre a demarcação da área antes da metade de junho.

Duas novas ações entraram no Supremo na semana passada, uma da Funai e outra do Estado de Roraima. Ambos pedem para que sejam incluídos como partes interessadas no processo, tornando válidos seus argumentos para o julgamento.

Até então, Britto prometia apresentar seu relatório até o início desta semana. Também dizia esperar que a questão estivesse resolvida até o final de maio.

Agora, porém, o processo deverá voltar ao Ministério Público, para que faça um novo parecer.

Britto avalia que o imprevisto deve atrasar o seu voto e, conseqüentemente, o julgamento, em pelo menos 15 dias, disse sua assessoria.

A ação que será debatida no plenário do STF foi movida pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR). Eles pedem a anulação do decreto de demarcação.

**Prisão**

O Ministério Público concedeu ontem parecer contrário ao relaxamento de prisão do líder arrozeiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), preso há uma semana acusado de liderar um ataque contra indígenas dentro da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

### **Sem escritura, líder arrozeiro se ampara em ofício da Funai**

**Terça-feira, 13/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

#### **DO ENVIADO À RAPOSA/SERRA DO SOL**

Sem ter escrituras de suas duas fazendas dentro da Raposa/Serra do Sol (RR), que somam 9.000 hectares, o produtor Paulo Cesar Quartiero usa um ofício de março de 1977 da Funai para questionar a demarcação da terra indígena.

O ofício da direção da Funai em Brasília responde a uma carta de líderes indígenas macuxis que, reunidos no posto indígena Raposa, pediram a criação de uma área indígena.

A direção da Funai diz que "as terras indígenas já devidamente demarcadas, da imensa fazenda São Marcos, estão praticamente vazias". E acrescenta: "Nosso parecer é que conviria melhor construir roças e dar razões para atração nas terras de São Marcos [terra vizinha à atual Raposa/Serra do Sol] para que os índios voluntariamente viessem, aos poucos, para dentro de seus limites".

Luiz Valdemar Albrecht, advogado de Quartiero, diz que o documento mostra que a demarcação da Raposa/Serra do Sol é uma fraude pois já em 1977 havia a informação de que a área não era habitada por indígenas. Quartiero chegou à região, segundo Albrecht, no começo da década de 70 e comprou as terras de pessoas que estavam na posse da área. Dono de uma área de 6.000 hectares na Raposa/Serra do Sol, sem escrituras, o rizicultor Ivalcir Centenaro, 53, não quer falar na hipótese de receber indenização para deixar a área.

Centenaro afirmou que começou a comprar terras na região na década de 90.

## **Índios pró-arrozeiros querem bloquear acesso a alimentos**

**Segunda-feira, 12/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Índigenas contrários à demarcação contínua em reserva chegam a Surumu (RR)**

**Grupo teria 180 integrantes e pode entrar em confronto com índios acampados na reserva que querem a saída de produtores de arroz**

**HUDSON CORRÊA**

**ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Um grupo de índios contrários à demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol (RR) chegou ontem à Vila Surumu. Eles são favoráveis à permanência de arrozeiros na reserva e ameaçam entrar em confronto com indígenas que defendem a saída de fazendeiros.

O macuxi Sílvio da Silva, 42, líder do grupo, disse que 180 índios chegaram a Surumu. A intenção, segundo ele, é bloquear o acesso ao acampamento, montado por indígenas favoráveis à demarcação contínua.

Esse acampamento, com 36 barracas de lona, foi montado em frente à cerca da fazenda de Paulo Cesar Quartiero, o líder dos produtores de arroz preso há seis dias sob acusação de mandar atirar em índios.

Com bloqueio acima e abaixo do acampamento, o grupo pretende impedir a chegada de alimentos e água ao local.

Centro do conflito entre índios e fazendeiros, Vila Surumu está dividida em duas trincheiras à espera da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a demarcação da terra.

Do lado esquerdo de quem chega à vila, estão os índios favoráveis à demarcação, que acampam em frente à fazenda de Quartiero. À direita, os simpatizantes de Quartiero, que também é prefeito pelo DEM de Pacaraima (RR).

A trincheira esquerda reúne ao menos 200 índios, incluindo os do acampamento próximo. Foi a 10 km da vila que, há uma semana, um grupo de cem índios ocupou parte da fazenda do prefeito, localizada na reserva. Funcionários de Quartiero são acusados de atirar contra os índios e ferir nove deles.

O STF deve decidir até o fim do mês se os arrozeiros vão ficar ou sair da área de 1,7 milhão de hectares, homologada como terra indígena contínua pelo presidente Lula em 2005.

Os contrários à demarcação são ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima). O macuxi Sílvio, presidente da entidade, nega ligação com Quartiero.

Ligado ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), que luta pela saída dos fazendeiros, o líder macuxi Djacir da Silva, 38, disse não acreditar em uma grande mobilização dos rivais.

"Os índios [recrutados pela Sodiur] foram enganados por Quartiero em anos anteriores. Vinham para comer churrasco e beber e acabavam envolvidos em manifestações contra a demarcação. Agora eles viram que foram enganados", diz Djacir.

Vila Surumu é distrito de Pacaraima, a 60 km de distância, e, na demarcação da Raposa, está na terra indígena.

Com Orçamento anual de R\$ 150 mil, a vila tem até um subprefeito, Cícero Francisco Araújo, 36, que é pastor da Igreja Assembléia de Deus. Araújo diz que a Funai propôs, no

fim de abril, o pagamento de R\$ 25 mil de indenização para ele deixar a igreja e se retirar de Vila Surumu. Araújo não aceitou a proposta.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, disse ontem à Folha que, "enquanto o STF não mudar o entendimento sobre a reserva, o governo continuará a considerar a área 'terra indígena'". Segundo ele, a PF continuará a atuar para resguardar o direito dos índios.

Colaborou KENNEDY ALENCAR, da Sucursal de Brasília

## **PAUSA: CRIANÇAS SÃO DISPENSADAS DAS AULAS NA RESERVA RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Segunda-feira, 12/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

Segundo o líder macuxi Djacir da Silva, 38, "as crianças foram dispensadas da escola para ter aula prática de luta pela terra. Depois eles vão relatar no papel o que aprenderam". "Não adianta só aprender no papel. Não está no papel a lei que homologou a Raposa/Serra do Sol? Mas na prática isso não aconteceu", completou Djacir. Já o CIR (Conselho Indígena de Roraima) anunciou que as aulas estão suspensas em todas as escolas da terra indígena até que saia a decisão do Supremo sobre a demarcação da área.

### **Ministro defende produção de arroz em reserva**

**Segunda-feira, 12/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, saiu em defesa da produção de arroz na reserva Raposa/Serra do Sol (RR), cuja demarcação é objeto de disputa no Supremo Tribunal Federal. A reserva concentra 70% da produção de arroz do Estado e cresceu 40% na gestão Lula, dizem rizicultores.

"A produção está concentrada na região norte do Estado, coincidente com a recém-demarcada área indígena", observou Stephanes. Roraima produziu, na última safra, 152 mil toneladas de arroz. Isso corresponde a 1,3% da produção nacional, segundo o IBGE. Na região Norte, segundo ele, a participação de Roraima chega a 12%. Essa produção, destaca Stephanes, tem "grande relevância" no abastecimento de Amazonas, Pará e Acre. Sem querer entrar diretamente em confronto com Lula, que defende a demarcação contínua da reserva, o ministro da Agricultura disse ver risco na retirada de arroseiros da área.

A oferta regional de arroz só não será comprometida, diz o ministro, se a área definida pelo Incra para o deslocamento dos produtores locais tiver "características agronômicas próprias à produção do cereal e adequada infra-estrutura".

Relatório da Embrapa mostra quase 3.000 hectares de áreas livres e aptas para a agricultura no Estado. Aliados de Paulo César Quartiero \_prefeito de Pacaraima e líder arroseiro preso na última terça\_ resistem a sair da reserva indígena.

Nelson Itikawa, vice-presidente da Associação dos Arroseiros de Roraima, aponta o território indígena como a principal fronteira agrícola do Estado. "Fora da reserva, não há áreas adequadas ao cultivo do arroz irrigado, e a nossa meta é aumentar a área plantada ali em 20% ao ano. E a gente tem conseguido mais ou menos isso nos últimos anos".

Segundo os produtores, a área plantada no Estado passou de 15 mil hectares para 24 mil hectares apenas no governo Lula. A produção passou de 84 mil toneladas para 152 mil toneladas no período. O crescimento das plantações dentro da reserva ocorreu mesmo após a homologação de Raposa/Serra do Sol, disse Itikawa.

Segundo ele, nos últimos três anos as terras passaram a ser usadas também para o cultivo de soja. As plantações já alcançariam 3.000 hectares. E haveria ainda 30 mil cabeças de gado na área. Stephanes mostrou simpatia à proposta feita em 2004 por comissão externa da Câmara. Relatório assinado pelo então deputado petista e atual prefeito de Nova Iguaçu (RJ), Lindberg Farias, defendeu a exclusão de 12 mil hectares para as plantações de arroz.

(MARTA SALOMON)

### **Ibama multa líder arroteiro de Roraima em R\$ 30,6 mi**

**Sábado, 10/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Paulo Cesar Quartiero terá de pagar valor por degradação ambiental em reserva  
Fazenda do prefeito de Pacaraima (RR) fica dentro da Raposa/Serra do Sol;  
atividades econômicas foram embargadas no local**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) multou em R\$ 30,6 milhões o líder arroteiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero (DEM), por degradação ambiental na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. A área é terra indígena homologada pelo governo federal em 2005. A fazenda Depósito, de Quartiero, fica dentro da reserva.

Além da multa, o Ibama embargou ontem toda e qualquer atividade econômica na fazenda (produtora de arroz) e informou que, na segunda-feira, vai apreender os equipamentos de produção existentes nela em uma ação com a Polícia Federal, que bloqueou o local.

Nesta semana, um confronto entre funcionários de Quartiero e indígenas, na fazenda, deixou nove índios feridos.

Por causa da ação, a PF prendeu o prefeito de Pacaraima, o filho dele e mais seis funcionários \_ todos encarcerados na Superintendência da corporação em Brasília.

Para Flávio Montiel, diretor de proteção ambiental do Ibama, a projeção do instituto é a de que 30% da área total da reserva Raposa/Serra do Sol (que tem 1,7 milhão de hectares)



esteja desmatada. E os principais responsáveis pela devastação, diz Montiel, são os rizicultores.

A perícia completa na reserva ainda será concluída \_outras 12 fazendas serão fiscalizadas. O laudo apresentado ontem, baseado só na fazenda Depósito identificou quatro grandes "blocos de crimes ambientais": 1) destruir áreas de preservação permanente; 2) impedir regeneração natural; 3) destruir reserva legal e 4) licença ambiental (expedida por órgão estadual) usada indevidamente. As irregularidades em outras fazendas, segundo Montiel, são parecidas.

A fazenda Depósito foi autuada e multada por desmatamento em 2005 \_o proprietário recorreu, e o caso não foi julgado em última instância.

Da multa de R\$ 30,6 milhões, mais de R\$ 20 milhões são referentes a degradação das áreas de proteção permanentes.

Paulo Cesar Quartiero recebeu a notificação da multa na carceragem da Polícia Federal, em Brasília.

A Folha ligou para o telefone celular de Victor Fagundes, advogado de Quartiero. Quando atendia, ele alegava que não podia falar e desligava. O prefeito de Pacaraima continuava preso até a conclusão desta edição.

### **Mendes diz que decisão sobre área é prioridade**

**Sábado, 10/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE**

O presidente do STF, Gilmar Mendes, disse ontem que, se não houver pedido de vistas ao processo sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/ Serra do Sol (RR), em duas semanas a questão estará julgada pelo Supremo.

"Essa pauta já é prioridade. Vamos iniciar o julgamento e esperamos concluí-lo de imediato. Se houver pedido de pauta na próxima semana, vamos iniciar já na semana seguinte. Se não houver nenhum pedido de vista, a matéria se encerra no mesmo dia." Mendes disse acreditar que o conflito atual não terá "nenhum tipo de influência" na decisão dos ministros do STF.

O Estado de Roraima entrou com outra ação no STF contrária à Raposa. O governador José de Anchieta Jr. pede que a demarcação seja refeita em "ilhas". A ação diz que a "futura demarcação que venha a ocorrer, seja procedida, necessariamente, em ilhas, por ser imperativo à segurança nacional".

Colaborou a Sucursal de Brasília

### **Lula defende índios e ironiza governador**

**Sexta-feira, 09/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Presidente comenta ausência de José de Anchieta Júnior (PSDB) em evento; governante de RR queixa-se**

**EDUARDO SCOLESE**

**LETÍCIA SANDER  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Numa resposta aos que criticam a retirada dos arroteiros da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR), o presidente Lula disse ontem que os índios são capazes de proteger a fronteira do país e que, em geral, somente reagem quando não recebem seus direitos do Estado.

Lula saiu em defesa dos índios no lançamento de um plano de diretrizes para a Amazônia, todas reunidas no PAS (Plano Amazônia Sustentável).

"Quem, um dia, ousou dizer que os nossos índios faziam o país correr o risco de perder a sua soberania, porque eles estão em lugares, muitos deles, fronteiriços com o Brasil?", questionou o petista, numa referência indireta a recentes declarações do general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, que, ecoando o pensamento dos militares, afirmou que a demarcação contínua de terras indígenas na fronteira é uma ameaça à soberania.

Ironia

No mesmo evento, Lula ironizou a ausência do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), contrário à homologação contínua da reserva e único governo da Amazônia ausente no Planalto. Ele não enviou nem representantes.

"Não está presente o companheiro governador de Roraima, por problemas que vocês estão acompanhando pela imprensa", disse. E completou, sorridente: "Deve ser por isso". O governador deu outra justificativa. "Realmente não fui porque o tratamento que o governo federal vem dando ao Estado de Roraima não é digno."

Colaborou JOSÉ EDUARDO RONDON, da Agência Folha

**Plantações são mantidas em área indígena**

**Sexta-feira, 09/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**HUDSON CORRÊA**

**DO ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Fazendeiros continuam plantando arroz e até soja na terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), enquanto índios aumentam o cerco às fazendas. A colheita de arroz também não parou por causa do conflito entre produtores e índios nesta semana.

Os índios já montaram 36 barracos de lona às margens de uma estrada. Dizem que estão em vigília porque do outro lado da via fica a fazenda Depósito, de Paulo Cesar Quartiero, líder dos arroteiros preso sob acusação de mandar atirar contra índios.

Líderes indígenas disseram que suspenderam anteontem à noite, provisoriamente, o bloqueio aos acessos das fazendas, mas funcionários das propriedades afirmam que o cerco prosseguia na manhã de ontem.

O engenheiro agrônomo Tommi Segabinazzi, 28, que trabalha nas fazendas Depósito e Providência, ambas de Quartiero, disse que precisou fugir do bloqueio pelo meio da mata com a caminhonete ontem.

A plantação também ocorre em fazendas vizinhas, disseram funcionários. Empregados da propriedade de Quartiero relataram que na noite de anteontem índios rondavam a sede da fazenda.

O macuxi Djacir Silva, líder indígena, afirma que os índios apenas aguardam acampados às margens da estrada pela decisão do Supremo Tribunal Federal. O STF decidirá se os fazendeiros podem ficar na terra.

Defesa

A defesa de Quartiero protocolou ontem no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, pedido de relaxamento de prisão.

### **Tarso diz que local de tiroteio em RR é "território indígena"**

**Quinta-feira, 08/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Ministro afirma que fazendas são irregulares; governador critica visita de petista à Raposa**

**Ministro-relator no STF, que deve fechar parecer nesta semana, diz que situação é "preocupante", mas que cabe à PF resolver impasse**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou que a fazenda Depósito -encravada na reserva Raposa/Serra do Sol (RR) e que é explorada pelo arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM)- não é propriedade privada. "Não há dúvida. Quem responde é a lei, é território indígena." As terras, diz, foram assentadas de "forma totalmente irregular".

A fazenda foi palco, na segunda-feira, de confronto entre índios e arroteiros. Nove indígenas ficaram feridos. Quartiero, seu filho e mais dez pessoas foram presos anteontem pela Polícia Federal, sob a acusação de formação de quadrilha, tentativa de homicídio e posse de artefatos explosivos.

Indagado sobre a construção das propriedades na reserva antes da homologação das terras em 2005, Tarso disse que o fato não "retira a normalidade da demarcação como não revoga o preceito constitucional de que a terra é indígena", conforme decreto presidencial.

Sobre o confronto dos arroteiros com os índios, o ministro classificou os ataques como "paramilitares" e de "sabotagem", que foram cometidos por "um ou dois arroteiros". Disse ainda que a PF e a Força Nacional de Segurança vão continuar atuando na região para desarmar "agricultores ou qualquer pessoa, inclusive índios".

Tarso afirmou que trabalhará com o ministro Nelson Jobim (Defesa) em um decreto, que depois será apresentado ao presidente Lula, para instalar mais postos militares na "grande fronteira amazônica".

Setores das Forças Armadas são reticentes à demarcação de terra indígena. Há algumas semanas, o general Augusto Heleno, comandante da Amazônia, criticou a demarcação, classificando a política indigenista de "lamentável e caótica".

Em Brasília

A PF aguardava ainda ontem a chegada de Quartiero a Brasília, transferido da superintendência da PF em Boa Vista. Por ser prefeito, ele tem foro privilegiado. Como é acusado de cometer crimes federais, será ouvido no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os demais detidos também devem ser transferidos para Brasília.

Um dos advogados de Quartiero, Luiz Valdemar Albrecht, disse que entrará com pedido de habeas corpus. Ele nega as acusações contra Quartiero.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), criticou a visita de Tarso à Raposa/Serra do Sol, ocorrida anteontem. "O resultado não foi positivo. Haja visto o que aconteceu depois", afirmou ele, referindo-se à prisão de Quartiero e do conflito entre moradores e policiais federais.

"O que entendo é que a fazenda foi invadida na segunda-feira. Na terça, o ministro vai [à região], faz uma vistoria na fazenda, prende todo mundo", disse. "Fui cumprir missão institucional, com resultado altamente positivo para garantir o Estado de Direito", disse Tarso.

No STF

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, relator das ações que contestam a demarcação da reserva, afirmou que a situação de conflito é "preocupante", mas que cabe à PF, e não ao STF, resolver o caso. Disse que espera fechar seu relatório até o fim desta semana para que o tema seja julgado até o final do mês. "Não compete ao Supremo intervir no confronto."

O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que o assunto é "prioritário". Não determinou, porém, uma data específica para levá-lo ao plenário da casa. Ele já havia dito que os ministros devem debater sobre a questão até junho. O plenário do STF suspendeu, no início de abril, a operação da PF para a retirada de não-índios da reserva, ao acatar liminar do governador de Roraima.

Indenização

As famílias dos índios feridos no confronto de segunda-feira vão pedir indenização a Quartiero, segundo disse o índio Martinho Macuxi de Sousa.

Sousa é o responsável pelo acampamento montado por indígenas ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), próximo à vila do Surumu. Ontem já havia mais de 25 barracas, com cerca de 300 pessoas.

Além de exigir indenização, Sousa anunciou que o grupo vai retomar a invasão da fazenda de Quartiero, mas não informou a data. Anteontem o grupo deixou a fazenda do arrozeiro.

### **Para ruralistas, prisão é injusta e unilateral**

**Quinta-feira, 08/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Deputados da bancada ruralista condenaram a prisão do arrozeiro e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero. A atitude da PF, dizem, foi "injusta" e "unilateral". Quartiero foi preso sob a acusação de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e posse de explosivos, após ter sua fazenda, que fica na Raposa/ Serra do Sol, invadida.

Na opinião de Ronaldo Caiado (DEM-GO), o governo não age da mesma forma com seus "supostos aliados", como o MST, que "coloca fogo em pneus e invade pedágios". "Nunca vi o governo prendendo sem-terra. A polícia é para parar conflitos. No mínimo, as duas partes tinham de ser presas."

Valdir Colatto (PMDB-SC) chamou de "estranha" a prisão de Quartiero. "Quem invadiu não foi ele. Precisamos parar de achar que o produtor é bandido."

Deputados também pretendem buscar o apoio de colegas para instalar uma CPI destinada a apurar o conflito entre arroteiros e índios. A comissão, diz Colatto, também deverá investigar o trabalho do Incra e da Funai.

### **Índios montam barracos de lona nas estradas e bloqueiam acesso a fazendas**

**Quinta-feira, 08/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**HUDSON CORRÊA**

**DO ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

Índios da Raposa/Serra do Sol, em Roraima, adotaram a tática de acampar em barracos de lona às margens de estradas e fechar o acesso a fazendas dos arroteiros, método semelhante ao usado por sem-terra.

A mobilização é para assegurar a demarcação da terra indígena, alvo de contestação no STF, que suspendeu a desocupação da área, mantendo os produtores de arroz nas terras.

"Se eles [ministros do STF] decidirem que [os produtores de arroz] vão ficar, não vamos manter os bloqueios", disse o líder da comunidade São Francisco, o macuxi Ireneu Silva Aniceto, 35. "As crianças precisam de mais terra", afirmou, apontando para a placa, na qual foi escrito: "nós alunos sem terra não temos educação".

"Eu não quero eles [produtores de arroz] aqui. Eles não nasceram aqui. Eu nasci", diz a macuxi Lilian da Silva, 77.

Na noite de ontem, segundo informação do "Jornal da Globo", os índios aceitaram desbloquear a estrada.

Apesar da ação dos índios, o trabalho de colheita permanece nas fazendas produtores de arroz. Uma das propriedades, visitada pela Folha, pertence ao prefeito de Pacaraima (RR), Paulo Cesar Quartiero (DEM), preso anteontem.

A PF fez busca e apreensão na sede da fazenda anteontem, mas não tinha mandado judicial. "Eram 23 carros com quatro policiais cada um. Ele pularam a cerca e vieram rastejando. Algemaram a gente. Reviraram os alojamentos, disseram que encontraram bombas, mas não vimos", diz o funcionário José Daniel de Paula Filho, 22, preso por 12 horas e liberado.

Segundo a PF, o STF autorizou ações de desarmamento na área e, por isso, ocorreu busca e apreensão na fazenda.

### **Em barracos, índios bloqueiam acesso a fazendas**

**Quinta-feira, 08/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**HUDSON CORRÊA**

**DO ENVIADO ESPECIAL À RAPOSA/ SERRA DO SOL (RR)**

Índios da Raposa/Serra do Sol, em Roraima, adotaram a tática de acampar em barracos de lona às margens de estradas e fechar o acesso às fazendas dos produtores de arroz, método semelhante ao usado pelos sem-terra.

A mobilização é para garantir a demarcação da terra indígena, alvo de contestação no Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a desocupação da área, mantendo os produtores de arroz nas terras.

"Se o STF decidir que [os arroteiros] vão ficar, vamos manter os bloqueios", disse o líder da comunidade São Francisco, o macuxi Ireneu Silva Aniceto, 35. "As crianças precisam de terra", disse ao apontar para a placa que diz: "nós alunos sem terra não temos educação".

Um grupo de 50 índios mantém o bloqueio com uma viga de madeira onde se lê a frase "estamos de luto". "Eles [arroteiros] não nasceram aqui. Eu nasci. Não vim aqui de avião", diz a índia macuxi Lilian da Silva, 77.

Numa das fazendas de Paulo Cesar Quartiero, onde a PF fez busca anteontem, o funcionário José Daniel de Paula Filho, 22, criticou a ação dos policiais. "Ele pularam a cerca e vieram rastejando. Algemaram a gente. Disseram que encontraram bombas, mas não vimos."

### **Não compete ao STF intervir, diz ministro**

**Quinta-feira, 08/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto, relator das ações que contestam a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR), afirmou ontem que a situação de conflito entre índios e arroteiros é "preocupante", mas que cabe à Polícia Federal, e não ao Supremo, resolver o problema.

Ele disse que espera fechar seu relatório até o fim desta semana para que o tema seja julgado até o final do mês.

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal intervir nesse confronto", afirmou.

O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse ontem que o assunto é "prioritário". Não determinou, porém, uma data específica para levá-lo ao plenário da casa. Ele já havia dito que os ministros devem debater sobre a questão até junho.

O plenário do STF suspendeu, no início de abril, a operação da Polícia Federal para a retirada de não-índios da reserva. Ao acatar liminarmente o pedido do governador José Anchieta Júnior, contrário à homologação de forma contínua, os ministros iniciaram um debate sobre tal demarcação.

(FELIPE SELIGMAN)

### **PF prende líder de arroteiros e 10 seguranças em Roraima**

**Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Quartiero é dono da fazenda onde nove índios ficaram feridos após confronto anteontem**

**Prisão revoltou parte da população, que entrou em confronto com policiais; tumulto acabou após uso de bombas de efeito moral**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

A Polícia Federal prendeu ontem o rizicultor e prefeito de Pacaraima (RR), Paulo César Quartiero (DEM), 55, pela suspeita de tentativa de homicídio, formação de quadrilha e posse de artefatos explosivos.

Anteontem, um confronto entre funcionários de Quartiero e índios, dentro da fazenda Depósito, que pertence ao arroteiro, deixou ao menos nove índios feridos \_sendo oito baleados, de acordo com a PF.

A fazenda fica dentro da terra indígena Raposa/Serra do Sol (nordeste de Roraima), de onde arroteiros \_liderados por Quartiero\_ se recusam a sair. Na noite de ontem, índios que participaram da ação decidiram deixar a fazenda, após trégua acertada com a PF.

Além de Quartiero, detido na sede da Vila do Surumu, foram presos o filho dele, Renato Quartiero, e dez funcionários da propriedade.

As prisões ocorreram durante cumprimento de um mandado de busca e apreensão determinado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na fazenda Depósito. Lá, foram encontrados explosivos, artefatos para construção de bombas, escudos e bombas caseiras. Não foram localizadas armas de fogo.

Segundo o coordenador-geral da Operação Upatakon 3, Fernando Segóvia, delegado da PF, o que foi encontrado na fazenda foi suficiente para "prender toda a quadrilha". Segóvia disse que Quartiero é o líder do grupo. "A materialidade do crime encontrada é permanente. Não precisava de mandado de prisão para prender o Quartiero", afirmou o delegado.

A Folha não conseguiu localizar os advogados dos presos, que foram levados à Superintendência da PF em Boa Vista.

A prisão de Quartiero revoltou parte da população, que entrou em confronto com policiais e homens da Força Nacional de Segurança. Moradores jogaram pedras nos policiais, que reagiram com bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. O tumulto, que demorou mais de uma hora para ser contido, deixou três moradores feridos levemente.

O mecânico Ian Barbosa, um dos dez funcionários presos, é suspeito de ter participado do confronto com indígenas anteontem. Além disso, o líder indígena José Brazão, que apóia o arroteiro, foi preso, apontado pela PF como autor de agressões contra policiais.

No final de março, Quartiero já havia sido preso em um protesto contra a presença de policiais federais na terra indígena. Na ocasião, a Polícia Federal afirmou que ele desacatou agentes e tentou obstruir o trabalho dos policiais. Após pagamento de fiança, ele foi solto.

Colaborou JOSÉ EDUARDO RONDON, da Agência Folha

## **RORAIMA:ÍNDIO FERIDO EM CONFLITO QUER VOLTAR PARA RESERVA** **Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

Recuperando-se de ferimentos provocados por disparos de armas feitas por seguranças do arroteiro Paulo César Quartiero, dentro da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), o índio macuxi Kléber Alves, 28, disse quer retornar à área. "Não tenho medo e quero continuar a ajudar meu povo". O confronto ocorreu anteontem após a chegada de de cerca de cem índios à propriedade.

## **'PF vai responsabilizar pistoleiros', diz Tarso**

**Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Ministro pede calma a índios durante visita a fazenda invadida anteontem e é chamado de 'irresponsável' por prefeito de Pacaraima (RR)**

**Petista não foi reconhecido por líder indígena e teve a escolta de pelo menos 20 policiais, além de proteção de um helicóptero da PF**

**HUDSON CORRÊA**

**DO ENVIADO À VILA DO SURUMU (RR)**

O ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou ontem \_dentro da fazenda onde nove índios foram feridos anteontem na reserva Raposa/Serra do Sol em Roraima\_ que a Polícia Federal vai "responsabilizar os pistoleiros" que feriram os índios.

Escoltado por ao menos 20 policiais e protegido por helicóptero que fazia sobrevôos em círculos com um atirador na porta, Tarso chegou, foi cercado por índios e disse: "Estamos aqui para fazer uma investigação e responsabilizar as pessoas que causaram esse incidente grave. Confiam no trabalho da PF e da Força Nacional".

"O senhor quem é?", perguntou o líder macuxi Djacir Merequior da Silva. "Sou ministro da Justiça do país", disse Tarso. "Como é o nome do senhor?", disse Djacir. "Tarso Genro", respondeu o ministro, que veio de helicóptero de Boa Vista, desceu em Vila do Surumu e foi ao local onde os índios montaram 20 barracas anteontem.

Tarso pediu calma aos índios, mas ouviu que eles vão recuperar a terra "na lei ou na marra". Cerca de cem indígenas permanecem na fazenda.

"É um irresponsável. [Tarso] veio aqui ver o que a política indígena do governo Lula criou", disse o dono da fazenda, Paulo César Quartiero (DEM), prefeito de Pacaraima, município onde está a terra indígena, no início da tarde, antes de ser preso.

Quartiero lidera movimento de produtores de arroz que lutam para manter fazendas na área homologada como indígena por Lula em 2005. Ele admite que seus funcionários, encapuzados, atiraram contra os índios, mas só para se defender.

Segundo o líder indígena Djacir Merequior disse à Folha, mais índios estão chegando à área para manter a invasão. Mesmo se a demarcação for revista pelo STF, os índios vão retirar os produtores da arroz da área, disse o líder Martinho Macuxi Souza, 37.

A desocupação da Raposa foi suspensa pelo STF. Ao menos cem policiais federais e da Força Nacional, porém, estão na Vila do Surumu. "Vai ser breve, daqui a 15, 30 dias sai a decisão do Supremo", disse Tarso.

Tarso afirmou que conversou com o ministro Carlos Ayres Britto, do STF, relator do processo da Raposa/Serra do Sol e informou que o inquérito para apurar quem "são os pistoleiros e mandantes" não fere a decisão do Supremo de suspender a desocupação.

O ministro disse que terra indígena na fronteira "não afeta a soberania nacional coisa nenhuma. Uns estão desinformados e outros acham que a única forma de ocupação é deixar fazendeiros trabalharem. Isso é um preconceito", disse.

Quartiero rebate: "O que o CIR [Conselho Indígena] e as ONGs estão pedindo é um cadáver, igual à [freira] Dorothy Stang [assinada em 2005]. Quase conseguiram".

O prefeito disse que entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse da fazenda.

O governo federal protocolou ontem no STF pedido de mandado de busca e apreensão para que PF e Força Nacional retirem dos não-índios da reserva armas, munições e explosivos. O texto, da Advocacia Geral da União e da Funai, diz que foi "legítimo" o ato dos índios.



## **Colégio Militar é palco de protesto pró-general Heleno**

**Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, NO RIO**

Em cerimônia pelos 119 anos do Colégio Militar do Rio de Janeiro, o general Luiz Cesário da Silveira, do Comando Militar do Leste, afirmou estar convicto de que o STF (Supremo Tribunal Federal) "decidirá pela soberania nacional" na polêmica em torno da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

"A soberania será mantida custe o que custar. O STF, essa grande casa, com certeza, dará uma solução que seja a melhor para o país. E o Exército existe para garantir a soberania do país", disse o general ontem.

Durante o evento, o Colégio Militar tornou-se cenário de manifestações em apoio ao posicionamento do comandante da Amazônia, general Augusto Heleno, que critica a demarcação contínua da reserva indígena. Ele afirmou em abril, durante uma palestra, que a política indigenista do país é "lamentável, para não dizer caótica". Ex-alunos do Colégio Militar vestiram camisetas camufladas com a inscrição "A Amazônia é Nossa", vendidas por R\$ 30 pela Associação dos Ex-alunos do Colégio Militar.

## **Ato de índios foi 'terrorista', diz governador**

**Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

De passagem pelo Palácio do Planalto, onde encontrou-se com o ministro José Múcio (Relações Institucionais), o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), aproveitou para atacar ontem a atitude de índios que, na véspera, invadiram uma fazenda no interior da reserva Raposa/Serra do Sol. O governador classificou o ato dos índios de "ação terrorista" e "insanidade".

"A invasão de ontem foi uma ação terrorista e terrorismo é difícil de conter", disse ele.

Ontem, o governador sugeriu que a ação dos índios possa ter sido "induzida por alguém" e ressaltou que há "interesses internacionais" na região.

"No momento em que a gente está esperando uma decisão do Supremo, nada mais justo que as partes interessadas esperem por essa decisão. É a democracia", afirmou, acrescentando: "Quem está por trás disso? Parece-me até que é como se quissem criar um fato novo para atrapalhar o processo".

Depois de ter classificado a ação dos índios de terrorista, o governador tentou amenizar as próprias declarações. Chamou então o ato de insanidade. Ele também afirmou que não está em defesa de "meia dúzia de empresários arroteiros", mas sim dos interesses do Estado.

Anchieta Júnior defendeu o direito de defesa dos arroteiros, no caso da invasão.

O governador esteve em Brasília para defender sua posição, contrária ao decreto da demarcação. Anteontem ele esteve no Supremo Tribunal Federal.

## **RESERVA: BISPO DEFENDE QUE NÃO-ÍNDIOS SEJAM RETIRADOS**

**Quarta-feira, 07/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

Presidente do Conselho Indigenista Missionário e bispo sob ameaça de morte no sul do Pará, dom Erwin Kräutler afirmou ontem que o governo federal deve adotar medidas de coerção para retirar os arroteiros que resistem no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Ele participou ontem de audiência na Comissão de Amazônia da Câmara e disse ainda que existem cerca de 300 ameaçados de morte no Estado.

## **Nove índios são feridos em conflito em reserva de RR**

**Terça-feira, 06/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Confronto foi contra seguranças de fazenda de arroteiro na Raposa/Serra do Sol  
Três indígenas em estado mais grave foram levados para Boa Vista; os dois lados têm versões distintas para o início da briga em Roraima**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Oito índios foram feridos a tiros por seguranças de uma fazenda do arroteiro e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Além deles, outro indígena ficou ferido com coronhadas de revólver. Segundo o delegado da Polícia Federal Everaldo Eguchi, o conflito ocorreu na região do Surumu, em Pacaraima, após a chegada de cerca de cem índios ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima) à fazenda Depósito, de Quartiero.

Pela manhã, o delegado recebeu a informação sobre a movimentação dos índios. Foi informado também que "pistoleiros" contratados pelo arroteiro estariam chegando à área. Decidiu, então, enviar uma equipe ao local. Com a chegada dos índios pela manhã, o arroteiro mandou que funcionários da fazenda os expulsassem.

Segundo Quartiero, eles foram recebidos a flechadas pelos indígenas e reagiram com tiros e bombas. Já o CIR disse que os homens chegaram atirando, munidos, entre outras armas, de espingardas calibre 12 e de bombas de fabricação caseira.

O delegado da PF informou que, dos 9 índios feridos, seis \_5 deles com ferimentos provocados por tiros\_ foram socorridos em um carro da Funai e levados ao hospital de Pacaraima. Outros três índios que receberam tiros, em estado mais grave, foram de avião para Boa Vista. Um deles teria levado um tiro no rosto. Segundo o CIR, eram dez os feridos.

Ontem, o ministro Tarso Genro (Justiça) disse em Manaus que vai se deslocar hoje para Roraima para acompanhar os desdobramentos do conflito. "Orientamos que a PF aja com a mesma cautela que agiu quando ocorreu a resistência paramilitar dos fazendeiros. São resistências inaceitáveis."

'Entrevero'

"Eles [os seguranças] foram lá exigir a retirada [dos índios]. Era uma ordem. Foram recebidos a flechadas. Deu um entrevero e aí teve como resultado vários feridos. A ordem

que dei [aos seguranças] é defender as fazendas. Eles atiraram porque foram flechados. Do meu pessoal [os seguranças] não sei se tem feridos", disse Quartiero.

Jacir José de Souza, da coordenação do CIR (Conselho Indígena de Roraima), disse que funcionários de Quartiero chegaram atirando bombas e disparando tiros contra o grupo.

"Os índios resolveram agora partir para ocupar sua terra. E vamos ocupar. A terra é nossa. Desde a homologação [feita em 2005], a terra é nossa. Os jagunços chegaram, todos armados, atirando bombas e disparando contra o grupo." Para Souza, os não-índios que continuam na reserva "têm de ser punidos".

Até o início da noite não houve prisões relacionadas ao caso. Os funcionários de Quartiero fugiram. Quatro índios que estavam na fazenda foram ouvidos pela PF. Um inquérito foi instaurado. Segundo o delegado da PF, o conflito no interior da fazenda do arrozeiro foi registrado por uma filmadora que estava com um dos indígenas.

Para a PF há risco de novos confrontos na região com a chegada de mais índios à fazenda. No local do conflito, indígenas armados com foices diziam que ficariam no local até a saída de Quartiero da terra indígena.

No final da tarde, cerca de 20 homens, entre agentes federais e soldados da Força Nacional de Segurança, reforçavam o policiamento. Mais índios chegaram à fazenda em caminhões.

Em abril de 2005, o presidente Lula assinou o decreto homologando a reserva. Em abril deste ano, a PF chegou à região para a operação de retirada dos arrozeiros, quando teve início uma série de protestos. Roraima pediu e, em caráter liminar, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu a ação. O Supremo julgará o mérito da ação neste semestre.

Colaborou KÁTIA BRASIL, da Agência Folha, em Manaus

## **Governo quer desocupar uma cidade inteira**

**Terça-feira, 06/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**HUDSON CORRÊA**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O governo federal e o Ministério Público Federal tentam na Justiça desocupar Pacaraima, cidade de 9.000 habitantes situada dentro da terra indígena de São Marcos em Roraima. A região de Surumu, onde índios foram baleados ontem, é um distrito dessa cidade.

Enquanto Pacaraima está na São Marcos, Surumu fica na reserva Raposa/Serra do Sol. O dono da fazenda onde ocorreu o conflito ontem é o prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM). Ele lidera a reação à retirada de produtores rurais da área indígena Raposa/Serra do Sol.

Quartiero voltou ao cargo neste mês por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Foi cassado em 2007 suspeito de comprar votos.

Pacaraima é vizinha à Raposa/Serra do Sol, cuja demarcação foi criticada pelo comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno. O militar considerou a política indígena "lamentável e caótica" e perguntou "como um brasileiro não pode entrar numa terra porque é uma terra indígena?"

Em carta divulgada ontem, as lideranças dos índios disseram que é racismo a acusação de que as áreas indígenas ferem a soberania nacional.

A AGU (Advocacia Geral da União) e o Ministério Público movem mais de cem ações contra comerciantes da cidade e até igreja. Os órgãos pedem que os moradores deixem a cidade.

Em uma das ações, movida no Supremo Tribunal Federal em outubro de 2007, a União e a Procuradoria pediram que a empresária Maria Helena Gomes deixasse a cidade em 30 dias, enquanto a panificadora e o supermercado dela fossem fechados.

Em uma decisão de abril, o STF mandou as ações de volta à Justiça Federal de Roraima, a qual teria competência para julgar os processos. A AGU diz que outras ações ainda são julgadas pelo STF.

Pacaraima (186 km de Boa Vista) foi criada em 1997 na terra indígena São Marcos, homologada em 1991. A Folha esteve na região em dezembro.

Roraima luta contra a União. O Estado alega que fez escolas, hospital, posto policial, estradas e implantou rede de energia e água, além de ter autorizado que as pessoas vivessem na cidade.

### **'Cabeça do general Heleno é de criança'**

**Terça-feira, 06/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Dionito de Souza é o líder dos índios que defendem a homologação e disse, na semana passada, que o general Augusto Heleno, comandante da Amazônia, tem "cabeça de criança".

\*

FOLHA - Como o sr. atua para manter a homologação?

DIONITO DE SOUZA - Estamos articulando com os ministros do Supremo. É para dar o recado que essa história de terra indígena ameaçar a soberania não é verdade. Consideram a gente estrangeiro. Isso não pode acontecer. Cantamos o hino nacional nas escolas das aldeias.

FOLHA - O que diz sobre haver ONG estrangeira dentro da terra?

DIONITO - Temos ONGs lá, pelo que sei, que trabalham com saúde, igreja. Ainda não vi lá ONG que tenha terra.

FOLHA - O que o sr. acha do que falou o general Augusto Heleno?

DIONITO - Ele tem uma cabeça de criança. Ele é o Estado maior. Tem que defender [o território] e não vir com essa besteira.

### **'Reserva invade área dos poucos que trabalham'**

**Terça-feira, 06/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Representante dos arrozeiros e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), disse à Folha, na semana passada, defender o convívio de índios com os produtores.

\*

FOLHA - A demarcação deve ser anulada ou só modificada para permitir a presença dos arrozeiros junto com índios?

PAULO CÉSAR QUARTIERO - Tem que permitir esse convívio. Vai ter terra sobrando. O Estado é um dos maiores vazios demográficos do mundo.

FOLHA - Por trás da afirmação de que as terras indígenas ferem a soberania, não está o interesse de invasores dessas áreas?

QUARTIERO - Aqui não existe a figura do invasor. É o contrário: as demarcações de terras indígenas invadem [as áreas] dos poucos que ainda trabalham em Roraima. A fronteira tem que ser ocupada por brasileiros e tem que existir atividade econômica.

FOLHA - Que alteração o sr. propõe na política indígena?

QUARTIERO - Tem que ser revista. O progresso é a solução de todos os problemas de Roraima.

### **CONFLITO: PARA GOVERNADOR, HOVE 'ALGO ESTRANHO E QUE NÃO CHEIRA BEM'**

**Terça-feira, 06/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

"Foi uma surpresa. Qual seria a intenção de invadir exatamente nesse período de definição?", disse José Anchieta Júnior (PMDB), após encontrar Gilmar Mendes, presidente do Supremo. Ele pediu vista em quatro ações que questionam o decreto de demarcação. A intenção é incluir a sua argumentação nos autos \_o que pode atrasar a apreciação do assunto pelo STF. O senador Romero Jucá (PMDB) levou a Mendes sua alternativa: "A idéia é retirar da reserva quatro áreas importantes para o Estado, entre elas o Vale do Arroz".

### **Arrozeiro agiu de má-fé, diz antropólogo**

**Sábado, 03/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Paulo Santilli, que fez o laudo de demarcação da Raposa/Serra do Sol em 1992, afirma que fazendeiros só vieram depois**

**Pesquisador diz temer que STF abra "temporada de caça" a terras demarcadas caso permita ocupação de área em RR por não-índios**

**CLAUDIO ANGELO**

**EDITOR DE CIÊNCIA**

O Supremo Tribunal Federal pode abrir uma "temporada de caça" às terras indígenas já demarcadas no país caso reduza a área da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, para permitir a permanência dos plantadores de arroz que se recusam a desocupar a área.

A opinião é do antropólogo Paulo Santilli, da Funai (Fundação Nacional do Índio). Foi ele quem produziu, em 1992, o laudo técnico que levou à identificação e à posterior demarcação (em 1998) da área.

Segundo Santilli, o processo de homologação da terra indígena já cumpriu todos os trâmites legais e, desde 2005, por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a área contínua da Raposa/Serra do Sol é o que se chama de "próprio nacional" -ou seja, terra da União.

O Supremo Tribunal Federal determinou, no mês passado, a suspensão de uma operação da Polícia Federal para retirar os fazendeiros liderados por Paulo César Quartiero da área. E, conforme a Folha revelou na última quarta-feira, há no tribunal uma tendência a modificar o modelo de demarcação contínua da reserva, de modo a permitir a permanência de não indígenas.

"Uma decisão dessas, de não-reconhecimento de um decreto presidencial, colocaria uma situação inédita e uma crise deflagrada em toda a política indigenista dos últimos anos", afirmou Santilli. Segundo ele, nunca houve caso de uma revisão desse tipo após a área indígena ser declarada próprio nacional. "Isso equivale a abrir uma temporada de caça."

Ou seja, caso o modelo de demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol seja revisto, todas as terras já demarcadas e homologadas podem ser questionadas judicialmente também. "Está tudo sob questão, e de uma forma, eu diria esdrúxula. Todo o procedimento [de demarcação] pressupõe estudos etnológicos e antropológicos. Se isso pode ser revisto sem nenhum estudo e sem critério antropológico, vira um arbítrio total", afirmou.

Má-fé

A situação é mais grave, segundo o antropólogo, porque os seis arroteiros que se recusam a sair da reserva indígena ocuparam a área "de má-fé", depois que ela já havia sido delimitada, em 1992.

"Quando foi feito o levantamento fundiário para apurar quais eram os ocupantes não-índios e que deveriam ser indenizados, em 1992, eles não estavam lá. Nesse levantamento não consta o nome desses caras lá como ocupantes da terra indígena. Eles vieram a comprar posses [títulos de terra provisórios] de outros que estavam havia mais tempo lá", diz.

"Eles vieram a se instalar depois na terra indígena, e nenhum deles mora, reside na terra. São negócios que eles têm lá já depois da terra demarcada", continua Santilli. "Isso caracteriza má-fé."

"Muralhas do Sertão"

A antropóloga Nádia Farage, da Unicamp, que trabalhou em Roraima, afirma que o argumento de soberania nacional invocado pelos militares para impedir a demarcação contínua da Raposa é "inconsistente". Afinal, diz, foram os índios os responsáveis pela incorporação daquela região ao Brasil em 1904, após um litígio com a Guiana Inglesa pela definição da fronteira. "O domínio colonial português se fez valer por meio dos aldeamentos indígenas", afirmou. Em sua tese de mestrado, publicada na forma do livro "As Muralhas dos Sertões", de 1991, Farage argumenta que os índios de Roraima foram um instrumento diplomático do Brasil -as "muralhas dos sertões", nas palavras de Joaquim Nabuco.

Farage cita o ex-ministro da Justiça Jarbas Passarinho para refutar a tese da ameaça à soberania. Ao ratificar a demarcação da terra ianomâmi, em 1992, sob protestos militares, Passarinho disse que a demarcação visa fixar a superfície e não obsta a proteção militar da fronteira (garantida pela Constituição). "O argumento de uma improvável ameaça à soberania nacional é apenas o espantalho que protege a roça de arroz", afirma.

**Produtores pedem R\$ 90 mi de indenização para deixar a área**

**Sábado, 03/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**KÁTIA BRASIL**

## DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS

Os arroteiros que resistem em sair da reserva indígena Raposa/Serra do Sol deixaram o Sul do país e chegaram a Roraima a partir da década de 70. Mas foi a partir dos anos 90 que a monocultura do arroz cresceu na região. Além de uma terra propícia para o cultivo do arroz, eles encontraram um ambiente fértil para os interesses econômicos e políticos.

Hoje querem indenização acima de R\$ 90 milhões para deixar a terra, segundo avaliações de peritos contratados pelos próprios arroteiros. A Funai (Fundação Nacional do Índio) pagou R\$ 2,2 milhões, já depositados na Justiça, em razão das benfeitorias instaladas na área. Ação que questiona o valor ainda tramita na Justiça.

Para os arroteiros, a próxima semana é crucial quanto à sua permanência nas terras, pois apostam que o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifestará a favor dos não-índios.

"Não queremos ser mal interpretados com os valores das indenizações. Nós queremos é produzir e ficar na terra. Sabemos que o STF fará justiça", afirmou o paranaense Nelson Massami Itikawa, 55, proprietário da marca Arroz Itikawa, plantado nas fazendas Vizeu e Carnaúba, dentro da reserva.

Ele pleiteia uma indenização de R\$ 8,4 milhões e agora aproveita a alta nos alimentos para criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O Lula se elegeu com a bandeira do Fome Zero. Agora, quando o mundo anuncia escassez de alimentos, quer esmagar um setor que produz arroz. Isso é estúpido."

A reportagem entrevistou outros cinco arroteiros do total de sete que estão na lista de 32 ocupantes não-índios que devem deixar a terra por determinação do governo federal e pleiteiam indenizações.

Eles e suas famílias não moram dentro da reserva. As fazendas que estão dentro da reserva são administradas por empregados ou parentes. As sete propriedades foram adquiridas por cerca de R\$ 3 milhões de antigos proprietários. Alguns tinham títulos definitivos, segundo os arroteiros.

O primeiro plantador a chegar a Roraima, em 1976, foi o agrônomo Paulo César Quartiero, 55, de Passo Fundo (RS). "Minha família é de plantadores de terras arrendadas. O negócio não prosperou. Decidi ir para um lugar onde tinha terra", disse ele. Hoje Quartiero é prefeito de Pacaraima e presidente do diretório municipal do DEM. Ele quer indenização de R\$ 53 milhões por duas fazendas que estão na reserva.

Luiz Afonso Faccio, 65, também é político. Filiado ao PDT, esse gaúcho de Erechim já foi deputado estadual (1990-1994) e candidato a vice-governador.

Faccio estudou filosofia e teologia antes de chegar a Roraima, em 1978, pelo Projeto Rondon. Diz que comprou as fazendas Canadá e Guanabara por R\$ 380 mil, em 1989. Quer indenização de R\$ 14,5 milhões. "Não queremos indenização. Queremos trazer comida para a população."

Em 1980, chegou Ivalcir Centenaro, 52. "Vim convidado pelo governador Ottomar Pinto [morto em 2007]. Na minha terra [RS] sempre trabalhei na agricultura." Na fazenda Praia Grande, ele produz o arroz da marca Pajé. Disse ainda ser arrendatário das fazendas Iemanjá, Milagre e Realeza. Pede indenização de R\$ 3,7 milhões.

Outro gaúcho, o técnico agrícola Ivo Barilli, 48, da fazenda Tatu, pleiteia indenização de R\$ 9,4 milhões. Ele questiona a ocupação de índios na sede da antiga fazenda. "Depois que homologou [a terra] é que eles [índios] invadiram a sede."

Já o catarinense Natalício Mayer, 56, arrenda a fazenda Conceição do Maú. Os herdeiros do local pedem R\$ 1,8 milhão de indenização -Mayer deixou a Raposa. "Parei de plantar

arroz em 2005 [ano da homologação]. Cansei das denúncias da Funai, dos padres, do Ibama. É uma pressão muito grande, fui obrigado a sair."

**'Resolvi sair de reserva para não acontecer uma tragédia', diz agricultor**

**Sábado, 03/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Desde a homologação da reserva Raposa/Serra do Sol pelo presidente Lula, 252 das 284 ocupações de não-índios que viviam na área foram retiradas. O número significa 161 das 176 famílias \_uma família pode ser dona de mais de uma ocupação, que são comércios, fazendas, casas ou sítios.

De acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 131 das 161 famílias retiradas da reserva foram reassentadas em terras adquiridas pelo instituto em Roraima.

Em Murupu (30 km de Boa Vista), a Folha visitou no início de abril o projeto de assentamento Nova Amazônia, onde há 36 famílias, chamadas pelos outros moradores de "desintrusados da Raposa/ Serra do Sol" \_expressão que é rejeitada pelo grupo.

"Até o nome 'desintrusado' é nojento", afirmou o produtor rural José Afonso Lima, 49, que saiu da terra em agosto de 2007. Mesmo antes de receber a área, ele invadiu o projeto para assegurar terra para os três filhos e a mulher, uma índia macuxi guianense de 32 anos. "Invadi porque, se fosse ao Incra, ia perder meu tempo e me angustiar mais."

Segundo o Incra, a situação do produtor está regularizada. Em seus 500 hectares no projeto de reassentamento (o equivalente a 700 campos de futebol), há água, gado, galinhas, porcos e plantações de cítricos. Com a indenização de R\$ 75 mil que recebeu da Funai, comprou duas motos e um motor de luz \_ele reivindicava R\$ 500 mil. "Como o Luz Para Todos [programa federal] não botou energia, fiz um 'gato' [ligação irregular]."

Lima disse que vivia na reserva desde 1977, em 1.200 hectares onde criava gado e plantava melancia. Afirmou que começou a ser pressionado por índios depois que a Funai determinou a retirada, em 2005, mas que saiu espontaneamente. "Fiquei seis meses sob pressão. Os índios queriam matar os bichos e cortar a cerca. Resolvi sair para não acontecer uma tragédia."

O Incra afirmou ter 50 projetos de assentamento destinados a pequenos produtores em Roraima, em áreas que somam 1,5 milhão de hectares. Para os arroteiros, foram identificadas três áreas.

Pequenos e médios agropecuaristas que tinham lotes de até 500 hectares receberam indenizações da Funai que somam R\$ 6,7 milhões. Outros R\$ 5 milhões estão depositados em juízo para famílias que ainda não saíram da terra, como arroteiros.

(KÁTIA BRASIL)

**Marina pressiona STF por reserva em RR**

**Quinta-feira, 01/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Ao lado de ministra, presidente da Funai disse ter ido prestar 'informações cartográficas, históricas e jurídicas'**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**



A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) e o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Márcio Meira, estiveram ontem no Supremo Tribunal Federal, para "prestar informações cartográficas, históricas e jurídicas" ao presidente Gilmar Mendes na tentativa de provar a legalidade da demarcação da reserva Raposa/ Serra do Sol, em Roraima.

A ofensiva do governo ocorreu no mesmo dia em que a Folha publicou reportagem mostrando que o STF tende a modificar o modelo de demarcação contínua e que deverá deixar claro que, apesar da pressão de setores e ONGs internacionais, as Forças Armadas não sofrerão constrangimento para atuar em território indígena no país, porque a propriedade das reservas é da União.

Meira afirmou, ao sair do encontro, que o decreto é constitucionalmente "perfeito" e "deve ser cumprido".

"Viemos prestar as informações cartográficas, históricas e jurídicas necessárias e pedir rapidez no julgamento". Marina Silva não falou com a imprensa.

A demarcação da reserva foi feita em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologadas em 2005, na gestão Luiz Inácio Lula da Silva. Na homologação, Lula determinou que o uso e a posse da terra sejam destinados aos índios e que os não-índios, sobretudo arroteiros, fossem retirados.

O plenário do STF suspendeu, no início de abril, a operação da PF para a retirada dos não-índios da reserva ao acatar liminarmente o pedido do governador José Anchieta Júnior (PMDB-RR), contrário à demarcação contínua. Os ministros mostraram-se sensibilizados com a questão e iniciaram um debate sobre a demarcação.

Em parecer enviado ao STF, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, afirma que "a alegação de ofensa ao equilíbrio federativo e à autonomia de Roraima está divorciada da realidade".

O ministro Carlos Ayres Britto prometeu disponibilizar seu relatório até o final da semana que vem. A partir de então, cabe ao Gilmar Mendes decidir o dia que a questão será julgada \_segundo ele, isso deve ocorrer até o final de junho.

(FELIPE SELIGMAN)

### **É retrocesso Supremo mudar reserva, diz índio**

**Quinta-feira, 01/05/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

De terno e gravata em busca de audiências com ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), o líder indígena macuxi Dionito de Souza disse ontem que, se a Justiça rever a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, não existe mais lei no país.

"Foi o próprio Supremo que determinou a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em área contínua. Se ele voltar atrás, então não existe lei aqui no Brasil, é tudo retrocesso", afirmou Dionito, que é coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima).

A Folha publicou ontem que o STF tende a modificar a demarcação contínua da reserva, criando "ilhas" na área para permitir a permanência de arroteiros.

Dionito defende a demarcação contínua com base em "dados da economia" da reserva. A área, segundo ele, tem 35 mil cabeças de gado e as 194 aldeias querem aumentar o rebanho.

"Por ano, vendemos 3.000 bezerros. Produzimos 50 toneladas de milho e 50 de feijão", afirmou ele. "Estamos defendendo o nosso país e querendo o desenvolvimento", disse o líder indígena.

## **STF deve votar contra saída de não indígenas de reserva**

**Quarta-feira, 30/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Supremo também vai restringir MPs que mudam texto do Orçamento já aprovado  
No caso da Raposa/Serra do Sol, ministros do tribunal argumentam haver cidades inteiras dentro da área demarcada como indígena**

**ELIANE CANTANHÊDE**

**COLUNISTA DA FOLHA**

**VALDO CRUZ**

**KENNEDY ALENCAR**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O STF (Supremo Tribunal Federal) restringirá a edição de medidas provisórias de créditos extraordinários do Orçamento da União. E tende a modificar o modelo de demarcação contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

No caso da reserva, o objetivo é evitar a remoção de não indígenas. Segundo a Folha apurou, o STF deve criar "ilhas" na reserva, segundo a expressão ouvida no Supremo.

No das MPs, o Supremo avalia que há abuso do Executivo, que recorre ao artifício para modificar o texto do Orçamento aprovado no Congresso.

Ao julgar o modelo de demarcação da reserva, o Supremo deverá deixar claro que, apesar da pressão de setores e ONGs internacionais, as Forças Armadas não sofrerão constrangimento para atuar em território indígena em todo o país, porque a propriedade das reservas é da União.

O Brasil é signatário da "Declaração dos Povos Indígenas" da ONU (Organização das Nações Unidas), de 2007, que assegura o direito dos índios à terra e aos seus territórios. Isso preocupa as Forças Armadas, porque poderia caracterizar um território autônomo dentro do território nacional.

O comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, admitiu publicamente que temia "ameaça à soberania nacional", já que a reserva fica em área de fronteira.

O Supremo dirá que a declaração não é convenção, tratado nem tem força de lei. Trata-se de manifestação política.

A demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol foi feita em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologada já na gestão Lula, em 2005. O Planalto começou a recuar na defesa da demarcação contínua devido à tensão gerada pelo processo de retirada dos não indígenas da área.

Produtores de arroz, por exemplo, ameaçaram entrar em conflito contra índios e a Polícia Federal para ficar na reserva, e o STF suspendeu as ações de retirada dos não-índios para estudar a questão.

Em reunião com líderes indígenas no Planalto, Lula disse que apóia a demarcação contínua, mas, nos bastidores, torce para que o STF mude a regra. Se houver ônus político, será do Supremo, não do governo.

Na opinião da maioria dos ministros do STF, há argumento jurídico para manter na reserva populações não indígenas que vivem na área, algumas desde 1880 e outras que foram estimuladas pela ditadura militar de 1964 a aderir à colonização de Roraima. A tendência do STF é reconhecer a legitimidade dessas ocupações. Ministros argumentam que há cidades inteiras dentro da reserva e não faria sentido sua remoção.

Atualmente, dentro da reserva já existem duas áreas de exclusão dos municípios de Normandia e Uiramatã. Políticos do Estado defendem a criação de mais quatro vales do Arroz, lago de Caracaranã, vila Surumu e a área da hidrelétrica do rio Cotingo, em construção.

Medidas

No caso das MPs, segundo a Folha apurou, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, já disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a tendência é a de restringir as MPs no caso de créditos extraordinários do Orçamento. Só falta um voto para a derrota do governo o placar está em cinco a três.

A cúpula do governo já contabiliza que essa restrição acontecerá e se empenha para evitar que o Congresso reduza ainda mais o alcance das MPs em proposta em discussão na Câmara.

### **Parecer do procurador-geral é favorável a manter demarcação de área em Roraima Quarta-feira, 30/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, enviou ao Supremo Tribunal Federal parecer contrário à suspensão do decreto de demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Esse era o passo que faltava para que o ministro Carlos Ayres Britto leve o caso ao plenário do Supremo.

Britto afirmou que pretende disponibilizar seu relatório até o final da semana que vem. A partir de então, caberá ao presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, decidir quando a questão será julgada. "Como o presidente já se mostrou empenhado, é possível que até o final de maio realizemos esse julgamento tão importante."

O parecer trata sobre uma ação popular protocolada em 2005 pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PT-RR), pedindo o cancelamento do decreto editado naquele mesmo ano.

No texto, o procurador-geral afirma que "a alegação de ofensa ao equilíbrio federativo e à autonomia de Roraima está divorciada da realidade". "A área indígena Raposa/Serra do Sol representa pouco mais de 7% do território daquele Estado, que, desde sua criação, conta com a presença de numerosos grupos indígenas, sendo a população em questão ali residente a terceira maior do país."

O governo de Roraima, por sua vez, reclama que 46% do território do Estado já está tomado por reservas indígenas.

O procurador-geral diz que a área não traz risco à soberania nacional. "O risco de abalo à soberania nacional, se presente, haverá de ser eliminado, se for o caso, por mecanismos outros de proteção, sem sacrifício do direito dos povos indígenas."

Na ação, os parlamentares alegaram que a demarcação traria consequências "desastrosas" para o Estado.

### **Pautas polêmicas devem marcar início de mandato**

**Quinta-feira, 24/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

#### **STF decidirá sobre reserva indígena e células-tronco DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Diversas pautas já no início do mandato de Gilmar Mendes à frente do STF devem chamar a atenção de outros Poderes da República, a começar pela polêmica em torno da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR).

Espera-se que o tema seja apreciado pelo Supremo ainda no primeiro semestre deste ano. A discussão gira em torno da demarcação contínua da reserva. O governo quer mantê-la e retirar os últimos não-índios da região. Roraima, porém, alega que a reserva prejudica sua autonomia federativa. Há ainda o argumento de que a demarcação colocaria em risco a segurança nacional.

Para que o assunto entre na pauta, basta que o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, emita seu parecer sobre uma das 33 ações que tramitam na Corte.

Antes mesmo de assumir a presidência, mas quando já exercia interinamente o cargo, enquanto a então presidente Ellen Gracie estava ausente, Gilmar Mendes pediu que a Procuradoria Geral da República enviasse "o mais rápido possível". Chegou também a entrar no mérito, ao dizer: "A reserva contínua é uma solução conflitiva. Prefiro discutir soluções minimamente viáveis."

Fora isso, também sob o comando do novo presidente, o STF deverá analisar as muitas ações diretas de inconstitucionalidade movidas por partidos de oposição ao governo Lula. Entre elas, destacam-se duas do DEM contra o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Fiscais) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), atitude tomada pelo governo no início de 2008 para contornar o fim da CPMF e a consequente perda de cerca de R\$ 40 bilhões anuais de arrecadação.

Outra ação, essa movida pelo PSDB, contesta a criação de cerca de 650 mil bolsas para o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), alegando utilização eleitoral.

Outro tema que deve entrar na pauta do Supremo do presidente Gilmar Mendes é o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo da Lei de Biossegurança que autoriza o uso de células-tronco de embriões em pesquisas. O debate foi interrompido logo após o voto do relator, ministro Carlos Ayres Britto, quando o ministro Carlos Alberto Menezes Direito pediu vista. A comunidade científica conta com o voto de Mendes para derrubar tal ação.

## **Agentes da PF dizem viver 'inferno' em RR**

**Quinta-feira, 24/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Entidade reclama, em nota, de alojamentos inadequados e intoxicação alimentar na Raposa/Serra do Sol**

**JOSÉ EDUARDO RONDON  
DA AGÊNCIA FOLHA**

Um documento divulgado pela Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais) critica a Operação Upatakon 3, que previa a retirada da população não-índia da reserva Raposa/Serra do Sol (RR) e foi suspensa por decisão do STF.

Mesmo com a suspensão, um contingente de agentes federais de outros Estados continua em Roraima, para cuidar da "segurança interna" da terra.

"Enquanto índios e arroteiros se estranham e o governo e o STF não se entendem, os policiais sofrem com a falta de planejamento e infra-estrutura básica para suportar o trabalho na região", diz a nota "Policiais vivem inferno em Roraima", divulgada no site da entidade.

A Fenapef aponta, entre outras precariedades, a ausência de alojamentos adequados para os policiais. Segundo a federação, 12 deles chegaram a ser hospitalizados por intoxicação alimentar provocada por comida consumida na reserva.

"Uma das armas não letais que deveria ser usada nesta operação está vencida. O spray de pimenta foi comprado em 2004 e venceu em dezembro de 2007", diz a entidade, que afirma reunir 27 sindicatos. Segundo o diretor de relações do trabalho da Fenapef, Francisco Sabino, que esteve no local no final de semana, "a insatisfação é geral" entre os agentes.

A PF disse que não comentaria a nota, mas informou que "as condições proporcionadas aos policiais são as normais de operação em área inóspita". Segundo o órgão, foram achados sprays vencidos, já recolhidos.

Ao menos cerca de 150 agentes desembarcaram em Roraima. Homens da Força Nacional de Segurança também foram deslocados para a operação.

## **Lula promete empenho para sensibilizar STF**

**Sábado, 19/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente Lula prometeu, segundo afirmaram ontem líderes indígenas, empenho do governo na tentativa de sensibilizar os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) a manter a demarcação da reserva Raposa/ Serra do Sol, em Roraima.

Horas depois de participar de uma solenidade no Exército, Lula recebeu integrantes da Comissão Nacional de Política Indigenista no Planalto. E, segundo presentes à reunião, reafirmou sua posição favorável à manutenção da demarcação.

"Senti firmeza. Ele [Lula] garantiu que vai manter a disposição em retirar os arroteiros", afirmou o cacique macuxi Jaci José de Souza, da reserva.

"É uma posição do governo que seja cumprido o decreto homologatório de 2005, assinado pelo presidente Lula, de terra contínua. Essa é a posição do governo", disse o

presidente da Funai, Márcio Meira. Na reunião, entretanto, Lula deixou claro que o problema, agora, está nas mãos da Justiça.

O presidente sugeriu que os ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Marina Silva, se unam à Funai e a lideranças indígenas e visitem, na próxima semana, ministros do STF. E reiterou que ele próprio poderá conversar com integrantes da Corte. O plenário do STF suspendeu, na semana passada, a operação da PF para a retirada dos não-índios da reserva.

Ao deixar o encontro, Meira disse que a política indigenista do governo não será alterada.

## **PDT, DEM e governador de RR apóiam militar**

**Sábado, 19/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**HUDSON CORRÊA**

**MARIA CLARA CABRAL**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), afirmou ontem "pensar da mesma forma" que o general Augusto Heleno. O militar recebeu apoio também dos partidos DEM e PDT.

Comandante militar da Amazônia, o general critica a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em Roraima e classifica a política indigenista de "lamentável e caótica".

"Eu penso da mesma forma [que o general]. Entendo que o Exército brasileiro tem legitimidade para opinar com relação a questão de soberania e segurança nacional. A política indígena não está correta", disse o governador. Ele disse que vai mobilizar "políticos da Amazônia" para rever a demarcação.

Segundo Anchieta Júnior, o ministro Nelson Jobim (Defesa), quando ocupava a pasta da Justiça (1995 a 1997), defendia que a terra indígena de 1,7 milhão de hectares fosse demarcada de forma não contínua. "A nossa posição é que se crie uma demarcação em forma de ilhas e não contínua, como foi orientado por Nelson Jobim, quando era ministro da Justiça."

Procurada, a assessoria de Jobim não telefonou de volta.

O governador recebeu, em encontro anteontem em Boa Vista (RR), apoio do presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE). O líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu que o general Heleno seja convidado a falar em sessão reservada da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ele disse concordar com as críticas, mas afirmou que Heleno errou ao falar publicamente.

"A pretexto de transformar tribos em supostas nações independentes, ONGs estrangeiras interessadas em consolidar a invasão do território nacional, agem livremente na reserva, que faz fronteira com a Venezuela e a Guiana", disse em nota o presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ). O presidente do PDT, Vieira da Cunha (RS), da base do governo, pede uma revisão da política de demarcação de reservas indígenas.

Coordenador do Conselho Indígena de Roraima, o índio macuxi Dionito de Souza rebateu o general: "Os indígenas não têm fronteira. Mas, já que apareceu essa idéia do branco, então o indígena precisa ter seu pedaço de terra".

"Se está errada [a política de terra indígena], foi o branco que criou. Antes da invasão dos brancos, não se pensava em território. Se a política está errada, é consequência do

passado, não de ontem nem do [governo] Lula", disse Souza. Para ele, não há risco à soberania com áreas indígenas na fronteira.

Colaborou ADRIANO CEOLIN, da Sucursal de Brasília

### **Irritado, Lula cobra militares por crítica à política indígena**

**Sexta-feira, 18/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Em meio a crise em RR, comandante militar definiu ação do governo como 'caótica'**  
**Presidente antecipa reunião com Jobim, exige explicação da cúpula militar e pode suspender o anúncio de aumento de salários hoje**

**ELIANE CANTANHÊDE**

**COLUNISTA DA FOLHA**

**LETÍCIA SANDER**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exigiu explicações do Ministério da Defesa para as posições do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, que anteontem acusou a política indigenista de "lamentável e caótica".

O general tem feito críticas públicas à sanção presidencial da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima.

Contrariado com a reação do militar, Lula mandou sua assessoria ligar para o ministro da Defesa, Nelson Jobim, antecipando em meia hora a reunião que teriam para discutir soldos militares e exigindo a presença do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri.

O encontro foi às 16h30, mas Lula cortou a discussão sobre o aumento, previsto para ser anunciado hoje, Dia do Exército, e exigiu que os dois cobrassem explicações de Heleno.

O general já vinha reclamando da demarcação da reserva e foi incisivo em palestra proferida na quarta passada no Clube Militar, no Rio, dizendo que a política indigenista brasileira está completamente dissociada do processo histórico de colonização do país e que "precisa ser revista com urgência".

Nesse encontro, que teve a presença dos generais da reserva Leônidas Pires Gonçalves e Zenildo Lucena, ministros do Exército antes da criação do Ministério da Defesa, o militar não se referiu especificamente ao conflito envolvendo a reserva Raposa/Serra do Sol, embora tenha criticado a separação de índios e não-índios.

"Pela primeira vez estamos escutando coisas que nunca escutamos na história do Brasil. Negócio de índio e não-índio? No bairro da Liberdade, em São Paulo, vai ter japonês e não-japonês? Só entra quem é japonês? Como um brasileiro não pode entrar numa terra porque é terra indígena?", disse.

Cerca de 18 mil índios vivem na reserva, de onde deveriam estar sendo retirados os não indígenas, principalmente os produtores de arroz que exploram a área há décadas. Essa retirada, porém, foi suspensa recentemente por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal).

O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, afirmou ontem que o general Heleno não expressa a opinião do governo: "Ele não é o comandante do Exército nem o

ministro da Defesa, mas um general falando individualmente". O próprio general já havia feito a ressalva de que não tinha autoridade para falar pelo governo.

O futuro presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, disse que as declarações do general não "pressionam" nenhuma decisão do STF.

Hoje, às 10h, em Brasília, Lula deverá participar da comemoração ao Dia do Exército, mas, com a crise entre o Planalto e a Força Terrestre, começou uma discussão no governo para saber se será ou não mantido o anúncio do reajuste.

Segundo nota divulgada pelo deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), militar da reserva, serão concedidas três parcelas de aumento, a primeira de 8% retroativos a janeiro e mais duas de 4%. Jobim estava ontem à noite reunido com técnicos da Defesa discutindo os índices e mandou cancelar a sua ida para o Rio Grande do Sul, ao meio-dia de hoje, para visitar fábricas de equipamentos militares.

Colaborou FELIPE SELIGMAN, da Sucursal de Brasília

### **Tarso critica decisão do STF sobre reserva**

**Terça-feira, 15/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**Ministro afirma que Supremo é co-responsável por impasse em área indígena Raposa/Serra do Sol (RR)**

**LUCAS FERRAZ**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O ministro Tarso Genro (Justiça) afirmou ontem que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de suspender a operação da Polícia Federal para a retirada dos não-índios da reserva indígena Raposa/Serra do Sol transformou o Poder Judiciário em "co-responsável" pela resolução do impasse.

"A operação ia sair com tranquilidade, os focos de resistências já estavam mapeados e iam ser neutralizados, mas o Supremo decidiu suspender. É uma decisão soberana e o Executivo tem profundo respeito, mas agora há uma co-responsabilidade entre o Executivo e o Poder Judiciário", afirmou.

Apesar de a liminar suspender temporariamente as ações, Tarso disse que a PF vai cumprir sua "missão legal" e que eventuais inquéritos serão instaurados para apurar a "resistência ilegal" dos agricultores, chamada por ele de "atitudes terroristas e de sabotagem".

O ministro afirmou ainda que o trabalho de demarcação das terras, feito há três anos, foi sério e que a União tem total soberania sobre a área. "Não há nenhum perigo que aquela região, um dia, se torne estrangeira ou sem Estado", completou.

O plenário do STF suspendeu, na semana passada, a operação da PF para a retirada dos não-índios da reserva. Ao acatar liminarmente o pedido do governador José Anchieta Júnior (PMDB-RR), contrário à homologação de forma contínua, os ministros mostraram-se sensibilizados com a questão e iniciaram um debate sobre tal demarcação. A decisão do plenário deve sair neste semestre.

"Devido ao momento de uma possível beligerância, precisamos tratar do tema o mais rápido possível", disse o relator do caso, Carlos Ayres Britto.



No debate, os ministros presentes sinalizaram que tal demarcação pode, de fato, prejudicar a "autonomia institucional" do Estado, como comentou o ministro Celso de Mello.

Para Gilmar Mendes, futuro presidente do STF, "a reserva contínua é uma solução conflitiva. Prefiro discutir soluções minimamente viáveis". Segundo ele, tal solução poderia ser feita criando-se "ilhas" de reservas indígenas. "O que não pode é você criar um Estado e depois uma reserva que tenha 50% ou 60% de seu tamanho."

### **Roraima é arena sem touro, diz arroteiro**

**Domingo, 13/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Paulo César Quartiero, do DEM, vê vácuo de poder no Estado, mas nega explorar politicamente protestos em reserva indígena**

**'Pode ser que qualquer um se projete, até eu', afirma empresário que encabeça manifestações contra a ação da PF na Raposa/Serra do Sol**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

Os protestos em Roraima contra a operação de retirada de não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol anteciparam a disputa pelo governo do Estado em 2010.

À frente do movimento de resistência à retirada está o arroteiro e presidente do DEM em Pacaraima (214 km de Boa Vista), Paulo César Quartiero, 55. O arroteiro nega que esteja explorando os protestos politicamente, mas vê um "vácuo" de poder no Estado que pode ser preenchido por ele.

O vácuo, segundo Quartiero, é resultado da morte, em dezembro do ano passado, do governador do Estado eleito em 2006, Ottomar Pinto (PSDB). Em seu lugar assumiu o vice, o também tucano José de Anchieta Júnior.

"Roraima é um vácuo político. Morreu Ottomar e esse vácuo não foi preenchido por ninguém. Isso aqui é uma arena, até agora não apareceu o touro. Então pode ser que qualquer um se projete, até eu", afirmou ele à Folha na vila do Surumu, em Pacaraima, na última quinta-feira, um dia após o STF (Supremo Tribunal Federal) suspender a operação da Polícia Federal para a retirada dos não-índios.

Anchieta Júnior deve se candidatar à reeleição e provavelmente também vai explorar na campanha sua posição contrária à saída dos não-índios. O governo do tucano foi o autor do pedido de liminar que, acatado pelo STF, suspendeu a Operação Upatakon 3.

Romero Jucá (PMDB), outro possível nome para disputar o governo de Roraima, não pode se declarar contrário à operação por ser líder do governo Lula no Senado.

**Indenização**

Gaúcho de Passo Fundo, agrônomo e filho de agricultor, Quartiero chegou a Roraima na década de 70. Ele afirma que arrendou fazendas dentro da terra indígena em 1988 e 2002. Preside a associação local dos rizicultores e pede R\$ 53 milhões de indenização do governo federal para desocupar as fazendas, localizadas em área que pertence à União.

Sua entrada na política se deu em 2005, quando assumiu a Prefeitura de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Dois anos depois, teve o mandato cassado sob acusação de compra de votos. No mês passado, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) determinou sua volta ao cargo, o que deve ocorrer após a publicação da decisão.

Quartiero vem se projetando desde 2004 com ações contra a homologação contínua da reserva \_algumas já até lhe renderam processos judiciais. O ápice da resistência, contudo, começou no último dia 31. Ele ficou 11 dias acampado em uma ponte na vila do Surumu, dentro da área indígena, para protestar contra a operação da PF. Chegou a ser preso por desacato e foi liberado após pagar uma fiança de R\$ 500.

A defesa da Amazônia é um de seus argumentos contra a saída dos não-índios da reserva. Para ele, demarcações de terras indígenas em áreas de fronteira ameaçam a soberania nacional. "É um problema emblemático de defesa do território."

Na quinta, o cenário na vila do Surumu continuava tenso. A Folha identificou quatro seguranças com rádios rondando as casas dos índios. Segundo a PF, seguranças armados, militantes políticos, não-índios e índios contrários à homologação uniram-se a Quartiero nos protestos recentes. Ele nega participar de ações violentas.

### **Índia diz que portava bomba em protesto**

**Domingo, 13/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

No protesto mais violento contra a saída da população não-índia da Raposa/Serra do Sol, manifestantes atacaram com coquetéis molotov o posto da PF em Pacaraima e colocaram um carro com explosivos \_que não chegaram a detonar\_ em frente ao prédio, na segunda passada. Entre os manifestantes, estava Téia Mota, 34, filiada ao DEM, que diz ter usado cinto-bomba e estava disposta a explodi-lo.

A foto de Téia com um lenço cobrindo o rosto e revelando só os olhos verdes foi publicada na Primeira Página da Folha de terça. Só depois ela disse à reportagem que usou por 11 horas um cinturão de dinamite. Auto-declarada índia macuxi, foi secretária de Ação Social de Pacaraima em 2007, quando Paulo César Quartiero (DEM), líder dos rizicultores, era o prefeito. "Era dinamite." Teria coragem de detoná-lo? "Se fosse necessário, sim."

Quartiero nega envolvimento com explosivos e diz que suas manifestações foram pacíficas.

Téia reconhece que o uso de cinto-bomba era uma ameaça típica de terroristas, mas disse que sua intenção era sensibilizar o presidente Lula. Nestas eleições, ela pensa em se lançar vice de Quartiero, caso ele seja candidato a prefeito, ou a vereadora.

### **Governo perde e STF mantém PF fora de reserva**

**Sexta-feira, 11/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Os ministros do STF negaram, em decisão unânime, recurso da União que pedia a continuidade da operação para retirar não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Mesmo com a derrota, o advogado-geral da União, José Antonio Toffoli, disse que o julgamento foi "importante" para "deixar claro" que a Força Nacional de Segurança e a PF podem continuar mobilizadas na área até que o mérito das ações sobre a ocupação da terra seja julgado.

Na sessão, o relator do caso, Carlos Ayres Britto, manteve sua decisão da quarta-feira, quando suspendeu a operação da PF.

Ontem, documento divulgado pelo Conselho Indígena de Roraima insinua que os índios favoráveis à expulsão dos arroteiros podem agir para retirá-los da área. "Já esperamos demais. Tivemos calma, mas agora basta", diz o texto.

### **STF suspende retirada de arroteiros de área indígena**

**Quinta-feira, 10/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Em liminar, ministros acataram pedido do governo de Roraima, que teme caos**

**PF vai permanecer na região e aguardará julgamento do mérito da ação; conselho indigenista quer recorrer da decisão na ONU e na OEA**

**SILVANA DE FREITAS**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu ontem a operação da Polícia Federal para retirada dos não-índios da área da terra indígena Raposa/ Serra do Sol. Em decisão unânime, os ministros concederam liminar pedida pelo governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), para suspender a operação.

O governo estadual argumentou que essa retirada provocaria o "caos social", por causa do clima de guerra civil e conflito armado entre índios, não-índios e arroteiros.

O Estado, segundo o governador, teria perda territorial, já que a reserva representa 43% da área do Estado, queda na arrecadação tributária e aumento no desemprego.

A liminar valerá até que o STF julgue o mérito das ações sobre a ocupação dessa reserva. O relator, ministro Carlos Ayres Britto, afirmou que a causa "revela interesses não só de particulares", mas do próprio Estado, e lembrou que o governo local é autor ou parte interessada na maioria das ações sobre a reserva.

Os policiais federais desembarcaram em Boa Vista na semana retrasada para iniciar a operação de retirada da população não indígena da região, que tem cerca de 1,7 milhão de hectares.

Eles iriam assegurar o cumprimento do decreto do presidencial de 2005, que homologou a área como terra indígena. Parte dos moradores não-índios já deixou o local. Dentre os que resistem a sair, estão os arroteiros, responsáveis por 6% da economia do Estado, segundo o governador disse ao STF.

A área ocupada pelos não-índios corresponderia a apenas 1% de toda a reserva indígena. Ao votar pela concessão da liminar, o relator também levou em conta o fato de a reserva ficar próxima à fronteira do país.

O índio macuxi Dionito Souza, coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), disse que a decisão "viola os direitos dos povos indígenas". A entidade vai recorrer da decisão no próprio STF, na ONU (Organização das Nações Unidas) e na OEA (Organização dos Estados Americanos).

Segundo o presidente da Funai, Márcio Meira, o governo federal não contesta a decisão. A PF disse que permanecerá no local e que cumprirá a decisão judicial, mas aguardará o julgamento do mérito para decidir qualquer alteração no planejamento da operação. Antes da decisão do STF, o coordenador da Operação Upatakon 3, delegado Fernando Segóvia, afirmou à Folha que a próxima segunda-feira seria o "dia D" para os arrozeiros. Depois, ele não comentou a decisão do Supremo.

### **Para arrozeiro, ação parece com invasão do Iraque**

**Quinta-feira, 10/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Paulo César Quartiero (DEM), 55, comparou ontem a presença da Polícia Federal e de soldados da Força Nacional de Segurança em Roraima à invasão do Iraque por tropas dos EUA.

Ele classificou como "uma vitória" a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), que suspendeu a operação de retirada dos não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

"A polícia vem aqui, de forma prepotente, parecendo a chegada dos americanos no Iraque. A população se revolta", afirmou.

Para ele, o processo de "resistência" à ação da PF foi "desgastante". "Estamos em cima de uma ponte resistindo há 11 dias. Foi desgastante, tivemos um ferido, quatro ordens de prisão contra o nosso pessoal e a minha própria prisão. Mas não se consegue vitória sem luta", disse.

O arrozeiro foi preso em protesto na região do Surumu no dia 31. Segundo a PF, ele desacatou policiais e tentou obstruir os trabalhos.

(JOSÉ EDUARDO RONDON)

### **PF está 'pronta para guerra' em reserva, afirma delegado**

**Quarta-feira, 09/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Responsável por retirada de não-índios da Raposa/Serra do Sol diz que eles terão de sair**

**Outros 45 homens da Força Nacional de Segurança chegaram ontem ao local para a operação, que pode ser deflagrada em 48 horas**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O delegado da Polícia Federal que vai comandar a retirada dos habitantes não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol (nordeste de Roraima), Fernando Segóvia, afirmou ontem que vai tentar uma última negociação com os que resistem à retirada da região, mas disse que, se for preciso, a PF está pronta para a "guerra".

Anteontem à noite, o governador de Roraima, Anchieta Júnior (PSDB), se reuniu com a cúpula da operação da PF a portas fechadas e afirmou que a PF deu 48 horas para que os não indígenas \_arrozeiros, principalmente\_ desocupem a área de forma pacífica. A PF negou que haja uma data definida.

"Temos que nos preparar da maneira mais apropriada para entrar numa guerra, e, se o que alguns estão plantando é a guerra, nós só temos um recado a mandar: eles têm que sair da terra indígena de qualquer maneira", afirmou Segóvia.

Sem dar um dia exato, Segóvia afirmou que a PF está pronta para o início da operação, que depende apenas do desenrolar de uma última negociação, para evitar um confronto com os manifestantes.

"Há uma negociação formal, já foram feitos alguns contatos e a gente espera nas próximas horas fazer mais contatos e, se possível, uma saída pacífica", disse, sem revelar quem estaria do outro lado da negociação.

O superintendente da Polícia Federal em Roraima, José Maria Fonseca, disse que o governo federal está aberto ao diálogo, até mesmo sobre rever o valor das indenizações, mas que não cabe à PF contestá-las. "Se dizem que o valor da indenização não é justo, que busquem a Justiça", disse Fonseca.

Segundo o delegado Segóvia, o presidente da Associação dos Rizicultores de Roraima, Paulo César Quartiero, contratou pistoleiros, até mesmo da Venezuela, para apoiar as manifestações. A Folha não conseguiu falar ontem com Quartiero.

Segóvia disse ainda que prepara a prisão de líderes dos protestos realizados nas últimas semanas em Roraima. "Vou prender toda a quadrilha." Ele afirmou que serão presas todas as pessoas envolvidas nas ações de destruição de pontes, bloqueios de estradas, fabricação e arremesso de bombas caseiras.

Ontem chegaram ao local mais 45 homens da Força Nacional de Segurança.

### **'Índio-bomba' diz que agiu em troca de trabalho**

**Quarta-feira, 09/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Uma promessa de trabalho em uma lavoura de arroz foi o motivo apontado pelo índio David Conceição para que ele dirigisse um Monza carregado com explosivos e estacionasse o veículo em frente ao posto da PF, em Pacaraima (214 km de Boa Vista, RR), segundo depoimento dele à polícia.

Além disso, a PF disse que Conceição jogou um coquetel molotov no prédio em protestos de anteontem contra a retirada dos arrozeiros da terra indígena Raposa/ Serra do Sol.

O carro acabou não explodindo, e ele permanecia detido até o fechamento desta edição. Em depoimento, Conceição disse que foi "arregimentado" para participar do protesto por um casal que trabalha para um arrozeiro, que não foi localizado ontem pela reportagem.

A versão do índio está sendo investigada pela PF.

Por ser um dos poucos aptos a dirigir entre os manifestantes, ele foi escolhido para levar o carro com explosivos. A Funai (Fundação Nacional do Índio) disse que acompanhará o caso de Conceição e que aguardará um posicionamento do Ministério Público Federal acerca de sua prisão.

## **RESERVA VIRA CAMPO MINADO**

**Quarta-feira, 09/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

Protestos contra a homologação da Raposa/Serra do Sol

### **OS PROTESTOS**

#### **ANTEONTEM**

Sede do município de Pacaraima

- . Posto da PF foi atacado por manifestantes
- . Um carro-bomba foi deixado em frente ao posto da PF
- . Coquetéis molotov foram jogados
- . Um homem foi preso

#### **NA SEMANA PASSADA**

- . Pontes foram incendiadas na região do Surumu, próximo à cidade de Pacaraima
- . Paulo César Quartiero, líder dos arrozeiros, foi preso durante protesto
- . Ponte foi incendiada na região de Normandia, deixando a cidade sem acesso

#### **ENTENDA O CONFLITO**

Antes da homologação

- . Em 2004, ocorrem protestos após o anúncio do governo de que a terra seria homologada em breve. Rodovias são interditadas, prédios públicos são invadidos e três religiosos são feitos reféns por grupos contrários à homologação

A homologação

- . Em abril de 2005, Lula assina o decreto que homologa a reserva de forma contínua. O decreto determina que o uso e a posse da terra sejam destinados aos índios. Também é definida a retirada em um ano da população não-índia

## **Posto da PF é alvo de protesto em Roraima**

**Terça-feira, 08/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Manifestantes que resistem à retirada de não-índios de reserva ameaçam explodir carro-bomba e fecham acesso à Venezuela**

**Homem que tentou detonar o carro-bomba foi preso; agentes da PF começaram a chegar ao Estado na semana retrasada para a operação**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Em novo protesto contra a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (nordeste de Roraima), manifestantes atacaram ontem posto da Polícia Federal no município de Pacaraima (214 km de Boa Vista) \_com coquetéis molotov e ameaça de uso de um carro-bomba\_ e fecharam a avenida de acesso à cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen. Agentes da PF começaram a chegar ao Estado na semana retrasada para a operação de retirada da população não-índia que ainda vive na área. Arrozeiros, comerciantes e parte dos índios são contrários à retirada.

Um homem identificado como indígena foi preso ontem ao tentar detonar um carro em frente ao posto da Polícia Federal com artefatos explosivos.

A 50 metros do posto da PF, 120 manifestantes fecharam a avenida Brasil, que dá acesso ao lado venezuelano da fronteira, ateando fogo em pneus e troncos de madeira. Um posto da Receita também foi invadido.

O protesto em Pacaraima provocou fechamento de escolas, do comércio e de órgãos públicos. Habitantes da cidade disseram que os manifestantes pediam, com carro de som, que os comerciantes fechassem suas portas. Adolescentes e crianças participaram do protesto, com os rostos pintados de verde de amarelo. Brasileiros e venezuelanos não conseguiram atravessar a fronteira com seus veículos. Policiais militares e soldados do Exército só observaram o movimento.

Dentro do carro que seria explodido, peritos da PF encontraram dinamites e 36 coquetéis molotov. "Era o suficiente para explodir o carro e fazer um estrago no posto da PF", disse o delegado Leonardo Tavares.

"Classifico como um atentado terrorista contra o posto da PF", completou o delegado, que partiu de Boa Vista com cerca de 15 agentes para dar reforço ao posto de fronteira.

A tentativa de explosão do carro, um monza sem placa, aconteceu por volta das 13h30. No vidro do carro havia a frase "Nosso prefeito está de volta", em referência ao ex-prefeito Paulo Cesar Quartiero, que é líder dos arroseiros e que teve o mandato cassado, mas ganhou recurso na Justiça Eleitoral.

Um funcionário da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) testemunhou a tentativa de explosão do carro.

"O indígena parou o carro na frente da PF e depois saiu correndo", disse Maycon da Silva.

No sábado, reportagem da Folha mostrou que um grupo contrário à operação da PF detinha artefatos explosivos com os quais prometia resistir à ação. A PF investiga se há relação do protesto com esse grupo.

Ontem, ao fechar a fronteira, os manifestantes tiveram apoio de pequena parte da população. O casal Téia Mota e Airton Vieira se apresentava como líderes do movimento. "A PF esta fazendo um grande mal à nossa população", disse Téia Mota.

## **Governador vai ao Supremo para deter a polícia**

**Terça-feira, 08/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O governo de Roraima ingressou ontem com uma ação cautelar no STF (Supremo Tribunal Federal), com pedido de liminar, solicitando a suspensão da operação da Polícia Federal para a retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

O procurador-geral do Estado, Luciano Queiroz, requisita que os não-índios sejam mantidos na área enquanto não houver uma decisão acerca de ações que tramitam no Supremo contra a homologação da terra.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse ontem que vai "até as últimas conseqüências" para evitar que haja um confronto no interior da terra indígena \_o que, segundo ele, acontecerá se houver a retirada dos não-índios.

No entendimento do tucano, o STF, caso conceda a liminar, "estaria evitando o conflito armado, o clima de tensão e os prejuízos que têm sido causados a Roraima desde que

homens da Força Nacional de Segurança e Polícia Federal chegaram ao Estado para começar a organizar a retirada".

A determinação do governador de recorrer ao Supremo ocorre após o início, na semana retrasada, do desembarque de policiais federais em Boa Vista para começar a operação de retirada da população não-índia da área de cerca de 1,7 milhão de hectares, no nordeste do Estado, .

Upatakon 3

Na sexta-feira chegaram ao Estado homens da Força Nacional de Segurança que devem auxiliar na operação. A PF não divulga a data em que dará início à efetiva retirada dos não-índios, batizada de Operação Upatakon 3.

O envio de homens da PF e da Força Nacional tem por finalidade cumprir em sua totalidade o decreto assinado pelo presidente Lula, em 2005, que homologou como terra indígena contínua a Raposa/Serra do Sol.

Com a homologação, foi determinada pelo governo federal a retirada dos habitantes não-índios da terra indígena. Parte deles já deixou a área, mas um grupo de não-índios \_entre eles arroteiros\_ permanece no local.

Roraima já registrou desde a chegada dos policiais federais uma série de protestos no Estado. No interior da terra indígena, pontes foram incendiadas por manifestantes. Acessos à reserva por via fluvial ou terrestre também foram bloqueados.

### **Grupo contrário à ação da PF em Roraima produz bombas**

**Segunda-feira, 07/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Opositores à retirada de não-índios de reserva prometem usar coquetéis molotov  
PF afirma que acompanha a movimentação dentro da Raposa/Serra do Sol para garantir que a operação seja realizada de forma pacífica**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM PACARAIMA (RR)**

**KÁTIA BRASIL**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Enquanto a Polícia Federal se prepara para iniciar a Operação Upatakon 3, para retirar a população não-índia da Raposa/Serra do Sol (RR), grupos contrários à retirada (fazendeiros e parte dos índios) exibem os artefatos explosivos com os quais prometem resistir à ação.

Após quatro horas de viagem em carro tracionado e, em alguns trechos, seguindo o caminho a pé para driblar dois bloqueios feitos por manifestantes na estrada que liga Boa Vista à terra indígena, a reportagem visitou no sábado a casa na vila do Surumu, em Pacaraima (dentro da área da reserva), onde esses itens estão guardados.

O grupo mostrou à reportagem as armas que havia preparado: coquetéis molotov e bombas em formato de bananas, com dez centímetros.

O grupo dizia ter aprendido a fazer artefatos com um suposto ex-militar do Exército da Venezuela, que estava presente no local e não quis se identificar.

A PF, que já iniciou o desembarque em Boa Vista dos agentes que vão participar da operação, guarda em sua superintendência na capital de Roraima escudos e armas de choque, sprays de pimenta, munição de borracha, granadas, fuzis e outros armamentos letais e não-letais. A instituição também recebeu veículos blindados.



Ontem a PF disse que está acompanhando a movimentação dentro da Raposa/Serra do Sol para garantir que a Operação Upatakou 3 seja realizada de forma pacífica. A retirada dos não-índios ainda não tem data anunciada. Sobre a presença do suposto ex-militar venezuelano, a PF disse que não tem informação oficial.

Segundo a PF, 300 de seus homens participarão da operação. Outros 200 integrantes pertencem à Força Nacional de Segurança e a outros órgãos.

Além dos explosivos, o grupo contrário à retirada dos não-índios diz que pretende resistir usando arcos, flechas e cassetetes feitos por índios das aldeias do Vizeu, Contão, Flechal e Taxi, que ficam dentro da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Até sábado, 420 índios dessas aldeias haviam chegado à vila do Surumu para se juntarem a cerca de 400 manifestantes.

Os acessos à vila do Surumu estão bloqueados pelas vias terrestre e fluvial. Os arroteiros e habitantes não-índios serão retirados da área por decisão do governo federal. Em 2005, o presidente Lula assinou decreto que homologou de forma contínua a terra indígena de 1,7 milhão de hectares.

A repórter ANDREZZA TRAJANO viajou à terra indígena Raposa/Serra do Sol no carro do deputado federal Márcio Junqueira (DEM-RR)

**Roraima vira palco de guerra até entre grupos de índios**

**Domingo, 06/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A15**

**Enquanto uma ala defende a retirada de não indígenas da reserva Raposa/Serra do Sol, outra apóia a permanência dos arroteiros**

**Série de protestos teve início no domingo passado; desde lá pontes foram bloqueadas e incendiadas e pelo menos duas pessoas foram presas**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Pontes incendiadas, máquinas agrícolas bloqueando acessos às estradas, índios pintados para a guerra. Este foi o cenário encontrado pela reportagem ao trafegar no interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, nos últimos dias.

Desde o último domingo, quando os protestos contra a retirada dos não-índios da reserva tiveram início, a reportagem esteve no local duas vezes.

O clima de tensão e violência na área aumentou após a chegada a Roraima de agentes federais que farão a retirada dos não-índios que ainda permanecem na terra indígena. Na sexta-feira, desembarcaram em Boa Vista integrantes da Força Nacional de Segurança.

A retirada dessas pessoas \_incluindo um grupo de arroteiros\_ foi determinada pelo governo federal em 2005, quando Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que homologou de forma contínua como terra indígena a área de cerca de 1,7 milhão de hectares.

Porém, parte dos não-índios, liderados pelos rizicultores da Raposa/Serra do Sol, permanece no interior da reserva e se recusa a deixar o local.

O "epicentro" do conflito é a vila do Surumu, na região de Pacaraima, onde há cerca de 300 famílias, a maioria não-índia. Ela também abriga o chamado "polígono do arroz", onde oito fazendas estão sediadas.

De um lado da vila estão concentrados os índios favoráveis à homologação, que defendem que a terra deve ser exclusivamente dos indígenas. Católicos, são ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima).

"Queremos viver no que é nosso, em paz, sem interferência", diz o coordenador do CIR, Dionito de Souza.

Do outro lado, estão os índios contrários à medida do governo federal e que defendem a permanência de não-índios na área, inclusive os arrozeiros.

Eles pertencem em sua maioria à religião evangélica e são ligados à Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima).

Para a índia Deise Maria Rodrigues, contrária à homologação, a luta dos moradores é pelo "desenvolvimento".

"Não compartilhamos com essa política do governo federal de nos isolar, de nos colocar sob a tutela da Funai e de nós termos que pedir bênção aos índios do CIR. Somos brasileiros também e queremos investimentos e a garantia dos nossos direitos constitucionais."

Os grupos rivais se tratam como inimigos. Qualquer tipo de relacionamento é proibido.

Com manifestações contrárias à retirada de não-índios, que tiveram início no domingo passado, uma série de protestos tomou conta da terra indígena e pelo menos duas pessoas foram presas.

Com a destruição de duas pontes, a vila do Surumu e o município de Normandia ficaram isolados. Duas pessoas foram feitas reféns e artefatos explosivos foram deflagrados.

A repórter ANDREZZA TRAJANO viajou à terra indígena Raposa/Serra do Sol no avião locado pelo deputado federal Márcio Junqueira (DEM-RR)

## **Força Nacional auxilia ação da PF em reserva indígena de RR**

**Sábado, 05/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Integrantes da Força Nacional de Segurança chegaram ontem a Roraima para dar apoio à Operação Upatakon 3, da Polícia Federal, que prevê a retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Além deles, mais agentes federais desembarcaram em Boa Vista.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), foi informado na noite de anteontem pelo Ministério da Justiça que cem homens da Força Nacional chegariam ao Estado. A reportagem viu ontem soldados do grupamento, fardados, em frente ao prédio da PF em Boa Vista. O Ministério da Justiça confirmou, via assessoria, o envio de integrantes da Força.

Anteontem, o governador e deputados estaduais assinaram uma carta pedindo ao presidente Lula a suspensão da ração até o STF decidir sobre a retirada dos arrozeiros.

O delegado da PF Fernando Romero disse que, por questões de segurança, não poderia informar o número de policiais que já chegaram ao Estado para a operação.

Os protestos no interior da terra indígena continuam. O município de Normandia (161 km de Boa Vista), que tem parte de seu território dentro da reserva, está isolado após manifestantes queimarem, na madrugada de ontem, uma ponte de acesso, a Conceição do Maú, ela é a principal entrada para Normandia. O protesto, sem autoria conhecida, deixou os cerca de 7.000 habitantes da cidade isolados.

## **Roraima pede a Lula que PF saia de reserva**

**Sexta-feira, 04/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Em carta ao presidente, governador e deputados apelam para que ação policial em área indígena Raposa/Serra do Sol seja suspensa**

**Manifestação em frente à Assembléia Legislativa de Roraima, ontem, contra ação da PF para retirar não-arrozeiros de reserva**

**ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O governador José de Anchieta Júnior (PSDB) e deputados estaduais assinaram ontem, na Assembléia Legislativa de Roraima, uma carta que pede ao presidente Lula a suspensão da Operação Upatakon 3 até que o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifeste sobre a retirada dos arrozeiros da terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste do Estado.

Ao mesmo tempo, lideranças dos arrozeiros mantiveram os bloqueios para impedir a entrada de agentes federais na área.

A operação da Polícia Federal teve início na semana passada e também pretende retirar outros não indígenas que se negam a abandonar a área, homologada em 2005 pelo presidente e onde, de acordo com o decreto de criação, só pode permanecer a população indígena.

**Bloqueios**

As ações para impedir que a PF e outros agentes federais tenham acesso à terra indígena prosseguiram ontem na vila do Surumu. O rio Uraricoera recebeu rondas a cavalo dos manifestantes para impedir o acesso fluvial à região. A única balsa que faz o transporte para o local foi retida. As pistas de pouso de aeronaves foram bloqueadas.

No final de semana, os manifestantes queimaram pontes que servem de ligação terrestre à área indígena.

Um grupo de 40 índios macuxis se uniu aos manifestantes. Eles esperam a chegada de outros 300 macuxis da comunidade do Flechal, também localizada dentro da reserva e que também apóiam os arrozeiros.

O líder da Associação dos Arrozeiros de Roraima, Paulo César Quartiero, disse que uma decisão do STF sobre o caso é a única alternativa para a solução pacífica do conflito.

Quartiero afirma que haverá conflito caso a Polícia Federal decida agir para retirar os arrozeiros da Raposa/Serra do Sol.

**Protesto**

De acordo com a Polícia Militar do Estado, mais de 300 pessoas estiveram presentes em manifestação em Boa Vista contrária à retirada dos não-índios da reserva.

O protesto aconteceu ao mesmo tempo em que era assinada a carta para Lula.

De acordo com a assessoria de imprensa do governo de Roraima, Anchieta Júnior viajou ontem a Brasília com o objetivo de entregar a carta para o ministro Tarso Genro (Justiça). Seis carretas foram colocadas em frente ao prédio da Assembléia Legislativa e atrapalharam o trânsito na capital.

O Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) da Polícia Militar foi chamado, mas ninguém foi preso.

A assessoria da Polícia Federal em Brasília afirma que atualmente a ação dos policiais na região se restringe ao "convencimento" dos moradores que devem ser sair.

No máximo em 30 dias, de acordo com a assessoria, cerca de 500 funcionários federais deverão chegar à Raposa/Serra do Sol para participar da Upatakon 3.

Colaboraram JOÃO CARLOS MAGALHÃES e PABLO SOLANO, da Agência Folha

### **Manifestantes não pagam o almoço e mandam 'pendurar' na conta de Lula**

**Sexta-feira, 04/04/2008**

**Autor: ANDREZZA TRAJANO**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Após os protestos em frente à Assembléia Legislativa de Roraima, mais de cem manifestantes seguiram para um restaurante no centro de Boa Vista e não pagaram o almoço. Eles mandaram colocar na conta do presidente da República os R\$ 2.320 gastos com a refeição.

"Se ele tem R\$ 2 milhões para gastar na Operação Upatakon 3, tem para pagar o nosso almoço", disse a desempregada Maria Patrícia Cunha. Ela afirma ser um absurdo o investimento em uma operação policial no Estado enquanto ela e suas duas filhas passam fome.

Com a mesma justificativa, o também desempregado Ronilson Silva trouxe a mulher e os filhos, que, segundo ele, nunca tinham comido tão bem. "Pela primeira vez, Lula deu para minha família comida e sobremesa. Esse valor, que alimentou mais de cem bocas, o presidente gasta em uma única garrafa de vinho", afirmou.

A Polícia Militar foi chamada. A dívida pelo não pagamento da refeição foi assumida pelo presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Roraima, Faradilson Mesquita, que estava no restaurante, e os manifestantes foram embora.

Do lado de fora da Assembléia, outros manifestantes carregavam faixas e cartazes contrários à retirada dos não-índios e arroteiros da Raposa/ Serra do Sol.

(AT)

### **CONFLITO EM RR: MANIFESTANTES TOMAM FITAS DE REPÓRTERES**

**Sexta-feira, 04/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

Equipe jornalística da TV Ativa, retransmissora da TV Gazeta em Roraima, teve ontem fitas e blocos de anotações roubados por um grupo de manifestantes a favor da permanência dos arroteiros na terra indígena Raposa/ Serra do Sol. Segundo o repórter da TV Johann Barbosa, o roubo aconteceu porque a equipe entrou em uma vila da reserva e entrevistou pessoas ligadas ao CIR (Conselho Indígena de Roraima), que é a favor da expulsão dos não-índios da área.

### **Manifestantes fazem dois reféns em terra indígena de Roraima**

**Quinta-feira, 03/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Moradores de Boa Vista são recrutados para impedir o trabalho da polícia e defender arroteiros e políticos na obstrução aos acessos à Raposa/ Serra do Sol**  
**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**  
**DA AGÊNCIA FOLHA**  
**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

As manifestações de grupos contrários à retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol agravaram-se ontem na área, no nordeste de Roraima. Dois homens foram feitos reféns e ficaram retidos por cerca de duas horas por pessoas contrárias à retirada de não-índios.

Os dois homens disseram a integrantes do grupo que estavam a serviço da CER (Companhia Energética de Roraima). Após a liberação, a CER disse que eles não são funcionários da empresa. Um dos manifestantes afirmou que eles seriam "espiões" da Polícia Federal. A PF nega. Várias manifestações foram feitas desde que começaram a chegar policiais que atuarão na retirada dos não-índios.

Duas pontes foram queimadas na reserva e outras duas estão bloqueadas. O presidente da Associação dos Arroteiros do Estado, Paulo César Quartiero, preso em uma manifestação, foi solto após pagar fiança.

Em 2005, o presidente Lula assinou decreto que deu a posse da terra aos cerca de 15 mil índios que vivem no local. O governo federal determinou a retirada dos não-índios da região.

Moradores da periferia de Boa Vista foram recrutados para defender arroteiros e políticos na obstrução aos acessos à reserva e impedir o trabalho da polícia. Os moradores citam o deputado federal Márcio Junqueira (DEM) e o deputado estadual Ivo Som (PTN) como os apoiadores do recrutamento. Relatam que camionetes passavam pelas ruas de Boa Vista transportando pessoas nas carrocerias. Um deles disse que a população apóia os arroteiros porque eles geram emprego.

Quartiero negou o pagamento a moradores, mas confirmou o recrutamento. A assessoria de Márcio Junqueira disse que ele não poderia comentar o assunto porque estava incomunicável. A reportagem não localizou Ivo Som.

(ANDREZZA TRAJANO, JOSÉ EDUARDO RONDON E KÁTIA BRASIL)

**A TERRA INDÍGENA**

**Quinta-feira, 03/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

A polêmica entorno da Raposa/Serra do Sol

**HOMOLOGAÇÃO**

Em abril de 2005, Lula assinou o decreto homologando de forma contínua a terra indígena

**O QUE DIZ O DECRETO**

O uso e a posse da terra são destinados aos índios que vivem no local; é determinada a retirada da população não-índia da terra

**RETIRADA**

O prazo para a retirada dos não-índios seria de um ano a contar da assinatura do decreto

**Área**

1,7 milhão de hectares

População indígena

Cerca de 15 mil índios, de cinco etnias Macuxi; Uapixana; Ingaricó; Taurepangue; Patamona

**"Conflito é inevitável", afirma arroteiro após deixar a prisão**

**Quarta-feira, 02/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, Paulo César Quartiero, foi solto anteontem pela Polícia Federal e disse que, com a determinação do governo federal de retirar os produtores rurais da terra indígena Raposa/Serra do Sol, "o conflito é inevitável".

"Iremos resistir. O que está se plantando é um conflito. Está sendo fabricado um conflito e vai estourar, não tem como não estourar, inevitavelmente", afirmou, por telefone, após deixar o prédio da PF em Boa Vista.

Quartiero foi preso anteontem no interior da terra indígena por, segundo a PF, desacatar um delegado e tentar obstruir os trabalhos de policiais na área. Ele foi liberado na noite de anteontem, após pagar fiança de R\$ 500.

Desde a semana passada, agentes federais de outros Estados desembarcam em Boa Vista para dar início à retirada dos habitantes não-índios que ainda permanecem no interior da terra indígena.

Ontem, mais uma aeronave com agentes federais chegou ao Estado. Segundo a PF, em torno de 150 homens já estão em Roraima.

Em abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que destinou o uso e a posse da terra (área de 1,7 milhão de hectares no nordeste do Estado) aos cerca de 15 mil índios que vivem no local.

**Polícia prende agricultor em área indígena de Roraima**

**Terça-feira, 01/04/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A Polícia Federal prendeu ontem na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, o presidente da Associação dos Arroteiros do Estado, Paulo César Quartiero. Segundo a PF, ele desacatou policiais e tentou obstruir o trabalho dos agentes federais na região do Surumu, dentro da área indígena.

O clima de violência no interior da Raposa/Serra do Sol recrudesceu após a chegada de reforço de agentes ao Estado, na semana passada, para dar início aos trabalhos de retirada de não-índios da terra.

Anteontem, uma ponte que passa sobre um igarapé na região foi incendiada por homens não identificados. Uma rodovia chegou a ser bloqueada.

Quartiero foi levado para a sede da PF, em Boa Vista. O advogado dele, Luiz Valdemar Albrecht, disse que não tinha detalhes do caso envolvendo seu cliente. "Ele estava por lá [na região do Surumu] e estabeleceu-se um tumulto entre a comunidade e os federais."

Albrecht disse que um filho de Quartiero ficou ferido durante a confusão que culminou com a prisão do arroteiro.

No fim de semana, outro homem foi preso na Raposa/Serra do Sol porque, segundo a PF, tentou atrapalhar o trabalho de policiais na terra indígena.

A PF disse que não divulgará a data do início da retirada dos não-índios da terra indígena. O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse que tentou, sem êxito, negociar a saída dos arroteiros da região. Em 2005, o presidente Lula assinou o decreto destinando a posse de cerca de 1,7 milhão de hectares da Raposa/Serra do Sol aos 15 mil índios que vivem na área. Após o decreto, houve vários protestos de opositores à retirada dos não-índios.

### **Lula promete doar terras da União ao Estado de Roraima em 60 dias**

**Domingo, 23/03/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Governador tucano pede 5 milhões de hectares para 'resolver questão fundiária'**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu ao governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), repassar no prazo de 60 dias terras da União ao governo do Estado. A promessa foi feita por Lula em encontro dos dois em São Paulo: "Ele [Lula] disse que irá resolver a questão fundiária de nosso Estado rapidamente, que irá repassar terras", afirmou o governador no último dia 14.

Anchieta Júnior disse que Lula não declarou o total da área a ser repassada. O governo do Estado pede cerca de 5 milhões de hectares. Hoje, entre os cerca de 22 milhões de hectares de terra de Roraima, o Estado tem a titularidade de aproximadamente 2,2 milhões de hectares, disse o governador.

O assessor especial da Casa Civil da Presidência, José Nagib Lima, confirmou que serão feitas transferências de terras federais ao governo estadual. "Estamos criando as condições para que passemos essas terras para o Estado, seguindo um ritual jurídico e metodológico", disse. Lima é coordenador-executivo de um comitê gestor do governo federal em Roraima.

Entre as terras da União no Estado há áreas de conservação, terras indígenas, áreas do Exército e áreas de assentamento do Incra. Nesse meio tempo, o Planalto tenta colocar fim ao processo de retirada de arroteiros e não-índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol (de 1,7 milhão de hectares).

Uma operação da Polícia Federal para concluir o processo de retirada ainda não tem data definida. O governador teme que possa haver um confronto entre opositores da medida.

Anchieta Júnior não vê a transferência como uma contrapartida da União para que os grupos que não querem deixar a reserva saiam de forma pacífica. "São coisas distintas. De posse das terras transferidas, eu me proponho a deixar os arroteiros escolherem áreas do Estado para levarmos infra-estrutura necessária para que eles continuem seu trabalho."

## **Entidade de Roraima pede à ONU proteção para indígenas**

**Sábado, 19/01/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**JOSÉ EDUARDO RONDON  
DA AGÊNCIA FOLHA**

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) encaminhou à ONU (Organização das Nações Unidas) pedido de proteção à vida de lideranças indígenas da reserva Raposa/ Serra do Sol, área de 1,7 milhão de hectares no Estado.

O documento encaminhado pela ONG ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU pede que "sejam adotadas medidas específicas para proteger a integridade das comunidades indígenas da Raposa/Serra do Sol e o seu direito à terra".

A principal queixa do CIR é que o governo federal ainda não concluiu o processo de homologação da terra, retirando a população não-índia.

Em abril de 2005, o presidente Lula assinou o decreto homologatório da Raposa/ Serra do Sol, destinando exclusivamente aos 15 mil índios que vivem no local a posse e o uso da terra. O governo de Roraima e os arroteiros são contra o decreto.

O coordenador do CIR, Dionito de Souza, disse que a demora do governo para retirar os não-índios fez com que os ânimos se acirrassem: "Nossa paciência está chegando ao limite, já temos pontos de fiscalização dentro da terra indígena para evitar que invasores transitem".

## **Índios bloqueiam rodovias e cobram demarcação de terras**

**Segunda-feira, 14/01/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A7  
DA AGÊNCIA FOLHA**

Índios da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, bloquearam anteontem a interligação das BRs 401 e 433, no município de Normandia (161 km de Boa Vista). Um índio foi preso durante o ato sob acusação de ter ferido um policial com uma flechada.

Segundo Tarcísio Melo, da Polícia Rodoviária Federal, foi mais um protesto pelo cumprimento da demarcação da reserva, feita em 2005. Ele disse que dois carros do Conselho Indígena de Roraima estavam no local apoiando a manifestação. A ONG é contra a permanência de não-índios na reserva.

Nenhum representante do CIR foi localizado ontem para comentar o caso.

## **Polícia Federal conclui retirada de não índios**

**Terça-feira, 16/06/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A9  
DA AGÊNCIA FOLHA**

A Polícia Federal concluiu a retirada dos não índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol (área de 1,7 milhão de hectares em Roraima). Com isso, os índios viram cumprida a reivindicação de cerca de três décadas, que exigia a posse exclusiva da terra.



Cerca de 50 famílias não índias deixaram a reserva desde março, quando o Supremo Tribunal Federal determinou que decisão do governo federal de 2005 que destinava a área só aos índios fosse mantida. "Recebemos as chaves do último morador ontem [anteontem]", disse o superintendente da PF José Maria Fonseca. Ele afirmou que agentes ficarão na área por cerca de 60 dias. "É só o tempo de Funai e Ibama concluírem [procedimentos]."

### **Índios da Raposa negociam parceria com MST**

**Segunda-feira, 04/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Sem-terra propõem aumentar o plantio de arroz, sem a utilização de agrotóxicos, na reserva em Roraima**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL**

Índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima, negociam uma parceria com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para aumentar a produção agrícola da área.

O CIR (Conselho Indígena de Roraima) afirmou que foi procurado por representantes dos sem-terra no final do ano passado, logo após a primeira fase do julgamento no STF (Supremo Tribunal Federal), que confirmou a demarcação contínua da reserva e determinou a saída dos não índios. A operação de retirada começou na semana passada e deve durar 30 dias.

Segundo Dionito de Souza e Djacir Melquior, do CIR, os sem-terra propõem dar assistência técnica gratuita para desenvolver o plantio de arroz orgânico \_sem uso de agrotóxicos e sementes transgênicas.

No mês passado, dois técnicos do MST do Rio Grande do Sul foram até a Raposa, onde avaliaram as condições para desenvolver esse tipo de cultura, já praticada em larga escala pelos sem-terra gaúchos.

Também deram uma espécie de palestra para alunos de uma escola técnica indígena, dentro da reserva, e se ofereceram para doar sementes de arroz. Souza disse serem mil sacas. Melquior falou em 500.

O próximo passo do acordo, cuja data ainda não foi marcada, deve ser a visita de uma comissão de índios a assentamentos. Se as sementes forem doadas, um técnico irá até Roraima para assessorar sua utilização.

Os líderes do CIR disseram que a relação com os sem-terra não será política e que o único objetivo é ajudá-los a desenvolver economicamente a reserva, que tem 1,7 milhão de hectares. "Nunca nos deixamos levar por ninguém", afirmou Souza. "Não estamos dando terra", disse Melquior. A presença do MST em Roraima é pequena.

A capacidade de os cerca de 20 mil índios sobreviverem sozinhos na área foi um dos principais argumentos usados para a permanência dos arroteiros. Eles dizem ser os responsáveis pela renda e infraestrutura do território.

O governador do Estado, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse na semana passada que a região se transformará em um "zoológico humano". Para Paulo César Quartiero, principal líder dos fazendeiros, os índios voltarão à "Idade da Pedra".

Os indígenas discordam e dizem já ter começado um planejamento para se sustentarem e terem lucro com a terra. Para isso apostam na união e em recursos públicos.

Recentemente, criaram uma federação para congregar as principais entidades. Quanto ao dinheiro, afirmam ter obtido a promessa de repasses de R\$ 2,4 milhões, até 2010, por meio do programa Territórios da Cidadania, do governo federal.

### **Sem dinheiro, demitidos ficam em Boa Vista**

**Segunda-feira, 04/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

Demitidos por arroteiros que ocupavam a terra indígena Raposa/Serra do Sol, mais de dez homens de Santa Luzia (300 km de São Luís, MA) se amontoavam em duas pequenas casas na periferia de Boa Vista (RR), esperando terem o dinheiro que pagará a viagem de barco para sua cidade de origem.

Os maranhenses fazem parte da leva de desempregados criada com a operação de retirada de não índios da área. Alguns tiveram seu último dia de trabalho na sexta, quando a retirada começou.

Estavam contratados para plantar e colher o arroz de propriedades de Paulo César Quartiero e da família Faccio, onde também moravam. Recebiam em média dois salários mínimos \_R\$ 930.

"Ah, nem sei mais quantos são. Eles vão chegando. Um diz pro outro que pode ficar, e assim vai", diz Francisco Henrique de Souza, o Cícero, dono de uma das casas.

"Ainda" empregado na fábrica de beneficiamento de grãos de Quartiero, na capital, foi ele quem chamou boa parte dos conterrâneos para Roraima. "O pessoal dizia: "Cícero, quero cinco, quero oito [maranhenses]". E eu conseguia."

Os homens precisam do dinheiro da rescisão contratual para pagar a viagem de barco, que custa R\$ 500 e dura cerca de seis dias. A reportagem conversou com quatro deles. Nenhum vê boas possibilidades na volta para o Maranhão. "Lá não tem nada. É só me chamarem que eu volto", disse João Pereira, 43. (JOÃO CARLOS MAGALHÃES)

### **Índios fazem pressão para acelerar ação de retirada na Raposa**

**Domingo, 03/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Agentes dizem que operação conjunta de PF, Força Nacional e Funai tem de ser cautelosa; permanência de não índios casados com indígenas causa divergência**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL**

Dois dias após o fim do prazo legal (0h de quinta) para a saída dos não índios da Raposa/Serra do Sol, no nordeste de Roraima, indígenas já começam a ficar impacientes com o que consideram lentidão das retiradas.

Membros do CIR (Conselho Indígena de Roraima) se reuniram ontem para pressionar a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança e a Funai (Fundação Nacional do Índio) a acelerar o que chamam de operação de "desintrusão".

Reclamam que, mesmo na vila Surumu, porta de entrada da área, ainda restam mais de dez não índios, mas que são casados com indígenas. Alguns, dizem, participaram de um tiroteio, em maio do ano passado, que terminou com nove membros do conselho feridos.

A Folha viu ao menos um dos detidos à época na vila, a poucos metros de um dos baleados. Não havia nenhum tipo de provocação direta.

Líderes de diferentes regiões da terra tentariam, na noite de ontem, fazer uma nova reunião na Surumu \_que o CIR quer rebatizar de "Comunidade do Barro", seu antigo nome.

Segundo a cúpula da operação que faz a retirada \_que deve ir até o fim deste mês\_, a ação deve ser cautelosa, para evitar conflitos.

Os não índios que restam na área são apoiados pela Sodiur (Sociedade em Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) e muitos são casados com mulheres da organização. Ontem, lideranças da Sodiur e do CIR discutiram na vila. Para Osorito Ulisses, coordenador da Funai na área, a questão deve ser discutida após a operação entre os próprios índios.

### **Líder dos arroteiros resiste à PF e só deixa reserva após mandado**

**Sábado, 02/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Operação de retirada na Raposa/Serra do Sol, que deve continuar por 30 dias, foi pacífica e a maioria dos não índios saiu do local acompanhada por agentes**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA,**

**NA RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

A operação de retirada dos não índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol começou ontem de maneira pacífica, mas com a expulsão do principal líder dos arroteiros da região, Paulo César Quartiero.

Programada para a madrugada, a ação só começou por volta das 9h, quando agentes da Polícia Federal, a FNS (Força Nacional de Segurança), a Funai (Fundação Nacional do Índio) e o Ibama iniciaram a movimentação na vila Surumu.

A despeito das expectativas de prisões e expulsões à força, a maior parte dos não índios saiu apenas acompanhada pelos agentes. Eram, basicamente, funcionários das fazendas. A PF disse que evitará conflitos.

Em ao menos uma delas, da família Faccio, os proprietários conseguiram negociar com a cúpula da operação para que a colheita dos grãos e a retirada de máquinas agrícolas fossem estendidas até o final da tarde.

Segundo decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), o prazo máximo para essa saída era até a 0h de ontem. Em março, o tribunal confirmou a demarcação contínua da Raposa/Serra do Sol.

Até a conclusão desta edição, não havia um número exato das pessoas que saíram escoltadas pelos agentes. Apenas em uma das propriedades dos Faccio havia 30 pessoas na noite de anteontem, colhendo o arroz.

Funcionários de ao menos quatro fazendas foram levados para fora da reserva ontem. Além de outra dos Faccio, uma de Quartiero e outra pequena propriedade, na qual ainda havia 250 cabeças de gado \_que foram retiradas por um caminhão alugado pela Funai.

José Maria Fonseca, superintendente da PF em Roraima, disse que o dia foi "tranquilo".

Em relação a Quartiero, ele cumpriu sua promessa de resistir e foi encontrado pelos policiais por volta das 10h em outra de suas fazendas, já vazia, chamada Providência. Estava só.

Passara a noite no local, retirando partes dos destroços da sede da propriedade, que ele mesmo mandou destruir. Esperou 16 horas para sair, porque disse que só o faria com uma ordem judicial.

Como os primeiros agentes da PF que chegaram não tinham o documento, resolveram chamar o presidente do TRF da 1ª Região, Jirair Meguerian, que está na reserva para ajudar na ação.

O magistrado chegou no final da tarde e redigiu à mão, em uma folha em branco, debaixo de uma mangueira, um "mandado de desocupação", no qual ordenava que o fazendeiro saísse imediatamente, o que Quartiero, depois de discutir e voltar a criticar o governo federal, acabou fazendo.

"Estar escrevendo debaixo de um pé de mangueira é muito amadorismo. Só em Roraima mesmo", ironizou Quartiero.

Ele passou dez anos tentando na Justiça continuar na Raposa/Serra do Sol.

Quartiero não foi algemado. Até onde a Folha o acompanhou, voltava a pé pela estrada de terra, a mais de 50 km de qualquer saída da reserva. "Estou esperando uma carona", disse. A operação deve continuar pelos próximos 30 dias.

## **Índios rivais já discutem 'herança' na Raposa**

**Sexta-feira, 01/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Disputa por construções abandonadas por arroteiros na reserva acirra as divergências entre grupos de indígenas em RR**

**Representantes do CIR e da Sodiur dizem que diferenças entre as entidades devem aumentar após a retirada completa dos não índios**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

No último dia do prazo legal para a saída dos não índios da reserva Raposa/Serra do Sol, indígenas de entidades rivais já discutiam ontem a "herança" de quem deixou a área.

Construções abandonadas na vila Surumu (porta de entrada da terra indígena) estão sendo ocupadas por índios da Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima), que apoiou a permanência dos arroteiros.

O problema é que, para lideranças do CIR (Conselho Indígena de Roraima), organização a favor da saída dos não índios, as chaves dos imóveis deveriam ser dadas à Funai (Fundação Nacional do Índio), que depois decidiria o que fazer com eles.

"Estamos fazendo isso porque eles [CIR] querem abarcar tudo", disse o índio macuxi Edinilson Albuquerque, da Sodiur.

Cristóvão Galvão, um dos líderes do CIR na região, disse que fará apenas o que mandar a Justiça. Para ele, "esse discurso de derramamento de sangue" é exclusivo dos que foram derrotados pela decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de manter a demarcação contínua da reserva, que ocupa 7% do Estado (1,7 milhão de hectares).

Ambos disseram que as diferenças entre as entidades devem aumentar após a retirada completa dos não índios.

Terra arrasada

Outra disputa deve envolver a ocupação das ao menos oito fazendas de arroz, propícias para plantações e criação de animais. Nas propriedades, não restou muito para ser usado. Os arroteiros as tornaram "terra arrasada" antes de sair.

Paulo César Quartiero, líder dos produtores, tirou quase tudo de sua fazenda. Depois, usou máquinas para derrubar até as construções de alvenaria.

Ontem, o tráfego de caminhões que saíam das propriedades era intenso. Tentavam levar tudo o que podiam até a 0h de hoje, quando vencia o prazo para a saída voluntária.

Os poucos expulsos que ainda restavam na vila ontem esperavam os caminhões cedidos pelo governo estadual para levar os bens. Segundo afirmaram, eles somavam menos de dez famílias. As que não conseguirem sair no prazo não devem resistir à retirada. Mas há outras no interior da reserva, que podem insistir em ficar.

Já os índios não demonstravam estar na reta final de um conflito que, dizem eles, durou 38 anos e lhes custou 22 vidas. Na escola e nas casas, não havia sinais de festa.

A tranquilidade na vila só foi quebrada pela chegada do presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, Jirair Meguerian, e de um ônibus com 50 agentes da FNS (Força Nacional de Segurança).

A FNS, junto à Polícia Federal e à Funai, começaria a operação de retirada de quem insistir em ficar na área a partir da madrugada de hoje. A ação pode durar até um mês e será realizada por mais de 500 funcionários federais.

Meguerian pediu aos índios que não tentem expulsar aqueles que não saírem após o final do prazo. A ordem é para que apenas a PF faça isso.

## **Guiana convida arroteiros que ocupavam a reserva indígena a plantarem no país Sexta-feira, 01/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Os cinco arroteiros que ocupavam até ontem a Raposa/ Serra do Sol, em Roraima, foram convidados pelo governo da Guiana, que faz fronteira com o Brasil e com a terra indígena, a plantarem no país.

No início desta semana, em Boa Vista, os produtores se reuniram com Robert Persaud, ministro da Agricultura da Guiana. Ele se comprometeu a ajudá-los com tudo, como logística e infraestrutura, mas há condicionantes: 85% da força de trabalho deverá ser guianense e a terra não será dos arroteiros. Haverá cessão de uso do solo, por até 25 anos, renováveis pelo mesmo prazo.

A Embaixada da Guiana em Brasília disse desconhecer a informação. Os rizicultores, que ainda não decidiram sobre a proposta, vão visitar o país nos próximos dias.

O interesse da Guiana pelo arroz de Roraima não é recente. Os primeiros contatos ocorreram em 2005, quando a reserva foi homologada pelo presidente Lula. Na época, a conversa não prosperou, sendo retomada agora.

Segundo Nelson Itikawa, um dos cinco arroteiros que estavam na Raposa e presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, o governo da Guiana ofereceu duas possibilidades de área para eles se instalarem.

Uma é na cidade de Lethem, vizinha da brasileira Bonfim, em Roraima. O local seria melhor pela proximidade com Boa Vista (pouco mais de 140 km), onde os fazendeiros têm empresas de processamento de arroz e pelo fato da cidade ser cortada pelo rio Tacutu, o que favorece o plantio.

O outro local é na região de Georgetown, capital do país, que possui porto, de onde a produção pode ser escoada para outros países. Mas os custos da mudança para lá seriam maiores.

(LUCAS FERRAZ)

### **Arrozeiros protestam em Boa Vista**

**Sexta-feira, 01/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

No dia em que venceu o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para que os não índios deixassem a terra indígena Raposa/Serra do Sol, produtores rurais e moradores que saíram da reserva fizeram uma manifestação pelas ruas de Boa Vista. O protesto continuava na noite de ontem.

Com tratores, caminhões e máquinas agrícolas, os manifestantes percorreram ruas da capital. A concentração foi em frente ao palácio do governo. Lá, fizeram discursos contra o governo federal, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e ONGs como o CIR (Conselho Indígena de Roraima).

A Polícia Militar estimou em 120 o número de manifestantes. O líder dos arrozeiros e ex-prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), afirmou que "ao menos mil pessoas" estavam na praça no início da noite.

Enquanto protestam e aguardam a operação da retirada da reserva (o prazo para sair vence à 0h de hoje), os arrozeiros continuam transferindo tratores e outros equipamentos que tinham dentro da área para Boa Vista. O pátio da empresa de Quartiero está lotado há dias.

Para o secretário de comunicação de Roraima, Rui Figueiredo, o destino dos que deixam a área é um problema. "O que essas famílias farão em Boa Vista? Esse é o grande problema. Não sabem para onde vão. A decisão do governo federal não levou em conta que previamente se resolvesse isso."

O governo de Roraima, sob o comando do tucano José de Anchieta Júnior, sempre foi contrário ao governo federal, reivindicando que a reserva não fosse demarcada de forma contínua, como ocorreu.

Os não índios, afirma Figueiredo, terão prioridade para serem reassentados em terras transferidas da União para o Estado.

Em janeiro, o presidente Lula assinou uma medida provisória transferindo 6 milhões de hectares de terras da União para Roraima. Entretanto, uma estimativa do governo do Estado aponta que cerca de 80% da área doada já esteja ocupada.

(JOSÉ EDUARDO RONDON)

### **Homem casado com índia se prepara para morar em Boa Vista**

**Sexta-feira, 01/05/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**DA AGÊNCIA FOLHA, NA RAPOSA/SERRA DO SOL (RR)**

José Costa de Albuquerque, 78, mora há 60 anos na vila Surumu, na terra indígena Raposa/Serra do Sol. Chegou à região após se casar com uma índia da etnia macuxi,

Maria Hilda Barroso de Albuquerque, 64. Nas poucas ruas de terra da vila, criou cinco filhos. Ontem, se preparava para ir embora.

"Quem ajudou a fazer tudo isso aqui foram os fazendeiros. Quando cheguei, não tinha índio. Eles ficavam para lá", afirmou, apontando para dentro da floresta, nos fundos de sua casa de alvenaria.

Seu Zelão, como é conhecido Albuquerque, um dos homens mais velhos do local, não é rizicultor ou proprietário rural. Faz parte da população de não índios que trabalhava nas fazendas do local. "Sempre cuidei de gado."

Hoje, com mal de Parkinson e aposentado pelo INSS, vive com "uns R\$ 300" por mês. "Agora, vou comer e dormir. Só." Ele vai morar com um filho, em Boa Vista.

A maior parte desses empregados das fazendas já saiu. Mas a situação de Zelão tem uma peculiaridade, a de ser casado com uma índia.

Para membros do CIR (Conselho Indígena de Roraima), mulher e filhos podem ficar, mas é preciso que pessoas como ele saiam, por uma questão de segurança.

Argumentam que, se ficarem, podem repassar informações a não índios dispostos a invadir de novo a reserva. A mulher de Zelão deve acompanhá-lo. O casal receberá uma indenização de cerca de R\$ 20 mil pela casa.

### **Juiz vai acompanhar saída de não índios da Raposa**

**Quinta-feira, 30/04/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Magistrado poderá autorizar eventual pedido de prisão de quem descumprir ordem do STF**

**Líder dos arroteiros afirma que só sai da terra indígena com uma ordem judicial; PF comandará a operação ao lado do presidente do TRF-1**

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM BOA VISTA**

O presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), Jirair Meguerian, vai acompanhar, em Pacaraima (RR), a saída de não índios da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Hoje termina o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para que arroteiros e não índios deixem a reserva.

Segundo a Polícia Federal, Meguerian pode até analisar pedidos de prisão contra quem desrespeitar a ordem de saída do local. O plano é agilizar o processo de retirada. Responsável pela operação de saída dos não índios, a PF diz que, se for necessário, mandará pedidos de prisão ao juiz, que imediatamente irá analisar os casos. O presidente do TRF deve ficar no Estado até o dia 8.

Em março, o Supremo confirmou a decisão do governo federal que, em 2005, homologou a reserva indígena de forma contínua \_sem permitir dentro dela terras de não índios. O delegado José Maria Fonseca, da PF de Roraima, afirmou que "tudo será feito com critério". "Mas, se necessário, haverá uso da força policial", disse ele.

O líder dos arroteiros que permanecem na terra indígena, Paulo César Quartiero, declarou que não haverá resistência armada, mas ele afirmou que vai ficar em sua propriedade amanhã e só vai sair quando receber uma ordem judicial.

Ontem, Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima, disse que recebeu uma oferta para plantar arroz na Guiana. Durante a tarde, caminhões vindos da Raposa/Serra do Sol com pertences do arroteiro continuavam a chegar à fábrica de beneficiamento de arroz do

produtor em Boa Vista. O pátio já estava repleto de maquinário trazido de sua fazenda na terra indígena.

Quartiero afirmou que ainda há muitos não índios na Raposa/Serra do Sol porque eles não receberam nenhum tipo de auxílio do governo federal para deixar a área.

Na sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Boa Vista, o funcionário de uma transportadora tentava ontem obter uma verba prometida para custear a retirada de não índios da terra indígena. A direção da Funai no Estado afirmou que não poderia conversar com a reportagem da Folha.

A Polícia Federal e os arrozeiros disseram que o clima era de tranquilidade ontem na vila Surumu, na entrada da Raposa/Serra do Sol.

### **Arrozeiro pede mais prazo para deixar reserva em RR**

**Domingo, 26/04/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A15**

**Quinta-feira é a data limite dada pelo Supremo para que não índios saiam da Raposa; Polícia Federal diz que retirada será pacífica**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Apesar do tráfego de caminhões carregados com tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas ter se tornado intenso nos últimos dias na terra indígena Raposa/Serra do Sol, Paulo César Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima (RR) e rizicultor, diz ser impossível retirar tudo de lá antes de quinta. "Quero ao menos 45 dias."

Quinta-feira é quando vence o prazo dado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a não índios e produtores rurais \_arrozeiros\_ para deixar o território. Em março deste ano, a corte confirmou o teor da decisão do governo federal que, em 2005, homologou como contínua a terra indígena.

Lá, vivem cerca de 18 mil índios, de cinco etnias: macuxi, uapixana, taurepangue, ingaricó e patamona. Essas etnias reivindicavam a transformação da área em território indígena havia cerca de 30 anos.

"Já fizemos mais de cem viagens de caminhões da fazenda para Boa Vista", diz Quartiero sobre percurso que pode chegar a mais de 200 km. O fazendeiro, que chegou a ser preso no ano passado após conflito entre funcionários de sua fazenda e índios, diz que máquinas e insumos transferidos lotam o terreno de sua empresa, na capital.

Ele afirma também que "quer tirar tudo que puder" do interior da reserva. "Vou levar azulejos, piso, telhado."

A reportagem ouviu outros dois de cinco produtores de arroz que têm propriedade no interior da terra indígena. Eles dizem que todas as despesas com a operação de retirada estão sendo custeadas pelo grupo, "sem ajuda nenhuma do governo federal". Mas evitam falar no valor gasto.

O rizicultor Ivo Barili, por exemplo, alugou um terreno em Boa Vista para guardar o maquinário retirado. Afirma que ele e seus colegas, que plantavam arroz na Raposa, se tornaram "sem-terra". "Está tudo jogado no tempo lá no terreno. Vai apodrecer. Vou entrar para o movimento dos sem-terra e acampar em algum lugar."

Barili reclama que ainda não foram identificadas áreas para que os rizicultores sejam reassentados. Além disso, o valor da indenização que eles podem receber pelas



benfeitorias em suas propriedades só deve ser resolvido após a retirada da população não índia do local.

Outro arroteiro ouvido pela Folha, Ivalcir Centenaro conta que está usando a área de sua usina de beneficiamento de arroz, em Boa Vista, como depósito. Lá "tem de tudo", diz ele, de ferro, insumos a máquinas.

Mas não são apenas equipamentos que ainda precisam de destino. Os arroteiros dizem que, juntos, têm ao menos 5.000 cabeças de gado na região. Até agora, não sabem o que fazer com os animais. Também dizem que ainda falta colher parte do arroz plantado.

A expectativa da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança, que estão na terra indígena, é que a retirada termine de forma pacífica.

Após a saída dos não índios, a próxima pendência a ser resolvida é a convivência entre grupos de índios rivais. Desde o processo de homologação, indígenas ligados ao CIR (Conselho Indígena de Roraima) defendiam que só índios ficassem na área. Já a Sodiur (Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima) apoiava a permanência de não índios.

### **Exército vai instalar pelotão em reserva, afirma general**

**Quinta-feira, 02/04/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

Um dos críticos da demarcação contínua da terra indígena Raposa/Serra do Sol, general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, disse ontem que o Exército vai instalar um PEF (Pelotão Especial de Fronteira) na reserva antes de 2021.

O pelotão ficará na região da Serra do Sol, onde vive a etnia ingaricó, entre o Parque Nacional Monte Roraima e a serra do Parima, na fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana. "É área de trânsito, há etnias com representantes dos dois lados. É uma área que é importante ser controlada em termos de circulação", disse o general.

No dia 19, o STF manteve a demarcação contínua e determinou a saída de não índios e definiu 19 condições. O prazo para a desocupação é o dia 30 deste mês.

No que diz respeito à construção de unidades do Exército ficou determinado que "o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da Política de Defesa Nacional, à instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções". O custo de uma unidade fica entre R\$ 25 milhões a R\$ 40 milhões.

### **Arroteiros têm prazo até 30 de abril para deixar reserva**

**Quinta-feira, 26/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**Data foi definida após reunião do STF com integrantes do governo federal e da PF  
Plantação na Raposa ficará a cargo da União; rizicultores poderão pedir, se  
provarem que agiram de 'boa-fé', indenização pela colheita**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Os não índios presentes na terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, deverão sair da área até o dia 30 de abril, sob o risco de serem retirados à força pela Polícia Federal e pela Força Nacional de Segurança. Os arroteiros não poderão colher o que já está

plantado, mas receberão, se ficar comprovado que agiram de "boa-fé", indenização pela colheita perdida.

A definição da data da retirada ocorreu depois de uma reunião ontem no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto \_com a participação do ministro Tarso Genro (Justiça), do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, do presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, Jirair Meguerian, e do diretor-geral da PF, Luiz Fernando Corrêa \_ para definir como executar a decisão do STF sobre a Raposa.

A Corte confirmou na semana passada a demarcação contínua da área, o que implica a saída dos não índios da região. "A desocupação já começou. Admitimos, porém, que os ocupantes atuais da área precisam de um tempo para remover equipamentos e desocupar o gado", disse Britto, que definiu o prazo de retirada.

Ficou acertado que o governo federal será o responsável por custear toda a logística de retirada, o que inclui desde panelas para as refeições, barracas, veículos e motoristas. Ainda não há custo estimado.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) ficará responsável por encontrar no Estado um local para levar gado e pertences dos arroteiros. O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), que pediu que os produtores só deixem a área após colher o arroz, disse que vai cooperar. Ele colocou as forças policiais do Estado à disposição do governo federal.

Britto decidiu que o arroz já plantado ficará sob a responsabilidade do governo federal. A colheita tem início em maio.

A PF e a Força Nacional de Segurança vão começar na semana que vem a visitar as propriedades de não índios. Mais de 300 homens devem ir para a região no próximo mês. Sobre as indenizações pelo prejuízo da colheita, Toffoli disse que o governo deverá analisar individualmente a situação dos produtores. A questão, polêmica, deve acabar sendo resolvida nos tribunais, porque os rizicultores reivindicam R\$ 80 milhões de indenização por todas as benfeitorias \_a Funai disponibilizou R\$ 12 milhões.

(FELIPE SELIGMAN E LUCAS FERRAZ)

### **Ibama multa fazendas da área em R\$ 42 milhões**

**Quinta-feira, 26/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A12**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Três fazendas na reserva Raposa/Serra do Sol (RR) serão autuadas por explorar áreas não licenciadas e de proteção ambiental. O Ibama detectou 8.578 hectares de terras usadas ilegalmente por arroteiros. A multa será de ao menos R\$ 42 milhões.

A fazenda Providência, de Paulo César Quartiero, um dos principais líderes dos arroteiros, receberá a maior multa \_de no mínimo R\$ 21 milhões\_, por degradar área sem licença, de reserva ambiental e de proteção permanente. Quartiero responde a mais oito processos referentes a desmatamento.

As duas outras fazendas em que o Ibama detectou irregularidades são a Canadá e a Tatu. Ivo Barili, proprietário da Tatu, cuja multa está avaliada em, no mínimo, R\$ 3,5 milhões, disse que só plantou em área licenciada e deve recorrer. "A única saída que tem agora é me prenderem, para eu comer às custas do governo", disse ele.

O dono da Canadá, Genor Luiz Faccio, e Quartiero não foram encontrados para comentar o parecer.

### **Procurador-geral questiona STF no julgamento da Raposa**

**Sábado, 21/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Corte não respeitou a separação de Poderes, diz Antonio Fernando em texto ao tribunal**

**Documento, que contesta as 19 condições impostas para manter a demarcação, foi enviado dois dias antes da retomada do julgamento**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Em documento enviado aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) dois dias antes da retomada do julgamento sobre a reserva Raposa/Serra do Sol, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, contestou a atuação do tribunal no caso ao afirmar que o STF não ouviu a sociedade e extrapolou suas funções ao criar 19 condições para manter a área de forma contínua.

Para o procurador-geral, o Supremo não respeitou a separação entre os Poderes e tratou o direito dos índios de forma "amesquinhada". Suas observações acabaram sendo ignoradas no julgamento.

"Os princípios do Estado democrático de Direito e da separação de Poder impõem limites para esta atividade normativa do STF que, ao ver do Ministério Público, foram ultrapassados no caso", afirma o memorial obtido pela Folha.

"Sem nenhuma discussão prévia na sociedade, simplesmente foi proposta a edição de comandos gerais e abstratos, em tema extremamente complexo e de enorme relevância social e jurídica", completa.

Segundo ele, caberia ao Congresso definir condições impostas pelo STF. "Cabe ao legislador, devidamente legitimado pelo voto popular, a prerrogativa constitucional de expedir normas gerais e abstratas de conduta."

O procurador pediu, no documento, que todas as condições fossem rejeitadas, criticando nove delas. Como o seu pedido não foi acatado, fica praticamente inviável para Antonio Fernando recorrer da decisão. A única possibilidade seria entrar com o chamado "embargo de declaração" e alegar que existe algum tipo de omissão, contradição ou obscuridade no que foi decidido.

Na decisão da quinta, o Supremo confirmou que a demarcação da Raposa deve ser contínua, com a retirada dos não índios presentes na reserva. Nisso, Antonio Fernando está de acordo. O problema para ele são as condições sistematizadas por Carlos Alberto Direito.

Anteontem, o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, disse que as ressalvas deverão servir como "estatuto da demarcação de terras indígenas".

Entre elas está, por exemplo, a limitação da entrada de índios na terra indígena, que deverão seguir regras estabelecidas pelo Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Também ficou definido que o usufruto da terra pelos índios não abrange os seguintes pontos: a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos \_que dependerá

sempre da autorização do Congresso\_ e a garimpagem. E que o uso fica condicionado ao "interesse da política de defesa nacional".

Quase todas as ressalvas já estavam presentes no voto do relator, Carlos Ayres Britto. Para Antonio Fernando, a forma como as condições foram colocadas atribuiu ao direito dos índios "manifesta posição de inferioridade".

### **'Acabou a farra da Funai', diz governador**

**Sábado, 21/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

Mesmo se dizendo contrariado com a decisão do STF que determinou a saída dos não índios da Raposa/Serra do Sol, o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), elogiou o fato de a corte ter estabelecido que Estados e municípios participem de todas as etapas do processo de demarcação de uma terra indígena e fez críticas à Funai (Fundação Nacional do Índio).

"Acabou a farra do boi, de a Funai escolher e demarcar de forma aleatória qualquer área que pretender. Agora, a Funai não vai poder decidir monocraticamente sobre demarcações". Ele classificou de "equivocada" a demarcação contínua da reserva.

Semana que vem deve ser anunciado o prazo para que os arroteiros saiam da área. A Funai, via assessoria, disse que "tem total tranquilidade em relação ao trabalho realizado na identificação e demarcação de terras indígenas".

Em clima de trégua, a Polícia Federal e a Força Nacional de Segurança deixaram a reserva ontem.

### **Supremo aprova retirada de não índios de reserva em RR**

**Sexta-feira, 20/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Desocupação da Raposa será em 'curto' período, diz relator, que deve decidir prazo hoje**

**Decisão pela demarcação contínua baliza outros 22 processos que tramitam no STF sobre demarcação de terras indígenas no país**

**FELIPE SELIGMAN**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) confirmaram ontem, por 10 votos a 1, que a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, deve ser contínua, com a consequente saída dos não índios da área. Apesar de o Supremo ter declarado que o cumprimento da decisão será "imediato", ficará a cargo do relator da ação, Carlos Ayres Britto, definir os prazos para a retirada dos arroteiros.

Considerada histórica pelos próprios ministros, a decisão põe fim a uma polêmica iniciada durante o governo FHC (1994-2002), quando a área foi demarcada. A reivindicação dos índios, do uso exclusivo da terra, durava há quase 30 anos.

A saída dos não índios não deverá ser imediata, apesar de Britto ter dito que a medida será "a curto prazo". Durante o julgamento, ele chegou a propor 15 dias. Ele disse que pretende definir a data ainda hoje, após falar com o ministro Tarso Genro (Justiça) e o presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região) \_que tem jurisdição em vários Estados, entre eles Roraima. Ficará a cargo da Justiça Federal, sob supervisão de Britto, monitorar o cumprimento da decisão.

Não se sabe o número exato de não índios na reserva. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), responsável por reassentar as famílias em outro local, afirma que já foram removidas 264 famílias, das quais 105 foram reassentadas. Restariam 47.

A Fundação Nacional do Índio, que cuida das indenizações, afirma que 285 propriedades já foram restituídas. O órgão diz que a mesma família pode ser dona de uma ou mais propriedades. Os rizicultores, no entanto, são cinco, donos de seis fazendas que ocupam 1,5% da reserva, localizada na fronteira entre Venezuela e Guiana.

O julgamento sobre a demarcação da Raposa começou em agosto de 2008, quando foi interrompido pelo ministro Carlos Alberto Direito. Na ocasião, o relator propôs manter a demarcação, conforme decreto do presidente Lula de 2005.

Ao retomar o debate, em dezembro, Direito acompanhou Britto, mas apresentou 18 condicionantes que deverão ser observadas em Roraima e demais reservas indígenas.

Ontem, o ministro propôs outra condição, acatada pelos colegas: que Estados e municípios envolvidos sejam ouvidos durante o processo de demarcação. Até então, segundo o ministro Gilmar Mendes, eles eram ouvidos só uma vez. O TRF-1 terá de averiguar o cumprimento das condições.

Esses pontos devem ser observados pelo governo para demais processos de demarcação \_ há outras 22 ações sobre o tema que tramitam no STF.

O presidente da Funai, Márcio Meira, comemorou a decisão, "histórica", segundo ele, e uma vitória dos índios do país.

Um dos líderes dos rizicultores, Paulo César Quartiero disse estar "desnorteado". "Acabaram com a possibilidade de Roraima ser produtiva." Segundo ele, ficou inviável produzir no Estado. "Só se for no céu. Teríamos de fazer um segundo piso, o primeiro já foi."

## **COMO FICA A RAPOSA**

**Sexta-feira, 20/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

O que muda na reserva com a decisão do STF

### **FIM DO JULGAMENTO**

Resultado Corte decide pela demarcação contínua da terra indígena e retirada de não índios do local. Apenas 1 dos 11 ministros foi contra

Decisão do STF pode interferir em outros 22 processos sobre demarcação de territórios indígenas no país

### **CRITÉRIOS PARA DESOCUPAÇÃO**

Quando Saída de não índios deverá ser imediata. Segundo Funai, cerca de 285 famílias já deixaram a região. Não há um número exato de quantos habitantes não índios ainda estão no local

Quem Relator Ayres Britto, do STF, ainda definirá a data de retirada dos arroteiros, com auxílio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Outras definições Indígenas terão de cumprir 19 condições aprovadas pelo tribunal, como o impedimento para exploração de minerais e a liberação para a entrada de forças de segurança na região a qualquer hora

**A RESERVA**

1,7 milhão de hectares, ou 12 vezes o tamanho da cidade de SP

18 mil

1,5% dos habitantes são arroteiros

**CULTIVO DE ARROZ**

70% da produção do Estado está concentrada na área

106 mil toneladas são produzidas na Raposa. No Brasil, são 11,04 milhões de toneladas

Fontes: IBGE, Funai, Incra, Associação dos Arroteiros de Roraima, Ministério da Agricultura

### **Arroteiros se negam a deixar reserva indígena**

**Sexta-feira, 20/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM MANAUS**

Poucos minutos depois de o STF (Supremo Tribunal Federal) decidir pela demarcação contínua da terra indígena Raposa/ Serra do Sol, dois arroteiros ouvidos pela Folha afirmaram que não irão aceitar pacificamente a determinação de retirada dos não índios da área.

"Daqui a três, quatro dias você vai ver todo mundo na cadeia. Vamos ser alimentados pelo governo federal." Dessa forma reagiu o produtor rural Ivo Barili ao ser questionado sobre como avaliava a decisão do STF.

"Ou vai para a cadeia ou vai morto. Eu estou em plena colheita. Tenho cerca de 20 mil sacas de arroz lá dentro [na terra indígena]. Vou sair correndo?", questionou o produtor.

O rizicultor Ivalcir Centenaro disse que quer deixar a área só após colher os "cerca de 600 hectares" da lavoura que tem plantado. Indagado se reagiria caso tentem retirá-lo antes disso, respondeu: "Vou meter bala".

(JOSÉ EDUARDO RONDON e KÁTIA BRASIL)

### **Demarcação é 'muito séria' para a Funai, diz Mendes**

**Quinta-feira, 19/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

## **STF retoma julgamento e Marco Aurélio Mello vota contra a saída dos não índios de reserva**

**Com placar de 9 votos a 1 favoráveis à demarcação contínua da Raposa, sessão continua hoje, com voto do presidente da corte**

**FELIPE SELIGMAN**

**LUCAS FERRAZ**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, fez ontem, na retomada do julgamento da Raposa/ Serra do Sol (Roraima) um ataque ao trabalho da Fundação Nacional do Índio ao dizer que "o processo de demarcação é muito sério para ser tratado pela Funai".

O julgamento foi retomado ontem, mas não terminou e continuará hoje. Votaram Marco Aurélio Mello e Celso de Mello que deixaram o resultado parcial em 9 a 1 pela demarcação contínua e retirada dos não índios da região, posição defendida pelo relator da ação, ministro Carlos Ayres Britto.

Falta ainda o voto de Mendes. Marco Aurélio foi o único a votar pela presença de arroteiros na área dos não índios.

O presidente da Funai, Márcio Meira, que acompanhava a sessão do plenário, disse que discordava da posição de Mendes. "A Funai tem responsabilidades sérias. Prova disso é o resultado do processo de demarcação de terras no Brasil nos últimos 40 anos, inclusive a Raposa, consagrada pelo Supremo até o momento."

O STF ainda precisará discutir como tornar prática a decisão sobre a demarcação. O caso da Raposa está sendo analisado pela Justiça desde março de 2008, quando o STF suspendeu a ação da Polícia Federal para retirar fazendeiros da área.

A tensão causada pela presença de não índios na Raposa, que tem superfície de 1,7 milhão de hectares, data pelo menos dos anos de 1970, época em que a ditadura militar empreendeu política de ocupação do norte do país. Alguns dos arroteiros presentes na área (restaram atualmente cinco) dizem ter chegado lá naquele período.

Demarcada em 1998, durante o governo FHC (1994-2002), a reserva foi homologada por decreto do presidente Lula em 2005. O caso divide governo federal, governo de Roraima, igreja, índios e ONGs (organizações não governamentais).

Marco Aurélio, responsável pelo pedido de vista que suspendeu a última sessão, em dezembro, propôs a nulidade do processo demarcatório, alegando que ele contém vícios, e sugeriu uma nova elaboração, levando em conta os interesses do Estado, dos três municípios existentes no interior da reserva, dos rizicultores e dos demais não índios.

Após o voto de Marco Aurélio, Ayres Britto pediu a palavra e rebateu argumentos sobre vícios no processo, protagonizando um desentendimento com o colega. Ao ouvir o relator, Marco Aurélio afirmou: "Respeito o voto alheio e não penso que seja adequado fazer críticas ao voto do colega".

Depois de Marco Aurélio, o ministro Celso de Mello acompanhou a posição do relator.

A maioria dos ministros também concorda com a proposta do ministro Carlos Alberto Direito, que sugeriu a criação de 18 condições para manter a reserva como ela foi definida \_esses pontos também serão discutidos na retomada do julgamento hoje.

## **RORAIMA: NA RESERVA, ÍNDIOS DE UM LADO E DE OUTRO ACOMPANHAM A SESSÃO**

**Quinta-feira, 19/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

Separados por uma rua da vila Surumu, na Raposa/Serra do Sol, índios acompanharam o julgamento no STF. Os contrários assistiam ao processo pela TV. Já os favoráveis não tinham sequer rádio. Dependiam de telefonemas para um orelhão próximo a líderes que estavam em Boa Vista. A falta de verba para deslocamentos reduziu o número previsto de participantes no ato, de 1.500 para menos de 450 índios.

## **Após decisão do STF, Raposa terá batalha por indenização**

**Quarta-feira, 18/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Julgamento de hoje define se não índios ficam na área; arrozeiros pedem R\$ 80 mi para sair**

**Até agora, R\$ 12 mi foram disponibilizados pela Funai, responsável por pagar as reparações; valor é 'ridículo', afirmam proprietários**

**LUCAS FERRAZ**

**FELIPE SELIGMAN**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Terminado o julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol (RR), previsto para hoje no STF (Supremo Tribunal Federal), uma nova batalha vai começar nos tribunais, desta vez sobre o valor das indenizações que serão destinadas aos arrozeiros.

O tribunal deve confirmar hoje a demarcação contínua da área e a saída de todos os não índios da reserva.

Os cinco produtores de arroz que possuem propriedades dentro da terra indígena reivindicam reparação econômica de cerca de R\$ 80 milhões para deixar o local.

A Funai (Fundação Nacional do Índio), responsável pelo pagamento das indenizações, contudo, disponibilizou até o momento R\$ 12 milhões \_sendo que, desse montante, R\$ 5 milhões estão depositados em juízo, segundo o órgão, destinados aos rizicultores e demais proprietários que não aceitam o valor, considerado por eles como "ridículo".

**Conflito**

Homologada em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Raposa/Serra do Sol, no extremo norte de Roraima, nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana, é habitada por cerca de 18 mil índios de cinco diferentes etnias.

A reserva, de 1,7 milhão de hectares, tem superfície suficiente para agrupar 11 cidades de São Paulo. A decisão sobre a demarcação tornou a reserva um foco de conflito e tensão envolvendo governo federal, governo estadual, igreja, indígenas e ONGs (organizações não governamentais).

Encerrada essa questão no Supremo, começará a batalha pelas indenizações: para os rizicultores, a ocupação da área foi legal e as benfeitorias nas fazendas foram muitas.



Algumas das propriedades têm até hangar para abastecer monomotores. Para a Funai, no entanto, os fazendeiros não poderiam estar na área e, por isso, o órgão não pretende levar em consideração as benfeitorias no cálculo das indenizações.

A Funai iniciou as reparações em 2002. Até agora, foram indenizadas 285 propriedades de não índios dentro da Raposa \_há em andamento 24 processos (com documentos pendentes) que resultam em indenizações de R\$ 327 mil.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), afirmou que vai ajudar a realocar os fazendeiros. O cultivo de arroz responde por 6% da economia de Roraima.

Ontem, índios que defendem a demarcação contínua fizeram protesto em frente ao STF.

Supremo

No STF, já existem oito votos pela demarcação contínua e a consequente retirada dos não índios da região. Hoje o ministro Marco Aurélio Mello apresenta seu voto, que deve ser contrário à demarcação contínua. Mello deve questionar o nível de "aculturação" dos índios, alegando que eles já vivem sob forte influência da cultura dos não indígenas.

O ministro também deve definir o ano de 1988 (da promulgação da Constituição) o marco temporal a ser considerado para verificar a presença dos fazendeiros na região.

Mello costuma argumentar, quando conversa sobre o assunto, que, sem um prazo de análise definido, boa parte do litoral brasileiro deveria ser devolvido aos indígenas.

## **ENTENDA O CASO**

**Quarta-feira, 18/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

STF decide hoje o futuro da Raposa/Serra do Sol

O que está em jogo

Indígenas e produtores rurais disputam espaço dentro da reserva. Julgamento (9h) deve confirmar a demarcação contínua de terra e a saída dos arroteiros do local

- 17 mil km<sup>2</sup> é o tamanho da reserva

- 104 mil km<sup>2</sup> é o total de área indígena no Estado (46%)

- 224 mil km<sup>2</sup> é a área do Estado de Roraima

- em comparação Portugal tem uma área de 92 mil km<sup>2</sup>

## **CRONOLOGIA**

### **HOMOLOGAÇÃO**

- 2005

Lula assina homologação contínua da terra indígena; documento diz que não-índios devem ser retirados em um ano

### **REAÇÕES**

- mar.08

Arroteiros resistem a deixar o local e são apoiados pelo governo do Estado

- abr.08

PF organiza operação para a saída dos não-índios, mas STF suspende a ação até que a questão seja julgada

### **JULGAMENTO**

- ago.08

Julgamento no STF é interrompido, após o ministro Ayres Britto votar pela retirada dos não-índios. O ministro Menezes Direito pede vista e adia o julgamento

- dez.08

Ação volta ao plenário, mas o ministro Marco Aurélio Mello pede vista. Sessão é suspensão com oito votos favoráveis à demarcação

Ministros que já votaram

- Carlos Ayres Britto
- Carlos Alberto Menezes de Direito
- Cármen Lúcia
- Ricardo Lewandowski
- Eros Grau
- Joaquim Barbosa
- Cezar Peluso
- Ellen Gracie

Quem falta votar: Marco Aurélio, Celso de Mello e Gilmar Mendes

### **Terra doada pelo governo para Roraima está ocupada**

**Quarta-feira, 18/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A9**

**Área não será destinada para quem sair da Raposa**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

A maior parte dos 6 milhões de hectares de terra transferidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o governo de Roraima, em janeiro deste ano, não serão utilizados para assentar famílias que estejam deixando a terra indígena Raposa/Serra do Sol. A avaliação é do diretor-presidente do Iteraima (Instituto de Terras e Colonização de Roraima), Pedro Soares.

Essa área corresponde a 27,3% da extensão territorial de Roraima, que equivale a 22 milhões de hectares.

"É bom que fique bem claro que, desses 6 milhões de hectares, a maioria já está ocupada [há pessoas morando no local]. Mas nada impede que o governo do Estado faça o levantamento das áreas desocupadas para dispor a quem esteja saindo da Raposa/ Serra do Sol."

O diretor-presidente do Iteraima diz não saber precisar ainda qual a extensão ocupada na região. Um levantamento em conjunto com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) está sendo realizado para excluir as áreas que não podem ser utilizadas. Entre aqueles que talvez tenham de deixar a Raposa estão os arroteiros, caso o STF (Supremo Tribunal Federal) determine hoje a demarcação contínua da terra indígena. Em dezembro, antes de a sessão na corte ser interrompida por um pedido de vista, 8 dos 11 ministros foram favoráveis à retirada dos não-índios.

O governo estadual se opõe à demarcação dessa forma e afirma que, caso os rizicultores deixem a Raposa, haverá prejuízos à economia. O cultivo de arroz corresponde a 6% da economia de Roraima.

Em janeiro, quando Lula assinou medida provisória determinando a transferência de terras, anunciou que havia uma "dívida" com o Estado em razão da "celeuma" sobre a homologação contínua da Raposa/Serra do Sol.

Decreto assinado pelo próprio presidente em 2005 homologou de forma contínua a área de 1,7 milhão de hectare e determinou a saída da população não-índia. Até agora a ação não foi concluída.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse que ajudará a realocar os fazendeiros. Da área transferida, segundo o governador, 80% estão ocupadas e serão regularizadas: "O restante vamos leiloar, e eles [arrozeiros] terão prioridade. Podemos providenciar ainda a infraestrutura, com estradas e energia, para que eles possam recomeçar em outro local".

Colaborou a Sucursal de Brasília

### **Demissões deixam Raposa em clima de 'fim de festa'**

**Segunda-feira, 16/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Esperando decisão do STF, arrozeiros dispensam funcionários e descartam novo plantio**

**Julgamento na corte, que será retomado na quarta, já teve 8 de 11 votos a favor da retirada da população não-índia da reserva em RR**

**JOSÉ EDUARDO RONDON**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Arrozeiros da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR) dizem que estão demitindo funcionários com a proximidade do julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), que poderá colocar um ponto final no imbróglio em que se transformou a homologação da área.

Para eles, a medida é necessária em razão da indefinição sobre o caso e devido a uma possível determinação favorável à retirada da população não-índia do interior da reserva.

A reportagem conversou com 4 dos 5 arrozeiros que têm fazendas na área de 1,7 milhão de hectares. Três deles afirmam que estão demitindo. Todos dizem que, com a provável ordem para a retirada, os funcionários em sua totalidade \_tanto índios quanto não-índios\_ serão dispensados.

Na quarta-feira, o STF deve retomar o julgamento do caso. Em dezembro, 8 dos 11 ministros do tribunal votaram a favor da demarcação contínua da área e a consequente retirada da população não-índia. Naquela ocasião, o ministro Marco Aurélio Mello pediu vista.

Para Paulo César Quartiero, ex-prefeito de Pacaraima (município que tem parte do território dentro da área indígena) e produtor de arroz, o clima no interior da reserva, para os rizicultores, é de "fim de festa". Ele diz que a previsão é de não preparar um novo plantio.

"Logicamente estamos demitindo. Quando acabar a colheita [que deve se prorrogar até maio], teremos que demitir todos. Não estamos mais comprando insumos." Quartiero conta que, desde o início do ano, demitiu cerca de 50 funcionários. Ele diz que já teve 200 empregados em suas fazendas na reserva.

O produtor rural Genor Faccio afirma que, com a indecisão sobre o caso, os arroteiros estão impedidos de produzir.

"Semana passada demiti 12 funcionários [de 50] da fazenda. Na semana que vem, provavelmente eu demita mais uns dez. Com essa indefinição e com uma provável decisão contra a gente, ficamos sem fazer nada com os funcionários."

Ivalcir Centenaro, que tem cerca de 30 funcionários, diz que já demitiu ao menos quatro. "A gente já mandou embora um pessoal e vai ser, daqui para frente, 100%. Não terei onde plantar", afirma ele.

Caso o STF determine a retirada dos arroteiros, o rizicultor Ivo Barili diz que "aí vai ter de parar, vai ter de demitir".

Para o governo de Roraima, se os arroteiros deixarem a reserva, o desenvolvimento econômico do Estado ficará comprometido. A reportagem tentou durante a semana falar com o governador José de Anchieta Júnior (PSDB) sem sucesso.

**Ansiedade**

Enquanto os arroteiros vivem um clima de "fim de festa", os índios da Raposa/Serra do Sol que defendem a retirada do grupo estão ansiosos com o desfecho do caso e querem que o STF "bata o martelo".

A retirada da população não-índia do interior da terra indígena deveria ter sido concluída até abril de 2006, segundo previa uma portaria assinada em 2005 pelo então ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos.

O coordenador do CIR (Conselho Indígena de Roraima), Dionito Souza, disse que os índios favoráveis à demarcação contínua querem a "retirada imediata" dos arroteiros. "Não vamos mais aceitar esperar um, dois, três anos", afirmou.

Na quarta-feira, índios favoráveis à demarcação contínua esperam reunir cerca de mil pessoas na comunidade do Barro, no interior da reserva, para acompanhar o julgamento.

## **RAPOSA/SERRA DO SOL**

**Segunda-feira, 16/03/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

STF vai retomar julgamento da demarcação

1,7 milhão de hectares é o tamanho da reserva, 18 mil índios vivem dentro dela

### **CRONOLOGIA**

**2005**

>> Lula assina homologação contínua da terra indígena; o documento diz que não-índios devem ser retirados em um ano

**Março de 2008**

>> Arroteiros resistem a deixar a região e são apoiados pelo governo do Estado. PF organiza a retirada dos não-índios

**Abril**

>> Operação da PF é suspensa por determinação do STF

**Maio**

>> Nove índios ficam feridos após confronto com funcionários de arroteiro

**Agosto**

>> Julgamento no STF sobre terra indígena é interrompido

Dezembro

>> O STF retoma o julgamento, mas o ministro Marco Aurélio Mello pede vista. Ainda assim, oito ministros votam favoráveis à demarcação contínua da terra

## **ÍNDIOS INVADEM PRÉDIOS DA FUNAI EM RR E MS**

**Quarta-feira, 28/01/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A11**

Índios invadiram ontem prédios da Funai em Boa Vista (RR) e Dourados (MS). Em Boa Vista, índios favoráveis à permanência dos arroteiros na reserva Raposa/ Serra do Sol entraram no final da tarde na sede do órgão para protestar contra a retirada dos não-índios. Em Dourados, cerca de 60 índios das etnias guarani, caiúá e terena invadiram a Funai para pedir a substituição da administradora Margarida Nicoletti por um índio a ser indicado pelos líderes de 27 aldeias do sul do Estado.

Anexo 2



Localização do município de Normandia no estado de Roraima

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roraima\\_Municip\\_Normandia.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Roraima_Municip_Normandia.svg)

Anexo 3

INSTRUMENTO DE COLETA

Nós somos uma equipe de pesquisadores da **Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GO**. Nossa intenção é estudar as questões sociais envolvendo minorias étnicas. Nós ficaríamos muito gratos, caso você aceite participar voluntariamente desta pesquisa, respondendo o mais sinceramente possível a cada uma das questões.

Este trabalho requer em torno de 30 minutos do seu tempo. Garantimos total anonimato no tratamento e divulgação dos resultados a serem obtidos. Esperamos que esta pesquisa contribua com o aumento do bem-estar social em nossa sociedade. Mais uma vez obrigado por sua sincera e atenciosa colaboração.

No seu dia-a-dia quais (ou qual) meios de comunicação você tem mais contato / acesso:

- 1 ( ) Televisão
- 2 ( ) Rádio
- 3 ( ) Jornal impresso
- 4 ( ) Carro volante
- 5 ( ) Internet

Você participa de alguma associação de moradores, sindicato ou cooperativa?

- 1 ( ) Sim
- 2 ( ) Não

Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

Idade: \_\_\_\_\_ anos

Profissão ou ocupação? \_\_\_\_\_

Onde você nasceu? \_\_\_\_\_

Por favor, leia atentamente cada um dos itens abaixo a respeito dos indígenas e em seguida, indique seu grau de concordância com cada um deles. Por gentileza, responda todos, utilizando a escala abaixo. Coloque ao lado de cada item o número que melhor representa sua resposta

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

**Em relação aos indígenas, você os considera?**

- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que vive junto à NATUREZA.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que vive em ALDEIA.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que NÃO TRABALHA.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que pratica a CAÇA e a PESCA como modo de conseguir alimentos.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que tem muita habilidade para o ARTESANATO.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que tem uma CULTURA DIFERENTE.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que vive junto à FLORESTA.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que vive como um SELVAGEM.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que sofre PRECONCEITO.
- \_\_\_\_\_ Uma pessoa que é um GUERREIRO.

Agora atribua um grau de concordância para cada um dos itens relacionados abaixo, observando o mesmo critério.

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

**Você considera os indígenas:**

- \_\_\_\_\_ intuitivos
- \_\_\_\_\_ vingativos
- \_\_\_\_\_ criativos
- \_\_\_\_\_ livres
- \_\_\_\_\_ impulsivos
- \_\_\_\_\_ leais à sua identidade, protetores de sua identidade
- \_\_\_\_\_ perversos
- \_\_\_\_\_ manipuladores, tentam manipular as pessoas
- \_\_\_\_\_ solidários
- \_\_\_\_\_ têm grandes habilidades intelectuais
- \_\_\_\_\_ têm grandes habilidades físicas
- \_\_\_\_\_ agressivos
- \_\_\_\_\_ instintivos, agem por instintos
- \_\_\_\_\_ extrovertidos
- \_\_\_\_\_ preguiçosos
- \_\_\_\_\_ espontâneos
- \_\_\_\_\_ maliciosos

Sobre a demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e em relação aos indígenas que permaneceram na reserva, você considera:

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente



\_\_\_\_\_ Você considera que a demarcação em terras continua foi uma decisão justa

\_\_\_\_\_ Os jornais e a televisão falaram a verdade sobre os fatos que ocorreram na época do conflito

\_\_\_\_\_ Os indígenas foram menos ouvidos do que os rizicultores

\_\_\_\_\_ A maioria dos políticos apoiaram os indígenas

\_\_\_\_\_ O Supremo Tribunal Federal em Brasília ouviu os desejos indígenas

\_\_\_\_\_ As regras de utilização da reserva após a desocupação favoreceu os indígenas

\_\_\_\_\_ Os indígenas gostariam de ter sido ouvido mais vezes durante o processo

\_\_\_\_\_ O Governo Federal deveria ter dado mais autonomia para os indígenas

Ainda sobre a demarcação e desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e em relação aos indígenas que permaneceram na reserva, você considera:

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 6 7 Concordo totalmente

\_\_\_\_\_ Que eles conseguiram mais do que mereciam

\_\_\_\_\_ Que eles receberam muito respeito e consideração

\_\_\_\_\_ Que eles foram muito exigentes em relação aos seus direitos

\_\_\_\_\_ Que a discriminação não é um problema para eles

\_\_\_\_\_ Que eles têm muita influência política

\_\_\_\_\_ Que eles não precisavam de ajuda

\_\_\_\_\_ Que eles foram prejudicados após a desocupação

\_\_\_\_\_ Que eles não foram ouvidos pelas autoridades como deveriam

\_\_\_\_\_ Que eles ficaram calados esperando a decisão

\_\_\_\_\_ Que eles não puderam falar mais sobre o assunto

Obrigado (a).

Anexo 4



Localização da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima  
Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/mapa-raposa-serra-do-sol.gif>

Anexo 5



Localização da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima  
Fonte: <http://www.geografianovest.blogspot.com>

## Anexo 6 - Projeção de palavras a partir da análise textual do alceste

Projection des colonnes et mots "\*" sur le plan 1 2 (corrélations)

Axe horizontal : 1e facteur : V.P. =.2652 ( 29.40 % de l'inertie)  
 Axe vertical : 2e facteur : V.P. =.1951 ( 21.62 % de l'inertie)

```

+-----+-----+-----+-----+-----+-----+-----+
15 |                *Not_148                |                *Not_224                |
14 |                |                *Not_191                |                . *Not_011                |
13 |                |                *Mot_004*Not_187*Not_188. |                *Not_090.*Not_197|
12 |                |                *Not_039 ...#02                |                . *Not_200                |
11 |                |                *Tem_004                |                *Not_189 .. *Not_146*Not_222 |
10 |                |                |                *Not_007                |                . *Not_243*Not_152 |
9 |                |                *Grp_004                |                |                *Not_137*Ano_002*Not_019 |
8 |                |                |                |                #05*Not_035                |
7 |                |                |                *Loc_002                |                . *Not_248*Not_002*Not_018 |
6 |                |                |                *Not_028                |                . *Not_043                |                . *Not_040                |
5 |                |                |                |                *Not_097                |                *Not_139                |
4 |                |                |                |                |                *Ano_001                |
3 |                |                |                |                |                |                *Not_124                |
2 |                |                |                |                |                |                |                *Not_067                |
1 |                |                |                |                |                |                |                *Not_234                |
0 +---*Not_199.*Not_101-#03.---.---*Tem_003-*Not_195*Not_237-. *Not_242*Tem_002
1 |                |                |                |                |                |                |                *Not_038                |
2 |                |                |                |                |                |                |                *Not_147                |
3 |                |                |                |                |                |                |                *Not_106*Not_107 *Ano_004 *Not_036                |
4 |                |                |                |                |                |                |                *Not_121*Not_167                |                *Not_220                |                *Not_062                |
5 |                |                |                |                |                |                |                *Not_215                |                .. *Not_085*Not_125                |                *Not_254                |
6 |                |                |                |                |                |                |                *Not_231                |                |                *Loc_001                |
7 |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_241                |                |                *Not_154*Grp_003                |
8 |                |                |                |                |                |                |                |                *Tem_005*Not_208                |
9 |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_233                |                |                *Tem_001*Not_141                |
10 |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_033*Not_266                |                *Not_114*Not_113                |
11 |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_238*Not_042 *Not_130*Ano_003                |
12 |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_228 .. *Not_123 *Not_030                |                .. *Not_127*Not_079                |
13 |                |                |                |                |                |                |                |                |                #04*Not_084 .. *Not_186                |                ... .#01                |                . *Not_245*Not_041                |
14 |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_050*Not_076 *Not_170 *Not_055*Not_057                |
15 |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_102 *Not_151                |                . *Not_173*Not_174                |
16 |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_109*Not_099                |                *Grp_001                |
17 |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_069                |
18 |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Mot_002                |
19 |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                |                *Not_023                |
+-----+-----+-----+-----+-----+-----+-----+

```



## Anexo 8 - Projeção de palavras a partir da análise textual do alceste

Projection des mots de type "r" sur le plan 1 2 (corrélations)

Axe horizontal : 1e facteur : V.P. =.2652 ( 29.40 % de l'inertie)  
 Axe vertical : 2e facteur : V.P. =.1951 ( 21.62 % de l'inertie)

